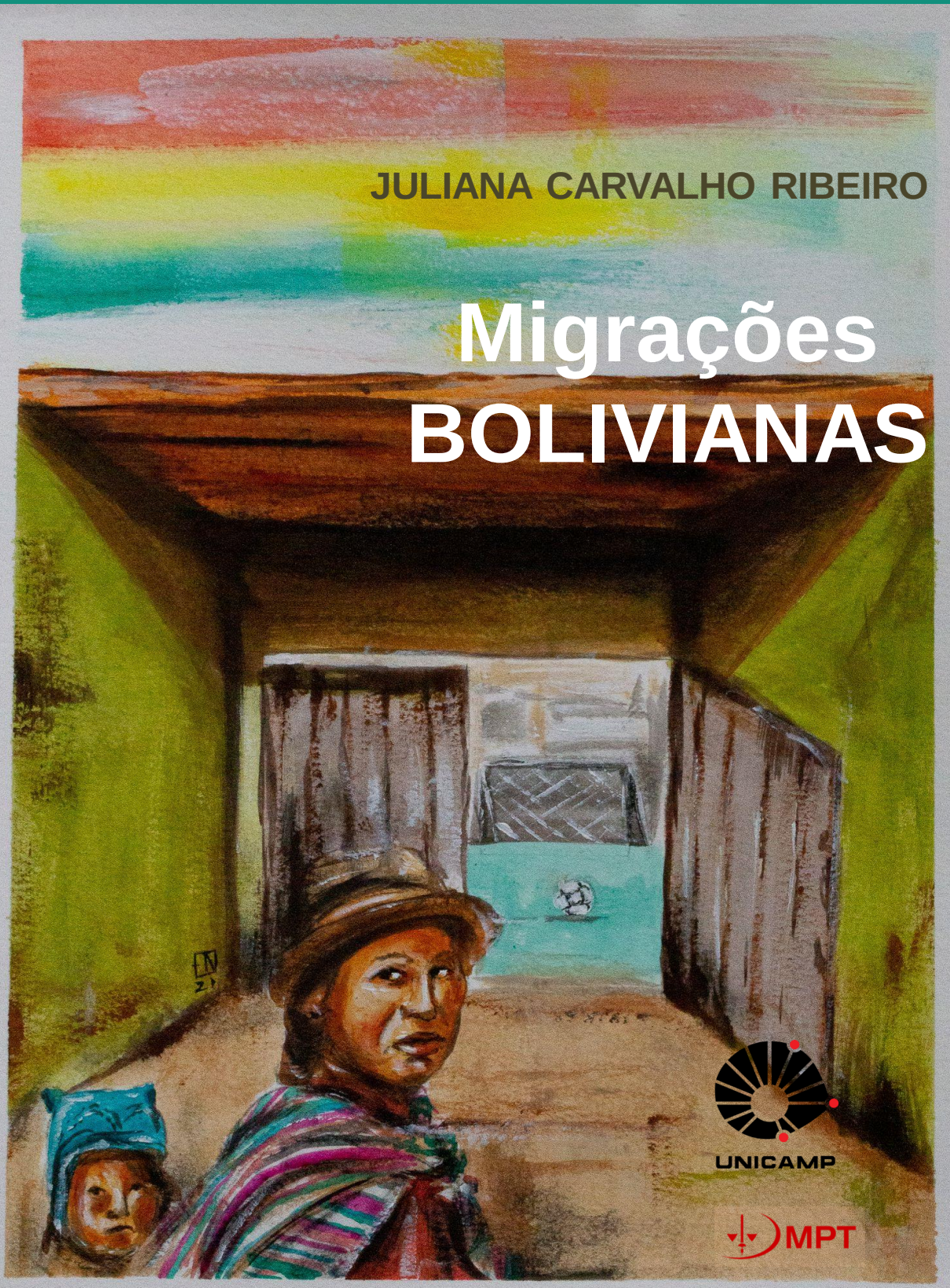
JULIANA CARVALHO RIBEIRO

Migrações BOLIVIANAS



UNICAMP

MPT

ISBN: 978-65-87447-19-3

Migrações
BOLIVIANAS

JULIANA CARVALHO RIBEIRO

2021

Universidade Estadual de Campinas
Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO) - UNICAMP
Av. Albert Einstein, 1300 – CEP: 13081-970 – Campinas – SP – Brasil
Fone: (19) 35215913 www.nepo.unicamp.br

Reitor Antonio José de Almeida Meirelles
Coordenadora Geral da Universidade Maria Luiza Moretti

Coordenadora de Centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa
Ana Carolina de Moura Delfim Maciel
Coordenador Núcleo de Estudos de População Elza Berquó
Maísa Faleiros da Cunha
Coordenadora do Observatório das Migrações em São Paulo
Rosana Baeninger

Apoio
Programa de Pós-Graduação em Demografia-IFCH/UNICAMP
Ministério Público do Trabalho – MPT
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Coordenação de Formação de Pessoal de Nível Superior – CAPES

Coordenação editorial: Rosana Baeninger
Comitê de Publicação: Natália Demétrio, Joice Domeniconi

Capa: Acrílico s/ papel, gramatura 290 g/m2.
"Ventre", de Elber Neto, artista plástico brasileiro, residente em Maceió-Al.
Foto da tela: Cyntia Barros-Fotógrafa-Atibaia/SP.

Ficha Catalográfica. Elaborada pela bibliotecária Adriana Fernandes CRB 6332

R354m Ribeiro, Juliana Carvalho.

Migrações Bolivianas / Juliana Carvalho Ribeiro. – Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" – Nepo/Unicamp, 2021.

510 p.

ISBN 978-65-87447-19-3 (Digital)

1.Migrações internacionais. 2. Migrações Bolivianas. 3. Região Metropolitana de Belo Horizonte. I. Título.

CDD 301.328

Esta publicação conta com o apoio de diferentes instituições e parcerias. As opiniões expressas nos textos são de única responsabilidade de sua autora.

Aos migrantes;

Às bolivianas e aos bolivianos, sujeitos desta pesquisa;

Que as suas e outras histórias inspirem a luta
pelo reconhecimento ao direito de migrar e
sua garantia em todo e qualquer lugar do mundo.

Ao meu pai, Antônio Carlos
por cultivar em mim o prazer pela leitura

À minha mãe, Ângela
por tudo e por tanto

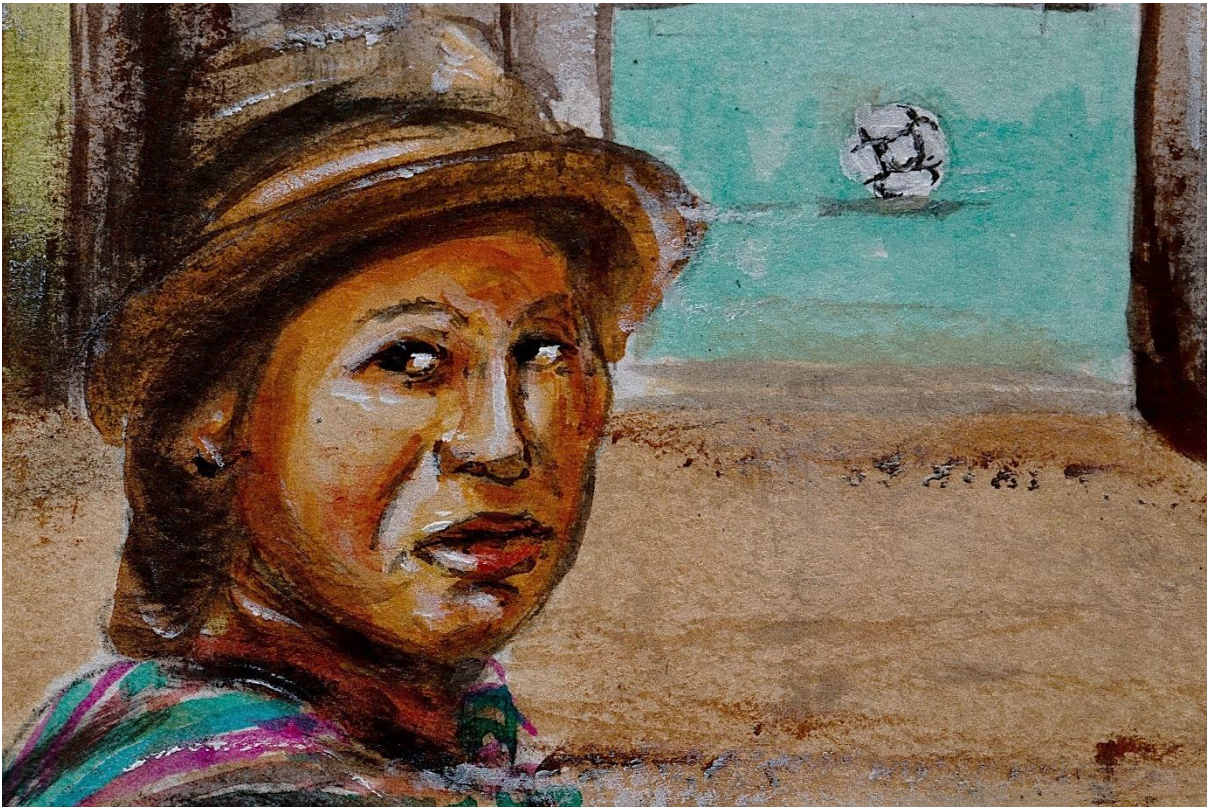
Ao meu filho Vinícius
por me ensinar, todos os dias, a ser uma pessoa melhor

ao meu companheiro de muitas vidas, Bruno
por caminharmos juntos

À vó Yara e à Yeyezinha
por vibrarem sempre por mim, agora do plano espiritual

À Flora, minha irmã
pela inabalável presença em minha vida, sempre uma inspiração

À Rosana e ao Duval, mestres tão queridos
por serem minhas grandes referências e por acreditarem em mim



[...] América Latina,
o continente que aparece nos mapas
sob a forma de um coração enfermo.

Isabel Allende,
Prefácio de Veias Abertas da América Latina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO, 9

CAPÍTULO 1 Migrações transnacionais e a migração da Bolívia para o Brasil no século 21, **20**

CAPÍTULO 2 A inserção da Região Metropolitana de Belo Horizonte nas rotas migratórias internacionais: conexões escalares, **63**

CAPÍTULO 3 Imigração boliviana na Região Metropolitana de Belo Horizonte: aproximações a partir da pesquisa de campo, **124**

CAPÍTULO 4 Territorialidades migrantes: narrativas bolivianas na Região Metropolitana de Belo Horizonte, **204**

CAPÍTULO 5 A pandemia e a população migrante boliviana na Região Metropolitana de Belo Horizonte, **435**

Considerações Finais, 472

Referências, 483

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como análise as migrações internacionais de bolivianas e bolivianos na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH-MG), no Estado de Minas Gerais. Recentemente, este novo espaço da migração (BAENINGER, 1999) internacional no Brasil vem despertando a atenção de diferentes atores sociais[1]. Sendo a origem desses migrantes a cidade de São Paulo-SP ou a própria Bolívia, há uma recente apropriação de territórios de cidades da região metropolitana mineira. Torna-se imprescindível conhecer imigrantes que se deslocam no tempo e no espaço, bem como o contexto desses movimentos. As suas motivações são intrigantes, assim como a forma como o deslocamento ocorre, e as expectativas dos migrantes.

[1] Já em 2013, observou-se a presença boliviana em Belo Horizonte-MG quando a autora deste livro realizava entrevistas com a população em situação de rua nesta metrópole para o desenvolvimento da sua dissertação de mestrado, realizada no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). Em 2015, foi instalado um Consulado Móvel da Bolívia em Belo Horizonte-MG. Foram recebidos, entre 10 a 12 de novembro de 2015 – quando eu estava em visita a campo na cidade de Belo Horizonte - aproximadamente 250 bolivianas e bolivianos interessados em se registrar e conseguir o devido auxílio, um número bastante expressivo perante o registro histórico. Nos anos seguintes – em 09 e 10 de novembro de 2016, em 23 e 24 de novembro de 2017, em 28 e 29 de junho de 2018, em 28 e 29 de novembro de 2018, e em 16 e 17 de abril de 2019 –, também foram realizados Consulados Móveis da Bolívia em Belo Horizonte-MG, quando se observou, pessoalmente, grande procura de bolivianas e bolivianos para regularizar sua situação no Brasil.

Como a reflexão compreende relações sociais que permeiam questões econômicas e socioespaciais, a Demografia apresenta-se como campo interdisciplinar para se pensar sobre essa realidade, sobretudo contribuindo com a análise das migrações Sul-Sul e, mais especificamente, com a análise da migração transnacional boliviana. O estudo se assenta sob o tripé Demografia, Geografia, Economia Regional – a Demografia, uma vez que este estudo tem como objeto a imigração boliviana na RMBH-MG; a Geografia, pelo estudo envolver escalas e produção de territorialidades; e Economia Regional, por ter como contexto a dinâmica socioespacial promovida pelo mercado global da costura, bem como pela atratividade do setor têxtil da RMBH-MG. O diálogo entre esses campos disciplinares contribui para a compreensão dos complexos processos socioespaciais que perpassam e desenham a sociedade – e são, dialeticamente, perpassados e desenhados por ela –, bem como suas lutas sociais.

Fio condutor desse contexto, o capitalismo se impõe: o Estado é capitalista e o reafirma como modo de produção. Portanto, migrantes dificilmente terão *direito à cidade* [2] (LEFEBVRE, 2006a) em terras estrangeiras, sendo diversos os obstáculos para que esse *direito à cidade* se efetive. Nesse escopo, Lefebvre (2006a) revela a heterogeneidade das apropriações do espaço e, a partir das suas ideias, para pensar a realidade da imigração boliviana, surge uma pergunta central: uma vez que a população boliviana no Brasil não alcança o *direito à cidade*, como ela constrói resistências e produz territorialidades para (sobre)viver?

Preocupada e motivada por essas questões, a pesquisa foi delineada, indo além de uma inquietação. Percebem-se violências nas experiências de vida dos sujeitos da pesquisa.

[2] Lefebvre (2006a) fala em *direito à cidade* e não *na cidade*. O *direito à cidade* é muito mais amplo, incorpora a ideia utópica de uma vida melhor, uma cidade imaginada em outros termos. O *direito na cidade* é mais redutor, apesar de que nem isso é alcançado pelos interlocutores – migrantes bolivianas e bolivianos –, pois seria a ideia de terem acesso aos direitos que já existem (garantidos por lei). Os interlocutores desta pesquisa não têm *direito à cidade*, dada as condições de vida às quais são – e, na maior parte das vezes, permanecem – submetidos quando se instalam no país que os recepcionam – neste caso, no Brasil. Terão algum dia?

Busca-se, assim, refletir sobre elas, para compreendê-las com mais profundidade e criticidade.

São Paulo-SP e a RMBH-MG constituem-se, para a autora, *espaço de vivência* e *lugar*: Belo Horizonte-MG é a sua origem, metrópole onde nasceu e viveu toda a infância, adolescência e parte da fase adulta, até mudar-se para São Paulo, onde mora desde 2015. Há um incômodo particular com a forma hegemônica com que a chamada classe média, em São Paulo-SP e na RMBH-MG, observa os migrantes: com compaixão e dó, ou com repulsa e medo. Até mesmo a compaixão, que em um primeiro momento parece altruísta, inferioriza estes sujeitos, e a situação de segregação socioespacial perpetua-se. É também contra esta segregação a luta que este estudo incorpora. São Paulo-SP é o maior polo atrativo do Brasil para migrantes e destaca-se em toda a América Latina, sendo a segunda maior cidade deste subcontinente e tendo concretizado sua influência tornando-se uma cidade global. Belo Horizonte-MG, por sua vez, é uma importante metrópole regional do País e, também pela sua proximidade com São Paulo-SP, ganha destaque.

Compreender o processo que originou, alimentou e concretizou a presença boliviana na RMBH-MG é passo fundamental para que esses sujeitos saiam da invisibilidade e sejam reconhecidos com dignidade. Esse estudo traz o objetivo de entender todo este processo para trazer contribuições acerca dele. Ouvir imigrantes[3] foi o recurso utilizado para atingir esse conhecimento. Quando são ouvidos, eles se tornam sujeitos da sua história[4]. Durante as entrevistas empreendidas, ao falarem acerca dos percursos que trilharam, ao descreverem seu

[3] Junto aos migrantes, recorreu-se à história oral, resgatada por entrevistas gravadas e transcritas. Trechos destas entrevistas foram citados. É importante destacar que as transcrições reproduzem as verbalizações, tendo sido realizada de forma literal e direta, respeitando inteiramente a fala de cada pessoa entrevistada. Todos os interlocutores receberam nomes fictícios e tiveram suas identidades preservadas. O gênero das pessoas entrevistadas também foi respeitado. Todas as informações sobre elas são fidedignas. Todo o processo que envolveu a aplicação das entrevistas foi detalhadamente apresentado no capítulo 3 deste estudo, cuja escrita foi norteada pelo diário de campo. Apesar de ele ser detalhado apenas no terceiro capítulo, trechos destas entrevistas compõem todo o estudo.

[4] Os nomes fictícios atribuídos às pessoas entrevistadas foram: Luna, Jade, Nina, Lorenzo, Marco, Álvaro, Isabel, René, María, Diego, Murilo, Enzo, Laura, Enrique, Daniel, Eva, Lucia, Paloma, Hugo, Martín, Pablo, Rúbia, Anita, Alba, Miguel, Iago, Juan e Miriam.

cotidiano e o uso que fazem dos serviços públicos, ao relatarem as apropriações que fizeram de espaços e os usos que dão para eles, ao narrarem suas vivências e experiências, os sujeitos da pesquisa mostram como foi desenhada a sua realidade, com todas as dificuldades e motivações que norteiam o processo. As vozes dos sujeitos migrantes revelaram-se recurso central deste estudo: ouvir as vozes de bolivianas e bolivianos na RMBH-MG para que possam ser e pertencer.

A partir dessas narrativas foi possível compreender a mais marcante territorialidade produzida pelos sujeitos da pesquisa na RMBH-MG, mais especificamente em Ribeirão das Neves-MG. No espaço público deste município, os sujeitos da pesquisa se fazem presentes, sobretudo, na apropriação do espaço para o lazer. Bolivianas e bolivianos na RMBH-MG vivem, nos seus momentos de lazer, o seu mundo em uma quadra – a quadra Maura Pereira Andrade, no bairro Conjunto Henrique Sapori.

A identificação das territorialidades produzidas pelos sujeitos da pesquisa permitiu a elaboração, neste estudo, do termo "territorialização da bolivianidade", uma construção conceitual desenvolvida a partir de evidências empíricas e teóricas acerca das práticas cotidianas migrantes e das relações de bolivianas e de bolivianos com porções da cidade. Os "espaços da bolivianidade" de Grimson (2006) serviram como referência para esta compreensão e consequente proposição. E ainda, de forma mais específica, propõe-se, também neste estudo, o termo "territorialidade quadra-mundo" para identificar, nomear e conceituar a quadra em Ribeirão das Neves-MG apropriada pelos sujeitos da pesquisa para integração entre eles em suas vivências socioespaciais. Esta é a principal territorialidade produzida por bolivianas e bolivianos na RMBH-MG para vivenciar momentos nela e por meio dela.

Portanto, o presente estudo tornou-se possível, sobretudo, a partir da escuta das vozes dos sujeitos da pesquisa, cuja reflexão contou com considerações teóricas e metodológicas tomadas como indispensáveis para a compreensão da presença boliviana na RMBH-MG. Para que estas vozes sejam ouvidas, é preciso, primeiro, que possamos enxergar esses sujeitos, compreendendo suas origens, seus processos, suas trajetórias, suas relações, suas vivências, suas expectativas e suas formas de territorialização e

de resistência. As tantas leituras e reflexões necessárias para apreender a sua presença na RMBH-MG se apresentam, assim, a partir desta pesquisa, cunhada em cinco capítulos[5].

O primeiro capítulo foi intitulado *Migrações Transnacionais e a migração da Bolívia para o Brasil no século 21*. Este capítulo foi dividido em quatro partes, cujas reflexões são apresentadas respeitando uma ordenação escalar: partindo do macro – o global e as migrações internacionais –, até chegar em maior detalhe – quando o foco alcança a imigração boliviana. Desta forma, a primeira parte do primeiro capítulo parte justamente deste recorte macro. Baeninger (2014) nos convoca a refletir sobre novas perspectivas teóricas e explicativas a respeito dos movimentos migratórios no seu contexto escalar transnacional e é esse convite que direciona a escrita deste subcapítulo – *Migrações transnacionais: novas perspectivas –*, que traz o conceito de migrações transnacionais segundo a leitura das principais referências científicas nesta temática, o que serve de subsídio para a compreensão de suas principais motivações, dificuldades e possíveis desdobramentos – sociais, laborais, econômicos, culturais.

Dando continuidade à análise proposta na primeira sessão do primeiro capítulo, a sua segunda parte reafirma a necessidade de uma nova leitura para os processos migratórios contemporâneos, a partir de novos paradigmas, por eles apresentarem características distintas dos fluxos anteriores – registrados nos séculos 19 e 20. O atual fenômeno migratório internacional é marcado pela intensificação das migrações Sul-Sul (PHELPS, 2014) – configuradas pelo movimento cada vez mais vigoroso de migrantes entre e em direção aos Países do Sul. Ocupando-se desta reflexão, a segunda parte do primeiro capítulo foi intitulada *Migrações Sul-Sul e os novos fluxos migratórios*, e traz maiores compreensões acerca dos

[5] Este livro é resultado de minha tese de doutorado intitulada "A PRESENÇA BOLIVIANA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS: DINÂMICA MIGRATÓRIA E (RE)CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL" e defendida no Programa de Pós-Graduação em Demografia-Instituto de Filosofia e Ciências Humanas-Universidade Estadual de Campinas. Compõe também a produção do Observatório das Migrações em São Paulo-NEPO/UNICAMP.

movimentos migratórios no contexto geopolítico e socioeconômico contemporâneo.

As fronteiras impostas no processo de produção dos Estados Modernos demandam reflexões teóricas e foram tomadas como norte para o início da terceira parte do primeiro capítulo, intitulada *A dimensão espacial das migrações Sul-Sul*. Ao definirem e insinuarem demarcações espaciais, essas fronteiras forjam identidades que preconizam sentimentos de pertencimento e, quando exaltados, dificultam o intercâmbio entre outros Estados. Essa dificuldade repercute diretamente na entrada de migrantes em determinados territórios e, desta forma, contribui para a espacialização das migrações Sul-Sul. Atuando como principal contexto deste processo, a reestruturação produtiva (HARVEY, 2008) se revela pela dispersão espacial da produção (SASSEN, 1990) e molda esta espacialização: esta nova fase da acumulação capitalista requer intensa mobilidade do capital e da força de trabalho (SASSEN, 1988) e a mobilidade do capital para determinados Países do Sul contribui para a sua diferenciação em relação àqueles que permaneceram atrelados ao passado agrário, mobilizando, também, força de trabalho e intensificando as migrações Sul-Sul.

Compondo as migrações Sul-Sul, a migração internacional boliviana começa a ser espacializada na quarta e última parte do primeiro capítulo. Estimativas apontam que aproximadamente 20% da população boliviana tenha emigrado, e fluxos de bolivianas e bolivianos continuam se dirigindo para a Argentina – principal espaço da migração (BAENINGER, 1999) boliviana desde o século 19 –; para os Estados Unidos; para países da União Europeia – dos quais se destacam Espanha e Itália –; para Israel, para o Japão e para a Austrália; bem como, mais recentemente, para o Brasil, para o Peru e para a Venezuela; (HINOJOSA GORDONAVA, 2004; 2008; 2009; DE LA TORRE, 2006). Este sub-capítulo, intitulado *A dimensão territorial da imigração boliviana*, debruça-se sobre a imigração boliviana no Brasil, que costura a sua história no País junto à indústria têxtil desde os anos 1980. Ele registra a mudança no perfil desse fluxo (AZEVEDO, 2005; CYMBALISTA; XAVIER, 2007; FREITAS, 2014) que, nos anos finais do último século, passa a ser composto por trabalhadoras e por trabalhadores antes empregados em

minas e em fábricas bolivianas, o que implica em uma força de trabalho de baixa qualificação que é absorvida por pequenas oficinas de costura (AZEVEDO, 2005; BASSEGIO, 2004; CYMBALISTA; XAVIER, 2007; FERRETI, 2002; SILVA, 1997; 2006; KADLUBA, 2007). Ele apresenta ainda as redes migratórias e seus desdobramentos, sobretudo a sua importância para a produção global da costura, principal norteadora da migração boliviana contemporânea.

Tendo como base o entendimento, a partir da leitura do primeiro capítulo, das migrações internacionais e da migração transnacional boliviana, o segundo capítulo propõe contextualizar e espacializar esses fenômenos no recorte espacial da pesquisa. Intitulado *A inserção da RMBH-MG nas rotas migratórias internacionais: conexões escalares*, ele foi dividido em três partes. A primeira parte do segundo capítulo – *Local-global: o lugar revelando escalas de um mesmo processo* – atende à já mencionada necessidade de entendimento dos processos migratórios contemporâneos em suas diferentes escalas: do âmbito global às manifestações locais. A compreensão desses processos migratórios está atrelada ao entendimento da globalização nas localidades e demanda um olhar para os processos hegemônicos que se estabelecem na escala global e que atingem os lugares verticalmente, impondo-se. Tomando como norte a imigração boliviana no País e na RMBH-MG, bem como a necessidade de se pensar a migração em diferentes escalas territoriais, este sub-capítulo busca compreender as dimensões escalares das vivências socioespaciais dos sujeitos da pesquisa. A produção global da costura e as redes implementadas a partir dela promovem, no caso da imigração boliviana, a ligação escalar entre o local e o global. A indústria têxtil mobiliza fluxos migratórios, impulsionando a migração transnacional e a migração interna de bolivianas e bolivianos no País, que têm na RMBH-MG o seu mais novo "espaço da migração" (BAENINGER, 1999). Santos (2004) defende que as pessoas vivem o mundo nos lugares. O global se realiza no local. É neste recorte espacial, portanto, que os sujeitos da pesquisa se apropriam do espaço e produzem territorialidades, concretizando a conexão local-global. A segunda parte do segundo capítulo traz essa apropriação do espaço pelos sujeitos

migrantes para vivência no e do lugar. Para viver nele e para vivenciá-lo, esses sujeitos precisam, impelidos pela necessidade de sobrevivência e de inserção social, mergulhar em um processo de descobertas e de construção de identidades. Concretiza-se, assim, a sua (re)integração, agora a um novo espaço. Inicialmente, este processo é passivo, já que os sujeitos não dominam seus códigos e materialidades, porém, aos poucos, torna-se ativo, com os grupos migrantes imprimindo sua marca no novo cotidiano espacial que experimentam, apropriando-se do espaço e produzindo territorialidades a partir das identidades estabelecidas. É neste contexto-movimento que se constrói a ideia de *lugar* e de "territorialização da bolivianidade" na RMBH-MG, proposição inspirada nos "espaços da bolivianidade" de Grimson (2006) e iluminada neste sub-capítulo, intitulado *A "territorialização da bolivianidade": presença na região metropolitana mineira*. A RMBH-MG, a partir da inserção no nicho da costura, passa a atrair bolivianas e bolivianos e a revelar territorialidades produzidas por esses sujeitos, configurando a constituição da "territorialização da bolivianidade", alimentada (também) pelo vínculo entre o local e o global.

E, para chegar a este recorte espacial, a imigração boliviana em São Paulo recorreu à migração interna. Destaca-se o *Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul (Mercosul), Bolívia e Chile* como fundamental neste processo: ele nos ajuda a compreender os motivos pelos quais a RMBH-MG, mesmo tendo, há muitos anos, o nicho da costura consolidado, recebe de forma mais intensa, apenas recentemente, migrantes bolivianas e bolivianos. Essas questões são iluminadas pela terceira e última parte do segundo capítulo deste estudo – *A documentação e a possibilidade de migração interna para migrantes transnacionais*.

O terceiro capítulo – *Imigração boliviana na RMBH-MG: aproximações a partir da pesquisa de campo* – foi norteado pelo diário de campo e foi dividido em três partes: *Como tudo começou*, pequena síntese de como surgiu a ideia que deu origem ao projeto de doutorado; *Tecendo a tese e o trabalho de campo*, onde registrou-se as dificuldades para encontrar os interlocutores da pesquisa; e *A imersão em campo*, texto que

relata o encontro com bolivianas e bolivianos na RMBH-MG e todo o processo das entrevistas que deram vida à pesquisa.

O quarto capítulo – *Territorialidades migrantes: narrativas bolivianas na RMBH-MG* – traz as territorialidades produzidas pelos sujeitos da pesquisa, analisadas a partir das narrativas dos interlocutores. Por compor o corpo mais denso deste estudo, ele foi dividido em cinco partes. A primeira parte do quarto capítulo – *Territórios circulatórios: percursos da imigração boliviana até a RMBH-MG* – retoma e reafirma o que começou a ser discutido no primeiro capítulo e analisa o fluxo migratório boliviano. Ela registra, a partir da leitura das entrevistas empreendidas, as redes migratórias acessadas pelos interlocutores da pesquisa, as suas motivações, bem como as trajetórias desses migrantes, desde a saída da Bolívia até alcançarem o recorte espacial da pesquisa. Demonstra ainda o caminho percorrido por esses sujeitos, processo que fez da RMBH-MG um "território circulatório", uma vez que ela expressa a mobilidade de bolivianas e de bolivianos na produção global e regional da costura, impulsionando a produção de territorialidades, conectando o novo "espaço da migração" (BAENINGER, 1999) à origem. A segunda parte do quarto capítulo – *Os desafios da vida migrante e a produção das territorialidades do trabalho e da moradia* – esclarece como bolivianas e bolivianos (sobre)vivem, baseando-se em uma análise sociocultural e laboral. Ela se debruça sobre os processos de superexploração da força de trabalho migrante, situação que permeia a chegada dos sujeitos da pesquisa e foi amplamente descrita pelos interlocutores. A terceira parte do quarto capítulo – *Construindo territorialidades no acesso à educação e nos cuidados com a saúde: a luta contra o xenorracismo e a busca por direitos* – reflete sobre o acesso à educação e à saúde públicas, serviços básicos aos quais migrantes bolivianas e bolivianos têm direito, apesar de encontrarem diversas dificuldades para acessá-los, uma vez que precisam enfrentar frequentes maiores manifestações xenorracistas[6].

[6] O conceito de "xenorracismo" foi amplamente discutido por Oliveira (2019) em sua tese de doutorado e a autora o traz para a realidade brasileira, inspirada nos autores Sivanandan (2001) e Fekete (2001) – referências internacionais na luta pelos direitos migrantes na Europa. Apesar de apresentado nesta parte do estudo, ele se encontra

A complexidade da realidade migratória contemporânea nos exige tomar os sujeitos migrantes como parte de um grupo que vai além de experiências individuais. Essas experiências contribuem, porém, para alcançarmos a realidade desses sujeitos como sujeitos coletivos. E a maior expressão da atuação dos sujeitos da pesquisa como sujeitos coletivos revela-se na quarta parte do quarto capítulo, na qual é apresentada a principal territorialidade produzida por eles. Intitulado *"Territorialidade quadra-mundo": o encontro para o futebol, a identidade boliviana e o estabelecimento de poder*, este sub-capítulo retoma e aprofunda reflexões feitas no segundo capítulo do presente estudo acerca de duas categorias socioespaciais tão importantes para o contexto migrante, o *lugar* e a *territorialidade*, espacializando a sua concretude no recorte espacial da pesquisa. A quinta parte do quarto capítulo – *Expectativas e vivências da população migrante boliviana: vidas em trânsito, sonhos em movimento* – apresenta as narrativas dos sujeitos da pesquisa acerca das expectativas que os acompanharam desde que iniciaram seus processos migratórios até o momento das entrevistas, bem como das suas vivências neste mesmo período.

O quinto e último capítulo tornou-se necessário a partir da pandemia que nos acometeu e da consequente imposição do isolamento social. Ele foi intitulado *Covid-19 e distanciamento social: a pandemia e a população migrante boliviana na RMBH-MG* e foi dividido em duas partes. A primeira parte do quinto capítulo – *A fase inicial da Covid-19, a evolução do número de casos e a imposição do distanciamento social* – traz um panorama da situação de contágio na RMBH-MG desde o início da pandemia, a partir da análise mensal dos boletins epidemiológicos divulgados pela Secretaria de Saúde do estado de Minas Gerais. Além disso, esse sub-capítulo traz uma leitura das medidas adotadas para diminuir a velocidade de propagação da doença. A segunda e última parte do quinto capítulo foi intitulada *Os desdobramentos da pandemia segundo a população migrante boliviana*. Para apreender os

---

mais profundamente explorado em "Construindo territorialidades no acesso à educação e nos cuidados com a saúde: a luta contra o xenorracismo e a busca por direitos".

desdobramentos deste contexto para os sujeitos da pesquisa foi necessária a retomada das entrevistas que, em função do isolamento social, aconteceram por telefone.

Para compreender os novos processos de apropriação e formação de territorialidades migrantes, convido o leitor a percorrer os caminhos do presente estudo e as histórias de vidas de bolivianas e bolivianos em seus deslocamentos.

CAPÍTULO 1

MIGRAÇÕES TRANSNACIONAIS E A MIGRAÇÃO DA BOLÍVIA PARA O BRASIL NO SÉCULO 21

Migrações transnacionais: novas perspectivas

Os movimentos migratórios internacionais no século 21 trazem novas perspectivas teóricas e explicativas no seu contexto escalar transnacional (BAENINGER, 2014; CASTLES, MÜLLER, 2004). O século 21 é marcado, cada vez mais, pelas migrações internacionais, que estão diretamente relacionadas com a mobilidade da força de trabalho, com os fluxos financeiros, mercados de trabalho, tornando imigrantes parte importante para o desenvolvimento e para a superação de aspectos estruturantes da sociedade (SASSEN, 1998; DE HASS, 2010).

Guarnizo, Portes e Haller (2003) conceituam como *migrantes transnacionais* aqueles que vinculam – física ou virtualmente – origem e espaço da migração (BAENINGER, 1999). Ainda segundo Guarnizo (2006), a migração consiste em um ir e vir composto por pessoas, por recursos, por discursos e por práticas – culturais, socioespaciais, econômicas e políticas. Em outras palavras, um intercâmbio transfronteiriço. O que se pode colocar como preliminar nessa nova leitura dos processos migratórios foi descrito por Simon (2006) como mudança de uma abordagem segmentada para uma abordagem global – o que constitui uma das rupturas epistemológicas necessárias para a análise contemporânea da migração internacional. Essa proposta de mudança de leitura implica compreender a importância da globalização e seus desdobramentos para os estudos migratórios – que vêm sendo reformulados integrando o contexto da globalização como objeto central nas pesquisas sobre migrações. Cortès e Faret (2009b, p. 15) também contribuem

> [...] en s'inscrivant dans le processus global de mondialisation, les mobilités humaines continuent à participer, comme elles l'ont fait tout au long de l'histoire mais sans aucun doute aujourd'hui de façon plus poussée, à la mise en relation des sociétés à une échelle globale. À ce sujet, il est sans doute vain de chercher à savoir si la migration est produite par la mondialisation ou si la migration est l'une des facettes de ce processus global. Il est plus important de constater combien les flux migratoires s'inscrivent aujourd'hui dans un contexte où a

> pris place un ensemble d'autres flux, matériels et immatériels, entre des territoires marqués par un fort niveau d'interdépendance réciproque[7].

Como afirma Baeninger (2013, p. 18), "[...] os desafios para as migrações internacionais no século 21 [...] implicam em revisões conceituais acerca das novas mobilidades, modalidades e explicações [...] desse fenômeno social". Nessa mesma linha, Domenach (1996, p. 13) aponta como "estranho paradoxo" entre os estudos de migração o uso dos mesmos conceitos teóricos de realidades migratórias anteriores e distintas da atual. Morokvasic, Erel e Shinozaki (2003, p. 15) também nos instigam perante o desafio posto de se pensar sobre os atuais fenômenos migratórios a partir de conceitos ressignificados e novas perspectivas teóricas explicativas, afirmando que o "[...] atual contexto dos fenômenos migratórios obriga à construção de novos olhares e perspectivas".

Sayad (1998) emprega o termo *migrante* para se referir à pessoa que se desloca ao longo de sua vida. Standing (2017, p. 141) reflete sobre a amplitude do termo *migrante*, salientando que ele

> [...] carrega uma bagagem histórica e cobre uma multiplicidade de tipos de experiência e de comportamento. Alguns se assemelham a nômades, mudando-se para vários lugares sem residência fixa, compelidos ou habituados a perambular, sempre esperando se estabelecer 'algum dia'. O nômade autêntico de fato sabe onde estava indo e por quê. O nômade moderno é mais oportunista. Depois, há os 'circulantes', que deixam suas casas em busca de rendas ou experiência, mas planejam voltar mais cedo do que tarde. E há os migrantes colonos, aqueles que se mudam com a intenção de permanecer no local se puderem, bem como os refugiados e os que buscam asilo.

---

[7] "[...] como parte do processo global de mundialização, a mobilidade humana continua a participar, como tem feito ao longo da história, mas sem dúvida em maior medida hoje, reunindo as sociedades em escala global. A esse respeito, é provavelmente fútil examinar se a migração é produzida pela globalização ou se a migração é uma das facetas desse processo global. É mais importante notar até que ponto os fluxos migratórios estão ocorrendo hoje em um contexto em que uma série de outros fluxos materiais e imateriais ocorreram entre territórios marcados por um alto nível de interdependência mútua" (CORTÈS; FARET, 2009b, p. 15-16; tradução nossa).

Tal como Sayad (1998), Standing (2017) prefere o termo *migrante* a *emigrante* ou a *imigrante*, pois, assim, não há qualquer compromisso exclusivo com a origem ou com o destino, caracterizando este sujeito como partícipe de um processo. Concorda-se com o autor e defende-se a essencialidade de tomar a emigração e a imigração como faces de um mesmo processo.

Redimensionar o espaço da migração (BAENINGER, 1999) revela-se, hoje, imprescindível. Por isso, a necessidade de diferentes olhares para escalas e arranjos transnacionais (GUARNIZO; PORTES; HALLER, 2003; GUARNIZO; SMITH, 1998), bem como para a forma com que eles atingem seletivamente outras escalas – que dialeticamente respondem, ora simplesmente absorvendo-os, ora resistindo às suas imposições.

Para compreender o arranjo transnacional, torna-se relevante, primeiro, considerar o fato de que os Países do Norte têm, de forma cada vez mais intensa, rechaçado a entrada de migrantes. Santos (2004, p. 270) lembra que "[...] ainda resta aos Estados numerosas formas de regulação e controle das redes", a despeito de "[...] a mundialização das redes" enfraquecer os limites impostos pelas fronteiras. Até a crise financeira de 2008, a migração documentada dentro dos países industrializados crescia 11% ao ano (OECD, 2010). Depois desse marco na história do capitalismo, esse percentual caiu drasticamente pelo recrudescimento da fiscalização das fronteiras desses países.

Eximindo-se de qualquer responsabilidade sobre a origem dos processos migratórios, Países do Norte querem também se eximir da responsabilidade de recepção de migrantes. Para isso, buscam todos os tipos de apoio entre sua população. Porém, Vedovato (2013, p. 1) nos lembra que acordos internacionais existem e deveriam ser respeitados e incorporados ao direito interno:

> [...] embora alguns defendam a total liberdade do Estado para impedir o ingresso de estrangeiros em seu território – o que se pode chamar de livre-arbítrio absoluto do Estado –, há normas internacionais de proteção aos direitos humanos que poderiam considerar-se contrárias à completa liberdade estatal nesse âmbito.

A despeito de tais normas, países seguem impedindo a entrada de migrantes, corroborados pela sua população, convencida de que eles representam ameaça iminente. Além da argumentação financeira, há manobras políticas para convencimento da população acerca da ameaça que migrantes representariam. "Os traços de caráter duvidoso de uns poucos indivíduos são apresentados como tendências normais contra as quais o Estado deve tomar as precauções máximas. Cada vez mais, os migrantes são culpados até que possam provar a inocência" (STANDING, 2017, p. 175). Números são mistificados para barrar a imigração, e isso se revela bastante eficiente a partir da geração de discurso xenorracista reproduzido pela sociedade. Quanto mais os Países do Norte se fecham aos migrantes transnacionais, mais a migração se intensifica entre os Países do Sul (BAENINGER et al., 2018). Ao mesmo tempo, tem-se que se considerar a anterior migração das empresas transnacionais do Norte para o Sul Global, o que também contribui para a atração desses migrantes – que iriam para os Países do Norte em busca de sua inserção nessas economias e agora vão para outros espaços no Sul Global, como São Paulo-SP, coração industrial e econômico do Brasil.

Porém, os Estados – seja no Norte ou no Sul Global – tentam, como instituição de poder, controlar o acesso ao seu território. Cortès e Faret (2009b) explicam[8] que as fronteiras em escala global continuam tanto produzindo quanto limitando as migrações, tornando a migração de pessoas um processo separado em relação aos demais fluxos materiais e imateriais, marcado por campos de força, restrições e recomposições. Barreiras são impostas aos migrantes de forma cada vez mais incisiva, e os países – Estados e sociedades – mostram-se cada vez mais intolerantes aos migrantes.

Cortès e Faret (2009a) dissertam acerca do conceito de "Era da Mobilidade", apontando uma "ordem das mobilidades" ou "lógicas da mobilidade", cenário caracterizado por uma "turbulência de paradigmas" a partir da qual a

[8] Nas palavras dos autores: "Frontières à l'échelle mondiale continuent à la fois en lesproduisant et en les limitant, à faire de la migration des hommes un processus à part, marqué par des champs de force, des contraintes, des recompositions" (CORTÈS; FARET, 2009b, p. 16).

mobilidade se revela cada vez mais entrelaçada às práticas migratórias. Migrantes buscam uma adaptação à lógica capitalista a partir da mobilidade – conceito amplo e afeito à intensidade dos movimentos entre a origem e o espaço da migração (BAENINGER, 1999), capaz de descrever movimentos circulares periódicos adotados por populações transmigrantes.

De acordo com Standing (2017), um dos fatores responsáveis por essa realidade é o fato de que há parcelas da população mundial – o que abarca a massa de migrantes transnacionais – que interessam à acumulação capitalista pelo fato de serem muito mais vulneráveis e, portanto, mais susceptíveis à superexploração da sua força de trabalho – que, no seu limite, torna-se uma exploração análoga à escravidão. Esta relação se fez presente nas falas de interlocutoras desta pesquisa:

> *Costura és digno! É um trabalho digno, bonito, criativo, eu aprendi a ver isso da costura. Só que muitas pessoas, muitos donos de oficina, fazem indigno desse trabalho porque eles falam que você tem que trabalhar entrando sete horas da manhã e saindo dez horas de noite. Por isso que eu me lembro que falavam: aqui você não tem direito, você é imigrante, você é estrangeiro, tem que trabalhar assim. Porque o estrangeiro não vem a tener férias, não vem a mirar parque, não vem a passear, nada disso!* (Nina).

> *Nós queremos que não seja assim. Nós queremos que elas possam viver uma vida digna. Trabalhar um pouco menos no horário, que a gente trabalha demais, e poder passar um tempo com nossos filhos* (Jade).

Standing (2017, p. 143) apresenta esses sujeitos como "[...] uma oferta de trabalho descartável com baixos salários". Os que são marginalizados pelo modo de produção têm um destino definido pelo sistema – fazem parte do capitalismo, mas são incluídos marginalmente. O autor vai além ao defender que "[...] o capitalismo global tem sido construído a partir do trabalho migrante" (STANDING, 2017, p. 163). Standing explica esta colocação dizendo que "[...] migrantes são a infantaria ligeira do capitalismo global. [...] A maioria [dos sujeitos migrantes] tem de se acomodar em contratos de curto prazo, com baixos salários e

poucos benefícios. O processo é sistêmico, não acidental" (STANDING, 2017, p. 173).

A despeito de todas as contribuições de migrantes para o capital e para a sociedade receptora, esses sujeitos ainda são tidos como "convidados mal tolerados" (GIBNEY, 2009, p. 3). Esta leitura revela o preconceito da sociedade para com a população migrante, sentimento que se funda em um contexto no qual grande parte da força de trabalho é formada por migrantes, mas tem "[...] um sistema de assistência social baseado em imposto e um sistema de tributação que coloca mais ênfase no imposto de renda incidente principalmente sobre as pessoas situadas em torno da renda média [...]", o que acentua a "[...] hostilidade contra os migrantes" (STANDING, 2017, p. 174).

Essa realidade das migrações transnacionais compõe as recentes transformações do capitalismo no contexto internacional, que têm seu marco na reestruturação produtiva (HARVEY, 2008), impelindo mudanças no cenário urbano mundial (SASSEN,1988). Singer (1980) já refletia sobre a importância do contexto do desenvolvimento do capitalismo para pensar suas marcas na realidade social. Esse autor defendia que "[...] o processo de industrialização não consiste apenas numa mudança de técnicas de produção e numa diversificação maior de produtos, mas também numa profunda alteração da divisão social do trabalho" (SINGER, 1980, p. 218). Damiani (1999) também contribui para essa reflexão, esclarecendo que não se pode reduzir a análise da divisão territorial do trabalho ao modelo da divisão técnica do trabalho. Nas palavras da autora, a divisão territorial do trabalho deve ser "[...] no nível da prática, e, portanto, também, do pensamento, a divisão técnica aparece como modelo, generaliza-se e transcende a fábrica" (DAMIANI, 1999, p. 21).

Posto isto, de acordo com Sassen (1988), os novos padrões de acumulação do capital norteiam mudanças e colocam migrantes transnacionais em movimento. Este processo de reestruturação produtiva em âmbito internacional tem contribuído, em nível nacional, regional e local, para a configuração de espaços urbanos selecionados (SASSEN, 1988). Singer (1980) tem as migrações internas como contexto de suas análises, mas frisa que, muitas vezes, as migrações internacionais

se comportam da mesma forma. Pensando sobre a mobilidade do capital e do trabalho, ele afirma que

> [...] as migrações internas (sem falar das internacionais, que poderiam, em boa parte, ser explicadas do mesmo modo) não parecem ser mais do que um mero mecanismo de distribuição espacial da população que se adapta, em última análise, ao arranjo espacial das atividades econômicas (SINGER, 1980, p. 219).

A mobilidade do trabalho e do capital (SASSEN, 1988) continua se constituindo o grande fomentador das mais recentes mudanças. "Os movimentos migratórios internacionais constituem a contrapartida da reestruturação territorial planetária – que, por sua vez, está intrinsecamente relacionada à reestruturação econômico-produtiva em escala global" (PATARRA; BAENINGER, 2005, p. 24). Nesse novo panorama da mobilidade do capital e da força de trabalho, Baeninger (2012b, p. 86) esclarece que "o entendimento das migrações [...] conduz à substituição de conceitos historicamente datados", e, dentre os exemplos, a autora destaca "[...] áreas de origem e destino por áreas/etapas constituintes dos processos".

Já preocupado com um olhar global, Sayad (1998) define a migração como um "processo total", um "fato social total", defendendo que ela deve ser analisada abarcando os fenômenos que atingem todos os processos da vida, desde as condições que levam à emigração até a inserção do migrante no último espaço da migração – considerando que a sua trajetória migratória pode contar com potenciais espaços de trânsito, como acontece na maior parte das vezes. Dito de outra forma, o autor entende a imigração e a emigração como partes de um mesmo processo social: a dupla experiência social da migração – *double absence* (SAYAD, 1998) –, da qual emerge a ambiguidade presente na condição do migrante – a de "[...] ser ignorada enquanto provisória, ao mesmo tempo, não se confessar enquanto transplante definitivo" (SAYAD, 1998, p. 46). Com base nesta condição do migrante, Sayad (1998, p. 54) o define como "[...] essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito".

Contribuindo com a reflexão acerca do entendimento dos processos migratórios, Sayad (1998) traz o conceito de "itinerário" e chama a atenção para a ilusão migrante da provisoriedade – a qual ele nomeia "definitiva condição provisória" (SAYAD, 1998). O autor traz também a discussão sobre desenraizamento, defendendo que o migrante não deixa suas raízes, não abdica delas, mas é "arrancado" do seu contexto. O desenraizamento não significa, portanto, ruptura completa, muito menos imediata, com a origem. Ao contrário, o desenraizamento sugere o contato com a origem.

Simon (2006), por sua vez, também no exercício de refletir sobre o fenômeno migratório contemporâneo, propõe o conceito de "espaço migratório", grifando a conveniência do termo, uma vez que ele abrange todo o espaço praticado pelos migrantes – "espaço de origem", "espaço de implantação", mas, também, "espaço de trânsito", "espaço de repercussão" –, funcionando como algo contínuo e atuando em diferentes escalas – regional, intercontinental, planetária. Ao mesmo tempo, a autora grifa que, entre o espaço de origem e o espaço de implantação, há um espaço fisicamente descontínuo, mas unido afetiva e simbolicamente, em uma espécie de tensão permanente entre aqui e ali.

Impelidos por motivações das mais diversas, migrantes desenham seu amplo "espaço migratório" (SIMON, 2006) a partir de fluxos migratórios transnacionais, sendo esses os novos migrantes internacionais. Entre esses sujeitos, destacam-se aqui as bolivianas e os bolivianos na RMBH-MG, migrantes que permanecem conectados à Bolívia, mesmo quando em seu novo espaço da migração (BAENINGER, 1999), com a criação de vínculos identitários entre esses sujeitos, bem como de laços ressignificados entre eles e o país de origem, além da criação de vínculos entre eles e a cultura brasileira. Trata-se, desta forma, do encontro entre o Brasil e a Bolívia.

Migrações Sul-Sul e os novos fluxos migratórios

O capitalismo, ao aprofundar a desigualdade entre ricos e pobres – entre o Norte e o Sul Global –, redesenha constantemente o contexto das migrações internacionais

(BAENINGER et al., 2018). Reafirma-se, também por isso, a necessidade de uma nova leitura para esses processos migratórios contemporâneos, a partir de novos paradigmas, por eles apresentarem características distintas dos fluxos anteriores – registrados nos séculos 19 e 20. O atual fenômeno migratório internacional é marcado pela intensificação das migrações Sul-Sul (PHELPS, 2014) – configuradas pelo movimento cada vez mais vigoroso de migrantes entre e em direção aos Países do Sul. Esse é o caso do aumento da imigração boliviana no Brasil no século 21, tendo em São Paulo-SP o principal receptor, mas também sendo reconfigurada espacialmente no território brasileiro a partir da migração interna, alcançando a RMBH-MG ainda mais recentemente.

Phelps (2014) analisa a importância das migrações Sul-Sul, esclarecendo tratar-se de um fenômeno de magnitude superior à considerada para os países do Norte Global pelos estudiosos da temática. O autor – estadunidense e residente nos Estados Unidos –, defende que, para compreender como apresentam-se as migrações em um mundo globalizado, bem como para examinar o futuro das migrações, é preciso um olhar para além dos Estados Unidos – acrescenta-se, aqui: para além dos Países do Norte, de forma geral. Phelps (2014) grifa a relevância do crescente investimento na análise dos fluxos que definem as migrações entre periferias dinâmicas e se revelam cada vez mais frequentes. O autor ainda afirma que a compreensão das migrações Sul-Sul, bem como dos vínculos entre o Sul e o Norte Global, pode fornecer um quadro mais completo para as discussões de políticas que visam as atuais migrações internacionais – o que contribui para a sua governança.

Para dimensionar a relevância contemporânea das migrações Sul-Sul, Phelps (2014) expõe que, embora as estatísticas variem, do total de migrantes internacionais, aqueles que vão de Sul a Sul tendem a exceder os que vão de Norte a Sul e os que vão de Norte a Norte, bem como tendem a ser razoavelmente iguais aos fluxos que vão de Sul a Norte. Finalmente o autor ressalta que, independentemente dos números exatos – que são inalcançáveis –, a magnitude das migrações Sul-Sul é enorme. O Departamento de Assuntos

Econômicos e Sociais das Nações Unidas[9] estimou que as migrações Sul-Sul envolvam 73 milhões de pessoas (dado de 2012), apresentando-se a partir de fluxos extremamente diversificados e vinculados às migrações Norte-Sul da economia global (PHELPS, 2014).

Em uma análise mais crítica, Phelps (2014) defende que as migrações Sul-Sul se apresentam menos seletivas e mais temporárias dos que as Sul-Norte e que sua força de trabalho geralmente assume a forma de contratos de curto prazo. Outra questão levantada por ele é acerca dos objetivos da maior parte dos migrantes: enquanto os fluxos Sul-Norte buscam obter cidadania, residência ou reunião com membros da família, as trabalhadoras e os trabalhadores dos fluxos Sul-Sul, em sua maioria, intencionam retornar aos países de origem após o fim dos contratos.

Cortès (2000) corrobora esta leitura, apresentando o retorno como uma construção prevista no projeto migratório. O retorno ao país de origem não só é o último estágio da trajetória migratória, mas é parte integrante do projeto de migração. No caso dos fluxos Sul-Sul, o retorno se apresenta como projeto, mas dificilmente se concretiza.

Phelps (2014), seguindo sua análise, ainda defende que os migrantes Sul-Sul tendem a ter empregos instáveis e de alta rotatividade porque seu trabalho é mais barato e menos especializado, o que o leva a empregar a expressão "migração dos pobres". Daí a sua conclusão de que migrantes Sul-Sul são mais propensos – em relação aos migrantes Sul-Norte – a encarar a

---

[9] O Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas, em inglês United Nations Department of Economic and Social Affairs-UN DESA, abriga-se "[...] na sede da ONU em Nova York" e "[...] mantém o pilar de desenvolvimento da Secretaria da ONU. Suas divisões e escritórios trabalham juntos para um objetivo comum de promover as dimensões social, econômica e ambiental do desenvolvimento sustentável. [...] Aborda uma série de questões transversais que afetam a vida e a subsistência das pessoas, especialmente as mais vulneráveis [...] tendo como base a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) apoiados pela Agenda de Ação de Addis Abeba". Apresenta como missão "[...] promover o desenvolvimento para todos", ressaltando "[...] a necessidade de todos os atores – governos, ONU e outras organizações internacionais, sociedade civil e setor privado – fazerem sua parte para melhorar o bem-estar econômico e social e não deixar ninguém para trás". Disponível em: https://www.un.org/development/desa/en/about.html. Acesso em: 22 nov. 2018.

migração como "estratégia de sobrevivência extrema". Phelps (2014) conclui que, em decorrência desse padrão migratório, os países de renda mais baixa que contribuem para as migrações Sul-Sul se beneficiam menos em termos financeiros – ao receberem menos remessas do que os que contribuem para as migrações Sul-Norte –, além de perderem quantias substanciais de "capital humano" sem receberem o influxo de trabalhadoras e de trabalhadores que os "países em desenvolvimento de renda média" têm.

Postas as diferenças entre os fluxos Sul-Sul e Sul-Norte, observa-se uma situação de (ainda) maior vulnerabilidade – financeira e social – para migrantes dos fluxos Sul-Sul quando comparados aos migrantes dos fluxos Sul-Norte. A despeito de as migrações para e entre o Sul Global revelarem-se menos interessantes para os sujeitos das migrações internacionais, elas têm sido cada vez mais iluminadas pelos migrantes transnacionais, o que é explicado pela geopolítica global, visto que, conforme já discutido, governos populistas de direita interromperam o diálogo e estão abandonando o Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular da Organização das Nações Unidas:

> Negociado desde 2017, o pacto estabeleceu diretrizes para o acolhimento de imigrantes. Entre os pontos definidos estão a noção de que países devem dar uma resposta coordenada aos fluxos migratórios, de que a garantia de direitos humanos não deve estar atrelada a nacionalidades e de que restrições à imigração devem ser adotadas como um último recurso. O documento foi chancelado por cerca de dois terços dos 193 países membros da ONU. Algumas nações poderosas – caso dos EUA, Itália, Austrália e Israel, entre outros – ficaram de fora por avaliar que o pacto violava a soberania dos Estados[10].

Desta forma, observa-se um amplo processo de recrudescimento das políticas imigratórias nesses territórios restringindo migrantes "periféricos na periferia" (BASSO, 2013), revelando o fomento das migrações Sul-Sul (PHELPS, 2014).

[10] Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/08/em-comunicado-a-diplomatas-governo-bolsonaro-confirma-saida-de-pacto-de-migracao-da-onu.ghtml. Acesso em: 9 jan. 2019.

Phelps (2014) insiste que estudar as migrações Sul-Sul contribui para um melhor entendimento dos padrões globais de migração, bem como para revelar como a política de imigração no Norte Global afeta o mundo em desenvolvimento. Segundo o autor, a maior seletividade nas migrações Sul-Norte torna as migrações Sul-Sul menos seletivas, desviando os fluxos migratórios de força de trabalho para o Sul Global.

Soma-se a este recrudescimento das políticas migratórias no Norte Global o fato de alguns Países do Sul terem conquistado, neste século 21, posições geopoliticamente importantes, aumentando seu poder atrativo. Ao mesmo tempo, destaca-se aqui que a maior mobilidade entre países do Sul Global revela a dependência desses países em relação ao Norte Global.

Basso (2013, p. 99) também contribui apontando como "gravíssima" a "recessão do início do século", que "[...] entrelaça-se e se sobrepõe ao fim da ordem mundial erguida sobre o primado estadunidense, e, no sentido lato, ocidental". O autor continua sua análise, afirmando que

> A China, a Índia, o Oriente crescem e, com eles, também alguns outros países do sul do mundo, a começar pelo Brasil. Aquilo que a grande crise mostrou é uma verdadeira passagem de época, com um deslocamento do baricentro da economia e do poder em escala mundial do eixo euro-estadunidense para a China e, no sentido mais geral, para o Oriente, ou para um *mix* de Oriente e sul do mundo (BASSO, 2013, p. 100).

Novick (2008a) – usando como contexto a Argentina –, aponta a contradição de migrantes de países vizinhos serem considerados um "perigo" ou um "problema sério", uma vez que eles são cidadãos de Estados com os quais a Argentina está construindo uma experiência de integração original – o Mercado Comum do Sul (Mercosul). A autora ainda reforça que essa experiência pode ajudar os países da América Latina a enfrentar um desvantajoso panorama internacional[11].

[11] Nas palavras da autora: "[...] los migrantes de países vecinos no pueden ser considerados un 'peligro' o un 'grave problema', sino que son ciudadanos de Estados con los cuales la Argentina está construyendo una experiencia original de integración.

A reflexão de Novick (2008a) pode ser transposta ao contexto do Brasil, que entra no novo cenário das migrações internacionais pelo recente sucesso de políticas econômicas e pela posição geopolítica assumida, sobretudo, a partir dos anos 2000. Apesar do (e alimentado pelo) atual contexto de crise internacional, bem como apesar do atual contexto de crise interna[12] (SOUZA, 2017), o Brasil reafirma-se e se mantém nesse novo cenário (BAENINGER et al., 2018), ratificando e podendo servir de exemplo para a supracitada reflexão de Basso (2013). Tal como o autor defendeu, o que é muitas vezes simplificado e exposto como crise do capitalismo, revela-se uma nova conformação da geopolítica e da economia mundial.

Desta forma, como nos ensinam Baeninger et al. (2018), o Brasil não se apresenta como o país desejado, mas é o país possível no âmbito da geopolítica global das migrações internacionais. Entender os atuais processos migratórios transnacionais exige ver o Brasil em seu novo papel geopolítico de destaque dentro das migrações Sul-Sul, que o coloca como país de trânsito, compondo os "novos espaços de circulação migratória" (PELLEGRINO, 2003). Um país de trânsito migratório compreende espaços que os próprios migrantes mobilizam para cumprir os seus projetos migratórios (BAENINGER et al., 2018).

A despeito do fomento das migrações Sul-Sul, segundo Basso (2013, p. 111), as "[...] migrações internacionais para os países europeus (e para os Estados Unidos) certamente não estão por se exaurir. Nas próximas décadas, é mesmo previsível a intensificação delas". Porém, as dificuldades impostas aos fluxos migratórios que buscam entrar nos Países do Norte revelam-se cada vez mais intensas e, assim,

---

Esta experiencia puede auxiliar a los países latinoamericanos a enfrentar un desventajoso panorama internacional" (NOVICK, 2008a, p. 92).

[12] Crise política pela qual o Brasil vem passando desde junho de 2013 – mês que pode ser tomado como marco para o início da crise, que se aprofundou com o golpe que levou ao impedimento da então presidenta Dilma Rousseff em 2016 –, contextualizada na introdução.

> [...] o cenário das migrações internacionais no século 21 tem sido marcado por movimentos migratórios que incluem percursos, cada vez mais intensos, entre os países do Sul global. [...] As migrações Sul-Sul entre e em direção aos países da América Latina, na última década, demonstram a complexidade e heterogeneidade da imigração internacional. Denotam os desafios teórico-metodológicos para explicações e análises das migrações entre os países da região. [...] De fato, as migrações Sul-Sul se consolidam no bojo de processo mais amplo das migrações transnacionais, da divisão internacional do trabalho, da mobilidade do capital (BAENINGER et al., 2018, p. 13).

A conjuntura contemporânea nos conduz, desta forma, a compreender a posição do Brasil e da América Latina no quadro contemporâneo das migrações Sul-Sul (PHELPS, 2014). A recente migração internacional para o Brasil, por sua vez, mostra especificidades em relação à história imigratória do País, sendo relevante o fato de ser proveniente de uma intensificação dessas migrações Sul-Sul. E, como já mencionado, Fernandes (2015, p. 32) chama a atenção para o fato de que, "[...] entre os fluxos de imigrantes recebidos pelo Brasil, destaca-se o dos bolivianos".

Esse contexto vivenciado pelos sujeitos desta pesquisa – bolivianas e bolivianos na RMBH-MG – que optaram pelo Brasil pela dificuldade de acesso ao Norte e pelo crescimento da comunidade boliviana aqui, tem enfrentado, também, uma política interna mais restritiva desde a saída do Brasil do Pacto Global para a Migração:

> [...] nesta terça-feira [8 de janeiro de 2019], o Ministério das Relações Exteriores pediu a diplomatas brasileiros que comuniquem à Organização das Nações Unidas (ONU) que o Brasil saiu do Pacto Global para a Migração, ao qual o país tinha aderido em dezembro [de 2018], no fim do governo Michel Temer. [...] O ex-chanceler Aloysio Nunes Ferreira, que representou o Brasil nas negociações, já havia criticado a ideia de abandonar o pacto. 'A questão (migratória) é sim uma questão global. Todas as regiões do mundo são afetadas pelos fluxos migratórios, ora como polo emissor, ora como lugar de trânsito, ora como destino. Daí a necessidade de respostas de âmbito global'.

> [...] Aloysio afirmou ainda que o pacto não 'autoriza migração indiscriminada' e 'busca apenas servir de referência para o ordenamento dos fluxos migratórios, sem a menor interferência com a definição soberana por cada país de sua política migratória'[13].

O governo de Jair Bolsonaro toma essa atitude alinhando-se ao governo Trump e suas promessas de campanha. A saída do Brasil desse Pacto foi uma das primeiras medidas tomadas pelo governo federal e tornou ainda mais incerto o futuro das migrações internacionais no País.

A dimensão espacial das migrações Sul-Sul

De acordo com Phelps (2014), as dificuldades para regularização migratória, tão recorrente entre migrantes Sul-Sul, fazem com que as estimativas desses fluxos sejam muito inferiores à realidade. Ainda segundo o autor, os altos níveis de "migração irregular" representam desafios para os governos dos países de origem e dos espaços da migração, uma vez que a "migração irregular" deixa seus sujeitos "vulneráveis ao tráfico, fraude, exploração e abuso" (PHELPS, 2014, p. 4).

A análise deste contexto de intensificação das migrações internacionais e formação de novos fluxos migratórios requer a ruptura com a ideia limitante inerente ao Estado-Nação, cujas fronteiras impõem barreiras visíveis e invisíveis a migrantes (RAFFESTIN, 1993). Tais fronteiras expressam, além de suas "[...] funções estratégicas [...] e diplomáticas, a [função] de servirem como barreira alfandegária, migratória ou sanitária" (FOUCHER, 1991, p. 39), o que vai de encontro à sociedade global compreendida com base no fato de que migrar é um direito. De todo modo, as migrações Sul-Sul não rompem com a configuração espacial dos Estados Nacionais impostas pelos colonizadores do Norte. Foram-nos impostos valores, perversidades, intolerância e aversão àqueles que foram expropriados, como todo colonizado.

---

[13] Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/08/em-comunicado-a-diplomatas-governo-bolsonaro-confirma-saida-de-pacto-de-migracao-da-onu.ghtml. Acesso em: 9 jan. 2019.

Porém, as fronteiras impostas no processo de produção dos Estados Modernos demandam reflexões teóricas. Ao definirem e insinuarem demarcações espaciais, forjam identidades que preconizam sentimentos de pertencimento e, quando exaltados, dificultam o intercâmbio entre outros Estados. Essa dificuldade repercute diretamente na entrada de migrantes em determinados territórios.

Nesse sentido, é interessante analisarmos algumas contribuições de estudiosos concernentes ao debate teórico acerca dos termos *limite* e *fronteira*. Esses termos não guardam o mesmo sentido, embora tenham sido assimilados – com a evolução da cartografia e, mais concretamente, com o Estado moderno – e tomados, muitas vezes, e sobretudo nesses contextos, como sinônimos. Neste estudo, acredita-se na relevância da distinção entre eles. Hissa (2002, p. 34) aponta que

> [...] fronteiras e limites, em princípio, fornecem imagens conceituais equivalentes. Entretanto, aproximações e distanciamentos podem ser percebidos [...]. A fronteira [...] parece ser o espaço abstrato, areal, por onde passa o limite. O marco de fronteira, reivindicando o caráter de símbolo visual do limite, define por onde passa a linha imaginária que divide territórios. Fronteiras e limites ainda parecem dar-se as costas. A fronteira coloca-se à frente (front), como se ousasse representar o começo de tudo onde exatamente parece terminar; o limite, de outra parte, parece significar o fim do que estabelece a coesão do território. [...] O limite estimula a ideia sobre a distância e a separação, enquanto a fronteira movimenta a reflexão sobre o contato e a integração.

Os limites territoriais traduzem, assim, o poder daqueles que influenciam ou controlam atividades produtivas. Apesar da artificialidade desses limites – e por essa artificialidade –, são grandes as dificuldades enfrentadas por migrantes em todo o mundo. A artificialidade não torna o limite

menos concreto. A questão é dialética[14]. Comumente, coloca-se a fronteira como uma linha imaginária, porém, ela tem concretude quanto às leis definidas dentro de um território e quanto aos migrantes. Talvez a realidade desses sujeitos seja a que revela com maior contundência a concretude das fronteiras.

Sobre o caráter imperialista da fronteira, Raffestin (1993, p. 166) contribui: "[...] é absurdo falar em fronteiras naturais, que só existem na condição de serem subtraídas da historicidade. E se as subtraímos da historicidade, é para 'naturalizá-las', ou seja, para fazê-las o instrumento de uma dominação que procura se perpetuar". Machado (1998, p. 41-42), por sua vez, define a fronteira como correspondendo a "[...] forças centrífugas", indicando sua direção para fora, enquanto os limites "[...] estão orientados para dentro, forças centrípetas", concluindo que "[...] enquanto a fronteira pode ser um fator de integração, [...] o limite é um fator de separação".

Para compreender as novas necessidades, impostas pela atual realidade migratória internacional, torna-se imprescindível refletir sobre a conformação espacial do fenômeno migratório (TARRIUS, 2002). Baeninger (2013, p. 9) concorda com Tarrius (2002) voltando seu foco para os fluxos que chegam ao Brasil:

> Os movimentos migratórios internacionais no Brasil, nos anos 2000, reforçam a tendência de configuração de espaços da migração, com a necessidade de diferentes olhares para as escalas e arranjos transnacionais aonde

[14] Lefebvre (1974, p. 58) reflete sobre o pensamento dialético explicando que ele "[...] segue a formação do todo a partir das contradições, como momento e fase de seu desenvolvimento". Konder (1981, p. 49) também contribui, afirmando que "num sentido amplo, filosófico, [...] a *contradição* é reconhecida pela dialética como princípio básico do movimento pelo qual os seres existem" (grifo do autor). Este autor esclarece que "os conceitos funcionam como pares inseparáveis", o que implica no fato de que a "[...] dialética não pode admitir contraposições metafísicas, tais como *mudança-permanência*, ou *absoluto-relativo*, ou *finito-infinito*, ou *singular-universal*, etc. Para a dialética, tais conceitos são como 'cara' e 'coroa': duas faces da mesma moeda" (KONDER, 1981, p. 56; grifos do autor). E completa, afirmando que "[...] os dois lados se opõem e, no entanto, constituem uma unidade" (KONDER, 1981, p. 59).

> esses fluxos se processam, seus sentidos e repercussões dentro e fora das fronteiras territoriais.

Tomando como parâmetro as propostas de Tarrius (2002) e Baeninger (2013), bem como toda a discussão empreendida até aqui, analisa-se a imigração boliviana no Brasil. A mobilidade do capital internacional, ao alcançar a indústria têxtil, impele bolivianas e bolivianos a migrarem para o Brasil, que se apresenta como país de trânsito para várias nacionalidades (BAENINGER et al., 2018).

A mobilidade da força de trabalho é pautada na atual divisão internacional do trabalho, que resulta na criação de novos processos migratórios (SASSEN, 1988) e novos espaços das migrações internacionais no âmbito global e nacional (BAENINGER, 2012a). A complexidade que delineia as migrações transnacionais contemporâneas é composta por redes migratórias (TRUZZI, 2008), a partir da cadeia global de produção (WALDINGER, 1994). Souchaud e Baeninger (2008, p. 4) explicam que, entre das estratégias que norteiam os atuais fluxos migratórios, "[...] os espaços são considerados como recursos, num processo cumulativo", e esclarecem, ainda, que "[...] a circulação dos indivíduos e de bens e informações que lhes são associados, em diferentes espaços articulados entre si, criam uma dinâmica territorial complexa".

Os fluxos espaciais de mercadorias e de capitais – que alicerçam o espaço em rede – ligam as trabalhadoras e os trabalhadores do mundo, pois "[...] eles vivem em comum certas experiências, como, por exemplo, a subordinação ao mercado distante" (SANTOS, 2011, p. 90). "Quanto mais avança a civilização material, mais se impõe o caráter deliberado na constituição de redes" (SANTOS, 2004, p. 265). Neste contexto, trabalhadoras e trabalhadores estão interligados pela sua condição de força de trabalho, bem como pela rede espacial erigida pela técnica da informação, que promove a comunicação entre as demais técnicas (SANTOS, 2004).

O desenvolvimento industrial do capitalismo e seus desdobramentos contribuem para a mobilidade da população e, consequentemente, para a criação da mencionada "dinâmica territorial complexa" (SOUCHAUD; BAENINGER, 2008, p. 4).

Esta é uma dimensão essencial para compreender as migrações – processos que não podem ser deslocados do contexto do desenvolvimento da economia capitalista (SINGER, 1980), pois: "[...] como, no processo global da produção, a circulação prevalece sobre a produção propriamente dita, os fluxos se tornam mais importantes ainda para a explicação de uma determinada situação" (SANTOS, 2004, p. 268).

Cabe aqui uma distinção acerca da divisão internacional do trabalho no que se refere aos Países do Sul. Alguns destes absorveram atividades industriais com mais intensidade do que outros, o que repercute no processo de atração de migrantes, e é nesse sentido que podemos pensar a relação entre a Bolívia e o Brasil.

O atual processo de reestruturação produtiva (HARVEY, 2008) revela-se pela dispersão espacial da produção (SASSEN, 1990). A desconcentração industrial, por sua vez, move excedentes populacionais. Esta nova fase da acumulação capitalista requer intensa mobilidade do capital e da força de trabalho (SASSEN, 1988). Entretanto, a mobilidade do capital para determinados Países do Sul contribuiu para a sua diferenciação em relação àqueles que permaneceram atrelados ao passado agrário, mobilizando, também, força de trabalho e intensificando as migrações Sul-Sul.

O progresso técnico também desenha esta complexa trama, gerando excedente de força de trabalho, o que compõe a natureza da acumulação capitalista. "O capitalismo mantém uma parte da força de trabalho em estoque" (SINGER, 1980, p. 242). A geração de excedente demográfico – cujos locais de produção são chamados, por Singer (1980), de "viveiros de mão de obra"[15] – também contribui, e revela-se, desta forma, como pilar da produção do capital, sendo recorrente em diversos países. O tamanho deste exército, porém, é o que vai variar. "O número de migrantes que contribui para expandir a oferta de força de trabalho urbano depende, predominantemente, dos fatores de expulsão" (SINGER, 1980, p. 227).

[15] Singer (1980) refere-se ao alto crescimento vegetativo da população em regiões "estagnadas", realidade que tende a fazer delas verdadeiros "viveiros de mão de obra".

Standing (2017, p. 143) coloca os sujeitos migrantes como um "exército de reserva fantasma" alimentado pela migração "não documentada". Segundo o autor, "[...] os trabalhadores não registrados ocupam empregos mal remunerados e podem ser demitidos e deportados se necessário" e, por não serem apresentados "[...] nas folhas de pagamento das empresas e das famílias", "[...] desaparecem nos cantos e recantos da sociedade quando a recessão atinge" (STANDING, 2017, p. 143). Completando seu raciocínio no intuito de explicar o termo proposto – "exército de reserva fantasma" –, Standing (2017) conclui dizendo que a "[...] produtividade parece se elevar maravilhosamente em uma alta repentina, na medida em que mais pessoas são recrutadas sem aparecer nas estatísticas, e o emprego, misteriosamente, cai menos do que a queda na produção e da demanda nas recessões" (STANDING, 2017, p. 143).

Refletir sobre o migrante como exército de reserva, independentemente do perfil e da situação migratória – uma vez que ela depende, entre outros fatores, de cada contexto histórico e geográfico –, permite reafirmá-lo como constituinte de um processo impulsionado pelas constantes reestruturações produtivas. Todo o processo é concretizado, hoje, entre outros meios, a partir da tecnologia da informação.

Tal tecnologia promove o que Santos (2004, p. 268-269) chama de "guerra dos lugares", quando se estabelece, à escala planetária, uma disputa entre espaços com o fim de que apresentem suas vantagens comparativas e, ao mesmo tempo, criem novas, para sobressaírem-se perante outros espaços e alcançarem maior poder atrativo. Ilustrando um dos desdobramentos deste processo, apresentam-se as novas tecnologias da informação, facilitando a comunicação e tornando mais complexa a atual realidade migratória. Neste contexto, os novos fluxos migratórios são produzidos. Buscando particularizá-los, Cortès e Faret (2009b, p. 16) esclarecem:

> [...] dans le contexte d'aujourd'hui, que leurs mobilités s'inscrivent forcément dans des temporalités et des formes sociales spécifiques, qui imprègnent les territoires et les sociétés qu'ils investissent. Si ce dernier point n'est pas nouveau, il répond à des logiques différentes aujourd'hui

> dans la mesure où les groupes en mouvement développent des compétences à s'organiser selon de nouvelles formes d'articulation sociale et territoriale, où les expériences dans les lieux d'installation peuvent plus facilement s'articuler avec le maintien de liens dans les régions de départ, où l'évolution des technologies de transport et de communication offre aux groupes multi-localisés des possibilités nouvelles, où les mobilisations collectives occupent aujourd'hui une place qui transcende largement la somme des expériences individuelles[16].

A complexidade da realidade migratória contemporânea nos impele, desta forma, a tomar os sujeitos migrantes como parte de um grupo que vai além de experiências individuais. De todo modo, um ponto de partida sugerido por Courgeau (1988) está na análise do "espaço de vida" desses sujeitos, cujas experiências individuais revelam um padrão coletivo. Segundo o autor, o "espaço de vida" é definido como "[...] la portion d'espace où l'individu effectue ses activités. Cette notion englobe non seulement les lieux de passage et de séjour, mais également tous les autres lieux avec lesquels l'individu est en rapport"[17] (COURGEAU, 1988, p. 17). Esse espaço reúne todos os espaços que o indivíduo vivencia, de forma presencial – como os espaços de passagem e de permanência – bem como de forma não presencial – cuja vivência é possível graças aos avanços dos meios de comunicação (COURGEAU, 1988).

"Espaço de vida" (COURGEAU, 1988) sugere, desta forma, a reflexão acerca da teoria de redes. Massey (1988, p. 396) define *redes migratórias* como "[...] complexos de laços

[16] "[...] no contexto de hoje, sua mobilidade [a de migrantes transnacionais] inevitavelmente se enquadra em temporalidades e formas sociais específicas, que permeiam os territórios e empresas que investem. Se este último ponto não é novo, ele responde hoje a diferentes lógicas, na medida em que os grupos em movimento desenvolvem competências a serem organizadas de acordo com novas formas de articulação social e territorial, nas quais as experiências nos locais de instalação podem ser mais facilmente ligadas à manutenção de vínculos com as regiões de partida, a evolução das tecnologias de transporte e comunicação oferece aos grupos multilocalizados novas possibilidades, as mobilizações coletivas ocupam hoje um lugar que transcende em grande parte a soma de experiências individuais" (CORTÈS; FARET, 2009b, p. 16; tradução nossa).

[17] "[...] a porção do espaço onde o indivíduo efetua suas atividades. Esta noção engloba não somente os lugares de passagem e de estadia, mas também todos os outros lugares com os quais o indivíduo se relaciona" (COURGEAU, 1988, p. 17; tradução nossa).

interpessoais que ligam migrantes, migrantes anteriores e não-migrantes nas áreas de origem e de destino, por meio de vínculos de parentesco, amizade e conterraneidade". Boyd (1989, p. 641), por sua vez, esclarece que

> [...] a rede associa migrantes a não-migrantes através do tempo e do espaço. Uma vez iniciados, os fluxos migratórios tornam-se auto-alimentados, na medida em que refletem a instauração de laços e de redes de informação, assistência e obrigação que se desenvolvem entre o imigrado na sociedade de destino e amigos e parentes que permaneceram na área de origem.

Massey et al. (1993) apresentam as redes sociais como principais possibilidades de mobilização nas migrações internacionais recentes. Isto se dá, segundo os autores, devido ao fato de elas interligarem locais de origem e espaços da migração a partir de redes de informação, bem como por permitirem a (re)criação de redes nos espaços sociais dessa imigração.

Truzzi (2008, p. 199) argumenta que, "[...] com base em exemplos de experiências migratórias colhidos na literatura, [...] a noção de redes é crucial a todos os que almejam entender migrações – históricas ou contemporâneas – como um processo social". O autor alerta ainda que "[...] é sempre conveniente distinguir entre redes sociais e redes migratórias, as primeiras preexistindo e por vezes alimentando as segundas" (TRUZZI, 2008, p. 207). Ilustrando sua colocação, Truzzi (2008, p. 210) defende que "[...] são [...] as redes de relações sociais que estruturam oportunidades tanto de partir como de se colocar no novo país", além de destacar a inserção diferenciada do migrante no mercado de trabalho informal.

As redes guardam, assim, a sua grande importância para os processos migratórios. Constituem essa importância a circulação de informações e, sobretudo, a sua confiabilidade, já que elas derivam de contatos e de relações sociais inseridas no processo migratório (MASSEY et al., 1990; TRUZZI, 2008). Corroborando esta ideia, Truzzi (2008, p. 207) analisa:

> [...] o papel do agente e de sua rede de relações na decisão de partir, em contraposição ao clássico modelo push-pull, no qual são enfatizadas as condições estruturais das regiões de origem e de destino dos imigrantes. Desse

> modo, atuando no interior de redes de relações pessoais, o emigrante, individualmente ou em um núcleo familiar, passou a ser visto como um agente racional que persegue objetivos e mobiliza recursos relacionais não apenas para escolher destinos, mas também para se inserir no mercado de trabalho na sociedade receptora.

Baily (2003) traz a migração em cadeia como "[...] fatores fundamentais para determinar quem emigrava, como escolhiam seu destino, onde se estabeleciam, como obtinham trabalho e com quem se relacionavam socialmente" (BAILY, 2003, p. 47).

Em determinadas redes migratórias, observa-se o aumento vertiginoso do número de coiotes. Coiotes – ou *Coyotes* – atuam em grupos especializados em burlar os controles nas fronteiras, auxiliando a entrada – irregular – de migrantes, e compõem, na maior parte das vezes, agências de tráfico de pessoas (ZAMBERLAM et al., 2014). Esses sujeitos – também conhecidos por *Polleros*, entre outros termos – são definidos como agentes intermediários de migração, que prometem facilitar a entrada de migrantes no país almejado. Porém, muitas vezes, isso acontece a partir da superexploração da sua força de trabalho, bem como da violação dos seus direitos básicos como migrantes. O grande aumento da atuação de coiotes responde ao crescimento da demanda por trabalhadoras e trabalhadores vulneráveis e passíveis de serem superexplorados, e é evidência da indústria da migração. Esta realidade é permeada por violências e pela violação da liberdade física, laboral e psíquica dos sujeitos migrantes, desprezando todos os seus direitos, e os coagindo a se manterem nesta situação.

Com atuação cada vez mais intensa, as redes e cadeias migratórias se apresentam também como elementos da conformação de novos espaços da migração internacional (BAENINGER, 2014).

> [...] o emprego dos termos cadeias e redes, em suas acepções mais restritas ou abrangentes, procura sublinhar a circunstância de que muitos decidiam emigrar após informarem-se previamente das oportunidades (e dificuldades) com imigrantes anteriores, seja por carta, seja quando retornavam. Estes podiam prover tanto

> informações, no tocante às perspectivas de emprego e alojamento iniciais, como recursos, por meio de remessas monetárias, que pudessem financiar e assim viabilizar a viagem. Cabe, nesse sentido, sublinhar o papel ativo dos emigrados na sociedade de origem, de modo a influenciar o comportamento de novos migrantes potenciais, estimulando ou refreando projetos, expectativas e investimentos futuros (TRUZZI, 2008, p. 203).

Ainda pensando sobre os laços entre origem e espaço da migração, Truzzi (2008, p. 214) completa:

> Cadeias e redes são instrumentos poderosos para explicar por que alguns locais de destino se vinculam fortemente a outros locais de origem dos imigrantes. [...] O aspecto mais importante, privilegiado nas análises segundo essa perspectiva, são as relações entre os indivíduos, e não os atributos de cada um deles. O ponto fundamental é buscar, a partir de cada indivíduo, a identificação de sua rede de relações. Assim, o conceito de redes concebe a sociedade como um conjunto de relações, e introduz uma dimensão da estrutura social entendida como estrutura de relações.

Nessa perspectiva, torna-se imprescindível voltar à reflexão sobre o contexto que servem como fio condutor para os processos migratórios. Eles se dão em torno da mobilidade do trabalho, viabilizada, anteriormente, pela mobilidade do capital:

> Passada a fase de deslocamento dos pioneiros, qualquer processo migratório de massa sempre tende a associar demandas e ofertas de mão-de-obra. O conceito de redes enfatiza que essas duas esferas entram em contato e se concretizam no interior de uma trama de relações pessoais, através das quais fluem as informações sobre trabalho disponível (TRUZZI, 2008, p. 209).

Sassen (1990) reflete sobre as consequências da reestruturação produtiva inerente à globalização e explica o crescimento do complexo industrial orientado para a economia global, grifando seus desdobramentos imediatos. Entre tais desdobramentos, sublinham-se as mudanças no cenário urbano

mundial (SASSEN, 1988), a intensificação dos fluxos migratórios e, mais especificamente, o subemprego e o aumento de trabalhos executados em casa e em indústrias domésticas.

Essa inserção laboral pode ser localizada no que Standing (2017, p. 23) entende como "precariado", descrito "[...] como um neologismo que combina o adjetivo 'precário' e o substantivo relacionado 'proletariado' [...] o precariado é uma *classe-em-formação*, se não ainda uma *classe-para-si*, no sentido marxista do termo" (Grifos do autor). Ainda segundo o autor, "[...] os migrantes constituem uma grande parte do precariado mundial" (STANDING, 2017, p. 141).

Standing (2017, p. 25) descreve os sujeitos que compõem o "precariado" como sujeitos de uma "classe" e os apresentam como "[...] pessoas que têm relações de confiança mínima com o capital e o Estado, o que as torna completamente diferentes do assalariado". Pela absoluta falta de "relações de contrato social do proletariado", seguem sem qualquer garantia (STANDING, 2017, p. 25).

O processo de reestruturação produtiva conta ainda com o emprego de um novo modo de produção – o sistema *just in time*[18]. Controladas pelas empresas maiores, as pequenas oficinas foram introduzidas (SILVA, 2012, p. 84) "[...] no sistema

[18] O sistema *just in time* é um modelo de produção adotado inicialmente pelo Japão, cujo desenvolvimento é creditado à Toyota Motor Company. Hoje, é empregado em todo o mundo. Trata-se da reorganização do ambiente produtivo assentada no entendimento de que a eliminação de desperdícios garante o melhoramento contínuo dos processos de produção, revelando-se base para a melhoria da posição competitiva da empresa, sobretudo quando se analisa velocidade, qualidade e preço dos produtos. Sua filosofia baseia-se na produção de acordo com a demanda do mercado, sendo que em cada etapa do processo é produzido somente o necessário para a fase posterior, na quantidade e no momento exato. Uma de suas metas é a eliminação total dos estoques. Este sistema promete ainda ganhos em produtividade, aumento da qualidade, bem como maior capacidade de adaptação a novas condições. Para maior aprofundamento acerca do sistema *just in time,* pode-se recorrer ao artigo de Madson Denes Romário Lima, intitulado "O que é Just in Time?", publicado na página administradores.com. Disponível em http://www.administradores.com.br/artigos/carreira/o-que-e-just-in-time/21936/. Acesso em: 5 dez. 2018). HARVEY (2008, p. 148) ao dissertar sobre acumulação flexível em "A condição pós-moderna", também elucida acerca deste conceito, apresentado por ele como "sistema de gerenciamento de estoques [...] que corta dramaticamente a quantidade de material necessária para manter a produção fluindo".

de produção da atividade de vestuário das grandes e médias empresas". A costura chega a estas oficinas em cortes prontos para que migrantes bolivianas e bolivianos os fechem, apresentando como produto a peça costurada e pronta para ser vendida pelas empresas maiores. Tais migrantes se encontram, portanto, entrelaçados a este sistema pelas linhas da costura. Silva (2012, p. 84) descreve esse processo, esclarecendo que ele

> [...] incluiu as novas formas de gerenciamento da produção pelas empresas, que puderam articular a concepção, a produção, a circulação, o comércio e o consumo por meio de escritórios de gerenciamento e sofisticados mecanismos de logística e equipamentos de transmissão de informações, que permite maior controle das subcontratadas e movimentação da produção sob a égide do *Just in Time* (grifos da autora).

A realidade pautada na acumulação flexível, modelo hegemônico de produção que se firma a partir do processo de globalização, traz outras implicações:

> [...] a aceleração do tempo de giro na produção envolve acelerações paralelas na troca e no consumo. Sistemas aperfeiçoados de comunicação e de fluxo de informações, associados com racionalizações nas técnicas de distribuição (empacotamento, controle de estoques, conteinerização, retorno do mercado etc.), possibilitaram a circulação de mercadorias no mercado a uma velocidade maior (HARVEY, 2008, p. 257).

Para essa aceleração no ritmo do consumo, foi necessária a "mobilização da moda em mercados de massa (em oposição a mercados de elite)" (HARVEY, 2008, p. 258). Como consequência da aceleração generalizada dos tempos de giro do capital, Harvey (2008, p. 258) destaca a acentuação da "[...] volatilidade e efemeridade de modas, produtos, técnicas de produção, processos de trabalho, ideias e ideologias, valores e práticas estabelecidas. A sensação de que 'tudo que é sólido se desmancha no ar' raramente foi mais pervasiva".

Bauman (2001), em suas reflexões acerca da "modernidade líquida", também faz sua leitura sobre a volatilidade das relações sociais e institucionais destes tempos. No domínio da produção de roupas, a "descartabilidade" projeta-se como valor primário, impulsionando o processo produtivo em escala global e acelerando o ritmo de consumo, revelando-se sustentáculo imprescindível a esta nova realidade: "[...] as pessoas foram forçadas a lidar com a descartabilidade, a novidade, e as perspectivas de obsolescência instantânea" (HARVEY, 2008, p. 258).

Associada à efemeridade, a publicidade surge como amparo à globalização econômica neoliberal, garantindo êxito aos seus planos de reprodução do capital. A comunicabilidade instantânea, cujo alcance pode ser o mundo, revela-se fundamental neste processo:

> Dominar ou intervir ativamente na produção da volatilidade envolvem [...] a manipulação do gosto e da opinião, seja tonando-se um líder da moda ou saturando o mercado com imagens que adaptem a volatilidade a fins particulares. Isso significa, em ambos os casos, construir novos sistemas de signos e imagens, o que constitui em si mesmo um aspecto importante da condição pós-moderna [...]. A publicidade e as imagens da mídia [...] passaram a ter um papel muito mais integrador nas práticas culturais, tendo assumido agora uma importância muito maior na dinâmica de crescimento do capitalismo. Além disso, a publicidade já não parte da ideia de informar ou prover no sentido comum, voltando-se cada vez mais para a manipulação dos desejos e gostos mediante imagens que podem ou não ter relação com o produto a ser vendido" (HARVEY, 2008, p. 259).

A propaganda desenha o modo de vida urbano e alimenta a necessidade de consumo criada pela própria publicidade. Beneficiados por esta lógica, a sociedade responde e a demanda por produtos revela-se cada vez maior.

Basso (2013) explicita as grandes vantagens para o capital que estão implícitas neste modo de produção, vantagens que se traduzem, por conseguinte, em desvantagens para trabalhadoras e trabalhadores migrantes. A sua aplicação garante lucros substanciais para as grandes empresas, mas, para

as pequenas, revela-se precarização das condições de trabalho de trabalhadoras e trabalhadores explorados, bem como das condições de vida desses sujeitos.

Assim acontece nas pequenas oficinas onde trabalham costureiras e costureiros subcontratados no Brasil – bolivianas e bolivianos migrantes. As oficinas-moradias improvisadas têm maior dificuldade de serem realizadas nos territórios dos países do Norte devido às leis e fiscalizações, enquanto nos países do Sul se tornam uma realidade em expansão. No Norte, o produto chega direto para o comércio e para as mãos do mercado consumidor, enquanto a produção é efetivada no Sul, pelo "precariado".

Basso (2013, p. 95-96) apresenta os sujeitos que compõem "[...] uma força de trabalho *just in time*, vinculada, sem nenhuma liberdade de circulação, sem nenhum direito permanente, sem sindicato", envolvendo, "[...] o quanto possível, também os imigrantes mais antigos a uma condição de mera, *nua* força de trabalho" (grifos do autor). Standing (2017, p. 47) justifica toda esta precariedade, afirmando que "[...] essa é a realidade de um sistema que exalta e promove uma forma de vida baseada em competitividade, meritocracia e flexibilidade", no qual é imposto "[...] ao precariado que ele deve responder às forças de mercado e ser infinitamente adaptável".

Em sua reflexão acerca do incremento do "precariado", Standing (2017, p. 141) aponta os migrantes como "uma das razões de seu crescimento", denunciando o risco de esses sujeitos se tornarem "suas principais vítimas, demonizados e transformados em bode expiatório dos problemas não criados por eles". Ao citar exemplos de práticas institucionais de diversos países do mundo, o autor demonstra que "[...] a demonização é generalizada" (STANDING, 2017, p. 151).

Standing (2017, p. 150) ainda aponta migrantes nessa condição como "[...] descartáveis, sem acesso aos benefícios do Estado ou da empresa, e [que] podem ser descartados com impunidade, pois, se protestarem, a polícia será mobilizada para penalizá-los, criminalizá-los e deportá-los". Basso (2013) aponta alguns interesses em se produzir a "clandestinidade" de migrantes e explicita as consequências que esta condição traz para esses sujeitos:

> Como já é sabido, nenhum imigrado ou imigrada *escolhe* estar sem documentos, visto que tal condição constitui uma desvantagem em todos os aspectos: material, social, psicológico, existencial. São, na realidade, as legislações restritivas aos movimentos migratórios que produzem 'irregularidade' em ciclo continuado. Essa irregularidade é muito propícia às empresas por permitir-lhes ter contingentes de trabalhadores à vontade [...], *obrigados* a vender-se a baixo preço e a fornecer-lhes lucros exorbitantes, enquanto se encontram exatamente na condição de irregularidade *forçada* (BASSO, 2013, p. 89; grifos do autor).

O autor alerta para a intensificação das políticas institucionais restritivas que, apesar de não terem como finalidade principal "nenhuma migração", tem-na, certamente, na "*imigração sem nenhum direito*" (BASSO, 2013, p. 90, grifos do autor). É neste contexto de ausência de direitos migrantes que atuam as redes migratórias. Alimentando a produção global da costura, redes migratórias garantem a inserção laboral de migrantes desde o país de origem. Fortes redes migratórias recrutam pessoas na origem, na etapa e no destino, e a imigração boliviana no Brasil se apresenta emaranhada nesta teia. O mercado global estabelecido pelas redes reafirma as vantagens dos grandes capitalistas em detrimento da força de trabalho. As redes se beneficiam da situação migratória irregular para superexplorar a força de trabalho migrante.

E, neste contexto, migrantes transnacionais seguem distantes de direitos e de melhorias de suas condições de trabalho e de vida. Arendt (1978) reflete sobre o "direito a ter direitos", que, para esta autora, é a única via de acesso aos direitos humanos – o mínimo que deveria ser garantido aos migrantes:

> Só conseguimos perceber a existência de um direito a ter direitos (e isto significa viver numa estrutura onde se é julgado pelas ações e opiniões) e de um direito de pertencer a algum tipo de comunidade organizada, quando surgiram milhões de pessoas que haviam perdido esses direitos e não podiam recuperá-los devido à nova situação política global. O problema é que essa calamidade surgiu não de alguma falta de civilização, atraso ou simples tirania, mas, pelo contrário, que é irreparável porque já

> não há qualquer lugar "incivilizado" na Terra, pois, queiramos ou não, já começamos realmente a viver num Mundo Único. Só com a humanidade completamente organizada, a perda do lar e da condição política de um homem pode equivaler à sua expulsão da humanidade (ARENDT, 1978, p. 381-382).

Acosta (2016, p. 123) defende o "direito a ter direitos":

> Ao longo da história, cada ampliação de direitos foi anteriormente impensável. A emancipação dos escravos ou o estabelecimento de direitos civis aos negros e às mulheres, por exemplo, foram um dia considerados absurdos. Foi necessário que ao longo da história se reconhecesse 'o direito a ter direitos', e isso se obteve sempre com o esforço político para mudar as visões, os costumes e as leis que negavam esses direitos. Não deixa de ser curioso que muitas das pessoas que se opõem a uma nova ampliação de direitos não tenham pudor algum em aceitar que se concedam direitos quase humanos a empresas – o que é uma grande aberração.

Termos em mente que somos todos migrantes pode ser uma saída para fugirmos desta "aberração" (ACOSTA, 2016), motivando-nos a lutar pela ampliação dos direitos migrantes. Porém, o xenorracismo ainda pauta a leitura de nacionais em relação a esses sujeitos. Este cenário tende a manter-se, uma vez que o racismo institucional continuará a ser praticado e propagandeado, sobretudo pelos países europeus, e no Brasil já há registros da repetição desse padrão de desrespeito voltado para os migrantes não-brancos, o que inclui as bolivianas e os bolivianos.

> Pode-se dar [...] por óbvio que a Europa não poderá, de nenhum modo, renunciar ao racismo institucional. Essa é a fórmula mágica através da qual os governos e os Estados podem reabastecer as empresas de braços e de cérebros do mundo inteiro a baixíssimo custo, descarregar sobre causas, fatores e atores externos a responsabilidade dos males sociais e, assim, diminuir os riscos de explosões e conflitos sociais *segundo linhagens de classe*, jogando os trabalhadores e os 'povos' uns contra os outros (BASSO, 2013, p. 111; grifos do autor).

A dimensão territorial da imigração boliviana

Estimativas apontam que aproximadamente 20% da população boliviana tenha emigrado, e fluxos de bolivianas e bolivianos continuam se dirigindo para a Argentina – principal espaço da migração (BAENINGER, 1999) boliviana desde o século 19 –; para os Estados Unidos; para países da União Europeia – dos quais se destacam Espanha e Itália –; para Israel, para o Japão e para a Austrália; bem como, mais recentemente, para o Brasil, para o Peru e para a Venezuela; (HINOJOSA GORDONAVA, 2004; 2008; 2009; DE LA TORRE, 2006).

No caso do Brasil, desde os anos 1980 a imigração boliviana para a costura constrói a sua história (SILVA, 1997; 2003). Observa-se uma mudança no perfil desse fluxo ao longo dos últimos anos (AZEVEDO, 2005; CYMBALISTA; XAVIER, 2007; FREITAS, 2014). Estudantes e profissionais liberais bolivianas e bolivianos deixavam seu país em meados do século 20 por motivações políticas, econômicas ou profissionais, sendo também significativa a quantidade de mulheres que se tornavam cuidadoras de crianças no Brasil, sobretudo em São Paulo-SP (SILVA, 2006). Nos anos finais do último século, o fluxo passa a ser composto por trabalhadoras e por trabalhadores antes empregados em minas e em fábricas bolivianas, o que implica em uma força de trabalho de baixa qualificação que é absorvida por pequenas oficinas de costura (AZEVEDO, 2005; BASSEGIO, 2004; CYMBALISTA; XAVIER, 2007; FERRETI, 2002; SILVA, 1997; 2006; KADLUBA, 2007).

A imigração boliviana tem como principal porta de entrada, portanto, a indústria têxtil. Silva (2008, p.18) afirma

> [...] entre os bolivianos recém-chegados é comum encontrar pessoas analfabetas e com uma faixa etária acima dos 45 anos, fato este que revela a dinâmica das redes familiares no interior das oficinas de costura, cujos filhos residentes no Brasil acabam trazendo seus pais para serem incorporados também neste segmento de produção, onde as relações de parentesco são predominantes.

A mobilidade deste perfil de força de trabalho revela as vantagens para o capitalismo de deslocar populações atendendo aos seus interesses. O desenraizamento e a desterritorialização tornam-se realidades contemporâneas e são, dialeticamente, produtores e produtos da superexploração da força de trabalho. Todo este cenário contribui para a reorganização da divisão territorial do trabalho, na qual a migração exercerá um papel fundamental.

A existência de força de trabalho migrante em situação migratória irregular concretiza-se em maior lucro para quem os contrata, uma vez que esta condição facilita a sua superexploração. É o que acontece com migrantes bolivianas e bolivianos que não têm sua situação migratória regularizada e são, desta forma, superexplorados – mantendo-se nesta condição por receio ou por falta de opção:

> *Eles vêm pra costura, aonde não têm carteira assinada, aonde eles não têm nada. Quando eles vêm da Bolívia, eles vêm trabalhar e eles ganham por peça que costuram. Então, eles têm que... e é muito pouquinho! Então eles têm que trabalhar 14, 15 horas por dia. Mas eles não têm uma carteira assinada, eles não têm décimo terceiro, eles não têm nada! Nada! Eles não têm nada! Se eles trabalham, eles vão ganhar. Se eles não trabalham, eles não têm. Quem fica na costura? Quem não tem a documentação legalizada. Porque na hora que ela legaliza a documentação, ela vai procurar melhora* (Luna).

> *Una boliviana que procurou empregados lá na Bolívia mediante anúncios [...] então eu vim. Ela me ofereceu um trabalho que a gente vai ganhar bom, ela confeciona espaço para minhas crianças ficarem, [...] e também falou a fazer pagamentos a nós, mais a mis dois filhos. Maiores. Então a gente veio. Quando a gente chegou aqui, era tudo contrário. Não tinha condições de a gente morar. A gente vindo trabalhar na costura, a gente dormia e morava na oficina da costura mesmo. Meus filhos não tinham mesmo um lugar para poder brincar, né? Então foi muito difícil la chegada* (Jade).

> *Hasta la fronteira, eu tinha que pagar minha passagem, mas que pra aqui pra Brasil, São Paulo, ele pagaria. Mas em nenhum momento a gente falou que a gente ia estar em dívida. Eu peguei rápido a proposta. Então eu só*

> *peguei uma mochila com roupas do meu filho e uma mochila com roupas minhas, com minhas roupas, e saí. Deixei tudo para trás. E depois ele me ligou, me falou que a passagem já está comprado e que tem que passar hasta Corumbá. Dai eu falei: vou. Entrei. Cheguei aqui num dia... ele me explicou o horário de trabalho. De seis horas até dez horas. E eu falei: mas por que tantas horas? Foi o primeiro que me incomodou. Só que aí ele falou, como todos hoje em dia falam, né? Você não vai gastar em comida, você não vai gastar em moradia, você não vai pagar luz e água. Você vai trabalhar e você vai tener aqui seu salário. Eu fiquei, em parte, fiquei feliz. Mas dia seguinte já foi outra realidade mutcho mais dura. Muito mais dura!* (Nina).

Seduzir e intimidar revelam-se estratégias para conquista – e manutenção – de territórios. Uma atmosfera de sedução e intimidação é imposta a migrantes bolivianas e bolivianos pelo mercado global de costura. Seduzindo-os, garante-se a alienação da força de trabalho, promovendo sua superexploração. Intimidando-os, usa-se a vulnerabilidade deste grupo social para mantê-los nesta condição:

> *Porque eu trabalhei sete meses de graça para ele. Ele não me pagou nada! Porque eu tive... porque estava em dívida de passagem do meu filho e de passagem minha. Ele não me pagava. Três meses eu paguei os vales que ele me deu para detergente, shampoo, papel higiênico. Três meses. Um ano inteiro eu não tive salário. Então eu vejo que a maioria dos bolivianos passam assim. É uma realidade muito diferente. A gente já vem de lá pra ser mão de obra barata. E eu enxergo assim a realidade de muitos nós. Alguns superaram sim, mas, às vezes... por exemplo, quando você fala de que não se pode fazer isso, que tem lei aqui, que tem lei alá, tudo isso, eles falam: não, porque nós estamos te ajudando de sair de nosso país, que não tem dinheiro, então, nós estamos te ajudando. Tudo eles usam a palavra ajuda. Mas não é uma ajuda boa. Não é uma ajuda boa* (Nina).

Desta forma, seduzidos por promessas de melhoria das condições de vida, bolivianas e bolivianos são cooptados pela indústria têxtil. Sassen (1998, p. 56) explica que os processos migratórios são impulsionados e intensificados por "[...]

compridas cadeias de subcontratação que ligam os trabalhadores das pequenas localidades aos mercados globais". Assim se dá a migração transnacional boliviana.

> Os imigrantes seriam as principais vítimas dos efeitos perversos da globalização – que, enquanto, por um lado, acirra desigualdades regionais a nível mundial, impulsionando movimentos migratórios de massa nos países que perderam o jogo do desenvolvimento; por outro, impõe a alguns setores econômicos como, por exemplo, o setor de confecção, padrões de competitividade que passam a se sustentar à custa de processos de super exploração da força de trabalho em amplos circuitos de subcontratação (FREITAS, 2013, p. 79).

Freitas (2013) apresenta a origem das oficinas de costura nas quais migrantes bolivianas e bolivianos no Brasil trabalham:

> [...] muitos coreanos(as) deram as máquinas de costura, alugaram imóveis para a montagem das oficinas e emprestaram dinheiro para os bolivianos(as) trazerem mais trabalhadores da Bolívia. E em troca, essas oficinas bolivianas trabalhavam quase que exclusivamente para esses coreanos – sem contrato, a partir de acordos de palavra (FREITAS, 2013, p. 85).

Os sul-coreanos se espacializam no Brasil a partir da superexploração do trabalho migrante boliviano no Brasil. O território é brasileiro, o capital para investimento é sul-coreano e o trabalho é boliviano. Brasil, Coreia do Sul e Bolívia conformam uma tríade que espacializa esta relação no País. Este processo de subcontratação foi confirmado por Nina, interlocutora da pesquisa:

> *Geralmente eu trabalho para firmas coreanas. Não todas as firmas coreanas são ruins. Tem firmas coreanas que são muito ruins. Que pagam uma miséria mesmo. Elas te dão na data da entrega... tudo isso. Eles não entendem ou... não querem entender sobre o que és trabalho escravo. Porque em muitas das oficinas trabalham como que funcionários diretos dessas firmas. Porque antigamente falava que eles contratavam pessoa com carteira assinada, mas agora liberou muito porque eles*

> *pegam uma pequena oficina, donde têm pessoas que estão em serviço. Se estão com uma costura boa, pagam, se não estão com uma costura boa, eles descontam, não pagam. Então, tem também esse abuso. Esse abuso deles.*

Freitas (2013, p. 86) apresenta, por sua vez, os desdobramentos deste processo para migrantes bolivianas e bolivianos:

> [...] aos poucos, por uma confluência de fatores, os bolivianos(as) começam a assumir outro papel no interior do circuito de produção e comercialização de roupas dos coreanos. Deixam de ser apenas força de trabalho recrutada para se transformarem também em pequenos empreendedores, donos das oficinas de costura e recrutadores da força de trabalho. Além dos coreanos(as) que, mesmo nos dias de hoje (conforme pudemos perceber em trabalho de campo), continuam sendo importantes contratadores, as oficinas bolivianas começaram a prestar serviços para outros circuitos de produção e comercialização, destacando-se suas relações com as grandes redes varejistas.

Luna, interlocutora da pesquisa, confirma esta dinâmica:

> *Eles que trazem tudo cortadinho pra costurar. E aí é os bolivianos que vão costurar. Mas eles não são contratados por japonês! São contratados por bolivianos! Aí ele vem e paga pelas peças que você costurou. Se você fez 100 calças jeans, aí ele paga as 100 calças jeans. E são centavos. E eles se matam, se matam, se matam! Se não costurar muito, não dá. Tem umas peças de jaquetas, que vale um pouquinho mais. Eles comem na máquina. Vai costurando e comendo. Eles fazem isso também, às vezes não é porque os patrões tão obrigando. É pra produzir mais. Tem que ganhar! Tem família pra mandar dinheiro.*

A este respeito, Silva (2012) apresenta dados da Receita Federal (RAIS-CAGED e SRTESP) que ajudam a analisar a realidade de São Paulo. A autora afirma que migrantes bolivianas e bolivianos detêm apenas 4,23% da propriedade das oficinas de costura registradas, o que revela que a mobilidade socioeconômica desses migrantes é muito restrita. E este

pequeno número, segundo ela, corresponde a oficinas subcontratadas por outras pertencentes a brasileiros e coreanos:

> [...] a maioria das oficinas de costura da cidade de São Paulo pertence a brasileiros, somando 11.175 oficinas (79,4%) e apenas 2.899 são de propriedade de imigrantes (20,6%), desses os coreanos se destacam com 1.646 oficinas (11,7%). Os bolivianos vêm na sequência com 595 oficinas (4,23%). Os libaneses que dominaram no passado a atividade, aparecem como proprietários de apenas 199 oficinas (1,41%). [...] Advertimos que parte dessas oficinas de propriedades de brasileiros pode incluir os descendentes de coreanos e libaneses, uma vez que a imigração desses países é mais antiga, os filhos e netos que perduram na atividade, sobretudo no caso dos coreanos, são brasileiros (SILVA, 2012, p. 235).

Empregados em oficinas de costura – ou mesmo como proprietários de pequenas oficinas –, migrantes bolivianas e bolivianos se caracterizam como "precariado" (STANDING, 2017) e contribuem para a reprodução desta realidade entre os seus conterrâneos:

> *Porque eles, coreanos, eles que colocaram esse método de trabalho. Donde tem que trazer pessoas, trazer para trabalhar em casa... eles que colocaram! Os coreanos. Porque muitos bolivianos falam que eles implementaram como se trabalha. Desde entonces que é assim o horário de trabalho. E eu falei: não, não pode ser assim não. Falta muito por conhecer a legislação daqui do Brasil. Falta muito. Aí eles... alguns bolivianos, né? Eles ficam um pouco chateados comigo porque eu falo assim: não, as leis não são assim. E eles falam: não, bolivianos vêm aqui a trabalhar... eles vêm aqui a trabalhar, a gente está ajudando. Mas não é uma ajuda boa! Não é!* (Nina).
>
> *Na costura você não vai crescer. Você não vai progredir. Tudo bem que você pode com muito custo ajuntar um dinheirinho e abrir a sua firma, mas você vai fazer a mesma coisa que o outro tá fazendo. Se eu trabalho pra ela, eu junto um dinheirinho me matando dia e noite. Aí um dia eu também vou ter a minha oficina. E aí vai fazer a mesma coisa com os outros bolivianos. E ele vai! E vai, e vai, e vai! Não acaba nunca! Os bolivianos que trazem a gente de lá. Os que já vieram tem anos, que já*

> *trabalharam, já foram escravos, cresceram... Faz o dinheirinho, vai lá na Bolívia e traz. Já são contratados lá na Bolívia e quem paga o custo é o que trouxe. Só que chega aqui e ele vai descontar tudo o que ele gastou. Eles segura documento, se tiver passaporte, segura passaporte, até você pagar o que gastou. Comida, passagem... Eu mesma falavam que eu não podia sair pra rua, que a polícia ia me pegar, e eu era burra, burra! Não entendia, tinha medo. A gente fica trancado, você tá aprisionado, você tem que trabalhar assim...* (Luna).

> *As roupas que a gente produz são pagas por peça. Nós trabalhamos para firmas, né? Geralmente, a gente trabalha para coreano. É só coreano que dá as prendas, né? As peças. O corte inteiro, e a gente recebe e cada peça é um preço. Agora as oficinas recebem esse corte e o dono da oficina dá aos seus funcionários, e pros seus funcionários ele tem que pagar por peça valor mais baixo. Os preços atualmente não subiram quase nada. Está mantendo o que vários anos atrás seguiam. E os custos de vida estão muito alto e os preços das peças das roupas não* (Jade).

Pequenas oficinas de costura atendem à demanda têxtil das grandes empresas. Para tanto precisam, por sua vez, incorporar um número crescente de costureiras e costureiros – passíveis de serem superexplorados, o que otimiza o lucro. São diversas e cotidianas as dificuldades enfrentadas por migrantes, e elas são consideravelmente minimizadas quando eles conseguem regularizar sua situação migratória. Contudo, além da excessiva exigência documental – como a ficha de antecedentes criminais, uma das principais queixas dos interlocutores da pesquisa –, o medo da Polícia Federal e as taxas solicitadas para a regularização são algumas das razões que contribuem para que o número de migrantes beneficiados seja relevantemente inferior ao total de solicitações de autorização de permanência.

Atenuando os problemas decorrentes das dificuldades de governança migratória, leis de anistias foram promulgadas no Brasil – a primeira anistia concedida data de 1978 e foi seguida das que foram concedidas em 1988, em 1998 e em 2009. Dada a mora do Estado e suas dificuldades com a governança migratória,

as anistias, apesar de suas muitas limitações, concretizam-se como soluções para migrantes que não conseguiram, até a data em que são concedidas, regularizar sua situação migratória. A última anistia concedida no Brasil foi mencionada por Fernandes (2015, p. 32):

> Em 2009, por meio do Decreto nº 6.893/2009, promulgou-se lei que concedeu anistia aos estrangeiros que entraram no país até 1º de fevereiro de 2009 e aqui residiam de forma irregular. No mesmo ano, entrou em vigor o acordo de livre trânsito de pessoas na área do MERCOSUL, Chile e Bolívia (Decretos nº 6.964/2009 e nº 6.975/2009) (FERNANDES, 2015, p. 32).

O Acordo de Residência do Mercosul, firmado em 2010, revela-se marco para a consolidação da imigração boliviana no Brasil. Este é um dos exemplos de aproximação de países em função da criação de blocos econômicos ou do fortalecimento de blocos já existentes, o que possibilita a ampliação da integração regional e favorece a governabilidade migratória (MÁRMORA, 1997; 2003; 2010).

Dados da Polícia Federal colocam a imigração boliviana como a responsável pelas maiores entradas no País no período de 2010 a 2015. Considerando-se apenas os vínculos ativos de empregos formais de migrantes internacionais, segundo o *Atlas Temático: Observatório das Migrações em São Paulo - Migrações Internacionais* (BAENINGER; FERNANDES, 2017, p. 41), em 31 de dezembro de 2015 foram registrados[19] 6.700 migrantes bolivianas e bolivianos. Ainda segundo essa fonte (BAENINGER; FERNANDES, 2017, p. 53), quanto à escolaridade da imigração boliviana com vínculo formal, a maior parte – 41% – tem ensino médio completo, seguido por uma parcela também considerável – 30% – que possui superior completo. Os demais apresentam fundamental completo – 12% –, fundamental incompleto – 7% –, médio incompleto – outros 7% –, superior incompleto – 2% –, e mestrado e doutorado – 1% (BAENINGER; FERNANDES, 2017, p. 53).

[19] Fonte disponibilizada pela obra citada: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Junto ao Acordo de Residência do Mercosul, o histórico de anistias concedidas influencia a atração desses migrantes. Como os fluxos de bolivianas e de bolivianos que almejam trabalhar em oficinas de costura no Brasil vêm ganhando fôlego e o Estado segue sem conseguir responder às demandas por regularização migratória, esses sujeitos já se beneficiam das leis de anistia, conforme relatado por Lorenzo:

> *Antigamente, era muito tempo atrás... não tinha esse acordo com Bolívia de fazer documentos como hoje. Era difícil. Eu esperei como... 5 anos. Depois teve uma anistia que saiu, aí aproveitamos, né? Não foi fácil.*

A documentação viabiliza a intensificação da mobilidade de migrantes, contribuindo para o surgimento de novos espaços da migração (BAENINGER, 1999) e com a constituição de novas redes migratórias (BAENINGER; OLIVEIRA, 2014). Entretanto, a regularização da situação migrante fortalece e enobrece as possibilidades de rompimento dessa população com o processo de superexploração do trabalho, interrompendo a aliança entre o capital e o Estado indiferente a essas problemáticas humanitárias. Nesse sentido, vale muito mais promover, por vezes, anistias esporádicas do que priorizar a condição do trabalho dessa população que transita clandestinamente. Ou seja, o Estado enaltece o aparelho da clandestinidade a fim de viabilizar a reprodução ampliada do capital. Este processo se comprova com o aumento da rede espacial de exploração.

Quando migrantes superam a condição irregular, tornam-se aptos à migração interna. O processo de regularização migratória promove a possibilidade de circulação de migrantes no território nacional, atenua as possibilidades de superexploração do seu trabalho, mas não garante a criação de uma nova espacialidade livre de "cativeiros". De todo modo, seguros a partir da regularização da sua situação migratória, estes sujeitos conseguem romper com maior facilidade os processos de superexploração.

E, assim, o fenômeno migratório atual "[...] apresenta especificidades que indicam tanto sua complexidade, advinda do processo de reestruturação urbana e econômica, quanto seu

importante papel na conformação de espaços regionais e locais" (BAENINGER, 2012b, p. 93). Antes concentrados basicamente na capital paulista, migrantes tornam-se cada vez mais presentes em outras localidades, dentre elas a RMBH-MG. Lobo e Matos (2017, p. 180) colocam como:

> [...] provável que novas centralidades estejam se afirmando em Minas Gerais, [...] já que mudanças econômicas em curso podem ampliar o grau de proximidade e interação entre regiões que, histórica e geograficamente, sempre estiveram interligadas a São Paulo.

O volume das migrações para este estado se mostra cada vez mais relevante, delineando sua nova realidade migratória: "[...] pelos seus volumes, os fluxos migratórios para Minas Gerais não deixaram de ocupar papel central no cenário da dinâmica demográfica do próprio estado e do país" (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2018, p. 13). Os fluxos migratórios, desta forma, contribuem sobremaneira para a conformação de espaços regionais e locais, cuja concretude se deve, entre outros fatores, à presença desses sujeitos. No caso da imigração boliviana, observa-se seu espraiamento e intensificação da ocupação de espaços além de São Paulo-SP, como o interior deste estado e outras regiões metropolitanas, como a RMBH-MG.

Este espraiamento leva à "interiorização das migrações internacionais" (BAENINGER; OLIVEIRA, 2014) e tem sido a marca do fenômeno migratório internacional para o Brasil no século 21. Trata-se da possibilidade de conquista de outros mercados, o que é facilitado pela documentação – que garante maior mobilidade das redes migratórias. Dito de outra forma, trata-se da documentação permitindo a migração interna de migrantes internacionais, sujeitos que se fazem cada vez mais presentes em outros estados além de São Paulo, apesar deste ainda ser o coração econômico e industrial do País e, portanto, o grande polo atrativo e o grande concentrador de migrantes no Brasil:

> *[...] em São Paulo, tá muito boliviano, não tá tendo mais espaço. As pessoas estão saindo pra outros estados* (Luna).

> *Eu sei que algumas pessoas foram pra outros estados. Eu sei porque falaram que no outro estado está melhor, que [em São Paulo] está muito barato as roupas, tudo isso. [...] Falaram que paga melhor. Falaram que é melhor* (Nina).

> *Elas estão saindo [...] de São Paulo. Por causa do que? Do que elas falam... Primeiro, tem menos violência que [...] no São Paulo. Outro que elas acham que o trabalho é muito melhor [que em São Paulo]. No custeando o pagamento, né? E os aluguel são mais baixo* (Jade).

A migração interna de migrantes internacionais, realidade de grande parte dos sujeitos da pesquisa, que saem de São Paulo em direção à RMBH-MG, tem contribuído com o aumento de migrantes neste recorte espacial, e este estudo ainda identificou a migração direta de bolivianas e de bolivianos da Bolívia para a RMBH-MG.

> *No fui a São Paulo. São Paulo tiene mucha escravización. Aquí está mejor, gana más dinero. Es mucho mejor de lo que dijo mi esposo... Tienes que trabajar menos y ganar más por el trabajo* (Rúbia).

> *[...] e a gente veio de allá [da Bolívia] com toda a minha família para aqui... Vir até Belo Horizonte. E aí a gente ficou desde quase 2010... hasta agora que eu tô trabalhando aqui...* (Martín).

Segundo o *Atlas Temático: Observatório das Migrações em São Paulo-Migrações Internacionais* (BAENINGER; FERNANDES, 2017, p. 22), entre 2000 e 2015 foram registrados 8.487 migrantes vindos dos mais diversos países do mundo e entrando no Brasil por Minas Gerais[20]. Esse número aumenta para 35.403 quando se considera o número de registros de migrantes internacionais residindo neste estado.

[20] Informações, segundo o Atlas, referentes ao período de janeiro de 2000 a novembro de 2015, registradas pelo antigo Registro Nacional de Estrangeiro (RNE), atual Registro Nacional de Migrante (RNM).

Este grande aumento comprova a crescente importância do estado de Minas Gerais para os fluxos migratórios transnacionais contemporâneos. Mesmo não sendo a porta de entrada do País para migrantes, a RMBH-MG tem atraído esses sujeitos em proporções consideráveis, contribuindo para reafirmar a crescente importância do Brasil para as migrações Sul-Sul (PHELPS, 2014).

CAPÍTULO 2

A INSERÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE NAS ROTAS MIGRATÓRIAS INTERNACIONAIS: CONEXÕES ESCALARES

Local-global: o lugar revelando escalas de um mesmo processo

A compreensão dos processos migratórios está atrelada ao entendimento da globalização nas localidades e demanda um olhar para os processos hegemônicos que se estabelecem na escala global e que atingem os lugares verticalmente, impondo-se.

Cotidianamente, os sujeitos nos lugares são invadidos pelos processos globais, ora os confrontando, ora os absorvendo. É notória, portanto, a importância da globalização para a construção das sociedades e dos seus processos sociais. A globalização serve de fio condutor para as mudanças sociais e culturais e, dialeticamente, tem sua origem nos próprios movimentos sociais: "[...] o período atual da globalização não surge no vazio, mas emerge no terreno concreto das lutas sociais e é dele e delas que se nutre" (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 18).

Apesar de as lutas sociais estarem inseridas na fase atual da globalização e de manterem uma presença marcante, Porto-Gonçalves (2012, p. 18-19) traz uma apropriação deste processo pelo discurso hegemônico, desenhando os rumos das sociedades: "[...] a globalização neoliberal se inscreve como parte dessas lutas sociais. Na verdade, procura assimilar, *negando*, grande parte das demandas postas pelos diferentes movimentos sociais e suas lutas" (Grifo do autor).

A partir desta apropriação, têm-se como desdobramentos os processos pelos quais o mundo tem passado com as imposições hegemônicas definidas pela economia e pela geopolítica global. Compondo esses processos, está a tradução das mudanças que aprofundam as desigualdades socioeconômicas e culturais que a sociedade vive e enfrenta. Porto-Gonçalves (2012, p. 19-20) ainda apresenta a:

> [...] profunda revolução tecnológica como parte de uma contra-estratégia visando a reprodução das assimétricas relações sociais e de poder que recuperará um *slogan* conservador – *mudar para que fique tudo como está* – que nos oferecerá: um mundo sem fronteiras, sim, mas num sentido neoliberal, que facilita a livre circulação de bens e mercadorias e não dos homens, sobretudo, de pobres; menor hierarquia e centralização, sim, mas com

> um Estado Mínimo para a maioria, uma flexibilização generalizada que vai dos valores às relações trabalhistas; novas sensibilidades, sim, mas estimulando um individualismo narcísico [...]; no lugar do direito ao ócio, estimulou exatamente sua negação, o negócio e, no lugar do trabalho livre, procurou se livrar do trabalho, gerando um desemprego generalizado que, associado a um Estado mais atento ao capital que à questão social, levará ao aumento das migrações. (Grifos do autor).

A conexão entre local e global ganha corpo, portanto, com esta "profunda revolução tecnológica" (PORTO-GONÇALVES, 2012) – com os avanços garantidos pelo meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2004). "Essa união entre técnica e ciência vai dar-se sob a égide do mercado. E o mercado, graças exatamente à ciência e à técnica, torna-se um mercado global. A ideia de ciência, a ideia de tecnologia e a ideia de mercado global devem ser encaradas conjuntamente" (SANTOS, 2004, p. 238). A despeito de os mecanismos e as etapas do desenvolvimento não serem uniformes e apresentarem traços singulares aos contextos nacionais, há fatores estruturais associados à globalização, entre os quais se destacam a urbanização, a mundialização da economia e o desenvolvimento técnico-científico-informacional, bem como as transformações estruturais dos setores produtivos.

Esses fatores estruturais definem e redefinem os movimentos migratórios – a direção, a dinâmica, a circulação do capital, entre outros fatores - promovem e organizam, permanentemente, novos fluxos migratórios e, consequentemente, novos arranjos socioespaciais. O fenômeno global reescreve e amplia as novas possibilidades do trânsito de trabalhadoras e de trabalhadores para atender a perpetuação do processo de acumulação e concentração de riquezas nas mãos de poucos. Reinventam-se ciclos, redesenham novas espacialidades oriundas da exploração do trabalho. O trabalho, expressão do valor, territorializa-se a partir das novas demandas promovidas por novos processos produtivos.

Servindo de substrato a esse contexto, o desenvolvimento, pela ciência, de tecnologias que facilitam a disseminação de informações – estabelecendo, por exemplo, a

comunicação em tempo real como um dos resultados da revolução digital – culmina na mudança da natureza do tempo e do espaço, alterando as noções de distância, transpondo fronteiras e norteando novas práticas sociais. "[...] a ciência e a tecnologia, junto com a informação, estão na própria base da produção, da utilização e do funcionamento do espaço e tendem a constituir o seu substrato" (SANTOS, 2004, p. 238). Este é o contexto da "compressão do tempo-espaço" (HARVEY, 2008, p. 219) – conceito definidor da fase atual do processo de globalização:

> Pretendo indicar com essa expressão processos que revolucionam as qualidades objetivas do espaço e do tempo a ponto de nos forçarem a alterar, às vezes radicalmente, o modo como representamos o mundo para nós mesmos. Uso a palavra '*compressão*' por haver fortes indícios de que a história do capitalismo tem se caracterizado pela aceleração do ritmo de vida, ao mesmo tempo em que venceu as barreiras espaciais em tal grau que por vezes o mundo parece encolher sobre nós. O tempo necessário para cruzar o espaço [...] e a forma como costumamos representar esse fato para nós mesmos [...] são indicadores úteis do tipo de fenômeno que tenho em mente. À medida que o espaço para encolher numa 'aldeia global' de telecomunicações e numa 'espaçonave terra' de interdependências ecológicas e econômicas – para usar apenas duas imagens conhecidas e corriqueiras —, e que os horizontes temporais se reduzem a um ponto em que só existe o presente (o mundo do esquizofrênico), temos de aprender a lidar com um avassalador sentido de *compressão* dos nossos mundos espacial e temporal. (Grifos do autor).

Estão entre os desdobramentos mais específicos dessa "compressão" a internacionalização do capital, a construção e a expansão de um mercado global, o aumento desmesurado do consumismo, e a ampliação e intensificação dos fluxos migratórios transnacionais. Toda esta realidade é facilitada, entre outras questões, pelo "[...] encolhimento do mapa do mundo graças a inovações nos transportes que 'aniquilam o espaço por meio do tempo'" (HARVEY, 2008, p. 220), também pelo fato de que:

> [...] os sistemas de comunicação por satélite implantados a partir do início da década de 70 tornaram o custo unitário e o tempo da comunicação invariantes com relação à distância. Custa o mesmo a comunicação com uma distância de 800 quilômetros e de 8.000 via satélite. As taxas de frete aéreo de mercadorias também caíram dramaticamente, enquanto a conteinerização reduziu o custo do transporte rodoviário e marítimo pesado (HARVEY, 2008, p. 264).

Esta profunda revolução tecnológica, portanto, tornou possível a influência hegemônica do global no local a partir de acelerados processos de produção de tecnologias, garantindo comunicação e transporte em âmbito mundial. Também por isso, convencionou-se chamar de "Terceira Revolução Industrial ou período técnico-científico-informacional" (SANTOS, 2004) o período atual [21] da globalização. Assim, tais imposições se espalham pelo mundo, interligando-o a partir das redes, que foram impostas em âmbito global, vencendo barreiras que não deixaram de existir, fazendo-se presentes nos lugares. Neste período, o "fenômeno de rede se torna absoluto" e "abusivamente [...] conserva esse nome", já que "nem há mais propriamente redes", mas "pontos" como "suportes" (SANTOS, 2004, p. 264).

E assim são desenhados os espaços da migração internacional (BAENINGER, 1999), que, nesta última fase da globalização, se concretizam, muitas vezes, a partir da constituição de redes. São elas que influenciam a configuração da migração transnacional, processo este que pode ser visto como uma "realidade inerentemente globalizante" (GIDDENS, 1991). As redes estabelecem a conexão entre localidades, explicitando a interdependência da relação entre elas, bem como da relação entre local e global, e revelando suas implicações socioespaciais.

---

[21] A globalização se constrói ao longo de um processo histórico. Porto-Gonçalves (2012, p. 23) propõe quatro etapas desse processo, esclarecendo que elas "[...] não se sucedem simplesmente, mas se imbricam, se sobrepõem" — a primeira teria como referência o "Colonialismo e a Implantação da Moderno-colonialidade (do século XV-XVI ao século XVIII... até hoje)"; a segunda teria como marco o "Capitalismo Fossilista e o Imperialismo (do século XVIII ao início do século XX... até hoje)"; a terceira, por sua vez, seria norteada pelo "Capitalismo de Estado Fossilista Fordista (de 1930 aos anos de 1960-70... até hoje)"; e, finalmente, a última fase, referir-se-ia ao período que vivemos hoje, ao qual o autor chama "Globalização Neoliberal ou Período Técnico-científico-informacional (dos anos 1960 até hoje)".

Portanto, as faces das migrações transnacionais são explicadas dentro dessa perspectiva de mobilidade espacial configurada entre as escalas local e global. "As organizações modernas são capazes de conectar o local e o global de formas que seriam impensáveis em sociedades mais tradicionais, e, assim fazendo, afetam rotineiramente a vida de milhões de pessoas" (GIDDENS, 1991, p. 28).

No contexto da migração transnacional, as redes ganham vida conforme a concepção de Santos (2004, p. 262), que faz a sua leitura para além do aspecto material, sob uma matriz "[...] também social e política, pelas pessoas, mensagens, valores que a frequentam. Sem isso, e a despeito da materialidade com que se impõem aos nossos sentidos, a rede é, na verdade, uma mera abstração".

Desta forma, as redes também permitem que o mundo seja experimentado. Nas palavras do autor, "[...] o mundo aparece como primeira totalidade, empiricizada por intermédio das redes" (SANTOS, 2004, p. 270). Para migrantes, o "[...] futuro é imaginado ou entrevisto na abundância do outro e entrevisto, como contrapartida, nas possibilidades apresentadas pelo Mundo e percebidas no lugar" (SANTOS, 2004, p. 326). Os fluxos migratórios alcançam, assim, os mais diversos locais, o que reafirma a necessidade de se pensar a migração em diferentes escalas territoriais (VAINER, 2006; 2002; BRANDÃO, 2007): do nacional ao internacional, do local ao global (GUARNIZO; PORTES; HALLER, 2003).

Em conformidade com essa necessidade, a leitura da mobilidade de bolivianas e bolivianos neste estudo é pautada em uma reflexão entre escalas, buscando compreender as dimensões escalares das vivências socioespaciais desses sujeitos. A conexão entre local e global concretiza o transnacionalismo, que situa o global no local. A imigração boliviana (SOUCHAUD, 2010; XAVIER, 2010; SILVA, 2012; 2008; 2006; 1997; PERES, 2009; FREITAS, 2012), desta forma, concretiza-se como expressões locais de processos sociais que apresentam elementos do contexto global (SASSEN, 2010). É o que se pode perceber na relação entre a espacialização do capital e a superexploração do trabalho boliviano no território brasileiro: arranjos socioespaciais possíveis a partir dessa profunda revolução

tecnológica, arranjos em rede que reafirmam a hegemonia do global no local.

Torna-se importante, aqui, chamar a atenção para uma questão: da mesma forma que é imprescindível relativizar a interdependência estabelecida entre as diversas partes do globo, é fundamental relativizar a "compressão do tempo-espaço". Esta compressão não é acessível a todos, igualmente: ela consiste em uma "[...] intensa fase [...] que tem tido um impacto desorientado e disruptivo sobre as práticas político-econômicas, sobre o equilíbrio do poder de classe, bem como sobre a vida social e cultural" (HARVEY, 2008, p. 257).

Santos (2004, p. 267) lembra que "[...] não existe homogeneidade do espaço, como [ou consequentemente], também, não existe homogeneidade das redes". Dialeticamente, apesar da e por causa da globalização, a heterogeneidade concretiza-se e se aprofunda. Esses desequilíbrios são, assim, intrínsecos ao desenvolvimento capitalista e fortalecem-se com o aprofundamento do processo de globalização.

> Para a maior parte da humanidade, o processo de globalização acaba tendo, direta ou indiretamente, influência sobre todos os aspectos da existência: a vida econômica, a vida cultural, as relações interpessoais e a própria subjetividade. Ele não se verifica de modo homogêneo, tanto em extensão quanto em profundidade, e o próprio fato de que seja criador de escassez é um dos motivos da impossibilidade de homogeneização. Os indivíduos não são igualmente atingidos por esse fenômeno, cuja difusão encontra obstáculos na diversidade das pessoas e na diversidade dos lugares (SANTOS, 2011, p. 142-143).

Os sujeitos não acessam a compressão do espaço e do tempo da mesma maneira, e uma evidência deste fato é a tentativa de fechamento das fronteiras aos migrantes pobres, tal como coloca Porto-Gonçalves (2012). Assim, para pensar sobre ela, deve-se considerar a relação hierárquica de poder, imposta hegemonicamente, tal como indicado para a análise da interdependência. Há limites para o acesso à "compressão do tempo-espaço" – como, por exemplo, os limites financeiros, políticos e geopolíticos, que vão produzir milhões de migrantes

transnacionais em situação migratória irregular. Tudo isto reforça a ideia da seletividade da migração.

A hierarquia de poder diferencia e dificulta o acesso aos direitos por espaços que deveriam ser pensados para a circulação de novos migrantes. Ao serem atingidos por essa compressão, exercem o papel de agentes que produzem valor, mas, ao mesmo tempo, perpetuam a condição perversa da exploração do trabalho para ampliação do capital. Livrar-se do processo arrebatador da compressão do espaço e do tempo é quase sempre irreversível.

Atendendo aos interesses do capital, as redes – hierárquicas – desenham a seletividade migratória. Ao mesmo tempo, elas costuram o mundo: "[...] redes são os mais eficazes transmissores do processo de globalização a que assistimos" (SANTOS, 2004, p. 266). Este tear, porém, não ocorre de forma livre e aleatória. "A existência das redes é inseparável da questão do poder. A divisão territorial do trabalho resultante atribui a alguns atores um papel privilegiado na organização do espaço" (SANTOS, 2004, p. 270). Disso, conclui-se que "[...] espaços requalificados atendem sobretudo aos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política e são incorporados plenamente às novas correntes mundiais. O meio técnico-científico-informacional é a cara geográfica da globalização" (SANTOS, 2004, p. 239).

À frente deste processo, assim, está o discurso hegemônico, impondo seus interesses – certos dos desdobramentos, sobretudo financeiros, que terão –, e desenhando redes. Santos (2004, p. 266) explica a organização de um "espaço da conectividade" pelo discurso, apresentando-o como "[...] a linguagem das normas e ordens que atores longínquos fazem repercutir instantaneamente e imperativamente sobre outros lugares distantes". Giddens (1991, p. 27) também contribui:

> Em condições de modernidade, o lugar se torna cada vez mais *fantasmagórico*: isto é, os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles. O que estrutura o local não é simplesmente o que está presente na cena; a 'forma visível'

> do local oculta as relações distanciadas que determinam sua natureza. (Grifos do autor).

A globalização mostra-se, assim, vertical, impositiva, concentradora. O desenvolvimento e aprofundamento desse processo, porém, não implica a superação do local – não se traduz no fim da sua importância. Ao contrário, este processo é responsável por uma forte e intensa conexão entre local e global, revelando "[...] uma das afirmações mais comuns quando se fala de globalização – de que estamos num mundo cada vez mais interdependente" (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 22). Entretanto, Porto-Gonçalves (2012, p. 22-23) chama a atenção ao fato de que:

> [...] interdependência não quer dizer, necessariamente, que todos são igualmente dependentes nessa ordem mundial de interdependência generalizada. [...] a interdependência contém, embutida dentro de si, relações hierárquicas de poder que, se não consideradas, faz com que deixemos de fora um componente decisivo, constitutivo mesmo, da ordem mundial que se vem desenhando.

Respeitando a existência das relações de poder, Giddens (1994, p. 19) apresenta a globalização como um "fenômeno dialético", e, refletindo sobre local e global, o autor fala em "ocorrências divergentes ou mesmo contrárias". Ainda segundo o autor, "a globalização diz respeito à interseção da presença e da ausência, ao entrelaçar de eventos sociais e de relações sociais 'à distância' com as contextualidades locais" (GIDDENS, 1994, p. 19). Esta conexão tem desdobramentos sobre práticas sociais e geram, desta forma, mudanças espaciais e socioculturais.

O Estado se apresenta como grande responsável por tornar o seu território atrativo para o mercado global e para as redes estabelecidas por ele, promovendo este entrelaçar do local com o global: "[...] é a sociedade nacional, através dos mecanismos de poder, que distribui, no país, os conteúdos técnicos e funcionais, deixando os lugares envelhecer ou tornando possível sua modernização" (SANTOS, 2004, p. 272). O Estado revela-se, neste contexto, fundamental norteador da

distribuição espacial produtiva, impulsionando (ou não) a atração de empresas produtoras de bens e serviços, o que implica, consequentemente, na atração (ou não) de fluxos migratórios para determinados locais do território nacional.

> O aumento da competição em condições de crise coagiu os capitalistas a darem muito mais atenção às vantagens localizacionais relativas, precisamente porque a diminuição de barreiras espaciais dá aos capitalistas o poder de explorar, com bom proveito, minúsculas diferenciações espaciais. Pequenas diferenças naquilo que o espaço contém em termos de oferta de trabalho, recursos, infra-estruturas etc. assumem crescente importância (HARVEY, 2008, p. 265).

Nesse processo, o local vai se destacando no global. Sassen (2010) grifa que as relações entre o local e o global podem ocorrer de múltiplas formas, sem que haja, necessariamente, uma hierarquia entre os níveis. Discute-se, porém, que comumente uma hierarquia de poder revela-se estabelecida.

Bauman (2001) destaca a interdependência e a dialética da relação entre o local e o global. O global nasce do local, de cidades globais, locais de centro do mundo, o que também comprova a existência de uma hierarquia de poder, já que elas acumulam poder historicamente e, dialeticamente, estas cidades globais, onde ocorrem as tomadas de decisões econômicas, acarretam implicações em escala global. O local se transforma em global e se impõe a outros locais.

Robertson (2000), por sua vez, relaciona o local e o global a partir das conexões estabelecidas entre localidades do globo, quando ele faz um interessante jogo de palavras e afirma que o local foi globalizado e o global foi localizado. O global está, também, no local, e um não existe sem o outro. Conforme esclarece Santos (2004, p. 314):

> Cada lugar é, à sua maneira, o mundo. [...] Mas, também, cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais. A uma maior globalidade, corresponde uma maior individualidade. [...] Para apreender essa nova realidade do lugar, não basta adotar um tratamento localista, já que o mundo se encontra em toda parte.

Considerando o fato de que o local não existe apartado do global, há de se tomar cuidado com a análise binária – incorreta e inverídica – que opõe local e global. "A região e o lugar não têm existência própria. Nada mais são do que uma abstração, se os considerarmos à parte da totalidade" (SANTOS, 2004, p. 165). Desta forma, o local não pode ser lido como fragmento do global. "[...] globalização e localização, globalização e fragmentação são termos de uma dialética que se refaz com frequência" (SANTOS, 2004, p. 314). A fragmentação do todo, resultante da divisão internacional do trabalho, movida pela globalização, traz o local como resultado do global, mas não apenas isto, uma vez que o local realiza concretamente o global; trata-se do global existindo através do local (DAMIANI, 1999).

E, no local, percebe-se a transformação social, que é acelerada pela divisão do trabalho. Apresentando uma leitura que nega a competição capitalista como elemento central da ordem industrial emergente, Giddens (1991) ilumina a importância da cada vez mais complexa divisão do trabalho.

> O caráter da rápida transformação da vida social moderna[22] não deriva essencialmente do capitalismo, mas do impulso energizante de uma complexa divisão do trabalho, aproveitando a produção para as necessidades humanas através da exploração industrial da natureza (GIDDENS, 1991, p. 20).

Santos (2004) também contribui, apresentando a divisão internacional do trabalho como a energia responsável

[22] Giddens (1991), diferente de outros teóricos, defende o uso do termo moderno à pós-moderno e modernidade à pós-modernidade para definir o período que vivemos hoje. Segundo o autor, "[...] estamos alcançando um período em que as consequências da modernidade estão se tornando mais radicalizadas e universalizadas do que antes. Além da modernidade, devo argumentar, podemos perceber os contornos de uma ordem nova e diferente, que é 'pós-moderna', mas isto é bem diferente do que é atualmente chamado por muitos de 'pós-modernidade'" (GIDDENS, 1991, p. 13). Ele explica, ainda, processos contemporâneos, como sendo "[...] uma interpretação 'descontinuísta' do desenvolvimento social moderno" (GIDDENS, 1991, p. 13). O autor fala também em "modernidade tardia" (GIDDENS, 1994), referindo-se essencialmente à transição de uma sociedade industrial para uma sociedade da informação, que se conecta em redes e é moldada por uma ordem pós-tradicional. Harvey (2008), por sua vez, emprega os termos pós-moderno e pós-modernismo. Ele afirma que "[...] a partir dos anos 70, vem ocorrendo algo vital para a nossa experiência do espaço e do tempo que provocou a virada para o pós-modernismo" (HARVEY, 2008, p. 207).

pelo permanente construir da realidade. “Com a aceleração a que assistimos, produto da evolução concomitante da ciência, da técnica e da informação, os chamados ‘momentos’ da divisão do trabalho se tornaram muito mais numerosos” (SANTOS, 2004, p. 165).

Com a divisão internacional do trabalho, os locais se individualizam, diferenciando-se no interior do espaço total, e representam a diversidade, enquanto “[...] o planeta, como entidade material e humana”, é uma totalidade em “[...] permanente processo de totalização” (SANTOS, 2004, p. 165). Este processo é permanente, pois, “[...] a cada momento, é como se a totalidade se estivesse cindindo, para reconstruir-se no momento seguinte, onde uma nova cisão renova o movimento” (SANTOS, 2004, p. 165). Ainda segundo o autor, “[...] os eventos operam essa ligação entre os lugares e uma história em movimento” (SANTOS, 2004, p. 165).

Protagonistas neste jogo, os locais se particularizam mediante as ações empreendidas pelos diversos atores que vivem e produzem esse espaço. A interrelação entre local e global, ao mesmo tempo em que facilita homogeneizações, promove a construção de identidades locais.

Entretanto, essas identidades locais, ao serem conectadas ao fenômeno global, reescrevem suas especificidades e se recolocam na divisão do trabalho. Arranjos locais se insinuam permanentemente, mas, muitas vezes, revelam-se apropriações perversas de um sistema que se espacializa nessas especificidades. Dito de outra forma, fenômenos globais influenciam e afetam o processo e o movimento de circulação das migrações internacionais, e isso se espacializa a partir de especificidades. Apesar de essas especificidades, por vezes, revelarem-se resistência, há também uma apropriação hegemônica que aniquila a anterior essência do local, que dificilmente voltará a ser o mesmo depois dessas apropriações para reprodução ampliada do capital.

Atendendo a essa lógica capitalista, o trabalho de bolivianas e de bolivianos se insere nos arranjos socioespaciais organizados no território brasileiro. As condições de precariedade impostas a esses migrantes compõem a configuração espacial revelando especificidades que garantem a

reprodução ampliada do capital. A busca por possíveis novos arranjos é o que norteia a economia política do espaço. A perpetuação da dinâmica do capital é o que pulsa e o que nutre o sistema capitalista de produção. Compor as peças e as variáveis dessa espacialidade é o que difere cada local no processo dinâmico do fenômeno da globalização.

Dialeticamente, Santos (2004, p. 338) nos lembra que, apesar do fato de que "[...] a ordem global busca impor, a todos os lugares, uma única racionalidade [...] os lugares respondem ao Mundo segundo os diversos modos de sua própria racionalidade". Neste mesmo sentido, voltando-se para – e valorizando – a resistência do local, Robertson (2000) fala em "glocalização", uma leitura da globalização processada conforme – e respeitando – realidades locais, diferente da ideia que muitas vezes se tem do global aniquilando-as ou desprezando-as. Seria um movimento global de resistência local, contribuindo para a preservação e constante (re)construção de realidades locais.

A adaptação de produtos de empresas transnacionais às tradições e às condições locais ilustra esse movimento. Um exemplo desta adaptação é uma iniciativa da gigante McDonald's Corporation, empresa da cadeia mundial de restaurantes *fast-food*. Este estabelecimento da indústria alimentícia, que tem lojas em todo o mundo, adaptou seus produtos às tradições da população da Índia. Mais uma vez, pode-se fazer uma leitura dialética. A ideia representada no produto provém de cidades globais, locais que acumulam o poder, e apresenta estratégias globais que alcançam diversas outras partes do mundo. Estas estratégias globais só se realizam quando chegam nos locais, o que culmina no processo de adaptação de produtos. O capitalismo apropria-se de características, costumes e valores da população local para realizar as estratégias da escala global, cujo interesse maior é o lucro, a reprodução ampliada do capital. Para isto, o capitalismo precisa se alargar em extensão e em profundidade, chegando em novos locais e aprofundando-se onde já está e onde está chegando.

Desta forma, as estratégias globais terão impactos diferentes em diferentes locais, não só porque os lugares são diferentes, mas, sobretudo, porque ele se apropria dessa

diferença para se realizar como modo de produção. A ampliação do capitalismo ocorre, também, a partir destas diferenças, adaptando produtos e utilizando as tradições locais – muitas vezes ressignificadas e adaptadas às novas gerações – para ganhar território. Para compreender esta apropriação das tradições locais, torna-se importante entender a construção da tradição:

> Nas culturas tradicionais, o passado é honrado e os símbolos valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição [...] é uma maneira de lidar com o tempo e o espaço, que insere qualquer atividade ou experiência particular dentro da continuidade do passado, presente e futuro, sendo estes por sua vez estruturados por práticas sociais recorrentes. A tradição não é inteiramente estática, porque ela tem que ser reinventada a cada nova geração conforme esta assume sua herança cultural dos precedentes (GIDDENS, 1991, p. 44).

A necessidade de adaptação de produtos, por outro lado, revela a resistência do local, que se impõe na sua relação com o global, construindo constantemente a noção de "glocalização". Beyer (2011, p. 98) apresenta a "glocalização" como a ideia de que "[...] the global expressed in the local and the local as the particularization of the global" [23]. A força de

[23] [...] o global afirma-se pelo local, e o local, por sua vez, apresenta-se como particularização do global" (BEYER, 2011, p. 98; tradução nossa). Em seu texto, o autor disserta sobre globalização e glocalização, e tem as religiões como norteadoras da reflexão. Falando mais especificamente, Beyer (2011) propõe-se a reorientar a observação sociológica da religião no contexto da globalização e da glocalização. Ele defende que existe literatura sobre religião que é altamente relevante para os temas da *globalização e da glocalização*, e que a maior parte das contribuições se centrou em dois temas: mobilização político-religiosa e religião no contexto da migração transnacional. "There is, however, a very significant literature on religion that is highly relevant to the themes of globalization and glocalization. The bulk of these contributions have centred on two subjects: religio-political mobilization and religion in the context of transnational migration" (BEYER, 2011, p. 107). Beyer (2011) ainda explica que o transnacionalismo forneceu as condições para a reconstrução das "antigas" religiões mundiais de maneira plural; além de ter construído uma nova religião mundial, implicando a glocalização e a globalização no seu discurso. "The transnationalism has provided the conditions for reconstructing 'old' world religions in plural fashion; and also, [...] for constructing a new world religion altogether" (BEYER, 2011, p. 109).

resistência do local traduz a "glocalização". O autor ainda aponta que "[...] the global can not be global except as a plural version of the local"[24] (BEYER, 2011, p. 98). Ainda sobre a resistência do local frente ao global, Damiani (1999, p. 22) defende que "[...] o lugar, que não é estrita parte do global e seu reflexo, contrapõem-se a ele; é possibilidade de história, de movimento, de insurgência, de resistência", impondo, assim, a sua força. A leitura do local a partir da imigração boliviana na RMBH-MG se nutre desta resistência:

> O lugar é o quadro de uma referência pragmática do mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade (SANTOS, 2004, p. 322).

Sob esta perspectiva, o local impele a reflexões de apropriação do espaço com base na "co-presença" e no "acontecer solidário" de Santos (2004). Realizando-se na escala local, estas noções preenchem-se da ideia de lugar como categoria socioespacial, ou seja, revelam-se manifestações da identidade entre o sujeito e o espaço.

Esta identidade é também construída a partir de uma influência cultural. "A cultura, forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, é uma herança, mas também um reaprendizado das relações profundas entre o homem e seu meio" (SANTOS, 2004, p. 326). O sujeito se reconhece no mundo através do lugar e a sua existência – o seu cotidiano – acontece no lugar. Dito de outra forma, o mundo se manifesta no cotidiano do sujeito através do lugar. Assim, "[...] a ordem local funda a escala do cotidiano, e seus parâmetros são a co-presença, a vizinhança, a intimidade, a emoção, a cooperação e a socialização com base na contiguidade" (SANTOS, 2004, p. 339).

A "contiguidade é criadora de comunhão" (SANTOS, 2004, p. 322) e o "espaço banal" (SANTOS, 2011) é o lugar do "acontecer solidário" (SANTOS, 2004), espaço da emoção. As

[24] "[...] o global não pode ser global exceto como uma versão plural do local" (BEYER, 2011, p. 98; tradução nossa).

noções de "espaço banal" também se aproximam das ideias contidas no conceito de "espaço de vida" (COURGEAU, 1988) e de *lugar para a Geografia*. O espaço geográfico é, também, o cotidiano, o "espaço banal" de todos, carregado de símbolos e significações. Daí a formação de identidade e a aproximação com o conceito da categoria socioespacial lugar. Santos (2004, p. 322) apresenta a "cidade grande" – para onde se dirigem os fluxos migratórios transnacionais e poderia ter na capital mineira um exemplo – como

> [...] um enorme espaço banal, o mais significativo dos lugares. Todos os capitais, todos os trabalhos, todas as técnicas e formas de organização podem aí se instalar, conviver, prosperar. Nos tempos de hoje, a cidade grande é o lugar onde os fracos podem subsistir.

A realidade, desta forma, não se constrói apenas a partir da economia, da política, ou da cultura. Ao contrário, estes aspectos apresentam-se como reduções da realidade. Ao privilegiarem determinados aspectos em detrimento do todo, revelam-se, antes, um falseamento da realidade. A construção da realidade se alicerça, também, na "[...] existência de indivíduos solidários tanto ao nível da ação, quanto ao nível da sensibilidade" (SANTOS, 2007d, p. 101), cuja leitura de mundo se define como "[...] os outros também sendo nós" (SANTOS, 2007d, p. 102).

Neste contexto, Santos (2011; 2004) realça a força dos "homens lentos", sujeitos que não alcançam a alta velocidade empreendida pelos agentes hegemônicos, que sofrem e que prosperam apesar dessa condição de desigualdade. Eles são inferiorizados e invisibilizados em suas condições de pobreza e periferização, e o autor percebe o potencial desses sujeitos em meio a práticas espaciais fora dos padrões sofisticados da vida utilitarista e veloz. Em suas palavras, "[...] há uma produção acelerada de pobres, excluídos, marginalizados, isto é, de pessoas que não têm como se subordinar permanentemente à racionalidade hegemônica e que estão juntas, como parte de uma vizinhança" (SANTOS, 2007c, p. 187).

A vizinhança é uma noção importante para se compreender a experiência espacial dos "homens lentos", que

promovem uma vida repleta de práticas espaciais em "co-presença" e de relações de proximidade – que Santos (2011) denomina, como já mencionado, "acontecer solidário" –, fundamentada na comunicação e na necessidade. A força que promove ações está na comunicação e na emoção que lhes dá dignidade. Santos (2011, p. 14) atribui aos "homens lentos" o potencial de transformação social:

> Estamos convencidos de que a mudança histórica em perspectiva provirá de um movimento de baixo para cima, tendo como atores principais os países subdesenvolvidos e não os países ricos; os deserdados e os pobres e não os opulentos e outras classes obesas; o indivíduo liberado partícipe das novas massas e não o homem acorrentado; o pensamento livre e não o discurso único.

O autor ainda valoriza, de forma mais específica, a presença dos "pobres" – classe à qual pertence a maior parte – senão a totalidade – de migrantes bolivianas e bolivianos que chegam ao País. A despeito de "diante das redes técnicas e informacionais, pobres e migrantes" serem "passivos, como todas as demais pessoas", eles destacam-se "na esfera comunicacional, diferentemente das classes ditas superiores", por serem "fortemente ativos" (SANTOS, 2004, p. 326).

A partir desta característica, a atuação destes sujeitos "aumenta e enriquece a diversidade socioespacial" (SANTOS, 2004, p. 323), que se concretiza tanto "pela produção da materialidade de bairros e sítios tão contrastantes, quanto pelas formas de trabalho e de vida" (SANTOS, 2004, p. 323). Neste processo, a cidade se reinventa e é redesenhada. Ou, nas palavras de Santos (2004, p. 323), "é por aí que a cidade encontra o seu caminho para o futuro".

No cotidiano dos "homens lentos", há, portanto, um encontro dialético dos discursos hegemônicos da verticalidade e suas ideologias com as emergências contestatórias e solidárias da horizontalidade. Essas ações coexistem e, frequentemente, entram em conflito: "no lugar, [...] cooperação e conflito são a base da vida em comum" (SANTOS, 2004, p. 322).

Esta realidade revela os lugares como o que Santos (2004) chama de intermédio entre o indivíduo e o mundo. "A

região e o lugar [...] definem-se como funcionalização do mundo e é por eles que o mundo é percebido empiricamente" (SANTOS, 2004, p. 165). É o mundo realizando-se no local e o indivíduo inserido no global, experimentando o mundo a partir do local. No caso da imigração boliviana, a produção global da costura e as redes implementadas a partir dela promovem esta ligação escalar entre o local e o global. A indústria têxtil mobiliza fluxos migratórios, impulsionando a migração transnacional e a migração interna de bolivianas e bolivianos no País. Os novos espaços da migração (BAENINGER, 1999) boliviana, representando o local, conectam os sujeitos da pesquisa ao global, a partir da produção global da costura.

Além disso, local e global conectam-se a partir das redes de subcontratação. Analisar a produção global da costura e o emprego de subcontratações de bolivianas e bolivianos também contribui para a reflexão acerca das relações entre o local e o global. Conforme já discutido, a produção têxtil boliviana conta com extensas cadeias de subcontratações:

> [...] aos poucos, por uma confluência de fatores, os bolivianos(as) começam a assumir outro papel no interior do circuito de produção e comercialização de roupas dos coreanos. Deixam de ser apenas força de trabalho recrutada para se transformarem também em pequenos empreendedores, donos das oficinas de costura e recrutadores da força de trabalho (FREITAS, 2013, p. 86).

No momento em que migrantes bolivianas e bolivianos passam a ter o controle de oficinas de costura, uma importante mudança estrutural do processo de produção é verificada. O recrutamento da força de trabalho que irá abastecer tais oficinas passa a ser realizado nos locais de origem – diretamente na Bolívia –, verificando-se o estabelecimento de grandes redes transnacionais de subcontratação que vinculam origem e destino (AZEVEDO, 2005; FREIRE, 2008; FREITAS, 2012, 2009; KADLUBA, 2007; SILVA, 2006; 2003; 1997), inserindo laboralmente os migrantes desde a decisão por migrar, ainda no seio da sociedade de origem:

> *Todo boliviano que eu conheço é desse jeito que eles vêm. Vêm contratado da Bolívia* (Luna).

> *Eu vim para o Brasil por um meio de comunicação, um anúncio. Estava num meio de comunicação lá na Bolívia. Já saí direto pra oficina. Direto. Todo imigrante, toda imigrante, não vem com esse pensamento de morar aqui, de permanecer, pra sempre* (Jade).

Esta realidade, como esclarece Freitas (2013, p. 86), vem "[...] conformando cadeias migratórias intimamente ligadas às redes de subcontratação dessa força de trabalho". Assim, de forma extremamente precária, o nicho da costura insere migrantes bolivianas e bolivianos no mercado de trabalho do Brasil.

O migrante, porém, como sujeito coletivo, configura-se como sujeito político, e é nesta condição que apresenta possibilidades de lutar – na escala do local – contra esta realidade precária, excludente, permeada por vulnerabilidades. Seus coletivos reinventam as lutas por direitos – sobretudo por meio da produção de territorialidades –, necessidade imposta perante o contexto contemporâneo de recrudescimento dos discursos políticos xenófobos e excludentes, a despeito de sermos todos cidadãos do mundo. Nesse sentido, grifa-se a relevância que os movimentos sociais ganham, contemporaneamente, para a governança das migrações internacionais.

> [...] a questão migratória internacional 'explodiu' e sua governabilidade necessariamente passa agora pelos movimentos sociais. Os direitos humanos, nesse contexto, passaram a ser o instrumento legítimo e aceito de concertação interna e internacional. As políticas migratórias são, assim, celebradas e formuladas a partir dessa legitimação; a efetivação desse caminho ainda está longe de se concretizar; há muito que ser feito, explorando as brechas que as propostas de governança internacional das migrações acabam por configurar. As propostas de organismos internacionais, inclusive no sentido da formulação institucional de medidas jurídicas para a efetivação dos direitos humanos dos migrantes, mediante parcerias, acordos bi ou trilaterais e multilaterais, de um lado, e a moldura dos acordos de integração econômica regional, de outro, constituem uma brecha importante no

> monitoramento de políticas migratórias; daí o papel imprescindível dos movimentos sociais e outras vozes da sociedade civil organizada (PATARRA, 2006, p. 12).

O conceito governança migratória proposto por Mármora (1997) pressupõe que os migrantes, enquanto sujeitos de direitos, estejam inseridos nos processos decisórios no que diz respeito aos seus processos sociais – diferente da governabilidade das migrações internacionais que é muito pautada na segurança nacional. Também pautada na ideia de governança migratória, para combater a realidade na qual prevalece a ausência de direitos, Baeninger (2013, p. 19) chama a atenção para a importância das redes sociais, que, segundo a autora, "[...] podem abrir possibilidades de mobilização, do direito à associação, do direito à informação, criando mecanismos que conduzam à garantia dos direitos humanos".

Ao buscarem acesso a direitos – individualmente, como sujeitos políticos; a partir de "redes sociais" (MASSEY et al., 1998; 1993); junto aos "movimentos sociais" (PATARRA, 2006); ou, ainda, amparados por "outras vozes da sociedade civil organizada" (BAENINGER, 2013, p. 19) –, migrantes caminham rumo à construção da sua autonomia.

A conquista de autonomia por migrantes, inclusive, deveria ser o foco das políticas públicas voltadas para essa parcela da sociedade, mas não é isto que ocorre. De qualquer forma, há vantagens tiradas por tais sujeitos dessa realidade adversa, conforme esclarece Vaccotti (2018), que defende[25] que o aprofundamento de lógicas urbanas excludentes desenvolve processos que ressignificam territórios, melhorando relativamente as condições de vida desses setores e ampliando seus horizontes de integração.

Pensar em conquista de direitos requer, ainda, uma reflexão acerca da luta de classes e seus desdobramentos. Essas relações abrigam o domínio do espaço, que se apresenta como norte para a análise:

---

[25] Nas palavras da autora: "si bien se profundizan las lógicas urbanas excluyentes, también se desarrollan procesos que resignifican algunos territorios relegados, mejorando relativamente las condiciones de vida de estos sectores y ampliando sus horizontes de integración" (VACCOTTI, 2018, p. 51).

> O domínio superior do espaço é uma arma ainda mais poderosa na luta de classes; ele se torna um dos meios de aplicação da aceleração e da redefinição de habilidades a forças de trabalho recalcitrantes. A mobilidade geográfica e a descentralização são usadas contra um poder sindical que se concentrava tradicionalmente nas fábricas de produção em massa. A fuga de capitais, a desindustrialização de algumas regiões e a industrialização de outras e a destruição de comunidades operárias tradicionais como base de poder na luta de classes se tornam o pivô na transformação espacial (HARVEY, 2008, p. 265).

Desta forma, para que ocorra a transformação espacial – e social –, migrantes transnacionais são atores fundamentais nesse processo. Ao instalarem-se no novo espaço da migração (BAENINGER, 1999), vivem, adaptam-se, criam identidades, apropriam-se do espaço e transformam-no em territórios, a partir do estabelecimento de territorialidades.

A população boliviana migrante, marginalizada, precisa se adaptar à vida limitante e, muitas vezes, indigna, à qual a maior parte dela é submetida ao se estabelecer fora da sua terra natal. Também motivado pela reflexão acerca da interação de sujeitos com o espaço, Harvey (2008, p. 293) lembra que "[...] é possível escrever a geografia histórica da experiência do espaço e do tempo na vida social, assim como compreender as transformações por que ambos têm passado, tendo por referência condições sociais e materiais".

Invisibilizados pela sociedade receptora, bolivianas e bolivianos na RMBH-MG lutam pela sua sobrevivência, a partir da sua interação com o espaço. A criação de identidades alicerça a apropriação do espaço. No cotidiano desses sujeitos, o local se torna *lugar*, e, a partir disso, são estabelecidas territorialidades. As apropriações do espaço metropolitano belorizontino pela imigração boliviana podem ser lidas desta forma: esses sujeitos vivem o local a partir das territorialidades produzidas por eles na RMBH-MG, e são essas territorialidades que fazem a mediação da relação entre eles e o mundo – que é costurado pelas redes definidas pelo mercado global da costura.

Santos (2004) defende que as pessoas vivem o mundo nos lugares. O mundo expressa-se no cotidiano dos sujeitos

através do lugar; "cada lugar é, à sua maneira, o mundo" (SANTOS, 2004, p. 314). A "territorialidade quadra-mundo", principal espaço apropriado pelos sujeitos da pesquisa, é, como o próprio nome indica, o mundo de bolivianas e bolivianos na RMBH-MG. É ali que eles se sentem mais próximos da Bolívia, a partir da vivência de tradições originárias, muitas vezes ressignificadas. É ali que se concretiza a resistência desses sujeitos frente aos muitos obstáculos impostos a eles. É ali que eles se sentem seguros diante do contexto de xenorracismo ao qual são submetidos. É ali que eles buscam a sua (sobre)vivência e experimentam momentos de felicidade.

A "territorialização da bolivianidade": presença na região metropolitana mineira

A vivência do migrante no – e do – lugar é um desdobramento da sua condição de *ser migrante*: "[...] o lugar novo o obriga a um novo aprendizado e a uma nova formulação" (SANTOS, 2004, p. 330). Tomar "consciência pelo lugar", conforme explicitado na epígrafe, é um processo de descoberta e de construção da identidade e do cotidiano impelido pela necessidade de sobrevivência e de inserção social. E, assim, "[...] com o papel que a informação e a comunicação alcançaram em todos os aspectos da vida social, o cotidiano de todas as pessoas [...] se enriquece de novas dimensões. Entre estas, ganha relevo a sua dimensão espacial" (SANTOS, 2004, p. 321).

Esta dimensão espacial revela-se dinâmica quando analisada aos olhos dos processos migratórios contemporâneos. Seu dinamismo desenha-se pelas estruturações, pelas desestruturações e pelas reestruturações espaciais suscitadas pelas novas ações definidas pelos deslocamentos e pelas reconstituições dos sujeitos migrantes nesses processos. Para esses sujeitos, "[...] o passado é um outro lugar, ou, ainda melhor, num outro lugar. [...] Suas experiências vividas ficam para trás e a nova residência obriga a novas experiências. Trata-se de um embate entre o tempo da ação e o tempo da memória" (SANTOS, 2004, p. 328).

Concretiza-se, assim, a sua (re)integração, agora a um novo espaço. Inicialmente, este processo é passivo, já que os

sujeitos não dominam seus códigos e materialidades, porém, aos poucos, torna-se ativo, com os grupos migrantes imprimindo sua marca no novo cotidiano espacial que experimentam. Para Santos (2004, p. 330), há, nesse processo, a formação de uma "[...] nova consciência [que] olha para o futuro". O autor coloca o espaço como "[...] um dado fundamental nessa descoberta. Ele é o teatro dessa novação por ser, ao mesmo tempo, futuro imediato e passado imediato, um presente ao mesmo tempo concluído e inconcluso, num processo sempre renovado" (SANTOS, 2004, p. 330).

Em conjunto, espaço, tempo e sujeitos se transformam. A mobilidade espacial leva a uma "[...] rearrumação permanente dos arranjos do espaço" (MOREIRA, 2013, p. 94). Em síntese, a espacialidade da existência é, ao mesmo tempo, enraizamento, desenraizamento, movimento. Esta é a base para a construção teórica da categoria território e de como essa configuração socioespacial solicita reflexões sobre seus desdobramentos – os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

É neste contexto-movimento que se constrói a ideia de *lugar* e de "territorialização da bolivianidade" na RMBH-MG. A presença dos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização passa pela ideia desenvolvida por Santos (2004) sobre os "homens lentos" e os "homens rápidos", assim como sobre os circuitos inferiores e os circuitos superiores da economia. O que promove o movimento de bolivianas e de bolivianos é a inserção desses sujeitos, como "homens lentos", no circuito inferior da economia, a fim de alimentar os circuitos superiores. E é nesse processo que eles são atraídos para o Brasil, inicialmente para São Paulo-SP, espraiando-se, em seguida, para o interior do estado e, depois, para a RMBH-MG. Assim, entre os "homens lentos" (SANTOS, 2004) – compostos pela maior parte dos sujeitos nas periferias de todos os tipos –, grifa-se a atuação de migrantes transnacionais. Santos (2004) aborda os "homens lentos" inseridos no contexto espacial das grandes cidades como sujeitos que não alcançam o topo dos ritmos acelerados e que, portanto, não têm os privilégios dos que, em contraponto, são os "homens rápidos".

Tais "homens rápidos" têm acesso ao espaço e ao tempo contraídos e têm o mundo ao alcance das mãos, com seus privilégios de usos e como detentores efetivos da velocidade (SANTOS, 2011). "Há uma velocidade impressa ao mundo que não é comum a todos" (SANTOS, 2007b, p. 171). Mais do que isso, "[...] a velocidade é usada por pouca gente" (SANTOS, 2007b, p. 171), devido às seletividades espaciais definidas verticalmente pelos "homens rápidos". A barreira de acesso à velocidade não é física, e os "homens lentos" convivem, muitas vezes, lado a lado com os "homens rápidos". Na eminência de se afirmarem, "homens lentos" buscam seu espaço.

Servindo de substrato a este embate, territórios no urbano são estabelecidos: "[...] cidades e lugares urbanos são territórios de fronteira, zonas de contato, onde há conflito e possibilidades de desenvolvimento de uma ordem alternativa àquela que estabelece hegemonias" (HISSA, 2008b, p. 164-165). As pessoas envolvidas neste contato e em possíveis trocas idealizam o espaço mediante suas concepções de vida e se territorializam cotidianamente. Como se trata de uma situação permeada por diferentes concepções, derivadas de realidades diversas, o conflito emerge e revela-se contexto da produção de territórios urbanos. Assim, o espaço se torna território quando suas fronteiras são utilizadas para "[...] moldar, influenciar ou controlar atividades" (SACK, 1986, p. 38).

Santos et al. (2004) vão além ao aproximar os conceitos de *espaço* e *território*, colocando que não há espaço que não tenha sido territorializado. A imprecisão na utilização dos termos pode ser justificada pela permeabilidade inerente às categorias: elas se atravessam, interpenetram-se. Desta forma, o diálogo entre elas revela-se fundamental para apreensão da realidade. "Neste sentido, há saúde na mistura, pois o híbrido é aquele que se adapta melhor e que explicita tal adaptação e o equilíbrio daí decorrente" (HISSA, 2002, p. 257). Como bem ilustrou Hissa (2002), pensando as categorias de análise como um desdobramento do objeto de estudo da ciência, refletir sobre *território* é uma forma de refletir sobre *espaço*. Ao produzir espaço, produz-se também território, concepção que se liga à ideia de "território usado" (SANTOS et al., 2004, p. 26):

> Na verdade, eu renunciei à busca dessa distinção entre espaço e território. [...] não serve falar de território em si mesmo, mas de território usado [...]. O importante é saber que a sociedade exerce permanentemente um diálogo com o território usado, e que esse diálogo inclui as coisas naturais e artificiais, a herança social e a sociedade em seu movimento atual. [...] pensamos a história como se fosse uma relação direta dos homens com a Terra, sem a intermediação das heranças sociais e materiais e do presente social.

Silva (2015) propõe uma atualização da teoria dos dois circuitos da economia tendo em vista as indústrias contemporâneas e sua relação com o território usado, âmbito dos homens lentos que se apropriam das tecnologias produzidas no circuito superior e as reavivem no inferior.

Neste contexto, a população marginalizada se apropria do espaço e ilumina possibilidades de respostas às imposições hegemônicas. Novos territórios são, assim, estabelecidos, a partir de novas territorialidades. Costa (2011, p. 78) define esta categoria de análise como "[...] relações de domínio e apropriação, no/com/através do espaço". Não há como se pensar em território sem pensar em disputa pelo e no espaço. A migração, por sua vez, é essencialmente uma questão política e um espaço de disputa (SAYAD, 1998). Pensar a população boliviana migrante na RMBH-MG, portanto, demanda a compreensão conceitual da categoria *território*, que se materializa como *territorialidade*.

Raffestin (1993) vincula a categoria território ao estabelecimento de poder. Souza (2005, p. 78) faz o mesmo e afirma que o território "[...] é fundamentalmente um *espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder*" (Grifos do autor). Costa (2011, p. 80), por sua vez, reflete sobre território apontando para uma perspectiva relacional do espaço, e afirma que ele "[...] é visto completamente inserido dentro de relações social-históricas, ou, de modo mais estrito, para muitos autores, de relações de poder".

A vida urbana e as relações que a desenham enfatizam o exercício de poder por pessoas ou por grupos de pessoas em determinado espaço: "[...] compreender a realidade urbana exige

considerar que a cidade [...] é também uma prática, as práticas sociais com e no espaço" (MARTINS, 2008, p. 59). Relações de poder pautam estas "práticas sociais com e no espaço", pautam a vida urbana cotidiana. Neste contexto, migrantes bolivianas e bolivianos encontram-se entre os sujeitos mergulhados nestas relações, sendo influenciados por elas e influenciando-as.

Esta pesquisa buscou uma reflexão que ilumina a categoria *território*[26] a partir de uma leitura integradora, que se serve do diálogo entre as categorias. Dito de outra forma, é em um universo que envolve espaço, urbano, lugar, poder, relações sociais, cotidiano, que limites são impostos e territórios são delimitados.

Os territórios apresentam-se os mais distintos possíveis, uma vez que são produzidos, desconstruídos, e se superpõem a outros territórios, a todo momento, em diferentes contextos e por diferentes grupos. Conforme grifa Souza (2005, p. 81), o território:

> [...] *não precisa e nem deve* ser reduzido [...] à associação com a figura do Estado. Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., uma rua) à internacional (p. ex., a área formada pelo conjunto dos territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte-OTAN); territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica (grifo do autor).

Perante esta riqueza de situações, não há espaço destituído de exercício de poder e, portanto, todo espaço já foi territorializado[27]. Afirmando a imposição de poder, Costa (2011, p. 43) recorre à etimologia para sua análise:

---

[26] Conceito que envolve a espacialidade humana e é produzido cotidianamente, revelando-se de grande importância para a Demografia, sobretudo quando as migrações compõem o objeto do estudo, e para a Geografia, uma vez que pauta as relações intrínsecas a uma população e as relações (de poder) de sujeitos e o espaço.

[27] A Antártica e os mares internacionais, que têm sua gestão organizada por tratados, são exemplos da abrangência da territorialização, revelando-se realidade em toda a superfície terrestre. "[...] entende-se que a questão territorial na Antártica, do ponto de vista teórico-metodológico, é uma realidade, ou seja, o fatiamento do continente por

> [...] a palavra território, *territorium* em latim, é derivada diretamente do vocábulo latim *terra*, e era utilizada pelo sistema jurídico romano dentro do chamado *jus terrendi* [...] como pedaço de terra apropriado, dentro dos limites de uma determinada jurisdição político-administrativa. [...] *jus terrendi* se confundia com o 'direito de aterrorizar' (grifos do autor).

A historicidade na qual esta análise se baseia ressalta o caráter geopolítico de aplicação desta categoria. Quando o autor afirma que "[...] *jus terrendi* se confundia com o 'direito de aterrorizar'" (COSTA, 2011, p. 43), o estabelecimento de poder revela-se evidente. O poder imposto se faz respeitado também através do medo. Esta análise, porém, busca contexto em tempos remotos, pedindo por adaptações e relativizações para tornar-se verossímil quando a projetamos para as análises de processos contemporâneos.

Costa (2011) apresenta noções conceituais de território, agrupando concepções propostas em basicamente três vertentes: política ou jurídico-política – que coloca o território como espaço delimitado e controlado, no qual se exerce poder, que, na maior parte das vezes, resume-se ao poder político do Estado –; cultural ou simbólico-cultural – que se remete ao subjetivo, ao simbólico, produto da apropriação simbólica de um espaço vivido –; e econômica – que faz alusão à dimensão espacial das relações econômicas, tendo como produto a divisão territorial do trabalho. Estas três vertentes conceituais mostram que existem superposições de territórios. Todas elas convivem no espaço, disputando, produzindo, fazendo uso do território, criando conflitos. Todas essas noções, juntas, compõem o

---

setores, reclamados pelos respectivos Estados signatários do Tratado Antártico, até onde o limite e o interesse político internacional permitem, já está cartografado. Essa cartografia territorial, por si só, já pressupõe uma existência territorial" (GANDRA, 2006, p. 91). "[...] sob ponto de vista empírico, a apropriação do espaço antártico ainda é, de um modo geral, restrita às bases científicas dos Estados signatários. Convém ressaltar, entretanto, que a instalação das referidas bases é condição primordial para que, no futuro, tais Estados possam ter direito a seus reclames territoriais, sendo que, por si só, já simbolizam (ao mesmo tempo materializam) toda a intenção dos Estados em territorializar/colonizar o gélido, misterioso e rico continente" (GANDRA, 2006, p. 92).

universo do *território* analisado à luz da imigração boliviana. Assim como defende Costa (2011, p. 74), deve-se fazer

> [...] a leitura do território como um espaço que não pode ser considerado nem estritamente natural, nem unicamente político, econômico ou cultural. Território só poderia ser concebido através de uma perspectiva integradora entre as diferentes dimensões sociais (e da sociedade com a própria natureza).

A leitura integradora e dialética, porém, nem sempre foi alcançada. A reflexão acerca da categoria território tem, na maior parte das vezes, suas raízes em parâmetros mais específicos, mais particulares, o que promove a fragmentação do conceito e, ao mesmo tempo, seu empobrecimento. "O vínculo mais tradicional na definição de território é aquele que faz a associação entre território e os fundamentos materiais do Estado. O autor clássico nesta discussão é o alemão Friedrich Ratzel" (COSTA, 2011, p. 62). A reflexão prossegue com a associação que se fazia entre a conquista do território e a naturalização desse processo:

> Ao reivindicar para a sociedade o direito 'natural' a um espaço ou mesmo a propriedade privada da terra, tornado um direito quase dever, na medida em que corresponderia ao 'espaço vital' sem o qual não se daria o 'progresso' social, alguns estudiosos desenvolveram a associação que fez do território político – principalmente o território do Estado –, em maior ou menor grau, uma extensão da dinâmica que ocorria no âmbito do mundo biológico, mais especificamente no mundo animal (COSTA, 2011, p. 64).

Souza (2005, p. 86-87) critica a leitura geográfica de Ratzel, julgando-a limitadora e esclarecendo a perspectiva do autor alemão acerca de território:

> [...] é possível notar que Ratzel não apenas trata de *um tipo específico de territorialidade*, prenhe de história, tradição e *ideologia* – a territorialidade do Estado-Nação –, mas a trata de um modo, por assim dizer, *naturalizado*. [...] A territorialidade do Estado-Nação [...] é naturalizada por Ratzel também na medida em que este não discute o conceito de território, desvinculando-o do seu

> enraizamento quase perene nos atributos do solo pátrio. Sintomaticamente, a palavra que Ratzel comumente utiliza não é *território (Territorium)*, e sim *solo (Boden)*, como se *território* fosse sempre sinônimo de *território de um Estado*, e como se esse território fosse algo vazio sem referência aos atributos materiais, inclusive ou sobretudo naturais (dados pelo sítio e pela posição), que de fato são designados de modo mais direto pela expressão *Boden* (grifos do autor).

Acredita-se na maior eficiência de uma leitura que nos liberte da exiguidade do pensamento espacial, bem como na necessidade de superação do Estado enquanto único e supremo detentor de poder. Assim, outras vertentes de análise do território, que não se reduzem à jurídico-política, mostram-se imprescindíveis.

Como o exercício de poder é inerente às relações sociais e manifesta-se espontânea e continuamente, as vertentes conceituais, juntas, amparam a leitura da imigração boliviana. Por ser uma realidade cada vez mais presente no cotidiano das metrópoles, alimentada pelas relações circunscritas às disputas geradas pela apropriação do espaço urbano; por envolver territórios de Estados-Nacionais, ao compor uma migração transnacional; por mobilizar força de trabalho a partir da mobilidade do capital – consagra-se a superposição, a convivência e a disputa de territórios, impondo a necessidade de se fazer uma análise considerando todas as vertentes. Restringi-la a uma única vertente seria ler o território de forma fragmentada.

Para uma leitura integradora, todas as vertentes apresentadas devem ser consideradas, uma vez que elas se mostram expressivas e fundamentais e, portanto, subsidiam importantes reflexões. Ao mesmo tempo, elas são observadas no espaço urbano metropolitano com expressividades mais ou menos intensas, dependendo do contexto. Todas elas, assim, realizam-se concomitantemente, delineando esse universo. Especificando a leitura e trazendo-a para o objeto deste estudo, reflete-se sobre a materialização dessas vertentes de análise.

A presença do Estado concretiza a RMBH-MG como território jurídico-político, estabelecendo e fazendo-se cumprir

normas, regras e leis. A atuação da polícia simboliza esta presença, fiscalizando a sociedade e sua atuação conforme seus deveres. Na maior parte das vezes, porém, os direitos, constitutivos desta esfera, não alcançam os interlocutores desta pesquisa.

O território econômico, por sua vez, é produzido por relações comerciais instituídas – legalmente ou não. O arcabouço desta vertente é desenhado pelo mercado regional da costura.

Chama-se ainda a atenção para a dimensão do território natural. Como ele deriva da noção de território animal, pautando-se em uma dimensão biológica, ele ilumina o comportamento humano. O corpo ganha voz, respondendo – até mesmo instintivamente – aos impulsos, conquistando seu espaço e produzindo, assim, território.

Definindo território pelo poder intrínseco às relações sociais, a vertente simbólico-cultural destaca a apropriação e a valorização simbólica de um grupo social em relação ao seu espaço vivido. Neste cenário conflituoso de disputas territoriais e consequentes apropriações, emerge a necessidade do sujeito se territorializar.

Costa (2011) reflete sobre migração a partir da saída forçada de trabalhadores e apresenta os conceitos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Este estudo traz reflexões acerca de todos esses processos tendo como contexto a imigração boliviana. Melhor dizendo, toma-se cada um deles como face ou etapa do processo migratório – desde a saída da origem e considerando todos os espaços da migração (BAENINGER, 1999) –, e acredita-se que eles são concomitantes, interligados, interdependentes e indissociáveis.

A territorialização, neste estudo, é vista como produto da identidade, como simbolização de um grupo, como apropriação de um espaço e como exercício de poder neste espaço. Costa (2011) chama a atenção para o processo de reterritorialização dos sujeitos migrantes. No caso deste estudo, os sujeitos da pesquisa começam a se desterritorializar quando da sua saída da Bolívia ou de São Paulo e iniciam o processo de (re)territorialização ao chegarem nos espaços apropriados na RMBH-MG. Não apenas o espaço que eles abandonam ganham

novas territorializações, de acordo com as dinâmicas locais, mas, também, os sujeitos vão se territorializar no novo espaço, na RMBH-MG. Saquet (2003, p. 39) reflete sobre a simultaneidade entre desterritorialização e reterritorialização:

> [...] são processos intimamente ligados na dinâmica socioespacial. Na primeira, há a perda do território inicialmente apropriado e construído, a supressão dos limites, das fronteiras, [...] e, na segunda, uma reprodução de elementos do território anterior, pelo menos, em algumas das suas características.

Costa (2007, p. 99) ainda completa, afirmando que

> [...] não há território sem um vetor de saída do território, e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte. [...] Devemos antes de tudo pensar a territorialização e a desterritorialização como processos concomitantes, fundamentais para compreender as práticas humanas.

Desta forma,

> [...] cada um de nós necessita, como um 'recurso' básico, territorializar-se. Não nos moldes de um 'espaço vital' darwinista-ratzeliano, que impõe o solo como um determinante da vida humana, mas num sentido muito mais múltiplo e relacional, mergulhado na diversidade e na dinâmica temporal do mundo (COSTA, 2011, p. 17).

Costa (2007, p. 280) ainda acrescenta que

> [...] territorializar-se significa também, hoje, construir e/ou controlar fluxos/redes e criar referenciais simbólicos num espaço em movimento, no e pelo movimento. [...] A territorialização engloba ao mesmo tempo aquilo que é fixação e aquilo que é mobilidade.

A mobilidade que dá corpo à migração implica na dinamização do processo de estabelecimento de territorialidades. Com o fim de estabelecer alguns paralelos, território define-se como conceito base para a compreensão da

territorialidade intrínseca às relações sociais. Assim, torna-se necessário, discutir o conceito de territorialidade:

> Mais do que território, territorialidade é o conceito utilizado para enfatizar as questões de ordem simbólico-cultural. Territorialidade, além da acepção genérica ou sentido *lato*, onde é vista como a simples 'qualidade de ser território', é muitas vezes concebida em um sentido estrito como a dimensão simbólica do território (COSTA, 2011, p. 73-74; Grifos do autor).

Costa (2011, p. 86) ainda complementa, usando as ideias de Sack:

> [...] a territorialidade, esta 'qualidade necessária' para a construção de um território, é incorporada ao espaço quando este media uma relação de poder que efetivamente o utiliza como forma de influenciar e controlar pessoas, coisas e/ou relações sociais – trata-se, simplificando, do controle de pessoas e/ou de recursos pelo controle de uma área. A fronteira e o controle de acesso, portanto, são atributos fundamentais na definição de territorialidade defendida pelo autor. Apesar de Sack reconhecer que a territorialidade é uma 'base de poder', não a encara como parte de um instinto, muito menos associa poder exclusivamente com agressividade.

A territorialidade – um espaço socialmente controlado, onde há o estabelecimento simbólico de poder de um sujeito ou de um grupo sobre outros sujeitos e sobre o próprio espaço – é uma categoria de análise que compõe o urbano. É rotineira, frequente, cotidiana. E não implica, necessariamente, uso da força. Este poder pode – e, na maior parte das vezes, é assim que o é – ser imposto de formas brandas, mostrando naturalidade – o que não significa instintividade, mas algo socialmente construído sem o recurso da violência –, evidenciando comum acordo entre quem o exerce e quem o sofre, o que desmistifica o vínculo que se faz, no senso comum, entre estabelecimento de poder e agressividade.

No contexto dos migrantes, as territorialidades são estabelecidas, muitas vezes, de forma branda, sem uso de violência. O movimento impõe dinamismo e é desenhado no

espaço, a partir da construção de territorialidades. Apesar disso, é inegável que paira no ar uma questão de poder, um poder implícito, uma violência latente. Este poder estabelecido simbolicamente se concretiza revelando a tensão presente no processo de produção de territorialidades. As territorialidades estabelecidas ainda se revelam intermitentes, descontínuas, mutantes, de acordo com a situação histórica-geográfica-demográfica-social na qual se encontra. Nas palavras de Souza (2005, p. 87),

> [...] territórios, que são no fundo antes *relações sociais projetadas no espaço* que espaços concretos (os quais são apenas os *substratos materiais* das territorialidades [...]), podem [...] formar-se e dissolver-se, constituir-se e dissipar-se de modo relativamente rápido (ao invés de uma escala temporal de séculos ou décadas, podem ser simplesmente anos ou meses, semanas ou dias), ser antes instáveis ou estáveis ou, mesmo, ter existência regular mas apenas periódica, ou seja, em alguns momentos – e isto apesar de que o substrato espacial permanece ou pode permanecer o mesmo (grifos do autor).

Derivada do conceito de território, a territorialidade se apresenta, portanto, como um produto cotidiano. Nas palavras de Saquet (2003, p. 25), "[...] o território é objetivado por relações de poder e dominação, o que implica a cristalização de uma territorialidade, ou de territorialidades, no espaço, a partir das diferentes atividades cotidianas". Foram as atividades cotidianas de bolivianas e de bolivianos na RMBH-MG que revelaram a produção de territorialidades por estes sujeitos. Uma vez alcançado este novo espaço da migração (BAENINGER, 1999) boliviana, os desafios da *vida migrante* culminaram em processos de apropriação do espaço e na produção de territorialidades: as territorialidades do trabalho e da moradia, as territorialidades no acesso à educação e nos cuidados com a saúde, e as territorialidades produzidas para os momentos de descanso.

Refazendo-se de forma constante, (des)(re)construídas o tempo todo, a produção de territorialidades ocorre nas relações do sujeito com o *lugar* – tomado como categoria de análise –, tornando-se necessária

uma reflexão aos olhos do cotidiano. O lugar, neste contexto, pode ser definido como uma

> [...] construção única, singular, carregada de simbolismo e que agrega ideias e sentidos produzidos por aqueles que o habitam. Despertam os sentimentos de identidade e de pertencimento no indivíduo. É, portanto, fruto da construção de um elo afetivo entre o sujeito e o ambiente em que vive (CASTRO; CORRÊA; GOMES, 1995, p. 105).

Espíndola (2012, p. 167) também contribui: "[...] as ações humanas operam no espaço, configurando-o, organizando-o e diferenciando-o, dando-lhe identidade particular e, dessa forma, produzindo os lugares e a diversidade de paisagem". Realça ainda que, quando, no espaço, são estabelecidas relações de poder, fala-se em território.

Esse espaço criado entre o poder e a identidade, permeado por ambos, surge como práticas de territorialidades urbanas. A identidade, fator fundamental para constituição destas territorialidades, é produto da combinação de processos históricos de relações sociais, que se materializam, são produzidas e reproduzem-se de forma desigual, conflituosa e contraditória, tendo o espaço como fundamento. Saquet (2010, p. 25) esclarece que os territórios e as territorialidades

> [...] são vividos, percebidos e compreendidos de formas distintas; são substantivados por relações. Homogeneidades e heterogeneidades, integração e conflito, localização e movimento, identidades, línguas e religiões, mercadorias, instituições, natureza exterior ao homem; por diversidade e unidade; (i)materialidade.

Costa e Limonad (2007) apresentam a territorialidade como estratégia geográfica para atingir a dinâmica de pessoas, fenômenos e relações, controlando-as. Corroborando esta ideia, Espíndola (2012, p. 165) destaca que,

> No espaço, os corpos se movimentam ou são fixos, criando obstáculos ao movimento de outros corpos ou contribuindo para que os fluxos se estabeleçam. Assim, o espaço é um campo onde eventos ocorrem e se sucedem, porém não como um palco, um dado anterior da realidade,

> mas ele próprio resulta da espacialidade determinada pelos processos sociais.

Freitas (2014, p. 10) traz para a discussão a importância da inserção socioeconômica de migrantes para o estabelecimento de territorialidades:

> [...] a inserção socioeconômica de novos migrantes leva à constituição de novas territorialidades cujas dinâmicas de entrada, saída e circulação se sobrepõem e/ou justapõem àquelas dos autóctones e/ ou de outros grupos étnicos – especialmente quando esses novos fluxos migratórios passam a constituir circuitos econômicos próprios.

Algumas territorialidades em disputa nas metrópoles inibem o uso indiscriminado do espaço público urbano, quando limitam caminhos, desrespeitam o direito de ir e vir, causam constrangimentos, determinam violências, privatizam espaços e, dessa forma, impedem que espaços públicos da cidade possam ser vivenciados como lugar por qualquer pessoa. Ao mesmo tempo, são produtos da própria dinâmica urbana capitalista, que, no seu processo de crescimento, de expansão, de produção do espaço, não permite o direito à cidade a todos, os reduzindo, muitas vezes, aos consumidores (SANTOS, 2007d).

> A produção do espaço [...] é consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas sociais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade (CORRÊA, 2011a, p. 43).

Nesse contexto, sobretudo nos Estados com grande desigualdade – não só socioeconômica, mas de todos os tipos, como o Brasil –, as territorializações são ainda mais complexas, permeadas por contradições e conflitos. Justamente por este motivo, existe diversidade nas formas de apropriação do espaço urbano. Entre os atores desses processos está a população migrante boliviana, em permanente realização e mobilidade, territorializando-se. Modos de apropriação e usos diferentes são descortinados, dependendo da circunstância, da vivência, da

finalidade, do contexto socioeconômico de apropriação do espaço.

Nesse novo ciclo de apropriação do espaço, um universo se abre à frente da população boliviana migrante. Sassone (2009) reflete [28] sobre o estabelecimento de territorialidades por esses sujeitos grifando a importância das manifestações da fé e, em particular, da religiosidade migrante nesse processo, já que elas se misturam com as práticas da vida cotidiana, construindo sentido de pertencimento e identidade étnica, e possibilitando novas territorialidades. A autora fala [29] em uma transcrição espacial, localizada e localizável, da diversidade de relações e interações sociais, ciclos, ritmos e escalas, gerados a partir da religiosidade, que se justapõem e coexistem, como um complexo amálgama de ações no território.

Sassone (2009) exemplifica a apropriação do espaço feita por bolivianas e bolivianos em Buenos Aires, na Argentina. Fazendo menção ao bairro chamado "Charrúa", a autora disserta[30] sobre o domínio da população boliviana neste espaço, sendo, por isso, considerado, desde a sua aparição, um bairro boliviano, um modelo de vizinhança étnica, mas, também, um centro simbólico da comunidade boliviana na Argentina. Fica claro, assim, que a forma como a população migrante boliviana faz suas leituras e consequentes apropriações do espaço depende de uma série de fatores.

Tomando como sujeitos da pesquisa a população migrante boliviana na RMBH-MG, investigou-se seus processos

---

[28] No capítulo 18 do livro *Migrações do Sul*, organizado por Baby-Collin et al. (2009), Sassone faz reflexões acerca da territorialização das práticas religiosas católicas de migrantes bolivianos na metrópole de Buenos Aires e acerca das modalidades de circulação dos cultos que têm na Bolívia a sua origem. Sobre esta questão, a autora defende: "Les manifestations de foi, et en particulier de religiosité populaire des migrants, sont mêlées aux pratiques de la vie quotidienne, construisant sentiment d'appartenance et identité ethnique, et rendant possibles de nouvelles territorialités" (SASSONE, 2009, p. 413).

[29] Nas palavras da autora: "[...] transcription spatiale – localisée et localisable – de la diversité des relations et interactions sociales, de cycles, de rythmes et d'échelles, générés à partir de la religiosité, qui se juxtaposent et coexistent, comme un amalgame complexe d'actions humaines sur le territoire" (SASSONE, 2009, p. 414).

[30] Nas palavras da autora: "Ce quartier, appelé «Charrúa» [...] en raison de la domination de la population bolivienne, il est considéré depuis son apparition comme un quartier bolivien, un modèle de quartier ethnique, mais aussi comme le centre symbolique de la communauté bolivienne en Argentine" (SASSONE, 2009, p.414).

de apropriação de territórios da cidade e os consequentes desdobramentos. Partiu-se da hipótese de que a migração sul-sul boliviana configura novos espaços que se apresentam como territórios circulatórios (TARRIUS, 2009; 2005; 2002; 1993; 1989), nos quais conectam-se diferentes dimensões locais, regionais e globais, vinculadas ao setor da costura (WALDINGER, 1994), e permitem a "territorialização da bolivianidade". Pensando no recorte espacial deste estudo, a hipótese sustenta que a RMBH-MG, a partir da inserção no nicho da costura, passa a atrair bolivianas e bolivianos e a revelar territorialidades produzidas por esses sujeitos, configurando a constituição da "territorialização da bolivianidade", alimentada (também) pelo vínculo entre o local e o global.

Os "territórios circulatórios" (TARRIUS, 2009; 2005; 2002; 1993; 1989), alimentados pelas redes, reúnem as diferentes escalas – o local e o global – conectando-os a partir do vínculo que é mantido entre os sujeitos e o lugar de origem. Revelam-se, desta forma, tradução de como o global se realiza no local. Santos (2004) vai explorar essa relação escalar, explicando, entre outras questões, que o global só se realiza quando ele se efetiva no local.

Tarrius (1993) reflete sobre "territórios circulatórios" com base em novas formas de mobilidade produzidas por agentes econômicos particularmente eficazes no campo da globalização, definindo-os como espaços usados como recursos no percurso migratório, ou, ainda, os percursos que ligam os migrantes aos espaços da migração, mas mantendo-os sempre ligados à origem, implicando em uma constante manutenção dos laços. Tais espaços são a concretização da diversidade de localizações e de temporalidades que constituem o ato migratório.

Pode-se entender, assim, a RMBH-MG como um "território circulatório" por expressar a mobilidade de bolivianas e bolivianos na produção global e regional da costura, impulsionando a produção de territorialidades que concretizam a "territorialização da bolivianidade", sobretudo em Ribeirão das Neves-MG, conectando a RMBH-MG e a Bolívia. Reunindo local e global estão ainda as redes de subcontratação (WALDINGER, 1994) do mercado da costura.

O contexto de produção desta realidade em escala global é o da transição para a acumulação flexível, "[...] feita em partes por meio da rápida implantação de novas formas organizacionais e de novas tecnologias produtivas" (HARVEY, 2008, p. 257). A subcontratação é uma das "mudanças organizacionais na direção da desintegração vertical", capaz de "reverter a tendência fordista", produzindo "um curso cada vez mais indireto na produção, mesmo diante da crescente centralização financeira" (HARVEY, 2008, p. 257). A escala local é ainda expressão da migração transnacional boliviana produzindo territorialidades em determinadas porções do espaço metropolitano belorizontino.

Este contexto – alicerçado na produção têxtil e na superexploração da força de trabalho migrante, bem como no xenorracismo – faz com que bolivianas e bolivianos se apropriem do espaço, tornando-se novos agentes da sua produção. Desta forma, espaços transformam-se em *lugares* para bolivianas e bolivianos – "homens lentos" – e isto não é feito de forma aleatória, ou seja, cada um desses lugares não está solto no mundo. Revelam-se conectados em redes. A partir do trabalho nas oficinas, costuram o mercado regional e global da indústria têxtil – e são, dialeticamente, conectados entre si por este mercado. E, nesta trama, trabalhadoras e trabalhadores migrantes transnacionais mantêm-se conectados com o país de origem.

Parte-se aqui da premissa de que a territorialização é algo inerente. Portanto, a presença da imigração boliviana no espaço metropolitano belorizontino produz uma apropriação entendida como territorialidades da imigração boliviana – territorialidades identificadas por esta pesquisa, produzidas a partir do cotidiano dos sujeitos da pesquisa no seu recorte espacial. Elas se revelam resistência às dificuldades impostas a estes sujeitos nos seus diversos espaços de vida: trabalho e moradia, saúde e educação, momentos de descanso e sociabilidade.

Freitas (2014, p. 92) propõe o conceito de "territorialidades bolivianas" definidas como "[...] locais de sociabilidade desses costureiros e costureiras em seus momentos de folga e que vêm se diferenciando dos locais de sociabilidade

das populações autóctones". Este tipo de apropriação foi encontrado pela pesquisa, revelando a concretização da "territorialização da bolivianidade" na RMBH-MG. A construção conceitual de "territorialização da bolivianidade" tem os "espaços da bolivianidade" de Grimson (2006) como pressuposto teórico referência, uma vez que este conceito inspirou a elaboração desta proposição, que remete à construção social da vida dos migrantes e a relação deles com a cidade. No caso deste estudo, sua principal expressão ocorre na "territorialidade quadra-mundo", que permite que migrantes bolivianas e bolivianos mantenham-se conectados à sua origem – pela oferta de comidas típicas, cultivando seus hábitos alimentares; pela sociabilidade vivenciada nestes locais; pela prática linguística, já que conversam, nesses espaços, na sua língua; entre outras diversas formas de relações simbólicas e materiais estabelecidas a partir desses espaços com o seu país, a Bolívia.

Ilustrando o conceito de Grimson (2006), Freitas (2014, p. 93) traz os "[...] dois principais e mais desenvolvidos 'espaços da bolivianidade' da capital paulistana: a Praça Kantuta, no Canindé e a rua Coimbra, no Bresser". A autora apresenta a origem da formação desses "espaços da bolivianidade" na capital paulista:

> A história de formação desses 'espaços da bolivianidade' nos remete aos [...] anos 1980, em que esses migrantes frequentavam a Praça Padre Bento, no bairro do Pari – tradicionalmente acolhedor de migrantes de diversas nacionalidades que se dirigiram para a cidade desde fins do século XIX. Nessa Praça, a partir dos anos 1990, começou a adquirir visibilidade, [...] os indícios da formação, aos domingos à noite, de uma espécie de mercado de trabalho paralelo, de subcontratação, entre donos de oficinas e lojistas da comunidade coreana e os trabalhadores bolivianos. E nos anos 2000, além do mercado de trabalho paralelo, também começam a chamar atenção suas formas de sociabilidade, o estabelecimento de bares e de uma feira boliviana ao redor da Praça. [...] tensões resultariam em um abaixo-assinado, realizado pelo Conselho Comunitário de Segurança, [...] determinando a retirada dos comerciantes bolivianos da praça, no final de 2001. Em 2002, uma associação destes comerciantes bolivianos [...] consegue a liberação, pela

> prefeitura, de outra praça, no bairro vizinho, do Canindé, que passou a se denominar "Praça Kantuta" para o encontro dominical da comunidade boliviana na cidade de São Paulo (FREITAS, 2014, p. 93-94).

Freitas (2014, p. 137), analisando os "espaços da bolivianidade" na capital paulista, demonstra os vínculos dos seus interlocutores com a sua origem boliviana ao afirmar que:

> [...] para esses costureiros e costureiras, 'fazer a vida' em São Paulo ou, ainda, cortar os laços com os familiares, namorados e amigos, deixados na Bolívia, não é uma forma de se inserirem em outro universo linguístico, cultural e moral, mas apenas de se reinserirem, no mesmo universo, mas em outro local.

Referindo-se à Praça Kantuta, Freitas (2014, p. 97) a descreve como uma "[...] espécie de cartão de visitas da comunidade boliviana na cidade de São Paulo", onde são estabelecidas relações de sociabilidade desta população imigrante e "[...] embora seja possível nos depararmos com turistas e moradores curiosos, trata-se de um espaço frequentado quase que exclusivamente por migrantes bolivianos (em sua maioria, costureiros e costureiras)". O cartão de visitas da comunidade boliviana na RMBH-MG é a quadra Maura Pereira Andrade, no bairro Conjunto Henrique Sapori, em Ribeirão das Neves-MG, tornada *lugar* para esses sujeitos.

No espaço público deste município, os sujeitos da pesquisa se fazem presentes, sobretudo, na apropriação do espaço para seus momentos de descanso. Bolivianas e bolivianos na RMBH-MG vivem o seu mundo nesta quadra – a quadra Maura Pereira Andrade – o que inspirou a elaboração do termo "territorialidade quadra-mundo" para identificar, nomear e conceituar este.

A documentação e a possibilidade de migração interna para migrantes transnacionais

A condição de emigrante é carregada de esperanças e muitas dificuldades. *Ser migrante* é (também) estar em constante (re)construção. Harvey (2008, p. 293) contribui com

sua leitura deste eterno construir-se:

> [...] práticas [...] culturais têm particular suscetibilidade à experiência cambiante do espaço e do tempo exatamente por envolverem a construção de representações e artefatos espaciais a partir do fluxo da experiência humana. Elas sempre servem de intermédio entre o Ser e o Vir-a-ser.

Pensando sobre a importância da interação com o espaço para a construção do ser, ressalta-se ainda que, "hoje, a mobilidade se tornou praticamente uma regra" (SANTOS, 2004, p. 328). Contextualizando e justificando tal fato, Giddens (1991, p. 20) afirma que,

> para autores influenciados por Marx, a força transformadora principal que modela o mundo moderno é o capitalismo. [...] O caráter móvel, inquieto da modernidade é explicado como um resultado do ciclo investimento-lucro-investimento que, combinado com a tendência geral da taxa de lucro a declinar, ocasiona uma disposição constante para o sistema se expandir.

Esta expansão é constituída pelo capital, pela produção, pela força de trabalho. Dialeticamente, trabalhadoras e trabalhadores são produzidos e produzem esta realidade. Deslocam-se conforme são orientados pelo capital e por reestruturações produtivas. Sua "condição de emigrante" guia as interações entre o sujeito migrante e o mundo – globalizado e perverso. Deslocam-se para que os circuitos econômicos já revelados por Santos (2004) não sejam interrompidos. Migram para desempenhar papeis contingentes à perpetuação de sua condição de "homens lentos", submissos a uma estrutura econômica hegemônica que viabiliza a manutenção do processo de reprodução ampliada do capital. "De fato, para a grande maioria da humanidade a globalização está se impondo como uma fábrica de perversidades" (SANTOS, 2011, p. 19).

Os sujeitos experimentam a sua própria periferização do processo de globalização, repleta de carências de todos os tipos, integrados e atuando em espaços que também participam dessa dimensão da desigualdade e dos conflitos. A partir desta atuação, Santos (2004) lembra que a globalização faz esses

sujeitos redescobrirem a corporeidade. A sua teoria sobre o fenômeno da globalização reescreve as espacialidades de novos circuitos econômicos estruturados e revelados a partir de novos arranjos de superioridade e inferioridade econômica.

> O mundo da fluidez, a vertigem da velocidade, a frequência dos deslocamentos e a banalidade do movimento e das alusões a lugares e a coisas distantes, revelam, por contraste, no ser humano, o corpo como uma certeza materialmente sensível, diante de um universo difícil de apreender (SANTOS, 2004, p. 313-314).

Neste contexto encontra-se embasada a mobilidade da população migrante transnacional. Sustentados pela ideia de melhoria das condições de vida, esses sujeitos saem da sua terra natal na ilusão de assumir um novo papel na estrutura econômica agora global. Uma felicidade permeada pelo medo ocupa os corações dos migrantes quando eles pensam nas possibilidades que podem alcançar ao se lançarem à (uma outra) vida urbana em outro país – que parece lhes oferecer oportunidades sobretudo laborais e financeiras. Estariam fugindo de todos os problemas que vivenciam no seu país para dar início a uma vida feliz e próspera em outras terras.

Porém, a realidade leva-os a percorrer caminhos mais árduos do que os que são, muitas vezes, imaginados. A começar pela sua chegada ao país receptor – que não os acolhe, mas, quando muito, apenas os recebem –, onde o sujeito "[...] se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha. [...] No lugar novo, o passado não está; é mister encarar o futuro: perplexidade primeiro, mas, em seguida, necessidade de orientação" (SANTOS, 2004, p. 328).

Esta orientação é também física, e o fato de a situação migratória não estar regularizada[31] dificulta a mobilidade. A

[31] Quijano (2008) faz uma interessante reflexão sobre o uso dos termos "ilegal", "indocumentado" e "irregular". A autora esclarece que o termo "ilegal", apesar do seu uso indiscriminado, não deve ser usado devido ao seu caráter pejorativo, uma vez que remete à delinquência. O termo "indocumentado", por sua vez, é tido pela autora como "incompleto", já que não inclui migrantes que entram legalmente com visto de turista ou de trânsito, mas que passam a exercer uma atividade de trabalho sem autorização,

dificuldade da regularização os mantém na condição de "homens lentos" que alimentam o circuito inferior da economia, fundamental para ampliar e potencializar os circuitos superiores econômicos. A amplitude destes casos entre migrantes bolivianas e bolivianos é destacada por Oliveira e Baeninger (2012, p. 186) como "característica do fluxo", e foi grifada por uma das interlocutoras:

> *Nós somos muitas pessoas, migrantes bolivianos, muitos! Não sei quantos... Não sei quantos que é, de bolivianos que estão aqui [no Brasil]. E la maioria deles não tem documento* (Nina).

Amaral, Baís e Silva (2020, p. 305) apontam que "[...] bolivianos, atualmente, são o segundo maior fluxo no Brasil [...]. Esse número expressivo apresenta uma subnotificação, considerando os imigrantes que não possuem documentação, vivendo [...] em condições precárias e análogas ao trabalho escravo". Os próprios migrantes relatam dificuldades para consolidar a regularização migratória, sendo a questão financeira e a falta de informação as mais recorrentemente apontadas por eles. Bolivianas e bolivianos reclamam do alto custo do processo para se obter autorização de residência no País. Nina, entre outros interlocutores, relata tais dificuldades:

> *[...] eles não sabem [...] que existem organizações, [...] que você pode ter ajuda até regularizar [...] que a maioria dos bolivianos estão submetidos a isso. Tem falta de informação [...] A documentação agora que tenho custou 3000 reais. Pagando as taxas, pagando a pessoa que vai conseguir me tirar, contador, [...] tudo isso. [...] sei que me enganaram também [...] Mas eu paguei 3000. De meu filho e mío. A maior dificuldade é de... uno, é nosso consulado, certidão de antecedentes criminais, essa é o maior dificultado, porque tem um valor um pouco elevado. [...] Tudo tem o custo* (Nina).

---

ou ainda por não incluir os que entram com documentos falsos, entre outros casos. Finalmente, a autora propõe o uso do termo "irregular", recomendado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e oficializado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Optou-se, neste estudo, pela menção à situação migratória regularizada ou não. Fala-se em uma situação não regularizada ou irregular para referir-se a qualquer migrante que se apresenta, independentemente do motivo, sem documentação que regularize sua permanência e residência no Brasil.

Muitos dos contratantes do trabalho migrante dificultam a regularização migratória desses sujeitos, o que facilita a superexploração da força de trabalho por serem mais facilmente chantageados por seus empregadores. Nessas condições, bolivianas e bolivianos têm constante receio de serem abordados e interrogados pela polícia, bem como de sofrerem deportação. A falta de informações faz com que os sujeitos da pesquisa permaneçam em oficinas-cativeiros, obrigados a trabalhar longas jornadas diárias, escondidos e proibidos de sair, privados de liberdade:

> *Então as firmas aproveitam isso, os donos de oficina [...], porque sabem que estão irregulares, eles colocam que vão pegar a polícia, vão levar, vai cobrar multa [...] eles mesmos sabem que isso tá errado por lei. [...] Quando você vem aqui, imigrante peruano, boliviano e paraguaio, você não conhece das leis. Então você se submete mesmo. [...] Então o trabalho era assim, não conseguia sair... Não é que ele fechava a porta. Só que ele falava assim: se você vai sair, você é indocumentado, você é ilegal, [...] é proibido falar com outras pessoas, você não pode nem falar com outros bolivianos porque eles vão te levar pro outro lado e do outro lado existe tráfico de órgãos, existe pessoa que te leva para prostituição, vão vender a seus filhos... Então eu tinha na cabeça que eu não devo sair* (Nina).

> *Tem gente que eles não saem [...] pra passear, pra nada! Porque o patrão fala, que se você sai, você vai ser deportado. Eles ameaçam* (Luna).

> *Ela não permitia que a gente saia. Ela falava de que a gente não tinha que sair porque os brasileiros eram maus, eram bravos, iam fazer alguma coisa, e a polícia ia pegar a nós, voltar à Bolívia. Que iam tirar os meus filhos de mim... tudo. Então a gente não saia tampouco na rua. Vivi muito tempo assim [...] mais ou menos [...] um ano e meio. Sem sair* (Jade).

A falta de liberdade de circulação pode trazer, inclusive, danos à saúde de migrantes:

> [...] por conta do medo de serem abordados em hospitais por agentes da Polícia Federal, boa parte dos bolivianos

> que ainda vivem no Brasil de forma ilegal – os chamados de "indocumentados" – se recusa em ir a esses locais para receber tratamento adequado. Eles se submetem a tratamentos paliativos a fim de poderem continuar com as atividades profissionais, o que consequentemente agrava suas doenças (ALVES, 2012, p. 248).

Vivem com receio de serem descobertos e punidos pela sua situação migratória irregular. Apesar de contraditório, temem por ser descoberta a condição de "homens lentos", temem por serem reconhecidos. Desconhecem, na verdade, a importância de sua perpetuação nesse lugar, nesse papel assumido por uma parcela da população vulnerável, frente à sua condição de cidadãos de direitos. O Estado pouco ou nada faz para resolver a situação desses sujeitos. "A coação define, assim, o mundo do direito e adquire existência pelo Estado. Direito, coação e Estado são, portanto, três elementos indissoluvelmente ligados" (BOBBIO, 1995, p. 153). Diante disso, migrantes relatam a necessidade de liberdade para circulação e chamam a atenção para a importância da regularização migratória (também) para a migração interna desses sujeitos:

> *Eu sei que eles estão saindo do centro do São Paulo [...] E o documento também facilita. Porque já com o documento, você pode estabelecer em qualquer lugar. Sem documento, complica* (Lorenzo).

O deslocamento interno de migrantes transnacionais apresenta-se como possibilidade ampliada pela regularização migratória desses sujeitos, o que ocorre a partir de decisões tomadas em âmbito nacional, como a partir das anistias. Freitas (2012, p. 155) revela o impacto da Lei da Anistia de 1988 para a imigração boliviana no Brasil:

> Em grande parte, provenientes das regiões de terras altas do altiplano andino, o fluxo migratório de bolivianos direcionado para o trabalho informal em oficinas de costura, na cidade de São Paulo, adquiriu visibilidade, nos principais jornais da imprensa brasileira, a partir da década de 1990; pouco tempo depois da implementação da Lei da Anistia, em 1988, que visava regularizar os imigrantes sem documentação, no país.

Souchaud e Baeninger (2012, p. 75), por sua vez, destaca a importância da presença boliviana detectada a partir da lei de Anistia Migratória de 2009:

> Ao término da campanha de requisitos de regularização dos estrangeiros indocumentados que, a partir da lei de Anistia Migratória de julho de 2009, aconteceu no segundo semestre do ano 2009, mais de 41.000 estrangeiros requisitaram a regularização de sua permanência no país. Como se sabe, o maior contingente foi de estrangeiros bolivianos (17.000).

Apesar de ser creditada à imigração boliviana a maior contingência de migrantes entre os requisitantes de regularização em 2009, Oliveira e Baeninger (2012, p. 188) afirmam que um dos desdobramentos da situação migratória irregular desses sujeitos é o nosso desconhecimento em relação a este fluxo, já que "[...] o Censo não capta a totalidade dos imigrantes bolivianos, [...] em decorrência da indocumentação", o que é corroborado por Freitas (2012, p. 155), que chama a atenção para a "[...] dificuldade para precisar o número de imigrantes, considerando que são indocumentados". Grifa-se aqui que a proteção aos direitos migrantes requer o conhecimento da sua realidade, embasado pela disponibilidade de dados. Só desta forma torna-se possível uma eficiente distribuição dos escassos recursos para construção de políticas públicas que visem tomar decisões mais precisas e para antecipar os desafios. Aqui há uma disputa entre o processo humanitário – que prioriza a regularização e o reconhecimento desses trabalhadores migrantes – e o poder hegemônico – que busca reafirmar a clandestinidade, a insegurança e o medo, colocando-se como a figura do protetor.

A despeito das dificuldades de contagem dos sujeitos da imigração boliviana e do número encontrado não ser um retrato fiel da realidade, dados do Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros (SINCRE) sustentam que, entre 2010 e 2015, foi o fluxo migratório boliviano o que registrou a mais ampla entrada de migrantes no Brasil. Isso ocorre em função do firmado Acordo de Residência para os Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, Bolívia e Chile:

> A partir de 2009, o 'Acordo sobre Residência para os Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL' e o 'Acordo sobre Residência para os Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL, Bolívia e Chile' criaram mecanismos para conceder a esses cidadãos o direito de obter residência legal em outros Estados participantes. Os acordos incluem nacionalidades da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai (MPT, 2018). [...] Devido à maior liberdade concedida a cidadãos do Mercosul, muitos estrangeiros se estabelecem no Brasil e acabam por instalar-se em empregos informais[32].

Antes mesmo deste acordo, o Mercosul já revelava sua importância no que tange ao fomento das migrações para o Brasil desde quando entrou em vigor, em 1991. Entre 1990 e 2000, o Mercosul Ampliado – composto pelos originais Estados membros do Mercosul (Argentina, Brasil, Uruguai e Venezuela) e por dois Estados associados (Bolívia, Chile) – correspondeu a 40% dos migrantes transnacionais regulares que chegaram ao Brasil (PATARRA; BAENINGER, 2005).

Muitos desses migrantes tiveram suas situações migratórias regularizadas apenas com as Leis de Anistia. Após 2009, a nova proposta de anistia estava entre os objetivos da Lei de Migração – Lei nº 13.445/2017 – e contemplaria migrantes que ingressaram no Brasil até 2016. Porém, o texto sancionado apresenta 20 vetos em relação à versão aprovada pelo Congresso e a proposta de anistia constitui um deles.

De todo modo, a última anistia concedida já permitiu, desde 2009, o espraiamento de migrantes por espacialidades ainda não (ou pouco) buscadas por eles, já que a grande concentração era na capital paulistana. Analisando o município de Americana, no interior de São Paulo, Oliveira (2017, p. 136) afirma que "[...] os números chamam a atenção pelo exponencial crescimento a partir de 2009, ano no qual o país concedeu anistia para os imigrantes indocumentados residentes no Brasil". A migração interna da migração transnacional é intensificada, portanto, a partir da regularização migratória.

---

[32] Disponível em: http://portal.mpt.mp.br/wps/portal/portal_mpt/mpt/sala-imprensa/mpt-noticias/de6f3240-a755-4c50-9b33-934116c0aeb4. Acesso em: 21 fev. 2019.

As leis de anistia revelam o impacto da escala nacional, que serve como mediadora da relação local-global. Concedidas pelo governo federal, elas interferem no impacto do global sobre o local, uma vez que permitem a intensificação do deslocamento interno. Esta realidade revela-se na inserção da imigração boliviana em novos espaços no Brasil e, especificamente, na RMBH-MG.

Santos (2004, p. 273) chama a atenção para a consequente "[...] aceleração do processo de alienação dos espaços e dos homens, do qual um componente é a enorme mobilidade atual das pessoas". Migrantes deslocam-se "[...] também [pela] carência do consumo político, carência de participação e de cidadania" (SANTOS, 2004, p. 326). Desta realidade, emerge uma preocupação: "[...] o direito local e o direito internacional ainda não se transformaram, para reconhecer naqueles que não nasceram num lugar, mas nele moram ou trabalham, o direito de intervir na vida política desse lugar" (SANTOS, 2004, p. 273). Assim, na sua condição de migrantes – sobretudo os que não conseguiram regularizar sua permanência no País –, seguem recolhidos à marginalização e se veem usurpados de todo e qualquer tipo de direito, o que os distancia da cidadania defendida por Santos (2007d, p. 19):

> O simples nascer investe o indivíduo de uma soma inalienável de direitos, apenas pelo fato de ingressar na sociedade humana. Viver, tornar-se um ser no mundo, é assumir, com os demais, uma herança moral, que faz de cada qual um portador de prerrogativas sociais. Direito a um teto, à comida, à educação, à saúde, à proteção contra o frio, à chuva, as intempéries; direito ao trabalho, à justiça, à liberdade e a uma existência digna.

Alijados da práxis política e envoltos em total desamparo, os deslocamentos são marcados por instabilidades, por fome, por falta de condições básicas de saúde ou segurança, por falta de respostas e de perspectivas. Esses sujeitos são, muitas vezes, empurrados pelo desespero, mas, também, pela esperança. "Trata-se, para eles, da busca do futuro sonhado como carência a satisfazer – carência de todos os tipos de consumo, consumo material e imaterial" (SANTOS, 2004, p. 326). Saem de

"casa" em busca de uma "nova casa" (KONESKI, 2008, p. 66). São muitas pessoas, muitas histórias, muitas vidas, muito desenraizamento espacial.

> Incluindo o processo produtivo e as práticas sociais, a cultura é o que nos dá a consciência de pertencer a um grupo, do qual é o cimento. É por isso que as migrações agridem o indivíduo, roubando-lhe parte do ser, obrigando-o a uma nova e dura adaptação em seu novo lugar. Desterritorialização é frequentemente uma outra palavra para significar alienação, estranhamento, que são, também, desculturalização (SANTOS, 2007d, p. 81-82).

Inseguras e instáveis condições de migrações, irrigadas por incertezas, mantém seus atores em situações de transitoriedade. As novas práticas espaciais encontradas nos caminhos nem sempre são melhores – e nem sempre são piores – do que aquelas que os afugenta. Trata-se de um movimento espacial que, ao ser vivido, implica em "[...] deixar atrás uma cultura herdada para se encontrar com uma outra. Quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação" (SANTOS, 2004, p. 328).

Migrantes esbarram, ao longo de suas trajetórias, em fronteiras culturais que produzem limites rigorosos que, muitas vezes, são tão intransponíveis quanto as fronteiras físicas. Esses sujeitos sofrem preconceitos em função das suas origens periféricas, bem como da sua etnia, da sua cor, e do seu idioma. Souchaud e Baeninger (2012, p. 80) apresenta dificuldades enfrentadas pelo sujeito da imigração boliviana descrevendo-o como "[...] frequentemente indocumentado, sem conhecimento do mercado de trabalho e com um domínio fraco da língua". As barreiras impostas pelo idioma revelam-se limitadoras até mesmo do crescimento e da emancipação do migrante, conforme relatos das interlocutoras:

> *Preencheram uma ficha pra mim. Me colocaram como analfabeta. [...] Mas como analfabeta? Eu não sou analfabeta! Mas também tinha razão. Porque eu não sabia falar português, eu não sabia escrever em português. Sou como una pessoa que só entende o que está falando. Então voltei ao mesmo trabalho. Voltei à*

> *mesma oficina para fazer o mesmo trabalho de costura. [...] vi que se eu não fosse trabalhar, com o quê que eu ia sobreviver? Estou longe... Não é como na Bolívia, eu não sabe como falar português* (Nina).
>
> *O problema grande era o idioma. Que a gente não podia desenvolver-se. E tem muitas mulheres que não podiam se desenvolver, ainda morando dez anos elas não conseguem falar português* (Jade).

Tais barreiras têm suas origens no xenorracismo, pelo fato de bolivianas e bolivianos constituírem uma migração não-branca. Trata-se de um perfil diferente do que preponderou no Brasil na virada do século 19 para o 20, quando a imigração se caracterizava pela preponderante entrada de brancos europeus. Fernandes (2008, p. 157) se refere à imigração para o Brasil no século 19 e na primeira metade do 20 como "grandes levas anônimas" e estas "grandes levas se transformaram, apresentando, hoje, uma base social proveniente de países periféricos (BAENINGER, 2015). Esta nova fase migratória no País é marcada pelo aumento da imigração proveniente de países membros e associados do Mercosul (PATARRA; BAENINGER, 2006), dentro dos quais se destaca a Bolívia, e seus sujeitos sofrem constantes demonstrações de xenorracismo:

> A baixa estatura, os cabelos negros e a pele morena os aproximam mais dos afro-descendentes brasileiros do que da população considerada branca e com ascendência europeia. Aliás não é mera coincidência a situação de exploração e discriminação vivenciada pelos imigrantes bolivianos e a enfrentada pelos negros no Brasil (SILVA, 2005, p. 229).

Basso (2013), ao discorrer sobre este xenorracismo, o define como "racismo *institucional*", delegando aos Estados, aos governos e aos parlamentos seu primeiro protagonismo. O autor (BASSO, 2013, p. 85-86) caracteriza a construção institucional desta prática:

> [...] com suas legislações especiais e seus discursos públicos *contra os imigrantes*; com sua práxis administrativa discriminatória e arbitrária, que torna amarga a existência dos imigrantes e legitima a

> superexploração brutal do seu trabalho; com a seleção, de fundo racial, entre nacionalidades 'boas' e nacionalidades perigosas, entre imigrantes 'desejáveis' e indesejáveis (grifos do autor).

Ao referenciar aos Estados, aos governos e aos parlamentos o "primeiro protagonismo" desta prática, Basso (2013, p. 85) afirma que "primeiro não quer dizer, é claro, único", implicando a três fontes o que ele chama de "fábricas [...] de venenos racistas". Além do Estado, o autor elenca "[...] o mercado [...] e a indústria da mídia de massa", agindo em conjunto e atendendo às "[...] necessidades cogentes do mercado global, dos Estados Nações e a dita opinião pública" (BASSO, 2013, p. 85).

Neste contexto, as manifestações xenorracistas revelam-se agravadas, o que tem como uma de suas consequências a inserção laboral precária desses migrantes. Esta precariedade, por sua vez, agrava-se pelo fato de, principalmente em cidades menores, as prefeituras apresentarem-se despreparadas para receber e acolher migrantes.

Quando alcança a questão política, essa realidade vai além da esfera do despreparo. Atitudes para com estes sujeitos muitas vezes revelam-se sórdidas, vis, desprezíveis, calculistas. Torna-se cada vez mais corriqueira, por exemplo, a culpabilização de migrantes por muitos dos problemas urbanos e econômicos que acometem o município.

Políticos usam, frequentemente, o aumento da população migrante para justificar problemas que sempre existiram ou que decorrem da atual conjuntura político-econômica, e o fazem por não terem nos migrantes eleitores em potencial, já que essas pessoas não têm direito ao voto. Além disso, ganham voz junto aos seus eleitores, que têm mostrado posicionamentos cada vez mais extremistas e xenófobos [33], muitas vezes beirando o fascismo.

[33] Standing (2017, p. 151) cita o ocorrido nos Estados Unidos, onde "[...] grupos entusiastas com tatuagens e camisetas religiosas armavam-se e seguiam para a fronteira entre o México e o Arizona. Lá eles ficavam à espreita e usavam binóculos para identificar bandidos mal vestidos que corriam para atravessar a fronteira, a maioria simplesmente em busca de uma vida melhor".

> A estrutura que deixa os contribuintes com a sensação [além de ser um discurso falacioso explícito] de que estão pagando as contas para os migrantes pobres significa que as tensões não podem ser descartadas como preconceito racial. Elas refletem o abandono do universalismo e da solidariedade social (STANDING, 2017, p. 174).

As tensões revelam-se cada vez mais intensas e preocupantes[34]. "No fundo, o que vem acontecendo é um aprofundamento da hostilidade atiçada por políticos populistas e dos temores de que a Grande Recessão esteja se transformando em declínio a longo prazo" (STANDING, 2017, p. 175). Neste contexto, migrantes encontram-se marginalizados em relação à sociedade receptora, realidade que vai de encontro ao ideal:

> No caso das migrações, deve-se efetivar o acolhimento, a documentação, a inserção social dos que migram; garantir dignidade a pessoas com pouca representatividade social. Além de políticas de acolhimento, deve-se romper o silêncio, o medo, a vulnerabilidade, o espectro do "irregular" que acompanha muitos dos movimentos migratórios (CARDOSO; MOURA; CINTRA, 2012, p. 49).

Diante das manifestações xenorracistas – bem como das suas essências e dos seus desdobramentos –, a adaptação de migrantes em terras estrangeiras-estranhas requer resistência:

> O novo meio ambiente opera como uma espécie de detonador. Sua relação com o novo morador se manifesta dialeticamente como territorialidade nova e cultura nova, que interferem reciprocamente, mudando-se paralelamente territorialidade e cultura; e mudando o homem (SANTOS, 2004, p. 329).

---

[34] Standing (2017, p. 174) explicita que "[...] uma pesquisa de opinião pública feita em 6 países europeus e nos Estados Unidos, em 2009" revelou que "[...] o Reino Unido era o mais hostil aos migrantes, pois cerca de 60% das pessoas acreditavam que eles estavam tomando o emprego dos nativos. Isso é comparado a 42% dos norte-americanos, 38% dos espanhóis, 23% dos italianos e 18% dos franceses. Nos Países Baixos, uma maioria acreditava que os migrantes aumentam a criminalidade". Sentimentos semelhantes, que motivam as piores práticas para com os migrantes, têm sido manifestados, de forma cada vez mais frequente, por brasileiras e brasileiros. Tais pessoas sentem-se autorizadas pelo atual governo federal de Jair Bolsonaro, que se posiciona claramente alinhado aos Estados Unidos de Donald Trump e contra a migração proveniente de países periféricos.

No processo de adaptação, a vida cotidiana é contornada por um sufocante processo de banalização e reprodução das regras e práticas contemporâneas, que tentam doutrinar a sociedade a seguir uma lógica hegemônica de controle. Este processo leva à morte o espontâneo, transfigurando o cotidiano em cotidianidade. Todo este contexto é ainda mais desgastante para migrantes transnacionais, que se encontram deslocados do seu *lugar* – o seu país natal. Aldrich e Waldinger (1990, p. 131) nos lembram que "[...] ethnic groups adapt to the resources made available by their environments, which vary substantially across societies and over time" [35] (ALDRICH; WALDINGER, 1990, p. 131).

No caso da imigração boliviana, pela quase totalidade dos seus sujeitos trabalharem no nicho da costura e apresentarem situação migratória irregular, as dificuldades de reterritorialização se agravam. Esses sujeitos são escondidos – e se escondem – nas oficinas-cativeiro que os contratam e os coagem, ameaçando-os em função da irregularidade migratória que atinge muitos deles[36]. Ocupados em tais oficinas, vivem de forma degradante, explorados ao extremo, sem um digno retorno financeiro ou de qualquer outra natureza, privados do direito de ir e vir – condições que caracterizam este trabalho como análogo ao de escravidão. Conforme grifa Acosta (2016, p. 57), Karl Marx, já em 1846, explicava a importância – para os opressores e para a conjuntura econômica de exploração – dessa realidade que marca a história trabalhista há tantas décadas e ainda se revela presente:

> Sem a escravidão, não teríamos a indústria moderna. Foi a escravidão que deu às colônias o seu valor, foram as colônias que criaram o comércio mundial, é o comércio mundial que é a condição da grande indústria. Assim, a escravidão é uma categoria econômica da maior importância.

---

[35] [...] grupos étnicos se adaptam aos recursos disponibilizados por seus ambientes, que variam substancialmente entre as sociedades e ao longo do tempo (ALDRICH; WALDINGER, 1990, p. 131; tradução nossa).

[36] Quando em situação migratória regular, a Polícia Federal registra em seu sistema de cadastro – o SINCRE – migrantes ocupados no nicho da costura sob o termo "decorador", o que também pode ser alvo de reflexão e crítica. Por que o emprego deste termo? Acredita-se que ele, de alguma forma, também contribui para invisibilizar esta população e sua condição de vida degradante.

Nestas condições, as expectativas criadas por migrantes transnacionais não se concretizam. Ao contrário, são rapidamente desmistificadas. Muitas vezes cooptados pelo tráfico humano e contratados ainda na origem, passam a compor o mercado informal, desprovidos de qualquer direito como trabalhadoras e trabalhadores e como migrantes: "[...] confecções se utilizam de uma rede de aliciamento e contratação de mão de obra predominantemente 'indocumentada', com baixa remuneração e recém-chegada da Bolívia" (ALVES, 2012, p. 238). Assim, a maior parte dos sujeitos da imigração boliviana saem da Bolívia já contratados e chegam para trabalhar nas oficinas muitas vezes sem nem mesmo saberem costurar. Peças malfeitas não são pagas (ao menos em seu valor integral, que já é ínfimo) e acidentes de trabalho ocorrem a todo momento. O Estado, omisso, não garante educação gratuita e de qualidade para migrantes adultos, o que representa mais um entrave para o crescimento desses sujeitos. Sob péssimas condições de trabalho e de vida, esses migrantes perpetuam a pobreza, revelando-se cada vez mais vulneráveis, estigmatizados e discriminados.

A inserção desses sujeitos poderia ser facilitada pela legislação, sobretudo pela sua aplicação, capaz de protegê-los, mas que não o faz. Até bem pouco tempo, migrantes internacionais eram regidos pelo Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/80), cuja base era ineficiente e retrógrada, seguindo o paradigma do nacionalismo metodológico:

> Esse contingente somente passará a ter direitos à medida que se "integrar", se "assimilar" à sociedade de destino. Tais políticas seguem estatutos de legalização e proteção jurídica a estrangeiros, concedendo, quando assim o fazem, direitos restritos. Nesse sentido, o conflito social emerge pela "não assimilação" dos contingentes imigrantes nos moldes ditados pelas sociedades receptoras, tanto pelas especificidades das migrações internacionais, quanto pela sua diversidade temporal e espacial (BAENINGER, 2014, p. 16).

Assim, Baeninger (2015, p. 80) chama a atenção para o fato de que as políticas para as migrações internacionais ainda se revelam pautadas "[...] no processo de assimilação dos

imigrantes na sociedade receptora, no controle dessa população no Estado-nação". Essa questão revela-se grave, uma vez que, conforme aponta Fernandes (2015, p. 19), "[...] ainda nos falta uma política que defina com clareza os papéis de cada instância governamental e sobretudo uma agenda de ações calcadas no respeito aos Direitos Humanos dos imigrantes".

Essas políticas têm que estar alinhadas a ações efetivas para sensibilização aos direitos humanos, mas estes são cada vez mais negados e de forma cada vez mais incisiva. Arendt (1987) faz uma crítica à necessidade de se pensar em (e de lutar por) direitos humanos, algo que deveria ser inerente ao nascer:

> [...] o conceito de direitos humanos, baseado na suposta existência de um ser humano em si, desmoronou no mesmo instante em que aqueles que diziam acreditar nele se confrontaram pela primeira vez com pessoas que haviam realmente perdido todas as outras qualidades e relações específicas – exceto que ainda eram humanos. O mundo não viu nada sagrado na abstrata mudez de ser unicamente humano (ARENDT, 1987, p. 385).

Visando garantir direitos migrantes e a governança migratória, a Organização Internacional para as Migrações (OIM)[37] defende que a identificação de medidas para que a migração seja uma escolha, e não uma necessidade, é questão fundamental. Esta instituição busca ainda encorajar ações benéficas para migrantes e Estados, destacando como exemplos o maior acesso a canais regulares de migração, a reunificação familiar, e a cooperação para o retorno, além de medidas mais enérgicas de combate ao tráfico e ao contrabando de pessoas, bem como contra o racismo e a xenofobia.

---

[37] De acordo com informações dadas pelo expositor Matteo Mandrile (OIM), em ocasião do XXI Encontro Nacional de Estudos Populacionais – que aconteceu no período de 22 a 28 de setembro de 2018, em Poços de Caldas, Minas Gerais –, em 19 de setembro de 2016 ocorreu a reunião de alto nível da Organização das Nações Unidas sobre refugiados e migrantes. Segundo ele, foi a primeira vez que chefes de Estado se reuniram para discutir, no nível global, dentro da Assembleia Geral das Nações Unidas, questões relacionadas à migração e aos refugiados. Nesta reunião, ainda de acordo com Mandrile, foi firmado o compromisso de lançar um processo de desenvolvimento de um Pacto Global para a Migração e de um Pacto Global sobre Refugiados, bem como registaram uma sugestão para o desenvolvimento de princípios e diretrizes não vinculantes sobre migrantes em situação de vulnerabilidade.

Voltando a reflexão para o caso brasileiro, como os fluxos migratórios que chegam ao País vêm crescendo em proporções consideráveis, surgiu a necessidade de se implementarem medidas destinadas a amparar e acolher migrantes, com leis e políticas públicas adequadas, que possam proporcionar aos migrantes os mesmos direitos garantidos aos nacionais, como previsto na Constituição. Apesar de não ter sido resolvido por completo o caráter retrógrado das ações acerca da migração internacional para o Brasil, foram inegáveis avanços obtidos com a sanção da nova Lei de Migração – a Lei nº 13.445/2017:

> Antes da Lei de Migração encontrava-se em vigor a Lei nº 6.815/80, denominada de Estatuto do Estrangeiro, contemplava condições de âmbito jurídico desde a definição quanto à permanência e proteção dos estrangeiros no território brasileiro, tendo como fundamento a segurança nacional. A partir da constituição de 1988, o entendimento começa a propor uma nova sistemática, consolidando-se posteriormente com a nova Lei de Migração (AMARAL; BAÍS; SILVA, 2020, p. 312-313).

Assim, a lei brasileira que preza pelos migrantes passou por uma significativa transformação a partir da implementação da nova Lei da Migração e mudou significativamente as diretrizes dos órgãos responsáveis[38]. Como já mencionado, ela vem substituir uma Lei defasada, elaborada durante o regime militar, apresentando um evidente tom discriminatório, tratando o migrante como estrangeiro-estranho, como outro e nunca igual aos nacionais, além de esses sujeitos serem tidos como ameaça à segurança e à soberania nacional:

[38] A gestão de entrada de migrantes no Brasil é principalmente de responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). O MRE é responsável pelos vistos, enquanto o MJSP é responsável por receber e deliberar acerca dos pedidos de residência e das atribuições da migração laboral para os que pretendem exercer atividade laboral no Brasil. A Polícia Federal é responsável por fiscalizar a entrada, permanência e saída de migrantes do País, com o registro de identificação civil desses sujeitos. Desta forma, é na Polícia Federal que é emitido o Registro Nacional Migratório (RNM), antigo Registro Nacional de Estrangeiro (RNE).

> A resiliência de um conjunto normativo anterior (Lei 6.815/80) destinado aos migrantes é passível de nota, tendo permanecido aplicável por mais 29 anos depois da promulgação da Constituição Federal de 1988, mesmo sendo a ela contrário, sinal claro da vulnerabilidade dos migrantes no Brasil (RAMOS; VEDOVATO; BAENINGER, 2020, p. 35).

A nova Lei de Migração traz uma legislação que tem entre os seus princípios ver o migrante como sujeito de direitos. Dentre as inovações desta nova lei, destaca-se a garantia ao migrante de ele viver na condição de igualdade em relação aos nacionais; a inviolabilidade dos direitos fundamentais; e a concessão da autorização de residência, independentemente da situação migratória da pessoa:

> [...] elementos como direitos e garantias e a prevalência dos direitos humanos, dignidade e igualdade, que englobam inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, promovidos ao teor protetivo, são previstos na legislação atual. Assim, é impreterível que mesmo o imigrante, em situação irregular, tenha para si a proteção da lei, principalmente àqueles condicionados à condição de trabalho escravo (AMARAL; BAÍS; SILVA, 2020, p. 313).

Tais garantias fazem parte dos "princípios e diretrizes da política migratória brasileira", estabelecidos no "art. 3º da referida Lei", evidenciando a "universalidade, indivisibilidade e interdependência de direitos humanos", o "repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação, a "não criminalização da migração" a "não discriminação em virtude de critérios ou de procedimentos pelos quais a pessoa foi admitida em território nacional" (WERMUTH, 2020, p. 104). Desta forma, a nova Lei de Migração trouxe a regularização documental como política migratória, tornada direito fundamental do migrante internacional:

> A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional aprovou proposta que concede residência permanente a imigrantes que tenham entrado no País até o dia 21 de novembro de 2017 – data da vigência da nova Lei de Migração (13.445/17). Pelo texto, a autorização para

> residência permanente no Brasil deverá ser requerida em até 18 meses após a publicação da nova lei, independentemente de situação migratória prévia. O solicitante estará isento de multas, taxas e emolumentos consulares[39] (AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 2018).

Apesar do seu caráter progressista, a aplicação da nova Lei de Migração tem se mostrado falha na proteção de migrantes internacionais. Algumas questões simbólicas e que têm um resultado prático muito distante do desejado à luz dos direitos migrantes marcam o decreto que regulamenta sua legislação, revelando resquícios da anacrônica legislação de 1980:

> [...] o Decreto que regulamenta a legislação [da Lei de Migração] – Decreto nº 9.199/2017 – é marcado por retrocessos como a utilização do termo 'imigrante clandestino' – demonstrando a continuidade da perspectiva autoritária, que culmina com o recente rompimento do Brasil com o 'Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular' da Organização das Nações Unidas. (WERMUTH, 2020, p. 102).

No discurso hegemônico, migrantes continuam sendo tratados como vítimas ou ameaças, como seres estranhos. O imaginário social, alimentado por esse discurso, impacta as políticas públicas, que são necessárias, por sua vez, para garantir a efetividade dos direitos migrantes. Neste contexto, trabalhadoras e trabalhadores migrantes seguem sem serem reconhecidos como vulneráveis e sem receberem a necessária proteção:

> Nos seus primeiros anos, a Lei de Migração se mostra instrumento relevante para efetivação de direitos ao mesmo tempo que escancara a falta de construção de políticas públicas voltadas à migração, ao refúgio e à apatria, apesar de determinação legal (RAMOS; VEDOVATO; BAENINGER, 2020, p. 35-36).

Guardados na vulnerabilidade, aprofundam esta

[39] Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/538380-relacoes-exteriores-aprova-regularizacao-da-situacao-de-imigrantes-no-brasil/. Acesso em: 15 dez. 2020.

condição quando não são inseridos no mercado de trabalho formal – e são, na maior parte das vezes, superexplorados –, como é o caso dos sujeitos da pesquisa: "[...] incorporados como trabalhadores temporários sem nenhuma forma de regulamentação trabalhista, tornando-se vulneráveis, seja pelo fato de parte deles estar indocumentada no país, seja por não ter um contrato de trabalho regulamentado" (SILVA, 2012, p. 21). Em função da recorrência desses casos, a Lei de Migração preocupou-se em proteger migrantes que foram alvo de superexploração da sua força de trabalho:

> [...] é importante a previsão constante no artigo 30, alínea "g" da Lei de Migração, qual permite a autorização de residência, mediante registro ao imigrante que tenha sido vítima de tráfico de pessoas, de trabalho escravo ou violação por sua condição migratória. Em março de 2020 foi publicada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública a Portaria nº 87/2020, que dispõe sobre a concessão e os procedimentos de autorização de residência à pessoa que tenha sido vítima de tráfico de pessoas, de trabalho escravo ou violação por sua condição migratória (AMARAL; BAÍS; SILVA, 2020, p. 313).

Observa-se aqui que a Lei de Migração se revela em consonância com os Protocolos de Palermo – "Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas Contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição ao Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças, e Protocolo Contra o Tráfico Ilícito de Migrantes por Terra, Mar e Ar" (VIEIRA; COSTA, 2020, p. 473) –, que "[...] tem por objeto a prevenção e o combate ao tráfico de pessoas". (AMARAL; BAÍS; SILVA, 2020, p. 309). Tais protocolos foram ratificados pelos Estados Partes do Mercosul e, no caso do Brasil, sua ratificação ocorreu "[...] por meio do Decreto nº 5.017 de 2004" (AMARAL; BAÍS; SILVA, 2020, p. 306).

Sem informações acerca dos seus direitos, bolivianas e bolivianos seguem engrossando a parcela excluída da sociedade. A exclusão também se consolida na negação ao exercício de direitos políticos pelos migrantes, problema que não foi resolvido com a sanção da nova Lei:

> Apesar de demonstrar inúmeros avanços quando comparada à legislação anterior, especialmente no que tange à centralidade conferida ao respeito aos Direitos Humanos, a Lei em comento deixa de abordar questões de extrema relevância como, por exemplo, o exercício dos direitos políticos dos migrantes. (WERMUTH, 2020, p. 106).

A participação política, porém, é definidora da efetiva inserção do migrante no espaço da migração (BAENINGER, 1999). Quando seguem alijados deste processo, seguem excluídos da sociedade, descobertos de direitos, à margem dos processos, e aprofundam vulnerabilidades. Para Galeano (2008, p. 17), as contradições e as injustiças fundamentam-se na exclusão: "o sistema não previu esta pequena chateação: o que sobra é gente, [...] o sistema vomita homens".

E pode-se ir além! Se o sistema não previu – será que não previu algo que está entre as causas do seu sucesso? –, ele reproduziu – e continua reproduzindo – este desdobramento, uma vez que a existência da pobreza é condição primeira para a acumulação de capital, não só do capital primitivo do século XVIII, mas, desde então, até a contemporaneidade. Segundo Basso e Perocco (2003, p.22-23), a "[...] produção global da clandestinidade é tudo, menos involuntária". Estados e instituições, a partir de leis restritivas e do controle das fronteiras, produzem tal realidade. Assim, ela é "produzida e reproduzida" por políticas e leis imigratórias, em escala mundial, atendendo à valorização do "capital global", sobretudo nos tempos em que predominam "leis ultraliberais relativas às relações de trabalho" (BASSO; PEROCCO, 2003, p. 26).

Basso (2013, p. 89, grifo do autor) esclarece ainda que a "[...] propaganda e a ação institucional anticlandestinos oculta e *inverte* essa realidade, imputando-a àqueles que dela são vítimas". Portanto, compreender esta lógica é fundamental para desmistificar a forma pela qual a "clandestinidade" é comumente apresentada: como uma "[...] tendência espontânea a infringir leis" por parte dos migrantes (BASSO; PEROCCO, 2003, p. 25).

Corroborando esta ideia, Dupas (2000, p. 39) afirma que "[...] o capitalismo [...] é alimentado pela força de suas contradições". E, ainda, de acordo com Laclau (1973, p. 83), "a

manutenção de relações de produção pré-capitalistas nas áreas periféricas é uma condição inerente ao processo de acumulação nas áreas centrais".

Nessa lógica está um dos fatores expulsores da população boliviana – e de outras nacionalidades periféricas – de sua terra natal, sujeitos que já se encontravam na condição de excluídos desde a origem e, ao chegarem aos espaços da migração (BAENINGER, 1999) do País, mantêm-se nesta condição. Seguem à margem da sociedade brasileira, reproduzindo e aprofundando a corriqueira situação de pauperização entre eles, dilatando as estatísticas da população marginalizada e ampliando a vulnerabilidade social.

Diante desse rol de enormes dificuldades, migrantes precisam tomar iniciativas para driblá-las, o que contribui com o processo de reterritorialização. Quando rompem o ciclo de superexploração, esses sujeitos tentam capturar possibilidades de fuga do nexo homogeneizante imposto a eles, trazendo o espontâneo, o novo e a criação para o seu cotidiano: "[...] o processo de alienação vai cedendo ao processo de integração e de entendimento, e o indivíduo recupera a parte do seu ser que parecia perdida" (SANTOS, 2004, p. 329).

Essa é a principal forma de inserção revelada pela população migrante boliviana na RMBH-MG, cuja concretização se revela na produção da "territorialidade quadra-mundo". Migrantes bolivianas e bolivianos se voltam para a RMBH-MG e, neste recorte espacial, ela trabalha, dorme, canta, chora, sorri, vive, resiste. Os sujeitos da pesquisa, também impelidos pela regularização migratória, puderam acessar espaços da RMBH-MG e se apropriarem deles, produzindo territorialidades. "O ato de produção da vida é, consequentemente, um ato de produção do espaço, além de um modo de apropriação" (CARLOS, 2011, p. 63). E assim se concretiza a "territorialização da bolivianidade" para o entendimento da presença boliviana na RMBH-MG.

CAPÍTULO 3

IMIGRAÇÃO BOLIVIANA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE APROXIMAÇÕES A PARTIR DA PESQUISA DE CAMPO

Tapia (2002, p. 356), de forma poética, apresenta o conhecimento como "uma forma de amor", e destaca-o como ferramenta para "pensar em obstáculos geralmente ocultos que nos impedem de avançar e possibilitar o reconhecimento das potencialidades que estão sendo geradas em nosso mundo". Foi este o sentido que orientou os trabalhos de campo para este estudo. A proposta de conhecer teórica, metodológica e empiricamente as configurações e as especificidades que os processos imigratórios bolivianos assumem em espaços belorizontinos só seria satisfeita a partir de uma imersão em campo.

O interesse pela temática da imigração boliviana na região metropolitana de Belo Horizonte (RMBH-MG), que deu corpo e vida a este estudo, iniciou-se enquanto eu fazia mestrado e sequer tinha um projeto de doutorado. Os interlocutores da então pesquisa de mestrado eram os sujeitos em situação de rua na Savassi, bairro belorizontino que passou por processos de revitalização. Ao longo da sua história, algumas intervenções públicas foram empreendidas nesta espacialidade, mas a presença marcante do Estado para sua requalificação revelou-se neste século 21, já nos seus primeiros anos, em 2002, e, depois, em 2011. Nestas ocasiões, a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) empreendeu obras visando, principalmente, o embelezamento da sua paisagem. Estudou-se, então, os desdobramentos desta revitalização para a população em situação de rua e as territorialidades decorrentes da intervenção.

No processo de busca pelos interlocutores ao longo de 2014 – que concederam riquíssimas entrevistas e permitiram a reflexão acerca do objeto da dissertação –, a observação in loco despertou o interesse do que viria a se constituir, no ano seguinte à defesa do mestrado, o meu projeto de doutorado. A presença imigrante boliviana em espaços belorizontinos, a despeito de sua pequena visibilidade, foi notada por mim, e plantou a semente de curiosidade que move pesquisadoras e pesquisadores.

Fala-se em pequena visibilidade uma vez que estes migrantes, conforme discutido neste estudo, são invisibilizados – e buscam permanecer, por diversos motivos, nesta condição. Prova disto é a recorrente negação da população local quando questionada sobre a presença e sobre a localização desses sujeitos

durante as pesquisas de campo. Por muitas vezes, ouvi as pessoas interpeladas dizendo que não há migrantes bolivianas e bolivianos na RMBH-MG.

Estas respostas, porém, nunca foram consideradas por mim, uma vez que eu os vi ao longo dos campos do mestrado e, sobretudo, porque, nestas ocasiões, tive a confirmação da presença desses sujeitos pelo professor Duval Fernandes, pesquisador referência em estudos de migrações e orientador da minha pesquisa de mestrado. E foram justamente essas conversas com ele e as observações durante os trabalhos de campo para o mestrado que instigaram a escolha desta temática para o doutorado.

Tecendo o trabalho de campo

Vencidas as etapas do processo seletivo em fins de 2015, iniciei, feliz, meu doutorado, no primeiro semestre de 2016. A partir daí, a mencionada semente de curiosidade foi, lentamente, sendo germinada, ao longo dos dois primeiros anos do curso, quando vivi os quatro semestres mais intensos da minha vida: descoberta de uma gravidez não planejada; gestação em meio à desafiadora disciplina Laboratório de Análise Demográfica I; nascimento do filho mais amado que existe nesse mundo, acompanhado de todo o turbilhão hormonal e emocional que se tem direito com esse tipo de evento; e puerpério, incluindo a ainda mais desafiadora disciplina Laboratório de Análise Demográfica II. Foram muitas disciplinas cursadas, muitos aprendizados com excelentes professoras e professores, alguns eventos institucionais, alguns seminários, muitas leituras, mais leituras, e mais leituras. Sobrevivente deste intenso período de cumprimento de créditos em meio ao caos pessoal e da busca pelos necessários avanços metodológicos e teóricos da pesquisa, dei início às visitas exploratórias.

O tempo passa – mais rápido do que eu gostaria – e o calendário já alcançara o mês de maio de 2018 quando alguns contatos foram possíveis, ainda em São Paulo. Comecei, então, a investigar a hipótese de saída de migrantes bolivianas e bolivianos da cidade de São Paulo para a RMBH-MG. Esses contatos foram intermediados pelo (supercompetente) Luís

Felipe Aires Magalhães, que defendeu seu doutorado em Demografia pela Unicamp, também sob orientação da professora dra. Rosana Baeninger. Sua tese – intitulada "A imigração haitiana em Santa Catarina: perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti" – foi defendida em meados de 2017 e foi uma inspiração para mim. Ainda (sempre) com o campo no sangue, Luís Felipe, gentilmente, apresentou-me alguns de seus interlocutores e me acompanhou em visitas na cidade que mais recebe migrantes transnacionais do país. Aproveito aqui para registrar meus sinceros agradecimentos. Foram experiências riquíssimas, das qual eu nunca me esquecerei.

Começamos o dia conversando com Eduardo Schwartzberg, sociólogo responsável pelo jornal La Puerta del Sol, organizado pela Associação dos Moradores da Bolívia e pela comunidade boliviana em São Paulo, e distribuído nesta metrópole. Ele nos contou um pouco sobre o histórico da imigração boliviana em São Paulo, e ressaltou suas impressões acerca do modo de vida desta população aqui no Brasil. Discorreu sobre o perfil emigratório da população boliviana, dizendo que a quinta parte dela encontra-se fora do seu país, e explicitou a importância das remessas para quem permanece na origem. Sou grata por esta experiência, quando vi lindas fotos tiradas pelo Eduardo e pude ouvir a história de cada uma delas. Quando o questionei sobre um possível fluxo de migrantes bolivianas e bolivianos de São Paulo-SP para a RMBH-MG, Eduardo afirmou não conhecer nenhum caso, mas salientou a dispersão desses sujeitos para o interior do estado de São Paulo.

Neste mesmo dia, tive a oportunidade, também por intermédio do Luís Felipe, de conhecer a Carla Aguilar, assistente social e psicóloga do Centro de Apoio e Pastoral do Migrante (CAMI) há mais de 20 anos. Em uma longa e prazerosa conversa, ela expôs sua experiência com a população migrante boliviana em São Paulo-SP. Da mesma forma como colocado pelo Eduardo durante a manhã, quando questionei-a sobre um possível fluxo de migrantes bolivianas e bolivianos de São Paulo-SP para a RMBH-MG, Carla afirmou não conhecer nenhum caso, mas buscou todas as formas possíveis de me ajudar e compartilhou o contato de uma pessoa responsável pela Cáritas em Belo

Horizonte-MG. Agradeço imensamente pelo precioso tempo que Carla e sua equipe dispuseram para nos receber. Quando, posteriormente, fiz contato telefônico com esta pessoa, ela relatou que a Cáritas em Belo Horizonte não faz atendimento a migrantes, uma vez que isso ficou a cargo do Serviço Jesuíta para Migrantes e Refugiados (SJMR), apresentado como parceiro da Cáritas.

Quando em Belo Horizonte, visitei o SJMR algumas vezes, antes mesmo de começarmos as gravações das entrevistas. Os principais contatos com o SJMR em Belo Horizonte-MG foram feitos nos dias de atendimento[40] a migrantes bolivianas e bolivianos pelo Consulado Móvel da Bolívia em Belo Horizonte, em 23 e 24 de novembro de 2017, em 28 e 29 de junho de 2018, em 28 e 29 de novembro de 2018, e em 16 e 17 de abril de 2019.

Antes desse último evento em Belo Horizonte, ainda em São Paulo-SP, no dia 3 de abril de 2019, fui a uma defesa de mestrado no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH-UNICAMP) e encontrei o professor dr. José Carlos Alves Pereira, da Missão Paz. Ele compunha a banca e fomos apresentados formalmente pela minha orientadora, professora dra. Rosana Baeninger, que presidia a mesa. Durante nossa conversa, ele comentou que aconteceria uma entrevista, marcada para o dia seguinte, na Rádio Migrantes da Missão Paz, com a diretora migrante do Sindicato dos Empregados Domésticos de São Paulo-SP, para a qual ele fez a gentileza de me convidar.

Assim, na manhã do dia 4 de abril de 2019, cheguei, ansiosa, à Missão Paz, antes do horário marcado para a participação da diretora migrante na Rádio. Fui apresentada a ela pelo professor José Carlos e conversamos por quase duas horas, em uma sala reservada. Como já tínhamos autorização do Comitê de Ética da Plataforma Brasil, esta entrevista foi gravada e transcrita. Nesta conversa, ela, migrante boliviana há 23 anos no Brasil, junto à sua assistente, relataram a história, a importância,

---

[40] O acompanhamento do Consulado Móvel fez parte das pesquisas de campo exploratórias. Tivemos a oportunidade de comparecer ao escritório do SJMR em Belo Horizonte-MG em todas as ocasiões que o consulado boliviano instalou ali o Consulado Móvel da Bolívia, desde fins de 2017 até o início das entrevistas na RMBH-MG que serviram de base para o desenvolvimento deste estudo.

e os desafios do sindicato de empregados domésticos para a população migrante. A conversa fluía de forma tímida até que alcançamos temáticas mais delicadas, e elas sentiram necessidade de se alongarem mais nas respostas, relatando em detalhes situações de superexploração da força de trabalho migrante. Descrevendo a vulnerabilidade desses sujeitos, ambas se emocionaram.

Ao longo da conversa, esta entrevistada ainda relatou seu percurso migratório, falou sobre as dificuldades para regularização migratória no Brasil, explicou sobre a escolha do Brasil como destino, sobre a rede migratória que orientou a sua vinda, falou sobre as oficinas de costura que empregam bolivianas e bolivianos aqui no Brasil, e contou sobre suas expectativas temporais e espaciais. Em vários trechos da conversa ela se emocionou, levando-me, também, às lágrimas.

No fim da conversa, quando questionei ambas as entrevistadas sobre o espraiamento de migrantes pelo Brasil e perguntei se elas conhecem bolivianas e bolivianos que deixaram São Paulo-SP e foram para a RMBH-MG, mais uma vez recebi uma negativa. Aproveitei, de todo modo, a rica oportunidade que estavam me dando e acompanhei a entrevista que elas deram à Rádio Migrantes (Figuras 1 e 2).

Neste mesmo dia, quando estava indo embora da Missão Paz, conversei com o coordenador da instituição, Padre Paolo Parise, que me apresentou a mais uma boliviana. Um pouco tímida, mas muito determinada, ela podia ser lida exatamente como o padre a descreveu: uma grande referência para as mulheres migrantes por ser uma das principais lideranças de bolivianas vinculadas à costura na cidade de São Paulo-SP. Fiquei extremamente feliz quando ela aceitou conversar comigo e me contar a sua história. Quando pedi para gravar a nossa conversa, ela não tentou disfarçar sua timidez e, compreensivelmente, algum receio, mas me comprometi em preservar a sua identidade e ela aceitou.

FIGURA 1 – **Estúdio da Rádio Migrantes, Missão Paz-São Paulo-SP**

Fonte: Foto: Miguel Ahumada. Banco de imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP, 2019).

FIGURA 2 – **Cartaz da Rádio Migrantes, Missão Paz -São Paulo-SP**

Fonte: Foto: Juliana Carvalho Ribeiro. Banco de imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP, 2019).

Ao longo da conversa, ela foi ganhando confiança aos poucos, e relatou sua emocionante história em detalhes. Ela descreveu, apresentando-se em diversos momentos muito emocionada, seu percurso migratório; falou sobre as dificuldades para conseguir visto de residência ou algum outro documento para permanência no Brasil; explicou sobre a escolha do Brasil como destino e sobre a rede migratória que orientou a sua vinda; falou sobre as oficinas de costura que empregam bolivianas e bolivianos aqui no Brasil; e contou sobre suas expectativas temporais e espaciais. No fim da conversa, quando a questionei, como fiz com outras pessoas com as quais já havia conversado, sobre o espraiamento de migrantes pelo Brasil, e perguntei se ela conhecia bolivianas e bolivianos que deixaram São Paulo-SP e foram para a RMBH-MG, ela disse desconhecer.

Segui com a tentativa de encontrar vínculos entre a imigração boliviana em São Paulo-SP e na RMBH-MG. No dia 5 de abril de 2019, participei de um seminário organizado pelo Observatório das Migrações em São Paulo, realizado no Museu da Imigração do Estado de São Paulo, e intitulado “Migrações internacionais, tráfico de pessoas e trabalho escravo”. Neste evento, ocorreu a abertura da exposição temporária “Costurando dignidade”, com as Fotografias de Chico Max (Figura 3). Fiquei encantada com o sensível trabalho de Chico Max que, a partir da sua arte, permite que alcancemos toda a dor daqueles migrantes superexplorados nas oficinas de costura. Também admirando a exposição do artista, percebi alguns migrantes e fui em busca de contatos. Foi neste momento que encontrei representantes da comunidade boliviana, bem como estudiosos desta comunidade, e pude, assim, marcar mais algumas entrevistas.

Uma dessas pessoas que representam a comunidade boliviana participou do evento expondo apontamentos importantes na roda de conversa que foi organizada e deu corpo ao seminário. Ciente da urgência de mudança da situação de superexploração da força de trabalho migrante, ela milita pela causa e demonstra paixão por este ideal. Ouvi-la significa ter uma lição de vida e de valores.

FIGURA 3 – **Cartaz da Exposição de Chico Max, Museu da Imigração – São Paulo-SP**

Fonte: Foto: Juliana Carvalho Ribeiro. Banco de imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP, 2019).

Completamente absorvida pela sua fala, corri até ela quando a roda de discussão foi finalizada. Fomos apresentadas pela minha orientadora e pedi a ela que me concedesse uma entrevista. Até mesmo pelo seu perfil militante, fui prontamente atendida e conversamos logo após o evento, por quase duas horas. Esta entrevista também foi gravada e transcrita. Demonstrando toda a sua sensibilidade e revivendo a sua história, a entrevistada emocionou-se diversas vezes ao relatar a exploração à qual foi submetida. Emocionou-se, sobretudo, ao falar sobre seu filho, trazido ao Brasil por ela, ambos fugindo de uma realidade de violência doméstica, para caírem em um ciclo de superexploração do trabalho migrante. Choramos, nós duas.

Ela também relatou seu percurso migratório; falou sobre as dificuldades para conseguir visto de residência ou algum outro documento para permanência no Brasil; explicou sobre a escolha do Brasil como destino e sobre a rede migratória que orientou a sua vinda; falou sobre as oficinas de costura que empregam bolivianas e bolivianos aqui no Brasil; e contou sobre suas expectativas temporais e espaciais. No fim da conversa, quando a questionei sobre o espraiamento de migrantes pelo Brasil, como o fiz com as pessoas entrevistadas anteriormente, e

perguntei se ela conhece bolivianas e bolivianos que deixaram São Paulo-SP e foram para a RMBH-MG, ela também disse desconhecer.

Outra pessoa que conheci no evento e tive oportunidade de conversar foi o então presidente da Federação dos Residentes e Associações Bolivianas no Brasil. Fui até ele pedir uma entrevista. Muitas pessoas estavam à sua volta. Muitas! Todos pareciam querer também uma entrevista. Quando pedi a ele um minuto do seu tempo, ele me direcionou à sua secretária. Marcamos, horas depois do encerramento do seminário, uma entrevista na empresa do entrevistado, localizada no Brás.

Chegando ao local, tive a sensação estranha de estar adentrando em um território que não era meu. Senti medo. Compartilhei minha localização com algumas pessoas. Não entendia bem o porquê daquele sentimento. Era um misto de medo e euforia. Imaginei a importância daquela entrevista. Entrei em um prédio antigo pela sua garagem, que era a única entrada. Os portões davam para a rua e convidavam a conhecer uma empresa que muito prometia aos clientes bolivianas e bolivianos desde o elevador.

Logo que entrei nele para chegar da garagem ao escritório, deparei-me com cartazes que anunciavam os serviços que a empresa prestava aos seus clientes (Figura 4). Câmeras estavam por toda parte, desde a entrada do edifício. A presença desses equipamentos, ao mesmo tempo que me trouxe certa segurança por estar sendo filmada e por eu saber daquele registro, também me trouxe bastante desconforto. Também pela presença de câmeras, tive receio até mesmo de fotografar o ambiente. Receio de ser repreendida por isso, receio do desconhecido.

FIGURA 4 – **Cartaz fixado dentro do elevador anunciando serviços da empresa**

Fonte: Foto: Juliana Carvalho Ribeiro. Banco de imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP, 2019).

Ao sair do elevador, tive a sensação de se tratar de uma empresa que movimentava bastante dinheiro. As instalações eram nitidamente pensadas para passar uma boa impressão, uma imagem de sucesso. Ainda com receio, notava câmeras por toda parte, além de todo um aparato de segurança que se fazia presente em cada detalhe daquele ambiente. Apresentei-me na recepção e, depois de esperar alguns minutos, encontrei-me com o então presidente da Federação dos Residentes e Associações Bolivianas no Brasil e dono da empresa.

Ele foi bastante gentil ao me receber, deixando-me mais à vontade e mais confiante. A conversa foi gravada e transcrita, e ele também relatou seu percurso migratório, falou sobre as dificuldades para conseguir visto de residência ou algum outro documento para permanência no Brasil, explicou sobre a escolha do Brasil como destino e sobre a rede migratória que

orientou a sua vinda, falou sobre as oficinas de costura que empregam bolivianas e bolivianos aqui no Brasil, e contou sobre suas expectativas temporais e espaciais. No fim da conversa, quando o questionei, como fiz com as pessoas entrevistadas anteriormente, sobre o espraiamento de migrantes pelo Brasil, e perguntei se ele conhece bolivianas e bolivianos que deixaram São Paulo-SP e foram para a RMBH-MG, para chegar em mais uma negativa.

Perguntei a ele ainda, como especificidade da sua entrevista pelo cargo que ocupa perante a comunidade, sobre a importância da Federação para as pessoas migrantes, sobre a sua atuação, sobre a existência de contatos diretos na Bolívia com a Associação e sobre a mediação entre migrantes e seus familiares que ficaram na Bolívia. Questionei-o sobre como é ser líder da Associação, e quais as suas dificuldades e desafios. Sempre com respostas curtas, a praticidade demonstrada por ele no evento revelou-se na sua entrevista. Ela foi bem mais rápida que as anteriores e não foi marcada pela emoção presente naqueles relatos, o que suscitou algumas dúvidas acerca da sua atuação junto aos seus conterrâneos em São Paulo-SP.

Todas essas entrevistas feitas até então compuseram a fase exploratória da pesquisa. E foi com alguma preocupação que segui a partir daí. Foram muitas negativas que tivemos em relação à nossa hipótese em todas estas entrevistas iniciais. A dúvida era uma constante: encontraríamos, lá em Minas, bolivianas e bolivianos que saíram de São Paulo-SP com destino à RMBH-MG?

Esta dúvida, de qualquer forma, teria que esperar um pouco mais, uma vez que minha orientadora e eu decidimos iniciar as entrevistas com os interlocutores migrantes na RMBH-MG apenas após o exame de qualificação. Esta decisão foi tomada com o fim de aproveitar ao máximo todas as sugestões dadas pelos professores componentes da banca. E assim fizemos.

Na qualificação, notei que meu receio era o de todos os professores que me avaliavam. A população boliviana migrante na RMBH-MG havia saído de São Paulo para costurar em Minas Gerais? Eu encontraria essas pessoas? Elas estavam organizadas e seria possível captar suas territorialidades? Nesta altura, insegurança e ansiedade quase me dominavam. Por

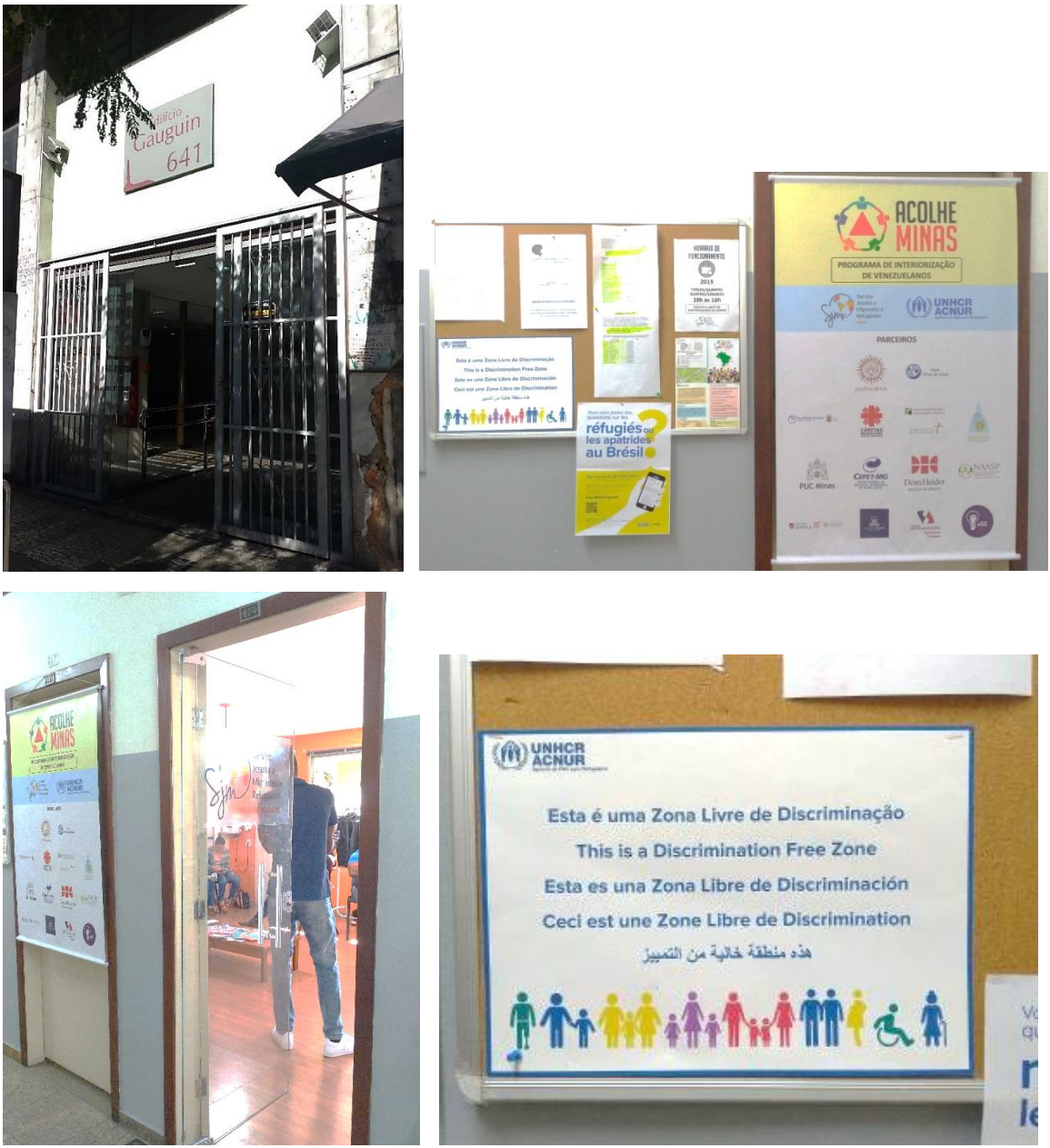
dentro, algo me pedia calma. Minha orientadora fazia coro com este sentimento, apoiando-me e garantindo que o estudo iria "ficar lindo" – palavras que enchem meu coração de confiança e que eu sempre ouço dela, minha primeira grande apoiadora. Ouvir isso me acalmava. Ela sempre me acalmava com a sua experiência e com a sua firmeza.

Foi, então, com o coração mais sereno que, no dia 15 de abril de 2019, ainda desenhando o universo exploratório da pesquisa, segui para Belo Horizonte-MG para mais um Consulado Móvel da Bolívia, realizado na sede do Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR). Nesta ocasião, tive a oportunidade de conhecer, no escritório do SJMR (Figura 5), o Padre Agnaldo.

Estar ali e conhecer o padre, sabendo da sua importância pela sua grande inserção junto aos migrantes, deixou-me radiante. Relatei a ele acerca da pesquisa e seus objetivos. Ele contou um pouco do que sabia sobre meus interlocutores, deu uma dica preciosa – pela qual eu serei eternamente grata – indicando Ribeirão das Neves-MG como a principal concentração dessa população em Minas Gerais. Atarefado como o é, ele pediu para que eu o procurasse novamente após o exame de qualificação, quando teria o questionário aprovado pelos professores competentes. Assim, não perderíamos tempo com investidas com base em coisas que poderiam mudar. A partir daí, ele poderia tentar ajudar a abrir as portas junto à comunidade boliviana na RMBH-MG, aproveitando sua proximidade com os migrantes.

Entendi, claro, sua colocação, e agradeci imensamente pelo nosso encontro. Mas minha vontade era partir logo para o campo. Essa informação fundamental da apropriação do espaço em Ribeirão das Neves-MG pela imigração boliviana, destacando a existência de oito times de futebol compostos por tais migrantes, revelaria, posteriormente, o contorno de territorialidades a serem investigadas. Eu estava radiante! Oito times de futebol! De futebol! Quer maior representatividade territorial do que esta? A ansiedade tomava conta de mim. Mais uma vez, tive que contê-la, já que o plano era passar pela qualificação antes de buscar pelas entrevistas. Contive-me.

FIGURA 5 – **Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados, Belo Horizonte -MG**



Fonte: Foto: Juliana Carvalho Ribeiro. Banco de imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP, 2019).

Tudo transcorreu conforme o combinado. No dia 29 de abril de 2019, apresentamos à banca, no exame de qualificação, a pesquisa desenvolvida até então. Finalizamos a exposição com o questionário idealizado para os trabalhos de campo na RMBH-MG. Os professores tiveram dúvidas acerca da hipótese e sugeriram que continuássemos com as visitas exploratórias para que pudéssemos vislumbrar de forma mais segura o que deveríamos explorar em campo. Confesso que, neste momento, o desespero característico da maior parte dos doutorandos em "reta final" foi inesperadamente potencializado.

Uma longa conversa com minha orientadora após o exame de qualificação conferiu novos rumos à pesquisa, uma vez que adequamos as sugestões recebidas dos membros da banca de forma a aproveitá-las da melhor maneira possível em campo. Com as ideias reorganizadas, em dez dias meu filho e eu partíamos para Belo Horizonte, sem data para voltarmos para casa. Como falamos em Minas – apesar de não saber se a origem da expressão é mineira –, fomos "de mala e cuia".

A imersão em campo

Chegamos a Belo Horizonte-MG no dia 09 de junho de 2019, às vésperas do II Seminário do Observatório da Migração Internacional do Estado de Minas Gerais (OBMinas) e do IV Seminário Imigração e Emigração Internacional no Cenário de Mudanças Globais no Início do Século XXI. Ambos os seminários, desenvolvidos como evento único, ocorreram nos dias 10 e 11 de junho na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (campus Praça da Liberdade). Neste evento, tivemos, Rosana e eu, um artigo selecionado para apresentação oral. Este texto reuniu nossas primeiras reflexões acerca da imigração boliviana na RMBH-MG.

A minha apresentação começa um tanto tensa, já que eu ainda não tinha segurança quanto à nossa hipótese, mas sabia que colheria bons frutos com aquela participação. Comentários importantes decorrentes da minha fala enriquecem a organização do trabalho de campo que estava por se iniciar. Aqui, deixo agradecimentos especiais à professora Roberta Peres – socióloga; mestre, doutora e pós-doutora em Demografia;

mulher e militante por quem eu tenho imensa admiração e respeito – e ao professor Wilson Fusco – sociólogo; doutor em Demografia; e coordenador do GT Migração da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP). Além dos imprescindíveis comentários – como ocorre em todos os eventos que tocam a temática de interesse que tivemos oportunidade de participar –, riquíssimas discussões e valiosos contatos mostraram-se fundamentais nos dias que se seguiram.

Um desses contatos foi com Paula Dornelas, mestranda em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e membro do Coletivo de Mulheres Migrantes "Cio da Terra". Conhecer o coletivo já estava entre os meus planos, já que, nas minhas buscas pela internet, vi que ele recebia mulheres migrantes. O evento abreviou nosso encontro e permitiu agradáveis conversas nos seus breves intervalos. Trocamos nossos números de telefone para compartilharmos contatos que poderiam nos ajudar em nossas pesquisas. Gentilmente, foi ela que intermediou o contato com a primeira pessoa que tive a oportunidade de entrevistar em Ribeirão das Neves-MG e, aqui, registro minha eterna gratidão por este encontro.

A semana transcorreu ocupada pela organização pessoal e acadêmica desta estadia em Belo Horizonte. Hospedados a maior parte do tempo na casa de tios queridos – minha tia-mãe Luciane Laborne e meu tio-pai Daniel Moreira de Mello –, aos quais serei eternamente grata por todo o cuidado e amor que têm conosco e por nós, Vinícius pôde aproveitar muito esses avós de coração – e toda a família –, enquanto eu me dedicava à minha pesquisa. Vovó Lalá também merece agradecimento especial, já que foi a principal responsável pelo Vinícius durante esse período. Alimentava-o de comida e amor, brincava o dia todo, passeava, e cuidava de tudo com muito carinho.

Uma parceria firmada entre a Unicamp e a PUC-Minas permitiu que eu ocupasse uma das salas da Pós-Graduação em Geografia da PUC para trabalhar. Nela, planejei os próximos passos e rascunhei novas ideias. Como estávamos em salas bem próximas, pude contar com a indispensável ajuda do querido

Professor Duval Fernandes, sempre importunado por mim e minhas ansiedades.

Entre tantas outras coisas, foi ele que tentou estreitar meu contato com o padre Agnaldo, convidando-me para o evento do qual ele participaria no domingo seguinte, na Igreja da Boa Viagem. Então, no dia 16 de junho de 2019, já há uma semana em Belo Horizonte-MG, participo desta manhã de discussão, cujo norte foi migração e direitos humano. Folgada como só eu mesma, chego ao evento perguntando aos organizadores no que posso ser útil. Quando vejo, já estou dando as boas-vindas às pessoas que entram na Igreja, distribuindo panfletos sobre o evento junto ao folheto da missa que ocorreria na sequência deste evento. De olho no padre Agnaldo, esperando uma oportunidade para me aproximar, cruzamos olhares, mas receio ele não ter me reconhecido. Sigo entregando meus folhetos, aguardando o melhor momento para me aproximar e pedir mais ajuda em meus campos.

O evento fora motivado pela chegada de refugiados venezuelanos a Belo Horizonte-MG, trazidos pelo projeto "Acolhe, Minas", coordenado pelo Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR), com o apoio do Alto Comissariado da Organização das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) e da Arquidiocese de Belo Horizonte. Um evento super rico, com a participação dos refugiados recém-chegados, que fizeram uma linda apresentação musical para encerrar a manhã. Eles foram abrigados pela Casa do Migrante da Arquidiocese de Belo Horizonte, localizada ao lado da Igreja da Boa Viagem, na região Centro-Sul da cidade. Do lado de fora, no pátio da Igreja, comidas típicas à venda e mais apresentações artísticas. Aproveito tudo o que posso. Experimento todas as comidas e sigo em busca do padre Agnaldo.

Presidindo a conferência, o padre é constantemente solicitado por todos. Aproximo-me dele, mas, infelizmente, em função da grande demanda pela sua atenção, não pudemos conversar com mais tranquilidade neste dia. Minha ansiedade ia ter que esperar um pouco mais para começar a ser sanada.

Os dias que se seguiram foram de busca por mais contatos. E a ansiedade aumentando. Foram muitas caminhadas, muitas frentes abertas, e muitos "nãos" como resposta à mesma

pergunta que eu fazia para todas as pessoas com as quais eu conversava – "Você conhece migrantes bolivianas e bolivianos que moram aqui em BH ou em qualquer cidade da região metropolitana de Belo Horizonte?".

Ninguém escapava das minhas investidas: motoristas de Uber, pessoas que trabalhavam em todos os lugares que eu ia, funcionários de qualquer loja ou padaria que frequentei, motoristas e cobradores dos ônibus que peguei, porteiros dos prédios que visitei, moradores e frequentadores desses prédios que compartilhavam o elevador comigo, familiares, amigos dos familiares. Perguntava para todas as pessoas que cruzavam meu caminho se elas conheciam bolivianas e bolivianos na RMBH-MG. Qualquer oportunidade que eu tinha, buscava alguma pista que pudesse me dar uma direção. Mas sempre encontrava um "não" como resposta. Muitas vezes, ainda emendavam algo do tipo: "Não, moça... não tem boliviano aqui não...", ou "Tem muito peruano, chileno, mas não tem boliviano...", ou ainda "Agora o que tá chegando é venezuelano, mas boliviano não tem não...". A negativa variava de formato, mas era sempre uma negativa. Chegaram a sugerir que eu mudasse a temática de estudo, garantindo que eu não os encontraria.

Porém, em uma dessas investidas junto a amigos de familiares, consegui minha primeira grande oportunidade. A entrevista – com um boliviano morador de Contagem, cidade da RMBH-MG, conurbada a Belo Horizonte – foi facilitada por pessoas queridas. Marcamos o encontro na tarde de uma terça-feira, 18 de junho de 2019, na casa destes amigos. Foi uma longa e muito agradável conversa. Sua história, contudo, não corroborava a nossa hipótese. Independentemente disso, claro, a entrevista foi gravada e transcrita, e contribuiu para compreender a imigração boliviana na RMBH-MG.

No fim da entrevista, ele promete outros contatos, apesar de ter afirmado por mais de uma vez que não tinham muitos bolivianos na RMBH-MG. Um misto de sentimentos toma conta de mim: ansiedade e esperança disputavam espaço. E uma pergunta ronda-me constantemente: eu teria sucesso nessa busca? Queria nutrir a esperança de que sim, que ele me apresentaria a outras pessoas e que cada uma dessas pessoas me apresentaria mais uma.

A busca por mais interlocutores seguiu-se sem maiores certezas. Caminhar pelo centro da cidade de Belo Horizonte-MG procurando migrantes bolivianas e bolivianos ou, pelo menos, buscando alguma dica sobre onde essas pessoas poderiam estar, pareceu-me uma boa ideia. Sempre apoiada pela Rosana, começo a planejar por onde circular no centro da cidade.

Foi quando eu soube, por uma pessoa querida, Lucília, que, bem próximo à sua casa, havia um restaurante que empregava migrantes. Lucília foi esposa do meu pai por muitos anos e é mãe do meu irmão – Bruno. Logo revelou-se uma grande e fundamental companheira de campo e esteve ao meu lado nas minhas andanças para este estudo. Nunca terei como agradecer a sua amizade e o seu grande apoio à minha pesquisa.

Fomos então, Lucília e eu, ao restaurante. Lá encontramos um migrante recém-chegado ao Brasil. Com o português quase perfeito, ele interrompeu seu almoço para conversar conosco. Sem abandonar seu sorriso tímido, ele contou brevemente sua história e as primeiras semanas no Brasil. Registrou a diversidade migratória de Belo Horizonte-MG, mas disse que não teve oportunidade de conhecer bolivianas e bolivianos. Deixo meu telefone e sigo feliz por tê-lo conhecido.

O próximo destino é uma casa de câmbio (Figura 6) que se localiza na esquina entre a rua da Bahia e a rua dos Goitacazes. Conforme eu esperava que fosse, as pessoas que trabalhavam nela e algumas que a frequentavam confirmam que veem, de vez em quando, migrantes bolivianos que buscavam seus serviços, sempre homens, mas, infelizmente, em todas as oportunidades que fui até lá não havia nenhum deles.

Andando pelas ruas, eu abordava toda e qualquer pessoa – pessoas que expunham artesanato nas calçadas, funcionárias e funcionários de lanchonetes e restaurantes, transeuntes – perguntando se sabiam o paradeiro de migrantes bolivianas e bolivianos, sem qualquer sucesso. Eram muitas as feições latinas que ocupavam o espaço, mas sempre se tratava de peruanos, colombianos, e outras nacionalidades latino-americanas, mas nunca bolivianas ou bolivianos.

FIGURA 6 – **Casa de câmbio no centro de Belo Horizonte - MG**

Fonte: Foto: Juliana Carvalho Ribeiro. Banco de imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP, 2019).

Passei pelos principais pontos de concentração de vendedores ambulantes, como a Praça 7 de Setembro (Figura 7), caminhei até a rodoviária, fui até os shoppings populares. Nada! Pior: todos diziam que eu não os encontraria; que não havia comunidade boliviana em Minas; que, se tivessem representantes dela, era uma pessoa ou outra, mas que eu não encontraria qualquer representatividade.

Depois de vários dias de campo no centro de Belo Horizonte, conheci um colombiano supersimpático a quem devo gratidão pela sua grande vontade em ajudar-me. Ricardo (Figura 8), este colombiano de conversa agradável, expõe seu artesanato na calçada. Sento-me ao seu lado e escuto sua história. Ele fala das suas relações nas e com as ruas, não só do centro de Belo Horizonte, mas de toda a América do Sul. Ciclista apaixonado, ele conta que já deu duas voltas na América do Sul. Vive desta paixão e da venda do seu rico artesanato.

FIGURA 7 – **Praça Sete de Setembro, em Belo Horizonte -MG**

Fonte: Foto: Juliana Carvalho Ribeiro.
Banco de imagens do
Observatório das Migrações em São Paulo
(NEPO/UNICAMP, 2019).

FIGURA 8 – **Colombiano expondo seu artesanato no centro de Belo Horizonte-MG**

Fonte: Foto: Lucília Marinho Moreira. Banco de imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP, 2019).

Sem querer me desanimar ao dizer que quase não teriam bolivianas e bolivianos em Belo Horizonte, Ricardo liga para um conhecido em suas andanças, boliviano, mas ele não atende à ligação. Passou-me, então, o número do telefone dele e do seu amigo boliviano. Mais tarde, consegui contato com o seu amigo, mas ele já não morava mais em Minas. Mudou-se para a Bahia e levou com ele a minha segunda grande esperança de começar de vez as entrevistas.

Cada vez mais preocupada, sigo com minhas buscas pelo centro de Belo Horizonte. Conheço, então, uma peruana. Ela também vende seu artesanato quando fala para mim de uma boliviana que expunha sua arte na Feira Hippie de Belo Horizonte. Famosa na capital, a feira funciona aos domingos e já estava nos nossos planos exploratórios, mas foi motivante a

confirmação de que lá seria possível encontrar uma pessoa que emigrou da Bolívia.

E assim aconteceu. Domingo bem cedo fui à Feira da Afonso Pena, a famosa Feira Hippie de Belo Horizonte. Artistas plásticos e artesãos expõem sua arte em barracas ou na calçada do Parque Municipal de Belo Horizonte (Figura 9).

FIGURA 9 – **Feira Hippie de Belo Horizonte-MG**

Fonte: Foto: Juliana Carvalho Ribeiro. Banco de imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP, 2019).

Foi ali que eu conheci a boliviana que há poucos dias fora indicada pela colombiana na Praça Sete. As duas estavam ali, lado a lado, expondo seu artesanato. Avistei-as, mas não reconheci a colombiana que eu já tinha conversado dias antes. Aproximei-me dela e perguntei sua origem. Ela, sorrindo, olha para mim lembrando-me do nosso encontro. Morro de vergonha e peço desculpas por não a ter reconhecido. Foram tantas pessoas com quem conversei nas minhas andanças pelo centro... Muito simpática, ela me deixa à vontade, zomba de mim e diz que estou com sorte. Neste momento, ela me apresenta à minha interlocutora. Ali mesmo, no passeio do parque Municipal, na avenida Afonso Pena, quase esquina com a rua da Bahia, gravo nossa entrevista (Figura 10).

FIGURA 10 – **Entrevista com uma boliviana na calçada da Feira Hippie de Belo Horizonte-MG**

Fonte: Foto: Juliana Carvalho Ribeiro. Banco de imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP, 2019).

Em meio ao tumulto da feira, vejo-me completamente absorvida pela sua fala. Sem poupar detalhes, ela conta sua história, seu percurso migratório, suas experiências e vivências, e suas dificuldades. Gentilmente, fazendo tudo o que pode para me ajudar, ela compartilha comigo o telefone de uma outra boliviana para quem eu poderia ligar para marcar uma entrevista. Ali mesmo, faço a primeira tentativa de contato, para aproveitar a presença da minha interlocutora e tentar transmitir

segurança e confiabilidade, mas ela não atendeu à ligação. Foram muitas as tentativas posteriores, mas não obtive qualquer resposta, nem mesmo um "não posso te ajudar".

Esta boliviana ainda compartilha comigo um outro contato, de uma brasileira que, segundo ela, "trabalhava com a bíblia" em Ribeirão das Neves-MG. Levo um tremendo susto quando ela fala isso. Será que eu iria, finalmente, conseguir uma inserção naquele espaço? A possibilidade parece-me perfeita! Eu imaginava o trânsito dela junto aos migrantes e, tomando como base a sua prática religiosa junto à comunidade, imaginava também a gentileza com a qual ela deveria me receber. Pronto! Meus problemas começavam a serem resolvidos. Despedi-me da minha interlocutora muito agradecida e cheia de esperanças. De casa, ligaria para os dois contatos e combinaria os encontros para a semana que estava por iniciar.

Antes de ir embora, ainda entrei no Parque Municipal (Figura 11) para tentar encontrar mais migrantes que, porventura, pudessem estar ali passeando. Linda manhã de domingo, parque lotado, mas não encontrei nenhuma boliviana e nenhum boliviano. Em alguns outros domingos, retornei ao parque, mas não encontrei meus interlocutores por lá em nenhuma das vezes.

Nos próximos dias, ainda sem ter encontrado um norte, sigo com o processo investigativo. Lanço-me às redes sociais. Em busca de qualquer pista, envio mensagens para pessoas que eu nem sequer conhecia. Todas as páginas de Facebook e Instagram que remetiam à Bolívia eram alvos das minhas investidas. Até que uma ideia me pareceu promissora: entro na página do SJMR para procurar a publicação acerca do último consulado móvel da Bolívia em Belo Horizonte. Envio, então, mensagens para todas as pessoas que comentaram esta publicação. A espera foi longa e sem qualquer ganho. Pouquíssimos foram os que responderam às minhas mensagens. Entre esses que responderam, todos lamentaram, mas, ou eram brasileiros e não conheciam bolivianas e bolivianos na RMBH-MG, ou eram migrantes, mas não moravam no recorte espacial da pesquisa.

FIGURA 11 – **Parque Municipal de Belo Horizonte-MG**

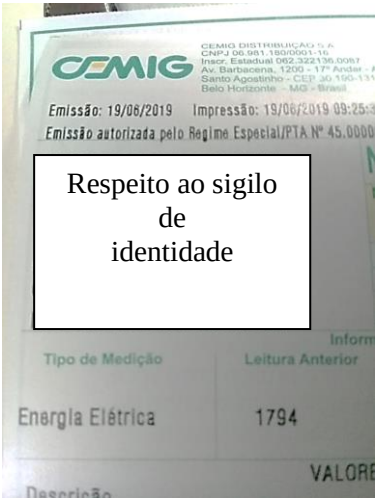
Fonte: Foto: Juliana Carvalho Ribeiro. Banco de imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP, 2019).

Ainda nas redes sociais, encontro um evento publicado no Facebook que anunciava um chefe de cozinha boliviano. Intitulado "Culinária Boliviana com Genaro", o evento compunha a página de um restaurante bastante sofisticado, o Alma Chef, localizado em Lurdes, o bairro mais nobre de Belo Horizonte. O evento ocorreu meses antes da descoberta do post, mas, entusiasta que sou, sempre me empolgo e vejo em cada nova oportunidade algo bastante promissor. Com esperanças de encontrar ali um interlocutor, dirijo-me ao restaurante. Sou recebida por um simpático gerente e, quando pergunto a ele sobre o chefe Genaro, ele se mostra surpreso. Nunca havia ouvido aquele nome. E fico ainda mais surpresa. Sem entender, questiono se ele trabalha naquele estabelecimento há muito tempo, ao que ele responde que sim, desde que o restaurante inaugurou. Numa última tentativa de entender toda a situação, mostro a ele o post sobre o evento que divulgava o nome do restaurante. Neste momento, ele compreende toda a confusão. Mostra recordar vagamente ter conhecido o chefe boliviano e explica que o Alma Chef tem um espaço frequentemente alugado para eventos. Segundo o gerente do restaurante, o evento contou, sim, com a participação deste chefe boliviano, mas ele não era funcionário do restaurante. Esteve lá, cozinhando, nesta única ocasião, para este evento privado, que utilizou as instalações do restaurante. Pronto. Situação esclarecida. E mais uma negativa para minhas buscas. Entendo que me empolgo mais do que deveria. Sigo sabendo que isso não vai mudar. Mas será que eu gostaria que fosse diferente?

É o entusiasmo e a certeza de que vou encontrar o que procuro que guiam as minhas buscas. Nas redes sociais, finalmente, a mais esperada resposta chegou! Era o contato de um boliviano que morava em Ribeirão das Neves-MG. Tento ligar, e ele não atende. Resolvo escrever uma mensagem via WhatsApp para ele. Muito brevemente, recebo a resposta. E são boas notícias! Nem acredito! O "sim" mais esperado e uma foto da sua conta da Cemig (Companhia Energética de Minas Gerais S.A., a concessionária de energia elétrica do estado), na qual estava registrado o seu endereço (Figura 12). Já estávamos em 26 de junho. Os dias passam voando. E eu passo os dias correndo atrás do tempo. Fim de tarde de uma quarta-feira, a felicidade

toma conta de mim. Marcamos nossa entrevista para o sábado seguinte, na casa dele. Com certo receio de ir sozinha, por não ser um espaço público, convido, novamente, a Lucília para me acompanhar. Mulher curiosa que é, ela não pensa duas vezes! Super topa.

FIGURA 12 – **Conta da Cemig com o endereço de um dos entrevistados**



Fonte: Foto: Juliana Carvalho Ribeiro. Banco de imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP, 2019).

Eu mal podia me conter. Dia 29 de junho amanhece um lindo dia e eu estou radiante! Logo chega a tarde deste sábado e, pontualmente, chegamos, Lucília e eu, na casa deste que parecia ser o meu primeiro interlocutor a representar fielmente minha hipótese de pesquisa. Toco a campainha e seu filho atende. Convida-nos a entrar e diz que seu pai não estava, mas que ele logo retornaria. Mal nos sentamos no alpendre da sua casa e ele abre o portão, com dois pets de refrigerantes para nos servir. Extremamente gentil, convida-nos a entrar e oferece refrigerante e água.

Sentamo-nos à sua mesa em uma ampla e simples sala e ele dispõe do resto da sua tarde para conversar conosco. Conta toda a sua história de vida, em detalhes. Sorri e se emociona.

Emociona-nos também. De repente, percebo que entardeceu. Com o pôr do sol, a sala escurece e, só assim, me dou conta de que nossa entrevista se alongou por mais de três horas. Ao encerrarmos a conversa, paro a gravação e ele me leva à sua oficina (Figura 13), uma sala anexa à sala onde estávamos.

FIGURA 13 – **Oficina de costura na casa de boliviano em Ribeirão das Neves-MG**

Fonte: Foto: Lucília Marinho Moreira. Banco de imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP, 2019).

Na oficina, três máquinas. O ambiente limpo e relativamente organizado. As instalações elétricas assustavam. Fios ligavam as máquinas à eletricidade de forma extremamente precária. A casa, ao menos onde tivemos acesso, era grande e relativamente confortável. Uma televisão enorme na sala, um rack e um sofá simples. Na garagem, um bom carro. Era visível o sucesso do seu processo migratório, algo que ele fez questão de frisar mais de uma vez durante a nossa conversa.

Depois de uma tarde tão agradável, despeço-me deste entrevistado cheia de esperanças. Pronto! Estava certa de que conseguiria outras entrevistas a partir daquela. Ainda no portão, ele menciona, novamente, uma quadra de futebol que fica nas proximidades da sua casa. Segundo ele, bolivianas e bolivianos reuniam-se nela para confraternizar e jogar futebol todos os finais de semana, na “quadra do Conjunto”. Pergunto onde ela

fica e ele mostra receio para dar maiores referências. Responde dizendo ser ali mesmo, bem próximo da sua casa, e só depois me dou conta de que ele se referia ao bairro Conjunto Henrique Sapori.

Infelizmente, ele não garante qualquer contato. Por várias vezes, falou da dificuldade que seria encontrar mais migrantes bolivianas e bolivianos para as entrevistas, já que ele colocava essas pessoas como "desconfiadas" e "tímidas". Reafirmou isso uma vez mais antes da última despedida. Expansiva como sou, falo para ele que estava contando com ele para esses contatos. Ele, sorrindo, fala que ia tentar, mas que seria difícil.

Mesmo assim, não quero acreditar nisso: alimento uma certeza incerta de que estaria com todos os meus problemas resolvidos. Quero muito acreditar que eu não teria mais dificuldades a partir dali. E vou embora feliz. Para completar esta felicidade, recebo a resposta de uma boliviana com a qual fiz contato dias antes.

Conheci esta boliviana na ocasião de um dos consulados móveis da Bolívia em Belo Horizonte-MG, em novembro de 2018. Naquela oportunidade, conversamos informalmente. Eu não pude entrevistá-la porque ainda não tinha autorização do Comitê de Ética da Plataforma Brasil. Depois de algum tempo de conversa, quando ela parece ter ganhado um pouco de confiança, ela aceita compartilhar comigo seu telefone para que pudéssemos marcar uma entrevista em outra oportunidade.

Esta oportunidade havia, enfim, chegado. Mal podia esperar para gravar sua entrevista e aproveitar formalmente todo o seu relato. Lembro-me que ela era dona de uma oficina e estava, no dia que nos conhecemos, com uma das costureiras que ela trouxe da Bolívia. Planejavam regularizar a situação migratória desta moça, com quem eu mal consegui conversar, impedida por ela. Como isso já havia ocorrido há muito tempo, eu não acreditava que conseguiria fazer contato com ela. Mas, logo depois que eu saí de Ribeirão das Neves-MG, recebo confirmação do meu pedido. Ela ia me receber na sua casa no sábado seguinte. Aí sim, eu estava quase plenamente realizada!

No dia seguinte, uma linda manhã de domingo convida-me novamente à Feira Hippie. Encontro um boliviano do qual uma outra entrevistada já havia me falado a respeito. Feliz por encontrá-lo, peço para gravar uma entrevista. Ele aceita e divide sua atenção entre a venda da sua arte exposta na calçada do Parque Municipal (Figura 14) e as perguntas que faço a ele. Apresentando uma visão poética da vida, ele conta todo o seu percurso migratório. E se surpreende quando falo do crescimento a imigração boliviana para a RMBH-MG e da concentração desses migrantes em Ribeirão das Neves-MG. Para ele, tudo isso é novidade.

FIGURA 14 – **Artesanato em bambu exposto por boliviano na Feira Hippie de Belo Horizonte-MG**

Fonte: Foto: Juliana Carvalho Ribeiro. Banco de imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP, 2019).

Volto para casa e tento, novamente, ligar para a boliviana que conheci no SJMR. Preciso do seu endereço e de marcar o horário da entrevista. Ela não atende às ligações e não responde às mensagens. Minha alegria não dura muito tempo. Esta boliviana não mais me atenderia. O boliviano que entrevistei em Ribeirão das Neves-MG também não me atende mais. E nada dos contatos que eu esperava chegarem. Quando ele disse que dificilmente conseguiria convencer alguém a me receber, eu me recusei a acreditar que seria assim.

Sigo então quase do zero. Volto à Ribeirão das Neves-MG, novamente sem norte. Busco novas possibilidades de contatos. Ando pela cidade. Pergunto às pessoas por migrantes bolivianas e bolivianos. Todos viram, mas ninguém os conhecia: "sim, tem muitos!", "eles moram lá no Veneza", "eles tão pros lados do Metropolitano". Poucos não sabiam da existência deles por ali.

Resolvo procurar o Serviço Social da Prefeitura de Ribeirão das Neves-MG. Se tem uma instituição que poderia me ajudar, seriam eles. Vou na esperança de conseguir qualquer informação que pudesse me ajudar. Passo por dois endereços indicados na internet, mas o Serviço Social não estava mais sediado em nenhum desses dois locais. Pergunto para as pessoas nas ruas e descubro que eles estavam agora dentro da Prefeitura. Como a Prefeitura localizava-se a pouco mais de um quilômetro de onde eu estava, resolvo ir caminhando até lá. Assim, poderia observar e conversar com transeuntes, tentando descobrir o paradeiro dos meus interlocutores. Quase chegando na Prefeitura, avisto, do outro lado da rua, uma oficina de conserto de máquinas de costura (Figura 15). "Opa!" – penso eu – "Acho que os donos desta oficina podem me ajudar!". Entro. Sou recebida por um senhor, que se apresenta como dono do estabelecimento, e uma criança. Um cheiro de comida boa invade meus sentidos. Era a sua esposa cozinhando. Uma portinha, ao lado do balcão onde conversávamos, deixa o fogão à vista. Apresento-me e logo começo a explicar sobre a pesquisa. Sem perder tempo, faço a pergunta de sempre: "O senhor conhece bolivianas e bolivianos que vivem por aqui, em Ribeirão das Neves?". Logo, emendo: "como eles trabalham com costura,

imagino que precisam dos serviços do senhor, de tempos em tempos...”.

FIGURA 15 – **Loja de conserto de máquinas de costura em Ribeirão das Neves-MG**

Fonte: Foto: Juliana Carvalho Ribeiro. Banco de imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP, 2019).

Silêncio. Sua esposa corre para onde estávamos. Noto o desconforto de ambos. Visivelmente nervoso, ele diz que não conhece e não costuma ver migrantes ali. O garoto, provavelmente seu neto, talvez seu filho, na ingenuidade das crianças que não sabem mentir, o corrige: “conhece sim; tem aquele que sempre vem aqui!”. Volto meu olhar novamente para o senhor dono da oficina e ele, desconsertado, diz que o menino não sabe o que fala e que não conhece mesmo. Achando tudo aquilo muito estranho, vejo que não tenho o que fazer mais ali, que não teria mais informações, e sigo para a Prefeitura.

Chego ao meio-dia, horário de almoço dos funcionários públicos naquela instituição, e não encontro ninguém. Uma simpática secretária orienta que eu volte às 14h00. Resolvo, então, sentar-me na recepção e esperar. Aproveito aquele tempo para tentar marcar outras visitas. E continuo nas redes sociais, buscando pistas que poderiam me levar até os sujeitos da pesquisa. Percebo que pesquiso o tempo todo e começo a me sentir meio paranoica. Mas continuo mesmo assim. Vejo, no Facebook, um evento publicado na página do SJMR: “Aula de Lei de Migração e Estatuto dos Refugiados”. Faço minha inscrição.

No Google, encontro mais uma possível pista de um boliviano em Belo Horizonte. Trata-se de uma oficina mecânica (Figura 16). Mais uma frente possível. Ligo no telefone indicado na internet. Ninguém atende. Ligo outras vezes e, mesmo após várias ligações, não consigo contato.

FIGURA 16 – **Endereço de oficina mecânica publicada no Google**

Fonte: Google (2019).

Olho no relógio e vejo que já passou das 14h00. Volto meu olhar para a secretária e ela lembra que estou ali. Recepção lotada. Muitas pessoas, em fila, buscando informações. Ela não sabe me dizer se a pessoa que espero chegou do almoço. Pede mais alguns minutos para verificar. Finalmente, autoriza minha entrada.

Orientada a subir as escadas, encontro, no fim delas, uma porta que dá acesso a um corredor onde estão as salas do Serviço Social. Ali, espero um pouco mais. Sou recebida, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, por uma funcionária, cuja função é dar suporte técnico à gerência e

às equipes que atuam nos oito Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) de Ribeirão das Neves-MG, monitorando e avaliando a execução do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias.

Dispondo de seu precioso tempo para conversar comigo, a funcionária escuta, gentilmente, sobre a minha pesquisa e mostra-se apaixonada com o universo acadêmico. Vejo que ela fará tudo o que tiver ao seu alcance para me ajudar quando ela se disponibiliza a me acompanhar até a casa de um boliviano. Minha alegria, porém, dura pouco. Quando ela começa a explicar de quem se trata, vejo que ela fala da pessoa que eu já tinha entrevistado. Rimos. Mundo pequeno este. Ela conhece meu interlocutor, a professora Rosana, o professor Duval, a professora Maria da Consolação, também da PUC Minas/Serviço Social, que é conhecida em Ribeirão das Neves-MG, uma vez que a maior parte das assistentes sociais de Ribeirão das Neves-MG formou-se na PUC Minas e foi aluna dela) bem como algumas outras pessoas com as quais eu já tive contato.

Durante toda a nossa conversa, a funcionária busca entre os seus contatos pessoas que poderiam me ajudar. Lembra-se, então, de uma líder comunitária do bairro Veneza, e passa o seu contato para mim. Esta sim pode ser uma excelente frente! Vejo que sairei com bons frutos dali. Outra pessoa que a funcionária menciona é a Ana, do Fica Vivo. Dela, eu já tinha o contato e uma reunião marcada para aquele mesmo dia, logo que eu saísse da Prefeitura. A funcionária ainda imprime a relação de postos de saúde, escolas estaduais e escolas municipais. Com todo o cuidado, ela grifa alguns endereços – das instituições que ela acredita que atendem mais migrantes bolivianas e bolivianos – e anota telefones de pessoas que dirigem algumas das escolas para que eu possa buscar mais contatos. Finalmente, ele fala de uma quadra no bairro Conjunto Henrique Sapori onde eles jogariam futebol aos finais de semana e, neste momento, recordo-me da entrevista que fiz com o boliviano que mora no bairro Veneza.

Saio da Prefeitura bastante satisfeita com a conversa. Acredito que estou chegando mais perto. Sigo dali para o Centro de Prevenção à Criminalidade, onde atuam o Programa Mediação de Conflitos e o Programa Fica Vivo (Figura 17).

FIGURA 17 – **Centro de Prevenção à Criminalidade, no bairro Veneza, em Ribeirão das Neves-MG**

Fonte: Foto: Juliana Carvalho Ribeiro. Banco de imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP, 2019).

Ana, à época Gestora Social das Unidades de Prevenção à Criminalidade Veneza e Rosaneves, espera por mim na porta, esquentando-se ao sol naquela fria tarde. Fiz contato com ela ainda em Belo Horizonte, quando, conversando com minha cunhada-irmã, Tatiane, sabia que ela seria luz em meus campos. Tatiane é responsável pela diretoria de Prevenção Comunitária e Proteção à Mulher (órgão vinculado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais-SEJUSP-MG) e diretora do Programa de Mediação de Conflitos. Foi ela que, para me ajudar, pensou no nome da Ana pela sua inserção junto à comunidade, e intermediou o nosso encontro. Aproveito, aqui, para registrar minha imensa gratidão às duas.

Ana já tinha feito alguns contatos quando cheguei. Entramos e conversamos um pouco, para que eu pudesse explicar a pesquisa para ela e ela pudesse me contar um pouco da sua vivência junto aos bolivianos. Ana relata que aquele Programa de Mediação de Conflitos já atendeu migrantes bolivianas e bolivianos, mas que a procura é muito baixa. Seu palpite é que isso não se deve à falta de demanda, mas ao fato desta população desconfiar das instituições, sobretudo quando se encontram ainda com a situação migratória não regularizada. Não consigo disfarçar minha surpresa quando ela fala da dificuldade de inserção e atuação junto a eles. Não que eu não soubesse que se trata de uma comunidade reservada. Mais do que isso, eles são invisibilizados pela comunidade e tentam permanecer na invisibilidade. Mas, ao mesmo tempo, eu esperava algum tipo de relação entre eles e esta instituição.

De todo modo, ela mostrou todo interesse em ajudar-me. Falou da importância da aproximação junto a estes migrantes e compartilhou seu desejo de conseguir isso com a minha pesquisa. Combinamos, inclusive, de levar os resultados da pesquisa para a sua equipe, para pensarmos, juntos, em meios de alcançar essa população. Antes disso, porém, precisamos conhecê-la.

Para isto, a primeira sugestão dela foi de fazermos uma visita a uma escola municipal que se localiza nas proximidades do Centro de Prevenção, também no bairro Veneza, onde ela sabia que tinham matriculadas crianças migrantes bolivianas. A funcionária da Prefeitura já tinha

mencionado esta escola e começo a notar que as sugestões estão se encontrando. Ana então pega a sua bolsa e vamos, juntas, à Escola Municipal Maria da Cruz Resende (Figura 18).

FIGURA 18 – **Placa fixada na entrada da Escola Municipal Maria da Cruz Resende, Ribeirão das Neves-MG**

Fonte: Foto: Juliana Carvalho Ribeiro. Banco de imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP, 2019).

A diretora que nos atende também se chama Ana. Somos recebidas em sua sala. O barulho das crianças brincando no pátio desperta em mim saudades da sala de aula. Pergunto à diretora sobre as crianças filhas de migrantes: quantos são, quais as idades, como é o desempenho escolar e como é a relação com os seus pais. Fico positivamente surpresa ao saber que são bem integrados à comunidade escolar. As crianças têm amigos e bom desempenho na escola, e seus pais são presentes, mas reservados. Peço ajuda à diretora para fazer contato com esses pais e ela diz que só poderia me ajudar após as férias escolares, em fins de agosto, quando seria a reunião de pais. Trocamos telefones e eu agradeço muito por ela ter nos recebido. Saio dali feliz por

conhecer a realidade escolar daquelas crianças, sobretudo por ser melhor do que as minhas expectativas. A educação é um dos caminhos para a integração de migrantes e de filhos de migrantes, e ela acaba se fortalecendo com o bom desempenho escolar desses sujeitos.

Deixando a escola, converso ainda com o porteiro e pergunto suas impressões perante o comportamento das crianças bolivianas – ou descendentes de bolivianos – que estudam ali. Ele reverbera a fala da diretora e confirma o rendimento e a postura atribuídos a elas. Ana faz algumas outras perguntas sobre a quadra da escola e o uso dela por bolivianos fora do horário de aula. Ele nos explica que alguns pais bolivianos que têm suas crianças matriculadas na escola usavam a quadra, mas não jogavam mais ali. Fez menção à quadra do bairro Conjunto Henrique Sapori, revelando confluência com a informação dada, horas antes, pelo meu interlocutor – boliviano que mora no bairro Veneza e já tinha sido entrevistado – e pela funcionária da Prefeitura.

A ajuda da Ana não parou por aí. Saindo da escola, ela tenta ligar para Ângela [41], a líder comunitária da qual a funcionária da Prefeitura também fez menção. Mais uma vez, as informações se encontravam. Vejo que o caminho estava se estreitando e eu chegava cada vez mais perto do meu objetivo. Sem sucesso na ligação, ela diz que continuará tentando contato e que me daria um retorno o mais breve possível.

Pelo adiantar da hora, Ana retorna para Belo Horizonte junto comigo. Como ela usa o transporte público para ir trabalhar, ofereço para levá-la em casa. Foi uma excelente oportunidade para conversarmos um pouco mais e estreitarmos os laços. Do carro, ela tenta mais uma ligação. Ana liga para Ronaldo e conversa amistosamente com ele. Ronaldo é oficineiro do Fica Vivo e tem uma escolinha de futebol que ensina para crianças essa paixão nacional. Quando ela desliga o telefone, diz que vai passar o meu contato para ele pelo WhatsApp e explica que ele, além de ser um amor de pessoa, ainda apita jogos dos bolivianos. Meu coração para! Apita jogos de futebol deles! Dos

[41] Nome fictício atribuído à líder comunitária do bairro Veneza, em Ribeirão das Neves-MG, para preservar a sua identidade.

meus interlocutores! De quem eu procuro há semanas! Mal posso acreditar! Ela ainda me conta que ele disse que "eles são gente boa, não preocupa não". Pronto! Era motivo para bater o carro! Mas chegamos vivas em Belo Horizonte-MG.

O tempo parece passar mais rápido esses dias. Sim, ele voa há muito tempo, mas agora eu preciso que ele voe mais devagar. Não adianta querer. Chega o dia da aula sobre a Lei de Migração, no SJMR. O evento reúne estudiosos e interessados pelo assunto. Alguns migrantes que buscavam os serviços do SJMR naquela manhã são convidados para entrar e participar da roda de discussão. Tímidos, eles ocupam alguns lugares após a aula ter sido iniciada. Todos eram haitianos. Nenhum boliviano.

Pergunto aos professores responsáveis pela aula, ambos professores de Relações Internacionais da Escola Superior Dom Helder Câmara, se eles conhecem migrantes bolivianas e bolivianos na RMBH-MG ou estudiosos desta temática. Não conhecem. Trocamos contatos telefônicos e eles prometem tentar ajudar de alguma forma. Falam de uma outra professora que poderia me ajudar, colega deles, mas, mesmo tentando contato telefônico com ela diversas vezes, não obtenho qualquer resposta.

A semana corre entre mais idas ao centro de Belo Horizonte e ao centro de Ribeirão das Neves-MG. Não tenho muitos avanços nessas investidas. Resolvo ficar na PUC e dedicar-me às transcrições das entrevistas que já fiz. Horas e horas de conversa e muitas páginas de transcrições.

Chega o dia combinado com Ronaldo. Marcamos às 20h00, na porta da casa dele, em Ribeirão das Neves-MG. Minha ansiedade não permite que eu chegue tão tarde. Às 18h00, chego em sua casa. Mas ele não está. Ninguém atende. Em Ribeirão das Neves-MG, sol se pondo e noite caindo. Por sorte, Lucília me acompanha, mais uma vez. Como não estou sozinha, não sinto medo de esperar por ele. Sentamo-nos, nós duas, no meio-fio. Ninguém na rua. Começo a pensar no índice de homicídio de Ribeirão das Neves-MG e receio permanecer esperando ali. Quando resolvo propor de irmos a algum lugar esperar o tempo passar, chega um vizinho de Ronaldo, Bruno. Como boas mineiras, Lucília e eu puxamos papo com ele. Falo que estamos esperando pelo Ronaldo, mas que chegamos muito antes da hora

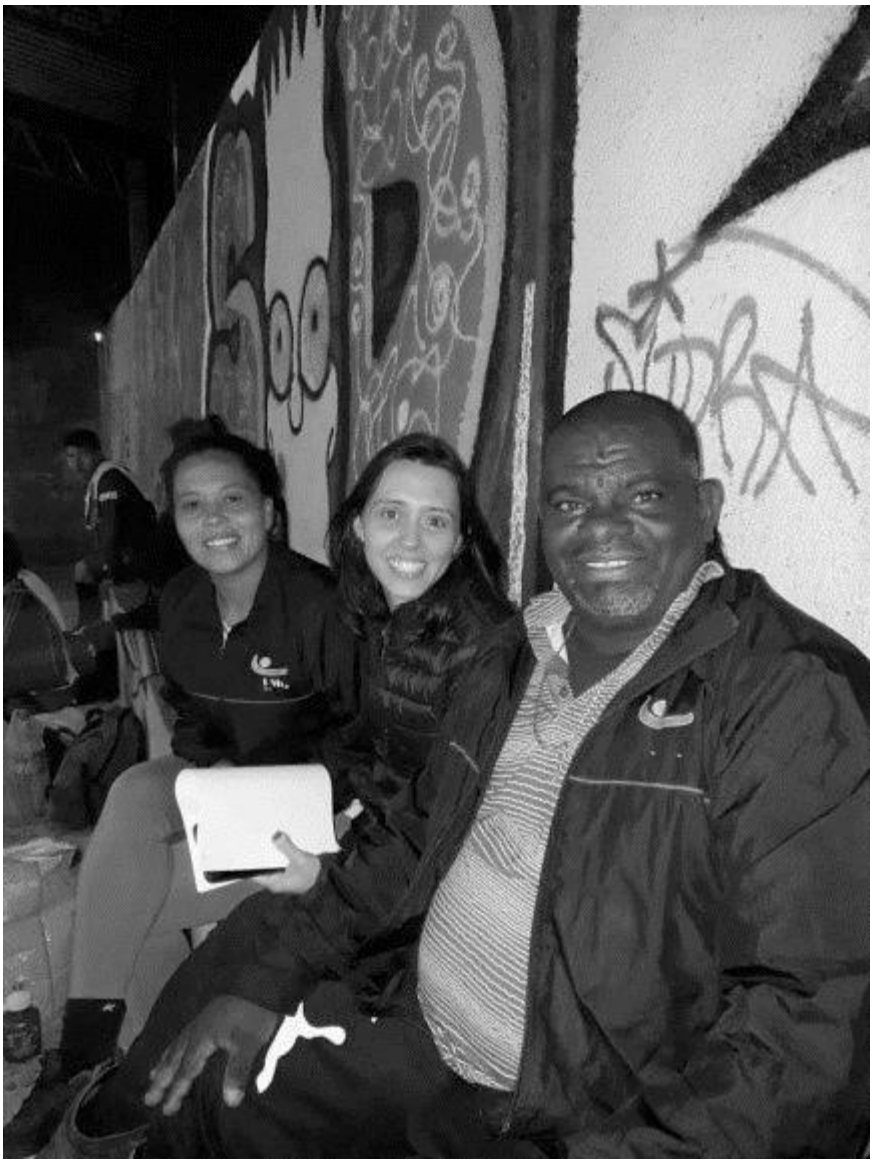
combinada. Ele ri e diz que o Ronaldo chega mesmo mais tarde. Fica conversando conosco, fazendo companhia, por muito tempo. Pede, então, licença, e entra para descansar.

Logo depois disso, Ronaldo e sua esposa chegam em casa. De largo sorriso no rosto, ele desce da sua moto pedindo desculpas por nos deixar esperando. Tão simpática como ele, sua esposa, Naiane, convida-nos para entrar e tomar um café. Agradeço, mas recuso, comprometendo-me a voltar em outra oportunidade. Estava muito ansiosa para ir à quadra e não via a hora de chegar lá.

Ronaldo e Naiane guardam a moto e vamos todos no meu carro. No caminho, ele fala brevemente sobre a comunidade boliviana e sobre a quadra Maura Pereira Andrade, que fica no bairro Conjunto Henrique Sapori. São muitas as pessoas às quais eu devo gratidão, e este casal (Figura 19) está entre as pessoas que mais me ajudaram nos campos deste estudo. Tanto que os chamo de anjos. São anjos colocados em minha vida por outros anjos.

Chegamos na quadra. Ao estacionar, o grafite no seu muro (Figura 20) chama a minha atenção. Seu conjunto revela territorialidades disputadas naquele espaço.

FIGURA 19 – **Ronaldo e Naiane, na quadra do Bairro Conjunto Henrique Sapori, Veneza, Ribeirão das Neves-MG**



Fonte: Foto: Lucília Marinho Moreira. Banco de imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP, 2019).

FIGURA 20 – **Muro externo da quadra do Bairro Conjunto Henrique Sapori, Veneza, Ribeirão das Neves-MG**

Fonte: Foto: Juliana Carvalho Ribeiro. Banco de imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP, 2019).

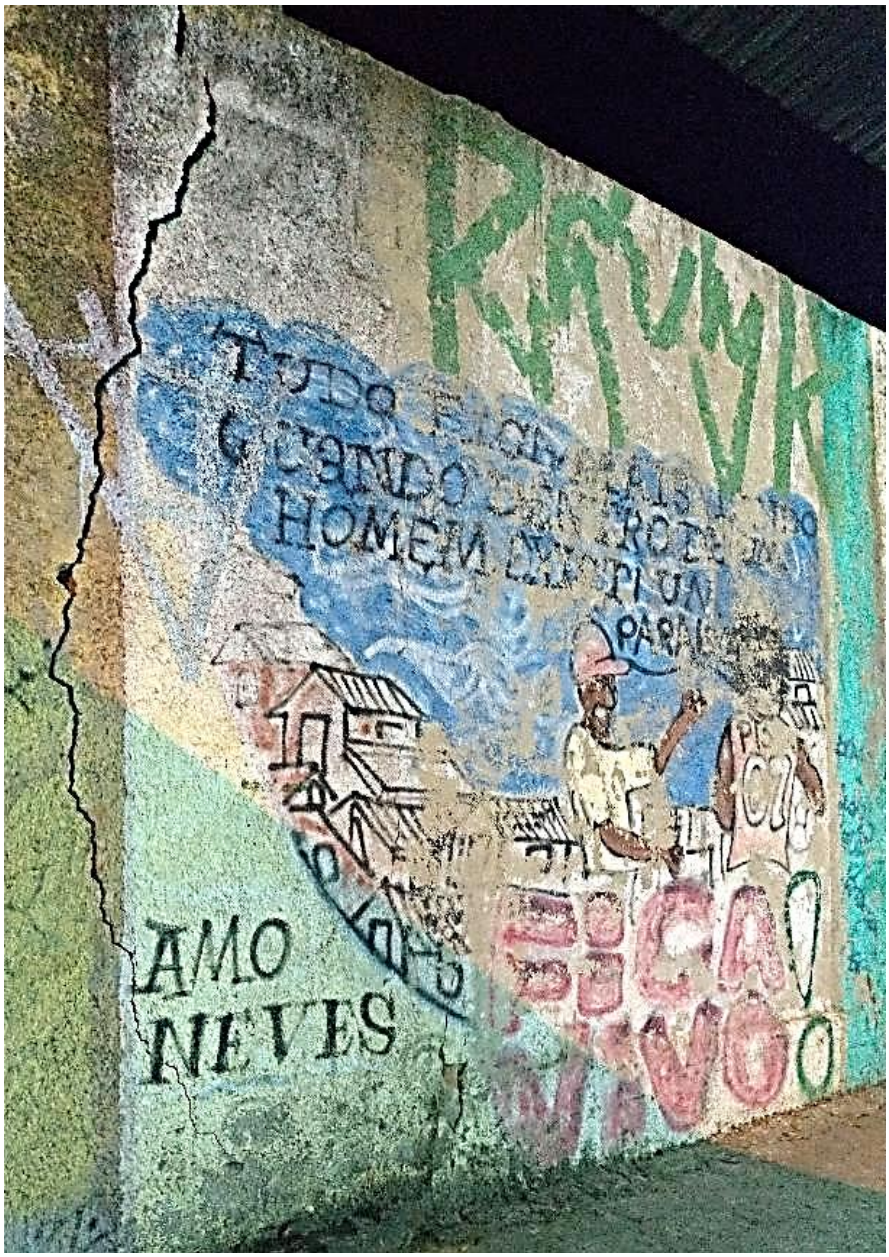
A pichação também ocupa o seu espaço no muro, sobretudo próximo ao portão de entrada (Figura 21). A territorialidade impõe-se a cada lance de olhar. Quero compreender a parte que cabe à imigração boliviana nesse processo de apropriação do espaço. Vejo no futebol a resposta.

FIGURA 21 – **Portão de entrada da quadra do Bairro Conjunto Henrique Sapori, Veneza, Ribeirão das Neves-MG**

Fonte: Foto: Juliana Carvalho Ribeiro. Banco de imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP, 2019).

Entro para investigar. Dentro da quadra, em suas paredes, encontro a mesma proposta. Mais grafite. E, já na primeira cena, vejo a representação do futebol, a presença do Fica Vivo, e a menção à identidade com a cidade a partir da declaração “Amo Neves” (Figura 22).

FIGURA 22 – **Parede interna na entrada da quadra do Bairro Conjunto Henrique Sapori, Veneza, Ribeirão das Neves-MG**



Fonte: Foto: Juliana Carvalho Ribeiro. Banco de imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP, 2019).

Amplio meu olhar para o restante da quadra e meu coração se acelera. Estavam ali! Homens, mulheres, crianças. Era a comunidade boliviana que eu tanto procurava e que me parecia tão distante! Mal posso acreditar! Olho para o Ronaldo, que ainda não era para mim o Ronaldinho, e quase o abraço de alegria! Contive-me. Com o andar ainda tímido, cuido para respeitar aquele espaço e não me fazer parecer invasora. Respeito é o que mais me preocupo em transparecer.

Os homens estão ocupando a quadra. As mulheres aguardam sua vez conversando, rindo, torcendo, e cuidando das crianças. São muitas crianças! Elas correm, felizes. Todos parecem se divertir. O clima é leve, mas eu ainda não sei onde piso. Por isso, vou ao lado do Ronaldo. Todos cumprimentam-no. Cumprimentam a mim também, na maior parte das vezes, apenas com um sorriso tímido. Devolvo o sorriso, também ainda tímido.

A organização deles chama a minha atenção. Jogam de uniforme (Figura 23). Na frente do colete que eles mandaram fazer, uma inscrição com o nome escolhido. Quadra da Amizade. Um nome simbólico. Mais tarde, conhecendo a importância daquela quadra na vida daquelas pessoas, vejo a representatividade deste nome. O mascote que ilustra é o da Copa da Rússia de 2018. Atrás, o nome de cada um.

FIGURA 23 – **Colete usado pelos migrantes bolivianos para os jogos de futebol**

Fonte: Foto: Juliana Carvalho Ribeiro. Banco de imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP, 2019).

Sento-me na arquibancada e percebo a importância que eles dão para aqueles momentos. Não correspondem simplesmente à "pelada" idolatrada por muitos brasileiros. Todos concentrados: os que jogam e os que assistem. Primeiro jogam os homens (Figura 24) e, em seguida, as mulheres (Figura 25). Os horários são definidos e respeitados. Os homens têm mais tempo em quadra, uma hora e meia – de 19h00 às 21h30 –, contra uma hora para as mulheres – de 21h30 às 22h30.

Incomodo-me com esta diferença de tempos. Por que os homens têm mais tempo que as mulheres? Entendo que esta primeira noite não é para esses questionamentos. Estou no território que tanto busquei e o momento é muito mais de observação. Preciso respeitar os limites do espaço deles. A cultura deles. Eles. São pessoas que nunca me viram e não entendem ainda o que eu faço ali. Preciso saber chegar com calma. Não quero assustá-los. Não quero que pensem que estou invadindo a intimidade deles sem qualquer propósito.

Percebo a relevância de costumes originários do seu povo e não consigo esconder a minha admiração. A busca pela manutenção da identidade cultural daquelas pessoas é revelada desde as conversas com o uso de códigos locais – possivelmente resgatados das línguas indígenas quéchua e aimará – até o disseminado uso do awayo – tecido em cores vibrantes usado para diversas finalidades (Figura 26). Na arquibancada, o awayo é usado para forrar o chão para as pessoas se sentarem, para que elas possam protegerem-se do frio. O inverno este ano não está para brincadeiras e todos reclamam disto naquela noite.

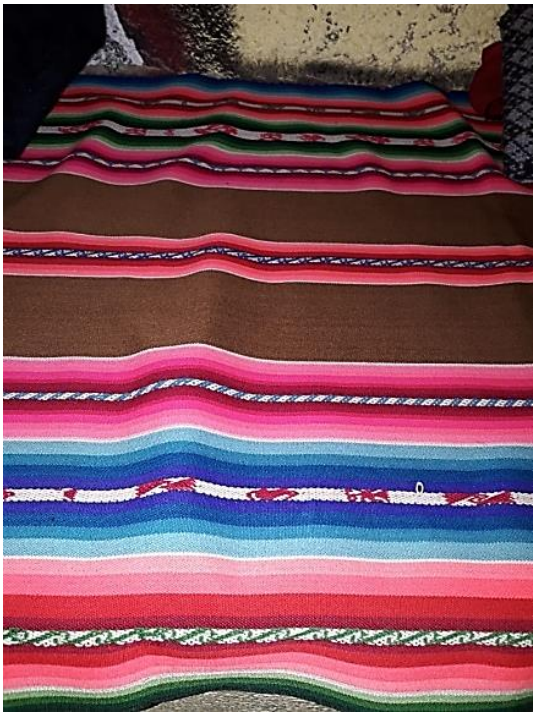
FIGURA 24 – **Bolivianos jogando futebol na quadra Maura Pereira Andrade, Bairro Conjunto Henrique Sapori, Veneza, Ribeirão das Neves-MG**

Fonte: Foto: Juliana Carvalho Ribeiro. Banco de imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP, 2019).

FIGURA 25 – **Bolivianas jogando futebol na quadra Maura Pereira Andrade, no Bairro Conjunto Henrique Sapori, Veneza, Ribeirão das Neves-MG**

Fonte: Foto: Juliana Carvalho Ribeiro. Banco de imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP, 2019).

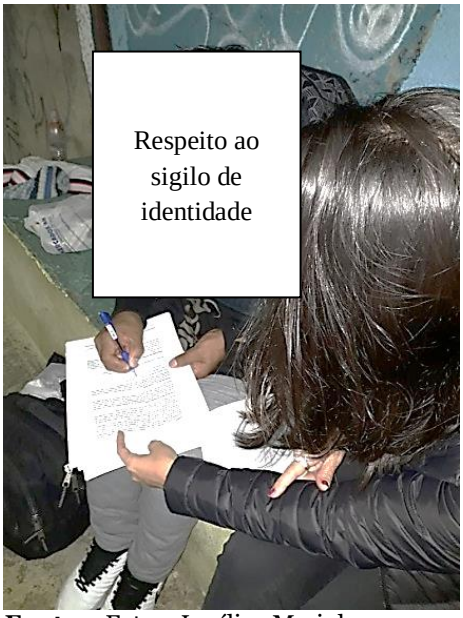
FIGURA 26 – **Awayo usado por uma família de bolivianos na quadra do Bairro Conjunto Henrique Sapori, Veneza, Ribeirão das Neves-MG**



Fonte: Foto: Juliana Carvalho Ribeiro. Banco de imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP, 2019).

Meu encantamento é tamanho que uma das bolivianas, ao me observar, acha graça. Sorri – de mim e para mim. Era a oportunidade que eu precisava para me aproximar, respeitando o espaço daquelas pessoas. Ali começa meu primeiro contato efetivo. Custo a entender o nome daquele tecido exótico, lindo, vibrante. Rimos muito de mim, agora juntas. Eu queria dez daquele! Falo isso. Rimos novamente. Além de aprender um pouco sobre os usos do awayo, ganhei a confiança da minha interlocutora, que corre para sua partida de futebol, mas, antes, apresenta-me ao seu marido, com quem eu consigo a primeira entrevista da noite (Figura 27).

FIGURA 27 – **Boliviano assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em entrevista na quadra do Bairro Conjunto Henrique Sapori, em Ribeirão das Neves-MG**



Fonte: Foto: Lucília Marinho Moreira. Banco de imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP, 2019).

Foi uma noite de poucas entrevistas, mas de uma riqueza imensurável. Chego em casa e quase não consigo dormir. A excitação era tamanha que, ao deitar-me na cama, apesar de exausta, não consigo sequer ficar de olhos fechados. Esforço-me para descansar, pois os dias que estavam por vir prometiam! Ter encontrado meus interlocutores, saber que as entrevistas iam finalmente deslanchar, pensar em como ganhar a confiança deles para ter sucesso na pesquisa, tudo isso roubava meu sono e me embalava em meus sonhos. Acordada, permaneço em êxtase por um bom tempo. Até que, finalmente, caio no sono.

Acordo sem acreditar na riqueza da noite anterior. Ela revelara o quão maravilhoso é esse universo pelo qual eu sou apaixonada. Conhecer a história de cada um e compreender o

processo migratório da população boliviana na RMBH-MG fascinam-me e este fascínio passa a me guiar ainda mais – e mais do que em qualquer outro momento. Só penso nisso. Respiro estes objetivos. A imersão em campo dá nova vida à pesquisa. Dá nova vida à pesquisadora. Representa um novo olhar para com os sujeitos da pesquisa. Revela-se mergulho no universo deles, e uma busca intensa por ler a vida desse grupo social, segundo os seus olhos.

Penso, o tempo todo, que preciso desenvolver estratégias para ganhar a confiança deles. Sei que não é fácil estabelecer essa relação de diálogo franco, essa relação de troca. Esse processo requer empatia e é ela que mais me movimenta. Tento me colocar no lugar de migrantes o tempo todo. Quero me integrar. Sei que isso não é possível de forma plena, mas busco me aproximar desse objetivo o máximo possível. E é nessa tentativa que tenho o que para mim soa como uma grande ideia: levar o Vinícius para a quadra.

Vinícius caminha para os três anos e consigo vê-lo correndo, brincando, divertindo-se intensamente com aquelas crianças migrantes. Ele se diverte, fica comigo, marca ainda mais estas minhas eternas memórias, e, para completar, ainda me ajuda na construção do vínculo. Falo minha ideia para a Lucília, afinal, quem vai ter mesmo que tomar conta dele é ela, sobretudo enquanto as entrevistas estiverem acontecendo. Ela vibra! Adora ficar com o Vinícius! Pronto! Vamos todos. Minha mãe se adere ao bando. Agora sim, vou tranquila. Duas vovós para cuidar do Vinícius enquanto tento entrar no universo dos sujeitos da pesquisa.

Saio cedo de casa com minha mãe e com o Vinícius. Vamos buscar a Lucília. Neste sábado, especificamente, aconteceria um campeonato de futebol organizado pelos migrantes e para os migrantes. Por conta deste evento, o dia prometia. Teríamos o dia todo para gravar entrevistas e começar a entender aquele mundo. Uma chance de ouro, considerando que meu tempo era muito curto, já que eles só jogavam às sextas-feiras e aos sábados à noite. Essa limitação me deixava bastante ansiosa. Então, tudo o que eu queria era aproveitar ao máximo cada minuto que eu tinha com eles.

Chego à quadra com roteiros, canetas, gravador, lanche para passar o dia, e... confetes (Figura 28)! Sucesso total! As crianças, filhas e filhos de bolivianas e de bolivianos, nunca tinham visto confetes. Levamos também, claro, vassourinha e pá, para limpar toda aquela confusão.

FIGURA 28 – **Lucília e as crianças brincando com confetes na quadra do Bairro Conjunto Henrique Sapori, em Ribeirão das Neves-mG**

Fonte: Foto: Ângela Laborne Carvalho Lafetá. Banco de imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP, 2019).

Lucília e minha mãe brincam como nunca; eu me esbaldo em entrevistas. Em cada conversa, vivo um pouco a história de cada um. Alguns dos relatos eram coletados nas arquibancadas, outros nas mesinhas que têm na praça junto à quadra (Figura 29). A pracinha, com os equipamentos de ginástica instalados pela prefeitura, ganha vida com as crianças. Elas brincam de esconde-esconde, pega-pega, casinha, escolinha. Juntas. Algumas brigas e muita diversão. Ninguém com aparelhos eletrônicos, como celulares ou tabletes. A brincadeira rola solta, o dia todo.

FIGURA 29 – **Praça com equipamento de ginástica junto à quadra do Bairro Conjunto Henrique Sapori, em Ribeirão das Neves-MG**

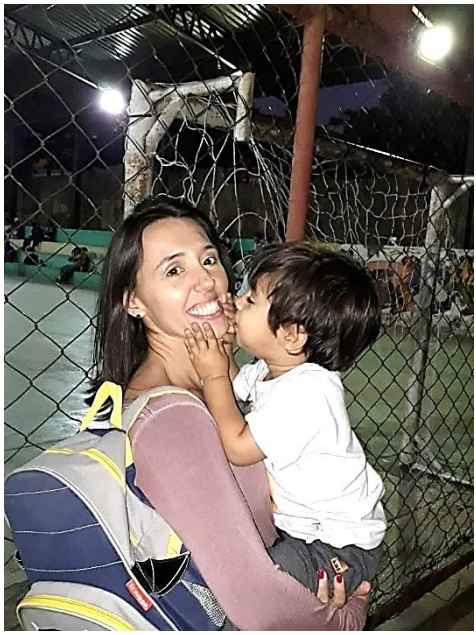
Fonte: Foto: Juliana Carvalho Ribeiro. Banco de imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP, 2019).

A organização daquilo tudo me impressiona. As famílias levam comidas, bastante água, refrigerantes, awayos, e muita roupa de frio. Este campeonato, fundamental para os meus campos, já que estendeu o tempo deles na quadra neste sábado, foi muito bem preparado pelos migrantes. Eles pensaram em tudo. Recolheram, inclusive, dinheiro entre eles para a premiação dos vencedores: um time masculino e um time feminino.

Foi um dia maravilhoso! Vinícius corre com as crianças, feliz! Elas, com seu lindo sotaque, chamam por ele: “Vinícius, Vinícius, vem!”. Eu consigo gravar sete entrevistas. Eu mal podia acreditar! Estava dando certo! Todos os relatos confirmavam a nossa hipótese.

A noite cai. Sinto o cansaço. Fome também, afinal, não tive coragem de parar para comer. Mas queria ficar ali até o último minuto. Vinícius já deveria estar na casa da tivovó, de banho tomado e dormindo. Era tarde quando chamo para ir embora, mas ele não quer. Implora para ficar e minha mãe consegue registrar esse momento (Figura 30). Eu estava plena! Aquele foi um dos dias mais felizes que já vivi.

FIGURA 30 – **Vinícius (pedindo para não irmos embora) e eu na quadra do bairro Conjunto Henrique Sapori, em Ribeirão das Neves-MG**



Fonte: Foto: Ângela Laborne Carvalho Lafetá. Banco de imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP, 2019).

As semanas transcorrem com a busca de mais contatos, avanços nas transcrições, e cuidados com o texto. Conto os dias para chegar cada fim de semana. São quatro os que passo em Ribeirão das Neves-MG. Percebo ali a vida dos sujeitos da pesquisa fora das oficinas de costura. Entendo a importância daquela quadra, a construção daquela territorialidade para os meus interlocutores. Territorialidade que vai muito além da

questão econômica que levou a maior parte deles a morar nas redondezas. Reflito sobre o que constrói o vínculo deles com aquele espaço, tornando-o territorialidade deles. Busco o que ajuda a desenhar o estabelecimento daquelas relações.

O tempo todo me pergunto quais são as reais possibilidades de integração daquelas pessoas. Escuto muitos relatos. Diversas experiências boas e muitas outras experiências ruins. As ruins permeiam a (super)exploração da mão de obra migrante, no caso dos meus interlocutores, pelos próprios conterrâneos. Ouço, da boca deles, menção à exploração análoga à escravidão. Pergunto-me o porquê de os envolvidos continuarem ali, convivendo, compartilhando o mesmo espaço, o mesmo território, os mesmos amigos. Pergunto-me quantos passaram pela mesma situação – que alguns relataram em suas entrevistas –, mas não tiveram coragem de me contar. Foram muitos os aprendizados. Precisei rever alguns valores. Cresci.

No que poderia ser meu último sábado com os interlocutores da pesquisa, tive o prazer de ter a companhia, além da Lucília – minha grande companheira de campo –, de uma amiga-irmã. Flora, hoje mais alagoana do que mineira, mais nordeste do que sudeste, estava em Minas para matar as saudades da nossa Belo Horizonte, da família e dos amigos. Companheira que é, fez questão de ir comigo conhecer aquele meu novo lugar, território-aconchego dos meus interlocutores. Admiradora da minha pesquisa, levou seu olhar de mundo, suas lentes fotográficas, e seu amor pela geografia. Caminhamos juntas há muitos anos, e ela não poderia estar de fora desta minha imersão demográfica. Para aproveitar bem o dia, já com saudades do que não acabou, chegamos cedo demais. O portão ainda estava trancado (Figura 31).

FIGURA 31 – **Portão da quadra do Bairro Conjunto Henrique Sapori, em Ribeirão das Neves-MG**

Fonte: Foto: Flora Sousa Pidner. Banco de imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP, 2019).

Temos que esperar. Procuramos um lugar pra sentar e comer alguma coisa enquanto esperamos. O horário não ajuda. Meio da tarde. Ou já está tudo fechado ou ainda não abriu. Achamos uma padaria (Figura 32). Como eu procurava uma pizzaria, entro e peço uma fatia de pizza. O quindim também me chama. Conversamos um tanto, comemos outro tanto. Um café encerra nossa estada por ali. Não saio sem perguntar pelos meus interlocutores. Sim, eles frequentam aquela padaria. Compram pão ali todos os dias. São descritos pelas três mulheres que trabalham na padaria como discretos e tranquilos. "Muito discretos", segundo elas. E frequentes. Compram pãezinhos quentinhos, todos os dias, por volta das cinco da tarde, quando sai a primeira fornada. Quatro ou cinco famílias não falham e estão sempre por lá.

FIGURA 32 – **Padaria no Bairro Veneza, em Ribeirão das Neves-MG**

Fonte: Foto: Juliana Carvalho Ribeiro. Banco de imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP, 2019).

Voltamos para a quadra, já aberta. As bolivianas e os bolivianos ainda aguardam o fim da capoeira (Figura 33).

FIGURA 33 – **Capoeiristas na quadra do Bairro Conjunto Henrique Sapori, em Ribeirão das Neves-MG**

Fonte: Foto: Juliana Carvalho Ribeiro. Banco de imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP, 2019).

O uso da quadra é dividido basicamente entre a capoeira e o futebol. A capoeira acontece diariamente e, às sextas-feiras e sábados ela precede o futebol dos interlocutores da pesquisa. Quem é responsável pela gestão da quadra é a Secretaria de Esportes, mas, na prática, quem tem as chaves dos cadeados e cuidam de fato da quadra são membros da comunidade. Soube pelos meus interlocutores que até lâmpadas eles tiveram que comprar para conseguirem usar a quadra.

Ouvi também, em algumas entrevistas, relatos sobre a disputa pelo território entre eles – capoeiristas brasileiros e migrantes bolivianos –, mas não noto rivalidade naquele momento. Eles são simpáticos e me chamam pra roda. Eu fico com receio dos meus interlocutores não gostarem da minha interação e agradeço, declinando do convite. Acho bobagem logo que faço isso, mas sustento e prefiro não arriscar. Já tinha conseguido estabelecer um vínculo e acabei me solidarizando na disputa pelo território.

A partir do horário estabelecido para o futebol de migrantes bolivianas e bolivianos, quase não vejo nacionais na quadra. Em um único dia entre os que estive lá vi três brasileiros,

de passagem. Cientes dessa conquista, eles se sentem à vontade no horário que entendem a quadra como territorialidade de bolivianas e bolivianos. Usam o espaço não só para diversão, mas, também, para discutir questões interessantes ao grupo migrante (Figura 34). As reuniões são orientadas pelo líder escolhido por eles, que os representam oficialmente quando assim se faz necessário.

FIGURA 34 – **Reunião entre os bolivianos nas arquibancadas da quadra do Bairro Conjunto Henrique Sapori, em Ribeirão das Neves-MG**

Fonte: Foto: Juliana Carvalho Ribeiro. Banco de imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP, 2019).

O sabor da Bolívia não está apenas no uso da língua natal, nos rostos com traços semelhantes, ou nas brincadeiras que fazem entre eles. Um casal vende as deliciosas tucumanas (Figura 35).

FIGURA 35 – **Quadra do bairro Conjunto Henrique Sapori, em Ribeirão das Neves-MG**

Tucumanas vendidas por um casal de bolivianos na quadra do Bairro Conjunto Henrique Sapori, em Ribeirão das Neves-MG

Fonte: Foto: Juliana Carvalho Ribeiro. Banco de imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP, 2019).

Flora e eu nas arquibancadas na quadra do Bairro Conjunto Henrique Sapori, em Ribeirão das Neves-MG

Fonte: Foto: Lucília Marinho Moreira. Banco de imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP, 2019).

Eu não resisto. Eles chegam e eu corro para garantir as minhas. Todos compram. São deliciosas! Ao custo – para lá de justo, uma vez que são enormes – de R$ 2,50, você pode se deliciar com estas empanadas. Identifico a carne, as batatas, as ervilhas, um toque de pimenta, e meia rodela de ovo. Acho super curioso o uso do ovo desta forma: ali, no meio da tucumana, sem picar. E delicioso! O casal ainda faz um molho especial. Eles explicam como fazem e insistem ser um molho simples. Afirmam parecer a nossa maionese. Mas é muito melhor! É perfeito! Alimenta e deixa um gosto de "quero mais". Como algumas e levo tantas outras para casa. Meu tio-pai, tivovô Dandam, não me deixaria entrar sem elas.

E é com um sabor especial que vivo esse último dia desta etapa dos trabalhos de campos na quadra em Ribeirão das Neves-MG. Ele deixa ainda mais saudades do que os outros. Naquele espaço público, bolivianas e bolivianos na RMBH-MG vivem, nos seus momentos de lazer, o seu mundo, e é nessa perspectiva que nesta pesquisa se elabora o termo "territorialidade quadra-mundo" para identificar, nomear e conceituar esse espaço apropriado e os momentos vividos nele e por meio dele entre os sujeitos da pesquisa. Ali, esses sujeitos se fazem presentes e são notados pelos nacionais.

Cada vez mais à vontade entre eles, sinto-me quase pertencente àquela "quadra-mundo". Entro no mundo deles. Escuto. Reflito. Aprendo com eles. Tento entender os processos, as redes, a vida daquela população. Termino o dia feliz, com minha amiga-irmã compartilhando comigo essa conquista (Figura 35).

Satisfeitas com as entrevistas que conseguimos, Rosana e eu entendemos que é importante voltar as energias, agora, para as transcrições. Antes de voltar para casa, porém, resolvo explorar um pouco o bairro Barro Preto (Figura 36), principal destino das peças costuradas pelos meus interlocutores. Já estamos em 23 de julho de 2019. Sigo para suas ruas com um roteiro preparado para aplicar junto aos lojistas que se dispuserem a colaborar com a pesquisa. Não tenho maiores esperanças de ouvir deles como é o processo de contratação do trabalho migrante. Por outro lado, não tenho o que perder.

FIGURA 36 – B**airro Barro Preto, em Belo Horizonte-MG**

Fonte: Foto: Juliana Carvalho Ribeiro. Banco de imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP, 2019).

Há muitos anos não ando por ali, sobretudo com o olhar que tenho agora. Retomo a minha pergunta que norteou o início da pesquisa de campo: "Você costuma ver bolivianas e bolivianos circulando por aqui?". Todas as pessoas pelas quais eu passo são interpeladas por mim. Entro nas lojas. Nelas, primeiro pergunto se bolivianas e bolivianos costuram para aquele estabelecimento. Emendo a esta pergunta a tal pergunta básica, se eles são vistos circulando pelo bairro. Todos negam. Nunca viram bolivianas e bolivianos. Como?

Uma funcionária de uma loja oferece uma explicação possível. Segundo ela, há aproximadamente dez a quinze anos, viam-se muitos bolivianos nas ruas do Barro Preto, além de haver muitas confecções ali, mas, ainda de acordo com ela, essas confecções não existem mais, tendo se transformado em lojas multimarcas. É a explicação que ela tenta apresentar para o fato de ela não ver mais bolivianos circulando pelo bairro.

Saio desta loja e vejo que estou próxima ao Edifício Mondrian – ou Mondrian Trade Center, como é anunciado em sua placa na entrada. Localizado à rua Mato Grosso, 539, ele é um dos destinos que planejei para esta minha visita ao Barro Preto. Na sua propaganda, ele é apresentado como o shopping mais tradicional do Barro Preto. É justamente esta tradição que me leva até ele. Tenho esperanças de encontrar nele lojistas que contratam bolivianas e bolivianos para costurar suas peças e que aceitem participar da pesquisa respondendo às perguntas do meu roteiro.

Um panfleto disponível na recepção do edifício o apresenta como o "melhor e mais moderno centro de compras especializado em pronta entrega de Minas Gerais". Ressalta ainda que "com 28 anos de história, é um ponto de parada obrigatória das excursões de lojistas e revendedores que procuram as novidades das tendências da moda mineira".

Digamos que ele não seja mais o sucesso que já foi um dia. Está longe de ser referência em Minas para lojistas e revendedores, como promete o panfleto de divulgação. Apesar de já ter passado na porta dele diversas vezes, eu nunca havia entrado. Assusto-me com o seu tamanho. São muitos andares! Os três primeiros têm quase 50 lojas, cujo acesso acontece por escadas rolantes. O andar seguinte abriga a administração e um

salão para desfiles e convenções. A partir do andar pilotis, há outros 13 andares, com quase 150 lojas. Os 3 elevadores panorâmicos, uma cúpula de acrílico que permite ambiente naturalmente claro, e algumas plantas testemunham um requinte, hoje, subaproveitado. São poucas as lojas que se encontram abertas, e o trânsito de pessoas é quase insignificante.

Saio dali surpresa com o que encontro. Continuo na busca por qualquer pessoa que me fale que vê meus interlocutores pelo bairro, que contrata seus serviços, qualquer sinal. As respostas não mudam. Ninguém os vê. Eles não existem para aquelas pessoas. Ou elas não querem falar deles.

Sinto, nas negativas, receio. Sinto que aquelas pessoas não estão falando a verdade. Todos afirmam que eles não circulam por ali, mas não foi isto que os entrevistados falaram, já que todos que trabalham com costura afirmaram, sem exceção, produzir para lojas localizadas no Barro Preto e no Prado.

Começo a tentar encontrar explicações para aquilo tudo. As peças não estavam encaixando. Uma possibilidade é eles terem negociado trabalho na chegada deles na RMBH-MG, que coincide com essa ocupação do bairro pelas confecções e, uma vez contratados, não tiveram que voltar, já que muitos disseram que os cortes são levados até eles em Ribeirão das Neves-MG. Segundo relato de vários entrevistados, eles costuram para fábricas (nome usado por eles quando eles se referem às confecções) do Barro Preto, mas os cortes são levados até eles, em suas casas e, depois, recolhidos, por alguém da própria fábrica. Visto isso, colocam-se algumas possibilidades: ou essas confecções existiram ali e mudaram de lugar e eles desconhecem essa mudança por não terem que ir até elas, ou elas continuam existindo ali, mas todos negaram serem contratantes dos serviços de migrantes bolivianas e bolivianos para se protegerem de possíveis irregularidades cometidas nas contratações.

Esta última possibilidade ganha força quando consigo contato com uma dona de confecção e ela se mostra bastante nervosa ao longo da nossa conversa. Ela explica que nunca contratou trabalho migrante, mas que já teve inúmeras oportunidades. Segundo ela, a costura deles não é fina, e o preço que eles pedem é muito alto. Ela chegou a exemplificar, dizendo que eles pedem 25 reais por peça de tricoline, desqualificando

esse tecido e explicando que a sua costura é subvalorizada frente ao brim ou jeans. Ela ainda diz que eles são muito desconfiados e não aceitam as propostas que são oferecidas. Encerra a conversa muito alterada, e ajuíza que eles vieram com uma ilusão de valor de trabalho que não existe.

Com esta conversa e todas as negativas que tive, vejo que não adianta mais buscar os relatos que eu queria encontrar. A tarde já está quase no fim e eu sinto o cansaço. Resolvo ir embora. No caminho de volta, em frente ao Mercado Central, no cruzamento da avenida Amazonas e da rua Santa Catarina, vejo uma loja que vende máquinas de costura, chamada Mak Máquinas (Figura 37).

FIGURA 37 – **Loja especializada na venda de máquinas de costura, Belo Horizonte-MG**

Fonte: Foto: Juliana Carvalho Ribeiro. Banco de imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP, 2019).

A loja vende máquinas de costura de todos os tipos. Resolvo entrar. Circulo pela loja. Observo variadas marcas, preços e modelos. São muitas as opções.

Entro. Um vendedor vem me atender, sorrindo. Apresento-me a ele e explico sobre a minha pesquisa. Mal acabo de falar e ele confirma que muitos dos seus clientes são bolivianos. Finalmente alguém tem coragem de falar sobre meus interlocutores. E em detalhes. Ele conta que alguns chegam a pagar à vista, para aproveitar o desconto que é oferecido nesta situação, mas que a maioria paga em parcelas, divididas no cartão de crédito. Fala também que os cadastros têm como endereço Ribeirão das Neves-MG e me dá a dica: "é lá que eles estão, moça; eles costuram pro Barro Preto, mas não moram aqui não". Agradeço a dica e não penso em mais nada para perguntar. Saio feliz com a nossa conversa.

Chego em casa e vejo que meus dias em Belo Horizonte estão chegando ao fim. Por termos conseguido um número razoável de entrevistas, Rosana já me autorizou a voltar casa, para fazer as transcrições de lá. Escrevo novamente para ela. Sempre muito gentil e altruísta, Rosana percebe que estou com e saudades do meu canto, e me incentiva, naquele momento, a voltar para casa. Deixa-me tranquila para retornar, dizendo que analisaríamos o que tínhamos conseguido e retomaríamos os campos caso julgássemos necessário.

Antes de voltar para casa, busco, desesperadamente, marcar uma conversa com a Ângela, a líder comunitária do bairro Veneza mencionada tanto pela funcionária da Prefeitura quanto pela Ana. Ambas falaram da importância desse encontro, ressaltando que ela já recebeu, por mais de uma vez, denúncias de exploração de trabalho migrante de forma análoga à escravidão. Eu precisava entrevistá-la! Os contatos que tenho dela não atendem. As mensagens não chegam aos números de telefone que tenho. Resolvo recorrer a todos que conheci em Ribeirão das Neves-MG. Peço a ajuda deles para encontrá-la.

Marco minha volta para casa para o dia 27 de julho de 2019. Já quase sem esperanças de essa entrevista acontecer, envio, como uma última tentativa, na manhã do dia 26, mensagens para o Ronaldo, para a Ana e para a funcionária da Prefeitura. Ninguém consegue encontrá-la. Ronaldo, o anjo, que

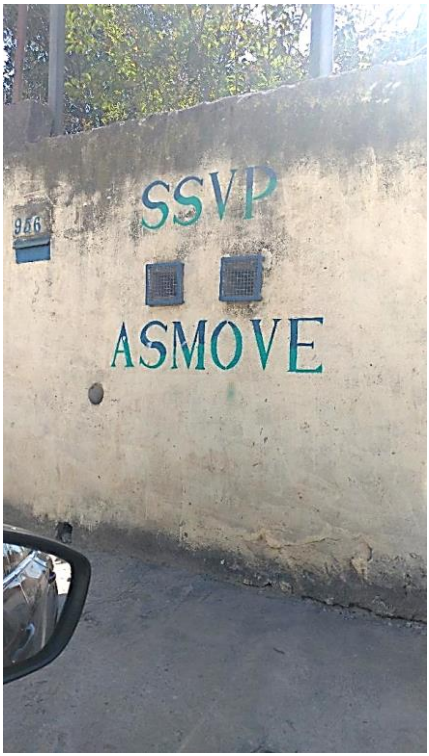
já tinha ido algumas vezes na associação de moradores do bairro Veneza tentar encontrá-la, resolve ir até a casa dela. Finalmente ele a encontra e ela se dispõe a me receber ao meio-dia.

Ele me liga e meu coração para mais uma vez. Consegui a entrevista que eu tanto queria para enriquecer os trabalhos de campo e o material para reflexão. Mal podia acreditar. Desespero-me. Tinha menos de uma hora para chegar lá, em um horário de trânsito intenso. Saio enlouquecida de casa dos meus tios. Envio áudios pelo WhatsApp para o Ronaldo, dizendo que estou a caminho, e ele demonstra preocupação, pedindo para que eu vá devagar. Lembro-me da Rosana. Ela sempre tem essa mesma preocupação. Vejo-me rindo, feliz pela entrevista, imaginando que ela também ficará feliz quando souber. Não tive tempo sequer de avisá-la que estava indo. Voando! Mesmo assim, eu sabia que me atrasaria, mas não podia perder aquela oportunidade.

Chego à antiga Associação de Moradores do bairro Veneza às 12h30. Peço um milhão de desculpas pelo previsto atraso. Ângela me recebe com um largo sorriso no rosto. De uma simpatia sem igual, ela me convida para conhecer onde fora a sede da Associação. Pergunto a ela o que significam as siglas pintadas no muro (Figura 38) e ela explica toda a história daquele lugar.

Ângela explica que o SSVP se refere à Sociedade São Vicente de Paula, e ASMOVE refere-se à Associação de Moradores do Veneza. Ela ainda conta que aquela casa pertence à Sociedade São Vicente de Paula, e faz questão de explicar toda a estrutura. Em detalhes, ela esclarece que ali funciona o Conselho Particular São Francisco de Assis, que é uma parte da Sociedade São Vicente de Paula. Este Conselho Particular São Francisco de Assis se reúne duas vezes por mês para prestar contas do que cada segmento fez pelas famílias durante aquele período. No passado recente, em 2009, a Associação de Moradores do bairro Veneza firmou uma parceria com o Conselho Particular São Francisco de Assis. O maior objetivo da parceria era aproveitar aquela casa como sede para a Associação. Assim, naquele espaço físico, poderiam oferecer, por exemplo, cursos para os moradores do bairro.

FIGURA 38 – **Muro na entrada da antiga sede da Associação de Moradores do bairro Veneza, em Ribeirão das Neves-MG**



Fonte: Foto: Juliana Carvalho Ribeiro. Banco de imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP, 2019).

Porém, o contrato venceu em maio de 2019 e, segundo líder comunitária, a pessoa responsável pelo CNPJ do Conselho não quis renovar a parceria. Com determinação, ela diz que está organizando outro espaço, na sua própria casa, até conseguir uma nova parceria ou um novo espaço.

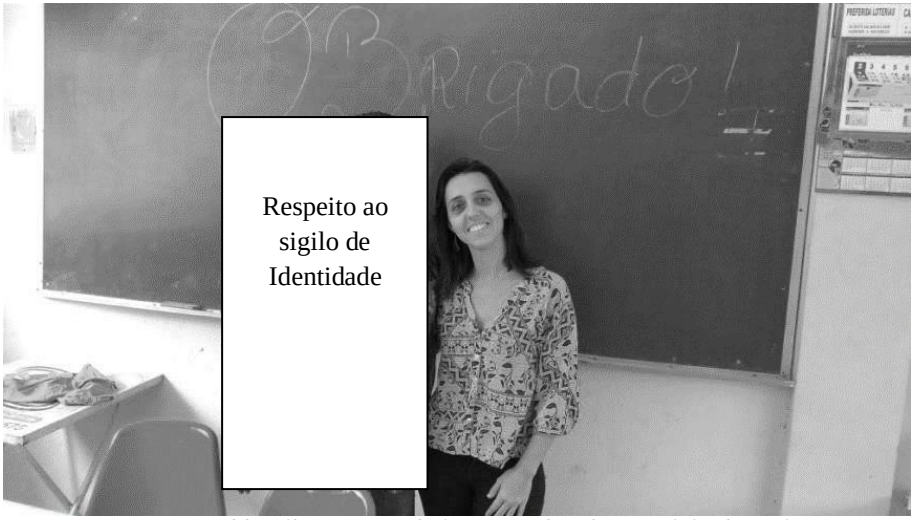
De qualquer forma, ela permanece com as chaves e tem amplo acesso às instalações. Não vejo ninguém ali além de nós e ela me explica que o espaço é usado apenas para as reuniões

quinzenais. Subimos as escadas e nos sentamos à mesa de uma sala ampla, nitidamente organizada para fazer estas reuniões.

Ângela explica que ali acontecem as reuniões das conferências do Conselho. Conversamos longamente. Ela expõe, com emoção, as denúncias que recebeu de bolivianas e bolivianos, que, segundo ela, afirmaram serem vítimas de exploração do seu trabalho migrante de forma análoga à escravidão. Gravo nossa conversa e entendo a importância daquele relato confirmando denúncias que eu também recebi em algumas das entrevistas.

Acabamos a nossa conversa com ela contando sobre o seu sonho: construir um centro de apoio comunitário, onde ofereceriam creche, cursos profissionalizantes, atividades para terceira idade, quadra desportiva. Com simplicidade, ela diz que tem até a planta, mas não tem o dinheiro para comprar o lote. Brincando ser esse só um detalhe, rimos. Não posso ir embora sem expor toda a minha admiração. Peço uma foto nossa (Figura 39).

FIGURA 39 – **Ângela e eu na sala de reuniões da Sociedade São Vicente de Paula, no bairro Veneza, em Ribeirão das Neves-MG**



Fonte: Foto: Ronaldo Silva. Banco de imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP, 2019).

Descemos. Ângela mostra, então, o pátio – onde noto alguns objetos com inscrição da Associação de Moradores –, e a parte de baixo da casa – que era usada pela Associação. Na parede, a inscrição SSVP, e, na porta, um adesivo da Associação de Moradores.

Entramos por esta porta, e chegamos na sala usada para guardar doações que seriam redirecionadas a moradores mais necessitados. Algumas doações ainda estavam lá, em um dos cantos. Na parede oposta, quadros com imagens da Igreja Católica. Respeitando sua fé, ela apresenta cada uma delas com um sorriso no rosto. Esta sala dava, finalmente, para uma cozinha – feita com a verba de uma parceria com o Programa Mediação de Conflitos.

Orgulhosa, Ângela enumera conquistas da Associação de Moradores: máquinas de costura, armários, fogão, geladeira, freezer. Pergunto como eles conseguiram tudo aquilo e ela conta sobre as verbas, entre elas a que conseguiram junto a uma deputada. Mostra melhorias que conseguiram fazer naquele espaço. A cozinha é do que ela mais se orgulha. Segundo ela, a ideia de construir a cozinha surgiu pela demanda por cursos profissionalizantes, sobretudo para mulheres. O propósito era atenuar a violência contra a mulher, empoderando-as e fortalecendo-as financeiramente.

Não poderia fechar esta etapa da pesquisa de forma melhor: conhecendo uma mulher como a Ângela, que tem uma linda história, sobretudo por ter a coragem que poucos têm de ajudar migrantes em situação de exploração de trabalho de forma análoga à escravidão a sair desta condição.

O pós-campo

Volto para minha casa ansiosa para continuar as transcrições e trabalhar nelas. São muitas horas de entrevistas gravadas e as horas no computador são incontáveis.

Em meio a este processo, o calendário já marca 06 de agosto. É o Dia da Independência da Bolívia. Meus interlocutores preparam uma festa. Não poderia ser em outro lugar. Ela acontece na quadra Maura Pereira Andrade, a “quadra-mundo” da comunidade boliviana na RMBH-MG. Inicialmente, eles não

conseguiram autorização da Secretaria de Esportes do município de Ribeirão das Neves-MG. Mas tinha que ser ali. É simbólico. E eles não desistiram enquanto não conseguiram a liberação. Quando soube por uma das interlocutoras que seria lá, fiquei imensamente feliz. Sei da importância daquilo para eles.

Tal como a festa tinha que ser na "quadra-mundo", para eles não havia melhor maneira de comemorar do que com o seu futebol-resistência. Desta vez, além do que já é corriqueiro – campeonato (Figura 40) com disputas entre times masculinos e times femininos, Ronaldinho apitando, e a arquibancada repleta de migrantes atentos aos jogos –, um grande troféu foi providenciado. E, mesmo sendo uma terça-feira, estavam todos lá, às 10h00, para começar a festa.

Sobretudo neste dia, o sabor da Bolívia não pode faltar. A festa pede comidas típicas, e um delicioso almoço é organizado. E, registrando a influência brasileira, um bom churrasco não podia faltar.

Fila para saborear comida boa, com gosto de saudade. Lembro de uma fala que ocorreu na primeira entrevista que fiz com um representante da comunidade boliviana na RMBH-MG: "nosso corpo tá aqui, mas a nossa alma estará sempre lá". As delícias se estendem até as 20h00, quando esse gostinho de Bolívia tem que voltar a dar lugar à rotina difícil da vida migrante.

Em São Paulo-SP, a festa para comemorar a independência da Bolívia é diferente. Ela não tem o intimismo da festa dos meus interlocutores. Segunda casa da comunidade boliviana, São Paulo não comporta esta intimidade. Curiosa, vou conferir. Um fim de semana inteiro de festa. Nos dias 10 e 11 de agosto, a partir das 8h30, a enorme comunidade boliviana se reúne no Memorial da América Latina (Figura 41). Uma festa linda, que promete música ao vivo, comidas típicas, artesanato, dançarinos. Promete e cumpre. Tudo é lindo demais! As atrações folclóricas roubam a cena. A emoção das pessoas que desfilam contagia aos que assistem. Os estandartes colorem a festa. Os tambores e demais instrumentos musicais aceleram os batimentos de todos os presentes.

FIGURA 40 – **Fotos do campeonato para comemorar o Dia da Independência da Bolívia – Ribeirão das Neves–MG**

Jogo entre bolivianos em Ribeirão das Neves-MG, em campeonato para comemorar o Dia da Independência da Bolívia. Foto: Ronaldo Silva. Banco de imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP, 2019).

Jogo entre bolivianas em Ribeirão das Neves-MG, em campeonato para comemorar o Dia da Independência da Bolívia– Ribeirão das Neves – RMBH/MG. **Fonte:** Foto: Ronaldo Silva. Banco de imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP, 2019).

Arquibancada. **Fonte:** Foto: Ronaldo Silva. Banco de imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP, 2019).

Troféu do Campeonato. **Fonte:** Foto: Ronaldo Silva. Banco de imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP, 2019).

Almoço no dia do campeonato**. Fonte:** Foto: Ronaldo Silva. Banco de imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP, 2019).

FIGURA 41 – **Fotos do dia da comemoração do Dia da Independência da Bolívia, São Paulo-SP**

Fonte: Foto: Juliana Carvalho Ribeiro. Banco de imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP, 2019).

Comidas típicas bolivianas vendidas na festa em comemoração ao Dia da Independência da Bolívia em São Paulo-SP. **Fonte:** Foto: Juliana Carvalho Ribeiro. Banco de imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP, 2019).

Artesanatos. **Fonte:** Foto: Juliana Carvalho Ribeiro. Banco de imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP, 2019).

Apresentação folclórica. **Fonte:** Foto: Juliana Carvalho Ribeiro. Banco de imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP, 2019).

Se a organização e a grandiosidade da festa me impressionam, tomo um grande susto ao avistar um estande de venda de máquinas de costura (Figura 42). Aproximo-me e converso com um dos vendedores.

FIGURA 42 – **Família boliviana avaliando máquinas de costura à venda na festa em comemoração ao Dia da Independência da Bolívia em São Paulo-SP**

Fonte: Foto: Juliana Carvalho Ribeiro. Banco de imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP, 2019).

O vendedor conta o quão interessante é para a empresa a exposição para venda no dia da comemoração pela independência. Segundo ele, há cinco anos eles marcam presença nas festas bolivianas e o sucesso é garantido. Como o porte da festa é cada vez maior, as compras aumentam a cada ano. Os bolivianos são apontados como bons pagadores, e o vendedor conta que muitos pagam à vista para aproveitar o desconto oferecido, enquanto outros parcelam em poucas vezes no cartão de crédito.

Despeço-me do simpático vendedor – que pensa que quero comprar máquinas de costura –, para continuar minha observação. Nesta festa, tudo me impressiona. Nela é possível ter a dimensão desta que é a maior comunidade latino-americana

em São Paulo. Quanto mais tarde é a apresentação, maior é o seu requinte. Quem assiste, tem o prazer de colorir o seu fim de semana com os 18 grupos folclóricos. Com roupas minuciosamente idealizadas, eles encantam junto aos ritmos das danças bolivianas.

Até mesmo quem passa pela Praça Cívica, onde acontece a festa, pode ver a linda festa. Cruzando a avenida pela passarela (Figura 43), bolivianas e bolivianos ocupam a Praça Cívica para mais um desfile. Meu encantamento acompanha-me até o último minuto em que estive na festa. Não tinha lugar melhor e mais simbólico para abrigar este evento. Emociono-me ao ver aquelas pessoas ali, tão felizes e cheias de orgulho, comemorando a independência do seu país, abrigados pela imponência da escultura-símbolo do Memorial, criada por Niemeyer para lembrar a luta pela liberdade dos povos irmãos da América Latina.

Volto meu pensamento para os meus interlocutores na RMBH-MG. Eles são luta, eles são resistência. Como teriam gostado de estar ali também, naquele dia, fortalecidos pela escultura-símbolo do Memorial da América Latina! Vendo a identidade no olhar das pessoas naquela festa, penso no prazer e no orgulho que teriam se estivessem ali, comemorando com aquela multidão a independência da Bolívia. Lembro-me da frase mais marcante que ouvi nesses dias intensos em Minas: “o corpo está aqui, mas a alma nunca saiu de lá”. Sim! Dá para sentir.

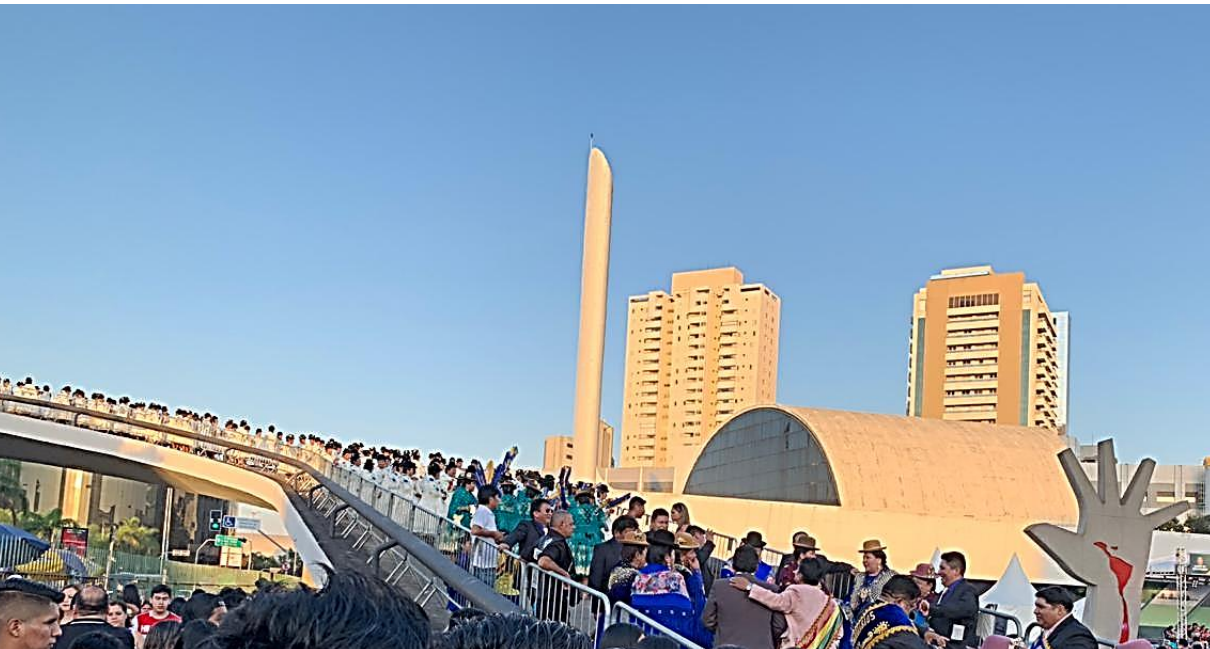


FIGURA 43 – **Bolivianas e bolivianos cruzando a passarela em direção à Praça Cívica para sua apresentação na festa em comemoração ao Dia da Independência da Bolívia em São Paulo-SP**

Fonte: Foto: Juliana Carvalho Ribeiro. Banco de imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP, 2019).

CAPÍTULO 4

TERRITORIALIDADES MIGRANTES: NARRATIVAS BOLIVIANAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE-MG

Territórios circulatórios: percursos da imigração boliviana até a RMBH-MG

A ambiguidade geográfica vivida por migrantes marca a trajetória desses sujeitos, uma vez que a dúvida entre ficar ou partir, tão forte no início do processo, dificilmente os abandona. Esses sujeitos veem que não tinham maiores opções a não ser deixar sua terra natal. No caso de bolivianas e bolivianos, a falta de alternativas remonta a seus antepassados, o que acaba por ser uma das marcas de identidade cultural. Há um histórico de gerações e gerações que deixam a Bolívia para tentar construir um novo lar fora da sua origem:

> Las nuevas colonias bolivianas parecerían seguir los senderos trazados por las familias mitimaes[42], aunque esta vez extendiendo la dinámica doble de sus idas y venidas hacia un nuevo escenario, el de un archipiélago de pisos ecológicos transnacionales en tiempos de globalización. Sus comunidades o ciudades de origen, sustituidas en términos de residencia por Washington DC, Madrid, Buenos Aires y otras urbes, también podrían cumplir la función que para aquellos viajeros ejercían las cabeceras étnicas cercanas al lago sagrado. Los desplazamientos en función a un centro permanente continúan. Continúa también la necesidad del retorno multifacético hacia la tierra abandonada[43] (DE LA TORRE ÁVILA, 2004, p. 39).

---

[42] Mitimaes eram grupos familiares indígenas, separados de suas comunidades pelo Império Inca e, segundo Zanolli (2003), eles contribuíam para a estrutura militar. De la Torre Ávila (2004, p. 36-37), por sua vez, busca a essência migratória da população boliviana voltando aos primórdios das culturas andinas, que, segundo ele, contavam com "[...] migrantes regulares que tenían la misión de viajar [...] para acceder a tierras fértiles y productos alimentarios no propios de las alturas. [...] se había encontrado [...] evidencia empírica más que suficiente sobre cómo esas culturas andinas [...] contaban con grupos en continuo desplazamiento llamados mitimaq, mitimaqkuna o mitimaes, que ejercían funciones de conquista y colonización". O autor ainda defende "aspectos que hacen entender por qué podría ser atinado hablar de mitimaes cuando se describe a las actuales poblaciones migrantes de nuestros territorios, incluso hacia el espacio transnacional" (DE LA TORRE ÁVILA, 2004, p. 38).

[43] As novas colônias bolivianas parecem seguir os caminhos traçados pelas famílias mitimaes, embora desta vez estendendo a dupla dinâmica de suas idas e vindas em direção a um novo cenário, o de um arquipélago de pisos ecológicos transnacionais em tempos de globalização. Suas comunidades ou cidades de origem, substituídas em termos de residência por Washington DC, Madri, Buenos Aires e outras cidades, também poderiam cumprir a função que as cabeças étnicas próximas ao lago sagrado exerciam para esses viajantes. Os deslocamentos baseados em um centro permanente

E, desta forma, foram sendo formadas comunidades bolivianas transnacionais, representantes das migrações internacionais que buscam ascensão social a partir da migração. A fluidez dessas migrações recentes ocorre pelos avanços nos meios de comunicação e transporte – que facilitam o seu alcance internacional –, e seus sujeitos se territorializam, cada vez mais, em espaços no Sul Global.

O atual fenômeno migratório internacional é marcado, portanto, pela intensificação das migrações Sul-Sul[44] (BAENINGER et al., 2018; 2015; 2014; 2013; PHELPS, 2014) e estas migrações Sul-Sul seguem alcançando novos espaços. Neste processo, elas revelam "territórios circulatórios" (TARRIUS, 1993) – territorialidades produzidas pelos e nos circuitos transnacionais de populações migrantes, sendo uma expressão da necessidade de integração entre esses sujeitos que deixaram suas origens para serem força de trabalho e viverem suas vidas em terras distantes –, materializando o global no local.

Por constituir uma das maiores economias e populações da América Latina, condição que se traduz em um amplo mercado consumidor, o Brasil passa a atrair, de forma cada vez mais intensa, o capital financeiro internacional. Consequentemente, migrantes transnacionais também são atraídos, e se apresentam como força de trabalho para estas empresas. Desta forma, o Brasil amplia sua presença entre as rotas desses fluxos migratórios que, posteriormente, também são agregadas à força de trabalho para empresas nacionais ou até mesmo locais, como o caso de bolivianas e de bolivianos acessados por este estudo e que vivem e trabalham na RMBH-MG.

Esta atratividade se verifica para o Brasil, apesar de ele não se apresentar como o país desejado primeiramente, mas como o país possível no âmbito da geopolítica global das migrações internacionais (BAENINGER et al., 2018). Entender os atuais processos migratórios exige ver o Brasil como país de

---

continuam. A necessidade de um retorno multifacetado à terra abandonada também continua (DE LA TORRE ÁVILA, 2004, p. 39; tradução nossa).

[44] A intensificação das migrações Sul-Sul foi discutida de forma mais aprofundada no primeiro capítulo deste livro, em sua segunda sessão, intitulada "Migrações Sul-Sul e os novos fluxos migratórios".

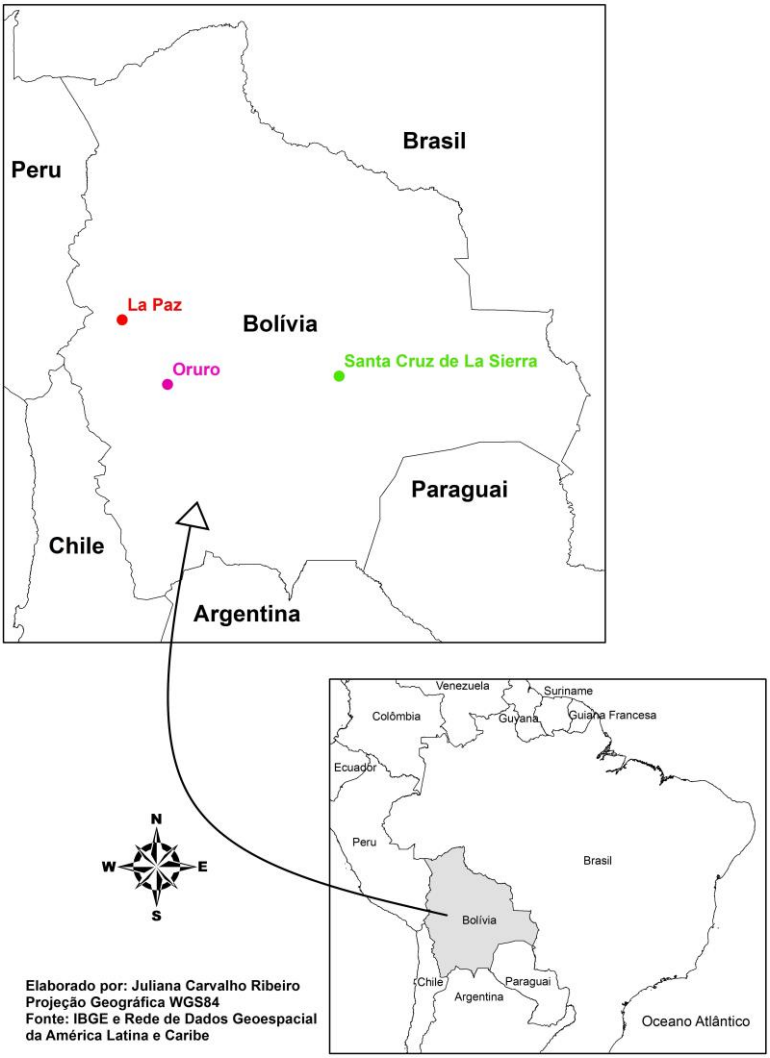
trânsito, compondo os "novos espaços de circulação migratória" (PELLEGRINO, 2003).

> Há autores, como Nugent (1995), que sustentam, por exemplo, que o Brasil somente se incluiu entre os mais importantes países receptores da imigração em massa — ao lado dos Estados Unidos, da Argentina e do Canadá — graças à imigração subsidiada promovida institucionalmente pelo governo paulista. Ou pense-se, ao contrário, nas restrições impostas por governos europeus à própria imigração subsidiada para o Brasil (Decreto Prinetti na Itália, por exemplo). Constrangimentos ou favorecimentos desse tipo, associados às diferentes doutrinas ideológicas que acabam constituindo a carne e o osso das políticas migratórias para qualquer período ou nação, certamente conformam a face institucional dos processos migratórios (TRUZZI, 2008, p. 213).

Enquanto o Brasil ganha relevância entre os nós das migrações internacionais, a imigração boliviana se destaca entre os novos fluxos que chegam ao País. Dentre uma série de fatores que justificam a intensificação da emigração da Bolívia, chama-se atenção para a precarização das condições de vida da sua população por questões políticas[45] e econômicas – que tiveram como consequência a indisponibilidade de trabalho no país –, bem como ao alcance e aos desdobramentos da globalização. Os sujeitos da pesquisa, em sua maioria, têm sua origem em La Paz, de onde saíram 83% dos entrevistados. De Santa Cruz de La Sierra, por sua vez, saíram 13% dos interlocutores e, finalmente, de Oruru, saíram os 4% restantes (Mapa 1).

[45] Esta crise política foi citada por diversos interlocutores da pesquisa, que a apresentaram como motivação para deixar o seu país. Trechos dessas citações encontram-se transcritos a seguir, nesta mesma sessão.

MAPA 1 – **Origem dos interlocutores da pesquisa**



Assim ganhou corpo a já histórica exportação de "capital humano" boliviano em condições vulneráveis, e esses sujeitos, em constante busca por ascensão social (DE LA TORRE ÁVILA, 2004), passam a ver no Brasil, a partir das últimas décadas do século 20, oportunidades de melhoria das suas condições de vida. Falando de forma mais específica, está nos

(neoliberais) anos 1990 o grande marco do processo de reterritorialização de bolivianas e de bolivianos no Brasil, uma vez que a presença desses migrantes no País vem aumentando a partir de então. Silva (1997) e Grimson (2005) grifam a intensificação da emigração boliviana para países vizinhos, sobretudo Argentina e Brasil, a partir do final da década de 1980. Explicando a atratividade brasileira, Nobrega (2008, p. 126) aponta que

> En ese cuadro de globalización, en el que la protección del Estado a la producción local fue significativamente reducida, la competencia entre las unidades productivas localizadas en diferentes países y continentes tornó al mismo tiempo posible y necesaria la búsqueda de factores de producción que impliquen menores costos y posibiliten mayores ganancias, entre los cuales se incluye la mano de obra. [...] En ese escenario, el trabajo de los inmigrantes bolivianos – que ingresan frecuentemente de manera irregular y permanecen sin acceso a derechos de trabajo o políticos – significa un medio de reducir gastos en salarios e impuestos y, así, asegurar ganancias más elevadas y precios más competitivos[46].

Baeninger (2012c, p. 15), debruçando-se sobre a relação do Brasil com a Bolívia, ressalta a importância dos anos 1990 para a análise da presença da imigração boliviana no País:

> No caso da imigração boliviana, do estoque identificado pelo Censo Demográfico de 2000 (20.388 pessoas), apenas 10% haviam chegado antes dos anos 1960 (2.658 bolivianos e 2.594 entre 1960-1969), marcando a importância desse movimento migratório desde os anos 1970 (3.263 imigrantes entre 1970-1979), sendo que 7.700 chegaram depois de 1990.

[46] Nesse contexto de globalização, em que a proteção do Estado à produção local foi significativamente reduzida, a competição entre as unidades produtivas localizadas em diferentes países e continentes tornou ao mesmo tempo possível e necessária a busca de fatores de produção que impliquem menores custos e possibilitem maiores lucros, entre os quais se inclui a mão-de-obra. [...] Nesse cenário, o trabalho dos imigrantes bolivianos – que entram frequentemente de maneira irregular e permanecem sem acesso a direitos trabalhistas ou políticos – significa um meio de reduzir gastos em salários e impostos e, assim, garantir maiores lucros e preços mais competitivos (NOBREGA, 2008, p. 126; tradução nossa).

Diego, interlocutor da pesquisa residente na RMBH-MG que migrou há 20 anos da Bolívia para São Paulo-SP, demonstra sua percepção acerca do aumento da presença boliviana no País:

> *Esse amigo que veio [conterrâneo que trouxe o interlocutor para o Brasil], ele já trabalhou com um rapaz que chama-se, na época, era dom Alejandro*[47]*, esqueci os outros porque faz tempo, né? Então, a gente trabalhou com eles lá. Ele já veio mais antes. Era um pouco mais antigo, né? Na época [quando o interlocutor migrou para São Paulo, segundo ele, pouco antes de 2000] não tinham assim bolivianos! Era pouquinhos! E eu era um deles aí.*

Além de chamar atenção para uma "recepção crescente" de bolivianas e de bolivianos por parte do Brasil, Baeninger (2012c, p. 15) aponta uma "intensa circulação entre os espaços da migração na origem e no destino". Esta intensa circulação favorece a cooptação de novos migrantes pelos anteriores.

> *Esse amigo que eu te falei. Ele é também boliviano e já tinha aqui quatro meses antes do que eu. Ele veio [para o Brasil] o voltou [para a Bolívia] e aí ele me comentou. E isso tem quase 20 anos já. É muito tempo! Eu saí um pouco novo, não é? Novinho...* (Diego).
>
> *Él amigo que me trouxe, Él já trabajava aquí.* (Enrique).

Desta forma, a chegada de bolivianas e de bolivianos ao País ocorre por meio de "[...] migrações em cadeia [que] surgem [...] como o modo [...] de desenvolvimento de um fluxo migratório para aqueles que não são os pioneiros, os desbravadores de um novo destino" (TRUZZI, 2008, p. 201). Entende-se por migração em cadeia:

> [...] o movimento pelo qual migrantes futuros tomam conhecimento das oportunidades de trabalho existentes, recebem os meios para se deslocar e resolvem como se alojar e como se empregar inicialmente por meio de suas

[47] Nome fictício atribuído a um boliviano mencionado pelo entrevistado.

> relações sociais primárias com emigrantes anteriores (MACDONALD; MACDONALD, 1964, p. 82).

Estas cadeias que conformam as redes migratórias, apesar de não serem a origem e a motivação dos processos de migrações internacionais – estruturados, em sua essência, pelo mercado global –, são fundamentais para intensificá-los. Reforçando a sua relevância, Tilly (1990, p. 84) é categórico ao afirmar que "[...] não são os indivíduos que emigram, mas sim a rede". Nesta teia, a oferta de trabalho sustenta as redes migratórias bolivianas, uma vez que a necessidade de acesso a uma renda melhor se apresenta como gatilho migratório da quase totalidade de bolivianas e bolivianos que saem da sua terra natal para viver no Brasil. A vulnerabilidade marca a vida desses sujeitos desde a Bolívia, e eles tentam mudar essa realidade apostando na emigração, como foi o caso de Luna:

> *Vim direto pra São Paulo. Eu tava na Bolívia desempregada, tinha acabado de sair do hospital, estava doente, e eu não tinha emprego.*

Hinojosa Gordonava (2008) afirma a importância do Brasil entre os nós que definem a rede boliviana transnacional. Seu argumento se embasa nas remessas financeiras que chegam à Bolívia e das quais este país é dependente e, segundo o autor, o Brasil responde por grande parte desses recursos:

> Bolivia, según estudios del BID, el año 2008 recibió por concepto de remesas la suma de 960 millones de dólares estadounidenses provenientes sobre todo de los Estados Unidos de Norteamérica, de España y otros países de Europa, y de Argentina y Brasil. La frecuencia de envío presenta un promedio de 8 veces al año[48] (HINOJOSA GORDONAVA, 2008, p. 104).

Tendo a ascensão social e a consequente melhoria da qualidade de vida – sua e dos seus familiares que ficaram na

[48] "Segundo os estudos do BID, a Bolívia recebeu em 2008 remessas no valor de 960 milhões de dólares, provenientes dos Estados Unidos da América, da Espanha e outros países da Europa, da Argentina e do Brasil. A frequência de envio apresenta uma média de 8 vezes por ano" (HINOJOSA GORDONAVA, 2008, p. 104; tradução nossa).

Bolívia – como motivação, bolivianas e bolivianos emigram para o Brasil.

> *Na verdade (suspiro), acho que ninguém de nenhum país sai assim: 'eu vou allá morar lá!'. Eu acho que ninguém! Eu acho que as pessoas têm uma meta e um propósito... quando eu saí da Bolívia, eu saí com uma ideia assim de mudar a minha vida. De mudar a minha vida e de guardar um dinheiro pra eu me superar* (Álvaro).

Trata-se de um novo fluxo e de uma nova rota. O mundo contemporâneo e a atual mobilidade denotam grande complexidade, sobretudo no que concerne aos percursos de migrantes e aos novos espaços de circulação, o que demanda formulação de novos conceitos. Para dar conta desta complexidade, Sánchez (2012) apresenta o conceito de "trajetória migratória" como ferramenta para compreender a "multiespacialidade da experiência migratória", captando mudanças, continuidades e rupturas no processo histórico da migração. Tarrius (1993, p. 52) também defende um olhar global, que alcança o processo desde a origem, analisando toda a trajetória dos sujeitos migrantes:

> Plusieurs dimensions ou natures de l'acte de mobilité renvoient à des hiérarchies d'espace et de temps. Trois étages spatiaux et temporels constituent toujours les parcours du migrant. L'ordre des espaces signale trois étages territoriaux en discontiguïté: les lieux du voisinage intra-urbain, puis l'étendue de la zone d'accueil, ville et périphéries, et enfin les longs itinéraires qui conduisent d'un lieu d'oriine à celui où l'on observe la venue ou le passage du migrant. La plupart des approches des mobilités spatiales se dimensionnent sur l'un ou l'autre de ces étages, postulant en quelque sorte l'indépendance de l'un par rapport aux deux autres[49].

[49] "Diversas dimensões ou naturezas do ato de mobilidade referem-se a hierarquias de espaço e de tempo. Três estágios espaciais e temporais sempre constituem as rotas do migrante. A ordem dos espaços indica três pisos territoriais contíguos: os locais do bairro intraurbano, depois a extensão da área de recepção, cidade e periferia e, finalmente, as longas rotas que levam de um local de origem até aquele em que observamos a chegada ou a passagem do migrante. A maioria das abordagens sobre a mobilidade espacial é dimensionada em um ou outro desses estágios, postulando de certa forma a independência de um em comparação aos outros dois" (TARRIUS, 1993, p. 52; tradução nossa).

Assim, para compreender a presença boliviana no recorte espacial da pesquisa, busca-se a compreensão da "trajetória migratória" dos interlocutores. "Podemos descobrir o movimento global através dos movimentos particulares" (SANTOS, 2004, p. 270). Para evitar fragmentações e respeitar a interdependência das dimensões espaciais e temporais vividas por estes sujeitos, toma-se em conta todo o processo, desde a sua saída da Bolívia, passando (ou não) por outros espaços da migração (BAENINGER, 1999) boliviana, até a sua reterritorialização na RMBH-MG. A origem e os espaços da migração (BAENINGER, 1999) acessados anteriormente são fundamentais e provocam desdobramentos nas formas de inserção nos espaços de reterritorialização.

Recorre-se aqui às entrevistas para apreender a "trajetória migratória" dos sujeitos da pesquisa. Segundo relatos coletados, a maior parte das entradas desses sujeitos acontece por Corumbá-MS – 83% dos interlocutores –, e uma minoria – 17% – afirma ter transposto a fronteira a partir do Paraguai (Mapa 2).

A entrada por Corumbá-MS, cidade brasileira que faz fronteira com a Bolívia, acontece com o fim de respeitar os trâmites legais para transposição da fronteira:

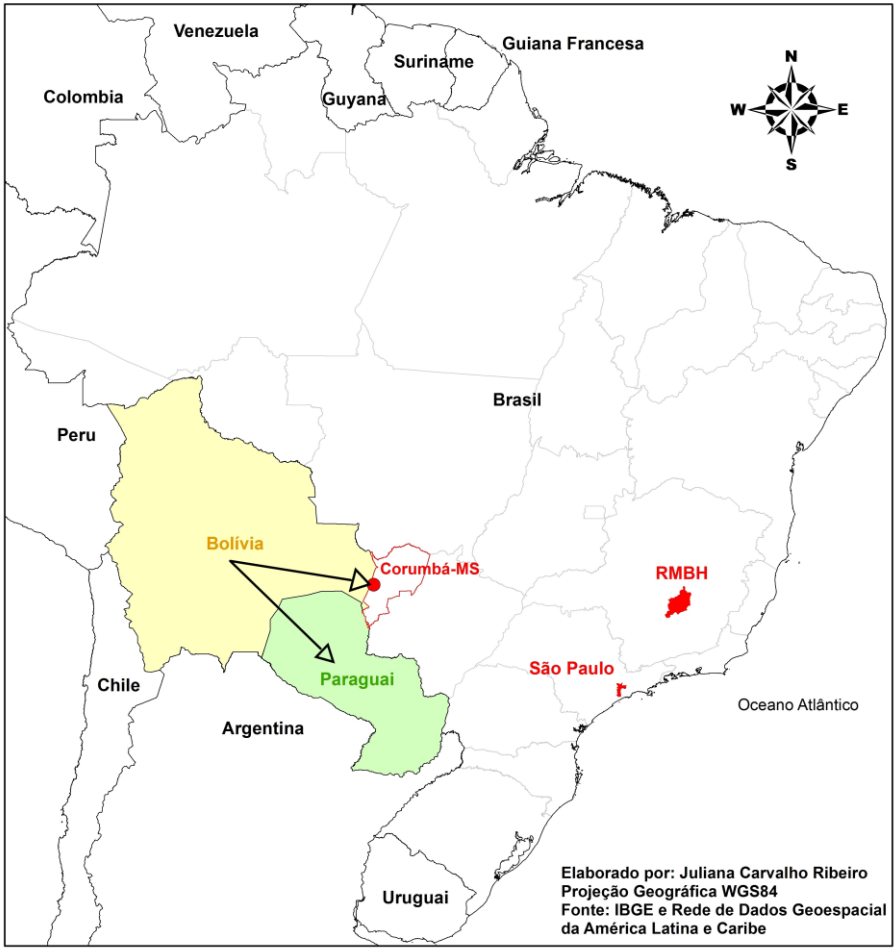
> *Eu saí pra São Paulo. Eu entrou por Corumbá. Eu chegou lá e fez todos os documentos, legalmente. Porque não era tão difícil. Hoje, mais difícil. Eu cheguei lá, passei por Corumbá, Campo Grande [capital do MS], e São Paulo [capital paulista]* (Diego).

> *O pessoal que me ajudou foram meus primos... porque eles foram [...] parece os primeiros [...] que chegaram aqui, no São Paulo. Eles me ajudaram... não uma ajuda directa assim, no... yo já sabia como é assim emigrar a outros países... eu já fui lá na imigração, tirei meu passaporte... tudo legal. Como já tinha meu filho, tinha que ser assim. Tudo legal. Não podia entrar... como passam lá na fronteira... Em Paraguai... no... eu entrei legal. E assim se passa más tranquilo... eu sou assim... tranquilo. Não gosto que ninguém me incomode assim, né? Não causar problemas, também...* (Miguel).

Entramos por Corumbá. Por onde a gente entra, né? Legalmente, a gente entra lá (Paloma).

Eu entrei por Corumbá. Legal. Porto Suárez, Corumbá, para São Paulo (Iago)[50].

MAPA 2 – **Entradas dos interlocutores da pesquisa**



[50] Contribuições de outros migrantes entrevistados: "Eu entrei por Corumbá. Legalmente. Passei pela fronteira e fui para São Paulo. Só depois que eu vim para Belo Horizonte." (Juan); "Entramos por Corumbá, por la frontera. Normal. Con los permisos que tienes para ingresar" (Rúbia).

Mesmo entrando no País legalmente, passando pela Polícia Federal, o receio de não permitirem a sua entrada permeia os sujeitos migrantes. Este receio fica implícito no relato de Álvaro, que sugere a atuação de agentes migratórios comandando a transposição da fronteira, driblando eventuais dificuldades e facilitando a entrada de bolivianas e bolivianos. Ele apresenta diferenças de conduta entre policiais federais, o que sugere que os agentes migratórios sabem com quem estão lidando e a quem devem se reportar para ter menos dificuldades com as entradas.

> *Nós vem com essas pessoas. Dependendo do tempo e dos anos que vem, as fronteiras ficam mais ou menos complicado. E, nesse tempo, era complicado. Nós tinha que esperar uns três dias pra Polícia Federal trocar. Esse pessoal. Porque o outro que tava lá de plantão era muito exigente. Exigia muito. Muita coisa! Então, nós tinha que esperar uns três, quatro dias lá na fronteira, pra renovar aquela coisa lá da Polícia Federal, pra nos facilitar. Porque ele não pedia aquelas coisas que o outro tava pedindo. Nós entramos assim... Entrou por terra e entrou pelo Corumbá* (Álvaro).

Encontram-se ainda, entre os interlocutores, sujeitos que experienciaram a transposição da fronteira a partir do Paraguai, driblando a polícia federal para facilitar a sua entrada, tal como relata Martín:

> *A primeira vez, eu entrei por Paraguai. Agora, depois, que eu entrei por Corumbá mesmo. Aí, tudo legal! Eu vim antes, sem minha família e depois eu voltei para buscar a todos.*

Da mesma forma que Martín, Eva transpôs a fronteira, com sua família, a partir do Paraguai. Seu relato emocionado revela a maneira como muitos migrantes são enganados antes mesmo de chegarem ao Brasil, levados por agentes migratórios – sem qualquer transparência de como se dará o transcurso do processo:

> *Vinimos por Paraguay. Mis hijos tenían tres años. Me dijeron que me fuera de La Paz. Primero nos quedámos en Santa Cruz, en Santa Cruz descansamos un día, y*

> *luego nos fuimos a la ciudad de Paraguay al sur, no... al este! Luego nos quedamos en esta ciudad, nos quedamos dos días, y cruzamos la frontera como si fuéramos ilegales. Entonces, en Paraguay, cruzamos la frontera, y nos revisaron a todos como si fuéramos ladrones. Todos teníamos que sacar las cosas, todas nuestras maletas. Y en mi corazón acabo dije que venimos a trabajar... así que para mí esto era algo que nunca iba a suceder... Nos transportaban de un autobús a otro, a las doce de la noche, como si fuéramos ladrones. Pasamos una semana para llegar aqui [na RMBH-MG]. Caminamos como si fuéramos ladrones y nos escondimos. Todavía no sé por qué fue así, pero teníamos miedo... Mucho assustados de miedo!* (Eva).

Nem sempre as famílias têm a oportunidade de migrarem juntas, como aconteceu com a família de Eva. Na maior parte das vezes, quem migra primeiro é o homem – que, normalmente, é o chefe de família[51]. Eles vêm – a partir de agências migratórias ou convidados por parentes ou amigos – sozinhos, e, depois, esforçam-se pela reunião familiar. O mais frequente é voltarem à Bolívia para buscarem, pessoalmente, esposa e filhos, quando os têm.

> *Llegué hace cuatro o cinco meses que estoy aquí... Vine a probar mi suerte... Vine a ver si funciona y volveré a trae mi familia que está en Bolivia. Para que vivan conmigo aquí, si todo sale bien. Si es mejor aquí, ellos también vienen. [...] Yo vivo con mi primo. Ainda estoy trabajando con mi primo... En un momento, si todo va bien, busco a mi familia para vivir y trabajar con mi familia aquí* (Pablo).

> *[...] eu fiquei allá em Bolívia, meu esposo saiu más antes. Veio a trabalhar em São Paulo. Estava trabalhando... despues ele voltou e nos buscou a todos. E nos trouxe acá. Para São Paulo también. né?* (Paloma).

[51] Ressalta-se que a sociedade boliviana é tradicional e patriarcal, estrutura construída durante a colonização e que também marca a história das famílias das outras ex-colônias americanas, e estes traços são perceptíveis em muitas situações, sendo algumas delas alvo de reflexão deste estudo, logo a seguir, ainda neste subcapítulo.

> *Yo, allí en Bolivia, vivía con mi familia. Es porque primero, antes de que llegara mi esposo. Él había venido a este país, Brasil, y le había gustado Brasil, le parecía hermoso para él... Todavía no habíamos venido, yo no había venido con él. Entonces primero vino él y luego nosotros también venimos. [...] Él llegó a São Paulo por primera vez en 2012, y vino a trabajar. Él necesitaba mucho trabajo y en Sao Paulo tiene más trabajo. Entonces él vino a Brasil* (Rúbia).

> *No começo foi difícil, entendeu? Mesmo assim, depois eu voltei pra lá pra buscar minha esposa e meu menino. Primeiro eu vim sozinho* (Álvaro).

> *Meus filhos nasceu allá, deixei eles e mi esposa e vim aqui, convidado de mi irmão. Trabalhei e não gostei, e... separado de la família, és mucho diferente... fui a buscar a todos em la Bolivia... Voltei de novo em 2010* (Hugo)[52]

Nos casos em que a reunião familiar não acontece, o sujeito migrante encontra nas remessas à sua família que ficou na Bolívia seu grande objetivo de vida. Também nesses casos, as visitas à terra natal ganham destaque em importância. Guarnizo, Portes e Haller (2003) lembram, porém, que não são todos os sujeitos migrantes que criam experiências transnacionais – vinculando, física ou digitalmente, origem e espaço da migração –, uma vez que os capazes de manter relações e comunicação constante com a origem não são nem os mais pobres, nem os que migraram mais recentemente, nem os menos integrados à sociedade. Este vínculo requer tempo de migração, requer condições sociais – como educação e informação – que permitam essa conexão, além de condições financeiras razoáveis que permitam esses trânsitos. Mesmo quando todo o núcleo familiar migra, entes queridos ficam na Bolívia, fazendo das remessas e das visitas à terra natal também muito importantes:

> *Nesse último final de año a gente foi lá, né? A família fica sempre perguntando quando que a gente vai voltar... Aí a gente falou assim: 'daqui a três años'. Se a gente der certo, essas coisas aí, a gente pretende ir lá, né? E se não*

[52] Martín corrobora os demais interlocutores: "Eu vim antes, sem minha família e depois eu voltei para buscar a todos".

> *der certo, a gente volta. Mas a gente sempre tá indo, de três años em três años* (María).

Por este motivo, esses sujeitos se dedicam quase exclusivamente ao trabalho, e apresentam-se, muitas vezes, em constante planejamento do seu retorno às suas origens. De la Torre Ávila (2004, p. 76) nomeia esta estrutura familiar como "[...] familia migrante transnacional, o familia transnacional, a la que participa del fenómeno migratorio a través de uno o más de los miembros de su unidad familiar nuclear, compuesta por padre, madre, hermanos o por hijos, esposo o esposa[53]".

Cortès (2004) chama a atenção para o caráter cada vez mais familiar da migração, mas coloca como notória a importância que a migração de mulheres solteiras e muito jovens ganhou nos últimos anos. Sassen (2003) também salienta a crescente presença de mulheres nas migrações transfronteiriças. Hinojosa Gordonava (2008) é ainda mais enfático ao reafirmar esta importância crescente. Segundo o autor, "La característica más importante de estos nuevos flujos migratorios transnacionales es sin duda el creciente grado de feminización que presentan"[54] (HINOJOSA GORDONAVA, 2008, p. 96).

A migração feminina cresce a despeito das barreiras que são impostas às mulheres migrantes e, no universo desta pesquisa, mulheres – solteiras e muito jovens – fizeram-se presentes. É visível a coragem das mulheres bolivianas em romper com traços patriarcais a partir da necessidade de migração que enfrentam, perceptível na fala das entrevistadas. Porém, ainda são poucas as que têm autonomia para percorrer, sozinhas, os mesmos caminhos trilhados pelos homens e, quando percorrem, são acompanhadas por dificuldades e preconceitos. É preciso ter coragem para enfrentá-los, e este foi o caso de Anita, que não escondeu seus receios:

---

[53] "[...] família migrante transnacional, ou família transnacional, que participa do fenômeno migratório por meio de um ou mais membros de sua unidade familiar nuclear, composta por pai, mãe, irmãos ou filhos, marido ou esposa" (DE LA TORRE ÁVILA, 2004, p. 76; tradução nossa).

[54] "A característica mais importante desses novos fluxos migratórios transnacionais é, sem dúvida, o crescente grau de feminização que eles apresentam" (HINOJOSA GORDONAVA, 2008, p. 96; tradução nossa).

> *[...] eu fiquei primeiro três meses em São Paulo. Aí eu voltei para a Bolívia. Porque... A primeira vez que eu entrei, eu vim sozinha. Sozinha! Sem meus filhos. [...] Eu tinha medo, na verdade, de vir.*

Apesar de todos os receios, contemporaneamente, ao apostarem na experiência migratória, bolivianas e bolivianos são ocupados informalmente em oficinas de costura (AZEVEDO, 2005; KADLUBA, 2007; SILVA, 1997; 2006). Torna-se relevante apontar aqui a inserção laboral relativamente variada desses sujeitos que, entre outras atividades, ocupam-se com o artesanato, o comércio, e em trabalhos domésticos. Porém, por ser um fluxo constituído, em sua maioria, por jovens e adultos de baixa qualificação – diferente do perfil do fluxo de meados do século 20, composto por estudantes e profissionais liberais (SILVA, 2006) – esses sujeitos são absorvidos, em sua ampla maioria, pela demanda da indústria têxtil.

Desta forma, bolivianas e bolivianos têm suas vidas entrelaçadas pelas linhas de costura até mesmo antes de chegarem em solos brasileiros. Em muitos dos casos, contratantes dos seus serviços financiam a vinda desses sujeitos para o Brasil, e eles são superexplorados quando da sua chegada ao País – processo que tem a sua duração variável entre semanas, meses ou anos. Os custos dispendidos durante a viagem e com alojamento e alimentação na oficina de costura são usados como justificativa para a superexploração da força de trabalho migrante[55].

Esta prática já foi amplamente empregada na Argentina e atraía um grande número de migrantes bolivianas e bolivianos para oficinas de costura em Buenos Aires, até que este país viveu uma crise financeira. Novick (2008b, p. 141) explica o contexto desta crise argentina:

> La crisis del 2001 resulta un punto de inflexión en la historia argentina, al producirse una ruptura del bloque dominante – agotándose el patrón de acumulación que había imperado durante los 30 años anteriores –, y por la

[55] A superexploração da força de trabalho migrante é explorada de forma mais aprofundada na próxima sessão deste capítulo, intitulada "Os desafios da vida migrante e a produção das territorialidades do trabalho e da moradia".

> movilización social y el protagonismo de los sectores populares en el desmoronamiento del modelo neoliberal[56].

Interlocutores da pesquisa relataram que migraram para Buenos Aires antes de chegarem ao Brasil. Crises deslocam o mercado global, e migrantes transnacionais são capturados neste processo, gerando novos fluxos migratórios. Anita, ao explicar sua escolha pelo Brasil, demonstra conhecer o mercado global da costura e a situação de cada país em termos de oportunidades de trabalho:

> *[...] têm bolivianos que, naquela época, eles iam pra Argentina. Mas as coisas tavam, naqueles dias [recentemente, depois de 2015, quando ela começou a pensar em migrar], bem ruim mesmo. Lá na Argentina.*

Hinojosa Gordonava (2008) sustenta esta justificativa e explica o aumento da procura pela Espanha por bolivianas e bolivianos "[...] a inicios de este siglo [...] impulsada en gran medida por la crisis financiera que se vivía en la Argentina"[57] (HINOJOSA GORDONAVA, 2008, p. 104). Os fatores que redirecionam este fluxo levam migrantes bolivianas e bolivianos para o Brasil, como foi o caso de Anita. A experiência pessoal de Álvaro também ilustra este aumento da procura pelo Brasil, em detrimento do país vizinho:

> *[...] eu já tinha algum parente que já tinha ido na Argentina, e nesse tempo ela voltou pra Bolívia pra pegar pessoas pra trabalhar com ela. Aí [...] meu pai falou: "[...] você vai pra Argentina" [...] Na época era menor de idade. [...] Chegamos no Buenos Aires por voo. [...] E na Argentina que eu senti, né? Aquela... Eu era muito novo, entendeu? Eu tinha na faixa de 17 años, eu não sentia aquele cansaço, aquilo que falavam... sabe? Mas na verdade era mesmo, sabe? Você começava a trabalhar às 7h00 e ia até uma, duas horas da mañana. E quem sabe até mais! Sábado e domingo... Então, como meu pai*

[56] "A crise de 2001 é um ponto de virada na história argentina, ao produzir um colapso do bloco dominante – esgotou-se o padrão de acumulação que prevaleceu nos últimos 30 anos –, e pela mobilização social e protagonismo dos setores populares para o colapso do modelo neoliberal" (NOVICK, 2008b, p. 141; tradução nossa).

[57] "[...] no início deste século [...] amplamente impulsionado pela crise financeira na Argentina" (HINOJOSA GORDONAVA, 2008, p. 104; tradução nossa).

> *falou: olha, vai e aprende! [...] e tinha bolivianos que era igual eu. Que tinha a mesma idade... tinha muito! [...] Aí eu voltei [para a Bolívia] e quando eu fui voltar pra Argentina, a Argentina já tinha uma crise. O peso já tinha baixado pra caramba...* (Álvaro).

Desta forma, a economia norteia a ação do mercado global da costura e é ele que atua na redistribuição da sua força de trabalho, promovendo o redirecionamento dos fluxos migratórios. Muitos são os fatores que contribuem para a atratividade de migrantes bolivianas e bolivianos para o Brasil. O fechamento progressivo das fronteiras dos Países do Norte e a crise econômica internacional [58] – sentida de forma menos intensa no País – estão entre eles. Destaca-se, porém, a crise argentina de 2001, que desestabiliza a sua economia e desloca o mercado global da costura.

Neste contexto, migrantes bolivianas e bolivianos veem no Brasil melhores oportunidades e o País ganha fôlego como novo espaço da migração (BAENINGER, 1999) transnacional boliviana. Tais migrantes chegam ao Brasil, como já mencionado, a partir de agências migratórias ou convidados e trazidos por parentes ou amigos que já residiam e trabalhavam no País. São cadeias migratórias que se estabelecem, sobretudo, em torno de relações de parentesco (FREIRE, 2008; FREITAS, 2009; 2012; 2014; KADLUBA, 2007; SILVA, 1997; 2006; 2012).

Mudanças fazem parte da vida de mulheres e homens. A essência da mobilidade está em todos nós. Porém, quanto menor é o "capital humano" envolvido, maior é a necessidade da rede social para o processo migratório. Bolivianas e bolivianos revelam-se, desta forma, muito dependentes da rede e da circulação de recursos para a decisão de migrar e para a concretização deste processo, sendo ele envolto por inúmeras dificuldades, além das financeiras, como foi o caso de Luna:

---

[58] Crise financeira global, iniciada nos Estados Unidos, em 2008. Esta crise alcançou, rapidamente, todas as economias do mundo, e foi sentida em diferentes escalas. Ela foi resultado do colapso no sistema global de especulação econômica para a obtenção de lucros. É possível entender mais sobre esta crise lendo *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*, de David Harvey (HARVEY, 2011).

> *[...] minha irmã tinha vindo mais na frente. Aí ela falou um dia, perguntando se eu queria vir pra cá. Eu falei que não tinha dinheiro e ela disse: 'deixa eu juntar o dinheiro aí te mando e você vem'. Eu fiquei animada, mas também triste porque tinha minha filha. Muito pequena. Eu não queria deixar ela só. Tinha minha mãe que ia ficar com ela, mas eu também não queria dar esse trabalho pra ela. Mas aí minha irmã me mandou o dinheiro. Ela me mandou em reais e eu tinha que trocar por bolivianos na casa de câmbio, mas eu não conseguia trocar. Eu não conhecia. Agora a gente já conhece. Aí ela mandou pra mim o dinheiro, eu troquei, comprei a passagem, fui conversando com minha filha. Foi difícil. Muito difícil! Dois anos depois eu não aguentei mais! Voltei para a Bolívia, trouxe minha filha pra cá, aí agora estou aqui.*

Se não fosse pela ajuda financeira da irmã, Luna não teria condições, naquele momento, de migrar para o Brasil. Hinojosa Gordonava (2008, p. 100) chama a atenção para a importância da família nos processos migratórios transnacionais: "Las relaciones a partir de lazos familiares [...] funcionan como redes invisibles que fortalecen las estrategias de subsistencia y en ellas los lazos de solidaridad se mantienen"[59]. Confirmando esta rede, familiares e amigos próximos são citados como facilitadores do processo migratório dos sujeitos da pesquisa:

> *A minha irmã já estava há mais tempo no Brasil. Acho que uns 2 anos. Ela morava em outro estado da Bolívia. Morava na casa de uma senhora que tinha um filho que morava aqui no Brasil na costura. Um dia ele foi pra lá e conversando assim entre vizinhos, saiu a conversa e ela se interessou. Aí ele falou assim: 'ah, vc quer ir? Então, vamos também.'. Todo boliviano que eu conheço é desse jeito que eles vêm. Vêm contratado da Bolívia. Ou alguém manda dinheiro. Como eu, que minha irmã mandou dinheiro pra eu vir pra cá* (Luna).
>
> *Teve a oportunidade de a gente vim, né? Não foi... não foi escolha. Não foi escolha... Foi uma oportunidade. A oportunidade que meu irmão me mandou. Ele falou: 'eu*

[59] "As relações baseadas nos laços familiares [...] funcionam como redes invisíveis que fortalecem estratégias de subsistência e nelas são mantidos laços de solidariedade" (HINOJOSA GORDONAVA, 2008, p. 100; tradução nossa).

vou mandar o dinheiro para você se vir aqui no Brasil.'. Aí eu aproveitei a oportunidade. Quem me ajudou foi meu irmão. Porque ele esteve já mais antes. Cinco años que ele estava aqui em Brasil. [...] Aí... depois... eu cheguei a trabalhar em uma fábrica lá em São Paulo. Eu trabalhei com nele. Pra outras pessoas, né? Onde a gente trabalhava com outros bolivianos... e veio meu marido, e eu, e minha filha (Laura).

[Escolhi o Brasil] porque la economía es más segura que en Bolivia y por los familiares que ya estaban aquí. Porque se vas sair a otro país que no conoces, un familiar, un miembro de la familia que esté allá, le proporcionará mucho. Ir a te suprir mucho (Pablo).

Minha irmã que me trouxe. Porque ela já tava vindo pra cá e ela me falou: 'vamos pra lá'. E eu também não sabia pra onde ir. Eu era novo e vim com ela. [...] Eu nunca saí pra país nenhum. A vez que minha irmã me chamou por causa de servicio, era pra ser. Eu nem sabia o que era português... Cheguei aqui sem saber mesmo. Foi assim (Daniel).

Eu tenho mi tia que mora aqui e me dió la casa, me dió las directrizes, porque ela já mora há 45 años aqui. Muito tiempo! [...] Ao ser despedida, yo tenia una tia que morava aqui em Belo Horizonte. Ainda tem, né? Mi tia acá falava pra me vir... entonces, eu vinha de férias. Então, aí eu gostei de Belo Horizonte... entonces aí eu tava desempregada, eu vim e fiquei ajudando mi tia porque nela tem una empresa... eu fiquei ajudando... e aí foi passando los meses... e eu fui tirar meus documentos... (Isabel).

[A rede migratória] Es muy importante! Porque son nuestros amigos quien nos dijeron para venir (Eva).

Foi uns bolivianos que me ajudou. Eu tinha um parente aqui em Brasil. Então ele falou: 'dá pra trabalhar em casa'. Assim, ele me ajudou. Um primo (Anita).

A irmã dele [do marido] que ajudou a gente. Foi ela que chamou ele na primeira vez que ele foi pra cá [Brasil]. Ela já tinha morado mais tempo aqui, aí ela chamou ele (María).

> *Como eu viajava muito, na Bolívia, aí uma vez apareceu um amigo que já vem aqui para Brasil. Ele chegou lá e comentou pra mim: eu fui pra Brasil, legal lá! Se você quer ir, a gente vai lá e tudo bem... e eu peguei na primeira. Vim aqui [...] eu só queria viajar. Pronto, né? Só que eu pensei, né? Vou viajar, vou ficar lá um ano, se eu ganhar dinheiro, volto lá e faço alguma coisa aqui na Bolívia. Só que vim pra cá, eu já não quis mais voltar pra lá não. Eu saí e no fim do ano voltei pra lá [para a Bolívia] e já não tinha como...* (Diego).

> *Foram meu parentes que ajudou. [...] porque tengo parentes aqui. Familiares, né? Por isso! [...] Meu tio mora em São Paulo. Vim a visitar e acabei ficando aqui [no Brasil]. Passeio mesmo. Eu vim a passear e fiquei e agora vou na Bolívia só a passear, fim de año... quando dá. Pra Bolívia, né? Mas moro aqui* (Enzo).

> *Porque un amigo chamou mi esposo. Ele veio, por trabalho. Despues a gente veio junto* (Paloma).

> *O Brasil... [quem] escolheu foi a minha esposa, né? Que queria conocer a Brasil. Tinha o sonho de conocer o Brasil... Yo no tenía essa ideia de venir aqui. [...] Então, mediante a minha esposa, eu vem aqui.* [...] *un amigo boliviano precisava para a costura... Ele ia me ajudar a passar a la fronteira... Ele já trabajava acá cinco o seis años, né? El necessitava costureiros e a nosotros nos trouxe, né?* (Enrique).

Em muitos casos, bolivianas e bolivianos são ainda aliciados no seu país de origem por agências migratórias e migram com a ilusão de que irão encontrar aqui a sua grande oportunidade de melhoria de vida e de emancipação financeira. A situação de vulnerabilidade que esses migrantes apresentam desde a origem facilita a atuação de redes migratórias que, por vezes, revelam-se instrumentos de aprisionamento:

> *[...] tem gente mesmo boliviano trazendo da Bolívia. Assim mesmo eu entrei aqui. [...] una boliviana que procurou empregados lá na Bolívia mediante anúncios. Então eu procurei ela e [...] eu vim. Ela me ofereceu um trabalho que a gente vai ganhar bom, ela confecciona espaço para minhas crianças ficarem, para elas poderem estar tranquilas. E também falou a fazer pagamentos a*

> *nós, mais a mis dois filhos... maiores. Então a gente veio. Quando a gente chegou aqui, era tudo contrário. Não tinha condições de a gente morar. [...] E ainda mis dois filhas, a de 14 e de 16, elas tinham que trabalhar. E elas às vezes tampouco dormiam. E a gente tinha que trabalhar as quatro pessoas. Eu acreditei no que a dona da oficina falou, né? Que a gente vai ter um salário, mas passou assim um mês, dois meses, a gente não tinha salário* (Jade).

Estas redes de contrabando e tráfico não estavam ausentes no período migratório anterior, mas têm se intensificado no cenário atual da migração transnacional, a despeito dos esforços do Ministério Público do Trabalho (MPT) contra esta realidade. A inoperância dessas ações se deve, também, à eficiência do sistema – opressor e perverso –, que nutre o mercado global da costura.

> Algumas empresas [inclusive bolivianas e bolivianos que migraram há mais tempo e encontram-se já estabelecidos no Brasil e donos de oficinas de costura] se aproveitam da situação de ilegalidade da mão-de-obra de imigrantes para submeterem esses trabalhadores a condições análogas à de escravos. 'Isso acontece, geralmente, na indústria têxtil, no contexto de algumas facções de costura'. Nesses casos, o MPT atuará de forma contundente para a libertação desses trabalhadores e punição dos agentes infratores, tal como o faz em relação ao trabalhador brasileiro (MPT, 2018)[60].

Apesar da violência dessa realidade, contraditoriamente, os sujeitos da pesquisa consideram as pessoas que os trouxeram como fundamentais para o seu processo migratório, mesmo quando se referem aos que superexploraram a sua força de trabalho. Ao serem questionados acerca de quem mais os ajudou desde a saída da Bolívia, muitos dos interlocutores da pesquisa mostraram-se agradecidos a estas pessoas, uma vez que, na leitura desses sujeitos, esta era a única possibilidade para a sua migração:

---

[60] Matéria completa publicada em 20 de fevereiro de 2018, no portal eletrônico do Ministério Público do Trabalho. Disponível em: http://portal.mpt.mp.br/wps/portal/portal_mpt/mpt/sala-imprensa/mpt-noticias/de6f3240-a755-4c50-9b33-934116c0aeb4. Acesso em: 21 fev. 2019.

> *Tinha um rapaz que tinha colocado um anúncio. Ele falava assim: 'eu preciso de dez pessoas pra ir pra lá, pra trabalhar lá'. Aí eu fui lá, fui na pequena firma... 'Vamo lá? Então vão!'. Eles falam que é trafíco, que é tráfico de pessoas, né? Mas, na verdade, eu não acho isso não. Eu acho que a pessoa tá numa situação e quer sair de lá. Então eu saí de lá com essa pessoa* (Álvaro).

> *[...] ela que me trouxe [mulher desconhecida pelo interlocutor, que o abordou ainda na Bolívia, convidando-o para trabalhar com costura no Brasil]. Se ela não tivesse me chamado, eu não tinha vindo* (Murilo).

Essa situação é desdobramento da vida precária que tinham na origem. Apenas relações instáveis e inseguras vivenciadas por esses sujeitos poderiam atenuar a violência que experimentam nesses processos de superexploração, sobretudo quando eles se concretizam em cativeiros.

Chegando ao Brasil, na maior parte das vezes, migrantes bolivianas e bolivianos são levados para oficinas-cativeiros, e são obrigados a trabalhar longas jornadas diárias. Escondidos e proibidos de sair, têm os seus documentos confiscados, o que os priva de sua liberdade, configurando cárcere privado:

> *Eu mesma falavam que eu não podia sair pra rua, que a polícia ia me pegar, e eu era burra, burra! Não entendia, tinha medo. A gente fica trancado, você tá aprisionado, você tem que trabalhar assim. [...] tive sorte porque eu consegui, porque eles prendem tudo. Eles prendem toda a documentação. Tem gente que eles não saem de dentro da casa por anos. Não saem mesmo! Não saem pra passear, pra nada! Porque o patrão fala, que se você sai, você vai ser deportado. Eles ameaçam* (Luna).

Muitos dos contratantes dificultam a regularização migratória de bolivianas e de bolivianos, uma vez que isto facilita a superexploração da sua força de trabalho. Nessas condições, esses sujeitos têm constante receio de serem abordados e interrogados pela polícia, bem como de sofrerem deportação,

além de serem mais facilmente chantageados por seus empregadores.

A irregularidade da situação migratória gera incertezas e vulnerabilidades para a força de trabalho migrante. Esta falta de documentos que autorizem a permanência no País acontece em duas situações: enquanto os documentos ficam retidos pelos contratantes – o que se concretiza em cárcere privado –, ou enquanto o sujeito migrante ainda não conseguiu regularizar sua situação migratória. Mesmo quando o contratante deixa de ser um empecilho para a regularização, muitos dos interlocutores alegaram dificuldades durante o processo:

> *Pra conseguir a documentação foi difícil porque você tem que ter o dinheiro primeiro na mão, pra dar entrada. Não é fácil* (Luna).

> *Não foi fácil. Tinha multa, que tinha que pagar... Era um pouco complicado porque tinha alguns documentos que tinha que trazer da Bolívia. Hoje o consulado que outorga. [...] Só agora que não sei o que aconteceu com a polícia federal que está demorando muito agendar* (Lorenzo).

> *Foi muito difícil! Demorou três años!* (Álvaro).

Marco vai além, demonstrando o xenorracismo implícito à dificuldade de regularização migratória:

> *No dia que tava separando [de uma brasileira com quem havia casado], eu acendia cigarrinho para ela, ficava conversando. Ficamos amigos. Nunca ficamos de mal não. Aí o juíz chamou ela no canto, e falou assim: 'quanto que te pagou esse cara pra você casar com ele?'. Aí a menina deu um torra nele! Falou: 'cuidado com o que você está falando!'. Preconceito chega nesse grau! De desconfiar que a gente casou por causa de papel, para que eu possa obter a cidadania brasileira.*

A regularização apresenta-se como via para minimizar a vulnerabilidade dos sujeitos da pesquisa. Alguns recorrem a intermediários que, justamente por saberem dessa condição

vulnerável, extorquem migrantes, fazendo-os pagarem quantias desnecessárias para terem sua situação migratória regularizada:

> *Pasaron unos meses y lo antes posible obtuvimos nuestros documentos. Gracias a Dios lo tenemos y todos estamos con documentos brasileños, todos legales! Fue un poco dificil. Tuvimos que encontrar a una persona que nos mostró los procedimientos. Acabamos de pagarle y ella consiguió todo. Así que pudimos sacar rápidamente y no tuvimos problemas. Seguimos para ser permanentes* (Eva).

A falta de informação que fez com que Eva fosse enganada e extorquida traz ainda outras consequências: no seu limite, a impossibilidade de regularização migratória. A existência do consulado permanente em São Paulo-SP permite esta regularização, facilitando o acesso ao órgão competente, mas não garante que ela aconteça. Bolivianas e bolivianos, por uma série de razões, mesmo estando na capital paulista, apresentam dificuldades neste processo:

> *[...] não foi deixando sair os patrões. No deixava sair. Aí passou o tempo rápido, porque só tinha 90 dias para documento. E no deu. Eu tinha falar para mi pai para mandar mais uma vez. Aí que eu fiz. Em São Paulo eu no fiz* (Paloma).

Baeninger (2005, p. 87) ressalta que, "[...] apesar da crise econômica, São Paulo continuou sendo o maior polo de recepção da migração, bem como o 'coração da economia nacional'". Diante do grande número de migrantes que chegam ao País para esta metrópole global, a demanda por fiscalização do Ministério Público do Trabalho (MPT) se amplia e o déficit de auditores fiscais do trabalho revela-se evidente – e extremamente problemático.

Neste contexto, São Paulo-SP segue concentrando o maior registro de denúncias de superexploração da força de trabalho boliviana, conjuntura que impele migrantes estabelecidos na capital paulista a uma migração interna em busca de mais uma solução geográfica para fugir da vulnerabilidade extrema a que foram submetidos quando da sua

chegada. Na maior parte das vezes, tal como acontece com outros sujeitos migrantes, a nova etapa da migração de bolivianas e de bolivianos ocorre primeiramente dentro do estado de São Paulo:

> Entre 1991 e 2000, o saldo migratório permaneceu negativo para a cidade de São Paulo [...]. Nesse sentido, reforçando uma incipiente tendência anterior de 'perda' de população, a Região Metropolitana de São Paulo – e, particularmente, a cidade de São Paulo – teria se transformado agora em área de circulação para uma parcela significativa da população migrante. O interior de São Paulo reforçou seu potencial de absorção migratória (BAENINGER, 2005, p. 89).

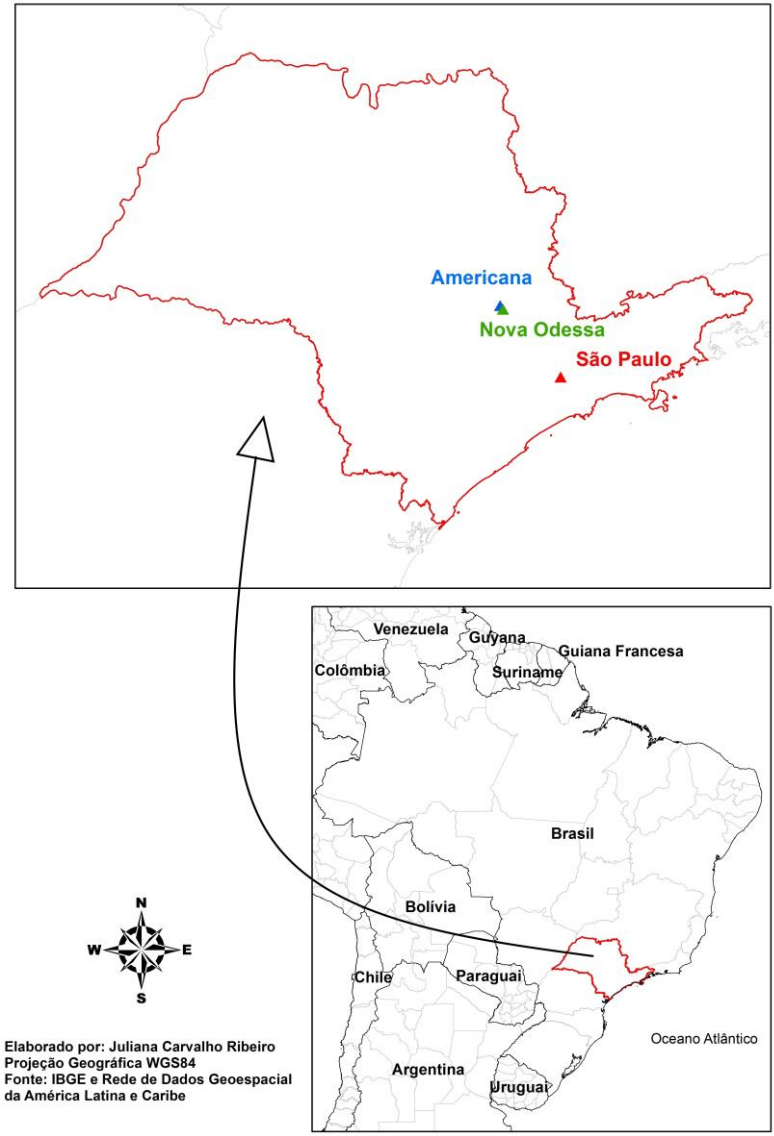
O movimento do mercado da costura também norteia esta migração interna dos sujeitos da pesquisa. Nesta conjuntura, Americana e Nova Odessa foram as cidades que, neste processo de desconcentração, tiveram maior capacidade de atração da população migrante boliviana (Mapa 3).

Interlocutores que trabalhavam com costura na capital paulista registram suas vivências nessas cidades do interior do estado:

> *[...] tive uma oportunidade de sair para o interior [de São Paulo]. Pessoal que trabalhava com nós era um coreano. Que é eles que mexe com as roupa. [...] Então... o pessoal disse de ir pra lá. Vamos lá então. Alugaram duas casas, e tal... era no interior de Campinas: Americana. Então, nós ficou lá um tempo lá. Uns dois años* (Álvaro).

> *E eu conheci minha mulher no interior de São Paulo, em... Nova Odessa. [...] Antes de sair [do estado] de São Paulo, eu morei lá em Nova Odessa. Interior de São Paulo, né? Um pouco mais de Campinas, um pouquinho [próximo] de Campinas, mais pra lá. Lá, eu morei também no Americana, entendeu? [...] Aí eu vim em 2008 eu vim pra cá, né? Pesquisar. Porque... Queriendo ver se a gente podia ganhar um pouco melhor, né?* (Diego).

MAPA 3 – **Interiorização dos interlocutores da pesquisa no estado de São Paulo**



Outros entrevistados, inclusive, já chegaram ao Brasil para trabalhar no interior de São Paulo, não experienciando, desta forma, a vida na capital:

> *[...] a gente chegou lá no São Paulo, depois fomos pra um interior lá, perto do Campinas. Nova Odessa. Aí ficamos quatro meses e vimos pra cá* (Murilo).

> *[...] só cheguei em São Paulo. Eu não conheço muito bem! Só cheguei e já fui pra Nova Odessa. Acho que é o interior de São Paulo, ou pertence a São Paulo, e fiquei lá uns cinco meses* (Daniel).

A crise que se fez presente na capital paulista, porém, alcança esses lugares de trânsito no interior do estado. Álvaro implica a produção têxtil chinesa no processo, reforçando a imposição do mercado global da costura como contexto desses movimentos migratórios:

> *E depois começou aquela crise. Crise de tecido, da área têxtil [...] porque os chineses tinham importado as roupas já pronta, porque ficava mais barato. Então esse pessoal preferia comprar já pronta, e vender nas lojas. Então, entrou uma crise. E todo boliviano que costurava lá pra São Paulo começou a sair pra esses interiores, uns viraram motoristas, outros viravam outra coisa... E eu também nessa correria. Porque em São Paulo também tava pior. E se em São Paulo tá assim, no interior é pior.*

Novos lugares de trânsito apresentam-se como novos nós nas redes migratórias. Fugindo da crise que afeta a demanda pelo trabalho de migrantes bolivianas e bolivianos e buscando melhores rendimentos, os sujeitos da pesquisa são impelidos a continuarem seus processos migratórios para regiões metropolitanas de outros estados. Neste contexto, Minas Gerais apresenta-se entre os estados buscados pelos migrantes que vêm abandonando São Paulo. Apesar de a imigração boliviana compor hoje os fluxos voltados para Minas Gerais, este estado apresenta um longo período no qual predominou a perda de população para outros estados:

> Durante a primeira metade do século XX, até a década de 1970, Minas Gerais foi palco de elevadas perdas populacionais, sobretudo para o estado de São Paulo, que vivenciava um processo de modernização e industrialização, atraindo elevado contingente populacional de várias regiões do Brasil, e para a ocupação

> da fronteira agrícola, primeiro para o Paraná, depois para os estados do Centro Oeste e Norte (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2018, p. 74).

Nos últimos anos, porém, quando se analisa a migração interna do Brasil, percebe-se uma mudança no padrão e no volume das migrações em Minas Gerais. Os "[...] últimos censos demográficos, de 2000 e 2010, mostram que o volume de emigrantes de Minas permaneceu muito alto, mas, ao mesmo tempo, houve um aumento acentuado no volume dos imigrantes das outras UF para o estado" (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2018, p. 74). Analisando[61] a região metropolitana deste estado, a importância da imigração revela-se maior, uma vez que, em função dela, neste mesmo período:

> Entre 2000 e 2010, o território [metropolitano] apresentou a quarta maior taxa de crescimento populacional entre os territórios de desenvolvimento do estado (1,12% ao ano). Aproximadamente 54% de seus municípios tiveram taxas de crescimento da população acima da média de Minas e, em quatro deles (São Joaquim de Bicas, Igarapé, Lagoa Santa e Vespasiano), a taxa ficou acima de 3% ao ano, tendo chegado a 4% em Sarzedo (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2018, p. 33).

São Paulo, conforme já discutido, "[...] passou a se destacar pela importância de seu volume emigratório em nível nacional, [...] redefinindo alguns aspectos da migração interna" (BAENINGER, 2005, p. 85), "[...] tendência que vem se mantendo constante a partir dos anos 80" (BAENINGER, 2005, p. 86). Minas Gerais encontra-se entre os estados que recebem seus emigrantes e São Paulo apresenta-se como a principal origem dos migrantes que chegam em Minas Gerais:

> Foi com os Estados do Sudeste – em especial com Minas Gerais – que o Estado de São Paulo refletiu a expansão dos espaços da migração no Brasil: passou a registrar uma perda populacional nos anos 90. [...] o movimento emigratório [saindo de São Paulo] foi bem mais

[61] Para obter os números da migração publicados foram utilizados microdados da amostra do Censo Demográfico de 2010, disponibilizados no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2018).

> acentuado, sobretudo para Minas Gerais (BAENINGER, 2005, p. 88).

Apesar de a maior parte desses emigrantes que deixam o estado de São Paulo ser composta por nacionais, há também, neste conjunto, migrantes internacionais. Entre estes últimos, encontram-se bolivianas e bolivianos.

O novo fluxo da migração transnacional boliviana para a RMBH-MG que tem sua origem na migração interna de bolivianas e bolivianos em São Paulo encontra explicação, conforme já apontado, em diversos fatores. Ao mesmo tempo em que o Brasil se destaca, nos primeiros anos deste século 21, na reconfiguração do cenário geopolítico global, a economia nacional sofre com a retração dos países centrais (HARVEY, 2011), e isto é sentido mais profundamente em São Paulo, atingindo migrantes bolivianas e bolivianos e levando-os a procurar outros espaços para sua sobrevivência. Soma-se a isso o xenorracismo sofrido mais intensamente em São Paulo, bem como a superexploração da força de trabalho migrante, conforme relatos dos interlocutores. A saída de São Paulo revela-se, desta forma, tentativa de rompimento com estas questões:

> *Mas não sabem o jeito que nós trabalhamos! O tanto que nós trabalhamos! Tem vez que acordamos cinco da manãna e dormimos dez da noche. O tempo todo costurando... Não tem tempo para atender os filhos, não tem tempo pra nós... pra nós fazer outras coisas... é assim. Nuestro dia é muito corrido. Lá mesmo em São Paulo era más corrido ainda! Tudo era na corrida! Não tinha tempo... Só que hoje em dia é muito mais melhor! Nosso trabalho fazemos pra nós mesmo! Porque nós não trabalhamos mais pra outras pessoas* (Laura).

O fato de São Paulo-SP e Belo Horizonte-MG terem articulação logística facilita o destaque do recorte espacial da pesquisa. O deslocamento que contacta essas duas importantes capitais – e, consequentemente, suas regiões metropolitanas – é curto e conta com variados meios de transporte, o que facilita o processo.

Neste contexto, a RMBH-MG concretiza-se como novo espaço da migração boliviana (BAENINGER, 1999) no

Brasil ao revelar-se uma nova possibilidade para o trabalho migrante com melhores rendimentos – mesmo que esses ainda sejam baixos –, além de ser uma "saída geográfica" encontrada por esse grupo social para tentar romper com o ciclo de superexploração da sua força de trabalho em São Paulo. E, assim, Belo Horizonte-MG, polo mineiro da moda, passa a atrair, neste século 21, migrantes bolivianas e bolivianos – sobretudo os que trabalham com costura –, e a intensidade do fluxo revela-se crescente:

> *Isso foi 2007, 2008. Nessa época que começou a chegar muita gente [na RMBH-MG]! Igual eu, chegou muita!* (Álvaro).
>
> *Como eu estou há dez años aqui años [chegou na RMBH-MG em 2009, uma vez que a entrevista foi em 2019], tinha pouca gente aqui... eu era a segunda pessoa... que quando nós chegamos aqui... não... três! Três oficinas que tinha. Três... aí nós chegamos... e depois chegaram muitos outros bolivianos... mas a maioria sim, migraram para São Paulo e de São Paulo para Belo Horizonte. Mas eles não vieram assim... com propaganda para trabalhar...* ***eles vieram porque aqui se ganha mais****. Não é igual em São Paulo aqui* (Miguel; grifo nosso).
>
> *Porque a gente veio aqui [em São Paulo] em 2010, ficou aqui em Brasil. Aí depois a gente já está ficando aqui [em Minas Gerais]... Já tem muito tempo [segundo outros trechos da entrevista, aproximadamente sete anos na RMBH-MG] que a gente já tá ficando aqui...* (Alba).
>
> *Quando eu cheguei em São Paulo, [...] fiquei lá três años, trabalhando assim... escravo. [...] Aí eu não aguentei mais, eu saí... aí eu fui parar na favela de Osasco, né? Em São Paulo. Aí conheci amigo brasileiro, que morava na favela. Morei no barraco três años. Mas eu não conseguia alcançar meus objetivos e acabei saindo dali... porque... conheci um amigo que trabalhava em Belo Horizonte... Acabei vindo pra cá* (Iago).

A desterritorialização em São Paulo e a reterritorialização na RMBH-MG, desta forma, revela-se resistência à superexploração naquele estado e busca por melhor qualidade de vida neste novo espaço da migração (BAENINGER,

1999) boliviana. Anúncios em redes sociais já apresentam Belo Horizonte-MG como alternativa para migrantes bolivianas e bolivianos, contribuindo para ampliar sua atratividade:

> *O amigo que trabalhava em São Paulo veio trabalhar aqui [na RMBH-MG]. Por causa dos anúncios que eles colocam. Falando que tá ganhando mais aqui do que ganha lá [em São Paulo]. Tem anúncio no Facebook, nas páginas de bolivianos. Agora não sei te falar um... Mas tem muito! E foi ele que me falou de Belo Horizonte. A maioria que vem para Belo Horizonte, mora em São Paulo. Porque a informação daqui está espalhando lá no São Paulo por causa dos anúncios* (Iago).

Muitos desses migrantes, porém, ainda são levados por agentes migratórios a este destino e chegam em Minas Gerais sem sequer saber para onde estão sendo levados ou com o que irão trabalhar:

> *Eu cheguei em 2010. Já tem nove años. [...] Minas [Gerais] pra mim era tipo... que trabalha com ouro. Minas mesmo (risos). Eu não sabia o quê que era Minas... (risos). Eu falei... será que vou trabalhar como garimpeiro? A minha ideia era essa, né? Foi estranho [...]. Todo mundo chama de Minas, mas era Belo Horizonte. Depois que eu entendi. [...] Eu era novo... Eu nem sabia costurar. Tinha vez que eu queria era ir embora pro meu país mesmo porque eu não tava gostando da rotina. E... com o tempo, acostumei* (Daniel).

> *E a gente veio, a gente saiu de allá, de São Paulo, de olho fechado, sem saber onde estava indo... Aí eles chegaram a buscarnos em a terminal e nem nos trouxe aqui até Metropolitano [bairro de Ribeirão das Neves, na RMBH-MG]. Apenas nos embarcou em ônibus, Metropolitano, só nos falou que tem BR, que vai retornar e que hay a descida. Falou: 'ele vai parar em tal punto, e vocês descem aí'. E quando a gente desceu... era terra la rua... estava... quase chorei! Porque era todo terra! Não tinha muita casa... Quase não tinha casa. Agora já melhorou. Eu achei que... que eu não ia me acostumbrar... mas me acostumbré* (Paloma).

Alguns interlocutores são categóricos em afirmar que a totalidade de bolivianas e de bolivianos que estão na RMBH-

MG saiu de São Paulo-SP, implicando a migração interna como a única origem desse novo espaço da migração (BAENINGER, 1999) transnacional boliviana. Como são raros os casos de migração direta, muitos dos sujeitos da pesquisa, não os mencionam:

> *Eu não saber falar se tem gente que vem direto da Bolívia. Sei que a maioria que eu conheço são do [vem de] São Paulo. Lá em São Paulo é assim, muito pouco pago! Aqui eles pagam mais! Entonces a gente veio pra cá [para a RMBH-MG]. De São Paulo pra cá. As pessoas vão falando pra outra e pra outra e pra outra e todo mundo vem porque vale a pena. Quem sabe, vem* (María).

> *A maior parte dos [migrantes bolivianas e bolivianos] que estão aqui [na RMBH-MG] vieram de São Paulo. Vieram de São Paulo. A maioria que está aqui perto de Ribeirão das Neves, Belo Horizonte, Venda Nova, vieram de São Paulo. [...] Eles já trabalhavam lá, ou em outra cidade do [estado de] São Paulo, porque lá está um pouquinho mais fraco agora... e vieram para Minas Gerais* (Martín).

> *Eu conheço aqui vários [migrantes bolivianas e bolivianos]. Todos que eu conheço [migraram, primeiro, para São Paulo-SP]! Só que eu conheci... a maior parte, eu conheci aqui [na RMBH-MG]. Agora... os que eu conheço... uns seis, mais ou menos... que eu conheci lá [em São Paulo]. A gente conheceu lá e um foi falando que foi falando e... Eu falei: 'ah, é legal lá, vem aqui'... eu não sei de ninguém que veio direto de Bolívia para acá. Eu não sei... pode ser, mas eu não conhece. Eu não vou saber te falar... Mas parece que todos vem de São Paulo* (Diego).

> *Todos! Todos os bolivianos que estão aqui [na RMBH-MG] moravam em São Paulo primeiro. Um vai falando para o outro que aqui é melhor e todos vêm* (Alba).

> *Todos vêm [da Bolívia] para São Paulo e alguém chama pra venir a Minas Gerais. Porque São Paulo não está más bom...* (Hugo).

> *Então, um dia eu fui em São Paulo [migrou da capital paulista para Americana-SP, e voltou em São Paulo-SP], e como a gente conhece muita gente, faz muitos amigos, né? Então um dia eu encontrei um amigo que falou*

assim:' e aí, você está fazendo o que?'. E eu:' eu não tô fazendo nada!'. E ele: 'ô, cara, eu fui pra Minas [Gerais], Minas tá bem melhor do que aqui!'. E eu: 'Uai, sério?' [risos, por causa do uso do "uai[62]", expressão vastamente utilizada por mineiros, já incorporada pelo interlocutor]. E ele: 'sério!' (Álvaro).

Antes de sair de São Paulo, eu morei lá em [...] Interior de São Paulo, né? [...] Aí eu vim em 2008 eu vim pra cá [para a RMBH-MG], né? Pesquisar. [...] Aí eu vi que aqui era melhor, né? Que aqui era melhor, digamos... Tudo que eu via aqui parecia melhor. Aí eu vim acá, e... na época eu estava ainda com a minha esposa só. Não tinha o filho ainda, né? Aí a gente podia andar fácil pra qualquer lado que a gente tinha documento certinho (Diego).

Lá em São Paulo eu morei dois años. No meio de bolivianos, trabalhando com costura. [...] aí a gente veio pra cá [para a RMBH-MG] (Laura).

Na realidade, a gente veio... somos três amigos. Eu, meu amigo Daniel, e Diogo[63]. Veio nós três juntos. Só eles que eu conheço mais aqui, que eles tavam sempre comigo e também tavam no São Paulo antes. O resto eu conheci todos aqui, mas acho que veio de lá também. Eu acredito que sim, mas eu não sei te falar... Mas eu acredito que sim. Porque a gente chega é lá no São Paulo mesmo (Murilo).

A gente morou em São Paulo e a gente teve filhos allá. E a gente veio... depois... a gente tinha já um filho pequeno... e a gente veio... ele tinha um año e quatro meses de años... Eu não lembro direito... Aí a gente chegou aqui. Aí a gente morou aqui... e trabalhou... aí... ficou aqui... [...] foi em 2010... (Alba).

Todo mundo veio de lá de São Paulo também, mas eu não conhecia ninguém lá. Conheci todo mundo só aqui. Só dois amigos que eu conhecia, que viemos juntos. Dois

[62] São muitas as teorias para explicar a origem da expressão "uai". Uma delas defende que esta expressão surgiu a partir do som da palavra inglesa *why*, devido à presença prolongada de mineradoras estrangeiras em regiões de Minas Gerais. Independentemente da sua origem, é interessante a apropriação desta expressão por migrantes bolivianas e bolivianos na RMBH-MG, uma vez que ela indica a concretização do processo de reterritorialização dos sujeitos da pesquisa neste recorte espacial.

[63] Nome fictício atribuído a um boliviano mencionado pelo entrevistado.

> *amigos que a gente já se conhece desde criança. O resto, eu conheci aqui* (Daniel).

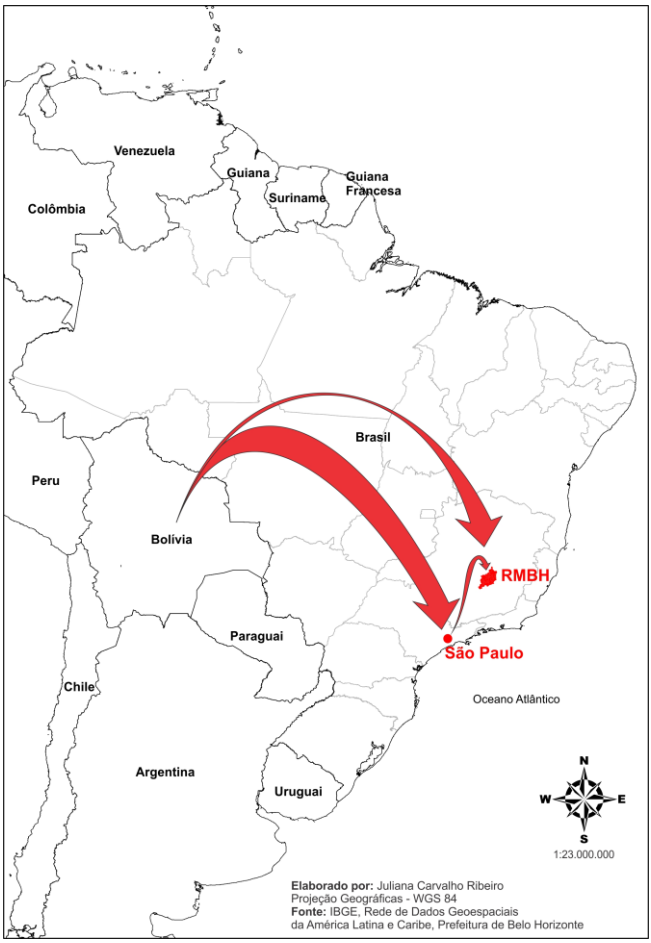
> *Eu entrei [...] Directo com destino à São Paulo. [...] Yo no conhecia [...] Yo tengo amigos que vivem em São Paulo, que tem mucho [muitas bolivianas e muitos bolivianos]! Aqui, creo, no mucho, né? No igual São Paulo... Pero os que estão aqui, vem do São Paulo* (Enrique).

Porém, as entrevistas revelam que alguns dos interlocutores realizaram a migração da Bolívia diretamente para RMBH-MG. Desta forma, grande parte dos sujeitos da pesquisa viveram e trabalharam em São Paulo e, depois, migraram internamente e se instalaram na RMBH-MG, enquanto outros migraram diretamente da Bolívia para a RMBH-MG (Mapa 4).

São os próprios sujeitos da pesquisa que contribuem para propagar as suas vantagens da RMBH-MG e as informações destacadas por eles chegam, aos poucos, na Bolívia, aumentando a atratividade deste novo espaço da migração (BAENINGER, 1999) e incrementando a migração direta. As redes sociais e as redes migratórias, como já foi dito, apesar de não estruturarem processos migratórios, revelam-se articuladoras e impulsoras desses fluxos. Tilly (1990) destaca o surgimento de novas redes a partir das velhas, anteriormente estabelecidas, que as reconfiguram – processo que se revela fundamental para a formação de novos espaços da migração (BAENINGER, 2013). Apesar de ainda serem minoria e terem pouca representatividade, bolivianas e bolivianos na RMBH-MG que saíram do seu país com o objetivo de trabalhar e viver em Minas Gerais fizeram-se presentes entre os entrevistados:

> *[...] quién viene más ahora, más reciente, que a veces viene directamente. Pero pocas personas vienen directamente de Bolivia. Como yo... La mayoría, la mayoría de ellos, provienen de São Paulo. [...] Pero yo entré por Corumbá, y vine aqui. A Minas Gerais. [...] Este mi primo... Él ya vivía allí y me invitó a venir* (Pablo).

MAPA 4 – **Percursos migratórios dos interlocutores da pesquisa até a RMBH-MG**



> *Que yo sepa, todos vinieron de São Paulo... Eso es lo que me dicen ... Todos de São Paulo. Solo yo que no sé [proveniente de] São Paulo... [...] Vine directamente aquí, en Belo Horizonte. Directo. [...] Pasamos por São Paulo. Llegamos a São Paulo en un autobús, y un autobús nos trajo a Belo Horizonte. Directo aquí a Belo Horizonte, llegamos... Y este amigo mío que dijo venir aquí. También vivió en Americana, pero dijo que era mejor aquí. Llegamos directamente y me acostumbré* (Eva).

> *Mi esposo dice que [São Paulo] es muy diferente. Porque él fue a São Paulo antes y nosotros nos quedamos en Bolivia. Después de que vinimos también. Y llegó a Minas Gerais. No fui a São Paulo. São Paulo tiene mucha escravización. Aquí está mejor, gana más dinero. Es mucho mejor de lo que dijo mi esposo... Tienes que trabajar menos y ganar más por el trabajo* (Rúbia).

> *[...] e a gente veio de allá [da Bolívia] com toda a minha família para aqui... Vir até Belo Horizonte. E aí a gente ficou desde quase 2010... hasta agora que eu tô trabalhando aqui...* (Martín).

Martín permitiu, ainda, o registro de uma trajetória inversa à da maioria: chegou da Bolívia diretamente na RMBH-MG, migrou da RMBH-MG para experimentar São Paulo-SP, e, justamente atraído pelas vantagens de Minas Gerais, retornou para a RMBH-MG:

> *Eu vim antes, sem minha família e depois eu voltei para buscar a todos. Morei aqui, em Minas Gerais, uns três meses, depois a gente foi lá para São Paulo para trabalhar también. Trabalhei por quase dois meses allá. Mas era um trabalho um pouquinho más forte... más horas, más trabalho... então, quis voltar pra cá.*

O próprio Martín mencionou que ele é uma exceção perante a maioria dos sujeitos da pesquisa. Confirmando esta realidade, Álvaro comenta a quase obrigatoriedade de passagem por São Paulo antes de se chegar em Minas Gerais:

> *Então, é tudo por um passo-a-passo, né? Ninguém chega sem saber o que vai fazer aqui [em Minas Gerais]. De La Paz pra Ribeirão das Neves? O que eu vou fazer aqui? É difícil... Tem que ter um motivo. É diferente de sair de La Paz e chegar em São Paulo, que é uma grande cidade, conhecida mundialmente, e tal... você até chega lá assim... Mas aqui, não... (risos). Todo mundo que eu conheço aqui, a história é assim... igual a minha... similar. A maioria que estão aqui, veio de São Paulo! [...] É desse jeito ou então alguém foi lá procurar o pessoal para trabalhar. Veio e ficou aqui. É sempre o primeiro passo que a gente faz, né? Porque a gente chega assim... igual quando eu fui pra Argentina, eu fui pra Buenos Aires, eu não cheguei em província não... Que lá eles*

> *chamam de província. E eu cheguei na capital. Que era ali que tava o negócio, né? E aqui foi a mesma coisa! Eu fui foi pra São Paulo! E de São Paulo, a gente que faz amizade... Você escuta alguma notícia, ou sabe de alguma coisa... vai fazendo amizade e as mesmas amizade que vai falando: 'eu tô lá, e você?'. 'E como que é lá?'. 'Não, é bom lá e tal...'. O meu amigo que me trouxe pra aqui [RMBH-MG], chegou do mesmo jeito lá. Do mesmo jeito que eu cheguei. E já tinha outro boliviano antes dele (risos)... É um ciclo assim... Já tinha outro boliviano que trouxe ele. Que alguém falou, não sei... Que chegou... inclusive ele chegou a trabalhar três meses pra ele.*

Em função da ocupação da RMBH-MG pela imigração boliviana ser recente, o processo ainda é marcado por inseguranças por parte de migrantes. Esta sensação é, na verdade, inerente ao processo migratório, mas ela se torna mais intensa quando o espaço da migração (BAENINGER, 1999) ainda não está consolidado, como foi registrado por Anita:

> *Eu tinha medo, na verdade, de vir aqui [na RMBH-MG], porque... meu primo falava que tinha poucos bolivianos aqui, que quase não tinha... e então eu teve medo, né? Das pessoas... eu não conhecia como são as pessoas. Brasileiras, né? As notícias lá, na Bolívia, é... é comum ouvir que atiram, que as policias é más. Lá não é muito assim. Então... lá fala... Brasil é perigoso... Então, numa cidade, num estado [Minas Gerais], que não tinha muitos bolivianos, como é que você vai ficar? Eu tinha medo. De vir pra cá.*

A despeito de inseguranças e de incertezas, o novo fluxo se fortalece. A RMBH-MG revela-se novo nó nas redes migratórias transnacionais bolivianas e migrantes justificam sua presença neste espaço apresentando seus principais atrativos, o que reforça o argumento de que a migração interna foi uma "solução geográfica" encontrada pelos migrantes para driblarem o aprofundamento da vulnerabilidade a que foram submetidos. Neste contexto, a comparação com São Paulo-SP revela-se inevitável e os interlocutores são unânimes em classificar Minas Gerais como melhor lugar, em relação à São Paulo, para se viver e trabalhar.

Em solos mineiros, migrantes bolivianas e bolivianos revelam, a partir das entrevistas, grande concentração em Ribeirão das Neves-MG, que se destaca amplamente entre as cidades da RMBH-MG que abrigam os sujeitos da pesquisa. Outros espaços são escolhidos para moradia, sobretudo Venda Nova[64], mas, também, Belo Horizonte-MG e Contagem-MG (Mapa 5).

E, assim, os sujeitos da pesquisa inserem espaços da RMBH-MG no seu espaço de vida:

> *Em la Ribeirão de las Neves você vai achar más assim! Vá allá! Vá no fim de semana! Veja las pracinhas...* (Isabel).

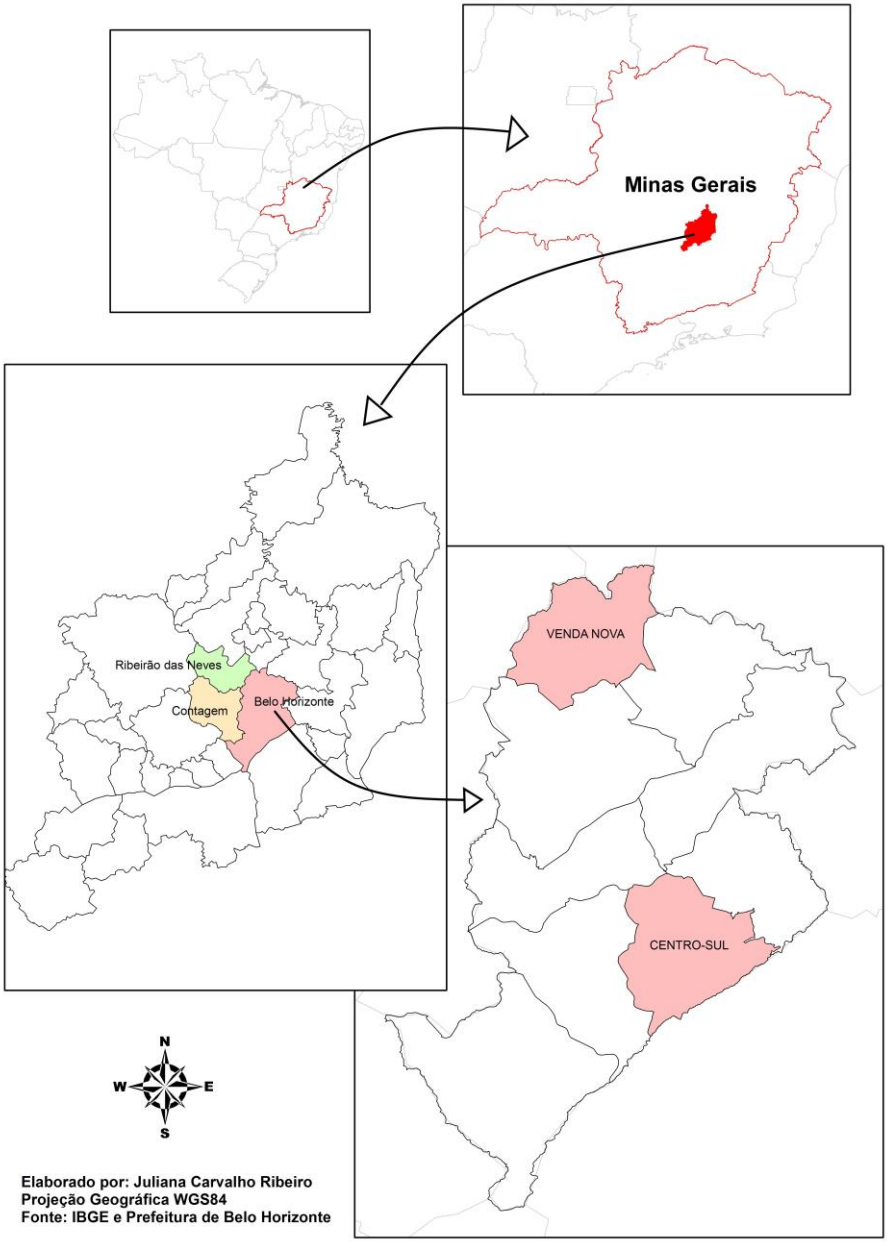
> *[...] agora a gente veio pra cá e tá mais cheio mesmo, né? De bolivianos. Aqui, Ribeirão das Neves, tem muito boliviano! E tá chegando mais [...] Venda Nova, não tem muitos. Deve ter só umas três, quatro famílias por allá* (Martín).

> *Eu não sei quantos bolivianos têm aqui em Ribeirão das Neves, mas tem muito!* (Álvaro).

> *Quando já era depois dos dois años que eu morei no São Paulo, que eu vim pra cá. Eu trabalhei um mês pra ele, pra essa pessoa, pra esse amigo, né? Aí, eu juntei un poco de dinero más, porque eu vi que aqui a oportunidade era más fácil de você alugar uma casa. Porque aqui [em Ribeirão das Neves] é mais simples, sabe? Porque aqui é assim, mas tem tudo. Lá, onde eu morava, no aluguel, não tinha água, não tinha muito... não era muito organizado não. Não tinha supermercado... Entonces, eu vi a oportunidade de alugar uma casa mais barato, um barracón era 300 reais. 350... entonces, lá, São Paulo, é muito caro! 1500, você aluga. 2000... para os bolivianos é muito mais caro! Porque eles pensam que... eles pensam que nós temos dinero* (Laura).

[64] Venda Nova é classificada, dentro da organização territorial do Estado de Minas Gerais, ao mesmo tempo, como uma região da cidade de Belo Horizonte-MG e como um distrito. Disponível em: https://prefeitura.pbh.gov.br/venda-nova. Acesso em: 10 dez. 2019.

MAPA 5 – **Concentração para moradia dos interlocutores da pesquisa**



> *Agora estou morando, na verdade, em Mantiqueira [bairro que se localiza na região de Venda Nova, em Belo Horizonte]. Que é Belo Horizonte, né?* (Martín).

> *Tinha um amigo que ele veio também [de São Paulo para Minas Gerais], já. Ele [...] morava lá em Venda Nova também. Foi por isso que fui primeiro pra lá [depois, o interlocutor mudou-se, com a sua família, para Ribeirão das Neves]* (Diego).

> *[Eu moro] em Contagem. Depois que eu saí do Caiçara [bairro de Belo Horizonte-MG, onde o interlocutor viveu por poucos meses], daí eu fui diretamente morar lá, num barraco que deram pra gente, na casa da mãe... da minha sogra, né?* (Marco).

Segundo dados do Atlas da Violência — publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e divulgado em 5 de agosto de 2019 —, Ribeirão das Neves-MG é a terceira cidade com a maior taxa de homicídios entre os municípios com mais de 100 mil habitantes em Minas Gerais. Ainda segundo dados desse estudo, das cidades mineiras, Betim ocupa a liderança negativa.

O elevado índice de violência[65] desses territórios é reflexo, também, da falta de recursos públicos destinados às necessidades básicas da população — como educação, saúde, segurança pública —, o que reverbera nesta triste realidade. Ao mesmo tempo, este índice, por ser elevado, contribui para que o custo da terra seja reduzido, atraindo pessoas financeiramente vulneráveis, tais como são os sujeitos da pesquisa que, diante das opções postas, escolhem esses espaços para viver.

A reterritorialização de bolivianas e bolivianos nesses espaços da RMBH-MG, bem como a sua circulação — que define seu espaço de vida —, acaba por ser viabilizada pela regularização migratória. Com o porte de documentos adquiridos com a regularização, os sujeitos da pesquisa podem circular e acessando, inclusive, cidades periféricas do novo recorte espacial para ali se instalar.

---

[65] Informações disponíveis em: https://ribeiraodasneves.net/36-noticias/seguranca/8187-entre-as-cidades-mineiras-com-mais-de-100-mil-habitantes-ribeirao-das-neves-e-a-terceira-mais-violenta. Acesso em: 11 dez. 2019.

> *Facilita muito o documento! Você pode circular! [...] Não gosto tanto de salir... mas voy onde quiero. [...] Yo rodo por toda la cidade porque eu posso rodar. Yo tengo documentación!* (Isabel).

Para além da circulação local, bolivianas e bolivianos apresentam a documentação como facilitadora da migração interna, remetendo ao momento em que cada um desses sujeitos saíram de São Paulo-SP e buscaram a RMBH-MG como novo espaço da migração (BAENINGER, 1999):

> *O documento ajuda muito! Porque aí que você tem direito a [...] conta no banco [...] tirar os cartões [...] e vou pagando aos poucos. E as passagens pra vir acá, sair de São Paulo... Muito bacana! Hoje, isso que te sustenta. Porque você pode parcelar. A qualidade de vida não é assim uma coisa 100%. É coisa menos, mas não falta nada. Essa é uma coisa importante* (Álvaro).

Desta forma, a documentação tem importância fundamental para a vida migrante, uma vez que ela permite não só a sua circulação, mas a realização de atos corriqueiros da vida civil – como a contratação de aluguéis, abertura de conta em bancos e aquisição de cartão de crédito –, questões que são a base para uma vida digna. Ao descreverem o medo que sentiam enquanto se viram privados da posse de seus documentos ou até conseguirem regularizar sua situação migratória no País, muitos dos interlocutores grifaram esta importância, elencando os benefícios alcançados com a sua aquisição[66]:

---

[66] Alguns dos interlocutores foram mais concisos nos seus comentários acerca dos benefícios de se regularizar a situação migratória, mas todos eles destacaram o acesso ao crédito bancário, revelando a sua importância para a vida dos sujeitos da pesquisa: "Facilita muito o documento. Muito! Porque a gente precisa dele pra tudo! Pra banco, essas coisas" (Enzo); "Com documento, você pode abrir conta no banco... é muito mais fácil! Ajuda muito ter documento! Muito mesmo!" (María); "A documentação ajuda muito! Qualquer coisa precisa de documento. Pra comprar qualquer coisa, pra alugar casa, pra muitas coisas" (Lucia); "Tem que ter pra conseguir fazer as coisas. De banco, por exemplo... tudo!" (Anita); "É muito diferente. Ter, né? Ajuda... Ajuda por causa do banco, de ter conta e ter cartón para comprar as coisas, a máquina para trabalhar" (Alba); "O documento ajuda para a casa, para o banco, para comprar a máquina de costura. Tem que ter! Para viver más tranquilo" (Miguel); "tem que ter documento para viver más tranquilo. Ajuda... no banco... para pagar no cheque. Como eu sou operador, eu só recebo com cheque".

La diferencia es que tener documentación ayuda en muchas cosas. Si tiene documentación, puede estar más tranquilo aquí. No tener problemas tampoco. Problemas con la policía, por ejemplo... El documento es muy importante para la migración (Rúbia).

É importante más que todo para desenvolver-se muito melhor aqui. Qualquer coisa você pode passar por esse ou aquele lugar, pode trabalhar tranquilo, você anda mais direito (Martín).

Em mi família, é tudo regularizado! Eu, minha esposa, mis filhos, tudo! Ajuda mucho! Porque, por exemplo, mi esposa trabalha em casa, mas eu tenho o seguro de vida, por causa da empresa. A empresa só me contratou porque eu tenho documento. Se no tá documentado, se no tá legalizado, é muito difícil! No consegues fazer movimentación de su economia, nada! [...] Se você está legalizado, fica más fácil adentrar em qualquer lugar que você quiser (Hugo).

Tengo acceso a tudo! A uma conta no banco, pras firmas, pra qualquer coisa, sempre eles pedem documento. Pra tudo! Porque assim, a gente tem os mesmos direitos que os brasileiros com o documento. Sem documento, não pode fazer nada! Até pra poder viajar, comprar passagem, cartão de crédito, tudo! (Diego).

É importante porque você facilmente pode pegar servicio. E em qualquer lugar que você querer ir, ou posto de saúde, para tirar su bolsa familiar se se quer, precisa! (Paloma).

Es importante porque es un documento que le da valor aquí en el país, en Brasil. Tambien hace que sea fácil hacer cuentas bancarias, sacar cpf... És muy necesario tener un documento! Un documento legal! Si eres ilegal, no puedes ser nada, no puedes tener nada, tienes que guardar tu dinero debajo del colchón, como dicen (Eva).

O documento ajuda muito! Porque aí que você tem direito a alguma coisa, tem CPF... é bom pra gente! Porque hoje, pra gente, é tudo complicado. Conta no banco, pra financiar às vezes uma máquina de costura, pode comprar financiado... Quando eu acertei minha documentación tudo, foi bom! Aí eu tinha como alugar

> *uma casa, tinha como alugar no meu nome! Eu tirar os cartões, comprar roupa para o menino, e vou pagando aos poucos* (Álvaro).

> *[...] assim que deu, eu já corri atrás do documento. Porque pra muita coisa é preciso do documento. O CPF mais que tudo. Que falam aqui, né? Que precisa dele pra tudo. [...] O cadastro te faz legible na sociedade. Quando você vai comprar alguma coisa, você só dá o número e pronto! Do CPF. Fica tudo mais fácil! Pode ter cartão. Faz uma diferença grande!* (Murilo).

> *Ajuda mucho [a regularização migratória]. Depois que tem a documentación, tudo fica mais fácil, más tranquilo de conseguir... Banco, aluguel, passagem, tudo* (Enrique).

> *É importante para todos! Siempre quando a gente quiere fazer alguna cosa, por exemplo, aluguel. E tem vez que pega pra fazer un cartón de crédito, aí a gente precisa de documento. [...] mas ajuda muito o documento sim. No caso do trabalho também. Para conseguir servicio* (Daniel).

Infelizmente, Minas Gerais ainda não conta com um consulado boliviano permanente, como há em São Paulo, o que dificulta ainda mais a regularização de migrantes neste estado:

> *Hay muchos bolivianos que no tenem documentación, mucho difícil de conseguir la documentación. Nós estamos sem documentación por motivo que o consulado não veio aqui ainda. Seria más fácil conseguir documentación se consulado estivesse em Belo Horizonte* (Enrique).

Há, porém, os que conseguem esta regularização quando ainda estão em São Paulo-SP. É o caso de muitos dos interlocutores, que chegaram na RMBH-MG com sua situação migratória já regularizada:

> *[...] lá em São Paulo é muito mais fácil porque o consulado está lá. Aí eu aproveitou e tirei a nossa documentación. De nós três. Meu marido, minha filha e eu. Quando eu vim pra cá pra Minas, foi muito mais fácil assim* (Laura).

A inexistência de um consulado boliviano permanente não apenas dificulta a regularização migratória, como acarreta outras questões. Bolivianas e bolivianos na RMBH-MG se queixam de não poderem votar na ocasião das eleições no seu país por não terem fácil acesso ao consulado:

> *Tenho [documentos], mas tenho que fazer de novo, porque já vai expirar. Tenho que renovar. Aí tem que esperar vim o consulado. Porque aqui em Minas Gerais não tem consulado boliviano. Ou então tem que ir lá no São Paulo pra fazer. Mas é difícil ir lá. Eu queria que tivesse consulado aqui. Pra resolver documento, pra votar em outubro* (Iago).

Para minimizar os prejuízos da ausência de um consulado permanente em Minas Gerais, o Consulado da Bolívia no Rio de Janeiro faz visitas periódicas a Belo Horizonte-MG e instala um Consulado Móvel na sede do Serviço Jesuíta para Migrantes e Refugiados. Tais eventos contam com uma grande procura de bolivianas e bolivianos.

Ao tomarem conhecimento da concentração desses migrantes em Ribeirão das Neves-MG, as autoridades responsáveis pelo Consulado Móvel da Bolívia em Belo Horizonte-MG passaram a marcar reuniões também nesta cidade – no bairro Veneza, onde mora a maior parte de migrantes bolivianas e bolivianos na RMBH-MG – facilitando o acesso dos sujeitos da pesquisa. Segundo Álvaro, foi ele quem facilitou o primeiro contato do Consulado Móvel com as bolivianas e os bolivianos que moram em Ribeirão das Neves-MG:

> *[...] esse amigo falou pra mim: 'o consulado boliviano tá aqui. Eles querem te encontrar, fazer uma reunião, não sei o que...'. Então, eu fui em contato com o consulado. Aí me ligou: 'allá tem bolivianos?'. E eu falei: 'tem, muitos! Por outros lados também deve ter, mas aqui tem!'. 'Se você achar lá umas 20 bolivianos, a gente chega lá. Pra fazer uma palestra pra vocês. Sobre as documentações, como que é...'. Aí eu falei: 'nós reune aqui na escola... aqui tem uma escola perto. De repente, eles pode ceder para a palestra.'. O meu menino estudava nessa escola. 'Então, pode abrir um espaço*

> *aí.'. E eu: 'vou falar com a diretora. Só deixa eu confirmar com ela e tudo.'. Aí chegou meu menino e eu falei com meu menino: 'olha, tá a diretora lá?', E ele: 'tá, tá lá'. Aí eu falei: 'ô diretora, nós temos aqui bolivianos e o consulado tá aqui [em Belo Horizonte-MG] e quer fazer uma palestra pra nós. Você teria como abrir a escola pra nós, um lugar, um espaço?'. Ela disse: 'ah, não tem problema não, é só chegar na prefeitura e eu confirmo com vocês.'. [...] e ela disse que pode ser. Marcou o dia e o consulado veio, e deu a palestra. Não sei da onde que apareceu os boliviano, mas apareceu muito boliviano!*

Ângela[67], liderança comunitária do bairro Veneza em Ribeirão das Neves-MG, confirma as visitas do Consulado Móvel e relata sobre a aproximação entre ela e os sujeitos da pesquisa. Pouco tempo antes desta primeira visita do Consulado para a reunião marcada na escola municipal, ela recebeu, na sede da Associação de Moradores do Veneza (ASMOVE), pedidos de ajuda de bolivianas e de bolivianos para resolver diversas questões, desde problemas financeiros até denúncias de superexploração da força de trabalho migrante[68]. A partir destes contatos, Ângela percebeu que grande parte das dificuldades enfrentadas por esses sujeitos se deve à situação migratória irregular, mas apontou maior presença do Consulado Móvel, o que tem minimizado problema:

> *[...] eles também tinham o problema da documentação. Aí veio o pessoal do Centro Zanmi. A partir daí, passou a dar uma assistência pra eles. [...] convidaram eles pra ir lá no Centro Zanmi, na Amazonas [avenida Amazonas, 641, 8º andar, Centro, Belo Horizonte, Minas Gerais], e, a partir daí, começaram a ajudar eles a fazerem as documentações, e não tinha mais que ir no Rio de Janeiro.*

---

[67] Nome fictício atribuído à então liderança comunitária do bairro Veneza, em Ribeirão das Neves-MG, para preservar a identidade da entrevistada. Ela foi procurada pela pesquisadora com o fim de compreendermos a sua percepção acerca da inserção de migrantes bolivianas e bolivianos naquela região de Ribeirão das Neves-MG, bem como para compreendermos as relações estabelecidas entre essa população e a comunidade de forma geral. A sua atuação perante a demanda de representantes da comunidade boliviana revelou a extrema relevância da sua entrevista.

[68] Estas questões são discutidas com mais profundidade na próxima sessão deste capítulo 4, intitulada "Os desafios da vida migrante e a produção das territorialidades do trabalho e da moradia".

> *Que fazia aqui agora. Já era um alívio, né? O tanto de dinheiro que tem que gastar, ir na Polícia Federal, aquela coisa toda* (Ângela).

Antes disso, a maior parte de bolivianas e de bolivianos não tinha conhecimento do Consulado Móvel da Bolívia em Belo Horizonte. Inclusive, alguns interlocutores, em função desse desconhecimento, buscaram o Consulado da Bolívia em São Paulo-SP para sua regularização migratória:

> *[...] eu fiz meus documentos, pero tudo é dificuldade aqui em Belo Horizonte... Entonces, eu fui para San Pablo. Consulado tem em San Pablo, em Brasília, em Rio de Janeiro, em Campo Grande e Recife, tem consulado boliviano... Belo Horizonte não tem, né? Agora que estou sabendo que estão vindo... Agora que estão vindo, porque no tempo que eu vim não vinha. Acho que não... Porque já estoy há quatro años aqui em Belo Horizonte. Entonces eu tinha que imigrar para San Pablo para pegar e levar certidão de nascimento, todos esses documentos que eles geralmente pidem. Pero entonces eu fui em San Pablo porque aqui em Minas Gerais é um pouco más complicado. A polícia federal é mais devagar... demora demais! Em San Pablo, em 30 dias eu tirei. Em San Pablo é más fácil de tirar documento e tudo... É diferente de aqui. Não digo pela população... É que não tem consulado boliviano aqui... Yo tengo una amiga, por exemplo, aqui em Belo Horizonte, que no tenia documento. Ela viveu dez años e no tenia documento. Dez años que vivia em Belo Horizonte sem documento. Foi pra San Pablo, tudo, pero no conseguiu. Por la hospedaria e todas essas coisas... Só agora conseguiu* (Isabel).
>
> *Pra conseguir a documentação foi difícil porque você tem que ter o dinheiro primeiro na mão, pra dar entrada. Não é fácil. Porque não é aqui [na RMBH-MG], você tem que ir lá [em São Paulo-SP], tem que ter dinheiro... É difícil!* (Luna).

Atualmente, a notícia já se espalhou e todos sabem da atuação do Consulado Móvel da Bolívia em Belo Horizonte-MG. Os sujeitos da pesquisa recorrem a ele, mas implicam

dificuldades no processo, sobretudo pela necessidade de espera pela sua instalação periódica:

> *[...] o consulado não tem aqui. É no Rio de Janeiro. Aí ele tem que vir pra cá. Consulado móvel. Fica dois dias pra você fazer alguma documentação que está faltando. Aí eles tiram uma documentação que eu não trouxe de lá, e deu pra Polícia Federal. Mas não pode falar que é fácil. Era fácil se nós tiver o consulado aqui. Mas não tem. Mas tem uma instituição que ajuda os bolivianos que é o Zanmi. Que ajuda bastante! Que eu nem sabia como que eu ia fazer e eles me ajudaram. Eles fizeram uma documentação para mim, só as taxas que eu tinha que pagar, eu paguei. Só isso* (Anita).

> *Después de dos años, yo sacou mi documentación. Foi difícil un poco... Porque el consulado llega a cada médio año. Entonces, mediante isso, tem que conseguir a documentación. No tão difícil, mas tem que esperar y demora un poco. O Instituto Zanmi que me ajudou* (Enrique).

> *Llegué hace cuatro o cinco meses que estoy aqui [...] luego tomamos toda la documentación. Tan pronto como llegue el consulado móvil aquí en Belo Horizonte. Porque no hay consulado boliviano aquí en Minas Gerais* (Pablo).

> *É muito difícil pra todo mundo! Cada año que passa, acho que está melhorando... Eu vejo essa demora porque o meu demorou. Teve muitas coisas pra mim procurar, pra conseguir. Agora que vi tá mais fácil talvez, mas foi bom que eu consegui* (Daniel).

Outros interlocutores enfatizam que os atendimentos do Consulado Móvel da Bolívia em Belo Horizonte têm sido aprimorados e estão cada vez mais eficientes. Paloma, apesar de não ter sido favorecida por esta melhoria, fez questão de frisá-la:

> *Agora que tem esse para migrantes, o consulado [móvel], ajuda muito. Porque na época não tinha não. Na época era difícil tudo. Muito difícil! Eu chorei. Eu estava grávida de mi filha. Eu me desesperei, chorei! Foi muita dificuldade. Muita!*

Há, ainda, migrantes que conseguem a sua regularização migratória após o nascimento de filhos no Brasil. Esses sujeitos alegam que, com este evento, não há qualquer dificuldade:

> *Quando eu vim parar pra cá, pra Brasil, depois de, vão pôr depois de um año, eu engravidei. Aí eu consegui tirar o documento por causa do meu menino. Que nasceu lá no São Paulo. Eu tenho dois. Uma nasceu aqui [em Minas Gerais] e um nasceu no São Paulo. [...] Ajudou o consulado boliviano pra tirar... Não foi tão difícil não...* (María).

> *Eu tenho uma criança, então foi mais fácil. Tenho uma neném. Eu casei aqui com uma brasileira* (Enzo).

Corroborando este argumento, Diego relatou ter enfrentado dificuldades para a sua regularização migratória pelo fato de não ter filhos:

> *Pra mim, na época, era difícil. Porque não podia fazer documento. Só quem tinha filho que tinha direito.*

Porém, o interlocutor explica que esta situação mudou após alterações em acordos do Mercosul:

> *De 2005 eu acho, foi aquele Mercosul, aquele convênio, aí desse momento que eu fiz. Porque até lá, ninguém tinha documento. Depois, daí pra frente, melhorou muito as coisas. Porque com o documento, você podia fazer tudo já. Aí eu tirei lá e pronto!* (Diego).

As alterações às quais Diego se refere datam de 2009 e garantem maiores facilidades para a livre circulação de pessoas entre os países que compõem o bloco, além de direito à residência legal em qualquer Estado Parte:

> Com o objetivo de fortalecer o processo de integração regional, a partir do ano 2009, implementaram-se instrumentos que facilitam a livre circulação de pessoas entre os países que conformam o MERCOSUL, mediante o 'Acordo sobre Residência para os Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL' e do 'Acordo sobre Residência para os Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL, Bolívia e

> Chile'. Os mecanismos concedem aos cidadãos do MERCOSUL o direito de obter a residência legal no território de outro Estado Parte. Atualmente, encontram-se em vigência para a Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Chile, Peru, Colômbia e Equador. [Estes acordos garantem os] mesmos direitos civis e liberdades sociais, culturais e econômicas que os nacionais do país de recebimento; direito ao trabalho; direito a peticionar às autoridades; direito de entrada e saída do território das Partes e liberdade de culto. [...] Em matéria trabalhista, os imigrantes gozam de tratamento não menos favorável ao que recebem os nacionais do país de recebimento, especialmente em matéria de salário, condições de trabalho e seguros sociais. [...] A Representação Consular ou os Serviços de Migração correspondentes poderão outorgar a Residência Temporária por um prazo de dois anos. Esta última pode tornar-se em Residência Permanente se for tramitada no prazo dos 90 dias prévios a seu vencimento junto à autoridade migratória do país de recebimento, apresentando a documentação necessária[69].

Outros interlocutores também mencionaram os acordos, remetendo a eles a redução das dificuldades impostas ao processo de regularização migratória:

> *Antigamente, era muy difícil! Tem que juntar um monte de papeles. E era só lá em São Paulo. Despues que veio o Convênio do Mercosul, era más fácil* (Hugo).

> *Com o Mercosul, deu certo. Então, não tá difícil no. Eu consegui quando cheguei. Passados três meses, a gente já tirou o documento* (Martín).

Na posse de documentos que regularizam a situação migratória e com todos os benefícios que eles garantem, bolivianas e bolivianos sentem-se menos vulneráveis, o que favorece o processo de reterritorialização na RMBH-MG. De La Torre Ávila (2004) contribui para a reflexão acerca do fortalecimento desses sujeitos e da consequente produção de territorialidades, e implica o resgate das origens no processo de reterritorialização da imigração boliviana. Sayad (1998) defende

[69] Disponível em: https://www.mercosur.int/pt-br/cidadaos/residir/. Acesso em: 18 fev. 2020.

o mesmo ao apontar que os vínculos com o país receptor são construídos também a partir de vínculos com a origem.

Cortès e Faret (2009b) também trazem a importância da origem quando grifam[70] que os grupos migrantes se movem com sua história, valores e práticas. Não se nega, aqui, as mudanças no sujeito migrante acarretadas até mesmo pelo deslocamento geográfico. Há rupturas com a mudança de moradia, mas o processo é dialético: rompe e mantém, colocando as relações com o próprio país em outra posição, uma vez que deixam de ser presenciais, fazendo-se pelas redes e pelas memórias.

Massey et al. (1998; 1993) destacam, entre as importâncias das redes sociais, a sua capacidade de conectar origem e destino, além de possibilitar a construção de espaços sociais da migração no processo de reterritorialização. Baeninger (2015, p. 81) também contribui, apontando que as "[...] redes sociais presentes nos processos migratórios podem criar possibilidades de mobilização, do direito à associação, do direito à informação criando mecanismos que conduzam à garantia dos Direitos Humanos". Singer (1980, p. 240), por sua vez, esclarece que "[...] a adaptação do migrante recém-chegado ao meio social se dá frequentemente mediante mecanismos de ajuda mútua e de solidariedade de migrantes mais antigos".

> *Cada vez que alguien viene a Brasil, es porque alguien vino más antes. Otra persona contó cómo es. Dijeron que viniera. Si no, nadie vendría... Los amigos que ya estaban aquí ayudan al principio a mostrar cómo es* (Rúbia).
>
> *[...] quando as famílias chegam para morar aqui, para trabalhar aqui, quase todo mundo chega sem nada. Todo mundo chega do mesmo jeito. A gente vai arrumando, a gente vai perguntando. Onde que posso achar trabajo, onde que posso trabalhar... a gente vai dando umas dicas para eles... onde que pode ir, como que pode fazer, né?* (Juan).
>
> *Todo mundo ajuda! Nossos conterrâneos que já estavam pelo caminho* (Álvaro).

[70] Nas palavras dos autores: "[...] les groupes en migration se déplacent avec leur histoire, leurs valeurs et leurs pratiques" (CORTÈS; FARAT, 2009b, p. 16).

> *Os amigos que já estavam aqui, em Brasil. Em São Paulo. [...] As pessoas que vêm antes, ajudam quem vem depois. Como os amigos que me ajudaram* (Iago).

> *[...] meu primo [...] disse para eu [...] vim para Belo Horizonte... Para Ribeirão das Neves, na verdade. Porque aqui trabalha menos que em São Paulo e eu podia ficar mais com os meus filhos. E que aqui era tranquilo. [...] Quando eu cheguei aqui em Belo Horizonte, meu primo que me ajudou* (Anita).

> *[...] meus amigos que tavam aqui antes que me ajudou* (Enzo).

> *Foi esse meu tio que ajudou. [...] mi familia que já estava em Brasil. Mi familia que está aqui, amigos, a gente é mais feliz aqui com eles. Eles ajudam. E a gente diverte aqui. É importante estarmos juntos* (Lucia).

> *O pessoal que é boliviano también que ajuda. Que me chamou para trabalhar aqui. [...] Eles já trabalhava. Eu acho que uns três, quatro años antes* (Martín).

> *[...] tengo familia aqui [na RMBH-MG]... También tengo familia en Sao Paulo... han pasado años desde que vieron... y decidí venir y estoy aquí, tranquilo, trabajando. [...] Un primo [...] que me invitó a trabajar aquí. Él que me trajo aquí a Brasil* (Pablo).

A relevância das redes sociais para a vida migrante foi destacada pela ampla maioria dos interlocutores, sobretudo no que tange à solidariedade estabelecida entre eles a partir dessas redes e ao papel desempenhado por estas redes no tocante ao fortalecimento desses sujeitos:

> *[...] esse pessoal que veio comigo lá da Bolívia, lá em São Paulo. E, pra eu chegar aqui em Minas, foi mediante ele mesmo, o conterrâneo. Porque na verdade eu falo assim... eu falo com a sinceridade, né? Ninguém chega a um lugar se não fosse por alguém. Sem conhecer ninguém, ninguém tá num lugar assim não. Alguém tem que falar, ou alguém te passou a notícia, ou alguém te deu um endereço... E esse alguém é mais um conterrâneo. Ou algum amigo seu* (Álvaro).

> *Esse amigo foi muito importante pra gente. Foi muito! Não vou mentir não. A gente teve esse amigo, que ajudou a trabalhar. Por causa disso, a gente conseguiu comprar a nossa casinha aqui. Entonces, graças a Deus, a gente teve muitos amigos bom. A gente teve que trabalhar muito! E tem ainda! Mas a gente teve ajuda* (María).

> *[...] os amigos que ajudam. Eles que chamaram para São Paulo, despues para Minas Gerais. Ajudam aqui. E a gente se diverte aqui [...] tambien. Então, [a rede] é importante!* (Hugo).

> *Este meu amigo boliviano que me ajudou. Ele que me falou para vim da Bolívia e ele que me falou para vim a Belo Horizonte. [....] eu já tinha este amigo aqui e ele me disse para vir a trabalhar aqui* (Juan).

> *Sem mis amigos que ajudaram eu no estaria aqui. No estaria...* (Enrique).

> *As pessoas ajudam, né? Elas dão suporte. Indicación. Então, [a rede] é importante sim* (Laura).

> *[A rede] é importante porque sozinho a gente não começa nada* (Murilo).

> *Foi minha irmã e meus amigos que me ajudaram. A gente não faz nada sozinho no início não* (Daniel).

> *Alguém sempre indica o que precisa. Tem um amigo boliviano que foi num lugar que eu não conheço, aí eu vou lá e falo pra ele. E o contrário a mesma coisa... Às vezes vai junto*. (Diego).

> *[...] quem vem aqui pro Brasil sem apoio nenhum, sem ninguém pra te dar apoio, é terrível. Qualquer país... O sofrimento é muito grande* (Marco).

Marco ainda chama a atenção para a importância de outras redes – que não pertencem às que envolvem inicialmente o sujeito migrante e que surgem ao longo do processo migratório. Segundo o interlocutor, foi a partir do seu casamento com uma brasileira que ele pôde contar com grande apoio e solidariedade:

> *A família da minha esposa deu um suporte impressionante! São minha família. Me acolheram, como se eu fosse família deles mesmo. Até a família do pai e da mãe dela abriram os braços pra mim de uma forma impressionante, como nem o meu irmão fez, como se eu fosse família mesmo deles* (Marco).

María também relata a solidariedade de nacionais, mais especificamente de uma pastora. Neste caso, a relação entre elas tem sua essência no vínculo estabelecido a partir do aluguel da moradia para a boliviana, feito pela brasileira. Porém, María grifa que a relação vai além de questões financeiras:

> *onde que eu moro, [...] lá no [bairro] Metropolitano [em Ribeirão das Neves-MG], tem uma pastora que chegou lá na minha casa, mostrou que tinha as coisas bem perto da minha casa [...]. Ela acolheu a maioria que chegou. Porque ela, no caso, tem os lote com barracão, tudo de aluguel, e ela aluga lá pra nós. Não como outras pessoas. Porque antigamente eles pediam, né? Fazia contrato... Eles pediam dinheiro adiantado. Agora, não. Graças a ela, nós chegou, aí ela deu tudo de braços e mãos aberto, ajudou muito! Até agora ela cuida das nossas criança. Eu trabalho e ela cuida da nossa criança. Então me ajuda muito!*

Outros interlocutores mencionaram a presença da Igreja Evangélica, grifando a ajuda que receberam de pessoas ligadas a ela. A incursão evangélica entre eles é tamanha que, durante uma entrevista em Belo Horizonte-MG, a interlocutora fez referência a uma brasileira que procurava por migrantes bolivianas e bolivianos em Ribeirão das Neves-MG em nome da igreja. Segundo ela, esta brasileira tinha ampla incursão entre os sujeitos da pesquisa, e o relato de Eva confirma a ligação entre eles e a Igreja Evangélica:

> *Un amigo que era de la iglesia evangélica todos nos congregamos... él era pastor y sus hijos están todos aquí. Entonces él nos diría que viniéramos tambien. Él sabía más antes y él que nos trajo aquí.*

Ainda no que tange à relação entre migrantes e nacionais, Álvaro destaca a rede de apoio estabelecida entre sua

família e seus vizinhos, enquanto Juan grifa a importância dessa aproximação:

> *Nesse pedaço aqui, me conheço todo mundo! Os vizinhos, da rua, e tal... a gente conhece todo mundo! E eles sempre ajuda! Sempre ajuda porque, eu acho assim, o primeiro em saber alguma coisa é o vizinho ou o primeiro a chegar é o vizinho. Os conhecidos, né? Então, qualquer coisa que eu preciso tem do lado um vizinho amigo, eles vai te falando informando alguma coisa... Até da promoção! Passa com a sacolinha: 'ô Carmen [esposa do interlocutor], tá na promoção lá!'. Então, tem que conhecer bem direito!* (Álvaro).

> *Eu faço muita amizade com brasileiro. Porque a gente tem que ter, né? Ter gente brasileiro também, como amigo. Sozinho a gente não pode. Entendeu? Não pode... [...] A gente precisa das persona.* (Juan).

Apesar da existência de redes de solidariedade entre nacionais e migrantes bolivianas e bolivianos, no contexto de disputa de poder, a identidade cultural ganha relevância, fortalecendo os sujeitos da pesquisa e pautando o estabelecimento das principais redes. É na identidade boliviana que está a essência das principais e mais importantes redes que favorecem a vida migrante.

> *A ajuda das pessoas fez diferencia... Até pessoas brasileiras mesmo, mas mais os amigos bolivianos, né?* (Martín).

Bolivianas e bolivianos buscam segurança a partir da reunião entre eles e da apropriação de espaços para viverem em comunidade. Isto acaba por corroborar e reforçar a permanência do vínculo entre eles e o país de origem, ao mesmo tempo em que constroem e intensificam o vínculo com o novo espaço da migração (BAENINGER, 1999).

Os desafios da vida migrante e a produção das territorialidades do trabalho e da moradia

Este texto dará centralidade para a escuta de migrantes entrevistados[71] para esta pesquisa para que esses sujeitos possam pertencer – pertencer à sociedade receptora, pertencer ao novo mundo que desenham para si, pertencer ao Estado que os recebe, dotando-se de seus direitos como migrantes. Ouvir a voz de bolivianas e de bolivianos na RMBH-MG foi o caminho escolhido para entender e desenhar este novo fluxo migratório. Bolivianas e bolivianos que vivem seus cotidianos na RMBH-MG contaram suas histórias, e as suas vozes permitiram e guiaram as análises demográficas e territoriais propostas nesta pesquisa.

Como a intenção é ouvir as vozes migrantes, é preciso ter como ponto de partida a realização da comunicação. Conforme explicitado na metodologia deste estudo, a base de toda comunicação é a linguagem, e as entrevistas foram realizadas, com sucesso, com uma mistura entre as línguas portuguesa e espanhola, bem como de línguas indígenas e códigos locais. A transcrição das falas revela esses entrelaçamentos entre as línguas latinas e indígenas nas tentativas de comunicação, o que também é uma realidade do cotidiano deles, cotidiano este marcado por desafios.

Apesar de o Brasil ser o único país latino que não fala espanhol, verifica-se a intensificação do processo migratório de bolivianas e bolivianos para o País. Aprender a língua majoritária do novo lugar e aprender a se comunicar ao longo do seu processo de reterritorialização foi desafio explicitado durante as entrevistas, exposto em trechos que serão utilizados também em outras seções deste Capítulo 4:

> *Tive [dificuldade em aprender português]. Foi devagar... A gente vai aprendendo aos poucos. [...] a gente tem que se movimentar pra conhecer as coisas... se no, no consegue.* ***Tem que aprender até mesmo a hablar! Se no, a gente no conseguir nada*** (Martín). (Grifo nosso).

[71] Entrevistas permitem compreender a história da migração, processo dinâmico e, por esse motivo, impossível de ser compreendido sem este recurso.

A intensificação da imigração boliviana no País, com todas as dificuldades inerentes ao processo migratório, ocorre, sobretudo, pela busca por trabalho – gatilho migratório da quase totalidade das pessoas que saem da Bolívia –, e as narrativas desses migrantes na RMBH-MG revelam essas motivações econômicas:

> *A Bolívia é um país de sul-américa. É um país pequeno, que tem um índice muito alto de pobreza [...] E como Bolívia era, ou é ainda... Conhecido por sair muita gente... Sai muita gente! Sai muita gente pra Europa, sai pros países mais desenvoltos. Então, de muito tempo eu escutava, inclusive na rádio [...], então, quando eu fui crescendo, eu fiquei nesse negócio de que não tinha servicio, de que agora já era pai de família, né? [...] meu pai sempre quis que eu fosse longe de lá, porque lá você passa assim, umas necessidades muito... assim... muito difícil! Fome... você não conseguir dar nada para o seu menino... Você não poder comprar uma roupa para o seu menino... você não poder dar uma coisa... Falar assim: não tenho. E meu pai falava assim: aqui não é bom não. Vai pro Brasil, vai pra Europa, vai longe. Porque aqui é desse jeito* (Álvaro).

> *Eu tenho quatro filhos... e lá em Bolívia, não tenemos un trabajo assegurado, né? Queremos um... ¡Nosotros queremos un trabajo seguro! E foi así. Por este motivo. Para ganar un poco más de dinero. Para llevar un poco más de dinero à Bolivia. Para estudo de los hijos...* (Enrique).

> *Yo vine de Bolivia para o país Brasil por causa de el factor económico. Allá en Bolivia, en La Paz, no hay mucho trabajo... no se puedes trabajar en un trabajo estable. [...] La Paz, la economía es muy mala, y vine aquí a trabajar. [...] Tenía deudas que pagar en Bolivia... Con la economía actual, yo no puedo pagar mis deudas, y aquí estoy tratando de recaudar dinero para pagar...* (Pablo).

> *Bom... no meu caso era... um pouco de trabalho... Lá era um pouco ruim de servicio. Na Bolívia... No tempo que eu tava lá, eu tava ainda me formando... e tinha pouca ajuda pra estudar mais pra frente, pra fazer uma faculdade... e... teve que trabalhar mesmo* (Daniel).

> *Eu saí da Bolívia por motivo de trabalho. [...] Eu vim para ganhar um dinheiro e voltar à Bolívia. Só que aí resolvi buscar mi família. Porque a primeira vez que eu vim, eu vim sem minha esposa e minhas filhas. Fiquei só um pouco e voltar à Bolívia para buscar a elas* (Juan).
>
> *É... Mais pela economia, né? Tava bom. Aquela vez que a gente veio, a economia tava muito melhor! Tava... tava muito melhor para mim. [...] É... Pra melhorar um pouquinho o factor econômico... A gente está procurando querer ganhar mais um pouquinho, né? Mais um pouquinho... Porque em meu país, o juros que a gente tem, deixa a gente um pouco fraco... não tá dando certo lá não...* (Martín).
>
> *Bom... Quando eu saí da Bolívia, eu já tinha pensado já... Bom... eu tava estudando lá e... eu deixei lá [...] meu menino, e eu tinha que trabalhar já. Aí, como na Bolívia não é assim... não tem muito trabalho, aí a gente pensou em vir aqui para Brasil... tentar ganhar mais um pouquinho assim, né?* (Miguel).
>
> *Yo soy assistente social, já trabalhei [na Bolívia] en la prefectura, em ministérios, em tudo, né? Minha opção foi que eu fui despedida em atual governo de Evo Morales, né? Eu fui despedida* (Isabel).
>
> *Eu conheci meu marido, no caso, lá [na Bolívia]. Ele também é boliviano. Ele ficou trabalhando aqui, né? Dez años. Aí ele voltou pra lá. Aí que a gente decidiu vim pra cá, porque lá no nosso país tá um pouco complicado, essas coisas de trabalho* (María)[72].

Assim, bolivianas e bolivianos saem do seu país em busca de trabalho, e veem no Brasil a chance de conquistarem o que procuram. Como já dito, as remessas são extremamente importantes para todo o contexto boliviano. Mesmo para as

[72] Contribuições de outros migrantes entrevistados: "Porque eu vim a trabalhar e aqui [no Brasil] tinha oportunidades" (Hugo); "Porque lá é uma vida meio [...] lá não tem muito trabalho. É por isso a gente saiu. Pensando que poderia ser um pouco melhor" (Paloma); "Eu saí porque lá na Bolívia não tem assim... pra viver... trabalho... e por esse razón que eu saí de allá" (Lucia); "Eu vim por uma oportunidade [...] por buscar um trabalho mejor" (Laura); "[Escolhi o Brasil] porque aqui [...] tem mais do que em Bolívia. Eu vim por trabalho... O salário lá é pouco" (Iago); "Eu saí de Bolívia para trabalhar. Buscar o melhor para mi família" (Hugo).

famílias que migram juntas – e reúnem fora do país de origem todo o núcleo familiar –, uma vez que elas deixam entes queridos na Bolívia e enviam remessas para ajudá-los. Para reunir estes recursos, migrantes bolivianas e bolivianos se dedicam quase exclusivamente ao trabalho.

Em sua quase totalidade, logo que chegam em solos brasileiros, tais migrantes têm suas vidas entrelaçadas pelas linhas de costura – diferente do que ocorre em outros países do mundo, como a Espanha, país que se destaca como grande mercado para a força de trabalho boliviana e cuja demanda "[...] tiene que ver con labores domésticas, cuidado de ancianos, comercio y labores agrícolas, entre otras tareas"[73] (HINOJOSA GORDONAVA, 2008, p. 96). Mais do que isso, antes mesmo de chegarem ao Brasil já são inseridos no universo da costura, uma vez que ela se apresenta como um passaporte para a migração, que é financiada, na maioria dos casos, pelos próprios contratantes daquela força de trabalho boliviana.

Justamente por conhecerem a demanda têxtil brasileira, há bolivianas e bolivianos que investem no aprendizado deste ofício antes de migrarem. A maioria, porém, aprende depois de chegarem ao País, já ocupados – e tendo sua força de trabalho superexplorada – em alguma oficina. É relevante, pois, que nem todas as pessoas que chegam da Bolívia e que se ocupam da costura no Brasil exerciam este ofício no seu país natal. Ao contrário, muitos tinham outras profissões em sua terra de origem e não tinham, sequer, qualquer experiência têxtil, conforme revelam alguns relatos:

> *[...] lá na Bolívia, o boliviano não tem esse ofício, mas tem esse dom de costurar, e aqui vira costureiro. Por quê? É o único... ah... é o único servicio que ele pode arranjar rápido. Então, o que ele faz? Ele de repente era professor, era mecânico, mas... ninguém vai te levar a trabalhar como mecânico. Não. Então, a única coisa que ele tem é confecção. Bolivianos, a maioria mexe com confecção. Não interessa se você é mecânico ou se você é qualquer outra coisa, mas você vai ser costureiro aqui. Então, ele é*

[73] "[...] tem a ver com trabalhos domésticos, cuidado de idosos, comércio e trabalhos agrícolas, entre outras tarefas" (HINOJOSA GORDONAVA, 2008, p. 96; tradução nossa).

> *obrigado a ser costureiro. Por enquanto, ele é obrigado a costurar. Até ele achar... até ele regularizar ou mesmo depois... até lá ele é obrigado a costurar. Aqui em Brasil* (Álvaro).
>
> *A gente aprendeu à força. Porque... eu não sabia assim trabalhar a costureira. Um pouco da costura eu entendia... Meu marido ainda nada. Aí a gente teve que aprender* (Laura).
>
> *[...] eu comecei... não sabia nem costurar nada. Aprendi aqui... minha esposa aprendeu aqui... a gente teve que virartenos* (Miguel).
>
> *[...] vim pra cá [para o Brasil] mesmo sem saber o que era a costura. Foi... já cheguei aqui e a gente se encaixou, né? Aprendeu porque... pra poder sobreviver* (Daniel).
>
> *Mi esposo é... Él siempre tenia esta actividad de trabajo textil, costura... numa empresa, que... na área de textil na Bolívia hay caído mucho. E a empresa fechou. Todos que eram da empresa saliram da empresa e ficaram sem trabajo. Nosotros aprendemos delante que una salida é que eu tinha que aprender a manejar la máquina. Meu esposo que me ensinou. Por causa disso eu aprendi. Entonces... a gente queria investir e fazer isso na Bolívia, mas também não podíamos, porque también necessita de dinheiro. Um capital, no? Para começar [...] Tenemos amigos que viviam aqui em São Paulo [...] Eles haviam envitado muchos años, conversando... mas era difícil porque não tenhamos dinero, porque tenhamos hijos, e también porque é algo delicado salir... Entonces... Siempre havíamos conversamos com este amigo, que se vamos para aí um dia, tenemos que ir com todos! E um dia desses teve que mi esposo resolveu venir. E entonces viemos todos para trabajar com nossos amigos...* (Eva).

Conforme foi explicado por Eva, a queda da indústria têxtil na sua terra natal é apresentada como uma das motivações para a emigração dos que se ocupavam da costura na Bolívia. O alcance mundial do produto chinês foi apontado por Eva, enquanto ela discorria acerca da queda desta indústria na Bolívia e da intensa emigração para inserção laboral vinculada à costura:

> *Estamos aquí por causa de trabajo. No se puede esquecer totalmente que Bolivia já está em área de costura muerta, no? Porque también hay entrado mucha roupa de China. Roupa pronta. És más barato! Esse no nos dá forma de ganar... tenemos para comer! Tenemos hijos para poder estudar... tenemos que ter nuestra casita... essas coisas... Mucho difícil para poder conseguir algo em nuestro país. Solamente entregamos a Dios... no... Mas estamos em isso. Nos deram oportunidade de un trabajo aquí.*

Anita, que não se dedicava à costura na Bolívia, foi atraída para o Brasil, como muitos outros dos seus conterrâneos, para se ocupar neste ofício. No seu caso, a maior vantagem de trabalhar com costura é a possibilidade de trabalhar em casa, permanecendo mais próxima dos seus filhos, conforme relato da entrevistada:

> *Eu saí [da Bolívia] porque eu tenho filhos... eu tenho dois filhos... e o trabalho que eu tenho aqui, a costura... é... dá pra trabalhar em casa. Pra eu poder ficar com meus filhos, né? Porque quando eu trabalhava lá na Bolívia, eu trabalhava, mas... só que eu tinha que sair de casa para ir até o centro... aí eu ficava fora de casa o dia inteiro quase. Então, eu deixava sozinhos os meus filhos, é... eu nem conhecia a professora deles, eu não via eles almoçarem... então, tava bem ruim... eu tava muito afastada deles. Por isso que eu saí. Eu via que dava para trabalhar em casa e eu trabalho agora em casa. Posso cuidar deles. E isso melhorou. Pra eu estar junto com eles* (Anita).

Nas entrelinhas da sua reflexão, Anita demonstra conhecer o mercado global da costura, inserido no circuito superior da economia (SANTOS, 1979). Segundo Santos (1979), a tecnologia empregada e o modo de organização do trabalho pautam a diferenciação das atividades entre o circuito superior e o circuito inferior, que dividem o circuito espacial da produção. Enquanto o circuito superior se constitui por grandes empresas, detentoras de tecnologias e de poder no mercado financeiro, o circuito inferior constitui-se de pequenos comerciantes, formais ou informais, voltados para o mercado local. Mais do que isso, Santos (2013, p. 62-63) fala em uma oposição dialética, uma vez que "[...] as características do circuito inferior são explicadas pela

economia como um todo, na qual o circuito superior está em posição dominante. [...] os dois circuitos [...] são opostos e complementares. Essa complementariedade é acompanhada de dominação".

Nesse contexto, as grandes empresas do circuito superior dedicam-se à concepção das peças a serem produzidas, à publicidade de seus produtos, à distribuição, e à comercialização das roupas, enquanto as pequenas oficinas de costuras do circuito inferior se dedicam basicamente à costura. Compondo este espectro, migrantes bolivianas e bolivianos são frequentemente subcontratados por estas pequenas oficinas de costura – que fornecem as peças de roupas comercializadas por grandes empresas do comércio varejista. Dito de outra forma, a força de trabalho migrante é superexplorada nas pequenas oficinas de costura do circuito inferior e o produto desta superexploração fomenta as grandes empresas varejistas do circuito superior.

Assim, a partir da demanda do circuito superior, os sujeitos da pesquisa encontram a sua sobrevivência no circuito inferior. E isto não acontece apenas em termos de empregabilidade, mas, também, em termos de consumo. Considerando todo este contexto – da economia global e da territorialização de seus circuitos –, Anita justifica sua escolha pelo Brasil tomando como base a situação da imigração boliviana para a Argentina:

> *[...] têm bolivianos que, naquela época, eles iam pra Argentina. Mas as coisas tavam, naqueles dias [recentemente, depois de 2015, quando ela começou a pensar em migrar], bem ruim mesmo. Lá na Argentina.*

Assim, o mercado global da costura atua na redistribuição da sua força de trabalho, e perante a crise no país vizinho, o Brasil tem sua atratividade intensificada. Discursos que propagam a demanda do mercado global da costura por força de trabalho no Brasil fomentam a ilusão de emancipação financeira da classe trabalhadora boliviana:

> *Escolhi o Brasil porque o Brasil é muito falado, né? Na questão da área... do servicio que tem no Brasil. Igual...*

> *eu já mexia com confecção. Entendeu? Então... Você escuta aquela coisa que... Ah, no Brasil, a área de confecção é muito grande, a área têxtil é imensa... Então, você acha que pode ter uma oportunidade lá. Entendeu? [...] Tinha um rapaz que tinha colocado um anúncio. Ele falava assim: eu preciso de dez pessoas pra ir pra lá [para o Brasil], pra trabalhar lá. Aí eu fui lá, fui na pequena firma... Vamo lá [para o Brasil]? Então vão!* (Álvaro).

> *Eu fui primeiro para a Argentina. Trabalhar com costura... Lá eu conheci meu esposo. Na Argentina, né? Ele é boliviano... Isso foi em Buenos Aires. Aí, na Argentina ficou ruim, e a gente veio a Santa Cruz. E depois a gente veio para Brasil. [...] Porque na Argentina não tava bom mais* (Alba).

Em muitos casos, migrantes bolivianas e bolivianos são convidados ou trazidos ao Brasil por parentes ou amigos que já residiam e trabalhavam no País. Em tantos outros, esses sujeitos são aliciados ainda no seu país de origem por agências migratórias e chegam ao Brasil repletos de ilusões acerca do trabalho:

> *Na primeira vez, quando eu fui pra São Paulo, eu tinha uma dívida. Por isso que eu saí [da Bolívia]. Me falaram: você vai ganhar assim, ah, um monte de dinheiro! Eu acreditei! Na verdade, [...] um casal que me levou. [...] Eu não conhecia eles... Conheci lá em Bolívia e eles perguntaram se eu queria vir a trabalhar [no Brasil] e ganhar dinheiro. Então, eles me levaram, eu só ia ficar três meses... eu só queria ficar três meses porque é a validade do meu... é... aquele negócio... aquele documento... O visto* (Anita).

> *Foi o Brasil que me escolheu. Eu queria ir pra outro lugar. Da Bolívia. Não queria ficar lá mais. E aí essa moça me chamou e eu vim. [...] Ela me perguntou se eu queria vim aqui para o Brasil. Eu falei que sim. E... eu preguntei pra quê que era, né? E ela me falou: pra mexer na costura lá. E eu falei que não tenho muito interesse de mexer na costura. E agora eu tô assim, trabalhando com costura* (Murilo).

Fica a cargo dessas agências de migração a inserção laboral da força de trabalho migrante, e, de forma geral, ela é superexplorada, tornando o trabalho migrante análogo à condição de escravo. Trata-se de uma modalidade contemporânea de trabalho que está arraigada numa concepção de exploração explícita. Recrutadores, ainda na Bolívia, prometem, com a emigração, uma vida que muito dificilmente será conquistada pelos sujeitos migrantes. Abraçando tais promessas, bolivianas e bolivianos têm a servidão por dívida marcando, pelo menos, o início dos seus processos migratórios:

> *Aí eu liguei pra ela [irmã do agenciador]: 'você estava me oferecendo um trabalho lá longe no Brasil'. E ela falou: 'você gostaria de ir?'. Eu disse: 'eu quero ir'. Aí ela disse que sim, que hasta la fronteira, eu tinha que pagar minha passagem, mas que pra aqui pra Brasil, São Paulo, ele [agenciador e dono de oficina de costura] pagaria. Mas em nenhum momento a gente falou que a gente ia estar em dívida. Eu peguei rápido a proposta. [...] eu trabalhei sete meses de graça para ele [para o irmão da mulher que intermediou, citada como 'amiga' pela interlocutora da pesquisa]. Ele não me pagou nada! Porque eu tive... porque estava em dívida de passagem do meu filho e de passagem minha. Ele não me pagava. Três meses eu paguei os vales que ele me deu para detergente, shampoo, papel higiênico. Três meses! Um ano inteiro eu não tive salário. Então eu vejo que a maioria dos bolivianos passam assim. É uma realidade muito diferente. A gente já vem de lá [da Bolívia] pra ser mão de obra barata. E eu enxergo assim a realidade de muitos nós* (Nina).

> *Todo boliviano que eu conheço é desse jeito que eles vêm. Vem contratado da Bolívia. [...] Os bolivianos que trazem a gente de lá. Os que já vieram tem anos, que já trabalharam, já foram escravos, cresceram. [...] Faz o dinheirinho, vai lá na Bolívia e traz. Já são contratados lá na Bolívia e quem paga o custo é o que trouxe. Só que chega aqui e ele vai descontar tudo o que ele gastou. Eles segura documento, se tiver passaporte, segura passaporte, até você pagar o que gastou. Comida, passagem, mas é assim... Se não, não pode sair* (Luna).

> *Eles, fim de semana, eles davam comida até o dia sábado. Sábado de noite, domingo, eles não davam comida. E eles*

> *davam 10 reais de vale para as seis pessoas que era nós quatro que trabalhamos e dois pequenos, né? Eles davam 10 reais de vale. Quando a gente finalizou o mês, a gente... Eles foram fazer contas e a gente ficou devendo. Ficou em dívida com ela. A mais de 3000 reais. Pelas passagens e tudo... Ela mostrou uma lista grande. Aí não conseguimos pagar isso daí porque nosso salário nem chegou a 300 reais* (Jade).

Tais sujeitos são cooptados por promessas de bons salários, de boas condições de trabalho e de alojamento para morarem, mas, ao contrário disso, eles são superexplorados, e mantêm-se nesta condição por um longo período[74]:

> *[...] ele me explicou o horário de trabalho. De seis horas até dez horas. E eu falei: mas por que tantas horas? Foi o primeiro que me incomodou. Primeiro. Só que aí ele falou, como todos hoje em dia falam: 'Você não vai gastar em comida, você não vai gastar em moradia, você não vai pagar luz e água. Você vai trabalhar e você vai tener aqui seu salário.'. Eu fiquei, em parte, fiquei feliz. [...] Então por isso que eu falei que na primeira noite que eu cheguei aqui e dormi, coloquei a minha cabeça em minha almofada, eu fiquei tranquila [...] mas dia seguinte já foi outra realidade mucho mais dura! [...]eu também vi que se eu não fosse trabalhar, com o quê que eu ia sobreviver? Estou longe... Não é como na Bolívia, eu não sabe como falar português* (Nina).

---

[74] Monasterio (2016) tem se dedicado a pesquisas que relacionam sobrenomes, ancestralidade, diversidade cultural e mobilidade social no Brasil. Segundo o estudo, pessoas de ancestralidade japonesa, por exemplo, recebem, em média, salários maiores que pessoas brancas com sobrenomes ibéricos. "[...] quais seriam os canais que fizeram com que a imigração tenha tal impacto no crescimento econômico? O primeiro candidato é, claro, o capital humano, em seu sentido mais amplo. [...] no caso daqueles estudantes com ancestrais japoneses, o efeito equivale a um ano a mais de escolaridade na disciplina de matemática. Ao que parece, há transmissão intergeracional do capital humano" (MONASTERIO; LOPES, 2018, p. 22). Monasterio (2016) ainda demonstra que pardos, negros e indígenas recebem menores salários, refletindo a já conhecida desigualdade que persiste no País. O autor ainda acrescenta que os ganhos se associam, também, a outras variáveis como a cor da pele, o gênero e a qualidade da educação que a pessoa recebeu. Estes resultados corroboram os baixos rendimentos dos sujeitos desta pesquisa, lembrando que bolivianas e bolivianos têm ainda outros fatores que contribuem para a redução desses valores, aproximando tais forças de trabalho de práticas análogas à escravidão.

> *Na chegada, foi aquele pessoal mesmo... Que nós tinha combinado, né? Que nós fez o trato... Você trabalhando o trato, tá bom... [...] Nós tinha que pagar um juros. Um juros assim... psicológico e dinheiro também. Porque, tipo assim, ele fala: você não quer trabalhar, então no lugar de você tinha que vir outra pessoa. Ele tentava... vamos dizer... de você ficar mais tempo. Pra trabalhar com ele. Entendeu? Então... foi isso...* (Álvaro).

Assim, chegando ao Brasil, essas pessoas são, na maior parte das vezes, obrigadas a trabalhar longas jornadas diárias. Ameaçadas, de todas as formas possíveis, são envolvidas em um ciclo de difícil rompimento. Ameaças contribuem para sustentar esta condição, mantendo-os na invisibilidade:

> *Quando você vem aqui, imigrante peruano, boliviano e paraguaio, você não conhece das leis. Então você se submete mesmo. Você se submete! Então o trabalho era assim, não conseguia sair... Não é que ele fechava a porta. Só que ele falava assim: se você vai sair, você é indocumentado, você é ilegal, vocês são ilegais, é proibido falar com outras pessoas, você não pode nem falar com outros bolivianos porque eles vão te levar pro outro lado e do outro lado existe tráfico de órgãos, existe pessoa que te leva para prostituição, vão vender a seus filhos... Então eu tinha na cabeça que eu não devo sair. Ao menos eu tinha isso, não tenho que sair. Tenho que viver aqui. Só que com essa coisa que te falam, é como se tivesse te encerrando, sabe? Encerrou com uma porta imaginária e colocou um cadeado, entendeu? Porque você não pode sair...* (Nina).

> *Ela não permitia que a gente saia. Ela falava de que a gente não tinha que sair porque os brasileiros eram maus, eram bravos, iam fazer alguma coisa, e a polícia ia pegar a nós, voltar à Bolívia. Que iam tirar os meus filhos de mim... tudo. Então a gente não saía tampouco na rua. Vivi muito tempo assim. A gente viveu assim um ano e meio. Sem sair. [...] E toda noite era para nós brigar com meu marido. Porque ele falava: você me traz, eu não queria trazer, eu não queria vir. Então, todo dia era assim. As minhas filhas, elas começavam a chorar. E a falar: mãe, pai, vocês não têm que brigar, a gente não queria vir, vocês trazeram a nós. E a gente saía 12 horas da noite, a gente se ponía de joelhos. E a gente se colocava*

> *num círculo e a gente orava para as coisas melhorarem* (Jade).

O choque que esta nova realidade – o cárcere, para superexploração da sua força de trabalho – leva muitos migrantes à reflexão e a questionamentos:

> *Meu filho era muito pequeno. Muito pequeno! Ele estava acostumado a outro tipo de vida, eu saía do trabalho, eu pegava ele da escola, a gente ia no parque, no cine... por muitos anos aqui eu não levei a ele. Porque o trabalho era muito diferente. Você tinha que acordar seis... o mais rápido possível você tinha que lavar o rosto, escovar os dentes e sentar na máquina, oito horas levantar, e tomar café da manhã, um pão e uma xícara de café. Meio-dia, levantar da máquina e almoçar, uma hora retornar no trabalho... Eu não estava gostando, mas para mim era estar seguro. Porque nas oficinas de costura, a parte que o dono... Comigo ele não pegou meus documentos, mas eu sabia que pegou muitos documentos de outras pessoas que vêm da área rural, ele pega. Pegou. Os documentos. Porque logo de entrada eu já falei: como tantas horas de trabalho?* (Nina).

Apesar dos possíveis questionamentos, a maioria dessas pessoas – superexploradas – não consegue romper rapidamente com este ciclo. A densidade da situação – permeada pela ameaça, pela pressão, pelo sofrimento, pela indignação, pela revolta, pela tristeza, pela depressão, e até pela desinformação e falta de acesso aos seus direitos – dificulta qualquer tomada de decisão ou tentativa de mudança. Evoluir para a ação requer superar muitas dificuldades.

Destaca-se, entre as muitas limitações impostas a bolivianas e a bolivianos nessas condições, a dificuldade de regularização migratória, que poderia facilitar o fim dessa superexploração. Mantê-los clandestinos é uma forma de legitimar a exploração, já que o Estado sabe de sua existência. Desta forma, a não regularização migratória apresenta-se como um dos grandes impeditivos da liberdade da força de trabalho boliviana. Ela é, muitas vezes, dificultada, propositalmente, pelos empregadores, para facilitar a exploração dos sujeitos migrantes:

> *[...] o dono de onde nós trabalhamos... nem eles mesmo tentam informar como que é... a documentación que nós podemos fazer... Pra eles melhor! Pra ele melhor! [...] melhor nós não conversar nada, nem entender. Nem conversar com o português... nem aprender português... Quando eu cheguei, não falava português. E tinha dois años que eu morei em São Paulo, eu não falava... eu ficava só em casa mesmo, trabalhando. Não tem contacto com brasileiros. Ficava só lá! [E regularizar a situação migratória] é sim muito importante! Pra nós é uma facilidade [...] porque aí a gente tem acesso a bancos, pra poder comprar uma casa, pra poder comprar um carro, pra uma vida melhor pra nós. Para dar algo melhor para nossas filhas. É muito mais fácil! Por isso que o patrón que quer te escravizar no deixam no. Eles tentam esconder o máximo possível para você não saber quales son as oportunidades que podem ter, se conseguir... quais son os direitos de migrantes... nós estamos privados quando você trabalha [superexplorados, nessas oficinas]* (Laura).

> *Como eu tinha compromisso de trabalho, eu não podia sair e não tinha tempo [...] não dá pra sair não. Aí eu só consegui tirar [os documentos que regulam a situação migratória] depois que eu saí de lá. Que eu parei de trabalhar com ela* (Murilo).

E o processo de superexploração se aprofunda quando a territorialidade do trabalho se faz moradia. O local do trabalho ser o mesmo local da moradia traz, novamente, a questão das relações de trabalho escravocratas vivenciadas em países latinos desde o processo de colonização. Contemporaneamente, essas relações são ressignificadas, mas o objetivo se mantém: ampliar as possibilidades e intensidades da superexploração. A oficina imposta como local de trabalho e de moradia facilita este processo, uma vez que aprofunda a dependência. São Paulo-SP ainda concentra o maior número de casos de superexploração da força de trabalho boliviana – situação recorrentemente vivida por migrantes nesta metrópole e descrita por interlocutores da pesquisa:

> *Lá em São Paulo, eu trabalhava pra outra pessoa. Nós trabalhamos lá de sete da manãna até dez da noche. Trabalhamos pra mesmos bolivianos lá. Aí... todo... nós*

ganhávamos a terceira parte do que era o pagamento da roupa. Não ganhávamos tudo direito. [...] lá em São Paulo, como tem muito boliviano, mesmo os bolivianos saem a escravizar [fala muito emocionada]. Escravizam! Mesmo bolivianos, escravizam outros bolivianos. Entonces nós mesmos é que fazemos isso. Que é muito triste! (Laura).

A gente vindo trabalhar na costura, a gente dormia e morava na oficina da costura mesmo. Meus filhos não tinham mesmo um lugar para poder brincar. Então foi muito difícil la chegada. A gente tinha que trabalhar de dia das 6 horas da manhã, 5 horas da manhã, hasta 12 horas da noite. Às vezes a gente tinha que amanhecer trabalhando. A gente não dormia. Então, eu fiquei com muita dor. De ver a mios filhos assim, nesse estado. Porque a gente às vezes tinha que amarrar eles para que eles não possam sair porque os filhos da dona, eles tinham un cachorro e eles mandavam o cachorro para mios filhos molestar. Então eu tinha que... Não podiam sair. Para brincar (Jade).

Quando eu cheguei aqui [...], trabalhava 15 horas por dia. [...] Começava sete horas, ia até meio-dia, depois almoçava até uma da tarde e ia até cinco da tarde... Comia na mesma mesa de costura, que tava costurando. Chegava a hora da janta, era umas oito horas mais ou menos. Acabou de jantar, aí descansa uma hora mais ou menos, e começa tudo de novo até meia-noite. [...] É pesado! É muito pesado! Tem muita gente que vem assim! Então, assim, é uma coisa que eu nunca pensei que ia passar por isso. É muita gente que passa por isso. Tem muita gente que vem com crianças pequenas, tem que colocar as criança embaixo da mesa que tá costurando ou elas ficam presas num quarto... É muito triste. E ainda tem! Ainda! Tem muito dessa forma! (Luna).

Quando eu cheguei em São Paulo, [...] fiquei lá três años, trabalhando assim... tipo assim... escravo, né? Porque você trabalha, mas você não sabe como são as leis. E tudo te confunde, como são as coisas aqui te confunde... acaba não saindo de lá. [...] Aí eu não aguentei mais, eu saí... aí eu fui parar na favela de Osasco. Em São Paulo (Iago).

Muitos foram os abusos relatados, situações que tornam ainda mais vulnerável a população boliviana migrante, conforme o registro feito por Paloma:

> *Uma vez a gente acabou de fazer... entregamos o servicio... e despues, tenía um menino que era especial [filho do dono da oficina]... Queimou todo o servicio. E aquela gente não pagou para nós. Mas eles tinham que dar conta da coisa. Eu falei: foi o seu filho que queimou todo o servicio! Mas não nos pagou! A gente fez de graça! De graça!*

A superexploração é suportada pela precariedade de vida da família que ficou na origem e pela necessidade de emissão de remessas ou, em outros casos, pela falta de alternativas no país de origem – por necessidades econômicas, emigram da Bolívia – e pela urgência de reconstrução das vidas de bolivianas e de bolivianos já instalados no Brasil:

> *[...] as pessoas que son por exemplo, imigrantes, às vezes vêm com os caras que estão querendo escravizar... Eles vêm por necessidade! Todo mundo às vezes necessita fazer alguma coisa. Então, onde você nasceu, se não tem oportunidade de fazer isso, então, tem um que lhe fala... Olha, você pode ir allá que você vai se dar bem! E às vezes se dá bem, mas às vezes se dá mal... Porque esse mundo não é para todos. É difícil...* (René).

> *E eles se matam, se matam, se matam! Se não costurar muito, não dá. [...] Eles comem na máquina. Vai costurando e comendo. Eles fazem isso também, às vezes não é porque os patrões tão obrigando. É pra produzir mais. Tem que ganhar! Tem família pra mandar dinheiro... Eu mandava pra minha mãe, porque minha filha estava pequenininha ainda... Então é assim. Eles mandam dinheiro. Ajunta, ajunta, também pra trazer a família. Porque a família tá lá esperando... É essa a vida de costura. É muito triste* (Luna).

Apesar dos abusos sofridos, bolivianas e bolivianos chegam a reconhecer a atuação dessas agências migratórias como fundamental, já que são vistas como facilitadoras do processo

migratório, minimizando a sua crítica a respeito da superexploração do trabalho migrante. Esta realidade tornou-se explícita no relato de Anita:

> *Esse casal que me trouxe... Como eu ia vim sem eles? Eu não gostei de trabalhar com eles, mas eles que permitiram minha vinda para Brasil.*

Esta leitura está ligada à dificuldade na legitimação do migrante, e leva à naturalização de uma relação de trabalho servil presente na própria constituição de nossa existência como sujeitos sociais. Migrantes sujeitam-se à superexploração, por tais sujeitos tê-los trazido ao Brasil, garantindo a concretização do processo migratório e legitimando sua condição de migrante. Nesses termos, os sujeitos da pesquisa são submetidos a jornadas exaustivas por uma renda ínfima, além das mais variadas formas de violência que são praticadas. É possível perceber aqui as contradições em que oprimidos se conectam ao opressor construindo uma explicação de aceitação da condição de exploração, afirmando que aquele que o explora está fazendo o que tem que ser feito. Na maior parte das vezes, são, inclusive, manipulados pelos donos das oficinas, e obedecem estritamente – e sem questionamentos – às suas ordens:

> *Allá [em São Paulo-SP], bolivianos mesmo escravizam nós mesmos. Essa gente faz desse jeito... Crianças não podem ficar junto de pai nem mãe... Tem que deixar fechado em quarto... Eles não deixam... Não tem como sair de jeito nenhum. Em um año, nós vivemos assim. Nesse um año, eu chorei muitas vezes... Segurando mi filha em mi colo (choro). Eu choro só de lembrar. Muito difícil! Muito difícil! [...] Esses bolivianos mesmo, eles nos proibimos mesmo de sair a passear [...] não tem jeito... não tem jeito... tem que ser desse jeito* (Paloma).

> *Quando o dono de oficina fala pra sair, aí a gente sai. Se não, não. Aqui se vem a trabalhar.* (Nina).

> *A gente tinha um compromisso. [...] No começo foi difícil pra mim. Porque... Como eu tinha compromisso de trabalho, eu não podia sair e não tinha tempo...* (Murilo).

A perversidade da indústria da moda sustenta esses ciclos. Em São Paulo-SP, responsáveis pelas pequenas, médias ou grandes marcas contratam coreanos – ou, ainda, japoneses, chineses, e até brasileiros –, que subcontratam bolivianas e bolivianos, que, por sua vez, exploram seus conterrâneos trazidos da Bolívia. Freitas (2012, p. 160-161) aponta, porém, para a "[...] transferência do recrutamento de força de trabalho e do controle das oficinas de costura para a comunidade boliviana, na medida em que a comunidade coreana ligada ao setor de confecção passava para a formalidade e se consolidava comercialmente". Quem está na ponta – a costureira boliviana e o costureiro boliviano – recebe um valor ínfimo por peça e vive nas condições degradantes que estão aqui sendo relatadas.

Toda essa questão tem a sua essência na superexploração da força de trabalho migrante com o objetivo de obter o maior lucro possível pelo mercado global da costura. A subcontratação (WALDINGER, 1994) contribui para a redução do valor do trabalho. Assim, sobretudo em São Paulo-SP, alguns bolivianos que estão há mais tempo no País, também explorados, exploram migrantes bolivianas e bolivianos recém-chegados, subcontratando-os (SILVA, 2012; 2006; FREITAS, 2014; 2013; 2009; SOUCHAUD, 2010). Mais uma vez, as contradições ganham relevo, pois o oprimido assume um papel de agenciador e explorador no processo migratório, como se transferisse para o seu conterrâneo a superexploração à qual já esteve submetido. O oprimido, nesse caso, reproduz o agenciador que o impeliu a migrar e vê nessa função uma possibilidade de ascensão dentro da estrutura estabelecida para migrantes bolivianas e bolivianos. A estrutura produz a ideia de que, construindo pequenas fábricas caseiras de costura, esses sujeitos poderão sair da condição de superexplorados, o que, muitas vezes, acontece, mas há uma falsa ideia de libertação da exploração. Ou seja, mesmo os bolivianos que optam por assumir o papel de agenciadores, não deixam de ser explorados, mas tornam-se explorados-exploradores.

A indústria têxtil sai como a grande ganhadora desse processo, pois o lucro aumenta e a força de trabalho, dividida, oferece menos resistência à superexploração. Obviamente, nem todos os bolivianos querem assumir esse lugar e reproduzir esse papel, o que é perceptível na fala das pessoas entrevistadas para

esta pesquisa. Muitos optam pela migração para a RMBH-MG como alternativa à essas amarras, mais consolidadas em São Paulo-SP.

> *Que lá em São Paulo, como tem muito boliviano, mesmo os bolivianos saem a escravizar [fala muito emocionada]. Escravizam! Mesmo bolivianos, escravizam outros bolivianos. Entonces nós mesmos é que fazemos isso. Que é muito triste! E lá tem também coreano, tem chinês, que escraviza, que paga muito abaixo, que paga muito mais barata! Brasileiro también. También tem brasileiro que têm fábricas de roupa allá. Entonces a gente trabalhava pra esses* (Laura).

> *As roupas que a gente produz são pagas por peça. Nós trabalhamos para firmas. Geralmente, a gente trabalha para coreano. É só coreano que dá as prendas, né? As peças. O corte inteiro, e a gente recebe e cada peça é um preço. Agora as oficinas recebem esse corte e o dono da oficina dá aos seus funcionários, e pros seus funcionários ele tem que pagar por peça valor mais baixo. Os preços atualmente não subiram quase nada. Está mantendo o que vários anos atrás seguiam* (Jade).

> *Geralmente eu trabalho para firmas coreanas. Não todas as firmas coreanas são ruins. Tem firmas coreanas que são muito ruins. Que pagam uma miséria mesmo. Elas te dão na data da entrega... tudo isso. Eles não entendem ou... não querem entender sobre o que és trabalho escravo. [...] porque eles, coreanos, eles que colocaram esse método de trabalho. Donde tem que trazer pessoas, trazer para trabalhar em casa... eles que colocaram! Os coreanos. Porque muitos bolivianos falam que eles implementaram como se trabalha. Desde entonces que é assim o horário de trabalho* (Nina).

> *São coreanos, japoneses, chineses. Porque eles costuram mais pra eles. Eles que trazem tudo cortadinho pra costurar. E aí é os bolivianos que vão costurar. Mas eles não são contratados por japonês! São contratados por bolivianos! O boliviano trabalha pra os japoneses, o patrão. Aí ele vem e paga pelas peças que você costurou. Se você fez 100 calças jeans, aí ele paga as 100 calças jeans. E são centavos* (Luna).

> *A gente trabalhou também allá [em São Paulo-SP] com brasileiros, né? Brasileiros mesmos também fizeram isso [superexploração da força de trabalho migrante, tornando o trabalho análogo à condição de escravo] com nós...* (Paloma).

Há subjetividades que conturbam ainda mais a situação. Bolivianas e bolivianos não se consideram escravizados ou praticando trabalhos de forma análoga à condição de escravos. Hissa (2008a, p. 265) deixa a provocação: "O que se poderá pensar da minimização dos direitos à vida digna, da banalização da escravidão que, permanente, se metamorfoseia em suposto trabalho livre do qual se subtrai a liberdade?". Muitas vezes, bolivianas e bolivianos nomeiam seu trabalho, mesmo em condições de superexploração – situações de extrema vulnerabilidade, que podem levar até mesmo a mortes ou mutilações de migrantes em oficinas têxteis –, como uma ajuda que estão dando para quem os empregou, sugerindo o cumprimento de um acordo, o que explicita, ainda mais, essa condição de vulnerabilidade a que estão submetidos.

> *[...] boliviano é sempre assim... não faz nada de graça! Você pode me ajudar um mês allá e ficar tranquilo... ele falou assim pra mim. E eu concordei* (Álvaro).

> *Ela já tinha morado mais tempo aqui, aí ela chamou ele [seu marido, com quem a interlocutora veio] pra ajudar* (María).

> *Foi uma moça que me trouxe [...] eu falei que não tenho muito interesse de mexer na costura. Posso ir pra ajudar você um pouco* (Murilo).

A alienação presente neste processo de superexploração da força de trabalho migrante pelos seus agenciadores e contratantes é socialmente construída ao longo de um processo histórico extremamente perverso. Há paralelos possíveis entre a história recente do Brasil – representada, também, por migrantes bolivianas e bolivianos –, e a história de outros países que viveram processos de escravização de africanos. Em um processo de produção de alienação a partir de uma fala que traz uma ideia de amenização da superexploração,

de cuidado e ajuda do explorador para com o explorado, exploradores convencem explorados de que estão os ajudando, para manipulá-los, mantendo-os acomodados e sem questionar as situações de superexploração.

Para além dos interlocutores da pesquisa, essa prática é recorrente, ainda, no Brasil atual, sobretudo nos espaços rurais, mas, também, nas relações urbanas, como o é com bolivianas e bolivianos. Imersos nesta lógica, muitos dos sujeitos da pesquisa ainda defendem que vêm para o Brasil para trabalhar e que devem fazer isso da forma mais intensa possível, negando, de certa forma, a superexploração:

> *[...] en ese momento la moneda era muy buena. La moneda era cuatro veces más que la moneda de mi país. Esto tiene... ocho años [2011, uma vez que as entrevistas ocorreram em 2019]. Entonces los preços... de las prendas... dava para ganar dinero aquí. Es un trabajo sacrificado, no? Mas... vale la pena... Vale la pena! No siento que me estoy sacrificando. Estoy trabajando por bien de mi familia* (Eva).

Como não se pode negar a realidade, acabam por cair em contradição, reconhecendo a superexploração vivida e o fato de terem se subjugado a ela por necessidade. Um dos entrevistados, que tem conhecimento de como ocorre todo o processo – por ter passado pela Argentina antes de migrar para o Brasil e por ter sido explorado por um familiar durante sua estadia naquele país –, expõe:

> *[...] eu achei esse pessoal lá, mas esse pessoal não sabe que eu já tava assim sabendo [de como migrantes bolivianas e bolivianos são envolvidos em processos de superexploração da sua força de trabalho]... que eu tive na Argentina, que eu morei... Eu ajudei o cara lá... ajudei uns três meses. Aí eu falei: já te ajudei, aquilo tal, tá bom... E ele: então você já tava sabendo, já foi lá... e eu: obrigado pelo servicio e tal... e fui para a Bolívia, atrás da minha esposa e do meu menino... Mas eu comecei a trabalhar com o pessoal lá e tinha um problema com os meninos [outros bolivianos em situação de trabalho escravo ou análogo à escravidão]... tinha muita gente...* (Álvaro).

De modo geral, apesar de entenderem que migram para trabalhar e que isso deve ser feito de forma intensa, reconhecem, em alguns momentos, o excesso, mas, em sua maioria, não questionam essa realidade – a exploração da força de trabalho. Os poucos que tentam questionar têm suas ideias refutadas:

> *[...] por exemplo, quando você fala de que não se pode fazer isso, que tem lei aqui, que tem lei allá, tudo isso, eles falam: 'não, porque nós estamos te ajudando de sair de nosso país, que não tem dinheiro, então, nós estamos te ajudando'. Tudo eles usam a palavra ajuda. Mas não é uma ajuda boa. Não é uma ajuda boa. [...] E eu falei: 'não, não pode ser assim não'. Falta muito por conhecer a legislação daqui do Brasil. Falta muito. Aí eles... alguns bolivianos, né? Eles ficam um pouco chateados comigo porque eu falo assim: 'não, as leis não são assim'. E eles falam: 'não, bolivianos vêm aqui a trabalhar... eles vêm aqui a trabalhar, a gente está ajudando'. Mas não é uma ajuda boa! Não é! [...] vão a outros lugares... eu vejo... Se vão para interior, para outros estados, eu vejo o mesmo, que segue replicando, trabalhando muitas horas...* (Nina).

A despeito da negação da superexploração – feita pela maior parte de migrantes bolivianas e bolivianos –, são eles os mais frequentemente resgatados, em São Paulo, em denúncias de prática de trabalho escravo na costura. Esta negação-contradição contribui para aprofundar a situação de superexploração da força de trabalho migrante de bolivianas e bolivianos, dificultando o rompimento deste processo. O sujeito-migrante ainda absorve discursos como proteção identitária e como sobrevivência nessa estrutura que o oprime:

> *[...] temos que trabalhar de uma maneira certa. Não equivocada. Até agora, que tem conhecimento, que boliviano faz peça tudo errado. Vive ilegal, costura ilegal, tudo ilegal, né? Mas eles tem que trabalhar o mais certo possível pra não ter nenhum problema...* (Lorenzo).

Ao mesmo tempo, a vulnerabilidade – migratória, laboral, financeira, social, espacial, política, psicológica etc. – de

migrantes bolivianas e bolivianos prende-os neste ciclo de superexploração que, muitas vezes, só tem um fim a partir da sua descoberta e intervenção policial:

> *[...] tem uns que não sai mesmo! Que fica ali até que a polícia estoura aqueles lugares. A polícia descobre, entra por causa de uma denúncia, que a polícia fica sabendo, chega pra Polícia Federal, aí sim, aí que solta eles. Porque as pessoas não prestam... Esses patrões, né? Alguns são deportados. Aí as pessoas vão presas* (Luna).

Esses migrantes, quando são resgatados ou quando conseguem romper a superexploração e finalmente sair da oficina de costura, veem-se nus, expostos pela sua profunda vulnerabilidade, e presos àquela realidade:

> *Dois anos que estava aqui, eu [consegui sair e] procurei trabalho [...]. Preencheram uma ficha pra mim. Me colocaram como analfabeta. Aí eu fiquei... muito... assim... Mas como analfabeta? Eu não sou analfabeta! Mas também tinha razão. Porque eu não sabia falar português, eu não sabia escrever em português. Sou como una pessoa que só entende o que está falando. Então voltei ao mesmo trabalho. Voltei à mesma oficina para fazer o mesmo trabalho de costura* (Nina).

Até mesmo órgãos, como a Federação dos Residentes e Associações Bolivianas no Brasil, que deveriam proteger os migrantes que estão fora de seu país, revelam-se ineficientes para este fim. Pior do que isso, este órgão foi acusado por Nina de perpetuar a superexploração da força de trabalho migrante:

> *Acho que vai seguir tendo mesmo, costureiro, bolivianos imigrantes, mas eu sempre falo que o que eu aprendi agora, em nenhum escrito da legislação está trabalhar assim. Eu falo pra meus conterrâneos, né? Que são bolivianos. Mas também eu queria falar pra nosso presidente da Federação, mas eu falei que vou calar [a minha] boca. Porque muitos dos associados de nossa Federação que agora se reuniram, são e foram grandes pessoas que traficaram pessoas. Então, a maioria dos associados fazem isso. [...] Então nossa Federação não nos representa. Ele deveria ser mais parceiro de todas as associações, de todas as instituições aqui de Brasil e*

> *ajudar... Nem nosso consulado nos representa. Nosso consulado não tem nenhum braço social para nos ajudar. Eles não querem perder nem um real. Tudo é cotizado a todos. Então, falta muito mesmo! Pra nós, falta muito, né? E quando a gente quer ser partícipe, eles não dão voz. Eles só dão voz aos que são associados.*

Tentando conter esta realidade, órgãos oficiais do Estado, como o Ministério Público do Trabalho, atuam. Porém, são poucos os auditores do trabalho para a imensidão do território brasileiro. A legislação tenta contribuir, mas, também, não é capaz de acabar com a exploração do trabalho migrante de forma análoga à condição de escravo.

> Por receio de serem presos ou deportados, imigrantes em situação de trabalho irregular podem submeter-se à exploração, apesar de terem os mesmos direitos dos trabalhadores brasileiros. Caso empregadores contratem trabalhadores de maneira irregular, sejam eles brasileiros ou estrangeiros, terão que pagar altas multas, além de indenizar os trabalhadores prejudicados e corrigir a situação trabalhista (MPT, 2018)[75].

Assim, a despeito dessas penalidades, é recorrente a superexploração, e, infelizmente, apesar de serem grandes os esforços para conter a exploração de trabalho migrante de forma análoga à condição de escravo, os órgãos fiscalizadores são insuficientes para atender toda a demanda. Neste contexto, as redes de contrabando e tráfico de pessoas mantém-se entre os principais meios para viabilizar o trabalho forçado. Jornadas exaustivas – prolongadas, caracterizadas pela grande intensidade e frequência – desgastam trabalhadoras e trabalhadores migrantes, que se veem incapazes de recuperar forças para a jornada seguinte, implicando em prejuízos físicos e mentais por causa dos limites dos seus corpos.

Uma série de outras condições às quais esses sujeitos são submetidos caracterizam-se como degradantes: não são

[75] Informações disponibilizadas em matéria publicada em 20 de fevereiro de 2018, no portal eletrônico do Ministério Público do Trabalho. Disponível em: http://portal.mpt.mp.br/wps/portal/portal_mpt/mpt/sala-imprensa/mpt-noticias/de6f3240-a755-4c50-9b33-934116c0aeb4. Acesso em: 21 fev. 2019.

respeitadas normas de higiene e de segurança onde essas pessoas são instaladas, os locais que se revelam ambientes de trabalho e de moradia coletiva apresentam-se completamente despreparados para abrigar as famílias migrantes, entre outras questões. A presença do modelo *Casa Grande-Senzala* perpetua nessas condições insalubres de trabalho e de vida. O fato de morarem nas oficinas que os contratam, inclusive, contribui para aprofundar o ciclo de superexploração. Luna, ao refletir acerca dos desdobramentos impostos à pessoa que se encontra nessas condições, aponta:

> *Ela está sendo escravizada. [...] Por quê? Elas não sabem dos direitos. Elas estão trabalhando... porque elas moram no emprego. Disponível o tempo inteiro. E elas não sabem de nada.*

Em conjunto, as condições às quais essas pessoas são submetidas demonstram total desprezo à dignidade humana. A promoção do trabalho digno parece ser uma realidade ainda distante. Ao contrário, na maior parte das vezes, migrantes bolivianas e bolivianos não possuem contrato de trabalho, ou, tampouco, carteira de trabalho que, segundo a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), é documento obrigatório a ser usado por qualquer trabalhador no País.

> *[Eu não vim para o Brasil] Contratado não, mas só conversação... não tem contrato... Ninguém tem* (Martín).

Hugo, um dos bolivianos entrevistados, garante ser o único entre seus conterrâneos a possuir este benefício:

> *Minha especialidade é fazer jaquetas de couro. Trabalho com uma fábrica de que... não sei como vou falar... empresa, não sei... Eles me pagam a mim... e isso me ajuda también com mi família, a mis hijos... Eu trabalho numa empresa com... assinado. Soy o único. E ter isso é melhor! Carteira assinada.*

Por ser algo extremamente inusitado, insisto neste ponto durante a sua entrevista, para entender como é o seu trabalho. Pergunto se ele foi formalmente contratado pela empresa, ao que ele responde afirmativamente:

> *Soy empregado de uma empresa... Sim. Eu costuro para eles. Costuro... Tenho carteira assinada. En Bolivia, también trabalhei en empresas así... empresas grandes... como minha esposa también, que trabalhava numa empresa minera... e... Então siempre gostei de trabalhar com melhores empresas. Hay ganar mucho mejor... E tener um seguro de vida* (Hugo).

Fico ainda mais surpresa quando ouço esta resposta, e ele segue explorando os benefícios da sua conquista:

> *Sim! Tenho [seguro de vida pela empresa]! É importante. Porque as personas só trabalham, trabalham, e não têm seguro de vida, né? Lá em São Paulo, muito [muitas pessoas trabalham nessas condições, sem garantias]! Aqui eu tenho! É mucho mejor aquí. Isso ajuda mucho aqui, em Minas Gerais. [...] Acho mucho legal! Importante! Porque tenho direitos que preciso e que não temos sem a carteira assinada, né? Eu siempre falei a outros [bolivianos]. Siempre gosto de falar a eles... Siempre fazimos isso. Mas quem vem de Bolívia quer ser independentes... No somos como chineses, unidos. Somos independentes* (Hugo).

Infelizmente, porém, Hugo – como ele mesmo bem grifou – é uma exceção. A ampla maioria das bolivianas e dos bolivianos empregados na costura no Brasil trabalham sem ter suas carteiras assinadas pelos contratantes dos seus serviços – e sem terem garantidos todos os benefícios vinculados a ela. Nina completa essa reflexão, discorrendo sobre esta realidade, delineada pela terceirização do trabalho:

> *Porque dizem que se já terceirizou, então eu te dou tudo isso e você se vira, eu quero que você me entregue em tal data. Não se importa! E deveria se importar! Porque em muitas das oficinas trabalham como que funcionários diretos dessas firmas. É... Porque outras não pedem CNPJ, se o pessoal está com carteira... e o pior que liberou muito essa terceirización. [...] agora liberou muito porque eles pegam uma pequena oficina, donde têm pessoas que estão em serviço. Se estão com uma costura boa, pagam, se não estão com uma costura boa, eles descontam, não pagam. Então, tem também esse abuso.*

A carteira de trabalho garante, entre outros benefícios, trabalho digno, salário-mínimo, descanso semanal (8 horas por dia e 44 horas semanais, dobro do valor por hora extra), férias, 13º salário – ela garante o reconhecimento do sujeito como trabalhador e não como servo ou escravizado. Desta forma, sem carteira assinada, os sujeitos da pesquisa não são considerados trabalhadores, desempenham um trabalho análogo à escravidão, e têm seus direitos negados:

> *Costura és digno! É um trabalho digno, bonito, criativo, eu aprendi a ver isso da costura. Só que muitas pessoas, muitos donos de oficina, fazem indigno desse trabalho porque eles falam que você tem que trabalhar entrando sete horas da manhã e saindo dez horas de noite. Por isso que eu me lembro que falavam: aqui você não tem direito, você é imigrante, você é estrangeiro, tem que trabalhar assim. Porque o estrangeiro não vem a tener férias, não vem a mirar parque, não vem a passear, nada disso!* (Nina).

O trabalho infantil também constitui outro grande problema, já que é amplamente praticado:

> *Saí e empreendi por necessidade, porque um dos donos da oficina, quando meu filho completou doze anos, queria que meu filho descasque a batata e ele trabalhasse. E eu falei que eu desde muito menina sempre lutei pra estudar [...] porque meu país não tem muitos estabelecimentos, ou instituições, que têm curso de graça. Tudo é pago. Então, eu sempre lutei por isso. E agora eu estou neste país e o dono desta oficina está querendo que meu filho trabalhe? Qual vai ser o futuro dele? Vai ser como os outros adolescentes, trabalhando também na costura?* (Nina).

> *[...] nosso salário nem chegou a 300 reais. Aí só nos deu esse ajuste a mim e a meu marido, e a meus filhos ela não pagou. Elas não receberam o salário. Eu fiquei muito magoada. Porque elas eram una adolescentes e elas estavam trabalhando* (Jade).

Porém, o trabalho infantil é crime, proibido pela Constituição Federal do Brasil aos menores de 16 anos. Na verdade, entre os 14 e os 16 anos, permite-se o trabalho como

aprendiz, com regime de 4 a 6 horas diárias, mas ele é proibido em condições perigosas, insalubres, penosas, em locais que prejudiquem seu desenvolvimento físico, mental, psíquico, moral e social – características quase sempre presentes nas oficinas de costura que contratam migrantes bolivianas e bolivianos.

O trabalhador autônomo, outra realidade que engloba migrantes bolivianas e bolivianos, requer alvará da prefeitura e inscrição no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS, órgão responsável por receber as contribuições dos indivíduos garantindo a eles pagamento de aposentadorias, auxílio-doença, pensão por morte, auxílio-acidente, salário maternidade, entre outros benefícios). O Recibo de Pagamento de Autônomo deveria ser emitido quando a empresa contrata o profissional autônomo para prestar um serviço, mas isto, também, na maior parte das vezes não faz parte da realidade de migrantes bolivianas e bolivianos. A informalidade impera entre costureiras e costureiros, descobrindo-os de direitos aos quais eles deveriam usufruir.

Todas essas dificuldades laborais e sociais impelem migrantes estabelecidos em São Paulo-SP a uma migração interna[76] como uma busca por mais uma solução geográfica para fugir da vulnerabilidade extrema que foi estabelecida quando da sua chegada na capital paulista. Muitas vezes, bolivianas e bolivianos migram, primeiramente, dentro do estado de São Paulo. Como as dificuldades permanecem, os sujeitos da pesquisa são impelidos a continuarem seus processos migratórios – do interior do estado de São Paulo ou direto da capital paulista – para regiões metropolitanas de outros estados.

É neste contexto que a RMBH-MG emerge como novo espaço da migração (BAENINGER, 1999) boliviana no Brasil – uma nova possibilidade para trabalho e com melhores

[76] As trajetórias migratórias dos sujeitos da pesquisa são discutidas de forma mais aprofundada na sessão anterior, intitulada "Territórios circulatórios: percursos da imigração boliviana até a RMBH-MG". Uma vez que o objetivo da presente sessão é refletir sobre as questões laborais e sociais que permeiam a vida migrante boliviana, optou-se, neste momento, por apenas citar, de forma sintética, essas trajetórias, para que elas possam, basicamente, contextualizar a chegada e a reterritorialização desses sujeitos no recorte espacial da pesquisa.

rendimentos, mesmo que esses ainda sejam baixos, uma "saída" geográfica encontrada por esse grupo social. Bolivianas e bolivianos, que já eram vulneráveis em seu país de origem, vivem o processo de desterritorialização e, quando chegam em São Paulo-SP, a reterritorialização no trabalho aprofunda a condição de vulnerabilidade. Dessa forma, eles encontram na migração interna uma oportunidade para atenuar essa condição. A desterritorialização em São Paulo e a reterritorialização na RMBH-MG revela-se resistência à superexploração naquele estado e busca de melhor qualidade de vida neste novo espaço da migração (BAENINGER, 1999) boliviana.

As informações propagando a realidade da migração para a RMBH-MG – sobretudo as vantagens laborais –, começam a chegar, aos poucos, aos conterrâneos na Bolívia, aumentando a sua atratividade e incrementando a migração direta. O novo fluxo se fortalece. Neste contexto, a comparação com São Paulo-SP revela-se inevitável. Vantagens laborais e financeiras são as mais frequentemente apresentadas pelas pessoas entrevistadas, que são unânimes em classificar Minas Gerais como melhor lugar, em relação à São Paulo, para se viver e trabalhar:

> *Lá em São Paulo, [...] nós ganhávamos a terceira parte do que era o pagamento da roupa. Não ganhávamos tudo direito. Quando a gente conheceu outros amigos de São Paulo, eles conversaram: tem outra oportunidade em outros estados que vocês poder ganhar um pouco mais. Não aquele trabalho que vocês vão ficar ganhando a terceira parte. Vocês podem ganhar um pouco mais. Aí, quando eu conheceu essa persona, esse amigo, ele disse que vieram mais antes de São Paulo... aqui pra Minas. Aí ele conversou que Minas ganhava um pouco melhor. A costura era um pouco mais valorizada* (Laura).

> *Porque o precio... [...] pelo que eu vi, parece que paga lá muito pouco! Por exemplo, se uma prenda vale assim... três reais lá, aqui vai valer o triplo! Três vezes mais. Aqui é muito melhor! Mesmo para um costureiro só, compensa para eles. Belo Horizonte tá muito melhor para nós trabalhar!* (Miguel).

> *[...] ele [irmão da interlocutora] voltou pra Bolívia. Aí ele falou: eu não vou vir mais, nunca mais, eu não vou voltar a Brasil. Entonces, quando a gente veio pra Minas, a gente teve a oportunidade, meu marido, de ter algo melhor, algo melhor para as minhas filhas. Isso quando a gente tava aqui em Minas. E aí a gente falou pra ele. Por isso que ele voltou da Bolívia. Veio pra Minas* (Laura).

> *[...] antes eu fui pra São Paulo, e fui [voltei] pra Bolívia, e só depois que eu vim pra cá [RMBH-MG]. Porque aqui é muito melhor, né? [...] Porque ganha mais... Porque ganha mais. E que tem outras coisas também. Das pessoas. É muito melhor. [...] acabei gostando daqui também. As pessoas são mais carinhosas que São Paulo. Eu vim, acostumei, e fiquei aqui* (Enzo).

> *Porque São Paulo tem muito... Muito estrangeiro boliviano... e o trabalho é... ficou ruim pra nós. Não tinha muito trabalho lá. Por isso que a gente saiu. Pra Belo Horizonte... Pra ver se era melhor... Primeiro, saiu meu tio. Ele veio aqui Belo Horizonte, ele... Nós conversou... que estava melhor que São Paulo... Mediante esse... veio aqui. Belo Horizonte* (Lucia).

> *Eu vim pra Belo Horizonte, para aqui pra região metropolitana, porque tinha mais servicio e porque era melhor, dá mais dinheiro, que esse meu amigo falou* (Álvaro).

> *Eu vim morar em Ribeirão das Neves quando fiquei sabendo que em Belo Horizonte ganhava mais com a costura* (Iago).

> *[Vim para a RMBH-MG] Porque eu soube que aqui tinha trabalho. E que ganha mais que São Paulo* (Juan).

Outras reflexões, por sua vez, voltam-se para a socialização e a segurança pública, apontadas como mais acessíveis em Minas Gerais do que em São Paulo:

> *Eu vim aqui [para Veneza, bairro de Ribeirão das Neves-MG] porque conheci um tal de Carlos*[77] *e trabalhei com ele. [...] acabei conhecendo mais amigos aqui e vi que aqui era o melhor lugar. Porque nem todo lugar é igual. Lá no*

[77] Nome fictício atribuído a um boliviano mencionado pelo entrevistado.

São Paulo, o preconceito lá é pior. Eu vejo, né? Mas eu conheço meus derechos. Mas tem outros bolivianos que são do interior, que são da serra, né? Eles não conseguem falar... Eu sou de Santa Cruz. Santa Cruz de la Sierra. Mas a maioria é de La Paz. E lá no São Paulo tem os que vem do interior, da serra, que é mais difícil... Aprender... Eu sou de Santa Cruz e isso também é outra coisa... Que é calor lá. É muito melhor! Aqui tá frio, mas faz muito calor também. São Paulo faz mais frio. Eu não gosto! Não gosto de frio. La Paz também faz muito frio! Eu gosto é do calor (Iago).

[...] aquí también tenemos pessoas muy buenas. Justamente brasileiros... Nós nos sentimos assim como na nuestra casa. Yo no conozco São Paulo derecho... Mas sei que no és así. Aqui estamos acostumados porque mis hijos son todos conmigo, estudian... Yo estoy más tranquila... (Eva).

É [...] peligro de morar como em São Paulo. Que aqui más tranquilo... Aqui em Minas Gerais, ajuda muito! É que qualquer persona que chega aqui ajuda... Nos respeita, nos respeitamos. Son mucho legais! (Hugo).

Aqui [na RMBH-MG] é mais tranquilo... Em São Paulo é perigoso... é muito... às vezes, quando se anda de noche, é muito perigoso. Aqui é um pouco tranquilo... (Alba).

Aqui [na RMBH-MG] que eu tenho contacto com brasileiros. Muito mais aberto o brasileiro aqui também. Muito mais acolhedor aqui. Lá [em São Paulo-SP] é não! E é também por isso que eu aproveitei aqui... (Laura).

Mi primo me llevó al trabajo, directamente a Belo Horizonte, porque es mucho mejor. Tengo familiares que están en São Paulo. [...] Allí, los bolivianos entrantes están sufriendo. Es por eso que mi primo me trajo aquí. Directamente aquí. A Belo Horizonte. Porque es mucho mejor (Pablo).

Aqui ganha mais. Ganha três vezes mais e é mais tranquilo (Miguel).

[...] aqui é más tranquilo. Tudo aqui é melhor que São Paulo (Juan).

Mesmo quando destacam as desvantagens da RMBH-MG em relação à São Paulo-SP, entendem que os seus benefícios superam as dificuldades, o que justifica a escolha por Minas Gerais:

> *Mais pessoas, a primeira vez, eles vão pra São Paulo. Aí que eles conhecem pessoas que trazem pra cá [para a RMBH-MG]. Mas eu vi que tem bolivianos que vêm pra cá de São Paulo, mas não ficam. Não aguentam... Ficam um mês, dois meses, e eles voltam de novo pra São Paulo. Porque a vida de lá é muito... eu não gosto. É muito... muito barulho... Não é a mesma coisa. Aqui é mais tranquilo. Se eu fosse sozinha assim, se não tivesse os meus filhos, acho que eu também ia ir embora naquela época. Mas, como é tranquilo para meus filhos... por isso que eu fiquei* (Anita).

> *[...] um amigo me convidou. Disse que aqui [na RMBH-MG] era melhor pra viver. Que tinha umas coisas más caras, mas que era melhor para trabalhar. E aí consegui uma empresa. E fiquei com mi família. [...] Aqui, em convivência, é más melhor... Tem coisa que São Paulo é más barato, para viver, porque tudo tem em São Paulo! Tudo tem em São Paulo! Tudo tem bem próximo! Aqui não... Tem que buscar e tem vezes que é longe. Aí, dificuldade. Mas a gente vai batalhando. Pra trabalhar... Para ser melhor... Assim... Mas no trabalho com costura aqui ganha más* (Hugo).

E todas as desvantagens, associadas às muitas limitações impostas às bolivianas e aos bolivianos, revelam a vulnerabilidade dessa população. Uma vez nesse lugar de vulnerabilidade, há também a reação a ela, sobretudo quando acompanhados pelos seus filhos. Essa resistência fortalece a população boliviana migrante, mesmo sendo difícil sair dessa teia, romper este ciclo. Mas há resistência e planejamentos para se sair dessa condição.

Como dito anteriormente, a migração para a RMBH-MG é uma atitude de mudança geográfica para buscar mudança da condição de superexploração, melhorando, nem que seja um pouco, a qualidade de vida. Desta forma, em solos mineiros, migrantes bolivianas e bolivianos inserem espaços da RMBH-MG no seu espaço de vida, e compreendem, aos poucos, o quanto

a identidade e a união entre eles são importantes para o seu processo de territorialização:

> *Antigamente, era muito difícil. Tinha um grupo por aqui, outro por allá... Tem uns que moram em Metropolitano, outros em Neves, em Veneza... E não juntávamos. Era tudo boliviano, mas não juntava... Aí, conversamos... Eu sou o mais velho de tudo, aí respeito que ganhei... aí juntamos* (Hugo).

Este processo de reterritorialização acabou por ser favorecido pelo custo da terra e pelo custo de vida em Belo Horizonte-MG. Devido ao fato de ambos serem muito elevados, os primeiros migrantes que chegaram não se instalaram nesta metrópole, mas se territorializaram em seu entorno, concentrando-se em áreas pontuais da sua região metropolitana. Desta forma, as redes migratórias se articulam na periferia em função do menor custo de vida nesta espacialidade.

Ribeirão das Neves-MG destaca-se amplamente entre as cidades da RMBH-MG que abrigam migrantes bolivianas e bolivianos. Outros espaços periféricos também são escolhidos para moradia. O elevado índice de violência desses territórios contribui para que o custo da terra seja reduzido, atraindo pessoas financeiramente vulneráveis, tais como são os interlocutores desta pesquisa. Esta atração possibilitou a concentração de migrantes bolivianas e bolivianos, concretizando o estabelecimento de territorialidades, o que pode ser percebido pelo relato de Ângela, liderança comunitária do bairro Veneza, em Ribeirão das Neves-MG:

> *[...] eles interagem mais entre eles. Só entre eles... Até pra morar eles moram perto... Geralmente eles alugam. E tem a oficina deles na própria casa deles...*

Territorializando-se, esses sujeitos passam a ter sua presença mais facilmente percebida pelos demais moradores dessas regiões, conforme registrou Ângela:

> *Ah... [Eu observo a maior presença deles] é aqui no Veneza e no Metropolitano. Com certeza!*

Ao concentrarem-se em áreas periféricas, porém, a maior parte da população boliviana na RMBH-MG ocupada na costura precisa se deslocar até Belo Horizonte-MG, onde está a sua fonte de renda:

> *O problema agora é que você tinha que buscar em Belo Horizonte o servicio... Aí eu já tava morando aqui tinha um mês, já fiz a mudança [...] Só que agora, meu problema era aqui E os meninos aí, tinham uns bolivianos, que não queriam saber nada de falar como que era, né? O movimento aqui... Então eu que tinha que sair allá e procurar. [...] Eu cheguei conhecendo nada. Aos poucos tinha que conhecer... e aquele boliviano [amigo do interlocutor] lá falava, e eu procurava, e foi assim... porque a gente conhece porque a maioria que vem pra cá trabalha é com costura mesmo* (Álvaro).

Em Belo Horizonte-MG também está a fonte de renda de bolivianas e bolivianos que não se dedicam à costura para viver. Tal como em São Paulo, em Minas Gerais este grupo constitui-se exceção, mas marcaram presença nas entrevistas:

> *[...] fizeram a cabeça também minha lá, de que seria mais conveniente eu estudar no Brasil [...] E depois do primeiro ano de faculdade, o que melhorou demais pra mim também era as aulas particulares que eu dava. De química, de matemática e física. Eu dava aula particular aos bairros mais ricos aqui. De Belo Horizonte. Ganhava um bom dinheirinho. Já quando estava no terceiro ano da faculdade, aí eu comecei a dar aula em escolas técnicas. [...] Aí a minha vida melhorou muito mais! [...] Aí [depois da formatura] alguém soprou na minha cabeça assim: 'ó, precisam de professor de matemática, física, química, você é engenheiro, pode dar aula!'. Aí eu consegui a papelada para dar aula e eu ia nas designações, mas eu era sempre o último a ser chamado. Ia antes pra quem tinha diploma na matemática, mas eu tinha muito mais matemática que aqueles caras. Aí eu resolvi voltar pra universidade. Fiz minha complementação em um ano. Licenciatura em matemática. Em um ano, porque eu tinha a engenharia. Aí melhorou pra pegar as aulas. Depois, em um semestre, eu complementei química. Aí comecei a dar aula de matemática e química no estado* (Marco).

> *Então, dessa forma, eu fui ficando. Arrumei um emprego, yo soy también formada. Claro que não arrumei em mi área, né? Fiz um curso de cuidador de idoso, mas sou assistente social. Despoes arrumei outro servicio e trabalho com uma terceirizada pela Santa Casa. E aí fui ficando em la Belo Horizonte* (Isabel).

A vulnerabilidade migrante abre espaço para ciclos de explorações também fora do universo da costura:

> *Eu soy assistente social, só que não assino porque ainda não revalidei meu diploma. Está em andamento... por três años que está em andamiento mi diploma... pero eu trabalho, faço a função de assistente social, só que não assina. Absurdo! Não soy yo que assina. Faço todo o servicio, tudo, e outra persona que pega e assina. És absurdo!* (Isabel).

O artesanato apresenta-se como opção para obtenção – ou complementação – de renda para esta mínima parcela da população boliviana na RMBH-MG que não vive da costura:

> *Eu trabalho com mi artesanato e de assistente social. [...] E eu faço esse artesanato porque gosto e venho vender na feira de domingo*[78]*. Gosto de ver las personas. Andando... Gosto daqui* (Isabel).

> *Então, fora de meu país, fora de la Bolivia, era expressão, a expressão cultural que era o mais importante pra mim. [...] Maiormente sempre me foquei em la cultura. Porque a cultura sempre me deu assim uma boa imaginação. [...] A cultura que é a coisa que nunca morre realmente. A cultura é a coisa mais interessante em nesse mundo. [...] Eu sou uma persona que faço arte e que trago a minha arte e acho que essa é a língua que a gente representa. [...] A cultura é a chave do êxito do ser humano. Não tem essa história de fazer dinheiro com outra coisa. E cultura nunca morre. Cultura nunca morre! [...] o imigrante, geralmente, precisa tener una paz, e tener una estrela, com su cultura. Com a cultura dele! [...] Então eu trabalho aqui na feira. [...] como os meus trabalhos são completamente mais culturais, eu não trabalho eu comprando ou fazendo negócio, pra mim é uma coisa*

[78] Feira Hippie de Belo Horizonte ou Feira da avenida Afonso Pena. Famosa na capital, a feira funciona aos domingos, quando artistas plásticos e artesãos expõem sua arte em barracas ou na calçada do Parque Municipal de Belo Horizonte-MG.

> *muito grata por expressar a cultura. E é isso que me dá mais vigor e valor de vida* (René).

Quando ocupados na costura – voltando a análise para a ampla maioria de bolivianas e bolivianos –, tais migrantes na RMBH-MG atendem aos dois bairros de Belo Horizonte tidos como polos mineiros da moda: o Barro Preto e o Prado (Mapa 6). Aqui reside mais uma particularidade da imigração boliviana no recorte espacial da pesquisa: eles não atendem ao mercado global da costura, mas a um mercado regional. Eles não costuram peças para as grandes marcas, como o fazem em outros recortes – como em São Paulo ou em Buenos Aires.

O mercado global da costura deixa esta lacuna e, também por isso, eles têm os seus serviços mais valorizados na RMBH-MG. Algumas das pessoas entrevistadas explicam como é a logística que rege a vida laboral desses sujeitos:

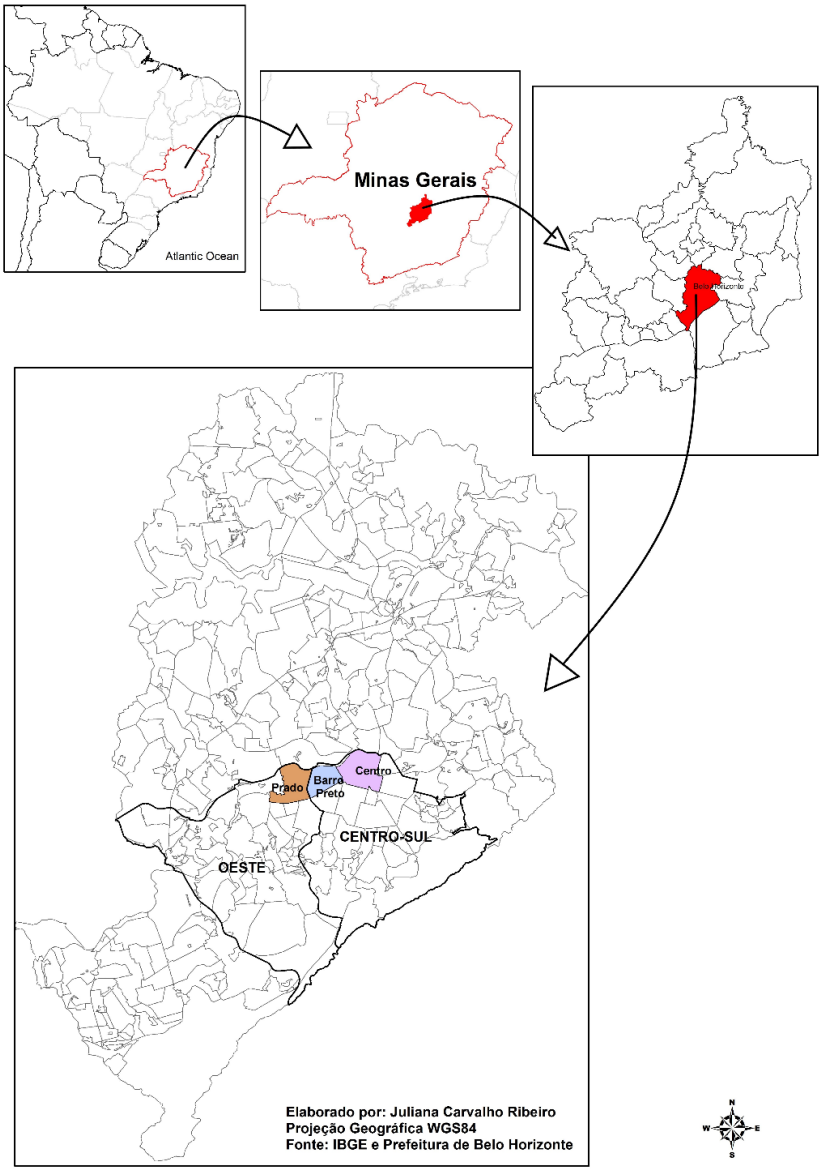
> *É no Barro Preto. Você vai lá, e você vai no Prado... E aí é direto com as donas das lojas mesmo. Eles já faz os cortes. [...] eles te mandam pra você só fechar. A roupa. Roupa feminina. E aí tem alguns que mandam. Se tem uma fábrica média, grande, assim, às vezes eles mandam. Às vezes, a gente que busca lá. Depois que a gente chegou, eles acostumou... tem mais produção. Tem gente que não faz bem feito e eles quer caprichado* (Álvaro).

> *É no Prado e no Barro Preto. Maiormente a gente procura, daí tem muitas fábricas lá... a gente sempre está procurando uma fábrica que pague bem, né? Para atender as nossas condições. Sempre eu vou procurando fábrica boa... pra ganhar um pouquinho e pronto... é isso aí... trabalhar para eles...* (Miguel).

> *[Costuro] pras lojas mesmo... Bairro Preto, e outras fábricas... Você tem que procurar, se no, no acha. [...] A gente vai mesmo, na fábrica. Aí a gente pergunta se tá precisando... eles fazem um teste, né? A gente faz uma peça. Aí eles vão ver se fica bom. Se fica bom, ele fala: ah, tem mais um pra você fazer... tem mais servicio pra você fazer... e faz outro, e faz direito, aí ele te dá también trabalho* (Martín).

A gente faz roupa pro Prado. Pro Prado... Então, tem que ir lá a veces (Lucia).

MAPA 6 – **Localização dos bairros Barro Preto e Prado, Belo Horizonte-MG**



> *A gente pega os cortes e a gente fecha. É pras fábricas lá de Belo Horizonte mesmo, do Barro Preto. Alguém que indica a gente e a gente continua por causa do trabalho bem feito* (María).

> *A maioria das lojas que contratam meu servicio são no Barro Preto. ...] Eu não acho difícil [encontrar serviço] não... porque... Graças a Deus, todo mundo gosta... no meu caso, né? Do meu servicio. E as portas estão abertas. Pra mim... tem pra algumas pessoas que é complicado, mas eu também não sei como é. Pra mim não é não* (Daniel).

Apesar de muitos deles já estarem, hoje, com uma rotina relativamente bem estabelecida – como relatou o interlocutor Daniel –, diversas foram as dificuldades que migrantes bolivianas e bolivianos precisaram enfrentar na sua chegada em Belo Horizonte-MG para conseguirem se firmar profissionalmente e aprofundarem o processo de reterritorialização nesse novo espaço de vida. As pessoas entrevistadas enfatizaram, primeiro, a difícil busca por contratantes dos seus serviços de costura e, depois, a necessidade de ganharem a confiança dos responsáveis pelas lojas para que o serviço não lhes falte:

> *Era difícil sim [conseguir trabalho na costura em Belo Horizonte-MG], no início... A gente tem que ir a procurar... É difícil porque eles mesmo [contratantes] desconfiam. Todas as personas desconfiam. Aí despues liberam somente 20 peças, 15 peças. [...] despues que você entrega su trabalho, eles mesmos vêm, olha como é que está... Aí liberam um pouquinho mais... Aí você também avisa onde que mora. O seu endereço... Tudo isso. Aí eles libera... Se você está trabalhando direitinho, fazendo tudo direito. Porque as roupas también não pode... tem que ficar bem feito* (Paloma).

> *[...] no início era muito difícil [conseguir trabalho na costura em Belo Horizonte-MG]! Muito! [...] Mas, depois, tipo assim, quando você trabalha e a empresa vê que você trabalha bem, que você costura bem, a própria empresa fala pra outras pessoas que você costura bem. E eles mesmo vão passando o telefone. No caso, hoje em dia, eu trabalho com uma empresa tem dez años. E eles ficam*

falando pra nós assim... e as empresas liga pra nós. Não tem mais complicação assim pra procurar servicio não (María).

Então eu que tinha que sair allá e procurar [trabalho na costura em Belo Horizonte-MG]. Mas o mineiro era desconfiado pra caramba! Eles queria saber é tudo! Até sobre a minha avó! Quem era meu chefe, meu último chefe, meu último patrão... E eu falava: 'eu mudei de São Paulo, e tal...'. Nossa! Desconfiado! Eles fazia tudo as perguntas que podia. E eu falei: 'não, não é fácil não...'. [...] aqui era mais complicado! Depois eu falei: 'não, eu vou sair'... porque eu achei que era difícil. Mas não! Pelo contrário! No dia seguinte, me ligou: 'olha, não tem problema não... Ficamo nessa, e tal, mas tem muito servicio aqui, pode buscar, e tal...'. Aí eu fui buscar e tal... Aí depois que nós já começou a trabalhar. Começou, e gostou, e ficou numa boa... Já chegou... tipo assim... igual como eu cheguei, já chegou muita pessoa! Aqui em Belo Horizonte... na região metropolitana (Álvaro).

[...] no início foi difícil... Pra mim, por exemplo, foi muito mais difícil! A maioria das pessoas que eu conheço mora aqui em Veneza. Eu sozinha que morava lá em Colonial. Não tenho mais ninguém que mora lá no Colonial... Eu não sabia que tem... que em... em... Ribeirão das Neves tinha mais bolivianos. Eu não sabia que tinha aqui mais bolivianos. Então pra mim foi muito mais difícil procurar fábrica. Aí foi insistindo, foi insistindo... Fui pesquisando, fui... procurando... por via internet... ou mesmo perguntando aos outros, a brasileiros, pesquisando... e eles que indicaram. Uns brasileiros que indicaram... (Laura).

No início é difícil... Porque as personas não te conhecem. E tem muito preconceito! Muito! Você precisa mostrar que sua costura é boa. Que você é boa persona. Hoje eu já tenho as mesmas fábricas há muito tempo (Juan).

Aos poucos, em função da grande quantidade de migrantes bolivianas e bolivianos que estavam chegando à RMBH-MG e da demanda pelos seus serviços, as exigências para contratação diminuíram. Alguns dos interlocutores relataram que nem mesmo precisam buscar as peças que irão costurar, recebendo-as em suas casas pelos contratantes dos seus serviços:

> *A fábrica que traz, né? A gente não tem que ir não...* (Alba).

A fábrica levar os cortes até a casa de Alba – fazendo com que ela não tenha que se deslocar até Belo Horizonte em busca de serviço – foi algo apresentado pela interlocutora como uma vantagem devido à economia de tempo, que pode ser aplicado ao trabalho ou a outros afazeres do cotidiano, assim como ao próprio descanso ou ao lazer. Esta questão pode, porém, ser problematizada e lida como redução de vínculos laborais, potencial aumento da exploração do trabalho migrante e maior controle sobre os prestadores de serviço pelos seus contratantes.

A despeito de todos os problemas, apontados pelas interlocutoras e pelos interlocutores da pesquisa como menores quando comparados aos de São Paulo – mas não menos graves, na nossa leitura –, observa-se o aumento da atração de migrantes bolivianas e bolivianos para trabalhar na costura, atendendo ao mercado da moda mineiro e contribuindo para a concretização da RMBH-MG como o mais recente nó da rede migratória boliviana:

> *Isso foi 2007, 2008... Nessa época que começou a chegar muita gente! Igual eu, chegou muita! Aqui em Ribeirão das Neves. Igual eu, chegou muita! Até que aonde eu pegava o servicio, nem perguntava o nome do boliviano que chegava! (risos). Já dava tudo! A chefe me chamou lá e falou: 'ô Álvaro, tem um cara que queria cobrar duas vezes, como que é isso daí?'. E eu: 'uai, quando eu cheguei, você queria saber tudo, até o nome de minha avó... depois eles queria trabalhar e você entregou! O problema é seus. Que vocês... nem todos boliviano são igual... Sempre tem um boliviano que... sei lá... que tem outra mentalidade... sei lá... já não é comigo... pisou na bola! Pisou! Você não perguntou tudo pra mim? Você queria falar até com o coreano que eu trabalhava lá em São Paulo!'. Ligou! Ligou na hora! Ligou e tal... Não sei o quê que ela falou com o coreano lá... Mas depois que nós começamos a trabalhar, e chegou os boliviano, e como tinha servicio allá, muito, ela nem perguntava mais. Era assim: 'ah, você é boliviano, então tá bom!'. Nem o nome ela perguntava mais* (Álvaro).

> *Já tem já... uns cinco años atrás [...] que eu vim pra cá. [...] Quem chegou primeiro e que é seu amigo te indica e aí a gente só tem que fazer o trabalho bom* (Enzo).

> *Hoje já tem mais ou menos 40 bolivianos aqui, né? 40... Não tinha ninguém. Um vai chamando o outro. A informação que aqui é melhor que no São Paulo tá espalhando já. Por causa dos anúncios, né? Logo tá mais cheio ainda de bolivianos aqui* (Iago).

Iago aposta em um número crescente de bolivianas e bolivianos na RMBH-MG, o que foi reafirmado por muitas das pessoas entrevistadas pela pesquisa. Uma dessas pessoas é Martín que, para endossar seus argumentos a favor da atração de Minas Gerais, destaca a grande demanda da indústria têxtil de Belo Horizonte-MG e o fato de bolivianas e bolivianos conseguirem uma remuneração melhor pelos seus serviços nesta capital, comparando à realidade paulista:

> *Então... aqui, tem muito pra fazer... a costura... e a gente dedica fazendo isso... só pra costurar mesmo... é... uma... é... juntar um pouquinho de dinheiro pra investir depois. [...] Pagam pouco allá [em São Paulo]. Muito pouco! Aqui [na RMBH-MG] está... está bom.*

Ao mesmo tempo, porém, os interlocutores desta pesquisa já conseguem fazer uma leitura crítica destas vantagens, analisando-as como passageiras, pois a saída de São Paulo tem a ver com fatores que os expulsam, como a crise de disponibilidade de serviço – dada pela grande presença de bolivianas e de bolivianos para trabalhar com costura, ou seja, pela formação de exército de reserva estabelecida pelo aumento da imigração boliviana – e a crise econômica – dada pelos produtos chineses mais baratos. Ambos os fatores são utilizados como "justificativa" para a efetivação da superexploração do trabalho e isso é reproduzido pelos próprios imigrantes. Assim, uma leitura crítica dessa conjuntura por um interlocutor vislumbra que a situação em Minas Gerais está melhor, mas que isso não é garantia de estabilidade:

> *Eles [demais migrantes que vivem na RMBH-MG] já trabalhavam lá [em São Paulo-SP], ou em outra cidade*

> *do [estado de] São Paulo, porque lá está um pouquinho mais fraco agora... e vieram para Minas Gerais. O trabalho tá mais fraco. O trabalho lá tá mais fraco do que era. O trabalho agora está muito mais... é... como que se fala aqui? É... tem muito trabalho escravo allá, né? Pagam pouco allá. Muito pouco! Aqui está... está bom, mas, a gente sabe que... quanto mais boliviano aparecer por aqui, o trabalho también vai ficar fraco aqui, né? Aí vai ter que procurar outro lugar de novo... (Risos). É desse jeito...* (Martín).

> *A vida aqui é melhor...e a gente [...] trabalha menos e ganha mais. [...] Em São Paulo tem... muita concorrência. E, aqui, como tem pouca gente trabalhando... São Paulo tem demais! Com costura. Aí eu vim aqui... Porque tem menos. Mas tá aumentando!* (Iago).

Enquanto se mantém melhor do que São Paulo, Minas Gerais segue atraindo migrantes bolivianas e bolivianos, que se deslocam internamente pelo País ou que, mais recentemente, chegam diretamente da Bolívia. E seus atrativos superam a demanda por costureiras e costureiros e a menor concorrência que se tem neste estado. Subsidiando a maior valorização do trabalho das costureiras bolivianas e dos costureiros bolivianos, destaca-se a menor incidência da subcontratação, permitindo a negociação direta na RMBH-MG[79], diferentemente do que é mais comum em São Paulo, onde a figura do atravessador – geralmente coreano, tal como apontado pelos interlocutores da pesquisa – apresenta-se quase como regra. Esta ausência lhes garante uma fatia maior sobre o preço do serviço, segundo apontamento feito pelas pessoas entrevistadas:

> *Aqui paga mais. Tem menos bolivianos aqui. E não tem coreano e outro boliviano entre a gente e a fábrica. Lá, a gente ganha a terça parte do que ganha aqui* (Juan).

> *Aqui é direto com o mineiro! Aqui já não tem o coreano. Por isso que é melhor! É muito melhor! Aqui ainda não chegou coreano não! Lá eles sempre tão no meio, né? Lá em São Paulo. E nesse meio lá tamo nós* (Álvaro).

[79] Excetuando-se os casos em que ocorre superexploração do trabalho migrante, tornando-o análogo à escravidão.

> *Aqui, no Belo Horizonte, pagam mais. Un poquito más elevado. Por São Paulo, pagam muito barato! É que em São Paulo tem o coreano. A gente ganha menos. Aqui, Belo Horizonte, direto na loja* (Lucia).

Iago, porém, citou a figura de um atravessador, mas remeteu a ele a facilitação do seu trabalho. Por não ter documentos, ele não consegue contrato para os seus serviços. Além disso, ele não possui máquinas, dependendo de outra pessoa para trabalhar. Neste contexto, Iago se refere ao seu trabalho como uma ajuda prestada a este conterrâneo, além de ver na figura do seu conterrâneo alguém que o ajuda — o que definiria uma relação de ajuda mútua, um acordo conveniente para ambas as partes:

> *Eu tenho um chefe. Outro chefe. Eu ajudo ele. Tranquilo! Ele que tem as máquinas. Nós combina... o trabalho. Ele que traz o trabalho da firma [fabricante que contrata bolivianas e bolivianos para costurar suas peças].*

Eva, que também citou a figura de um atravessador, apresentou uma curiosidade em seu relato: a menção à carteira de trabalho, uma relação de trabalho formal. Segundo Eva, ela possui o registro, e trabalha, costurando, para um brasileiro:

> *En este momento, para mí, no... no es difícil [procurar trabalho em Belo Horizonte]. [...] conocí a este brasileño del que te hablé, es un terceirizador... Desde que lo conocí, no me deja faltar trabajo. Si yo trabajo con él directamente, no necesito ficar buscando de firmas en firmas. [...] [este brasileño] no es dueño ... No ... No es dueño. Él es un subcontratista. Un terceirizador. Es porque las prendas... lo te sacas legal con CNPJ. Legalmente. Y yo trabajo con él ... y trabajo con él... es... con registro. Con cartera de trabajo. Funcionária... Entonces no tengo el problema de buscar.*

Apesar de ela ter insistido no fato de possuir carteira de trabalho assinada, a interlocutora explicou que costura em sua casa, suscitando dúvidas em relação à consistência desse fragmento do seu relato. Excetuando-se esta peculiaridade, sua vivência social e laboral é similar à dos seus conterrâneos.

Desta forma, a principal convergência que existe entre as pessoas entrevistadas é o fato de a migração para Minas Gerais ser marcada, sobretudo em ocasião da chegada desses migrantes ao estado, por processos de servidão por dívida. Este problema, amplamente denunciado em São Paulo-SP – e, infelizmente, ainda muito praticado –, também foi encontrado na RMBH-MG. Assim, a superexploração da força de trabalho migrante, sobretudo quando da chegada desses sujeitos ao estado, é quase uma regra:

> *Tem uma coisa que é vergonhosa que a gente mesmo boliviano faz... escraviza otra persona... Eu não acho justo... pero... ainda existe lugares que tem esclavitud, né? E yo non concordo! Eu no tengo jeito de boliviano. Yo soy faladora, tengo formación... boliviano és más calado. És más calado, é difícil, és más tímido! Yo já no soy deste jeito. Algo que alguém falar, yo já no voy aceitar se no concordo! Essa és la diferencia. [...] Eu fiz muitas denúncia, das personas que están maltratando mi própria raça. Pelo mesmo jeito de eu ser assistente social, de no concordar. Porque em San Pablo vive la gente, vive digamos... de forma precária! Entonces és doloroso para eu, por ser boliviana, és muito doloroso. E eu fico com raiva de mi própria gente fazer isso! Porque não fazem os brasileiros os maus tratos. É o próprio boliviano! Toda essa gente boliviano se sofreu, sofreu, né? Pero você não puede maltratar el outro. Agora, yo te falo... Você vai em Ribeirão de las Neves! Lá você vai achar isso! Entonces, Juliana, yo te voy a dar una sugerencia. Vá a la Ribeirão de las Neves! Porque lá vive gente que você podria ajudar más que aqui em Belo Horizonte! Vive gente sem documento, como escravo* (Isabel).

> *[...] esse amigo [que convidou o interlocutor para migrar para Minas Gerais], ele trabalhava lá no Mantiqueira [bairro que se localiza na região de Venda Nova, em Belo Horizonte-MG]. E me levou pra trabalhar lá também. Aí o chefe meu, lá no Mantiqueira, era pra quem os outros bolivianos trabalhava em São Paulo. A mesma coisa. Eu continuava não conseguindo os meus objetivos, atrasando eles...* (Iago).

> *Lá [em São Paulo] ficamos quatro meses só e vimos pra cá [RMBH-MG] porque a moça que trouxe a gente vinha*

> *de lá pra cá. Eu acho que ela já tinha plano pra vir pra cá. E, como ela nos trouxe, a gente tinha que vir com ela. Porque... A gente tinha um compromisso. [...] No começo foi difícil pra mim. Porque... Como eu tinha compromisso de trabalho, eu não podia sair e não tinha tempo... e outras coisas. Que aconteceu...* (Murilo).

> *[...] aí eu falei com ele: 'bom, Pedro*[80]*, você tá lá [na RMBH-MG] mesmo? E como que te acho lá?'. Eu perguntei pra ele... Mas boliviano é sempre assim... não faz nada de graça! 'Você pode me ajudar um mês allá e ficar tranquilo...', ele falou assim pra mim. E eu concordei. 'Tá, eu te ajudo um mês!'. 'Beleza!'* (Álvaro).
> *Vine a trabajar y al principio no me gustó porque no querían pagarme... Trabajamos un mes y no querían pagarme... Nunca volví a este lugar otra vez* (Eva).

> *[...] a gente veio a trabajar para esta persona, né? [...] Aquela... aquela que está sentada allá, eu trabalhei com ela... Aquele com su marido, né? Eu trabalhei com ela. Trabalhei com eles. A gente trabalhou para eles. Aí... como eu te falei... que bolivianos mesmo se escravizam, né? Ela... ficou desse jeito com nós. Eu passo por alto, né? Nós siempre tem lembrança dessa. Eu olho para ela... (Choro). Ela tratou nós assim... Tratou nós assim. Esse comportamento que ela teve. [...] Eu... chorei muito! Me arrependi de ter vindo quando fiquei allá... Eu deixo entre nós... Porque... Eu queria ter a liberdade, né? Queria mi casa própria... Meus filhos... precisava fechar em quarto. [...] También fez do mesmo jeito fez com nós, né? Não dava nem almoço para mi filho. Dava meu almoço, uma asa de frango, aqueles... coxa, né? Coxinha de frango. Pequeña. E só. E dava meio para eu, meio para ele. Porque no tinha para mi filho... (choro). Eu no consigo esquecer. No voy a esquecer desto nunca. (choro). Eu falei para mi marido: eu quero sair, não quero mais trabalhar pra essa gente. A gente está a dormir no chão. Tem que sair! A gente trabalhou muito, juntou um dinheiro... a gente queria sair à Bolívia también. Mas a gente não conseguimos...* (Paloma).

O relato de Paloma revela a convivência que se mantém após o rompimento do ciclo de exploração. Apesar da mágoa, expressada na forma de choro em vários momentos da

[80] Nome fictício atribuído a um boliviano mencionado pelo entrevistado.

sua longa entrevista, ela se encontra, todos os finais de semana, com seus exploradores no principal espaço de lazer compartilhado pelos participantes da pesquisa.

Entre os migrantes, infelizmente, poucos têm consciência e conseguem problematizar com criticidade a superexploração à qual são submetidos. Na maior parte das vezes, a exploração do trabalho migrante de forma análoga à condição de escravo é lida pelos interlocutores como retribuição à (suposta) ajuda recebida por eles para que o processo migratório se concretizasse. Nesses casos, muitos deles sequer se reconhecem como escravizados.

A história, todavia, é repetida quase como uma regra. Em seus relatos, tais sujeitos revelam que a maior parte de migrantes bolivianas e bolivianos que chegam à RMBH-MG moram, nos primeiros meses, tal como acontece em São Paulo-SP, com as pessoas que os contrataram, desempenhando excessivas horas diárias de trabalho no mesmo local onde são alojados. Bolivianas e bolivianos não conseguem sair, de imediato, da condição de exploração ao migrarem para a RMBH-MG, mas reorganizam o trabalho buscando melhorar sua qualidade de vida.

Com esta reorganização, uma nova perspectiva se abre para estes migrantes no novo espaço da migração (BAENINGER, 1999) boliviana e algumas peculiaridades podem ser apontadas quando se analisa a realidade de Minas Gerais. Destaca-se aqui que o período de vínculo que mantem a superexploração na RMBH-MG é menor do que em São Paulo-SP e, justamente pela maior parte deles ter vivido sob estas condições anteriormente — quando chegaram da Bolívia em São Paulo-SP —, esses sujeitos conseguem romper o ciclo em menor tempo em Minas Gerais.

> *Aí eu peguei telefone... Que São Paulo tava tudo assim, que não tinha servicio, não tinha servicio... e as contas começava, né? Eu falei com Carmen [81] [esposa do interlocutor, que ficou em São Paulo até que resolvessem pela migração para Minas Gerais]: 'eu vou lá em Minas, eu vou dar uma olhada...'. E ele [boliviano que convidou o interlocutor para trabalhar em Minas Gerais] tava me esperando lá [na RMBH-MG] e tal. E ficava falando:*

[81] Nome fictício atribuído a uma boliviana mencionada pelo entrevistado.

> *'aqui tá melhor, Álvaro, aqui tá melhor!'. E eu tinha que trazer a Carmen porque já tinha dado um período de dois meses e... sei lá... tinha as contas todas, e muita coisa... a perua [transporte escolar] do menino [filho do interlocutor]... então a gente devendo uma coisa de uns três mil reais e pouco. Era muito dinheiro! Então eu falei: 'Vamo, vamo, que tem muito servicio mesmo!'. Aí nós só pegou as malas e veio pra aqui com a Carmen e o meu menino [filho do interlocutor com sua esposa]. Aí nós começou a trabalhar pra ele. Na verdade, já tinha trabalhado mais de um mês, né? Porque o combinado era: 'eu te ajudo um mês'. Aí eu cheguei pra ele e falei: 'olha, Pedro, eu vou fazer a minha mudança'. Peguei todo mundo, e alugamos uma casinha, um barraquinho. Aí, nós alugamo um barraquinho, e tal, e um tanto depois desse mês eu fiz uma mudança* (Álvaro).

> *Lá no São Paulo tava meio complicado. Aí a gente veio por aqui [para a RMBH-MG]. Tem um amigo que mora, aí ele chamou meu marido pra ele poder trabalhar aqui, né? Aí ele veio... Aí ele veio e me chamou também pra ir. Porque eu fiquei lá e ele veio fazer têxtil aqui uns 15 dias. Aí ele viu que ele deu certo, aí ele me chamou pra vim aqui. A gente veio pra cá por causa desse amigo. Ele veio a trabalhar como costureiro e aí a gente falou pra ele que a gente também era oficinista, né? Aí ele veio e falou assim: 'não tem problema se vocês quiserem montar oficina...'. aí a gente veio e ajudou ele. E depois montou a nossa oficina. A gente mora aqui em Minas vai fazer 11 años* (María).

> *Posso ir pra ajudar você um pouco. Uns dois meses...'. [...] e foi o que aconteceu* (Murilo).

Assim, a partir da denúncia de pessoas entrevistadas, comprovou-se esta prática e, para compreendê-la também a partir de um olhar externo aos que a sofrem, buscou-se a liderança comunitária do bairro Veneza, em Ribeirão das Neves-MG. Questionada acerca do que ela sabe sobre o trabalho desses migrantes, Ângela centra a conversa no universo da costura:

> *O que eu sei é que eles fazem as roupas pras lojas... Porque eles são costureiros. Todos costureiros. Eu não conheço nenhum que não é. Aí é tipo assim... Você tem uma loja, e... eu não sei se é deles mesmo... dos*

> *[bolivianos] ricos. Mas eu venho aqui, costuro pra você e entrego aquelas peças... pagam... diz que pagam super barato!*

Ângela adiantou-se e, logo no início da entrevista, revelou o que sabe sobre a exploração do trabalho migrante:

> *Bom... eu acho que, na verdade, é assim... tem aquele que é o dono da costura, né? Aí eu vou e costuro pra ele, e ele repassa pra outros. É assim que me contaram que é. Só que esse outro também, a gente não tem acesso a ele.*

Para se fazer compreender e demonstrar que tem conhecimento acerca da vivência daquela população no bairro representado por ela enquanto liderança comunitária, Ângela relata, em detalhes, como conheceu algumas das famílias bolivianas que procuraram pela Associação, pedindo socorro:

> *Num primeiro momento, chegou um casal mais uma criança... e aí, é... veio... pedir ajuda. Aí a gente auxiliou eles com comida, com roupa, com cama... essas coisas... Daqui da Associação[82]. [...] a partir deles, apareceu um outro casal que foi na Igreja, pedir ajuda pro padre, e o padre encaminhou pra nós. Aí chegou um casal com duas crianças. Acho que os meninos devia de ter... não sei se 10 e 11 anos. [...] aí, a partir desses, chegou outro casal... eu não entendia nada da fala deles, né? Mas o que eu entendi bem é que eles queriam 2000 reais para voltar para a Bolívia. Aí eu falei assim: onde que eu vou arrumar 2000 reais? Né? Falei: 'infelizmente, não tem jeito...'.*

Como Ângela não podia atendê-los financeiramente, ela buscou outras formas de ajudar. Foi assim que ela conseguiu fazer com que este último casal fizesse a denúncia:

> *[...] a gente começou a lidar com eles... e eles começaram a contar como que eles estavam vivendo, né? Que eles*

[82] A Associação de Moradores do bairro Veneza (ASMOVE) tinha sua sede em uma casa pertencente à Sociedade São Vicente de Paula, onde funciona o Conselho Particular São Francisco de Assis. Em 2009, a ASMOVE firmou uma parceria com o Conselho para que ela pudesse operar ali naquele imóvel. Porém, o contrato venceu em maio de 2019 e, segundo a líder comunitária entrevistada, a pessoa responsável pelo CNPJ do Conselho não quis renovar a parceria. A ASMOVE encontrava-se, até o momento da entrevista, sem imóvel para sediá-la.

> *moravam... trabalhavam numa certa loja... trabalhavam o dia inteiro... de sete ao meio-dia, almoçava, tinha um prato de comida e um copo de suco, a partir daí eles tinham... é... trabalhavam daí até onze horas da noite... moravam na casa de aluguel, na casa do pessoal mesmo... e aí pagava 400 [reais] de aluguel e ganhava 645 [reais]. E os meninos ficavam o dia inteiro vendo televisão para não atrapalhar. E à noite tinha um pão e um suco, né? Ou um pão e um copo de leite... Alguma coisa assim* (Ângela).

A denúncia deste casal encorajou outras famílias de bolivianos a buscarem por ajuda na Associação:

> *[...] aí, a partir daí, aí foi só aparecendo outros... Aí que... eles começaram a contar, né? Que tinha outras pessoas... que trabalhava... que os ricos, né? Que os mais ricos, punham eles lá pra trabalhar. [...] Então, [...] foi aparecendo outros pedindo ajuda também, e tal... sempre com a mesma história* (Ângela).

A estratégia para manter a superexploração, evitando denúncias por parte das pessoas exploradas, é a mesma empregada em São Paulo, conforme os relatos: o medo. Imprimir o medo nesta população, que é originalmente vulnerável, revela-se uma forma bastante eficiente de mantê-los silenciados. Ângela percebeu esta estratégia no seu primeiro contato com migrantes nesta situação:

> *[...] tem aqueles que eles falam que não pode conversar com brasileiro porque brasileiro é violento, entendeu? Eles fazem a cabeça dos próprios boliviano... que o brasileiro é violento para eles não conversar com a gente [...] porque se você sabe que eu sou violenta, você não vai ficar próxima de mim, não vai conversar comigo... Aí a gente não sabe assim. Se... se eles divulga essa violência... se isso é informação pra quê... A gente não sabe se é relacionado ao Brasil ou à comunidade aqui... mas eles falam que a gente é violento. E eu sei disso por causa de todos que procuraram a Associação... todos falaram isso. [...] proibiam de falar conosco porque [alegavam que] nós éramos violento... e aí a gente foi entender que a violência que nós temos é porque... se a gente soubesse o que tava acontecendo aqui... no nosso nariz. Aí, logicamente, a gente não ia deixar quieto.*

Com o pedido de ajuda, essas pessoas tiveram acesso a informações, inteirando-se dos seus direitos e conseguindo entender o lugar de exploração ao qual foram submetidas. Nessas condições, a chance de romper este processo se amplia, vantagem que, infelizmente, não alcança a todos:

> *Eles tavam nesse emprego mesmo, e depois saíram fora porque o negócio não estava do jeito... quando eles tiveram mais entendimento do acontecimento em si. Porque... eles estavam entendendo o que estava acontecendo com eles. Porque tem uns que tá lá, que não tem como sair, não tem conhecimento de causa* (Ângela).

De qualquer forma, a mínima possibilidade de rompimento desses ciclos chega a outras pessoas que também são exploradas. Algumas delas se encorajam para buscar ajuda, denunciando os abusos para tentar uma vida melhor:

> *A gente teve quatro... não, cinco [denúncias de famílias bolivianas que foram submetidas à superexploração da sua força de trabalho]. Cinco deles aqui, que procurou a gente... mas eles é em número grande, né? Muita gente! Mas... acho que a maioria deles tinha aquele medo... de procurar... esses aí que eu tô falando pra você que era mais entendidos...* (Ângela).

Com o aumento da demanda por auxílio da Associação de Moradores, Ângela compreendeu a gravidade da situação e não atuou sozinha. Rapidamente, ela acionou órgãos competentes e promoveu uma importante reunião que viria a ajudar muitas daquelas pessoas:

> *Se me procura, eu vou atrás de quem é de direito. Mas muitos não procura... [...] eu acionei os órgãos do governo... eu só falei com eles: 'eu sou só a Ângela da associação, da Sociedade São Vicente de Paula, socorro!'. Aí falei: 'vocês não tinha que ter deixado eles entrar, mas já que deixaram entrar, então, vem pra cá.'. Aí reuniu 17 instituição aqui mesmo... do governo. [...] Fica Vivo, Mediação, o CRAS [Centro de Referência da Assistência Social], o CREAS [Centro de Referência Especializado de Assistência Social], é... veio o pessoal lá da Cidade Administrativo do Direitos Humanos... Tráfico Humano* (Ângela).

A partir deste primeiro contato com essas instituições, parcerias tornaram possível uma atuação mais eficaz da Associação de Moradores junto a essas famílias. Passaram a oferecer, gratuitamente, cursos, que tinham como principal objetivo promover a liberdade dessas pessoas, rompendo com esses ciclos de exploração:

> *[...] a partir daí, o pessoal do CRAS, o pessoal do CREAS, o pessoal da própria Mediação, começaram a acompanhar a situação. [...] Aí nos organizamos, começamos a conversar... e aí eles... chegaram mais pra perto. E aí foi feito os acompanhamento... aí eu emprestava... nós tínhamos aqui a parceria com a Associação, da Sociedade São Vicente de Paula... aí eles tinha máquina de costura... aí as próprias menina do CRAS, as menina do Fica Vivo, as menina do Medição, foram trazendo roupa pra eles costurarem, e tal... e eu fui emprestando as máquinas pra eles...* (Ângela).

A atuação conjunta destes órgãos apostou na busca pela independência das pessoas assistidas por eles:

> *Inclusive a gente fez um negócio interessante também, que foi a importância deles não ficar só costurando. Aí ensinaram eles a modelar... aí eles conseguem costurar a peça inteira. Que aí pra... agregar valor. Porque tipo ganhava cinco real numa peça lá... Porque você tem que ver a costura nossa que faz vergonha na frente da costura deles! Nossa! A costura deles é uma coisa que você não põe assim, nem uma gota de defeito! Eles costuram perfeito! Nossas costuras aqui de Minas não chegam nem no pé deles* (Ângela).

Além dos cursos, a Associação de Moradores, a partir da sua liderança comunitária, conseguiu encontrar uma casa com um aluguel de menor valor em relação à média cobrada na região, tornando-o acessível à família boliviana em situação de vulnerabilidade. Assim, amparados pela Associação e por outros órgãos, como o Serviço Jesuíta para Migrantes e Refugiados, estas pessoas puderam sair da oficina que as exploravam para morarem em outro lugar:

> *[...] arranjamos um aluguel pra eles, procurando, conseguimos um aluguel aqui mais barato... eles também tinham o problema da documentação. Aí veio o pessoal do Centro Zanmi. A partir daí, passou a dar uma assistência pra eles. Esse primeiro mês de aluguel eles que pagaram pra eles... aí o segundo eles falou que eles que se virassem. E eu falei: 'como que vai se virar, meu Deus do céu?'. Aí eles pegaram e ficaram morando lá de aluguel um tempo, e foram se organizando... aí a gente arrumou cama, arrumou colchão...* (Ângela).

Independentemente de terem recebido ou não auxilio da Associação de Moradores, o tempo que cada migrante boliviana ou boliviano se submete a estes ciclos de exploração é variável. A superexploração do trabalho – com práticas excessivas, tornando-o análogo à escravidão – é criminosa e não pode ser tolerada, apesar de ser apresentada pelas pessoas entrevistadas como menos grave que a praticada em São Paulo, por ser, segundo elas, menos frequente, menos intensa, e menos duradoura na RMBH-MG:

> *Allá [em São Paulo] tem muito mais escravização que aqui [na RMBH-MG]. Muito mais! Boliviano mesmo que faz. Tem que trabalhar dia e noite. De cinco, seis da mañana hasta once, doce da noche... Come pouco... Ganha quase nada. Tem muita diferencia pra cá. Porque lá o trabalho é mais... mais apretado mesmo. Sem descanso nenhum! Nenhum! Trabalha mais cedo e descansa muito mais tarde! Muito menos que aqui em Belo Horizonte, né? Você trabalha em um horário que começa oito, nove... ou então sete da mañana, mas descansa cedo también. Em São Paulo, tem que trabalhar desde cinco, seis da mañana, hasta once, doce da noche. E ganha muito pouco para esto. Então, aqui é muito melhor!* (Martín).

Porém, a experiência de superexploração da sua força de trabalho em São Paulo-SP, não livra migrantes bolivianas e bolivianos de novas ilusões. Tais migrantes acabam por seguir, novamente, falsas promessas, o que foi comprovado pelo relato da liderança comunitária do bairro Veneza acerca da vivência de um dos casais que buscou a ajuda da Associação de Moradores:

> *[...] esse casal tinha muito conhecimento de causa... o marido dessa [boliviana] era bem instruído, sabe? Já tinha morado em São Paulo... era bem instruído nesse aspecto... porque lá parece que é um horror! Né? Mas mesmo assim cai numa dessas. Porque diz ele, que quando chegaram pra eles, falaram com eles que eles vinham pra Belo Horizonte para ganhar 2000 reais por mês. Aí trouxeram pra Neves...* (Ângela).

Mesmo na realidade de independência laboral, problemas continuam existindo. Destaca-se o fato de as territorialidades da moradia e do trabalho fundirem-se. A quase totalidade dessas costureiras e desses costureiros tem, em um mesmo local, o espaço de moradia e o espaço de trabalho.

> *[Trabalho] só aqui [em casa] na minha máquina de costura. O tempo todo! Eu e minha esposa. Olha ali... [apontando para o cômodo onde funciona a sua oficina] é ali que a gente trabalha* (Álvaro).

> *[A gente trabalha] em casa. Na verdade, a gente não tem casa. É alugada... mas é lá que a gente trabalha... Com costura* (Alba).

> *[Trabalho, com costura] Na minha casa. Tenho máquina [de costura] em casa. Minha esposa e eu trabalhamos em casa* (Martín).

> *A gente trabalha muito. Meu esposo e eu. A gente trabalha em casa hoje* (Paloma).

Esta realidade contribui para a degradação da qualidade de vida, mesmo trabalhando de forma autônoma, uma vez que esses sujeitos, por estarem em casa, acabam se dedicando muitas horas à costura, tendo cargas de trabalho exaustivas. Na maior parte das vezes, essas pessoas vivem sem conforto, não têm horário digno de descanso, entre outras questões.

> *[...] no meio, também, é muita controvérsia, entendeu? Tipo assim... é... você pode chamar de exploração. Porque às vezes você vai morar numa situação muito precária, e a alimentação, como fala... muito precária, né? Então, que eu sei, que eu vivi, a maioria dos meus conterrâneos é assim. Depois eu descobri por que que o boliviano é*

> *assim, né? Porque você trabalha, você ganha, não é pra você viver assim. Mas ele quer ganhar dinheiro, guardar dinheiro, e voltar pra Bolívia. E não tem um quarto pra trabalhar, uma sala, uma cozinha onde você pode fazer uma alimentação bem à vontade... E tem muito boliviano que se tiver oportunidade de trabalhar num quarto e não pagar eles querem. Mesmo quando não tá escravo* (Álvaro).

Poucos são os que conseguem estabelecer limites para o tempo dispendido com trabalho, grifando a necessidade e a importância da convivência em família e do tempo de descanso, lazer e ócio:

> *[...] eles [os contratantes] são um pouquinho exigente assim. Fazer o quê se eles têm a política deles, né? Eles não entendem que nós trabalhamos... eles sempre intentam fazer isso... e eu falo pra eles que não... que não dá pra ser assim não... Sábado e domingo eles querem que trabalhemos, mas eu falo que não... Eu trabalho no meu horário... eu tenho que ficar com meus meninos também, né?* (Miguel).

Miguel, assim, é exceção entre representantes da imigração boliviana. A maior parte desses migrantes trabalha de forma excessiva e muitos são os problemas decorrentes dessa prática. Com tantas horas de dedicação à costura, acabam tendo pouco tempo para o descanso, para o lazer e para o convívio familiar. E, como são poucos os migrantes bolivianos que não fazem da sua casa — ou de um cômodo dela — o seu local de trabalho, a quase totalidade das interlocutoras e dos interlocutores da pesquisa explicitou não só que trabalha em sua casa – todas elas alugadas –, mas, também, que não conhece nenhum conterrâneo que tenha oficina independentemente do local de moradia. Dentre todas as pessoas entrevistadas, apenas um boliviano alugou um imóvel para ser utilizado exclusivamente como oficina:

> *A gente trabalha autônomo, né? Tem un salón lá. Com um colega. Mas não é na minha casa não. É perto da minha casa* (Daniel).

Outro grande problema que se observa em Minas Gerais, remanescente da experiência em São Paulo-SP, sobretudo nos primeiros meses dos migrantes na RMBH-MG, é a superexploração da força de trabalho migrante mediante ameaças:

> *Porque boliviano tem muito também miedo... Lo patrón, como chamas aqui, no ajuda a tirar documiento. Eu falo empregador, empregado... No ajuda a tirar documiento pra fazer ele trabalhar. Porque mesmo em Bolívia eles colocam em jornal que precisam de costureiro para ir para la Brasil. No jornal boliviano! 'Necessito costureiro para emigrar para la Brasil'. E promete que vai a dar tudo, né? E o boliviano que precisa trabalhar, que está atrás de trabalho, vai... e eles trazem [...] e no les ajuda a sacar documientos. E faz eles terem miedo de que la policia federal vá a ser deportado* (Isabel).

A exploração do trabalho infantil também é amplamente praticada:

> *Então, agora, quem chegou igual eu, na mesma situação, não dá, não tem o que fazer, vai é costurar mesmo. Tão trabalhando nessa área. E tem de toda idade! É variado e é delicado... falar assim... porque tem pessoas, é... menino trabalhando... explorando muitas crianças...* (Álvaro).

Meses depois de sua chegada, migrantes bolivianas e bolivianos desvencilham-se das pessoas que os trouxeram. Na maior parte das vezes, conseguem alugar a sua própria casa e começam a costurar nelas. Aqui, percebe-se uma grande diferença em relação ao histórico de exploração recorrente em São Paulo-SP: o tempo para rompimento do ciclo de exploração revela-se, a partir dos relatos, muito menor na RMBH-MG. A vivência da superexploração em São Paulo contribui para que ela seja drasticamente reduzida na chegada à RMBH-MG. Uma interlocutora, que sequer admite esta prática em Minas Gerais, explica a importância da experiência anterior neste cenário:

> *Aqui [na RMBH-MG] ainda não tem [superexploração da força de trabalho, de forma análoga à escravidão] porque as pessoas que estão aqui venham de São Paulo e foram escravizados allá* (Paloma).

Assim, todos os interlocutores relataram que o período de superexploração da sua força de trabalho quando da sua chegada à RMBH-MG foi consideravelmente inferior ao praticado em São Paulo. E, no cenário de rompimento deste ciclo, variações do termo "independizar" são empregados quando reportam à concretização da sua independência:

> *Nós estamos acostumados, e como meu esposo tem muita experiencia na área de la costura, entonces não havia necessidade de estar buscando trabajo por aí. No! Fomos direto a querer trabajar em área que ele sabe. Entonces, dessa maneira empezamos a trabajar com esses amigos. E já conhecemos nesse tempo também coisas que passam pela vida, que no son como a gente piensa, no? Logo estávamos independizados. También con la ayuda... Yo siempre voy a decir, nunca voy a negar. Un brasileiro, un amigo brasileiro, él que teve nos ajudado a poder nos fazer una pequeña oficina, trabajar para nós próprios... Que a essa hora seguimos. Já tínhamos salido da Bolívia já fazia dos años... Tuvimos que intentar!* (Eva).

> *Cheguei aqui no São Paulo, trabalhei uns três meses, três meses não sei o que aconteceu em São Paulo, parou o servicio, aí eu comecei a trabalhar com outra pessoa. Conheci essa pessoa e cheguei com ele aqui. Ele que nos trouxe de São Paulo aqui [...] aí, depois, a gente se independizou. Nos independizamos... a gente começou a trabalhar em casa* (Miguel).

> *Ela me trouxe, tipo assim [...] pra mexer na costura [...] Depois de dois, três meses, depois que eu me independizei, eu saí [...] eu vim e gostei e fiquei. Mesmo depois de parar de trabalhar com ela. Depois que eu me independizei eu fiquei* (Murilo).

> *Nós chegamos allá a trabalhar. Com o boliviano que te falei. E aí ficamos trabalhando lá. Trabalhamos para ele, na casa dele. Na oficina que ele tinha lá. Depois que a gente independizou. Aí a gente continuou morando lá em Mantiqueira. [...] É difícil... É difícil sim. A gente não confia mesmo no boliviano. Porque... Eu tive muitos problemas lá em São Paulo e tive achando que ia ter aqui também. Mas agora estoy más tranquilo... Mas aqui tá*

> *bom. Eu me independizei e trabalho na minha casa* (Martín).
>
> *[...] a gente tem que trabalhar e independizar* (Paloma).
>
> *[...] depois me independizei, né? [...] Porque viver também a depender de los outros não é... não tem liberdade. Então hoje eu moro em mi casa* (Isabel).

É comum a menção aos exploradores do trabalho migrante como pessoas que ajudaram no seu processo migratório. Nesses casos, os sujeitos que os superexploram são apresentados como facilitadores da permanência de migrantes no País:

> *Quem ajudou foi um casal de bolivianos que já tava aqui em Brasil [na RMBH-MG]. A gente trabalhou com eles e depois independizou* (Alba).

Alguns laços se estreitam durante a relação de exploração da força de trabalho migrante. Conforme relato de Anita, ela se tornou amiga de quem explorou o seu trabalho por aproximadamente dois anos, creditando a esta pessoa a sua atual independência:

> *Na verdade, eu tô trabalhando... eu tenho uma amiga que vem aqui, que é antiga. Tá há muito tempo aqui. Ela que tá me ajudando [...] Faz só duas semanas, que eu tô trabalhando sozinha... Porque antes era assim... eu trabalhava junto com ela, na casa dela... e... ela me ajudou pra eu sair... pra me independizar... ela que me ajudou. E ela continua a me ajudar. Então agora ela tá me ajudando, e, quando eu ganhar mais confiança, mais experiência, né? Aí que eu vou ter que ir a procurar serviço* (Anita).

E, na busca por serviço, uma vez independentes, controlando melhor seu próprio tempo de trabalho, a territorialidade construída a partir das moradias próximas e do elo cotidiano entre eles – assim como o movimento para que mais representantes da imigração boliviana possam migrar para RMBH-MG, fortalecendo o grupo de pessoas batalhando em situações parecidas –, também se faz presente. Isto ocorre em

diversas situações, como quando migrantes bolivianas e bolivianos compartilham entre eles o excedente de serviço:

> *[...] com bolivianos, sempre tem uma relação. Vamos supor... sempre tem algum conterrâneo meu telefona... então a pessoa me liga: 'ô, Álvaro, você tá sabendo daquilo? Então, eu tô sabendo... então, deixa eu passo na sua casa, nós conversa.'. E eu: 'tá bom, nós conversa...'. Então, questão de servicio, mesma coisa! 'Ô cara, ô Álvaro, eu tenho 200 peças e eu sozinho, eu não vou tomar conta. Você quieres 100?'. 'Não, beleza, me passa 100... quanto que é tuo preço?'. 'Não, é tal...'. 'Então, beleza, me dá aqui então.'. Ele me passa 100... e na mesma situação, eu, né? Ou então eu tenho 100... 'Ô, Álvaro, 100 não vai dar... me passa 50 o 25...'. Então, tem essa negociação, essa relação de qualquer coisa, de servicio, uma informação que tá precisando...* (Álvaro).

> *Ela pega um serviço e me passa uma parte dele. É assim... é tipo assim* (Anita).

Assim, eles fortalecem o grupo e consolidam a presença da imigração boliviana no mercado da costura na RMBH-MG, para que outros não possam ocupar esse espaço de demanda. Ou seja, ao invés de informar ao contratante que a demanda está acima do possível para eles, eles a aceitam e repassam para outros migrantes bolivianos, o que também aprofunda a territorialidade deles nesse mercado e na RMBH-MG. Ainda revelando a importância do estabelecimento de territorialidades, membros de uma mesma família frequentemente se unem para fortalecerem-se laboral e economicamente, dando subsídios para o início da nova vida fora da Bolívia, mais independente e mais distante da exploração do seu trabalho de forma análoga à escravidão:

> *Mi primo. Él que me trae. [...] No necesito irme [procurar serviço em Belo Horizonte]. Mi primo que va. Todo está a su nombre y facilita. [...]Mi primo me ayuda mucho. Desde que me trajo, me ayuda mucho. No podría soportar estar aquí, lejos de mi familia, si no fuera por él. [...] En un momento, si todo va bien, busco a mi familia para vivir y trabajar con mi familia aquí* (Pablo).

> *[O mais importante] foi a família trabalhando junto, descobrindo as coisas. [...] Já ajudei muita gente. Já trabalhou comigo pessoas assim... já ajudei bastante pessoas... Minha esposa sempre falava que a gente tem que ser certo. E é assim mesmo. Eu fiz sempre certo assim... ajudei as pessoas e depois elas iam. Então agora não estou com pessoas nada, trabalha minha esposa e eu e meus cunhados que estão aqui, trabalhamos todos juntos, né? Mas a família* (Miguel).

O estabelecimento de territorialidades revela-se resistência neste universo de vulnerabilidades no qual sujeitos da imigração boliviana estão imersos. Analisando este contexto vulnerável, Gaudemar (1977) traz a sua contribuição, tomando como norte as condições sociais, econômicas e laborais de migrantes e dando destaque para a discriminação para com esses sujeitos. A despeito do que o artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 assegura – a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo às pessoas brasileiras e migrantes residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, a igualdade, a segurança e a propriedade –, o autor destaca que a "[...] discriminação social e política que se encontra em todos os aspectos da vida dos imigrados [...] implica grandes dificuldades para a organização e luta dos trabalhadores [...], mesmo para os seus direitos elementares" (GAUDEMAR, 1977, p. 28).

São frequentes os relatos, por parte de migrantes, de assédio moral: humilhação, isolamento, ameaças, ofensas verbais, pressão psicológica. Os sujeitos da pesquisa sofrem com piadas, com comentários, com insultos, com todo tipo de preconceito oriundo da xenofobia exposta a partir de seus traços físicos. São discursos xenófobos fixados no fenótipo daqueles migrantes. Poucos são os que se colocam contra tais posturas, fazendo valer-se dos seus direitos e exigindo respeito:

> *[...] sempre tem alguém te lembrando que você é estrangeiro. Na escola, na rua, na feira, na repartição pública... Te jogam: 'ah, você é estrangeiro, veio aqui pra pegar nossas coisas, não sei o que e tal...'. Sempre tem preconceito! Mas a gente supera... [Choro]. Mas temos que lutar contra isso porque somos passageiros da Terra* (Marco).

> *Começar é difícil. É difícil... Muito difícil! A gente se vê muita... discriminação...* (Lucia).

> *Mas tem uma coisa assim... que você... por nós ser boliviano, tem uma coisa que é como se a gente fosse assim, menos valor... como se não contasse, como se você é inferior. Inferior mesmo em que sentido? Podia chamar mesmo de ignorante, sabe? Que a gente não sabe nada. Eu já fui assim nesses lugares do Prado [...] já tive perto de um pessoal que assim... zoar, né? [...] querem fazer aquela pegadinha assim... uma pegadinha boba. É uma boba, mas que te incomoda você. De repente, pra ele não tem sentido não, mas... Agora quando as pegadinhas, as piadinhas, são boas, assim... aberta... eu acho legal, mas quando tem uma piada, assim, das coisas de você... de mal gosto... ou te querendo... aí não! Já tinha brigado com o pessoal assim. Já tinha falado grosso mesmo. E eles gostam assim de te zoar, mas eles não gostam que você zoe eles. Então eu já tive esse problema. [...] É sério! Porque não é legal [...] porque eu sou uma pessoa adulta. Eu não sou mais um moleque nem um adolescente pra entrar na brincadeira. Agora uma brincadeira de bom gosto, sincera, uma piadinha... 'Ô, Álvaro, você tá parecendo Evo Morales!'. Aí beleza! Tranquilo... É uma piada, é uma arruação, aberta! Aí é bom! Mas tem outros... eu conheci muito mineiro desse jeito!* (Álvaro).

> *[O migrante] tem que enfrentar, além da saudade, muito preconceito. Eu gostaria que os brasileiros fossem mais amigos de nós. Como nós deles, né? É importante falar, conversar, porque as coisas saem bom desse jeito, entendeu? A gente não vem pegar o trabalho deles... Nós não quer o trabalho deles. E não podemos ficar na Bolívia. Queremos voltar para Bolívia, mas precisamos estar a trabalhar aqui antes. Pelos nossos filhos* (Juan).

A condição excludente revela-se, hoje, em muitos aspectos da vida migrante. Imersos nesta realidade, migrantes encontram-se em situações de vulnerabilidade familiar, afetiva, econômica, social, etc., o que requer empatia da sociedade e promoção de políticas públicas. Esta realidade vai na contramão da Política Nacional de Imigração e Proteção para Trabalhadores Migrantes, proposta aprovada pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg) em 2010 e discutida em publicação da

Organização Internacional do Trabalho (OIT) intitulada "Políticas y leyes de migración laboral: El panorama en 5 países de América Latina y el Caribe"[83]. Segundo esta publicação, que reflete recomendações e convenções da OIT, o documento[84] declara, entre os direitos e interesses específicos dos imigrantes, que "Los migrantes documentados o en situación regular en Brasil tendrán igualdad de oportunidades y de trato, y estarán sujetos a los mismos derechos" (OIT, 2017, p. 11) e que "La lucha contra la discriminación, la xenofobia y el racismo respecto a los migrantes deben reforzarse" (OIT, 2017, p. 12).

Basso (2013, p. 128) defende o combate, "[...] com máxima energia e consciência", de "[...] todas as discriminações e vexações que recaem sobre os 'não brancos'", grupo composto pela massa de migrantes. Grifa-se, assim, como de grande importância, a produção e propagação do conhecimento necessário para desconstruir o racismo.

Porém, o que o mundo vem experimentando é a ampliação da aversão aos migrantes, concretizada no preconceito, bem como na culpabilização desses sujeitos pela deterioração das condições sociais. "Em vez de responsabilizarem as políticas de flexibilidade do trabalho e a retração da assistência social, culpam os migrantes pelas dificuldades dos trabalhadores locais" (STANDING, 2017, p. 150), o que faz com que a marginalização desses sujeitos passe a ser intensificada e propagandeada em grande parte do mundo, aprofundando o desrespeito para com eles, realidade que se revela presente na RMBH-MG. Neste processo, a construção das suas territorialidades emerge como forma de resistência:

> *[...] tem muita gente, igual tem esse conterrâneo, que acha que é melhor ser fechado. Que brasileiro é brasileiro, bolivianos são bolivianos. Então, como tem boliviano aqui, não nos misturamos com eles não. Fica só*

---

[83] Obra disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/publicacoes/WCMS_563942/lang--pt/index.htm. Acesso em: 26 dez. 2019.

[84] Trata-se de documento intitulado "Política Nacional de Inmigración y Protección al (a la) Trabajador(a) Migrante", uma proposta aprovada pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg) em 12/05/2010. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_563942.pdf. Acesso em: 26 jan. 2020.

> *bolivianos. Já tem isso. Aqui mesmo, em Ribeirão das Neves, já tem. Já tem porque tem boliviano que pensa assim: 'Ah, não, brasileiro não, não vou me misturar com brasileiro não.'. Não porque são ruins [...]. Tem que ser mesmo assim... entendeu? Então a gente não junta com brasileiro não* (Álvaro).

O fortalecimento dos laços dentro do grupo social propicia segurança e defesa contra o xenorracismo. Afinal, guardados na vulnerabilidade, esses sujeitos são, ainda, invisibilizados. Contribuímos para esta invisibilização a cada vez que consumimos e usamos uma roupa produzida pelo trabalho migrante – explorado de forma análoga à escravidão – sem nos preocuparmos com o processo que a produziu. Cada peça produzida nessas condições tem o seu preço social. Ela tem o preço humano do trabalho que a produziu.

A constituição de territorialidades por migrantes transnacionais bolivianas e bolivianos permite, em um primeiro momento, o rompimento com estas redes de superexploração, inviabilizando-as como instrumento de aprisionamento, e, finalmente, a imposição destes migrantes perante a sociedade receptora. Assim, tais pessoas, reunidas em grupo, concretizam a sua capacidade de serem migrantes – vivendo com os direitos que lhes deveriam ser garantidos – e de terem autonomia. Saber seus direitos e saber – e poder – circular são questões postas como fundamentais por Tarrius (2009). Assumindo a sua condição migratória e a sua necessidade de interação social com a sociedade receptora – mesmo quando eles se fecham devido à xenofobia –, migrantes teriam possibilidades de romper com estas redes e de conquistar autonomia, a partir do estabelecimento de territorialidades.

Neste cenário, é possível refletir acerca da interação entre migrantes e a sociedade receptora, e da interação entre eles e o território em que se inserem, o que também conduz a novas territorializações. Para aprofundar esta reflexão, recorre-se a Costa (2011, p. 76), que se utiliza da leitura de Milton Santos para explicitar as diferenças entre apropriação e produção do território:

> A implementação das chamadas políticas de ordenamento territorial deixa mais clara a necessidade de considerar duas características básicas do território: em primeiro lugar, seu caráter político — no jogo entre os macropoderes políticos institucionalizados e os 'micropoderes', muitas vezes mais simbólicos, produzidos e vividos no cotidiano das populações –; em segundo lugar, seu caráter integrador – o Estado em seu papel gestor-redistributivo e os indivíduos e grupos sociais em sua vivência concreta como os 'ambientes' capazes de reconhecer e de tratar o espaço social em todas as suas múltiplas dimensões.

A metrópole — analisada aqui a partir de Belo Horizonte-MG e sua região metropolitana — representa este citado "jogo entre os macropoderes políticos institucionalizados e os micropoderes" (COSTA, 2011, p. 76). A população migrante boliviana atua como representante da classe dos "micropoderes", apropriando-se do espaço, buscando sua sobrevivência, territorializando-se.

> *Pra trabalhar, a gente precisa ir em Belo Horizonte, né? Depende do Belo Horizonte... Questão de serviço, a gente depende de Belo Horizonte. Agora, essas coisas de saúde, farmácia, mercado, escola, lazer, jogar futebol, é aqui mesmo, em Ribeirão das Neves* (Álvaro).

A realidade de segregação, de conflitos e de estabelecimento de territorialidades desenha-se no contexto metropolitano: "[...] o território manterá o seu papel atualmente perverso, não apenas alojando, mas na verdade criando cidadãos desiguais, não apenas pelo seu lugar na produção, mas também em função do lugar onde vivem" (SANTOS, 2007d, p. 134). Milton Santos ainda complementa:

> Há desigualdades sociais que são, em primeiro lugar, desigualdades territoriais, porque derivam do lugar onde cada qual se encontra. Seu tratamento não pode ser alheio às realidades territoriais. O cidadão é o indivíduo num lugar. (SANTOS, 2007d, p. 151).

A relação de poder ainda se revela no ambiente doméstico. Os conflitos que envolvem a imigração boliviana

apresentam subjetividades sustentadas por uma questão cultural que viabiliza a violência doméstica: a desigualdade de gênero. Hinojosa Gordonava (2008, p. 101) aponta que:

> [...] no todos los miembros de la familia actúan en igualdad de condiciones ni poseen la misma capacidad de negociación. Existen relaciones de poder, valores culturales ideológicos que marcan los roles, las identidades y las condiciones de reproducción de los individuos[85] .

Hooks (2019, p. 58) também contribui para esta reflexão, analisando que "[...] a diferenciação entre forte e fraco, poderoso e impotente, tem sido um aspecto central definidor de gênero no mundo, carregando consigo o pressuposto de que homens deveriam ter maior autoridade e governar as mulheres". Como traço cultural, a desigualdade de gênero acompanha mulheres bolivianas e se faz presente no seu cotidiano, mesmo no seu país natal:

> *Eu saí [da Bolívia] no finalzinho de 2009, mês de octubre. Final de mês de octubre, início de mês de noviembre de 2009, saí do meu país. Mas eu saí porque eu estava sofrendo perseguição. Porque passei por violência familiar. Meu esposo quase tirou a minha vida* (Nina).

A definição de que o correto é a submissão aos maridos torna esta opressão masculina mais fácil de ser praticada.

> *Foi uma briga forte assim ... Começou [...] nove horas, acabou três horas da tarde. E meu filho nesse momento estava muito pequeno. Ele mordeu a perna dele. Por isso que meu ex-esposo me soltou, né? Porque estava sendo enforcada mesmo. Aí passou todo esse horário, aí de tarde ele pediu perdón. Eu também pedi desculpas, né? Porque eu também bati nele depois de isso. [...] Dia seguinte eu esperei, peguei todas as coisas, fui a morar na*

[85] "[...] nem todos os membros da família agem em igualdade de condições ou possuem a mesma capacidade de negociação. Existem relações de poder, valores culturais ideológicos que marcam os papéis, identidades e condições de reprodução dos indivíduos" (HINOJOSA GORDONAVA, 2008, p. 101; tradução nossa).

> *minha casa, onde ele me conheceu, né? Então, levei as coisas, saí, mas terceiro dia ele ligou falando que queria o divórcio, né? Que queria solucionar as coisas... E ele falou que queria se divorciar de mim porque nenhuma mulher bateu em nele, não vai haver ninguém que bata... e eu falei que tudo bem. Aí eu fiquei arrasada mesmo, porque ninguém casa pra se separar, né? Ninguém casa para criar o filho sozinho. [...] Mas eu assinei pra ele, tudo... e depois disso comecei a cair em depressão, fiquei doente. [...] e eu fiquei no hospital. Tava quase há 6 meses no hospital, não conseguia me recuperar. [...] E já era um ano e três meses. Perdi tudo. Tudo. Tudo. [...] porque eu sempre me culpava porque eu era culpada, sabe? Meu ex-esposo falava que a mulher não trabalha, a mulher é para servir ao homem* (Nina).

Nina viu na migração para o Brasil sua única chance de reconstruir a sua vida. Sem deixar seu ex-marido saber para onde ela e o filho estavam indo, Nina decidiu pela migração e preparou sua mudança. Mais uma vez, ela se depara com as dificuldades de pertencer a uma sociedade machista e patriarcal, que dificilmente apresentará mudanças nesta estrutura, uma vez que, como aponta hooks (2018, p. 14),

> [...] eles [homens] têm medo de abrir mão dos benefícios. Eles não têm certeza sobre o que vai acontecer com o mundo que eles já conhecem tão bem, se o patriarcado mudar. Então acham mais fácil apoiar passivamente a dominação masculina, mesmo sabendo, no fundo, que estão errados.

E é justamente por esta estrutura machista e patriarcal que, mesmo expondo a delicada situação que vivia, Nina quase teve sua fuga embargada pelas autoridades – homens que analisaram seu pedido. Ela precisou da anuência de outros homens da família pra ter o seu pedido deferido:

> *[...] fui donde tem autoridades que tem a terceira vara da infância. Fui a essa casa, da infância e do adolescente. Fui e falei isso [relatou toda a violência vivida] [...] que eu quero ir pra outro país. E que eu quero saber o que eu preciso. Daí ele falou: precisa de uma autorização. E eu falei, se eu volto, eu nunca mais vou ver... quem sabe eu nunca mais vou ver a meu filho. Então ele falou: você tem*

> *parente? Aí eu falei que tenho pais, irmão, tenho tudo. Daí ele falou: pede eles pra autorizar. Daí eu levei a eles. [...] E eu falei toda a verdade. Falei que passei isso, que apanhei demais do marido, tudo isso. Então eles assinaram essa autorização. [...] Esse é o soño mais tranquilo que eu tive. Em muitos anos!*

Desta forma, ela conseguiu migrar para o Brasil com o seu filho e se livrou da perseguição. Foi necessária uma autorização de outro homem adulto que tivesse parentesco para que ela pudesse viajar com o próprio filho. Portanto, o próprio Estado limita sua liberdade de escolha, quando deveria lhe oferecer proteção para ficar no território onde ela e seu filho nasceram.

Na maior parte dos casos, a realidade de violência doméstica se torna mais grave após a migração, pelas tensões inerentes aos primeiros meses de adaptação da família no nosso País. A submissão da mulher – que contribui para agravar e tornar mais frequente esta violência – não só existe, como é valorizada. Jade, ao mostrar-se compreensiva para com os maridos, justificando a violência de homens contra suas esposas e filhos, explicita esta questão:

> *Eu via muitas e muitas e muitas mulheres assim. Além de trabalhar nesse tipo de trabalho [análogo à escravidão], a gente [mulheres] também eram batidas pelo marido... Agora eu entiendo porque o homem procedia assim, né? Desesperado de não poder fazer nada. Eles não tinham... ficavam sem dinheiro. O marido brigava com a mulher, batia nela, nos filhos... É muito difícil para uma imigrante, recém-chegada, viver.*

A pressão social de origem patriarcal sobre os homens que não estão conseguindo ser provedores da família tem como fim, muitas vezes, a violência doméstica. Nesses casos, o corpo da mulher, inferiorizado e objeto de posse do marido, torna-se o ponto de desconto de todas as dificuldades. Apesar disso, algumas mulheres conseguem fazer esta leitura empática sobre a situação do homem migrante – desesperado –, também seguindo um papel social destinado às mulheres – de compreensão do marido e harmonização do lar. Como afirma

Hooks (2019, p. 188), "[...] elas têm sido vistas como mulheres caídas, que falharam no seu papel 'feminino' de sensibilizar e civilizar a besta no homem". É um processo que mascara a severidade da violência. Mesmo tentando justificar a violência contra as mulheres, Jade complementa e chama a atenção para as dificuldades enfrentadas pelas migrantes bolivianas, e é respaldada por Nina:

> *A gente passou necessidade. Eu via outras mulheres também mesmo que passavam violência física, violência psicológica, violência econômica* (Jade).

> *[...] tenemos mulheres que passam violência, tenemos crianças que são obrigadas a trabalhar em la oficina, tenemos maridos que batem muito nas mulheres, mulheres que não são pagas pelo seu trabalho. Passamos por tudo isso* (Nina).

Uma mulher solteira que, tendo filho, o cria sozinha, também é inferiorizada, e esta condição é utilizada por quem explora sua força de trabalho. Ameaças a ela são feitas e o explorador utiliza-se da sua condição – de mulher solteira com filho – para amarrá-la ainda mais em suas teias escravizantes, produzindo uma violência simbólica, apresentada por Nina:

> *Eu estava quase mais de 5 anos e só tinha 500 reais poupados. Aí o dono da oficina me devia coisa de dois salários. Eu ganhava 400 reais de cada mês, então era 800, que ele estava em dívida, não estava pagando. Aí eu falei pra ele: 'vou sair... vou sair porque eu não quero que o meu filho trabalhe.'. Aí ele falou: 'Vai ser difícil! Não vai conseguir! Ninguém vai te alugar casa, você sozinha! Você não tem marido. Sem marido, vocês não existe!'. Falou assim, o dono da oficina. É uma realidade: mulher sozinha, com filhos, empreendedora, dona de oficina, cheia de dívida com aluguel. Eu passei por isso. Eu lembro.*

Oprimidas pelo conservadorismo, as mulheres, em sua maioria sem voz dentro de seus lares, precisam, além da costura, dar conta de todo o trabalho doméstico e de todo o cuidado com os filhos. As chamadas jornadas duplas e triplas. No cotidiano dessas famílias, esta desigualdade de gênero revela-se

marcante. As mulheres ocupam o lugar de donas de casa e ajudantes dos maridos em suas oficinas de costura, e ainda acontece uma romantização dessa sobrecarga de trabalho:

> *[...] minha esposa é guerreira! Arruma tudo dos meninos, faz comida, ainda me ajuda no servicio pra nós ganhar o dinheiro* (Álvaro).

Aos homens – vistos e admirados como provedores e chefes da família –, fica a responsabilidade de encontrarem lojistas interessados em seus serviços têxteis. Desta forma, eles são os chefes do lar, provedores, e responsáveis pela família – em todos os aspectos. Na maior parte das vezes, essas mulheres, enredadas fortemente no machismo, aceitam que todas as decisões sejam tomadas pelos maridos – situação que é imposta por eles –, e não sabem sequer para quem estão costurando ou quanto estão recebendo por cada peça, pois, dentro do padrão de divisão de tarefas definidos pelo gênero, é do domínio do masculino o trato com o dinheiro.

> *Isso [quem os contrata] eu não sei falar... Quem é... Onde que manda... Não sei falar... Porque é o meu marido que vai más. Ele que está com o nome, daí, que ele tira, né? Eu não... Enquanto isso eu costuro, cuido das crianças, levo na escola...* (Paloma).

> *Es mi esposo quien tiene el nombre allí [nas lojas para as quais eles prestam serviço de costura]. Él va, recoge las piezas y las costuramos en nuestra casa* (Rúbia).

Neste universo de naturalização desses papéis sociais a serem cumpridos por homens e mulheres, pode acontecer de a violência doméstica extrapolar, sem constrangimentos, os espaços privados da casa, conforme relato da liderança comunitária do bairro Veneza, que recebeu denúncia da própria violência doméstica:

> *Aí teve também um casal que veio com uma criança, pititiquinho, aí eles... eles brigavam demais! Era uma brigalhada, menina! Do homem bater, do homem arranjar outra namorada, [...] eles separaram... aí, daí a pouco, voltava de novo... aí depois ela foi embora, não sei o que aconteceu...* (Ângela).

As mulheres bolivianas, de forma geral, apesar de tantas dificuldades, mostram-se felizes e orgulhosas por desempenharem tantas tarefas e por darem conta de tudo sozinhas, romantizando essa sobrecarga de trabalho, conforme mencionado, uma vez que os maridos também reproduzem essa lógica de enaltecimento. A maior parte da comunidade boliviana vive desta maneira, e poucos são os migrantes que fogem a esta realidade – que se apresenta como um padrão de gênero. hooks (2019, p. 61) coloca que ocorre uma "convergência de dois impulsos contraditórios" e explica:

> Diferentemente de outras formas de dominação, o machismo molda e determina diretamente relações de poder em nossas vidas privadas, em espaços sociais familiares, no contexto mais íntimo "casa" e nas esferas mais íntimas de relações (família). Geralmente é dentro da família que testemunhamos a dominação coercitiva e aprendemos a aceitá-la, seja a dominação de pai/mãe sobre a criança, seja do homem sobre a mulher. Embora as relações familiares possam ser – e com mais frequência sejam – caracterizadas pela aceitação de uma política de dominação, elas são simultaneamente relações de cuidado e conexão.

Neste contexto, os homens controlam a forma de sobrevivência relacionada ao trabalho, deixando as mulheres atadas por esse comportamento que também se efetiva no processo de reterritorialização produzida pela migração, ou seja, as mulheres são dependentes financeiras dos homens, o que dificulta que saiam desse ciclo abusivo, sobretudo devido à dificuldade de criar os filhos sem os pais deles. Esta dificuldade é construída, também, culturalmente, uma vez que os cuidados dos filhos cabem às mulheres, mas os recursos financeiros estão nas mãos dos homens. Desta forma, as mulheres são responsabilizadas socialmente por criar os filhos, com ou sem participação dos pais das crianças. Como há a fusão das territorialidades da moradia e do trabalho, o processo de dependência da mulher é ainda mais arraigado, e o homem se faz ainda mais presente no controle da rotina da casa, mesmo não cumprindo os afazeres domésticos.

Falta a essas mulheres acesso à informação sobre seus direitos, sobre as leis que vigoram no território brasileiro – como a Lei Maria da Penha –, e sobre outras possibilidades de ser mulher. Falta aos homens, também, uma educação que questione seu lugar de poder e o transforme – para que compreendam que mulheres não são inferiores, para que não as desumanize, e para que não as vejam como um corpo a receber as suas dores.

Finalmente, faltam políticas públicas para que esse processo possa se constituir, para informar e educar, para que as mulheres superem os seus medos e os estigmas impostos a elas, para que possam compreender que a culpa não é delas, além do cuidado com a autoestima. E, para que a lei se cumpra, além de denúncias das próprias mulheres, é fundamental a presença mais efetiva de órgãos em defesa dos direitos da mulher, que precisam ser mais atuantes para todas as mulheres que estiverem neste território – território este que deveria lhes ser abrigo. Todo o esforço é para se "[...] criar um mundo onde dominação e abuso coercitivo nunca sejam aspectos de relacionamentos íntimos" (hooks, 2019, p. 192).

Construindo territorialidades no acesso à educação e nos cuidados com a saúde: a luta contra o xenorracismo e a busca por direitos

Xenofobia e racismo são categorias diferentes, mas para os sujeitos desta pesquisa – bolivianas e bolivianos na RMBH-MG – há uma sobreposição de ambas. Oliveira (2019) traz para a realidade brasileira o conceito de "xenorracismo", inspirada nos autores Sivanandan (2001) e Fekete (2001), referências internacionais na luta pelos direitos de migrantes na Europa. Essa xenofobia, quando praticada no Brasil, assim como na Europa, carrega toda a carga do racismo construído historicamente. No entanto, pode-se identificar algumas diferenças marcantes, devido ao nosso passado colonial:

> O racismo transcende a xenofobia, no Brasil. O imigrante não branco é visto e tratado costumeiramente como inferior, desqualificado, e se for negro, ele é primeiramente negro, e carrega consigo todos esses estereótipos, mesmo ocupando lugares de privilégios. O

> mesmo ocorre com os latinos que carregam traços indígenas (OLIVEIRA, 2019, p. 194).

Assim, a xenofobia ao grupo de pessoas que hoje é classificado como "latino-americanos", presente e alimentada nos países europeus e nos Estados Unidos na contemporaneidade, foi sendo construída, desde o período da colonização da América – como sublinhado por Galeano (2012). A inferioridade das diversas etnias negras africanas e das nativas desta terra – que passaram a ser chamados de índios[86] pelos europeus – era debatida entre os religiosos cristãos e referendada pelo papa, em mais um dos processos que revelava a fusão entre o Estado e a Religião. Esse processo determinou uma suposta superioridade branca – defendida pelos próprios brancos – e, portanto, europeia. "A branquitude é construída como ponto de referência a partir do qual todas/os as/os '*Outras/os*' raciais 'diferem'" (KILOMBA, 2019, p. 75; grifos da autora).

Essa justificativa respaldava a retórica da colonização como caminho para catequização civilizacional para os nativos da América, que precisavam ser "salvos" de sua própria cultura em sua própria terra – o Novo Mundo que não era mais do que o novo território europeu. Eram os europeus que invadiam e colonizavam as terras e, nesse processo, usavam de diferentes formas de violência; sendo as violências simbólicas, como algumas descritas por Galeano (2012), as justificativas para as violências contra os corpos não brancos. Ribeiro (2019, p. 83-84) fala desse processo em relação aos negros africanos escravizados, e sua reflexão pode ser estendida aos indígenas: "[...] a visão

[86] O termo torna homogêneos os diferentes povos originários da América, não respeitando sua diversidade e é utilizado, historicamente, de forma pejorativa, com intuitos de inferiorização ou romantização. Atualmente, os povos originários preferem ser chamados de indígenas, que em latim, significa "natural do lugar em que vive". Mesmo assim, a forma mais respeitosa é identificar cada grupo étnico por sua etnia, que é a base cultural da sua identidade. É o que defende, por exemplo, o professor e escritor Daniel Munduruku (Munduruku é sua etnia) em diferentes falas: "Eu não sou índio. Essa palavra não diz o que eu sou, diz o que as pessoas acham que eu sou. Essa palavra não revela minha identidade, revela a imagem que as pessoas têm e que muitas vezes é negativa". Trata-se de um processo de descolonização do vocabulário e das ideias. Disponível em: http://www.nonada.com.br/2017/11/daniel-munduruku-eu-nao-sou-indio-nao-existem-indios-no-brasil/. Acesso em: 25 abr. 2020.

colonial que via os corpos negros como violáveis". Kilomba (2019, p. 33) adjetiva como sádicas as políticas de conquista e dominação do colonialismo que produziram "[...] regimes brutais de silenciamento".

Com a ascensão da burguesia e com a formação do Estado laico, no século XIX, a Europa – e nesse momento histórico, também os Estados Unidos da América (EUA) – irá se voltar para seu novo método de produzir verdades: a ciência moderna. Constitui-se, assim, a Antropologia Física, que irá produzir as teorias raciais[87] – e racistas – que, ao final desse mesmo século, por volta de 1870, chegarão ao Brasil, onde também serão utilizadas pela elite branca. Para a formulação dessas teorias, os corpos não-brancos eram objetos de estudos[88] para se determinar supostas evidências da sua própria inferioridade, "[...] estabelecendo-se correlações rígidas entre patrimônio genético, aptidões intelectuais e inclinações morais" (SCHWARCZ, 1993, p. 47).

Essa concepção não foi refutada no Brasil. Ao contrário, a elite branca brasileira a abraçou e, desde a independência, perpetua o racismo com boa parte da própria população – com origem indígena e negra –, agora justificado cientificamente. Negros e indígenas representariam o atraso. Atualmente, um olhar crítico a essas teorias já foi postulado e elas são definidas como Racismo Biológico – apesar de ainda se reproduzirem, mesmo que com novas faces, como a xenofobia.

Na República Velha, o Racismo Biológico levou à eugenia, ideia de embranquecimento da população também importada da Europa[89], e que buscava "importar" europeus em um projeto político de imigração consagrado pelo governo

---

[87] "[...] o termo raça é introduzido na literatura mais especializada em inícios do século XIX [...] inaugurando a ideia da existência de heranças físicas permanentes entre os vários grupos humanos" (SCHWARCZ, 1993, p. 47).

[88] Frenologia e antropometria: "[...] teorias que passavam a interpretar a capacidade humana tomando em conta o tamanho e proporção do cérebro dos diferentes povos. Ambas também serão a base para a craniologia técnica e antropologia criminal" (SCHWARCZ, 1993, p. 48).

[89] "O termo eugenia – *eu: boa; genus: geração* – foi criado em 1883 pelo cientista britânico Francis Galton [...] que buscava provar, a partir de um método estatístico e genealógico, que a capacidade humana era função da hereditariedade" (SCHWARCZ, 1993, p.48; grifos da autora).

republicano, que alegava necessidade de substituir a força de trabalho negra, antes escravizada, ao invés de considerá-la em seu novo projeto de nação. Portanto, com a consolidação das elites brancas na América, a noção de raça utilizada para hierarquizar corpos não é rompida, mas reproduzida em outros termos, de outra forma, com outras faces que consolidam, de maneira contundente, o racismo estrutural e o institucional que nos acompanha ainda na contemporaneidade, "[...] já que o racismo cotidiano incorpora uma cronologia que é atemporal, [...] como a reencenação de um passado colonial, mas também como uma realidade traumática, que tem sido negligenciada" (KILOMBA, 2019, p. 29).

A xenofobia vai se consolidar na Europa, quando esses territórios passam a ser destinos de migrantes de diferentes lugares do Sul do mundo (migração Sul- Norte), inclusive de latino-americanos, após a Segunda Guerra Mundial, e irá ganhar vigor nos momentos de crise econômica. Agora, parte dos europeus acusam os migrantes de invadirem suas nações e desrespeitarem seus costumes, assim como de roubarem seus empregos.

O século 21 irá presenciar o fortalecimento da xenofobia pelos contextos de crises e também pela grande ampliação da mobilidade corporal – considerada uma explosão – em tempos de expansão da globalização em extensão territorial, mas, também, em profundidade na vida cotidiana. Nos Estados Unidos, o preconceito ao estrangeiro também se consolida, mesmo com todos os processos coloniais vivenciados em seu território, uma vez que a grande potência capitalista é destino sonhado por muitos que desejam melhores qualidades de vida. Porém, o *American Way of Life* é para os "americanos" – estadunidenses. Com a presença de muitos latino-americanos nos Estados Unidos, sobretudo mexicanos, a xenofobia nos transforma em abjetos.

Basso (2013) explica a difusão e a intensificação do racismo e da xenofobia pelo mundo como consequências da perda de poder euro-estadunidense. O autor aponta, assim, a responsabilidade e os interesses dos Estados dos Países do Norte na sua difusão e intensificação:

> Esse deslocamento não pode se não impelir a uma enérgica reação dos velhos poderes dominantes do Ocidente que, cada vez menos, podem confiar exclusivamente nos próprios meios financeiros e militares — ambos enfraquecidos e contestados — e, cada vez mais, encontram-se na necessidade de invocar a unidade das nações ocidentais para 'salvarem-se juntas' (capital e trabalho) do declínio iminente, da *ameaça externa e interna* trazida pelos '*bárbaros*' às nossas condições de vida (BASSO, 2013, p. 100; grifos do autor).

Bastide e Fernandes (2008) também se ocupam de reflexão acerca da xenofobia, combatendo a busca pelo "migrante ideal" – apontado, quase unanimemente, como branco, europeu e supostamente civilizado. "[...] acima dos seres animalizados, impuras formas de humanidade" (KILOMBA, 2019, p. 19). A chegada do migrante "não-ideal" provoca um acirramento das relações sociais, que, por sua vez, é consequência do choque cultural. "Diálogos de Samira" – literatura construída (também) por narrativas de um menino refugiado de 13 anos chamado Karim – apresenta trechos que ilustram esse choque: "Se a Europa me ensinou alguma coisa, foi a de que não existe nada mais assustador do que um africano a lhe atravessar as fronteiras" (CAMARGOS; CARUSO, 2015, p. 37); "'Escondam o vosso dinheiro, escondam as vossas filhas, os pretos estão a invadir-nos o quintal'. Ouço-lhes os pensamentos quando nos veem aproximar do guichê e lhes entregamos o nosso passaporte do terceiro mundo" (CAMARGOS; CARUSO, 2015, p. 37); "Tinha acabado de chegar à Europa e já só queria fugir dela" (CAMARGOS; CARUSO, 2015, p. 39).

A migração não-branca requer intervenção e diálogo junto à sociedade receptora para não intensificar o racismo e a xenofobia, mas o que se tem assistido atualmente são ataques deliberados por parte da população e por representantes governamentais aos migrantes não-brancos nos Países do Norte, com a ressurgência da extrema direita e a consolidação dos neofascismos. No Brasil, essa lógica acaba sendo absorvida e a receptividade com turistas e migrantes brancos não é ampliada para os grupos latino-americanos de não-brancos, como as

bolivianas e os bolivianos, mesmo a população brasileira sendo majoritariamente não-branca.

Parece contraditório, e é. Em um primeiro momento, pode-se questionar: como é possível um país colonizado ser xenofóbico com outro grupo social que tem esse mesmo passado como marca da sua identidade? No entanto, o "[...] racismo não é falta de informação sobre a/o '*Outra/o*' – como acredita o senso comum –, mas sim a projeção *branca* de informações indesejável na/o '*Outra/o*'" (KILOMBA, 2019, p. 117; grifos da autora). Respondendo ao questionamento proposto, esta xenofobia é possível porque se forjou aqui que a branquitude é "[...] moralmente ideal, decente, civilizada e majestosamente generosa" (OLIVEIRA, 2019, p. 196-197) e o xenorracismo é uma espécie de continuidade do Racismo Biológico, igualmente incorporado nessas terras tropicais, como já colocado.

> Enquanto formas *antigas* de racismo apelavam para 'raças biológicas', e para a ideia de 'superioridade' versus 'inferioridade' [...], as novas formas de racismo raramente fazem referência à 'inferioridade racial'. Em vez disso, falam de 'diferença cultural' ou de 'religiões' e suas incompatibilidades com a cultura nacional. O racismo, portanto, mudou de vocabulário. Nos movemos do conceito de 'biologia' para o conceito de 'cultura', e da ideia de 'hierarquia' para a ideia de 'diferença' (KILOMBA, 2019, p. 112; grifos da autora).

Não houve e não há um processo de responsabilização e reconfiguração de estruturas de poder definidas racialmente. Assim, "[...] não obstante apareça associada, entre a xenofobia e o racismo, a aversão que prevalece é a do racismo: no limite, tende a ocorrer menos aversão a um estrangeiro branco do que a um afro-brasileiro negro" (OLIVEIRA, 2019, p. 196-197). Os interlocutores desta pesquisa, portanto, vivenciam o xenorracismo no Brasil e a relatam:

> *[...] enfrentando preconceito social, de ser boliviano. Porque eles gostam é de gringo, mas gringo é de olhos verdes, é branco. Agora eu, descendente de índio...* (Marco).

No Brasil, essa aversão ao migrante latino-americano – não-branco – ganhou corpo com o aumento da migração Sul-Sul, já debatida em outro capítulo neste livro. Na Bolívia habitam mais de 30 etnias, sendo as mais numerosas – em termos populacionais – aimará, quéchua, guarani e tupi-guarani. Assim, o fenótipo de bolivianas e de bolivianos – não-ocidental – é encarado, muitas vezes, com olhares estigmatizados e racistas, como um marcador social de diferença hierárquica.

A crise econômica da segunda década do século 21 contribuiu para alimentar a xenofobia, como uma espécie de cópia dos Estados Unidos, sobretudo pela população considerada branca no Brasil, em uma atitude que pretende negar a origem latino-americana dos próprios "brancos" brasileiros – que, em sua maioria, nem são considerados brancos na Europa ou nos Estados Unidos.

Também analisando a migração não desejada, Singer (1980, p. 242) reflete sobre "[...] a formação de população 'marginal' nos lugares de destino", recorrentemente associada à "[...] migração na América Latina", apontando que ela foi denunciada por autores diversos por contribuir para a formação da "[...] marginalidade". O autor ainda assinala que "[...] a 'marginalidade' é, em geral, conceituada como não integração na economia capitalista e não participação em organizações sociais e no usufruto de certos serviços urbanos" (SINGER, 1980, p. 242). A marginalidade também significa a associação com o crime e, no caso da imigração boliviana, criou-se, de forma estereotipada, a associação com o tráfico de cocaína. Uma observação se faz relevante aqui: muitas vezes, bolivianas e bolivianos são vítimas de crimes, como o trabalho análogo à escravidão – ao invés de serem tomados como as vítimas, são lidos como criminosos.

Esses sujeitos, ao chegarem ao Brasil, destinam-se às regiões metropolitanas para trabalharem na costura, integrando, assim, a realidade urbana do país. A difícil arte da convivência nas cidades revela-se ainda mais intensa para grande parte dos migrantes transnacionais não-brancos no Brasil. São inúmeras as adversidades enfrentadas por estes sujeitos, para que eles possam se estabelecer junto às cidades receptoras. Esta realidade lança por terra os mitos de receptividade – a suposta

cordialidade – como um elemento da cultura brasileira, revelando a situação de vulnerabilidade suportada por esses sujeitos. A origem étnica não-branca, muitas vezes, é utilizada de forma perversa para naturalizar a condição do migrante como inferior, o que dificulta o seu acesso até mesmo aos serviços básicos presentes nas cidades – como educação e saúde públicas –, aprofundando a precarização das suas condições de vida.

Neste contexto, a xenofobia concretiza-se no olhar, e, cada vez mais, revela-se presente, também, nas falas e nas atitudes para com migrantes, permeando e marcando as experiências dos sujeitos que são vítimas dela. Apesar de migrantes bolivianas e bolivianos, recorrentemente, sentirem-se à margem, colocados neste lugar nas diversas situações de xenofobia às quais são submetidos, este sentimento e prática são negados por muitos brasileiros. Ângela, liderança comunitária do bairro Veneza, em Ribeirão das Neves-MG, apresenta, em seu relato, esta negação:

> *Dá pra notar que o pessoal não tem nenhuma restrição com pessoas novas que chega não. Minas o povo já é acolhedor mesmo... nós não temos essa dificuldade aqui de aceitação das pessoas.*

Porém, ela deixa implícito o seu preconceito, nas entrelinhas das suas ações, que ela mesma relata em entrevista. Apesar do seu olhar para com bolivianas e bolivianos em Ribeirão das Neves-MG, Ângela demonstra ser contra a migração. Sua declaração revela este sentimento xenófobo ao colocar os sujeitos da pesquisa em um lugar inferior e ao culpabilizá-los. Uma culpa que não existe, mas que ela coloca nas mãos de migrantes, que, na sua leitura, querem migrar – e não que fazem isso por uma necessidade –, e nas mãos do governo, que não deveria, mas deixa esses sujeitos entrarem:

> *Fui na Assembleia também pedir ajuda pra eles... Falei: 'olha,* ***eu penso assim, vocês não tinha que ter deixado eles entrar****, se eu não quero você aqui eu não deixo você entrar, mas se eu permiti a sua entrada, eu tenho que te acolher!'. Então eu falei com eles também pra olhar pra causa deles, um olhar carinhoso pra esse povo, que é muito sofrimento... você vê na televisão, você já*

> *pena. Agora, imagina estar do seu lado ali e você não fazer nada?* (Ângela; grifo nosso).

Desta forma, de maneira mais ou menos explícita, este sentimento é amplamente manifestado por brasileiras e por brasileiros e sentido por migrantes, por "[...] reservar expectativas e lugares destacados a determinados imigrantes" (OLIVEIRA, 2019, p. 193). Ou seja, o xenorracismo também define territorialidades para os migrantes. A fala da liderança direciona para a ideia de que a população boliviana não deveria estar no Brasil, como se a bolivianidade fosse incompatível com a cultura brasileira, tal como os próprios indígenas, também negados e que ainda produzem suas territorialidades dentro do território nacional, apesar de tantas violências.

Ribeiro (2019, p. 102) faz uma observação contundente sobre a "criminalização da pobreza" no Brasil: "Na era da neutralidade racial, já não é permitido odiar negros, mas podemos odiar criminosos. Na verdade, nós somos encorajados a fazer isso". A partir dessa ideia da autora, pode-se compreender a extensão da violência racial aos sujeitos da pesquisa, que "não deveriam ser aceitos no nosso território", porque estariam roubando empregos dos nacionais ou porque são vinculados ao tráfico de drogas (SILVA, 2006). Mais uma vez, a mudança de vocabulário do racismo, conforme destacado por Kilomba (2019).

Durante o processo das entrevistas, em uma conversa informal, antes de começar mais uma gravação, um dos interlocutores mostrou sua indignação perante o olhar – xenorracista – de muitas das pessoas da sociedade receptora, mas, sobretudo, da mídia, que não raras vezes contribui para a criminalização desses sujeitos, com matérias sensacionalistas acerca de atos criminosos pontuais tomados como perfil da comunidade boliviana. Segundo ele, em uma matéria recente veiculada pela televisão local, noticiava-se a prisão de um boliviano com um porte de drogas suficiente para enquadrá-lo como traficante.

A indignação deste interlocutor também tinha este suposto criminoso como alvo, já que ele, perante uma sociedade xenorracista, coloca a moral de seus conterrâneos em xeque a

partir dos seus atos. Kilomba (2019, p. 174) explica essa "identificação absoluta", que ocorre quando "[...] uma pessoa é vista meramente como uma 'raça'", o que nega a ela o "[...] direito à subjetividade". A autora continua esta explicação falando sobre uma de suas interlocutoras, que não pode ser apenas ela mesma, uma vez que:

> [...] ela é um 'corpo', ela é uma 'raça', ela é uma 'história'. Ela existe nessa triplicidade. Presa nessa pessoa tripla, é preciso ser ao menos três vezes melhor do que qualquer pessoa *branca*, para se tornar igual. [...] ela nunca é ela mesma, mas sim o grupo todo – um grupo sujeito a verificação severa (KILOMBA, 2019, p. 174; grifos da autora).

Bolivianas e bolivianos também vivem nessa triplicidade. Daí o sentimento de indignação do interlocutor da pesquisa para com o suposto criminoso e para com a mídia que criminaliza a migração. Outro interlocutor também abordou a mídia brasileira durante a sua entrevista, mas sua preocupação era com o descaso dela para com a Bolívia, quando a conversa se pautava na temática do preconceito da sociedade brasileira:

> *[...] nesses tempos o Brasil tá fazendo pouco caso com a Bolívia. A gente não sabe nada da Bolívia! A mídia não mostra nada! Se mostram é coisa ruim! Tudo que teve de avanço com Evo Morales não mostra! Ele que tá à frente de tanta gente! Brasil não reconhece!* (Marco).

A leitura de Marco acusa o descaso da mídia para com o seu país. Galeano (2012, p. 40) enxerga mais perversidade e fala em invisibilização: "Para muitos jornalistas estrangeiros, a Bolívia é um país ingovernável, incompreensível, intratável, inviável. São os que se enganaram de in: deveriam confessar que a Bolívia, para eles, é um país invisível". A mídia oscila, desta forma, entre a invisibilidade da Bolívia e de migrantes bolivianas e bolivianos e a criminalização desses migrantes. Grimson (1997) também reflete sobre esta questão e apresenta esta criminalização como algo comum. O autor pauta sua observação na mídia argentina, mas sua análise pode ser estendida para a

mídia brasileira, ilustrando os traços de xenorracismo denunciados pelos sujeitos da pesquisa:

> Cuando los medios argentinos hablan de los «bolivianos» esto puede ser leído por los inmigrantes tanto como discriminación, reconocimiento o desconocimiento. El primer caso es el más claro y cotidiano, ya que es habitual que los medios hablen de los bolivianos como delincuentes o invasores y que esto genere una crítica entre los activistas de la colectividad. [...] En este marco se podría plantear que cuando los medios hablan de los bolivianos, las lecturas que éstos hacen de aquéllos son básicamente negociadas u oposicionales[90] (GRIMSON, 1997, p. 104).

Neste contexto, suas dificuldades são ampliadas e impõem-se como barreiras. O aprendizado do idioma, árduo para muitos dos migrantes, é outro fator que contribui para a sua "não integração" (SINGER, 1980, p. 242) – agravada, ainda, pela opressão praticada pela mídia e pela sociedade receptora frente às limitações desses sujeitos.

> *Tive [dificuldade em aprender português]. Foi devagar... A gente vai aprendendo aos poucos. [...] a gente tem que se movimentar pra conhecer as coisas... se no, no consegue.* ***Tem que aprender até mesmo a hablar! Se no, a gente no conseguir nada*** (Martín; grifo nosso).

> *No princípio foi muito difícil! Todo mundo me achava estranho... Também ficavam rindo de nossa conversa... Ainda a gente tá aprendendo...* (Daniel).

> *Eu estava com muita dívida! Costurando muito e não ganhando quase nada. Só pra comer. Tava sobrevivendo... e foi aí que eu falei: 'tenho que aprender português, tenho que aprender!'. Aí comecei e não parei.* (Nina).

---

[90] "Quando a mídia argentina fala sobre os 'bolivianos', isso pode ser lido pelos imigrantes como discriminação, reconhecimento ou ignorância. O primeiro caso é o mais claro e comum, já que é habitual que a mídia fale dos bolivianos como criminosos ou invasores, e que isto gere uma crítica entre os ativistas da comunidade. [...] Nesse contexto, pode-se argumentar que quando a mídia fala dos bolivianos, as leituras que fazem são basicamente negociadas ou de oposição" (GRIMSON, 1997, p. 104; tradução nossa).

> *E é complicado, que você fala um idioma que lá é outro. No começo foi difícil!* (Álvaro).

A barreira linguística – que também contribui para a invisibilização desse grupo, tornando-o sem voz[91] – materializa-se de forma ainda mais impetuosa quando os próprios migrantes reproduzem [92] esta violência, banalizando-a, dizendo-se obrigados a desdobrarem-se para aprenderem a língua nativa do país receptor. Assim se comporta a maior parte de migrantes, sobretudo quando da sua chegada, o que potencializa as dificuldades enfrentadas por bolivianas e bolivianos na sua adaptação à nova vida no País. Em São Paulo-SP, por raramente saírem das oficinas de costura e, consequentemente, por não conviverem com brasileiras e brasileiros – o que facilitaria o aprendizado –, esta dificuldade pode perdurar por muitos meses:

> *O problema grande era o idioma. Que a gente não podia desenvolver-se. E tem muitas mulheres no São Paulo que não podiam se desenvolver ainda, ainda morando dez anos elas não conseguem falar português* (Jade).

---

[91] "A boca é um órgão muito especial. Ela simboliza a fala e a enunciação. No âmbito do racismo, a boca se torna o órgão da opressão por excelência" (KILOMBA, 2019, p. 33).

[92] Esta questão revelou-se evidente durante as entrevistas. Conforme destacado na metodologia, no início de cada entrevista, a autora deste estudo se desculpava por, apesar de estar investindo em aulas de espanhol, ainda não ter competência para conversar neste idioma, e procurava deixar a pessoa que estava sendo entrevistada o mais confortável possível, esclarecendo que ela poderia responder aos questionamentos empregando, segundo sua preferência, o português, o espanhol ou outras línguas natais, como as indígenas. A maior parte dos interlocutores, porém, demonstraram um grande esforço para empregar o Português nas suas respostas, considerando-o mais adequado. Conferiu-se apenas uma exceção, quando uma das entrevistadas questionou, logo no início da conversa, o porquê de a entrevista não ser em espanhol, uma provocação que demonstra sua insatisfação pela entrevista não transcorrer no seu idioma, já que era meu o interesse de conhecer sobre eles e suas vidas.Eu estava pedindo para os interlocutores contarem suas experiências, o que, por si só, já os deixavam desconfortáveis e isso não ser feito usando o seu idioma agravava a situação, ao que ela respondeu, demonstrando todo o seu desconforto. Nas entrelinhas desse questionamento ainda é possível perceber como a diferença das línguas se trata de um grande desafio cotidiano para a comunidade boliviana, e como isto é encarado de forma distinta entre os seus pares.

Desta forma, o nosso idioma revela-se grande desafio para migrantes, e poucos são os que negam dificuldades em aprender o português:

> *Eu não tive muita dificuldade com a língua, sabe por quê? Porque em Santa Cruz eu trabalhava em um hotel que chegava muito brasileiro. A gente falava muito português. [...] a gente aprendia no hotel, porque eles têm aqueles livrinhos de tradução. [...] Depois aqui na televisão... E aqui pegava revista, jornal. Eu até aprendi rápido. Tem gente que fala que é difícil, mas pra mim não foi não. É uma língua próxima, mas tem gente que falam que eu converso e que não me entendem nada* (Luna).

Ao contrário de Luna, porém, bolivianas e bolivianos chegam sem nunca terem ouvido ou falado o nosso idioma. Mesmo quem se dedicou a tentar aprender o português antes de vir para o Brasil, como foi o caso de Marco, relata dificuldades:

> *Eu estudei português durante um ano lá na Bolívia [...]. Uma coisa é você estudar uma língua, outra coisa é você praticá-la. Eu não entendia quase nada. [...] E o primeiro ano, minha filha [...] eu não sabia nada não. [...] Isso do Português me dava desespero!*

Como a grande maioria de bolivianas e bolivianos na RMBH-MG chegou, primeiro, em São Paulo-SP, e viveu nesta capital por algum tempo antes de migrarem para Minas Gerais, ao buscarem sua região metropolitana, já tinham algum domínio do português. Seria mais eficiente, porém, se tivessem acesso a aulas de português, oferecidas por políticas públicas do Estado, visando facilitar a sua adaptação.

Além disso, a oferta de cursos profissionalizantes, em áreas diversas, com turmas mistas de nacionais e migrantes, possibilitaria maior e melhor inserção laboral destes últimos, podendo aproximar as pessoas, combatendo a leitura de enfrentamento entre o "nós" e os "outros" (BAENINGER, 2012a). Isto permitiria a criação de novas linguagens para construção de pontes de comunicação e para a recepção dos saberes que as bolivianas e os bolivianos carregam e que podem potencializar experiências culturais, como expressão da reterritorialização desses migrantes.

Sem políticas públicas específicas, a xenofobia segue erguendo muros aos migrantes: "[...] en la medida en que se construya a los inmigrantes como «vagos», «delincuentes» e «invasores», los procesos de diferenciación y distinción se desarrollarán hasta el punto de edificar una sociedad fragmentada e incomunicada"[93] (GRIMSON, 1997, p. 105). A aversão ao migrante apresenta-se, desta forma, como principal entrave à interação e integração desses sujeitos à sociedade receptora.

Nesse processo, a fragmentação da sociedade segue sendo realidade. Mesmo quando o idioma deixa de ser uma grande dificuldade e a comunicação de migrantes e nacionais começa a fluir, outras barreiras continuam sendo impostas a estes sujeitos. Com isso, perdem-se os inúmeros benefícios do livre trânsito de migrantes, desperdiçando seus conhecimentos e visões de mundo. Sassen (2010, p. 89) explica essa imposição de barreiras pela "[...] correspondência presumida do território nacional com os processos sociais e a implicação associada de que o nacional e o não-nacional são condições mutuamente excludentes", o que culmina no estranhamento, na alteridade, no enfrentamento entre o "nós" e os "outros" (BAENINGER, 2012a).

Mais uma vez, apresenta-se o transnacionalismo como ferramenta para combater o nacionalismo metodológico e buscar uma sociedade que seja entendida como algo que vai além do Estado-nação (WIMMER; GLICK-SCHILLER, 2003) e que garanta aos migrantes uma vida digna. Oferecer hospitalidade, o que implica em reconhecer a autonomia de migrantes e os seus direitos, vai além do simples acolher. Porém, se essas pessoas não são, sequer, acolhidas, a hospitalidade raramente as abraça.

Nesse ínterim, os sistemas políticos mostram-se incapazes de lidar com os efeitos da globalização. Em meio à intensificação dos processos migratórios, as mudanças do mundo globalizado têm gerado discursos de intolerância e ódio aos migrantes, uma vez que a maior parte dos candidatos aos governos de países que têm se destacado pela ascensão do

[93] "[...] na medida em que os imigrantes são vistos como 'preguiçosos', 'criminosos' e 'invasores', os processos de diferenciação e distinção se desenvolverão a ponto de construir uma sociedade fragmentada e incomunicável" (GRIMSON, 1997, p. 105; tradução nossa).

conservadorismo no mundo coloca migrantes como inimigos. Com a crise, isto ganha ainda mais repercussão.

O que não se considera pelos adeptos desta leitura é que a migração contribui para diversos aspectos, entre os quais pode-se citar o crescimento econômico das nações, e a convergência econômica entre Países do Sul e Países do Norte. Outra questão é demográfica: apesar de o percentual que a população migrante representa perante a população nativa de determinado Estado-Nação ser pequeno, ela pode contribuir, em longo prazo, para o crescimento daquela população e, mais do isso, ela contribui economicamente para que a economia continue girando, já que fomenta o consumo, minimizando as adversidades impostas pelo avançado envelhecimento populacional de grandes economias do mundo. Além disso, a migração ainda se apresenta como capaz de contribuir para mitigar os efeitos econômicos negativos do envelhecimento populacional sobre a pressão na Previdência Social. Por fim, destaca-se como o mais relevante o aporte cultural possibilitado pela convivência multiétnica. Assim, permitir a migração significa não só garantir aporte econômico, laboral e demográfico, mas significa, sobretudo, a garantia de aporte cultural. De la Torre Ávila (2004, p. 104) nos lembra que "Es bien sabido que los migrantes llevan consigo recursos sociales y culturales hacia los países en los que deciden afincar su residência"[94].

Todos ganham com o multiculturalismo – e, consequentemente, com o reconhecimento da diversidade cultural, com a busca pela equidade, e com o engajamento antirracista –, desafio contemporâneo que precisa ser internalizado por nacionais, com o exercício da empatia e o devido investimento do Estado para este fim. Viabilizar e aprofundar experiências transculturais pode ser uma maneira de reduzir a propagação de conflitos interculturais e, consequentemente, a fragmentação da sociedade. Incentivando

[94] "É sabido que os migrantes transportam recursos sociais e culturais para os países em que decidem estabelecer sua residência" (DE LA TORRE ÁVILA, 2004, p. 104; tradução nossa).

a importância de reflexões como essa, Sprandel e Dias (2009, p. 175) apontam que:

> Defender a mobilidade deverá ser uma bandeira de luta importante do século XXI. Uma mobilidade não de seres atópicos, mas de indivíduos e grupos sociais em constante tensão com Estados Nacionais e carregados de histórias de vida e de aventuras, referidas a territórios e etnicidades cada vez mais diversos e enriquecedores.

Perceber a riqueza que migrantes carregam e o quanto eles podem contribuir para as sociedades receptoras é caminho para reduzir qualquer fragmentação. Para tal, um bom começo seria investir para que nacionais compreendam que a chegada de bolivianas e bolivianos é boa para todos e para o Brasil como nação – que, também, tem muito a aprender. Somos latino-americanos e temos uma importante expressão política e cultural no contexto regional. Não precisamos, assim, nos dividir. "Nesse cenário, o trânsito de imigrantes com seus costumes, crenças, línguas, indumentárias e culinária, assume um destaque incontornável" (OLIVEIRA, 2019, p. 79).

Desta forma, para que migrantes contribuam enriquecendo culturalmente a sociedade receptora, é necessário que cada um desses sujeitos deixe de ser visto como "o outro" e passe a ser encarado como "igual" e, mais, compreendendo que as existências estão entrelaçadas e que, no caso colocado em questão, fazemos parte do mesmo grupo de "latino-americanos". O que se entende, aqui, por "igual", vincula-se ao conceito de igualdade de Arendt (1997), conceito defendido por ela como intrínseco à condição humana. Segundo a autora, não é razoável supor que todos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. Sua leitura de igualdade sintetiza-se na busca da igualdade de desiguais. A igualdade de direitos tem, assim, como finalidade primeira, reduzir as desigualdades construídas historicamente e impostas pelo sistema colonial, que é a base para o sistema capitalista.

Tarrius (1993) contribui para esta reflexão, apresentando-a sob uma ótica diferente. O autor defende que a leitura do "outro" não precisa se dar, necessariamente, como um "igual". O migrante pode ser visto como "outro", desde que diante

dele não se estabeleçam barreiras, mas que sejam abertas possibilidades de valorização, de integração e de respeito. Para tanto, torna-se imprescindível um olhar para a leitura que estes sujeitos fazem das suas experiências migratórias. "Notre curiosité ne consiste pas à savoir ci cet autre est plus ou moins étranger, plus ou moins objet *pour nous*, mais, sachant qu'il est *Autre*, voir enfin, révéler, ce qu'il produit, *de sa différence*, en nos lieux"[95] (TARRIUS, 1993, p. 53; grifos do autor).

Assim, a integração, a valorização e a inclusão do migrante, respeitando suas raízes e sua origem, revelam-se caminho para superar a realidade opressora que se impõe a estes sujeitos. É preciso que governos e sociedades estejam preparados para receber e acolher migrantes, engajados pela universalização dos direitos humanos migrantes, conforme ilumina Domenech (2008, p. 65):

> [...] uno de los principales ejes de la agenda política sobre migraciones que impulsan tanto las Naciones Unidas como la CSM es el respeto y la protección de los derechos humanos de los migrantes, en torno a los cuales también convergen las demandas y luchas de diversos movimientos sociales y organizaciones de la sociedad civil[96].

E só é possível alcançar esse dever – abraçar migrantes, garantindo seus direitos, e diminuir preconceitos – a partir da proposição e da divulgação de políticas públicas que alcancem esta população.

> A governabilidade das migrações internacionais no mundo globalizado, com a participação crescente dos organismos internacionais com os quais o país deve dialogar e negociar, requer respeito aos Direitos Humanos e crescente inserção dos novos imigrados em políticas sociais (oficiais) no Brasil (FERNANDES, 2015, p.36).

---

[95] "Nossa curiosidade não consiste em saber que esse outro é mais ou menos estrangeiro, mais ou menos um objeto *para nós*, mas, saber que é *Outro*, para ver, enfim, revelar, o que produz, diante *de suas diferenças*, nos nossos lugares" (TARRIUS, 1993, p. 53; grifos do autor; tradução nossa).

[96] [...] um dos principais eixos da agenda política de migrações promovida pelas Nações Unidas e pelo CSM [sigla em inglês para Mecanismo da Sociedade Civil] é o respeito e a proteção dos direitos humanos dos migrantes, em torno dos quais convergem as demandas e as lutas de diversos movimentos sociais e organizações da sociedade civil" (DOMENECH, 2008, p. 65; tradução nossa).

Nessa perspectiva, Mármora (1997; 2003; 2010) grifa a importância do multilateralismo para o alcance de uma governabilidade migratória apropriada ao cenário atual – globalizado e sob a égide do capitalismo financeiro, atuante em escala global. Apontando a crise de governabilidade das migrações internacionais pelos Estados-Nação, o autor descreve os modelos de governança como baseados na securitização, cuja perspectiva entende a migração como parte da política de segurança nacional, e o migrante é visto como uma ameaça, como o "outro" (MÁRMORA, 2010). Ele indica como caminho "[...] a possibilidade dos governos conciliarem as características, causas e efeitos dos movimentos migratórios com as expectativas e demandas sociais sobre os mesmos e as possibilidades reais dos Estados em respondê-las" (MÁRMORA, 2003, p. 119). Ressalta-se aqui que a migração, como um processo social, sempre será impactada por mudanças políticas.

Vaccotti (2018) se debruça sobre a questão do avanço dos direitos das pessoas migrantes, refletindo acerca do seu cenário adverso – que vem configurando-se a nível nacional e internacional durante os últimos anos –, reafirmando a importância de acompanhar o desenvolvimento desses processos[97]. Domenech (2008, p. 53), por sua vez, considera as fragilidades concernentes à temática, mas salienta as reformas importantes que já foram alcançadas e que levaram os direitos de migrantes ao centro de discussões acerca dos deslocamentos populacionais:

> Si bien las nociones de control y seguridad siguen arraigadas en los discursos y prácticas estatales de la mayoría de los países latinoamericanos, diversos actores políticos han reclamado o impulsado reformas importantes tanto en el orden nacional como regional, lo cual ha llevado a que el tema de los derechos humanos de los migrantes se coloque en el centro del debate sobre los desplazamientos poblacionales[98].

[97] Nas palavras da autora: "El escenario adverso al avance de los derechos de las personas migrantes que se ha venido configurando a nivel nacional e internacional durante los últimos años sin duda reafirma la importancia de acompañar el desarrollo de estos procesos" (VACCOTTI, 2018, p. 51).

[98] "Embora as noções de controle e segurança continuem embutidas nos discursos e práticas de Estado na maioria dos países da América Latina, vários atores políticos

De todo modo, o autor reflete sobre a necessidade de modificar os modos de produção de políticas públicas para as migrações internacionais, apresentando, junto a Magliano, a proposta de uma cidadania da política migratória – "ciudadanización de la política migratória" (DOMENECH; MAGLIANO, 2007). Segundo ele, "[...] la ciudadanización estaría dando cuenta de [...] el formal reconocimiento y extensión de derechos civiles, sociales, económicos, políticos y culturales a los migrantes, tanto a los inmigrantes como a los emigrantes[99]" (DOMENECH, 2008, p. 54). Para alcançar este objetivo, pela abrangência do fenômeno migratório, e por ser um fato social total (SAYAD, 1998), ele requer uma reflexão profunda, pautada no diálogo entre ciências, bem como no diálogo entre elas e a sociedade civil. Patarra (2006, p. 12) grifa que, "[...] enfim, a questão migratória internacional 'explodiu' e sua governabilidade necessariamente passa agora pelos movimentos sociais [...] daí o papel imprescindível dos movimentos sociais e outras vozes da sociedade civil organizada".

Entre as vozes da sociedade civil, é imprescindível ecoar as vozes dos próprios migrantes, principais interessados em qualquer avanço. Porém, um mundo no qual migrantes têm voz depende de uma mudança estrutural das sociedades. A cada cidadão do mundo, torna-se necessário "ser outro, pôr-se ou constituir-se como outro" (ABBAGNANO, 2007, p. 35). Nesse sentido que se propõe pensar em outra globalização (SANTOS, 2011), que compreenda as "[...] relações de reciprocidade que, ao mesmo tempo, produzem a alteridade e a comunicação" (SANTOS et al., 2004, p. 317).

O alcance aos direitos humanos pelas pessoas migrantes – independentemente da sua cor, classe social, origem, ou qualquer outra característica – requer a escuta desses sujeitos e de suas experiências. Muitos deles são, inclusive, ativos

---

pediram ou promoveram reformas importantes nos níveis nacional e regional, o que levou a questão dos direitos humanos dos migrantes ao centro do debate sobre os deslocamentos populacionais" (DOMENECH, 2008, p. 53; tradução nossa).

[99] "[...] a cidadania seria responsável pelo reconhecimento formal e extensão dos direitos civis, sociais, econômicos, políticos e culturais aos migrantes, imigrantes e emigrantes" (DOMENECH, 2008, p. 54; tradução nossa).

na busca por esta conquista: "Desde su particularidad sociocultural buscan construir similitudes, igualdad de derechos, con la «sociedad receptora» y otros grupos sociales" [100] (GRIMSON, 1997, p. 105).

Muito mais do que números, migrantes são rostos, são corpos, são sentimentos, são vozes. Arendt (1987) salienta a importância do discurso e da ação, colocando-os como ferramentas para as pessoas distinguirem-se a si próprias ao invés de serem apenas distintas entre si, aparecendo umas para as outras, expressando sua capacidade de serem humanos e não objetos físicos.

Na conjuntura política em que vivemos, o Estado é agente fundamental neste processo. Se a população migrante não for preocupação do Estado e objeto de políticas públicas migratórias – promovidas a partir da escuta da população migrante –, ela não será assistida e, muito menos, devidamente respeitada e valorizada. O processo de migração já é conflituoso e cheio de expectativas, e causa insegurança devido às perdas de referências territoriais, que também geram sentimentos como medo, ansiedade, nervosismo.

Assim, o processo de reterritorialização pode acontecer de diferentes formas, de acordo com a atuação de políticas públicas do país receptor. Sob uma perspectiva contra hegemônica, a migração é um fato social (SAYAD, 1998) e político, e migrantes devem ser abraçados pelos Estados, o que requer mais do leis que garantam sua inclusão e valorização, mas um outro olhar e uma outra prática, diferentes do que é praticado hoje, em busca de integração e socialização dos grupos sociais migrantes que chegam ao território brasileiro, para que a reterritorialização possa ser menos dolorosa e o aprendizado da língua facilitado, mediando conflitos e combatendo a xenofobia.

Leis existem. Sua prática, porém, revela-se ainda muito distante do aceitável, o que prejudica imensamente a vivência cotidiana migrante e a emancipação política desses

[100] "A partir de sua particularidade sociocultural, buscam construir semelhanças, igualdade de direitos, com a 'sociedade receptora' e outros grupos sociais" (GRIMSON, 1997, p. 105; tradução nossa).

sujeitos. Novick (2008b, p. 131) chama a atenção para o fato de que

> La legislación resulta un camino fructífero para responder a ciertos interrogantes: ¿cuál es el conflicto social?, ¿quiénes pujan por resolverlo?, ¿cómo logran hacerlo? La ley configura un relevante objeto de análisis, pues ella resume y transparenta – hace más visibles – aquellos factores llamados genéricamente 'ideológicos', permitiéndonos aprehender la dimensión jurídica de lo social[101].

A Política Nacional de Imigração e Proteção para Trabalhadores Migrantes, conforme já mencionado, foi discutida em publicação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) intitulada "Políticas y leyes de migración laboral: el panorama en 5 países de América Latina y el Caribe". Esta obra declara, entre os direitos e interesses específicos dos migrantes, que:

> Todos los migrantes y sus familias, independientemente de su condición migratoria, tienen derecho al acceso a la educación, especialmente los niños y adolescentes, a la atención de la salud y, bajo responsabilidad del empleador, a los beneficios que se desprenden del cumplimiento de las obligaciones legales y contractuales concernientes a la relación de trabajo[102] (OIT, 2017, p. 11).

A educação pública – cujo acesso é direito garantido a migrantes, bem como os recursos vinculados a ela – poderia ser usada como ferramenta, norteando o planejamento voltado para essas pessoas para reduzir as suas dificuldades – inclusive as laborais. A educação poderia e pode ser, também, instrumento

---

[101] "A legislação é um caminho frutífero para responder a certas perguntas: qual é o conflito social?, quem está tentando resolvê-lo?, como pretendem fazê-lo? A lei configura um relevante objeto de análise, pois ela resume e torna transparentes – torna mais visíveis – aqueles fatores genericamente chamados de 'ideológicos', permitindo-nos apreender a dimensão jurídica do social" (NOVICK, 2008b, p. 131; tradução nossa).

[102] "Todos os migrantes e suas famílias, independentemente de sua situação imigratória, têm direito a acesso à educação, especialmente crianças e adolescentes, aos cuidados de saúde e, sob a responsabilidade do empregador, aos benefícios derivados do cumprimento das obrigações legais e contratuais relativas à relação de trabalho" (OIT, 2017, p. 11; Tradução nossa).

para avanços na integração e na socialização, que também favorecem o aprendizado do idioma, e "[...] teria como objetivo respeitar a diferença e reconhecer a paridade de direitos, tendo como perspectiva uma educação para a alteridade, potencializando a igualdade de dignidade e oportunidade" (OLIVEIRA, 2019, p. 81). No entanto, ainda há muito o que ser feito. "Embora exista uma importante literatura voltada à Educação das Relações Étnico-Raciais, a relação entre racismo e o conjunto de conflitos vividos no cotidiano escolar ainda não foi suficientemente problematizada" (OLIVEIRA, 2019, p. 19).

Há migrantes bolivianas e bolivianos que chegam ao País com o sonho de estudar – em conjunto com a ideia de melhorar suas condições de vida. Obviamente, a educação formal pode ser e é um caminho para a busca de melhores condições de trabalho e de salário. Mas, é mais do que isso, é acesso a conhecimentos que podem ser fundamentais para superar condições de vulnerabilidade, quebrando ciclos de subordinação social e individual, porque se produz também autoconhecimento em um outro espaço de sociabilidade, onde se constrói relações de afeto e de resistências (por ser coletivo), além de poder proporcionar aprendizado de direitos e história de lutas por direitos. A escola também é um lugar onde se pode perceber que não se está sozinho, e que toda identidade e toda pessoa tem potência.

No Brasil, a modalidade de Educação para Jovens e Adultos (EJA)[103] pode ser acessada por quem viveu a negação ao acesso à escola na idade educacional formal. Trata-se de um grupo social vulnerável. Muitas vezes, são trabalhadoras e trabalhadores que encontram na escola um espaço de formação, de humanização e de democratização. No entanto, a EJA recebe baixos investimentos e enfrenta dificuldades estruturais. Além disso, muitos estudantes – ou muitas das pessoas que poderiam se tornar estudantes da EJA –, enfrentam dificuldades urbanas para acessá-la como a disponibilidade (turno noturno) e o preço do transporte, a falha segurança pública, além do próprio

[103] A educação de jovens e adultos baseia-se, muitas vezes, nos ensinamentos de Paulo Freire, um célebre educador brasileiro que elaborou como forma de ensino o método de alfabetização de adultos que leva seu nome.

cansaço cotidiano do trabalho, da necessidade de cuidar dos filhos. Outra dificuldade presente é, até mesmo, a circulação de informações sobre a EJA, além dessa modalidade não estar disponível em todas as instituições de ensino básico. Assim, todo esse contexto faz com que bolivianas e bolivianos, jovens e adultos, não estejam presentes nas salas de aulas brasileiras.

No relato dos entrevistados, o árduo trabalho do qual depende a sua sobrevivência e a de sua família inviabiliza o propósito da educação formal:

> *[...] quando eu saí da Bolívia, eu saí com uma ideia de mudar a minha vida. [...] me superar. Estudar. Entrar numa universidade, fazer uma faculdade. Mas, quando você chega, as coisas não é assim. 'E aquela meta, cumpriu?'. 'Cumpriu não!'. 'Por que?'. 'Porque tava difícil. Muito servicio... ah... muita coisa!'* (Álvaro).

> *[...] eu cheguei aqui com uma expectativa de querer estudar mais. Só que não deu, por causa de que a gente tinha que sobreviver* (René).

Se adultos migrantes tivessem maior acesso à educação pública quando da sua chegada ao País, eles poderiam ampliar suas oportunidades profissionais. Coloca-se, aqui, essa melhoria na oportunização laboral como possibilidade – porque não há garantias disso –, sobretudo devido ao sentimento de xenofobia que eles enfrentam cotidianamente quando buscam trabalhos ou quando buscam os serviços básicos a que têm direito de acesso. Sabe-se que muitos migrantes não-brancos com a mesma qualificação que um nacional costuma receber abaixo do valor do mercado de trabalho, mas o acesso à qualificação profissional não deixa de ser um caminho para melhorias salariais.

Outras dificuldades são, ainda, impostas aos poucos migrantes que chegam ao País com curso superior completo. O processo de revalidação do diploma para quem vem da Bolívia com uma graduação não é simples, pelo contrário, é bastante burocrático. Ele requer tempo e informação – recursos que, muitas vezes, não estão acessíveis aos migrantes:

> *Mi vida mudou 95%! Era otras expectativas, otra situación de la vida, porque o que yo queria era exercer mi profesión. De jeito correctamente... Assinar. Porque és lo justo! Él problema é que revalida aqui em Minas Gerais és mui difícil! [...] Yo acho que voy a San Pablo. Igual com los documentos que fiz em San Pablo, foi más fácil para mim. Yo demorei solamente, te digo, 30 dias. E aí eu tenia já pronto comigo* (Isabel).

> *Nós bolivianos sabemos aproveitar o estudo, que é o mais importante. Eu estudei na Bolívia pedagogia, pra trabalhar com crianças. Mas não consigo aqui trabalhar do que eu sou por conta daquele negócio da documentação e tudo* (Jade).

Esses obstáculos encontrados por migrantes com curso superior completo e que não conseguiram revalidar seu diploma no Brasil geram impedimentos laborais que, por sua vez, se revelam abusos e violências para com a sua atuação profissional. Isabel trabalha como assistente social, conforme a sua formação na Bolívia, mas não pode assinar como tal, além de não receber um salário justo, condizente com as funções que desempenha. São abusos que poderiam não acontecer, caso o processo de revalidação dos diplomas fosse menos burocrático e mais acessível:

> *[...] trabalho com uma terceirizada pela Santa Casa [...] soy assistente social, só que não assino porque ainda não revalidei meu diploma. [...] por três años que está em andamiento mi diploma... pero eu trabalho, faço a função de assistente social, [...] todo o servicio, e outra persona que pega e assina* (Isabel).

A revalidação do diploma é feita por universidades, como a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). No caso de refugiados, a ACNUR tem apreendido esforços junto às universidades para este fim. Trata-se de um tema debatido nacionalmente, mas são muitos os fatores que se colocam como entreves à sua concretização. Entre eles, podem ser citados: os custos, que podem ser considerados elevados levando-se em conta as limitadas possibilidades financeiras dos interessados; as exigências documentais difíceis de serem cumpridas; e a própria

dificuldade de acesso, pelos migrantes, a informações. É, portanto, um processo muito complexo, o que justifica o baixo número de migrantes bolivianas e bolivianos que têm seu diploma revalidado.

Por outro lado, apesar de o cenário educacional estar longe de ser promissor para migrantes adultos, as crianças e adolescentes migrantes em idade educacional formal têm direito e acesso à educação pública. As pessoas entrevistadas por esta pesquisa defendem amplo acesso às creches, às escolas municipais e às escolas estaduais na RMBH-MG, e negam qualquer dificuldade para matrícula de seus filhos. Porém, só o rompimento com os processos de superexploração do trabalho dos adultos migrantes garante às famílias este acesso:

> *[...] as crianças vão pra escola... os da maioria, mas não os dos que os pais trabalham como escravos... Análogo à escravo, né?* (Ângela).

Ângela relata que, na condição de superexploração, este acesso é negado, uma vez que a família é impedida de sair da oficina-moradia e de circular pela cidade, levando a sérios prejuízos, inclusive para a saúde das crianças:

> *[...] esse casal que chegou aqui [para fazer a denúncia de superexploração da sua força de trabalho e pedir ajuda à Associação de Moradores do bairro Veneza], o nenenzinho deles, segundo a mãe, tava quase sem enxergar direito, porque eles ficam fechados num quarto, vendo televisão o dia inteiro. Então, segundo a mãe dele, ele teve um problema sério de vista.*

Apesar deste casal ter relatado à líder comunitária esta vivência, ela revelou-se menos frequente em relação ao que se verifica em São Paulo-SP, onde bolivianas e bolivianos viveram e ainda vivem, sobretudo nos primeiros (longos) meses de sua chegada ao País, a superexploração do trabalho migrante, tornando-o análogo à escravidão. Nessas condições, sem saírem da oficina de costura, com medo de serem presos ou deportados e ignorando seus direitos enquanto migrantes, mantém seus filhos fechados em quartos, sem acesso à educação:

> *Aí eu comecei a sair [da oficina de costura onde morava e trabalhava, sendo superexplorada], averiguar se de verdade a polícia pegava nós [...]. Meus filhos não tinha estudo, meus filhos ficou dois anos sem estudar. Se a gente podia ascender à saúde, se a gente podia ascender à educação, né? Eu averiguei e não era como a dona dizia* (Jade).

Fugindo da superexploração, ao saírem de São Paulo-SP e procurarem na RMBH-MG maior qualidade de vida para suas famílias, bolivianas e bolivianos encontram, no acesso à educação, mais uma vantagem deste recorte espacial, o que contribui para manter esses sujeitos em Minas Gerais. São comuns comparações com a educação oferecida na Bolívia, e a maior parte das pessoas entrevistadas defende a qualidade da educação pública brasileira e o privilégio que é o seu alcance nacional, contrapondo às dificuldades que enfrentam no seu país natal. A possibilidade de seus filhos completarem a educação básica e ingressarem no ensino superior é, assim, um dos fatores que motivam, fortemente, a permanência desses sujeitos no Brasil:

> *[...] agora, hoje em dia, eu não quero mais voltar à Bolívia. Porque mesmo estando em uma situación dificil, a gente pode pelo menos comer. Meus filhos estão estudando. [...] Não quero voltar mais à Bolívia. Eu quero ficar aqui. Porque a gente se deu conta que o Brasil tem muitas oportunidades de estudo. [...] como meus filhos estão aqui morando e estudando, acho que eles têm mais oportunidades que eu. Então,* ***eu não posso tirar meus filhos de aqui sabendo que eles vão conseguir estudiar e conseguir talvez uma beca****. E eles possam ser melhor do que eu* (Jade; grifo nosso).

> *[...] a gente queria sair à Bolívia también. Mas [...] eu tenho medo de tirar da escola porque mi filho tem que acabar aqui de estudar... se eu tirar daqui, vou atrapalhar a ele mesmo. [...] No voy a atrapalhar mi filho. E ficamos* (Paloma).

A segurança que sentem no Brasil, para mandar suas crianças para a escola, também foi relatada entre as vantagens em relação à Bolívia:

> *[...] eu tenho saudade da Bolívia, da minha terra, dos meus costumes, do estilo de vida. [...] Não sei se é correto eu falar que eu gosto [do Brasil]. Mas, pelos meus filhos, eu gosto, porque é tranquilo aqui. Não é perigoso... lá na Bolívia, na minha cidade, é muito perigoso para as crianças. Dá medo até mandar eles para a escola porque tem pessoas que roubam crianças, matam, estupram. Todos os dias você ouve nas notícias, no jornal* (Anita).

Para alguns migrantes, a educação pública foi, inclusive, motivo de retorno para o Brasil após tentativa de voltar a viver na Bolívia, como foi o caso de Nina e seu filho, adaptados à vida no Brasil e motivados pelo acesso ao ensino superior no País:

> *Eu só vim por 5 anos. [...] Esse era meu plano. Mas não foi assim. Agora eu não consigo voltar porque meu filho cresceu, ele quer fazer faculdade [...]. No ano passado ele acabou a escola. [...] Aí fomos no nosso país, a gente se sentiu como estranhos, porque todos se esqueceram de nós. Todos seguem com sua vida, ninguém... já não existe mais união de família com meus irmãos. E a gente ficou como estrangeiro lá. E aí meu filho falou: 'temos que voltar, tenho que fazer faculdade'. E a gente voltou.*

As crianças e os adolescentes migrantes porém, sobretudo quando mais velhos, mesmo estudando em escolas públicas brasileiras e construindo sua formação, dedicam-se à costura, em casa, sempre que possível, ajudando seus pais:

> *En mi cas, yo y mi esposo tenemos cinco máquinas... porque tenemos cuatro hijos. Dos son pequeños y dos son más grandes. Uno tiene 23 años, ella tiene 20 años, otro 10, y la pequeña, 3. Los dos más grandes me ayudan. Ella estudia, pero me ayuda* (Eva).

Apesar de contarem com esta ajuda dos mais velhos, com o acesso e o investimento na educação dos filhos no Brasil, migrantes bolivianas e bolivianos vêm outras possibilidades profissionais, para além da costura, para esta geração que cresce no País. Neste contexto, percebe-se um rompimento desta nova

geração com a cultura têxtil, desobrigando essas crianças, futuramente, de seguirem o caminho de seus pais:

> *[...] eu tô morando aqui já tem 12 años e o meu menino tem 15 años, e do jeito dele, eu acho que dificilmente ele vai ser costureiro. Então, eu creio que ele não gostaria de mexer com aquilo que eu mexe. Então, já vai construindo geração* (Álvaro).
>
> *Minhas filhas estudam na escola municipal. Perto da minha casa. Elas gostam. Mas elas falam que a aula de espanhol fala errado... (Risos). Porque é a nossa língua e não é da professora... (Risos). Eu falo até pra minha filha que ela pode sair de professora de idiomas também. Porque ela pode aproveitar o que ela sabe do espanhol. A gente procura educar os filhos. Procura sempre fazer o melhor* (Juan).

A possiblidade de novos horizontes só é possível a partir do acesso à educação pública por esta nova geração, o que é enaltecido pelos sujeitos da pesquisa. Porém, há dificuldades envoltas no universo educacional e, entre elas, destaca-se a xenofobia, que acaba por gerar conflitos dentro do espaço escolar, que não está imune às desigualdades sociais, raciais e os práticas de preconceitos:

> *[...] eu sei minha situação. [...] meu filho fala assim: 'Ô pai, sempre me chamam de boliviano!'. E eu falo: 'sempre vai te chamar de boliviano porque você é boliviano! E aonde você vai, vai chamar atenção. Isso é normal! Vai ser na universidade, na escola, você tem que acostumar, porque você não está na Bolívia, você está no Brasil.'. E sempre vai parar a pessoa pra te chamar: 'ah, aquele rapaz é boliviano, aquele menino é boliviano!'. Então, você se acostuma com aquilo. Aquilo vai ser normal, tem que ser normal* (Álvaro).

As crianças também estão em processo de reterritorialização e buscando compreender a sua identidade dentro de um novo lugar. O orgulho das suas origens, como demonstrado pela fala do pai da criança, revela-se resistência e ensinamento. É como se ele dissesse ao filho: você é um boliviano no Brasil, não tenha vergonha disso e saiba que você precisa se

impor, em busca de uma interação social respeitosa e multicultural.

E, apesar da xenofobia, a educação pública brasileira é apresentada como motivadora para permanência no País. As escolas e os profissionais da educação recebem os estudantes migrantes e precisam de recursos pedagógicos para que eles se sintam em casa, integrados e socializados, aprendendo a "[...] lidar com essa realidade, e entendendo que a escola, por dever de justiça curricular, tem uma missão universal, que é acolher todo e qualquer imigrante" (OLIVEIRA, 2019, p. 23). Essa função social da escola demanda que se coloque em prática a inclusão de migrantes dentro do espaço escolar, mas também proporcionando a eles uma maior e melhor inserção social de maneira ampla, democrática, solidária, com o enfrentamento à xenofobia e aos conflitos decorrentes dela.

> Garantir o acesso à escola, para os imigrantes de diversas nacionalidades, etnias e culturas não é suficiente. É preciso que a escola se modernize e se adéque à realidade desse novo cenário, reconhecendo e respeitando as minorias linguísticas, culturais e/ou étnicas, a fim de que a instituição escolar seja um espaço de ressignificação de valores (OLIVEIRA, 2019, p. 86).

Da mesma forma, o acesso à saúde pública é elencado entre os atrativos brasileiros e, reforçando esta influência, relatos expõem as dificuldades enfrentadas para cuidados com a saúde na Bolívia:

> *Eu não volto mais pra Bolívia pra morar. [...] Por causa da minha saúde também. Porque lá não tem o que tem aqui.* ***A saúde daqui está precária, mas lá está muito pior****. Lá está pior porque lá você não tem uma aspirina de graça. Se você for internado no hospital, você tem que pagar tudo. A internação, os remédios, tudo você vai pagar. Se você não tem dineiro você tem que ir na assistência social e ela fala quanto que você vai ter que pagar. Aqui tem, às vezes demora, mas tem. Eu coloquei marca passo aqui também, no Brasil. Então, por tudo isso [...] não é bom pra mim voltar para a Bolívia não* (Luna; grifo nosso).

> *Comecei a revender minhas coisas [para pagar por um tratamento contra depressão na Bolívia]. Porque eu precisava para remédio. Aí voltei no médico de novo. Porque* ***lá tudo é pago****, médico é pago mesmo. Vendi dois botijões de gás, e paguei a consulta com nele* (Nina; grifo nosso).

> *A gente vai no posto de saúde. SUS, né? A atenção, na verdade, é melhor do que em Bolívia. Atende melhor as crianças... tem mais cuidado! Por isso também que eu gosto daqui. Porque aqui cuida muito das crianças, nas escolas... Nos postos de saúde* (Anita).

Assim, migrantes bolivianas e bolivianos entrevistados defendem o Sistema Único de Saúde (SUS) e valorizam a universalização do acesso à saúde pública no Brasil, alegando atendimento sempre que precisaram:

> *O voy ao SUS. Yo já fiz una cirugia, e voy fazer otra cirugia. O SUS dá tudo para nós. Se você tem documento, SUS atende. A gente, que tem documento, tem todos los direitos que brasileiro tem. Só não tem direito a votar em una elección. Despoes tem tudo os direitos de mismo jeito que você tem, incluida la salud pública* (Isabel).

> *Vamos al posto de salud. Y mi hija menor, que nació aquí, todo estaba tranquilo. Fui bien atendida en el hospital. En Hospital Municipal São Judas Tadeu* (Rúbia).

> *[Quando eu preciso de atendimento médico eu procuro o] posto de SUS, perto da minha casa. Eu tive que ir uma vez, por causa de febre amarela que eu tive* (Iago).

> *[...] minha irmã tem um problema de saúde, e ela, graças a Deus, tá tratando aqui. Porque a doença que ela tem é muito ruim... é lúpus. [...] e vamos levando a vida assim* (Daniel).

> *Plano de saúde a gente não tem ainda. Mas tem acesso no posto. Nós usa o posto direto! Ele demora, mas eles atende! Todo boliviano que chega lá eles atende. É aqui no bairro mesmo* (Álvaro).

> *O médico, no bairro tem. No posto de saúde. As vezes que eu fui, eu fui atendida, mas graças a Deus que a gente não fica doente. É pouco, graças a Deus!* (María).

> *[Procuro atendimento médico] no posto de saúde. Consultamos com o SUS. Ajuda muito!* (Paloma).

Mesmo quando reconhecem os problemas na saúde pública, a maior parte de migrantes bolivianas e bolivianos segue defendendo o SUS por receberem este atendimento:

> *Eu tenho um menino de 15 e um de 6. O pequeno nasceu aqui. Foi no hospital São Judas Tadeu [hospital público localizado em Ribeirão das Neves-MG]. Ele [...] foi bem atendido.* ***É um hospital precário, mas pra mim foi legal. Porque deu tudo certo.*** *Não tive problema...* (Álvaro; grifo nosso).

> *A gente busca onde tiver melhor quando precisa. No posto de saúde, UPA, no centro, mas sempre atende* (Enzo).

> *No puedo decir que no... nos prestan atención. La salud, la educación... a mi, me agrada... Pero tenemos que esperar, tenemos que tener paciencia* (Eva).

Diego, entre todos os entrevistados, foi o único que relatou recorrer a consultas particulares, devido à precariedade do sistema público:

> *Médico eu pago mais particular... Porque público não dá mesmo! No Ribeirão das Neves mais, ou no Belo Horizonte.*

A quase totalidade dos sujeitos da pesquisa, porém, não tem condição financeira que lhes permita buscar atendimentos médicos particulares. Soma-se à dependência do sistema público a dificuldade de acesso à informação acerca de onde procurar atendimento quando necessário, conforme relata Daniel:

> *Não sou muito bem informado sobre onde ir e como que é.*

A falta de informação acaba atrasando o que já não é tão eficiente. Análises de bolivianas e bolivianos entrevistados revelam a percepção desses sujeitos acerca da precariedade do

sistema público de saúde, ao relatarem a baixa eficiência[104] dos atendimentos:

> *[...] lá no posto, eu mesmo que vi lá no meu bairro, é muito ruim! [...] porque eu marquei uma vez porque eu tinha machucado a perna só que depois de dois años só que me chamaram* (Daniel).
>
> *Graças a Deus, não conheço doença. Só a única coisa que eu peguei, foi o dengue mesmo. Aqui. Dengue foi ruim, mas eu fui no posto dessa vez que eu precisei. Mas não foi muito bom não. Mais ou menos... Que a gente tem que ficar esperando muito tempo, e é muito ruim ficar esperando muito tempo, ainda mais quando a gente tá doente* (Murilo).
>
> *[...] sempre há uma precariedade de saúde. É difícil [...] tem problemas. [...] a gente tem que pedir a Deus de você se ver libre de alguma doença. Porque se você esperar o SUS, ou esperar alguma coisa que realmente venha a acompanhar você, é difícil!* (René).
>
> *Ele [o posto de saúde] é bom, mas demora. Demora muito!* (Lucia).
>
> *Tem posto de saúde perto de minha casa... Só uma casa nos separa, mas, às vezes, não querem atender... com delicadeza, mas a gente não discutir nem nada. A gente fica calado quando é assim. Falam que não tem horário, a gente não fala nada. Próxima semana a gente volta. [...] Tem que esperar o dia que nos falam* (Paloma).

Paloma ainda chamou a atenção para um dos muitos problemas que a falta de eficiência gera: o prejuízo financeiro. Ele

[104] Optou-se por não discutir mais detidamente a qualidade desses serviços, uma vez que fugiríamos do objetivo deste estudo. A baixa qualidade do ensino público em muitas das escolas municipais e estaduais e as dificuldades para se ter acesso à saúde pública – como o longo tempo de espera por consultas médicas e realização de exames – são questões que independem do seu uso por migrantes, já que são problemas de gestão, cabendo, assim, às competências dos Governos – municipal, estadual e federal – para o trato de toda a sociedade. Não discutimos em profundidade a qualidade desses serviços, detendo-nos nas dificuldades de acesso que perpassam o preconceito gerado pela xenofobia, esta sim foco das nossas reflexões e objetivo específico deste subcapítulo, uma vez que é geradora de resistência pela produção de territorialidades.

pode acabar por desestimular migrantes a procurarem esses serviços, prejudicando ainda mais a saúde dessa população.

> *Eu fui com uma alergia, aí não atenderam. Falaram: 'não, você tem que ir allá, na UPA'. Aí todo dia tem que ficar indo allá, e sem trabalhar esse dia también. Muitas vezes que tem que ir ao posto pra eles falarem: 'volta e marca'. E tem que esperar* (Paloma).

A espera por atendimento médico público ficou maior com o fim do Programa *Mais Médicos para o Brasil*[105], encerrado pelo então presidente Jair Bolsonaro em meados de 2019, tornando ainda mais precária a saúde pública e, consequente, intensificando a insatisfação popular. A educação também sofre perdas irreparáveis sob esta gestão, mas ela atinge menos os sujeitos da pesquisa, já que a sua demanda educacional é, sobretudo, por creches e escolas municipais – devido à idade média dos filhos de migrantes. Desta forma, a queixa se concentra na saúde pública, pela falta de médicos para atendê-los e pela demora para marcação de consultas e exames, já que a população de baixa renda, que mora nas periferias, como Ribeirão das Neves-MG, era atendida, muitas vezes, por médicos cubanos:

> *Lá no posto perto de casa [...] tem vez que não tem médico. Tinha esses tempos médico cubano que tava aqui, era muito bom, porque a gente se entendia... Aliás, era*

[105] Diversos artigos publicados confirmam o aprofundamento da precariedade da saúde pública com o fim do Programa. Destaca-se, aqui, trechos do artigo publicado pelo Núcleo de Educação em Saúde Coletiva (NESCON) da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG): "O Programa Mais Médicos para o Brasil, nacionalmente conhecido apenas como Mais Médicos, tinha o objetivo levar médicos para áreas e regiões mais distantes [periféricas] do país. Criado em 2013, o programa também se caracterizava pela participação de médicos cubanos. No entanto, no início de 2019, o governo brasileiro decidiu encerrar o programa e substituí-lo por um novo. Também passou a ser exigida a validação de diplomas de médicos estrangeiros. Com isso, Cuba encerrou a parceria com o Brasil e retirou seus profissionais do país. De acordo com Rodrigo Penha, professor do curso de Medicina da Universidade Federal de São João Del Rei, como consequência do fim dos Mais Médicos percebe-se a não reposição de médicos após a saída dos profissionais cubanos e a insatisfação da população com médicos que não estão adequados à atenção primária ou com a região em que está trabalhando" (Disponível em: https://www.nescon.medicina.ufmg.br/retrospectiva-da-saude-de-2019-aborda-fim-do-mais-medicos/. Acesso em: 09 fev. 2020).

> *muito bom pra brasileiro, pra nós que era estrangeiro era melhor ainda! Mas eles já foram embora, e não tem mais médico. Lá nesse posto só tem enfermeira mesmo, mas é perto de casa. Quando precisa a gente vai. Pelo menos nunca teve nada mais grave e não teve médico* (Laura).

> *Vamos a lo posto de salud. Antes, de unos cinco años, era buena la atención que prestaban. Todo eras rapido. Incluso el SUS eras rapido. [...] Ahora, desde lo agendamento, lleva mucho tiempo. És todo demorado!* (Eva).

Há, ainda, consciência política acerca da desigualdade de distribuição das verbas públicas, o que gera consequências diretas para a população das regiões periféricas:

> *Porque eu compreendo que nossa región, Ribeirão das Neves, tá mais abandonado. Eu ouvi falar que essa região é mais antiga que Pampulha, que tudo! Mas que nunca cresce. E eu não sei... se pode fazer nada... Porque eu já conheci desse jeito. Vai melhorar como? Não sei! Depende da política* (Daniel).

Para além dos problemas de gestão da saúde pública, bolivianas e bolivianos enfrentam, também no acesso a este serviço – tal como chamou-se atenção quando se analisava o acesso à educação pública –, a xenofobia:

> *[...] o que eu geralmente uso é medicina natural, que é de graça. Na internet e nos centros espíritas. Aí eu vou no centro espírita kardecista para consultar, me dão remédio. Na umbanda, eu também vou lá e tomo meus passes... Eu* ***confio mais nessa medicina porque lá não me olham cheios de preconceito*** (Marco; grifo nosso).

> *[...] me chamam de boliviano porque chama atenção. Eu tô numa fila na lotérica, no posto de saúde, na padaria, e o pessoal: 'você não é daqui não, você é boliviano!'. Então, [...] a gente passa dia-a-dia assim* (Álvaro).

A xenofobia, ao pautar o preconceito para com migrantes, restringe ou dificulta seu acesso aos direitos já garantidos por lei. Eles não se sentem pertencentes, o que gera

desconforto, insegurança e até traumas ao buscar o sistema de saúde. Conforme já discutido, o orgulho das suas origens pode ser recurso utilizado para resistência de bolivianas e bolivianos. Muitas vezes, ele é usado como ferramenta de luta, porque a identidade cultural e geográfica é parte do que eles são e, como eles não querem ser assimilados, fortalecer esse orgulho é uma forma de existir e resistir, além de produzir territorialidades. Uma forma de marcar suas existências e tentar fazer sua voz ser ouvida nos diferentes espaços que ocupam, devido a todo o xenorracismo experienciado cotidianamente, que nega a elas e a eles o direito de serem "um igual" em relação aos brasileiros, sobretudo aos nacionais considerados brancos que também carregam privilégios históricos do racismo estrutural e institucional.

O simples respeito às diferenças e aos direitos já conquistados poderia viabilizar uma realidade menos conflituosa para migrantes. Porém, não é o que ocorre, pois o que se vê é o que Kilomba (2019, p. 80) nomeia, quando fala de racismo, como "[...] 'padrão contínuo de abuso', que se repete incessantemente ao longo da biografia de alguém". O que fica evidente é que os desrespeitos – político, social e individual – constituem a realidade cotidiana de bolivianas e bolivianos, mesmo quando procuram acesso aos serviços básicos, como saúde e educação, garantidos por lei. E, enquanto os direitos de migrantes apresentam-se apenas no papel – como leis bem redigidas, mas com inúmeras falhas em sua aplicação –, migrantes bolivianas e bolivianos na RMBH-MG encontram, nas apropriações do espaço e produção de territorialidades, formas de resistência.

As diversas violências que permeiam a realidade migrante – sofridas no âmbito educacional, no acesso à saúde, ou na convivência social de forma geral – impelem estes sujeitos à uma produção de territorialidades estratégica para construção de pertencimento, abrigo, refúgio, encontros e segurança. Neste contexto, a escola ganha centralidade ao revelar-se espaço de construção de identidades, contribuindo para esta produção. Ângela, enquanto liderança comunitária, após ter recebido denúncias de superexploração da força de trabalho migrante e de violência doméstica, acionou autoridades competentes para resolver os problemas de migrantes bolivianas e bolivianos que

vivem na região, e a escola pública foi o espaço escolhido para sediar as reuniões que visavam entender a demanda destes migrantes:

> *[...] eu acionei os órgãos do governo. [...] A cônsul no Rio de Janeiro da Bolívia esteve aqui na Escola Maria da Cruz Resende [rua Maria Adelaide, 496, Veneza, Ribeirão das Neves, Minas Gerais] [...]. Então, [...] tivemos a reunião lá, deve ter vindo umas 60 pessoas dos bolivianos. Aí ela explicou o quê que pode, o quê que não pode, pra casar, pra deixar de casar... E aí explicou tudo pra eles bonitinho lá... e eu achei muito interessante a vinda dela porque muita coisa não tava claro pra nós, aí ela esclareceu e deram a maior cobertura...*

No caso dos sujeitos desta pesquisa, o acesso à escola pública, mais do que a educação e a socialização de filhos de migrantes, garante um espaço para que eles se organizem, territorializando-se. Uma vez organizados, buscam conhecer mais seus direitos, e lutam pela sua aplicação, alcançando os serviços básicos que lhes são garantidos por lei, lutando contra a xenofobia, e melhorando sua qualidade de vida.

"Territorialidade quadra-mundo": o encontro para o futebol, a identidade boliviana e o estabelecimento de poder na RMBH-MG

Hissa (2008a, p. 267), ao refletir sobre a natureza da identidade, afirma que "[...] os lugares urbanos são a manifestação da vida social". Com o movimento que esta colocação sugere, apreender "lugares urbanos" exige ir além da aparência. É preciso captar as interações sociais de grupos – variados e distintos – com o espaço, exercício que busca a essência da identidade entre eles e a apropriação consequente desta relação. Ainda nas palavras de Hissa (2008a, p. 269), a cidade é "nascida para ser encontro"; e como "[...] lugar da vida, contraditoriamente, é o da exclusão, dos sonhos frustrados e da marginalidade".

Justamente por este contraditório e pelas exclusões inerentes às interações sociais nas cidades, o que é posto como marginal busca, no encontro com seus pares e na identidade com

"lugares urbanos", fortalecimento e resistência. Daí a praça-cidade, onde "[...] os homens se encontram e se reconhecem" (HISSA, 2008a, p. 269).

As identidades que configuram os lugares acontecem no movimento presente do cotidiano: o lugar é formado por interações diversas – sociais, culturais, étnicas, espaciais, emocionais, etc. –, e possui o dinamismo em sua essência, não sendo, assim, nem estático, nem delimitado. Desta forma, "[...] em vez de pensar os lugares como áreas com fronteiras ao redor, pode-se imaginá-los como momentos articulados em redes de relações e entendimentos sociais" (MASSEY, 2002, p. 184).

Ao mesmo tempo, esse espaço da vivência cotidiana também é fonte para as significações que os sujeitos produzem acerca de si mesmos e do mundo. Assim como todas as categorias socioespaciais, o lugar não existe por si só: são as pessoas que dão significado a ele quando se sentem pertencentes, quando se identificam com determinado espaço, fazendo dele lugar, em um movimento de significação de mão dupla. Os lugares são feitos de pessoas e as pessoas são feitas de lugares, sendo um a expressão do outro. Essa identidade é resultado da imagem que se cria daquele – e com aquele – espaço, agregando significado a ele. Além disso, o lugar está conectado ao mundo: "[...] cada lugar é o centro de uma mistura distinta das relações sociais mais amplas com as mais locais" (MASSEY, 2002, p. 185).

Desta forma, a análise da construção do lugar não é simples. A percepção deste processo pressupõe subjetividade, e são muitos os caminhos que levam à construção da identidade entre um grupo de pessoas e entre elas e determinados espaços. Essa apropriação do espaço é o movimento de interligação entre a história individual do sujeito e a história coletiva. Uma forma marcante de identificação com o espaço acontece por identidades culturais e esta é a via que melhor permite a compreensão da apropriação do espaço público por bolivianas e bolivianos na RMBH-MG.

Em seu processo de reterritorialização, os sujeitos da pesquisa buscam por segurança – física, espacial, emocional – neste novo espaço da imigração (BAENINGER, 1999) boliviana. Para tanto, reúnem-se e identificam-se a partir da sua raiz – as suas origens. A identidade cultural os fortalece no processo de

reterritorialização. Portanto, ela é cultivada pelos sujeitos da pesquisa, conforme relato emocionado de Marco:

> *Eu gosto muito de música. Fico na internet vendo as coisas que eu gosto. Vejo folclore boliviano, folclore argentino, vejo vídeos. [...] as coisas que vivi na Bolívia e que convivo na internet marca muito, né? (Choro).*

A vulnerabilidade que os envolve – que também é solidão, é medo, e é insegurança de todos os tipos – é justamente o que move esta reunião de bolivianas e bolivianos, cujo elo primeiro é a identidade cultural: a identidade boliviana. Na leitura de nacionais, ela é vista como uma reclusão voluntária, como um traço cultural, conforme relato da liderança comunitária:

> *Eu acho que eles são muito independentes! Eles ficam mais é na deles mesmos. Faz as coisas deles pra lá e tudo, e no momento que eles acham que precisam, eles vêm. [...] Às vezes a gente encontra com eles na rua. Às vezes no supermercado. [...] Mas eles interagem mais entre eles* (Ângela).

Porém, essa interação pautada na identidade boliviana é resposta ao xenorracismo sofrido pelos sujeitos da pesquisa quando em contato com nacionais. Kilomba (2019, p. 114) explica o sentimento de quem é posto neste lugar – à margem da sociedade –, o que tem como desdobramento a reunião como comunidade, e sua leitura pode ser compartilhada por bolivianas e por bolivianos:

> O que, de fato, queriam é nos imaginar vivendo em um outro país, não lá, mas fora, em nossa própria República. Excluídas/os duas vezes. Duplamente colocadas/os como '*Outra/o*'. Então, toda vez que deixávamos nossa república, ou gueto, éramos interpeladas/os: 'De onde você vem?' como um lembrete de onde deveríamos estar. (Grifos da autora).

O movimento de interação – pautado na identidade cultural – desses sujeitos colocados à margem é, assim, resistência, e resulta na apropriação do espaço: "[...] a margem é

um local que nutre nossa capacidade de resistir à opressão, de transformar e de imaginar mundos alternativos e novos discursos" (KILOMBA, 2019, p. 68). Kilomba (2019) apoia-se em hooks (1990) para defender que colocar a margem como lugar da criatividade não significa romantizar a opressão, mas é reconhecer este lugar como complexo, onde há espaço para opressão e para resistência: "um profundo niilismo e a destruição nos invadiriam se considerássemos a margem apenas uma marca de ruína ou de ausência de fala, em vez de um lugar de possibilidade" (KILOMBA, 2019, p. 69).

Reunindo-se em comunidade, bolivianas e bolivianos fortalecem-se e se veem imbuídos de poder para que cada um desses sujeitos possam se impor, "[...] possam aprender a pensar e a ver tudo com 'novos olhos', a fim de entrar na luta como *sujeitos*" (KILOMBA, 2019, p. 69; grifos da autora), desenhando sua própria história. Neste processo, eles se organizam, tornam-se sujeitos, humanizam-se, territorializam-se, ao encontrarem "[...] maneiras pelas quais é possível que [...] ajam como *sujeitos* em suas realidades sociais" (KILOMBA, 2019, p. 74; grifos da autora).

Pensando ainda nessa apropriação do espaço como resistência – viabilizando sua (sobre)vivência no contexto do xenorracismo, recorre-se a Santos (2004), que grifa que as pessoas vivem o mundo nos lugares. O mundo expressa-se no cotidiano dos sujeitos através do lugar; "cada lugar é, à sua maneira, o mundo" (SANTOS, 2004, p. 314). No espaço público de Ribeirão das Neves-MG, os sujeitos da pesquisa fazem-se presentes, sobretudo, na apropriação do espaço para o lazer. Bolivianas e bolivianos na RMBH-MG vivem, nos seus momentos de lazer, o seu mundo em uma quadra – a quadra Maura Pereira Andrade, no bairro Conjunto Henrique Sapori. É nessa perspectiva que, nesta pesquisa, elabora-se o termo "territorialidade quadra-mundo" para identificar, nomear e conceituar esse espaço apropriado por bolivianas e bolivianos para vivenciarem momentos nele e por meio dele. Ali, os sujeitos da pesquisa se fazem presentes e são notados pelos nacionais:

> *[...] eles têm uma participação muito boa na quadra! Você sabe onde é? [...] Eles vão lá toda sexta e sábado!*

> *Não tem um que não vai! Eles se encontram lá, se reúnem, e isso fortalece eles. Porque eles têm uma vida dura. Aí se divertem lá. A gente morre de rir deles, porque eles arrumam uma confusão, tudo misturado, menino, futebol (risos). Um dia eu fui ver como era eles lá na quadra e eu disse: 'meu Deus do céu, eu não dou conta não, é muito pra mim!' (Risos)* (Ângela).

Apesar da essência pejorativa captada nas entrelinhas do julgamento cultural da liderança comunitária, a corporeidade se mostra fundamental neste processo. O corpo compõe a paisagem; ele se integra e dá identidade à paisagem. Os corpos de migrantes bolivianas e bolivianos estão e são paisagem e, a partir disso, territorialidades são produzidas e notadas por nacionais. Fortalecidos pelo aumento do número de sujeitos e, portanto, pela maior presença imposta, eles buscam ampliar a resistência a partir do encontro.

Desta forma, é a identidade boliviana que move os interlocutores da pesquisa para aquele "lugar do encontro" (HISSA, 2008a, p. 269) – a quadra Maura Pereira Andrade. No processo de vivência do mundo no lugar (SANTOS, 2004), bolivianas e bolivianos na RMBH-MG estreitam suas relações entre si por meio de suas relações com a quadra, apropriando-se daquele espaço, vivenciando-o à sua maneira, tornando-o lugar para esses sujeitos, reconhecendo-o e se reconhecendo nele.

A quadra é abraçada pelos sujeitos da pesquisa como resposta à exclusão imposta pelos nacionais. "Na interação território-sociedade, o território participa num sentido explicitamente relacional, tanto como 'ator' quanto como 'agido' ou 'objeto da ação'" (COSTA, 2011, p. 12-13). Assim, aquele espaço público, apropriado e incorporado como lugar por bolivianas e bolivianos, aproxima e fortalece estes sujeitos, tornando-se, pouco a pouco, e cada vez mais, o seu mundo. Acontece, ali, "[...] em analogia com a territorialização, a 'lugarização' [...] 'Lugarizar' significa atribuir sentido, na base de algum tipo de vivência – que *não* precisa ser direta, forte ou quotidiana" (SOUZA, 2013, p. 123-124; grifo do autor).

Atuando neste processo de "lugarização" da quadra Maura Pereira Andrade, os sujeitos desta pesquisa transformam-na na "quadra-mundo" e ela ganha correspondência com a praça-

cidade sugerida por Hissa (2008a). A identidade boliviana conecta bolivianas e bolivianos entre si e esses sujeitos buscam, no espaço da quadra, para se resguardarem de toda a vulnerabilidade que permeia as suas vidas, novas identidades que se revelam resistência.

Souza (2013, p. 124) afirma que "[...] há uma visceral necessidade psicológica de 'lugarização', de tornar familiares e dotar de significado e carga afetiva as porções do espaço com as quais mais interagimos". O futebol, esporte que não fazia parte do cotidiano de bolivianas e bolivianos em sua terra natal, apresenta-se, no processo de reterritorialização, como o principal lazer desses sujeitos, atuando ativamente no processo de "lugarização" (SOUZA, 2013) da "quadra-mundo". A apropriação do futebol por migrantes não é exclusividade da imigração boliviana[106] mas também na RMBH-MG ele se torna um novo hábito, inserido na rotina e muito valorizado pela comunidade boliviana:

> *[...] o futebol ajuda a aproximar a gente más. Porque o brasileiro tem o futebol más gostoso do mundo! Então nos acostumamos a jogar bola, né? A gente no jogava assim... agora, aqui na quadra, a gente joga bola! Aprendemos juntos. [...] Mi filho está también na escolinha de futebol. [...] e a gente vai se divertindo* (Hugo).

> *Da mulher a mesma coisa. Elas jogam também. Atrás de nosotros, elas fazeram. Agora a gente tá pensando em unir mais, mulher e homem* (Juan).

> *Os brasileiros jogam melhor do que a gente. Então, a gente tem que aprender mais. Mas aqui é bom porque a gente aprende e eu gosto de estar com a turma! Tem vez que a gente disputa os campeonatos, tudo na amizade mesmo!* (Daniel).

[106] Destaca-se entre as publicações acerca desta temática, "Imigração e Futebol – O caso Palestra Itália", um relevante documento histórico do professor José Renato de Campos Araújo. Constituindo sua tese universitária, Araújo (1996) apresenta em detalhes a relação entre a imigração italiana em São Paulo-SP e a fundação do antigo Palestra Itália, hoje clube Palmeiras. Alves (2012) também aborda a relação de migrantes, neste caso bolivianos, e o futebol, em sua publicação "Imigrantes bolivianos em São Paulo: a Praça Kantuta e o Futebol". Destaca-se, ainda, a Copa dos Refugiados em São Paulo, que reúne, desde 2013, diversas nacionalidades para competições de futebol na capital paulista.

> *Estamos aprendendo futebol. A gente vem aqui na quadra. Meu esposo e eu gostamos muito de jogar futebol! A gente vem todos sexta e sábado. E as crianças também gostam muito. Para brincar* (Alba).

Quando os interlocutores citam a importância do futebol na identidade nacional brasileira, revelam que o processo de migração transforma os migrantes também culturalmente. Migrantes têm uma capacidade de absorver o novo dado pelo lugar, em um movimento de necessidade de integração e de se sentirem pertencentes – o mesmo acontece em relação ao idioma, como já abordado. Ao mesmo tempo que se reúnem na "quadra-mundo" a partir da nacionalidade boliviana, em momentos marcadamente bolivianos, constroem novas referências para o próprio grupo deslocado de seu país, utilizando da cultura brasileira, ou seja, do país em que estão construindo sua vida migrante. O trabalho na costura não era comum na Bolívia, tampouco o jogo de futebol. É um verdadeiro encontro cultural entre a Bolívia e o Brasil, mediado pelo espaço público, apropriado e territorializado no momento da realização dos encontros para os jogos.

Quando questionados acerca da sua percepção de uma possível identidade de bolivianas e de bolivianos com espaços da RMBH, muitos foram os relatos que apontavam esse vínculo estabelecido a partir do futebol:

> *Antigamente, [...] tinha um grupo por aqui, outro por allá [...] Era tudo boliviano, mas não juntava. Aí, conversamos. [...] Agora [mais recentemente] que estamos disputando um futebol, lembrando siempre acá de Bolívia, quando estamos juntos. Muito bom! Lembramos de La Paz... Agora estamos disputando um campeonato de La Paz. Nos campeonatos, convidamos a sus filhos. Cada um tem sus filhos, de diferentes idades. Colocamos os meninos para jogar. É mucho legal! É bonito. Nós gostamos de reunir e jogar futebol. [...] Nossa alegria é vim aqui, reunir, jogar futebol, lembrar Bolivia* (Hugo).

> *Trabajamos mucho por la semana y nos dedicamos a los hijos los fines de semana. A mis hijos y a mi esposo les*

> *encanta venir aquí. Es muy agradable. Pasamos la semana difícil y llegamos el fin de semana desesperados por venir aquí. (Risos). Mis hijos dicen: ha llegado el fin de semana, vamos a la cancha. (Risos). Estamos acostumbrados* (Eva).

> *É aqui na quadra que a gente reúne. Só tem aqui. Só bolivianos mesmo. E aí a gente se sente mais em família mesmo. É muito bom! Por isso que a gente vem para cá todos os sextas e sábados. E às vezes domingos (risos). [...] a gente continuou morando lá em Mantiqueira. A gente vem aqui só pra jogar bola (risos)* (Martín).

Marco também menciona a reunião para os jogos de futebol, além de colocar um time mineiro como favorito entre os migrantes:

> *Eu percebo isso no futebol. A maioria dos bolivianos são cruzeirenses. 99,9% dos que eu conheço. E, coincidentemente, Marcelo Moreno, jogador boliviano, vem jogar no cruzeiro. Parece que há uma atração com o cruzeiro. E isso aparece nos espaços.*

Desta forma, este esporte – mesmo não sendo o esporte praticado no lugar de origem – contribui para reforçar a reunião desses sujeitos e a identificação do grupo como "comunidade", tal como propõe Grimson (1997, p. 99; grifos do autor):

> El grupo migrante instituye el sentido de colectividad a través de la construcción de una serie de espacios comunicativos y de un conjunto de prácticas. Es decir, una dimensión particular es la constitución de ámbitos de interacción simbólica «intra-cultural», de puesta en común, a través del desarrollo de ciertas prácticas como la realización de las fiestas patronales, las ferias y el crecimiento de las organizaciones civiles, deportivas y religiosas. Este conjunto de espacios y de instituciones formalmente organizadas plantea marcos metacomunicativos sustancialmente diferentes a los de las relaciones interculturales. Los participantes presuponen en ellos una nacionalidad común, una cultura compartida, ciertos saberes y costumbres esperables de los otros. La construcción de ese código común y de sus espacios de

> actuación es la construcción de la idea misma de ***comunidad***[107].

Praticado, inicialmente, para servir de elo entre esses sujeitos – que buscam não só um lazer, mas, sobretudo, segurança – o futebol-resistência serve para os reunir, fortalecendo-os como grupo, e contribuindo para a produção e afirmação desta territorialidade. A resistência é uma resposta à condição de exclusão e marginalidade imposta à comunidade boliviana pela sociedade receptora. As diversas dificuldades que migrantes enfrentam em seu processo de reterritorialização são intensificadas pela baixa receptividade de brasileiras e brasileiros, que apresentam um comportamento, muitas vezes, xenófobo, como já foi amplamente discutido em sessões anteriores deste livro. A criminalização faz parte deste contexto e é explicado por Kilomba (2019). Concorda-se com a autora quando ela reflete: "[...] o racismo funciona através do discurso" (KILOMBA, 2019, p. 130). Assim, mesmo quando têm sua situação migratória regularizada:

> [...] imigrantes são frequentemente definidas/os como *imigrantes ilegais*. Se as/os imigrantes são *ilegais*, elas/es não têm lei; se não têm lei, elas/es são *criminosas/os*; se são criminosas/os, são *perigosas/os*; se são perigosas/os, tem-se *medo* delas/es; se alguém as/os teme, tem o direito de ser hostil ou mesmo de eliminá-las/os. Uma cadeia de equivalentes legitima o racismo ao fixar identidades em seus lugares: imigrantes – imigrantes ilegais – sem lei – criminosos – perigosos – temíveis (KILOMBA, 2019, p. 131; grifos da autora).

---

[107] "O grupo migrante institui o senso de coletividade através da construção de uma série de espaços comunicativos e de um conjunto de práticas. Em outras palavras, uma dimensão particular é a constituição de âmbitos de interação simbólica 'intracultural', de compartilhamento, através do desenvolvimento de certas práticas, como a realização de festas de santo padroeiro, as feiras e o crescimento de organizações civis, desportivas e religiosas. Esse conjunto de espaços e instituições formalmente organizadas propõe estruturas metacomunicativas substancialmente diferentes daquelas das relações interculturais. Os participantes pressupõem neles uma nacionalidade comum, uma cultura compartilhada, certos saberes e costumes esperados de outros. A construção desse código comum e de seus espaços de atuação é a construção da própria ideia de ***comunidade***" (GRIMSON, 1997, p.99; grifo do autor; tradução nossa).

Além do xenorracismo, este contexto de solidão é agravado pela distância da terra natal e dos familiares e amigos próximos que ficaram na origem, o que faz da "quadra-mundo" espaço de resistência e afeto:

> *Doy un paseo por la calle, por la rua. Mi primo dice ven y llévame a caminar, a passear. Si me quedo en casa, solo me pone triste, solo a entristecer. Porque tu familia está lejos de ti. Pero venimos más aquí, por diversión, para estar con amigos [...] aquí en la cancha. Es mucho bom venir a jugar aquí. Los bolivianos se encuentran, amigos, familiares... Converso mucho con ellos, les digo cómo quiero traer a mi familia aquí... Vivir con ellos es muy bueno, porque a veces estoy triste* (Pablo).
>
> *[...] quando cheguei aqui na quadra de futebol, aí que eu acabei conhecendo mais amigos aqui e vi que aqui era o melhor lugar* (Iago).
>
> *[...] aqui na quadra [...] Todos os sextas-feiras e sábados. A gente não falta. Pra divertir um pouco. É muito bom pra nós. [...] Porque a gente trabalha muito! Trabalha duro. Aqui, diversão. Encontra nuestros conterrâneos, conversa...* (Lucia).
>
> *Realmente me gusta venir a la cancha, aquí en la quadra. Me gusta estar con mis compatriotas, me gusta ver los juegos, me gusta porque me divierto. Venimos aquí para desestresarnos* (Rúbia).

Desta forma, na quadra e (também e sobretudo) a partir do futebol-resistência, os sujeitos da pesquisa ganham notoriedade como produtores de lugar e de território – produzindo a "quadra-mundo". Souza (2013, p. 126) nos lembra que "[...] é certo que lugares são, em geral, também territórios". As pessoas não se identificam com uma cidade inteira, nem se apropriam dela como um todo, mas a identidade e a apropriação se dão com algumas porções dela – aquelas com as quais são estabelecidas relações, ou seja, o seu lugar de vivência na cidade. No processo de identidade, disputam aquele espaço, que se apresenta agora, como lugar e território:

> O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de

> sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi (SANTOS, 2011, p. 96).

Neste contexto de pertencimento e de disputa por poder, esta nova categoria socioespacial – o território – ganha cada vez mais importância. A identidade com determinado espaço o identifica como lugar e incita a disputa por ele, levando à produção de territorialidades. E, ainda, a imposição de poder sobre ele e a partir dele intensifica a identidade para com ele. É uma confluência, um processo de reafirmação. Assim, no cotidiano urbano, as categorias socioespaciais território e lugar mostram-se inter-relacionadas, interdependentes e indissociáveis:

> [...] toda relação de poder espacialmente mediada é também produtora de identidade, pois controla, distingue, separa e, ao separar, de alguma forma nomeia e classifica os indivíduos e grupos sociais. E vice-versa: todo processo de identificação social é também uma relação política, acionada como estratégia em momentos de conflito e/ou negociação (COSTA, 2011, p. 89).

Como o espaço que permite o encontro de bolivianas e bolivianos na RMBH-MG, a quadra do Conjunto Henrique Sapori, como popularmente é conhecida, revela-se lugar e territorialidade desses sujeitos. Santos (2007d, p. 81-82) explica como a identidade cultural contribui para a produção de territorialidades:

> Assim como cidadania e cultura formam um par integrado de significações, [...] também cultura e territorialidade são, de certo modo, sinônimos [...]. O território em que vivemos é mais do que um simples conjunto de objetos, mediante os quais trabalhamos, circulamos, moramos, mas também um dado simbólico. [A territorialidade] não provém do simples fato de viver num lugar, mas da comunhão que com ele mantemos.

Nesta comunhão, a cada novo encontro, bolivianas e bolivianos se conectam, estreitam vínculos, e todo este contexto permite o aprofundamento da identidade entre esses sujeitos e entre eles e a quadra – que pode ser percebida, cada vez mais, como o que aqui se denomina "territorialidade quadra-mundo". Costa (2011, p. 90), em sua reflexão sobre o uso da territorialidade, esclarece a importância do seu vínculo com o estabelecimento de identidades e, portanto, com a categoria lugar:

> Em síntese, 'a territorialidade como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado'.

Corroborando esta ideia, Saquet (2003, p. 25) conceitua lugar e destaca a relevância desta categoria, profundamente vinculada ao estabelecimento de territorialidades:

> O lugar está intimamente ligado ao *viver* e ao *estar* no espaço, aos laços do homem com seu habitat. O lugar é a dimensão do espaço onde o universal manifesta-se, singulariza-se, é abstrato, mas também concreto. É nele que as relações ganham visibilidade e efetivam-se na territorialidade diária. É ponto de encontro e dispersão; é resultado e condição dos processos sociais, dos diferentes tempos. É um território e um espaço onde se materializa diferentes modos de vida e múltiplas territorialidades e temporalidades (Grifos do autor).

À medida que migrantes bolivianas e bolivianos se identificam e se apropriam do espaço da quadra, constituindo ali sua territorialidade, o conflito se instaura. Dialeticamente, isto os tornam ainda mais ligados àquele espaço. Lefebvre (2006b, p. 6) grifa que "[...] no contexto urbano, as lutas de facções, de grupos, de classes, reforçam o sentimento de pertencer". Tal como ocorre com os sujeitos da pesquisa, outros grupos se identificam com aquele espaço – configurando-se múltiplas territorialidades (SAQUET, 2003) –, e a disputa torna-se inevitável. Esta disputa

se materializa nos muros da quadra, inteiramente ocupados por grafites e pichações.

O espaço da quadra, basicamente, tem seu uso oficial dividido entre dois grupos: brasileiras e brasileiros para seus jogos de capoeira, e bolivianas e bolivianos para seus jogos de futebol. Esses grupos são responsáveis pela quase totalidade do uso do espaço, e ele é, proporcionalmente, muito pouco usado pela vizinhança desta praça. Às sextas-feiras e aos sábados, após os jogos de capoeira, o uso da quadra cabe aos jogos de futebol dos sujeitos da pesquisa:

> *Aqui é muito bom porque só vem bolivianos e esses horários a quadra é nossa. A gente que pode jogar, depois dos brasileiros capoeiristas. Mas foi muito difícil de conseguir* (Paloma).
>
> *[...] eles falaram com o encarregado da quadra, e eles deram duas horas para os homens e uma hora e meia para as meninas, né? Para as moças. Os capoeiristas também têm um horário aí* (Martín).
>
> *[...] a gente achou aí um brasileiro que é o encarregado aqui da quadra e ele resolveu ajudar a gente e arrumou um horário para nós. Sextas e sábados, muito tempo para nós. Ficamos de oito horas hasta once horas de la noche. Once e meia. Sábado também. Sete horas de la noche hasta once e meia. E aí tem o horário dos homens e o das mulheres. Já combinamos com ele e ficamos com o horário assim* (Miguel).
>
> *Sexta e sábado que tem esse horário que é nosso [...] Mas foi difícil conseguir esse lugar* (Hugo).

O uso alternado da quadra, em horários acordados entre eles e junto à Prefeitura, caracteriza essa territorialidade como "cíclica" (SOUZA, 2005; 2005; 2013) – estabelecida quando um espaço é apropriado de forma distinta, por grupos distintos, e em contextos distintos, ao longo de períodos determinados –, situando-a, portanto, entre as "territorialidades flexíveis" (SOUZA, 2005; 2005; 2013). Souza (2005, p. 81) aponta que "[...] territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica,

cíclica". O autor exemplifica o caráter cíclico a partir de um exemplo de uso de uma praça por grupos distintos ao longo do dia e durante a noite: "O caráter cíclico deste tipo de territorialização, com uma alternância habitual dos usos diurno e noturno dos mesmos espaços" (SOUZA, 2005, p. 88). Souza (2013, p. 107) ainda chama a atenção para o tempo de existência de determinado território, afirmando que "[...] territórios podem ser *de longa duração* (décadas ou séculos: fronteiras internacionais de Portugal), em um extremo, ou *efêmeros* (dias ou horas!), no extremo oposto" (Grifos do autor). Assim se comporta a "quadra-mundo", cujo uso se divide entre brasileiras e brasileiros – que jogam capoeira, diariamente, de 17h00 às 19h00 – e bolivianas e bolivianos – que jogam futebol, às sextas-feiras e aos sábados, de 19h00 às 22h30.

Apesar da atual organização, com horários definidos para cada grupo junto à Secretaria de Esportes do município de Ribeirão das Neves-MG, os sujeitos da pesquisa acusam os nacionais de desrespeito à divisão acordada. A presença de brasileiras e brasileiros no horário destinado aos migrantes instiga o conflito e mantém a tensão entre os grupos, evidenciando a disputa pelo território e comprovando o já mencionado contexto de conflito inerente às disputas travadas em um espaço que constitui territorialidades múltiplas:

> *[...] a gente fica só o nosso tempo. Porque a gente tem o tempo certo, que não pode ser mais horas. É tudo combinado. Você já viu os capoeiras aqui más antes? Agora mesmo você viu que entrou os capoeiras, né? Eles no respeitam. Toda a semana, os capoeiras estão aí* (Paloma).

Além disso, os sujeitos da pesquisa acusam os nacionais de não cuidarem da quadra e de não dividirem as despesas de manutenção. Apesar de ser de responsabilidade da prefeitura, os interlocutores afirmam que ela não arca com custos básicos, e que resta às bolivianas e aos bolivianos dividirem entre eles essas despesas, uma vez que não conseguiram a participação de nacionais:

> *A prefeitura que administra. Tem um boliviano que guarda a chave, ele traz, abre, fecha. A gente cuida*

> *também. A gente que colocou as luzes, as lâmpadas. Tava ficando muito ruim, muito escuro. Porque a gente joga de noche. E foi bom pra todo mundo. Não só para nós, pra bolivianos. Pra nós foi bom, melhor, mas pra brasileiro que tem, que ocupa a quadra na semana, foi muito bom também. Tem o pessoal da capoeira, né? Pra eles também foi bom. Porque o horário deles pega noche também. E fica melhor assim, com mais iluminação* (Juan).

> *A gente cuida da quadra, eles não fazem nada. A gente falou para eles. A gente mesmo comprou lâmpada, a gente fez um vaquinha. Aí agora eles estão aproveitando e ficam provocando os meninos. E o encarregado da chave siempre fala también que é dos capoeiras, pra eles vim, mas ele é capoeira también. Aqui em cima mora ele... Ele colocou a sus sobrinhos* (Paloma).

Paloma ainda relata que o conflito já esteve mais latente, tendo resultado em um assassinato. Ela não soube – ou não quis – dar mais detalhes, mas, ao ser questionada sobre os conflitos, Paloma afirmou que a disputa pelo território provocou a morte de um dos sobrinhos do brasileiro encarregado pela quadra. Outros interlocutores confirmam a disputa:

> *Já teve disputa com os capoeiras. A gente no sabia como era a organização da quadra, da prefeitura. Tem diferentes grupos. Então achamos o encarregado, e ele mexe com capoeira, né? Já teve briga, mas resolveram* (Hugo).

> *Mataram outra vez aqui a año passado eu acho. Por causa desse jogo también. Brigaram, mataram a su sobrinho* (Paloma).

Outros interlocutores, quando questionados acerca dos momentos de maior tensão nesta disputa pelo território, buscam não se envolver:

> *Teve, mas eu não sei te falar no. Mas agora, tranquilo. Já tá conversado já* (Martín).

Ainda segundo Paloma, depois desta ocorrência, a quadra ficou um tempo sem ser usada. A tensão gerada, associada à falta de infraestrutura, fizeram com que a quadra

ficasse abandonada. Por iniciativa dos migrantes, que cuidaram do espaço, a quadra voltou a ser usada – tanto por eles, como por nacionais:

> *Depois parou. E agora voltou porque tem lâmpada. Porque não dava pra jogar sem lâmpada. Agora como já tem, eles estão voltando todas as semanas para jogar. Difícil...* (Paloma).

Quando questionada acerca da realidade atual de convivência entre os dois grupos, e se permanece a disputa pelo território e o conflito entre os sujeitos envolvidos, Paloma responde afirmativamente:

> *Tem sim! Muita briga já teve. E tem muita provocação...*

A tensão é inerente ao espaço que constitui territorialidades múltiplas e cíclicas. Não se pode deixar de grifar, porém, que há diferenças entre as essências, as vivências e os desdobramentos da apropriação de cada grupo: "Os ambientes [...] têm significados distintos para cada grupo social, sendo percebidos de modo diferenciado [...]" (CORRÊA, 2011b, p. 168). Espaço diverso – com significados distintos para cada grupo que o vive e que dá vida a ele –, a quadra possibilita distintas apropriações. E, ainda, a apropriação do espaço por cada um dos grupos aprofunda os laços entre os sujeitos e aquela territorialidade, ampliando o sentimento de pertencimento e acirrando o conflito entre os grupos. Conforme Corrêa (2011b, p. 168) aponta, "[...] ambientes metropolitanos [...] constituem campos de lutas e campos simbólicos. Neles [...] desenrolam-se lutas sociais que têm no próprio ambiente a motivação básica".

Nesse contexto de afirmação e disputas pelo poder, limites são idealizados, tal como lembra Hissa (2002, p. 20): "[...] limite é um elemento intruso, idealizado". E mais: "Os limites do território são incontestavelmente políticos" (HISSA, 2002, p. 37). Há, nesse sentido, uma incessante luta para concretizá-los.

> Fronteiras e limites são desenvolvidos para estabelecer domínios e demarcar territórios. Foram concebidos para insinuar precisão: a precisão que pede o poder. Enquanto forma de controle, a precisão é necessária para o exercício

> pleno do poder, em suas diversas instâncias. Fronteiras e limites reclamam pela exatidão, pela presença insinuante da linha visual que muitas vezes não possuem (HISSA, 2002, p. 35).

A idealização do limite, inerente à realidade de disputa de poder, grifa o conflito entre os que buscam sua afirmação no e através do espaço. Assim, torna-se perceptível o embate entre as partes e o estabelecimento de territorialidades. Lembremos ainda que a migração é essencialmente uma questão política e produz espacialidade de disputa (SAYAD, 1998). Grupos de nacionais tentam manter migrantes distantes e têm como resposta a produção de territorialidades pelos sujeitos marginalizados – que se servem desta produção para que possam se inserir no urbano, para nele sobreviverem, produzindo-o à sua maneira, construindo e apresentando resistência. A territorialidade é, desta forma, a concretização da resistência, a ferramenta para sua sobrevivência e para a luta contra as formas de violência impostas a eles.

Nessa lógica, cotidiano e territorialidade se aproximam dialeticamente: através do cotidiano, territorialidades são produzidas, e, ao mesmo tempo, essas territorialidades conduzem o cotidiano, e tudo isto está sempre em movimento e em transformação. Prova deste movimento foram outras tentativas – frustradas – de produção de uma territorialidade vinculada ao lazer – mais especificamente, ao futebol.

Segundo os relatos, a tentativa frustrada mais marcante de produção de territorialidade vinculada ao lazer pelos sujeitos da pesquisa aconteceu na Escola Municipal Maria da Cruz Resende – a mesma que sediou as já mencionadas reuniões entre a comunidade boliviana e o Consulado Móvel da Bolívia em Belo Horizonte, juntamente com outras instituições. Miguel relata os motivos que levaram ao insucesso do uso da quadra da escola:

> *[...] as primeiras vezes [...] era muito pouca gente. Aí começaram a chegar mais bolivianos e foi ficando complicado. Tínhamos um horário na escolinha lá, aí eles*

> *nos deram duas horas! Aí, com o barulho, os gritos nos jogos, e parece que trocou a diretora, aí não podia mais.*

Miguel ainda se revela indignado com a forma como foi conduzida a questão. O interlocutor acusou a escola de não ter estabelecido qualquer diálogo e de ter agido com desrespeito para com os migrantes:

> *Nos jogaram fora. Foi isso mesmo! Nos jogaram fora! Vocês não vão jogar mais! Pronto! Vocês, fora!* (Miguel).

Miguel explicou que, após intervenção de um dos bolivianos, eles voltaram a jogar na quadra desta escola, mas isso não se prolongou por muito tempo:

> *Aí parece que outro colega foi lá e pediu horário, aí continuou. Mas não tava bom não.*

Álvaro confirmou esta intervenção e disse que foi ele mesmo quem o fez, uma vez que o interlocutor relatou ter atuado como mediador entre o Consulado Móvel da Bolívia em Belo Horizonte e a Escola Municipal Maria da Cruz Resende para que conseguissem marcar uma das reuniões. Nesta ocasião, ele pediu um horário para o uso da quadra por bolivianas e bolivianos:

> *Aí eu falei: 'ô diretora, nós temos aqui bolivianos e o consulado [Móvel da Bolívia] tá aqui [em Belo Horizonte-MG] e quer fazer uma palestra pra nós. Você teria como abrir a escola pra nós, um lugar, um espaço?'. Ela disse: 'ah, não tem problema não, é só chegar na prefeitura e eu confirmo com vocês.'. [...] e ela disse que pode ser. Marcou o dia e o consulado veio, e deu a palestra. Não sei da onde que apareceu os boliviano, mas apareceu muito boliviano! E a diretora também estava lá. Aí um vereador daqui de Ribeirão das Neves também tava, ele falou assim: 'vocês têm que fazer um grupo aqui, uma dança, uma coisa da Bolívia, uma coisa assim...'. Então esse vereador falou assim: 'pode marcar um dia pra nós reunir aqui e vocês cozinhar a comida de lá.'. [...] E aí a gente também marcou um horário pra jogar bola* (Álvaro).

As festas sugeridas pelo vereador não aconteceram. A quadra da escola sediou apenas alguns encontros para o futebol. Durante certo tempo, a escola serviu de espaço, mediante autorização da então diretora, para o encontro de bolivianas e de bolivianos em sua quadra, fora do horário de aulas, às sextas-feiras no princípio da noite. Porém, esses encontros não conseguiram reunir um número significativo de migrantes, nem se mantiveram por um longo tempo. Conflitos entre bolivianos e brasileiros, que acabaram por desencadear em conflitos entre os próprios bolivianos, fizeram com que o espaço não se consolidasse como lugar e, consequentemente, não aconteceu ali o fortalecimento como territorialidade de bolivianas e bolivianos:

> *[...] tem uma diferença de brasileiros e bolivianos. A gente fez de jogar junto. Mas nao deu certo! Deu problema. E a gente preferiu respeitar nós mesmos* (Daniel).

> *[...] toda sexta-feira eu tenho um horário que eu joga futebol com o meu menino, que a diretora da escola deixou pra brincar com os meninos [...] porque não tinha um lugar de diversão naquele tempo [...] aí a gente marcou sexta-feira, 18h30. Então chamei os bolivianos e começamos a jogar bola. Mas depois, agora, é só eu e o meu menino. E o resto é os amigos dele, os meninos da escola. [...] porque esse meu menino levou uma turma de meninos para jogar bola. Aí o horário da quadra era minha. A diretora que deu. Então ele podia levar os amigos dele. Mas os amigos dele não era boliviano nada (risos), tinha uns dois ou três que era boliviano, mas o resto era tudo brasileiro. [...] Aí chegou ele: 'pai, posso brincar com os amigos aqui?' 'Pode!', eu falei. E então um rapaz assim me chamou: 'você tá louco? Não, brasileiro não! Seu menino pode jogar, mas brasileiro não. Porque vai ter problema!'. E eu falei: 'que problema, cara? É amigo dele, dos meninos, do meu menino'. [...] Aí ele deu a volta e foi embora! Aí eu falei pra ele: 'ô cara, vocês tem amigos, tem os vizinhos, pra que fazer isso?'. Mas a maioria concorda que brasileiro não é nada. Então, deixa pra lá* (Álvaro).

Com este desgaste, os sujeitos da pesquisa buscaram novo espaço em Ribeirão das Neves-MG para se encontrarem para jogar futebol, mas ele também acabou não dando certo:

> *[...] primeiramente foi muito complicado. A gente tava separado. Não tava unido não. Juntava alguns, alugava, pagava para jogar em outra quadra* (Miguel).

> *Tinha outra que a gente alugava por duas horas, mas dependia de quantos meninos tinha para jogar. A gente fazia allá uma vaquinha para jogar bola. (risos)* (Paloma).

> *[...] não tínhamos um quadra assim, de prefeitura. Antes, tínhamos que pagar quadra, do nosso bolso* (Hugo).

Martín ainda chama a atenção para o insucesso de tentar ocupar outros espaços a partir do futebol, em outras localidades. Uma baixa presença de bolivianas e bolivianos nesses espaços, segundo o interlocutor, inviabilizou esta apropriação:

> *Lá em Venda Nova tem uma quadra que de vez em quando a gente joga, mas é diferente desta. Lá no tem muitos bolivianos, como te falei. No é a mesma coisa que aqui em Veneza. Por esto que venho de longe (risos). Muitas vezes a gente desiste de jogar futebol lá porque muito pouca gente. E voltamos pra casa* (Martín).

Esta menor presença também já foi realidade em Ribeirão das Neves-MG em meados dos anos 2000, quando a imigração boliviana estava começando sua história em Minas Gerais, e isto dificultava a organização e a apropriação do espaço para o lazer pelos sujeitos da pesquisa:

> *a gente tá crescendo... eu lembro que antes, quando começou, a gente era sete pessoas, né? A gente procurava as coisas, tentava conseguir quadras, a gente não achava. Foi crescendo, foi crescendo, aí a gente achou essa quadra. A gente caminhava casa por casa falando que a gente queria um campo de futebol para jogar, um espacio para nós. Tinha uma quadra ali na favela que a gente jogava às vezes, mas agora que chegou muito más gente dá pra formar os times de seis, sete pessoas* (Juan).

Segundo relatos, foi em 2015 que pôde-se notar a maior presença de bolivianas e de bolivianos em Ribeirão das Neves-MG:

> *Teve um momento* ***em 2015*** *que* ***deu uma super aglomerada****! Agora eu não sei mais. Sei que não diminuiu, mas não sei se tá aumentando. É que* ***eles não gostam muito de aparecer*** (Ângela; grifos nossos).

A presença boliviana ganha visibilidade pelo maior número de migrantes, mas a leitura da resposta socioespacial desses sujeitos por nacionais é, comumente, equivocada, conforme relato da liderança comunitária que vincula o comportamento dos sujeitos da pesquisa a um traço cultural. Standing (2017, p. 174) aponta que migrantes "[...] não têm voz. Exceto quando estão desesperados, eles mantêm a cabeça baixa, na esperança de não serem notados enquanto cuidam da sua ocupação de sobrevivência diária".

São corpos oprimidos e, por este motivo, são corpos que ora se escondem, ora se impõem. O aumento do número de bolivianas e bolivianos em Ribeirão das Neves-MG garante a eles maior segurança em se fazerem presentes e, assim, esses migrantes passam a serem vistos, passam a serem notados por nacionais. Neste momento, passam a receber olhares pejorativos, olhares que os inferiorizam, olhares que questionam a sua presença. O olhar é um mecanismo de xenorracismo. É uma resposta xenorracista ao fenótipo migrante: o olhar do corpo brasileiro para o corpo boliviano quando este último busca sua reterritorialização no País. Kilomba (2019, p. 56) faz uma reflexão acerca da presença do corpo negro que pode ser projetada para o contexto do corpo migrante aqui em questão:

> No racismo, corpos *negros* são construídos como corpos impróprios, como corpos que estão '*fora do lugar*' e, por essa razão, corpos que não podem pertencer. Corpos brancos, ao contrário, são construídos como próprios, são corpos que estão 'no lugar', 'em casa', corpos que sempre pertencem. Eles pertencem a todos os lugares: na Europa, na África, no norte, no sul, leste, oeste, no centro, bem como na periferia (grifos da autora).

No contexto xenorracista no qual vivem migrantes bolivianas e bolivianos, seus corpos (e fenótipos) são notados e recebem olhares pejorativos. A despeito disso – e também por isso e contra isso –, vivendo o urbano e deixando suas marcas,

os sujeitos da pesquisa ganham uma visibilidade que, apesar de tentar oprimi-los, contribui para seu fortalecimento, como ferramenta de luta para sua resistência. A partir deste sentimento de opressão e de dor, eles se reúnem buscando proteção, usando a identidade boliviana como mecanismo de defesa e para produzir territorialidades – neste caso, uma territorialidade de defesa e de abrigo, uma territorialidade para estes corpos se sentirem mais seguros.

Neste movimento, esses sujeitos alcançam avanços. Pela imposição de sua presença com o aumento absoluto de bolivianas e bolivianos em Ribeirão das Neves-MG, depois de tantas tentativas frustradas de apropriação do espaço público de lazer, a ocupação da quadra Maura Pereira Andrade torna-se possível. Só neste contexto ela ganha, finalmente, protagonismo na apropriação do espaço público de lazer, conforme relato de Álvaro:

> *Porque o resto tem outra quadra lá e* ***todo mundo vai lá****. Lá é mais amplo, mais grande, também. Então aconteceu isso, aí* ***nós viu que tinha muito boliviano****. E faz um tempo já. Uns três años atrás. [...] Alguém foi lá na Prefeitura e abriu um horário lá. Tem uma quadra lá em cima, no conjunto, aí abriu horário e todo mundo foi jogar lá.* ***Todos os bolivianos foi jogar lá*** (grifos nossos).

Outros locais – para além das quadras de futebol – são usados, por vezes, pelos sujeitos da pesquisa em seus momentos de lazer, conforme relatos:

> *Nós sempre sai... Tem um parque. O parque municipal [de Belo Horizonte-MG, o Parque Municipal Américo Renné Giannetti]. Às vezes, nós vai de compras nos shoppings populares de lá [de Belo Horizonte-MG]. Tem o shopping Oi. Meu menino gosta de ir allá. Compra muita coisa allá. [...] meu menino pequenino gosta de ir no parque. [...] tem também um parque aqui em Ribeirão das Neves, um parque ecológico, de vez em quando a gente vai lá, curte lá um pouquinho, faz exercício, corre* (Álvaro).

> *Eu saio para o parque só. E a jogar aqui na quadra. Mais aqui. Muito mais! Mas a gente vai também pros parques*

> *do centro em Belo Horizonte. Vamos às vezes no zoológico. Tem o Thermas aqui também, que eu sou sócio lá* (Diego).

> *Pra passear, a gente tem cota no Thermas [Clube Thermas Internacional, em Ribeirão das Neves]. Então, às vezes, no sábado, a gente vai no Thermas, mas a maioria do lazer é na quadra* (María).

> *Aos domingos, eu quase não saio muito porque também não tem muitos parques bonitos aqui em Ribeirão das Neves. Os parques donde que as crianças pode brincar no tem. [...] Em Belo Horizonte, eu conheci zoológico, eu conheci Parque Municipal* (Laura).

> *Vinimos aquí y en el centro acuático, donde están las piscinas. O Thermas. Tambien salimos a passear, pero vimos más aquí para la quadra. [...] Domingo, a veces, buscamos un lugar a passear* (Eva).

> *Para você ir passear longe allá, sempre precisa de dinero, entonces, a gente não pode sair facilmente. Mas a gente conhece outros lugares. Zoológico a gente foi dois años atrás, o tres. A gente foi allá conhecer. Só isso. Mas a gente não vai más. Parque Municipal también. Mas más acá para quadra* (Paloma).

> *[...] eu gosto mais de fazer esporte, de jogar, e também de sair de vez em quando. À noite. Mas não muito. [...] eu gosto mais de ir no shopping e nos parques. Parque Municipal, na Praça da Estação... Teve uma vez que teve um show lá que eu fui, mas [...] porque rola muito tumulto, eu não gosta não* (Murilo).

Apesar dessas outras possibilidades, elas não têm o poder de reunir os sujeitos da pesquisa caracterizando-os como comunidade, e a quadra, desta maneira, apresenta-se como o principal espaço de sociabilidade da imigração boliviana na RMBH-MG:

> *A gente sai a passear también, porque tem praças, shoppings. São Paulo é a mesma coisa, mas o trabalho é muito mais pesado lá. No dá tempo de passear. Aqui, sim, mas a gente vem mais pra quadra. [...] Aqui, só*

bolivianos (risos). Foi difícil conseguir aqui. E é a nossa oportunidade de ficar entre bolivianos (Martín).

Solamente aqui na quadra mesmo. A gente vem para aqui e a gente diverte muito. Todos bolivianos, né? (Alba).

É siempre nesta quadra. Siempre aqui. Vem bolivianos de todo lugar para acá. Aqui do Veneza, de Metropolitano, de Venda Nova... é muito bom! (Hugo).

Aqui é só a quadra, que faz uma reunião, né? A reunião, vai lá brincar... só isso... lá que os boliviano se encontra (Álvaro).

Mais, é só pra cá. Todos os fins de semana! Toda sexta-feira e no sábado, é aqui que nós reunimos. Uma oportunidade de estar com bolivianos, com os conterrâneos, né? É a única diversão, única lazer que a gente tem (Laura).

Todo mundo que eu conheço aqui em Minas eu conheci foi aqui mesmo na quadra. [...] eu gosto de fazer esporte. É a única distração pra mim. Tem outro não. Antes, quando eu era mais novo, eu também dançava (risos). Só que agora já passou. Aí eu venho sempre pra essa quadra. [...] E tamos felizes. Mas tem vez também que eu saio. Eu tenho uma namorada que mora lá no centro. Eu vou pra lá em um final de semana e o outro eu fico em casa. No tempo que eu fico em casa eu venho aqui compartir com os amigos. Fico quase o tempo todo livre aqui. Só isso mesmo (Daniel).

[...] a gente vem se divertir-se... sexta-feira de noche e sábado eu venho pra aqui para quadra. Só aqui. [...] Porque aqui a gente fica entre nós mesmos. Todos bolivianos, com a mesma história. Hay muitos bolivianos que chegaram también de São Paulo (Paloma).

É maiormente aqui na quadra. Aqui é meu principal espacio de lazer (Miguel).

Venimos más aquí, a la quadra... Me gusta mucho. No me falto! (Risos) (Rúbia).

A capacidade da quadra de reunir os sujeitos da pesquisa também se estabelece pela sua proximidade da moradia da maior parte de bolivianas e bolivianos na RMBH-MG, o que faz com que os migrantes não tenham que dispender maiores gastos para o lazer. Eles encontram ali, perto das casas da maioria deles, a diversão e a segurança que precisam junto aos seus:

> *a gente achou aí um brasileiro que é o encarregado aqui da quadra e ele resolveu ajudar a gente e arrumou um horário para nós. [...] de graça. Muito melhor para nós. Aí a porta ficou aberta para todo mundo. E a gente tá aqui. Essa quadra que uniu os bolivianos* (Miguel).

Soma-se a esta questão financeira, a alta carga laboral desses sujeitos e o tempo dedicado ao trabalho, que também fazem com que a quadra seja uma opção mais acessível:

> *Aqui na quadra. Sempre aqui. Eu fico querendo ir às vezes, em outros lugares, mas não tem tempo, né? E eu sempre quero vim aqui no horário nosso do futebol. Então, o lazer é sempre aqui na quadra mesmo* (Iago)

> *[...] agora estou apertada com serviço. Então a gente vem mais pra cá. Mais aqui na quadra, pra eles brincarem, eu também jogo, é muito bom! Mas só aqui mesmo. Porque, às vezes, ir até o centro, até Belo Horizonte, tem a passagem, tem o tempo, fica muito pra mim* (Anita).

> *[...] a hora que nós temos em trabajo es siempre rápido, muito cansativo, trabajamos mucho. Es un trabajo mui duro. Entonces a gente no gosta de salir. Más, es descansar. Só jogar aqui na quadra, divertir un poco aqui com mis hijos, mis amigos* (Enrique).

Porém, de todos os atrativos da quadra, o maior deles é, sem dúvida, a identidade dos sujeitos da pesquisa com este espaço, uma vez que foi transformado por eles em "território abrigo" (SANTOS et al., 2000): "os atores hegemonizados têm o território como um abrigo, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares" (SANTOS et al., 2000, p. 12-13).

Questionados sobre a existência de outro espaço utilizado para a reunião de bolivianas e bolivianos na RMBH-MG – em Belo Horizonte-MG ou em outro município da sua região metropolitana –, todos os interlocutores, sem exceção, negam qualquer possibilidade:

> *Olha, eu não jogo muito aqui com eles não, mas o único lugar que eu acho que tem assim é o conjunto mesmo aqui, que tem essa quadra. É só aqui mesmo que os bolivianos se reúne. Mas eu não venho muito não. Só quando dá. Só de vez em quando* (Murilo).

> *[...] a maioria do lazer é na quadra. A gente fica sexta, sábado, às vezes até domingo, tendo feriado, a gente fica o feriado aqui, jogando futebol. É a única diversão que a gente tem. O único lugar é só aqui! Só aqui na quadra mesmo! [...] até quem mora lá em Venda Nova vem aqui. Jogar uma bolada, né?* (María).

> *Não. Realmente não tem. Aqui em Belo Horizonte, não* (René).

> *Só aqui na quadra mesmo. Não tem lá no centro não. Em Belo Horizonte. Só tem aqui mesmo* (Lucia).

Isabel, porém, ao negar – tal como os demais interlocutores – a existência desse espaço, acrescentou ao seu relato a ocorrência de reuniões pontuais e restritas entre bolivianas e bolivianos em Belo Horizonte-MG. Ela fez questão de frisar que se trata de um encontro que exclui qualquer migrante que não se aproxima do padrão do grupo em questão, constituído por migrantes provenientes da Bolívia que se formaram, há muitos anos, no Brasil – o que se estende a todos os sujeitos da imigração boliviana recente:

> *No existe. Porque [...] o boliviano não é, digamos, muito aberto. Yo no achou. Yo moro a la quatro años [em Belo Horizonte-MG]. Quando yo morei com mi tia un año, eu frequentava [uma reunião], pero son só de médicos. De veteranos. [...] la independência de mi país és 6 de agosto. De 6 a 25 de agosto a gente faz la confraternización. Pero no entra... só puro médicos. Só a classe de eles. É aqui em Cruzeiro. Eles aluga. Non tem um lugar específico. Pero és una reunión de puros veteranos, de puros médicos, de*

> *una classe, nada de outros convidados. Gente que chegaram em 60, 70, 80. No son mutchos. [...] Nesse grupo no tem imigrante recente.*

Desta forma, como todas as entrevistas confirmaram, apenas a quadra Maura Pereira Andrade serve de espaço hoje para a socialização dos sujeitos da pesquisa. Ainda que frágil e precarizada, já que ela não garante aos sujeitos da pesquisa o fim do xenorracismo imposto a eles, a produção desta territorialidade apresenta-se como a principal estratégia, entre as várias postas em prática pela população migrante boliviana, para driblar as dificuldades que esta condição lhes impõe, buscando garantir sua (sobre)vivência.

Neste processo, esses sujeitos ocupam e se apropriam deste espaço público, identificando-se não só com a quadra em si para os jogos de futebol, mas com a praça que abriga esta quadra, significando-o – todo o espaço – como a "territorialidade quadra-mundo". A praça abriga, além da quadra, equipamentos de ginástica instalados pela Prefeitura de Ribeirão das Neves-MG, e eles ganham vida com o seu uso pelas crianças bolivianas que brincam, ali, de esconde-esconde, de pega-pega, de casinha ou de escolinha. Suas mães – e seus pais, mas, sobretudo, as mulheres bolivianas – também ocupam este espaço, e ficam sentadas nos bancos, conversando entre elas e cuidando das crianças. Povoado por algumas brigas e, principalmente, muita diversão, revela-se simbólica a apropriação daquele espaço por bolivianas e bolivianos. Em horários específicos – combinados junto à prefeitura –, a territorialidade, ali, é boliviana.

O sentimento de pertencimento gera, ainda, outros usos da "territorialidade quadra-mundo" para além da diversão. Um deles, importante para reafirmar o coletivo, contribuindo, desta forma, para a resistência desses sujeitos como grupo migrante, compreende as reuniões para discussão de questões diversas – sobretudo questões políticas inerentes ao processo migratório e de reterritorialização.

As reuniões são orientadas pelo líder escolhido por eles, que os representa oficialmente quando assim se faz necessário. Foi ele quem, durante a sua entrevista, explicou como

foi o processo de escolha pela sua liderança e quais são as suas principais atribuições perante a comunidade:

> *Teve votação e eu fui escolhido [para ser o representante da imigração boliviana em Ribeirão das Neves-MG]. Foram quatro personas [candidatas], e, das quatro personas, eu que fui escolhido. Hoje em dia eu faço a representação. Faço a organização, tudo que precisa. Quando tem as festas, os campeonatos, essas coisas, eu que fico na frente organizando* (Juan).

Quando questionado acerca da formalização da sua liderança para representatividade junto a órgãos como o Consulado, por exemplo, Juan nega, mas não descarta:

> *Não tem ainda documentação falando que é assim. A gente está em processo disso. A gente está pensando em fazer isso. Mas a gente vai devagar, degrau em degrau, para não errar, né?*

Ainda conforme relato de Juan, as discussões envolvem os mais variados temas, desde questões do processo migratório e das dificuldades que os sujeitos da pesquisa encontram no seu cotidiano, até combinações acerca de festas, dos campeonatos de futebol, e das regras para o convívio em comunidade. Uma das questões acordadas é a de não acontecer o consumo de bebidas alcoólicas durante o uso comum da quadra e esta é considerada uma das grandes vantagens segundo Anita:

> *O bom desta quadra daqui é que aqui não bebe cerveja. [...] Em São Paulo é o contrário. Sempre que tem lá um monte de bolivianos, acabam os jogos ou onde eles tão, eles bebem. Mesmo nas quadras lá tem pra vender. Eu não gostava! Ninguém aqui bebe. Muito melhor! Mais tranquilo porque têm crianças.*

Como todas as questões comuns são discutidas e acordadas em grupo, o vínculo dos sujeitos da pesquisa para com esta territorialidade é cada vez mais aprofundado. A identidade da imigração boliviana na RMBH-MG com a "quadra-mundo" ganha contornos significativos, sendo conhecida até mesmo em Belo Horizonte-MG por pessoas que, de alguma forma,

identificam-se com a causa boliviana – pesquisadores, autoridades ligadas à migração, padres e outros líderes religiosos, bem como migrantes bolivianas e bolivianos que vivem nesta capital. Ao longo da fase exploratória do trabalho de campo, algumas pessoas [108] fizeram menção à existência da quadra e à sua importância para a comunidade boliviana.

Uma das interlocutoras – Eva – pontuou que a presença boliviana nesta quadra já tem sido divulgada em redes sociais, e este foi o meio pela qual ela e sua família tiveram acesso a este espaço:

> *Vimos a través de las redes sociales. Cuando llegamos, nos assustamos, porque no sabíamos que habría tantos bolivianos aquí en esta cancha, en esta quadra... Pensamos que éramos los únicos (Risos).*

Em Ribeirão das Neves-MG, por sua vez, poucas são as pessoas que se sentem confortáveis em falar da presença boliviana na cidade. Durante as visitas exploratórias, foi difícil encontrar pessoas no centro da cidade dispostas a contribuir com a pesquisa, até mesmo indicando onde estariam as bolivianas e os bolivianos que escolheram a cidade para viver. Porém, a quadra é amplamente conhecida, e muitas das pessoas abordadas – sobretudo no seu entorno – fazem menção à presença boliviana neste espaço e ao uso que esses sujeitos fazem dele. A visibilidade é desdobramento do processo – dinâmico e gradual – de territorialização (BABY-COLLIN et al., 2011). Muitos foram os moradores de Ribeirão das Neves-MG, bem como autoridades locais – procurados durante o processo investigativo exploratório do estudo, antes mesmo de se ter

[108] A primeira pessoa que mencionou a presença dos sujeitos da pesquisa em Ribeirão das Neves-MG foi o professor doutor Duval Fernandes (PUC-Minas), ainda durante a fase exploratória deste estudo, quando a autora buscou a ajuda deste professor – referência em migrações internacionais, membro da banca de avaliação desta pesquisa, além de ter sido meu ex-professor e orientador do mestrado – para encontrar os interlocutores. A informação dada por ele foi confirmada pelo padre Agnaldo, em uma entrevista concedida por ele à autora desta pesquisa no escritório do SJMR em Belo Horizonte-MG, também durante a fase inicial dos trabalhos de campo. O padre ainda falou da apropriação, pelos sujeitos da pesquisa, de uma quadra em Ribeirão das Neves-MG. A partir de então, outras pessoas fizeram menção à quadra e, no momento certo, foram iniciadas as tentativas de chegar a esta territorialidade e de conseguir alcançar os sujeitos da pesquisa.

acesso aos migrantes na quadra –, que expuseram a relação dos sujeitos da pesquisa com este espaço público como uma reunião da comunidade.

Na quadra Maura Pereira Andrade, bolivianas e bolivianos se encontram e estreitam vínculos, fortalecendo-os. Nesse processo, escolheram um nome para remeterem à quadra, e o estamparam no colete feito recentemente para os jogos de futebol: Quadra da Amizade – um nome simbólico e representativo, dada a sua importância para a vida dos sujeitos da pesquisa, reunidos ali, primeiro, pela identidade étnico-cultural e migrante. O orgulho que um dos interlocutores demonstra ao exibir o seu colete revela a identidade com a quadra e sugere poder e segurança a partir dessa territorialidade – orgulho oriundo da identidade étnico-cultural é sentimento comum nesta territorialidade. Ele dá significado à "quadra-mundo" e ela representa o encontro entre bolivianas e bolivianos na RMBH-MG, bem como o encontro entre eles e a territorialidade que produziram, reforçando laços que remetem à origem e estreitando vínculos. Espaços argentinos que permitem a união de bolivianas e bolivianos para construção de suas identidades, enquanto vivem – fisicamente – distantes do seu país de origem, foram descritos por Grimson (2006; 2005; 1997) e foram denominados "espaços da bolivianidade". O autor analisa a vida de migrantes bolivianas e bolivianos em Buenos Aires a partir da construção de identidades e do relacionamento desses sujeitos entre eles mesmos, entre eles e o espaço, e entre eles e a sociedade argentina. Tais relações são sempre entrecortadas pela produção têxtil.

Outros estudiosos – também referências em migrações transnacionais bolivianas – ocuparam-se desses processos pelo mundo, como Hinojosa Gordonava (2009; 2008) e Baby-Colin et al. (2011) em metrópoles espanholas, e De la Torre Ávila (2004) nos Estados Unidos. Freitas (2014) – que analisa a inserção boliviana na confecção em São Paulo e em Buenos Aires a partir da hipótese da "economia étnica" – também aborda os "espaços da bolivianidade", com foco na capital paulista. A autora apresenta "a Praça Kantuta, no Canindé e a rua Coimbra, no Bresser" como "os dois principais e mais

desenvolvidos ‘espaços da bolivianidade’ da capital paulistana" (FREITAS, 2014, p. 93).

Freitas (2014, p. 93) ainda sublinha que “[...] a história de formação desses ‘espaços da bolivianidade’ [da capital paulista] nos remete aos primórdios desse ‘mundo social das oficinas de costura bolivianas’”. Ao falar do início da formação desses “espaços da bolivianidade” e ao apontá-los como os “mais desenvolvidos”, a autora sugere que existem diferentes graus de desenvolvimento para este status estudado e revelado por Grimson (2005).

Acrescenta-se que os “espaços da bolivianidade” estão em constante construção pelos sujeitos migrantes, e são as práticas culturais as protagonistas deste universo de produção de identidades – atuando na criação de vínculos entre bolivianas e bolivianos, além de criar laços ressignificados entre esses sujeitos e o país pátrio e entre esses sujeitos e a cultura do país para onde migraram. São elas que viabilizam a produção de comunidades transnacionais no processo de reterritorialização. Grimson (2005) coloca esta referência à nacionalidade como referência à cultura e às tradições, e entende que bolivianas e bolivianos em Buenos Aires constroem, a partir de práticas culturais, uma nova bolivianidade – daí o termo “espaços da bolivianidade”. Refletindo acerca desta construção, Hinojosa Gordonava (2008, p. 106) expõe que:

> Se habla de transnacionalismo ‘desde arriba’ para identificar a los procesos y acciones desarrolladas por grandes asociaciones económicas, políticas, sociales. En cambio, se habla de ‘transnacionalismo desde abajo’ para caracterizar dinámicas que nacen de las prácticas concretas que realizan los migrantes en sus vidas cotidianas[109].

Assim, a partir de um “transnacionalismo de baixo” (HINOJOSA GORDONAVA, 2008), bolivianas e bolivianos

[109] “Fala-se de transnacionalismo ‘de cima’ para identificar os processos e ações desenvolvidas por grandes associações econômicas, políticas e sociais. Em vez disso, fala-se em ‘transnacionalismo de baixo’ para caracterizar dinâmicas que nascem de práticas concretas que migrantes realizam em suas vidas cotidianas” (HINOJOSA GORDONAVA, 2008, p. 106; tradução nossa).

constroem seus "espaços da bolivianidade" (GRIMSON, 2005). Grimson (1997, p.99-100) grifa que "[...] las ferias, los restaurantes, las ligas de fútbol y otros espacios identificados con la bolivianidad, permiten el encuentro y la interacción entre «paisanos» constituyendo una dimensión ***vivida*** de la colectividad"[110] (Grifos do autor). Tais espaços permitem, desta forma, que migrantes bolivianas e bolivianos mantenham-se conectados à sua origem, a partir de relações simbólicas e materiais estabelecidas nesses espaços com o seu país pátrio – a Bolívia –, ressignificando essas relações, o que aprofunda o vínculo entre eles, reunindo-os e identificando-os como comunidade, porém, em um novo país e em outras territorialidades também produzidas por eles:

> *Vem bolivianos de todo lugar! Tem bolivianos muitos daqui, mas tem de Venda Nova, tem de outros lugares. Eles vêm também aqui. Tem no Metropolitano, eles também vêm aqui... Aqui é um ponto de encuentro de todos. De encontro sexta-feira e sábado. Todos!* (Laura).
>
> *Em São Paulo tem muitos [espaços de socialização de bolivianas e bolivianos]! A Kantuta, Coimbra... Aqui, só na quadra mesmo. Que a gente fica mais perto da nossa cultura. Porque vem os bolivianos pra cá. É muito bom!* (Enzo).
>
> *[...] son nuestros amigos quien nos dijeron para venir. Y es aquí en la cancha con ellos que somos felices en Brasil* (Eva).
>
> *Todo mundo que eu conheço aqui em Minas eu conheci foi aqui mesmo na quadra. [...] a conversa que foi levando e a gente conhecendo. Tudo aqui mesmo. [...] eu venho sempre pra essa quadra. Graças a Deus a gente tem um espaço pra nós. [...] E tamos felizes. [...] E a gente conversa e fala de tudo. Fala da Bolívia, fala de trabalho, fala de tudo. E joga bastante! Tem vez que a gente faz um lazer entre nós. Aqui mesmo, na quadra, compartindo da mesma comida, cada pessoa traz o que pode. As mulheres*

[110] "[...] feiras, restaurantes, ligas de futebol e outros espaços identificados com a bolivianidade permitem o encontro e a interação entre 'compatriotas', constituindo uma dimensão ***vivida*** da comunidade" (GRIMSON, 1997, p. 99-100; grifo do autor; tradução nossa).

> *traz toda a comida! De vez em quando a gente faz. É bonito!* (Daniel).

A conexão com a origem move e intensifica a sociabilidade vivenciada nestes locais e ocorre de diversas maneiras, muitas vezes concomitantes, a partir do consumo de comidas típicas, cultivando hábitos alimentares; da prática linguística do espanhol, já que conversam, nesses espaços, utilizando o idioma pátrio; do uso de vestuários típicos da sua cultura; ou, ainda, do compartilhamento de músicas e de hábitos típicos da terra natal; entre outros exemplos. Ressalta-se, porém, que não se trata de uma reprodução, mas de uma ressignificação, que produz uma nova bolivianidade, conforme Grimson (1997, p. 105) chama a atenção:

> La bolivianidad migrante, entonces, lejos de constituir una reproducción de prácticas ancestrales y de llevar una cultura esencial a los lugares de destino, es el modo de construcción de una nueva colectividad. Los nuevos usos de las «tradiciones nacionales», en acontecimientos especiales y en la vida cotidiana, instituyen un nuevo sentido étnico de la bolivianidad construyendo propuestas ***desde abajo*** para la interacción e integración[111] (grifo do autor).

Nesse processo de construção de identidades, parte dos migrantes a tentativa de interação e integração com a sociedade, mas, também, de reunião desses sujeitos em comunidade, de apropriação do espaço e produção de territorialidade. Nesse processo, eles se apropriam, também, de elementos da cultura brasileira, como o futebol, no caso aqui abordado. De la Torre Ávila (2004, p. 57), resgatando Bourdieu, grifa que "[...] el espacio simbólico puede conocerse a través de una lectura de las prácticas de los agentes que lo conforman"[112].

---

[111] "A bolivianidade migrante, então, longe de constituir uma reprodução de práticas ancestrais e levar uma cultura essencial para os locais de destino, é o modo de construção de uma nova coletividade. Os novos usos das 'tradições nacionais', em eventos especiais e na vida cotidiana, instituem um novo senso étnico da bolivianidade, construindo propostas ***de baixo*** para a interação e integração" (GRIMSON, 1997, p. 105; grifo do autor; tradução nossa).

[112] "[...] o espaço simbólico pode ser conhecido através da leitura das práticas dos agentes que o compõem" (DE LA TORRE ÁVILA, 2004, p.57; Tradução nossa).

A relevância de costumes originários do seu povo – ressignificados – se faz presente de diversas formas no uso daquele espaço, ampliando e aprofundando a construção de identidades. Em conformidade com esta lógica, as entrevistas revelaram a imigração boliviana na RMBH-MG como estratégia familiar vinculada à origem, e as territorialidades produzidas por esses sujeitos no seu processo de reterritorialização como uma proposta coletiva de resistência e, ao mesmo tempo, de integração, concretizando a "territorialização da bolivianidade".

De forma mais específica, a "territorialidade quadra-mundo" reflete os laços entre bolivianas e bolivianos, além de vincular origem e destino a partir de relações simbólicas e materiais estabelecidas nela, revelando-se expressão mais explícita da "territorialização da bolivianidade" da RMBH-MG. "Estos múltiples espacios de bolivianidad giran en torno a la comida y la bebida, la música y la danza, las fiesta familiares y sociales, ligas y campeonatos de fútbol; pero también, cada vez más, alrededor de temáticas de orden social y político" [113] (HINOJOSA GORDONAVA, 2008, p. 107). A partir das entrevistas, pôde-se identificar e conhecer muitas dessas vivências – elencadas por Hinojosa Gordonava (2008) – nesse espaço simbólico para os sujeitos da pesquisa – a "quadra-mundo" – e confirmar nele a prática de uma nova bolivianidade e a concretização da sua territorialização:

> *Nós sentimos quando juntamos todos os bolivianos como se a gente estivesse allá. É bonito, né? Porque a maioria junta aqui e conversa na nuestra idioma. Na cultura no se mexe. Somos bolivianos! [...] Sexta e sábado que tem esse horário que é nosso... que logramos, né? É muito bom! É muito legal! Já fizemos comida típica, já fizemos música* (Hugo).

No cotidiano desta nova bolivianidade, a busca pela manutenção da identidade cultural desses sujeitos revela-se, sobretudo, nas conversas com o uso de códigos locais –

[113] "Esses múltiplos espaços da bolivianidade giram em torno da comida e da bebida, da música e da dança, das festas familiares e sociais, ligas e campeonatos de futebol; mas também, cada vez mais, em torno de temas de ordem social e política" (HINOJOSA GORDONAVA, 2008, p.107).

resgatados, também, das línguas nativas quéchua e aimará, e apresentados pelos interlocutores como fundamentais para esse sentimento de pertencimento ao país pátrio. Ao se referir ao uso da língua de origem, Bourdieu (1998) fala em capital cultural, definindo-o como um:

> [...] conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de interreconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis (BOURDIEU, 1998, p. 28).

Desta forma, o uso da língua de origem permite que os sujeitos da pesquisa se reconheçam como bolivianas e bolivianos, se reconheçam como comunidade, além de ser uma forma de imposição perante os nacionais. Kilomba (2019, p. 211) faz uma reflexão acerca dos desdobramentos do passado colonial na vida de africanas e africanos, e de como esses sujeitos usam a saudação e sua linguagem familiar como resistência, o que pode ser projetado para a realidade dos sujeitos da pesquisa quando usam a língua de origem para se reunirem como comunidade e para resistirem ao xenorracismo:

> [...] sua linguagem familiar curam as feridas [...] criando um cenário para superar as feridas do racismo cotidiano no presente. [...] Em um ambiente como tal, trocar saudações torna-se um momento curto – o momento de dar um sorriso – no qual se constrói um cenário para superar [...] o isolamento racial e, ao mesmo tempo, de desenvolver um sentimento de pertencimento.

Corroborando a ideia da autora, entre os tantos usos que os sujeitos da pesquisa fazem dessa territorialidade, o que eles mais chamaram atenção quando questionados a respeito da importância da "quadra-mundo" em suas vidas foi justamente o fato de sentirem-se livres para conversar em sua língua de origem. A língua contribui para a construção de identidades e produção de territorialidades, e os interlocutores grifaram a

felicidade, o pertencimento e a segurança que sentem ao utilizarem o idioma natal:

> *A gente conversa lá [na quadra Maura Pereira Andrade] na língua de nós. Você sente na Bolívia allá porque você escuta aquelas palavras, né? Hola... Che... Aquilo que você escutava lá na Bolívia e aquele menino fala. Então, é legal! E eu como tá há muito tempo fora [da Bolívia], eu perdi alguns tons de lá. E sempre tem algumas pessoas que chegou, ou tá chegando, ou primo dele que vem pra visitar, e fala alguma coisa de lá, né? Hola... Qué tal, Che? Cómo estás? Quando eles fala Che, palavra antigo de lá, então...* (Álvaro).
>
> *Nessa quadra aqui todo mundo fala na língua nossa. Não tem outra! A gente sente feliz! A gente falando, todo mundo o mesmo idioma, todo mundo bolivianos... Que aí a gente lembra da Bolívia* (Diego).
>
> *Justo aquí en la cancha. Por eso vengo de tan lejos! (Risos). Porque me gusta. Mi esposo, mis hijos, nos gusta mucho aquí. Es hermoso poder compartir con nuestros compatriotas. Hablar el mismo idioma, recordar más a Bolivia* (Eva).
>
> *Hablamos en nuestro idioma. Aquí todos hablan español. Aquí solo hablamos en español. Hablamos de Bolivia* (Rúbia).

A despeito da importância do emprego do idioma natal, o resgate das origens não acontece apenas a partir dele. Esse resgate é veiculado, também, pelos rostos com traços semelhantes, pelas brincadeiras que fazem entre eles, ou pelas músicas que remetem à terra natal e que frequentemente são ouvidas na quadra:

> *Yo soy de la cultura indígena aimará. Yo soy indígena mesmo! Yo tengo los traços. Y a gente sente falta...* (Isabel).

A falta que Isabel alega sentir da Bolívia é atenuada pela convivência com os seus compatriotas e pelo resgate das tradições. Porém, não se trata de um simples resgate, mas da ressignificação de tradições originais. Um exemplo dessa

ressignificação que pode ser usado para entende-la são as festas organizadas pelos sujeitos da pesquisa. Alguns costumes originários são reinventados e vividos de outra forma, ou são, ainda, substituídos, conforme aponta o relato de Marco:

> *Era uma coisa rotativa. Lá no Bolívia tem um costume que chama o passante. [...] por sorteio, ou por indicação, ele vai ser encarregado da festa da Virgem de Copacabana, que é a padroeira da Bolívia, ou da Virgem do Urukupiña, que é a padroeira de Cochabamba, e é por indicação dos passantes antigos, ou da comunidade, para que esse casal possa tomar as festividades do ano seguinte. Então cada ano era um casal que estava responsável. Que era encarregado de fazer a festa. E nessa festa rola tudo de graça. Alimentação, bebida, música [...] A única obrigação é que tem que ir na igreja. A missa. Depois da missa, vamos todos pra casa dos passantes. Então esse costume agora eu acho que está se perdendo pouco a pouco pela questão que os velhos estão morrendo e os novos não estão seguindo. Os filhos não estão seguindo a tradição. E fica mui caro. Não dá.*

O sabor da Bolívia, porém, continua sendo sentido em outras festas e outras vivências, algumas mais fiéis à origem, outras menos, mas a identidade étnico-cultural está sempre presente. Esta identidade também é facilmente observada no compartilhamento de comidas típicas:

> *Aquí todos [...] Hablamos de Bolivia. Y, por ejemplo, la señora que vende tucumanas... como puedo decirte? Es una comida boliviana muy conocida. Es algo que comes en Bolivia y todos los bolivianos comen y les gusta mucho. Es como comer un salgadinho aquí, es como un salgadinho de Bolivia. Y esta señora lo trae para vender. Y todos compramos. Es delicioso. Y es de Bolivia! (Risos). Ahí! Esa señora. La que vende. Ella que acaba de llegar. Puede probar que te gustará. Es delicioso. Es una tradición en Bolivia. Nos gusta la tradición* (Rúbia).

> *Tem aqui. A quadra. Só aqui que tem. Vim aqui é muito bom. Porque a gente joga, diverte. Entre bolivianos. Tem todo mundo aqui, né? A gente fala espanhol, como tucumanas... (Risos)* (Iago).

> *Aqui na quadra é muito gostoso! A gente conversa em espanhol, come tucumanas (risos). Tem uma senhora que traz para vender e todo mundo compra. Porque a gente come muito tucumanas em Bolívia, né? Antes ela não trazia... mas agora traz sempre. Não falta. E a gente sempre compra* (Anita).

Conforme relato dos interlocutores, as tucumanas são apreciadas por todos, e são, assim, amplamente comercializadas na "quadra-mundo". Um casal de bolivianos vende a iguaria aos seus conterrâneos praticamente em todos os encontros para o futebol.

A presença das tradições revela-se ainda no disseminado uso do awayo – tecido em cores vibrantes usado, sobretudo, para se aquecerem, para cobrirem o chão antes de se sentarem ou antes de compartilharem algum alimento nas arquibancadas –, entre outras tantas possibilidades.

A apropriação do espaço com o resgate da origem, vivida a partir da sua ressignificação, permite a reterritorialização dos sujeitos migrantes, conforme explica Grimson (1997, p. 102): "La música de la «patria» y las constantes alusiones a las «tradiciones nacionales» imaginariamente conforman un arraigo en el desarraigo, un espacio propio en territorio ajeno"[114]. Desta forma, identificando-se com aquele e naquele espaço, vinculando-o à sua terra natal a partir de relações simbólicas e materiais, os sujeitos da pesquisa vivem ali a Bolívia, além de criar uma nova bolivianidade, agora ligada ao futebol e, de certa forma, à costura, e produzir ciclicamente aquela territorialidade. Nesse processo, tal como aponta Grimson (1997), os sujeitos da pesquisa buscam se enraizarem no desenraizamento, ou se territorializarem na desterritorialização. Dito por outras palavras, neste processo bolivianas e bolivianos se reterritorializam.

Tal como exposto, na "quadra-mundo", o vínculo entre os sujeitos da pesquisa e essa territorialidade produzida por eles extrapola, de forma significativa, o espaço para os

[114] "A música da 'pátria' e as constantes alusões às 'tradições nacionais' conformam, imaginariamente, um enraizamento no desenraizamento, um espaço próprio no território alheio" (GRIMSON, 1997, p. 102; grifos do autor; tradução nossa).

campeonatos de futebol. Ao empregarem expressões dos idiomas de origem[115], ao comerem comidas típicas bolivianas, ao usarem seus awayos, ao compartilharem músicas da terra natal, ao reconhecerem-se nos rostos dos seus compatriotas, e ao buscarem refúgio naquele espaço para discussão de questões políticas fundamentais para o cotidiano da comunidade, esses sujeitos lembram-se da Bolívia – e, por que não, como eles mesmo disseram, sentem-se um pouco em sua terra natal:

> *Aqui na quadra, dá até pra pensar que a gente tá em Bolívia. Porque são todos bolivianos. A única diversão que a gente acha assim. Não temos mais outra. A gente não encontra assim, em brasileiro, esse lado, né? Aí nós compartilhamos aqui, nos sentimos como en la Bolívia. Não se é igual, mas é perto (risos)* (Miguel).
>
> *É aqui! Aqui que a gente junta, ri, joga, diverte. É aqui a nossa Bolívia! (Risos)* (María).
>
> *A cabeça está na Bolívia e o corpo tá aqui* (Álvaro).
>
> *[...] extrañamos a nuestro país, estamos lejos de nuestra familia, de nuestro padre, de nuestros hermanos... Yo vivo allá en Venda Nova e gasto até aquí 45 minutos, mas aí yo vengo aquí porque allá no hay tantos bolivianos. Aquí é que tem! Entonces nos acostumamos a vir aquí e yo frequento todos os sabados aquí. Pra compartir con nuestros compañeros... Estar sin la familia, sin tu propio pais, você busca a familia de tu propio pais, és bonito conversar en el mismo idioma, nos sentimos más tranquilos. Essa é a causa de vir aquí* (Eva).

A importância desta territorialidade em suas vidas é tamanha que não mediram esforços até conseguirem autorização da Secretaria de Esportes do município de Ribeirão das Neves-MG para que nela pudessem realizar a festa da independência da Bolívia, em 6 de agosto de 2019. Muitas pessoas – bolivianas e bolivianos, mas, também, nacionais que, de alguma forma, envolvem-se com os sujeitos da pesquisa – empenharam-se em

[115] Conforme já discutido, as línguas indígenas e os códigos locais têm forte presença na formação linguística dos sujeitos da pesquisa. Desta forma, opta-se por falar em idiomas de origem (no plural), para abarcar essa variedade.

conseguir autorização para fazer aquela importante comemoração na quadra Maura Pereira Andrade. A data da independência neste ano não coincidiu com os dias que os interlocutores têm autorização para usarem a quadra, mas a grande mobilização garantiu que a festa ocorresse naquele espaço, no dia certo, tal como idealizaram os envolvidos.

> *Esse 06 de agosto deve ser assim. A gente procura fazer tudo bonitinho. A gente está pensando muito, organizando como que vai ser, juntando as mulheres também [parar o campeonato de futebol]* (Juan).

> *[...] dia 06 de agosto que tá vindo, é dia dos bolivianos. Aí todo mundo vai se juntar aqui também* (María).

> *Nos gusta la tradicion. Por ejemplo, el seis de agosto es nuestra independencia. La independencia de Bolivia. Y tenemos una fiesta. Como una fiesta... Este año estará aquí en la cancha. Hagamos un campeonato. De futebol* (Rúbia).

A "quadra-mundo" sediar a festa da independência da Bolívia é ato simbólico e impõe, uma vez mais, esta territorialidade de bolivianas e bolivianos como "território abrigo" (SANTOS et al., 2000), como espaço de resistência e reunião enquanto comunidade e, portanto, a maior expressão, hoje, da 'territorialização da bolivianidade" na RMBH-MG:

> *Esta quadra é muito boa pra nós. A gente antigamente era muito sumido. A gente, bolivianos. Conseguir essa quadra foi muito bom! Porque agora a gente consegue fazer essas festas, aniversário da Bolívia a gente faz. A gente sempre faz. Organizamos as partidas que a gente faz. Vamos fazer agora 06 de agosto. Joga o dia todo. Que a gente acha importante fazer esse aniversário. Ter um espacio pra nós. Então, a gente vai reunir os bolivianos. Manter unidos, antes de tudo* (Juan).

E, dando ainda mais concretude ao simbolismo da festa de independência na "quadra-mundo", esta importante data tinha que ser comemorada, também, com o futebol-resistência

Diante de todo o exposto, a quadra Maura Pereira Andrade em Ribeirão das Neves-MG poderia ser lida ainda como espaço simbólico onde se estabelece o que Guarnizo (2006) chama de "campo de ação transnacional", uma vez que nela são estabelecidas trocas que determinam um campo de ação social migrante, concretizando a RMBH-MG como um dos mais recentes nós do fluxo da migração transnacional boliviana. Segundo Guarnizo (2006), a migração consiste em um ir e vir composto por pessoas, por recursos, por discursos e por práticas – culturais, socioespaciais, econômicas e políticas. Trata-se, assim, de um intercâmbio transfronteiriço, cujas trocas permitem a manifestação de uma identidade – que, apesar de já constituída, era reprimida, escondida, invisibilizada, silenciada – e a transformação de um local geográfico em um espaço simbólico para os sujeitos da pesquisa, a partir da sua participação em redes sociais e do desenvolvimento de práticas transnacionais, exatamente como se revela a vivência dos sujeitos da pesquisa a partir da apropriação da "quadra-mundo".

Grifa-se, aqui, algumas questões que revelaram-se óbvias com esta pesquisa: a importância e a representatividade da "quadra-mundo" para a vida dos interlocutores; a consciência da necessidade de mobilização pelo coletivo e para a resistência da imigração boliviana – e a produção da territorialidade para este fim –; e o respeito que a comunidade boliviana tem alcançado em Ribeirão das Neves-MG. Desta forma, a "territorialidade quadra-mundo" significa abrigo, identidade e reunião como comunidade, ocupação e apropriação do espaço público, imposição de poder e visibilidade na RMBH-MG e, finalmente, resistência.

Diante disso, avalia-se que a reterritorialização da comunidade boliviana na RMBH-MG acontece de forma rápida e intensa, o que pode ser resultado de vivências anteriores, se não na Argentina – forte nó da rede transnacional boliviana até a crise neste país –, em São Paulo – já que a maior parte dos sujeitos da pesquisa migra internamente após algum tempo nesta metrópole global. Trajetórias desenvolvidas em outros espaços são recontextualizadas e ressignificadas na RMBH-MG gerando uma nova "bolivianidade" (GRIMSON, 2005). São experiências anteriores e resgates de tradições, em meio a novos cotidianos e

expressões culturais, contribuindo para a formação de espaços transnacionais bolivianos na RMBH-MG.

Expectativas e vivências da população migrante boliviana na RMBH-MG: vidas em trânsito, sonhos em movimento

Soy un pájaro migrante
En un vuelo largo y triste
Voy buscando en estos suelos
Libertad y razón de vivir

Canto a la Virgen de
Copacabana
José Bolivia

O canto à Virgem de Copacabana traduz sentimentos e desejos de migrantes. A tristeza pelas saudades da terra natal acompanha a quase totalidade dos sujeitos que precisam deixar seu lar e viver em outro país, sob outras leis, e mergulhados em outra cultura. Além dos sentimentos revelados anteriormente, a busca por "liberdade e razão de viver" também movem os sujeitos migrantes:

> *[...] é o mundo da globalização, que todo mundo vai passando por todo lado. O mundo é livre! Então, a gente [migrantes] não é nacionalista. É mais humano. [...] acho que pra mim é uma experiência muito boa, esperar pelo menos tener essa facilidade de vivir e de sentir. [...] tudo bem... a gente nasce em um lugar, é desse lugar. Só que quando você se sente humano, você não vê esse negócio de quem é tal, quem é qual. O mundo, por exemplo, quando você vê, encontra uma persona ou otra persona, e mesmo sendo de um lugar ou de outro, é sempre irmão* (René).

René revela uma leitura questionadora da situação do migrante que se desloca em condições vulneráveis, encontrando limites, restrições e xenorracismo em seu caminho. Ao mesmo tempo, propõe uma perspectiva utópica que se direciona para a

humanidade compartilhada por todos e que imprime expectativas de conquista de direitos.

Outro sentimento recorrente nas falas dos interlocutores é a saudade da terra natal e ele é, dialeticamente, suprido e intensificado pelo vínculo com a origem. Este vínculo, tão presente no processo de reterritorialização, compõe uma nova bolivianidade:

> *Nós sentimos quando juntamos todos os bolivianos como se a gente estivesse allá [na Bolívia]. É bonito, né? Porque a maioria junta aqui e conversa na nuestra idioma. Na cultura no se mexe. Somos bolivianos! [...] É muito bom! É muito legal! Já fizemos comida típica, já fizemos música...* (Hugo).

No cotidiano desta nova bolivianidade, a busca pela manutenção da identidade cultural reforça-se através da "territorialidade quadra-mundo", que garante aos sujeitos da pesquisa a alegria do afeto, a segurança de viver em comunidade, e a aproximação com a origem, ao mesmo tempo em que afirmam a reterritorialização em um novo lugar, inseridos em outro contexto cultural.

O processo é dialético. O vínculo com a origem faz com que as saudades da terra natal sejam amenizadas a partir da vivência cultural – ressignificada – no novo espaço da migração (BAENINGER, 1999). Concomitantemente, este vínculo alimenta e intensifica as saudades, uma vez que traz a origem ao cotidiano – e ao imaginário – dos sujeitos da pesquisa, fazendo com que eles sintam ainda mais falta da terra natal e reforçando, em alguns casos, o retorno à Bolívia como objetivo final do processo migratório. Trata-se, conforme colocado por Sayad (1998), do sonho do retorno, o qual o autor apresenta como elemento constitutivo da condição migrante e que, portanto, se faz presente nos relatos dos interlocutores:

> *[...] a gente quer ganhar um pouco más... que a gente nunca vai conseguir voltar a la Bolivia se não ajunta dinheiro. A gente tem que procurar qualquer jeito para morar más fácil, para* ***ajuntar um pouco de dinheiro para sair para a Bolívia****. Porque a gente sente que la familia también extraña a nós* (Paloma; grifo nosso).

> *A gente, quando vim aqui,* ***era o objetivo voltar****.* ***Não tem nenhum boliviano que vem pra Brasil sem esse objetivo****. O pensamento é siempre voltar allá! Sente falta de família, saudade de família, né?* (Hugo; grifo nosso).

> *Ninguém sai do seu país sem querer voltar.* ***A gente sai porque precisa, para voltar quando puder*** (Juan; grifo nosso).

> *Na verdade (suspiro), acho que* ***ninguém de nenhum país sai assim****: 'eu vou allá morar lá!'. Eu acho que ninguém!* (Álvaro; grifo nosso).

Este sonho é, muitas vezes, ressignificado com o passar do tempo, à medida que o sujeito migrante se reterritorializa, mas ele se apresenta – intensa e invariavelmente – no início do processo migratório:

> *Todo imigrante, toda imigrante, não vem com esse pensamento de morar aqui, de permanecer, pra sempre. Só a gente vem para trabalhar, ganhar dinheiro e enviar a la Bolívia. Só que agora,* ***hoje em dia, eu não quero mais voltar*** *à Bolívia* (Jade; grifo nosso).

> *[...] quando alguém vem de um país pra esse país, é o que você quer é ganhar dinheiro. Porque eu pensei isso: 'Vou lá, no Brasil, vou ganhar um dinheiro, vou tentar juntar um valor, e vou tentar voltar pra lá [para a Bolívia]'. Mas todo mundo vem com esse mesmo objetivo.* ***Só que no meio do caminho, todo mundo vai mudando****, né?* (Diego; grifo nosso).

> ***Tinha o projeto de nacionalismo, como todo ser humano tem com sua pátria...*** *A minha expectativa era voltar para lutar pelo meu povo lá. Principalmente pelo índio, né? Que eu sou meio índio e meio branco.* ***Eu queria lutar por eles lá. Mas não deu*** (Marco; grifos nossos).

O sonho do retorno tem como desdobramento a ilusão de provisoriedade (SAYAD, 1998, p. 45) – que os entrevistados

citados logo acima já conseguem vislumbrar – tratando-se de um fenômeno comum dentro dos processos migratórios:

> Uma das características fundamentais do fenômeno da imigração é que, fora algumas situações excepcionais, ele contribui para dissimular de si mesmo a sua própria verdade. Por não conseguir sempre pôr em conformidade o direito e o fato, a imigração condena-se a engendrar uma situação que parece destiná-la a uma dupla contradição: não se sabe mais se se trata de um estado provisório que se gosta de prolongar indefinidamente ou, ao contrário, se se trata de um estado mais duradouro mas que se gosta de viver com um intenso sentimento de provisoriedade. Oscilando, segundo as circunstâncias, entre o estado provisório que a define de direito e a situação duradoura que a caracteriza de fato, a situação do imigrante se presta, não sem alguma ambiguidade, a uma dupla interpretação: ora, como que para não confessar a si mesmo a forma quase definitiva que com frequência cada vez maior a imigração reveste, apenas se leva em conta, na qualidade de imigrante, o seu caráter eminentemente provisório (de direito); ora, ao contrário, como se fosse preciso desmentir a definição oficial do estado de imigrante como estado provisório, insiste-se com razão na tendência atual que os imigrantes possuem de se 'instalar' de forma cada vez mais duradoura em sua condição de imigrantes.

No entanto, uma parte dos sujeitos da pesquisa demonstra este comportamento-desejo apontado por Sayad (1998, p. 45) de "[...] não confessar a si mesmo a forma quase definitiva que com frequência cada vez maior a imigração reveste":

> *Migrante sempre tem vontade de voltar ao seu país... Eu acho que cada quem es muito más libre em seu país do que no exterior**. Nós vamos a voltar um dia para la Bolivia. Sim, vamos voltar!*** (Laura; grifo nosso).

> *A gente veio para trabalhar e é bom que sempre tem trabalho para o boliviano aqui em Brasil. E aí alguém chama a gente e a gente vem. Mas **um dia todos querem voltar, né? Mesmo se alguém falar que não quer**...* (Alba; grifo nosso).

> *Eu vim para ganhar um dinheirinho aqui. Ter um capital e poder voltar para o meu país.* ***Eu quero voltar pra lá.*** *Eu fiquei muito em São Paulo [trabalhando de forma análogo à condição de escravo], perdendo tempo, né?* (Iago; grifo nosso).

> *Aqui é bom, eu gosto de Brasil, continuo aqui, mas a gente tá pensando em voltar lá, a gente tem saudade do nosso país, dos nossos pais, meninos também querem ver a seus avós. Eles não conhecem seus avós, então eles falam: 'quero conhecer meus avós'. Então, aí a gente vai...* ***a gente tá pensando em sair no fim de año*** (Miguel; grifo nosso).

As declarações foram unânimes em apontar a falta que sentem do país, dos familiares e dos amigos que ficaram na terra natal, dos costumes originários – que inclui a comida local:

> ***A gente sente falta****... A comida, por exemplo, aqui em Belo Horizonte é péssima! A gente não puede... pra gente fazer uma comida nossa, a gente tem que ir à San Pablo. Só en San Pablo! Porque aí a gente tem milho branco, batatas muitas variadas... aqui no tiene! Brasileiro fala: 'vá a Mercado Central!'. Uai... Mercado Central és para brasileiro! (risos). Entonces... És absurdo!* (Isabel; grifo nosso).

> *Eu no vim pra ficar aqui em Brasil.* ***A gente siempre quer volver a la Bolívia. Para estar más cerca de la família****...* (Enrique; grifo nosso).

> *A gente veio pra ficar pouco tempo... Porque a gente quer voltar [para a Bolívia] depois.* ***A gente tá acostumado com nossa mãe e pai. Aí a gente quer voltar em um tempo****...* (Alba; grifo nosso).

> *[...] eu gosto da Bolívia...* ***eu gosto do lugar da onde vim****, da onde eu tenho as* ***minhas raízes****. [...] Da* ***nossa cultura****. Eu não tenho vergonha. Eu gosto! [...] O que eu gosto da Bolívia, são* ***regras antigas****, dos incas, que no tempo já tinha aqueles costumes, né?* (Álvaro; grifos nossos).

> *O quê que mudou foi a cultura e a comida, né?* ***A comida faz muita diferença****!* (Murilo; grifo nosso).

> *Aqui eu vejo diferença de Bolívia e Brasil porque é pouca coisa que tem**, ainda tem que pedir pra trazer umas coisas que a gente gosta**. Pra poder comer, né?* (Daniel; grifo nosso).

As saudades da Bolívia também se fizeram presentes pelas lágrimas dos interlocutores, pelos olhares longínquos quando falavam da sua origem, por falas cheias de emoções:

> ***Discurpas chorar**. Lo siento... A gente pensa em sair también porque tem saudade de mãe, pai, allá. [...] E a gente vai lutando aqui, para voltar allá* (Paloma; grifo nosso).

> *Eu gostei de ficar aqui no Brasil. Em todos os aspectos. Mas claro que a Bolívia é o meu país. **Quando eu vou de férias, eu chegando na entrada da Bolívia, eu já choro. Dá aquela emoção, sabe?** Você vê tudo, você vê o campo, aquelas casinhas... **Dá um aperto no peito!*** (Luna; grifos nossos).

Apesar das saudades que sentem e do xenorracismo que enfrentam, muitos dos sujeitos da pesquisa conseguem vislumbrar as dificuldades que enfrentariam se retornassem definitivamente à terra natal:

> *Eu queria voltar. **Eu iria morar lá de novo... Eu não teria as mesmas condições de vida do que aqui não.** Seria muito diferente, né? **Seria difícil.** Muito difícil, muito complicado. **Porque é difícil de arrumar servicio e os meus meninos já se acostumaram.** E sabendo que coisas que eu passei, eu não gostaria que meus meninos passe isso. Eu falo: se Deus quiser, vai dar uma vida toda pela frente ainda, eu gostaria de ver eles com alguma coisa, alguma profissão* (Álvaro; grifos nossos).

> *Já tem oito años que eu tô morando aqui. [...] Voltei lá una vez só. **Eu sinto falta de lá, mas eu acho que eu vou ficar aqui*** (Murilo; grifo nosso).

Permanecem no Brasil e a configuração da geopolítica global também contribui para redefinir o que é provisório, reconfigurando entradas e permanências de acordo com o

desenvolvimento do processo. Assim, a temporalidade, muito importante nos processos migratórios, é repensada e redefinida ao longo de todo o processo. "No lugar novo, o passado não está; é mister encarar o futuro: perplexidade primeiro, mas, em seguida, necessidade de orientação" (SANTOS, 2004, p. 328). Migrantes bolivianas e bolivianos, cotidianamente, desenham e redesenham os seus planos de vida:

> *Vengo por razones de trabajo, para asegurar el futuro de mis hijos. No se me ocurrió la idea de quedarme mucho tiempo. Vine a probarlo.* ***Puede ser que me quedé dos o tres años. Depende****...* (Pablo; grifo nosso).

> *Bom,* ***esse era o objectivo aqui. Trabalhar um pouquinho e despues voltar*** *para nosso país mesmo. Aí nasceram meus filhos... São três filhos aqui. Dois nasceram aqui, uno nasceu lá. Bom... e* ***então já se passou o tempo*** *aí... já se passaram dez años,* ***eu tô morando faz dez años já****!* (Miguel; grifos nossos).

> *La idea es quedarse y trabajar un poco más. Para despues volver a Bolivia, más tarde. Yo extraño mi país... Y quiero volver. Pero aún no, todavía no.* ***En unos cinco años, talvez****...* (Rúbia; grifo nosso).

> ***Era só pra eu ficar três meses****. [...] quando eu vi como que a sociedade brasileira trata as crianças, que dava pra eu trabalhar em casa, que dava pra eu ficar perto dos meus filhos, [...] eu* ***decidi ir à Bolívia e voltar pra cá com eles****. Eu só fui, fiquei um mês lá em Bolívia, e voltei pra cá. Eu fiz a documentação deles pra eles saírem da Bolívia e voltei* (Anita; grifo nosso).

Na maior parte das vezes, a permanência é constantemente reconfigurada, estendida dia-a-dia, já que muitos sujeitos resistem a abandonar o objetivo que os acompanham desde a origem – o sonho de retorno à Bolívia – mas, ao mesmo tempo, não têm como alcançar esse objetivo com facilidade.

> ***Quando eu saí de lá [da Bolívia], eu já queria voltar para a Bolívia*** *(risos). Já queria mesmo! Mas* ***eu tinha que aguentar*** *pelos meus filhos. Tinha que*

> *trabalhar. Assim eu transcorri o tempo. Eu queria voltar, aí conversei com a minha esposa: 'vamos voltar?'. 'Vamos voltar daqui a dois años', ela falou.* ***Dois años virou já dez años****! (risos)* (Miguel; grifos nossos).

> *No... Eu no sabia... Eu só tava vindo a trabalhar. Aí, depois que a moeda caiu, a gente ficou mesmo aqui porque allá é... muitas vezes a gente deixa tudo pra trás pra fazer algo novo aqui, e com esse pensamento a gente já ficou quase dez años já. A voltar queremos siempre. Porque a família está lá, minha mãe, meu pai, mis irmãos, toda a família. Então,* ***a gente sempre tá com a mentalidade de voltar allá, mas ainda no deu certo e ficamos esperando*** *que melhore um pouquinho a economia para assegurar o que a gente pensou um dia, então,* ***tá faltando ainda****... (risos)* (Martín; grifos nossos).

> *A gente trabalhou muito, juntou um dinheiro... a gente queria sair à Bolívia también. Mas a gente não conseguimos. Porque aí nasceu mi filha, aí eu não conseguia ajudar tanto mi esposo como antes. Aí no conseguia... [...]* ***E a gente vai lutando aqui, para voltar allá****. [...] eu fico a pensar que vou ter que sair sozinha para ver a minha mãe* (Paloma; grifo nosso).

E, assim, seguem na busca pela ascensão social, mas sem abandonar o sonho de retorno. As adversidades que se impõem no caminho, porém, impedem ou retardam a volta à terra natal.

> *[...] quando eu tinha [tive] meu menino... quando eu era [me tornei] pai de família, eu tinha outro pensamento. Assim: eu vou trabalhar pra eu ganhar dinheiro, muito dinheiro, e montar um negócio na Bolívia. E pra que meu menino não passa as dificuldades que eu passei. Então, o que eu vou fazer? Vou allá, vou trabalhar um tempo, e vou guardar dinheiro pra eu voltar e fazer um negócio lá na Bolívia. Mas não foi também assim. Então,* ***você chega e toda vez fala: 'não, esse ano eu volto pra Bolívia!'. E depois: 'esse ano, eu volto pra Bolívia'. E depois: 'vou pra Bolívia...'. E vou ficando, e vou ficando****... E se você me perguntar agora: 'você realizou aquele propósito que você fez?'. Não... porque meu propósito era fazer dinheiro aqui no Brasil e voltar na Bolívia e fazer um negócio allá. Montar*

> *alguma coisa allá. Mas não fez! Foi ficando...* (Álvaro; grifo nosso).

> *Eu só vim por 5 anos. Falei: 'vou ficar 5 anos, hasta aí todos vão me esquecer lá, vou trabalhar, vou polpar, vou voltar lá e vou começar de novo.'.* ***Esse era meu plano. Mas não foi assim [...] não deu...*** (Nina; grifo nosso).

Também em função da vulnerabilidade extrema sob a qual viviam na terra natal, valorizam essas oportunidades no Brasil, e estendem a temporalidade originalmente planejada em função disso:

> *Cuando vinimos, vine a quedarnos dos años. Solo dos años. Y esos dos años han pasado,* ***ya volví a Bolivia****... pero no pude acostumbrarme porque* ***no tengo trabajo en Bolivia. No es possible más****... mi esposo tambien quiere quedarse aquí, a trabajar.* ***Así que siempre volvemos a Brasil****. Salimos tres veces y volvimos. Tres veces vendí mis cosas, regresamos a Bolivia y no nos quedamos allí. Regresamos a Brasil. Y ya no son dos años. Han pasado siete años aquí...* (Eva; grifos nossos).

> *Eu tinha! Eu tinha expectativa! Eu pensei de ficar só um año. Aí eu voltei para o meu país, e senti tipo... Porque* ***lá eu vi que não tinha um trabalho bom*** *pra mim...* ***pra poder sobreviver****. E... teve que voltar. E... fui aprendendo mesmo a trabalhar aqui, na costura, né? Eu não sabia nem o que era máquina de costura! Eu aprendi tudo aqui* (Daniel; grifo nosso).

> *Eu vim aqui só por um tempo. [...] Só que com o decorrer do tempo,* ***eu ví que um país como Brasil tem muitas oportunidades que não é o meu próprio país****. Aí eu decidi ficar* (Lorenzo; grifo nosso).

> *A gente tinha pensado que ficar cinco años, quatro años... mas acho que a gente vai ficar mais. Porque* ***eu tenho dívida lá na Bolívia... eu tenho que pagar****... eu acho que vou ficar uns dos, tres años más [...]* ***pra conseguir pagar*** (Lucia; grifos nossos).

> *[...]* ***lá em Bolívia, não tenemos un trabajo assegurado****. Queremos um... Nosotros queremos un trabajo seguro!* ***E foi así****. Por este motivo.* ***Para ganar un poco más de dinero****. Para llevar un poco más de*

> *dinero à Bolívia, né?* ***Para estudo de los hijos****. Más vimos na mira de quedar duas o três semañas no máximo. E ficamos* (Enrique; grifos nossos).

> *A minha expectativa era sair dali [da Bolívia], ficar mais ou menos um ano, juntou um dinheiro legal, e voltar lá. Só que,* ***nesse tempo de um ano, eu vi que se pode ganhar dinheiro por aqui****. Só que o trabalho talvez seja um pouco a mais do que o que eu trabalhava lá na Bolívia, né? Então,* ***essa expectativa se foi cada vez mais porque eu ganhei dinheiro****. Então, depois, por causa desse eu já fiquei aqui... Só a gente trabalha um pouco mais do que talvez a gente gostaria de trabalhar* (Diego; grifos nossos).

Tal como acontece com as temporalidades projetadas, as espacialidades planejadas também são redefinidas. Elabora-se aqui o termo "expectativas espaciais" para identificar, nomear e conceituar os espaços que compõem os planejamentos migratórios. Como expectativas, esses espaços podem ser ou não ser acessados, passando a compor ou não as trajetórias migratórias, mas eles são frequentemente considerados como possibilidades pelos sujeitos migrantes. Captadas a partir das entrevistas, as "expectativas espaciais", que são socialmente construídas e são compostas pelos espaços por onde os sujeitos da pesquisa já circularam, circulam hoje, e ainda pretendem circular, revelam-se capazes de demonstrar como os projetos migratórios foram desenhados pelos interlocutores.

A riqueza dessas "expectativas espaciais" pode ser também explicada pela reflexão de Tarrius (1993, p. 51), quando ele aponta que: "Le migrant apparaît comme plus libre de projet, sa référence est le territoire qu'il construit, parcourt, traverse, conquiert parfois, sans se soucier outre mesure des valeurs ou usages des lieux" [116]. Assim, as "expectativas espaciais" se apresentam como a tradução da ideia de sonhos e vivências, pautadas nas temporalidades e nas espacialidades das vivências dos sujeitos da pesquisa, e definem os rumos dos seus processos

[116] "O migrante parece ser mais livre para projetar, sua referência é o território que ele constrói, viaja, atravessa, às vezes conquista, sem se preocupar muito com os valores ou usos dos lugares" (TARRIUS, 1993, p.51; tradução nossa).

migratórios ao mesmo tempo em que são redefinidas ao longo desses processos.

Como já mencionado, os sujeitos da pesquisa, em sua ampla maioria, não pensavam na RMBH-MG como lugar de moradia e trabalho quando decidiram emigrar da Bolívia. Muitos fatores foram impostos ao longo das trajetórias[117] desses sujeitos, redefinindo e redesenhando suas "expectativas espaciais", levando-os a este recorte. A RMBH-MG concretiza-se como novo espaço da migração (BAENINGER, 1999) boliviana no Brasil por revelar-se nova possibilidade para o trabalho migrante com melhores rendimentos em relação à São Paulo – mesmo que esses ainda sejam baixos –, além de apresentar-se como uma "saída geográfica" encontrada por esses sujeitos para tentar romper com o ciclo de superexploração da sua força de trabalho naquele destino. Ou seja, muitas vezes, as situações de incertezas e de instabilidades os mantêm em uma situação em trânsito e em transitoriedade por mais tempo do que esperavam. O intenso xenorracismo sofrido na capital paulista também impele os sujeitos da pesquisa para a RMBH-MG e é destacado por Paloma:

> *Em São Paulo, é muitos, muitos bolivianos mesmo! Trabalham muito... muito fechado allá... Tem também que São Paulo son racistas, né? Son racistas!*

A redefinição das "expectativas espaciais" e temporais acontece à medida que bolivianas e bolivianos buscam, cotidianamente, seu grande objetivo com a migração – a ascensão social[118]:

> *[...] ninguém de nenhum país sai assim: 'eu vou allá morar lá!'. [...] Eu acho que as pessoas têm uma meta e um propósito... quando eu saí da Bolívia, eu saí com uma ideia assim de mudar a minha vida. De mudar a minha vida e de guardar um dinheiro pra eu me superar. [...] Eu vim pra Belo Horizonte, para aqui pra região metropolitana, porque tinha mais servicio e porque era*

[117] As trajetórias migratórias dos sujeitos da pesquisa foram amplamente discutidas na primeira sessão deste Capítulo 4.

[118] Este objetivo foi explicitado pela quase totalidade dos entrevistados por esta pesquisa. Os trechos que mais se destacaram a este respeito foram citados e sustentam reflexões, sobretudo, das duas primeiras sessões deste capítulo 4.

> *melhor, dá mais dinheiro, que esse meu amigo falou* (Álvaro).

De La Torre Ávila (2004) confirma este objetivo em seu estudo sobre a população de Esteban Arce – província da Bolívia localizada no departamento de Cochabamba. Segundo o autor:

> [...] los migrantes, sus familias y su comunidad de origen otorgan un carácter de movilidad social a la vivencia de la migración internacional. [...] tanto en el impacto discursivo de las remesas económicas, como en las prácticas de solidaridad migrante, [...] pudo encontrarse pruebas sobre esa intención de ascenso en la escala social[119] (DE LA TORRE ÁVILA, 2004, p. 57).

Esta busca por ascensão social tem como um dos fins a segurança financeira – que gera, consequentemente, segurança em muitos outros aspectos – e move bolivianas e bolivianos, que "[...] sigue buscando más dinero para tener la seguridad que antes no tenía, por lo tanto, dirige sus pasos hacia la ascensión en base a algunos de los parámetros que miden posiciones en la escalera social"[120] (DE LA TORRE ÁVILA, 2004, p. 59). Os sujeitos da pesquisa, desta forma, redefinem suas trajetórias migratórias, reconsiderando e reestruturando suas "expectativas espaciais", tendo este objetivo como norte.

Em solos mineiros, migrantes bolivianas e bolivianos inserem espaços da RMBH-MG e, mais especificamente de Ribeirão das Neves-MG, e fazem desses seu espaço de vida. "Son espace est celui du mouvement qui suggère d'envisager la ville non pas comme lieu des sédentarités mais comme carrefour des

---

[119] "[...] os migrantes, suas famílias e sua comunidade de origem dão um caráter de mobilidade social à experiência da migração internacional. [...] tanto no impacto discursivo das remessas econômicas quanto nas práticas de solidariedade dos migrantes, [...] foram encontradas evidências sobre essa intenção de ascensão na escala social" (DE LA TORRE ÁVILA, 2004, p.57; tradução nossa).

[120] "[...] segue procurando mais dinheiro para ter a segurança que não possuía antes, portanto, dirige seus passos em direção à ascensão com base em alguns dos parâmetros que medem posições na escala social" (DE LA TORRE ÁVILA, 2004, p.59; tradução nossa).

mobilités"[121] (TARRIUS, 1993, p. 51). São muitas, porém, as dificuldades que precisam enfrentar para concretizar sua mobilidade:

> *Para minha esposa foi difícil também porque ela não conseguia falar português... ela não sabia andar muito bem... mas foi assim... levando o menino na escola, ela aprendeu uma rota e coisa e tal... e aprendeu e aprendeu* (Álvaro).

Superando-as, esses sujeitos, aos poucos, conhecem o – e se apropriam do – novo espaço da migração (BAENINGER, 1999), reconhecendo-se nele, tornando-se parte dele. "Habitar um lugar é, poderíamos dizer, transformar um lugar qualquer em lugar habitado, principalmente, então, formar hábitos nele, viver nele de modo regular, cotidiano" (BESSE, 2014, p. 130). A sua circulação – que define seu espaço de vida – e, de forma mais ampla, a sua territorialização nesses espaços da RMBH-MG são conquistas coletivas que se apresentam como desdobramentos da busca individual – ou familiar – pela tão desejada ascensão social:

> *Mas a minha vida já melhorou um pouquinho. Já conhece as coisas já... eu comprei um carrinho, mas a gente me vou de ônibus mais, né? Já acostumou também a falar o português... aí melhora* (Álvaro).

Este novo fluxo migratório e suas redes apresentam nós na Bolívia, em São Paulo-SP, em espaços do interior paulista, e na RMBH-MG, evidenciando a diversidade de temporalidades e de espacialidades que constituem o ato migratório. A atual reterritorialização na RMBH-MG revela o dinamismo das "expectativas espaciais" e a conquista de um novo espaço da migração (BAENINGER, 1999) boliviana no Brasil – construído a partir da manutenção de vínculos com a origem, com os espaços de passagem e com este destino.

A costura, eixo norteador de todo o processo, mantém os diversos nós entre a Bolívia e a RMBH-MG interligados, e o

[121] "Seu espaço [o espaço do migrante] é o do movimento que sugere considerar a cidade não como um lugar de sedentarismo, mas como uma encruzilhada de mobilidade" (TARRIUS, 1993, p.51; tradução nossa).

trânsito entre eles se mantém ativo. Na ponta, são as pequenas oficinas de costura de bolivianas e de bolivianos – "oficinas-moradias" – que materializam a presença desses sujeitos na RMBH-MG e fomentam a inserção delas e deles na sociedade receptora.

A costura implica em negociações que necessitam do "saber circular"[122] (TARRIUS, 1993), conceito que remete ao conhecimento construído por migrantes acerca dos processos de mobilidade transnacional. Além disso, tais negociações colocam os sujeitos da pesquisa em contato com nacionais e com migrantes de outras nacionalidades. Quanto mais seguros se sentem no novo espaço da migração (BAENINGER, 1999), maior é a integração dos sujeitos da pesquisa com o espaço e com a sociedade receptora, ao mesmo tempo em que se torna mais intensa a produção de territorialidades nos espaços públicos. Nestas ocasiões, o resgate das origens – ressignificadas – contribui para o processo, fortalecendo-os e colaborando, concomitantemente, para a socialização desses sujeitos – entre eles, com o espaço, e com nacionais – e para a consolidação de territorialidades.

As territorialidades produzidas ao longo desse processo revelam-se, desta forma, "territórios circulatórios" (TARRIUS, 1993), uma vez que este conceito remete a territorialidades constituídas a partir da circulação de migrantes, mais especificamente do "saber circular" pelos espaços da migração – dos quais os sujeitos migrantes se apropriam, reconhecendo-se nesses espaços que embasam a sua mobilidade:

> Tout espace est circulatoire, par contre tout espace n'est pas territoire. La notion de *territoire circulatoire* constate une certaine socialisation des espaces supports aux déplacements. Les individus se reconnaissent à l'intérieur des espaces qu'ils investissent ou traversent au cours d'une histoire commune de la migration, initiatrice d'un lien social original. Ces espaces offrent les ressources symboliques et factuelles du *territoire*. Cette notion [...] habilite une démarche anthropologique étendue à la définition d'espaces relativement autonomes supportant

[122] Outros autores o chamam de "habilidades de mobilidade" (PÉRALDI; FOUGHALI; SPINOSA, 1999) ou "capital espacial" (LÉVY, 1994).

> des segmentations sociales et économiques originales. La mobilité spatiale exprime dès lors bien plus qu'un mode d'usage des espaces, le déplacement d'un lieu d'activité à un autre lieu d'activité, mais aussi des hiérarchies sociales, des reconnaissances qui donnent force et pouvoir, qui dissimulent aux yeux des sociétés de sédentaires des violences et des exploitations non moins radicales, mais autres[123] (TARRIUS, 1993, p. 53-54; grifos do autor).

A intensificação da circulação – promovida pelas reorganizações econômicas e financeiras contemporâneas – dá origem a diferentes formas sociais derivadas da interação dos espaços que fazem parte das trajetórias migratórias. Nesse processo, os sujeitos da pesquisa constroem vínculos sociais a partir das identidades estabelecidas, e a noção de "territórios circulatórios" faz alusão a espaços que são expressão desses vínculos sociais. Conforme Tarrius (1993) aponta, apesar do Estado planejar sem memória – e sem pensar na população – uma rede urbana no sentido tecnoestrutural, a população migrante se apropria dela e constrói vínculos sociais, formando a própria memória coletiva – que também tem vínculo com a cidade estruturada de forma técnica pelo Estado – nesse processo relacional. O autor complementa:

> De plus les formes que nous décrivons ne sont pas figées, elles n'échappent pas à des évolutions qui sont redevables des initiatives propres des individus qui les développent, mais aussi des transformations sociales et économiques générales. La mondialisa tion des échanges s'assortit d'une

[123] "Todo espaço é circulatório, por outro lado, nem todo espaço é território. A noção de *território circulatório* mostra certa socialização de espaços que sustentam o movimento. Os indivíduos se reconhecem nos espaços em que investem ou atravessam durante uma história comum de migração, iniciando um vínculo social original. Esses espaços oferecem os recursos simbólicos e fatuais do *território*. Essa noção [...] permite uma abordagem antropológica estendida à definição de espaços relativamente autônomos, apoiando segmentações sociais e econômicas originais. A mobilidade espacial expressa, portanto, muito mais que um modo de uso dos espaços, o deslocamento de um local de atividade para outro local de atividade, mas também hierarquias sociais, reconhecimentos que dão força e poder, que escondem aos olhos das sociedades sedentárias a violência e as explorações não menos radicais, mas outras"(TARRIUS, 1993, p. 53-54; grifos do autor e tradução nossa).

> mondialisation des territoires circulatoires et des réseaux qu'ils supportent[124] (TARRIUS, 1993, p. 56-57).

Há, assim, uma conexão entre o mercado global da costura, as "oficinas-moradias", as territorialidades produzidas coletivamente ao longo das trajetórias migratórias e as identidades que conformam o "vínculo social original" (TARRIUS, 1993) e que associam os migrantes como comunidade, atuando no espaço e contribuindo para ampliar a visibilidade de bolivianas e bolivianos na RMBH-MG – e nos demais espaços da migração boliviana. Tarrius (1993, p. 52) aponta que a delimitação dos "territórios circulatórios" pressupõe a articulação de três etapas temporais e territoriais – trajetos e ritmos sociais da vida cotidiana; trajetórias individuais e familiares; e trajetórias intergeracionais –, que mantém continuidades a partir da dimensão temporal:

> L'ordre des temporalités permet d'instaurer des continuités là où nous ne voyons que discontiguïtés et d'articuler les trois étages territoriaux. D'abord les rythmes sociaux de quotidienneté qui inscrivent dans les lieux du voisinage des activités spécifiant les continuités identitaires, puis l'histoire de vie, qui exprime en termes de projets ou de fatalités les trajectoires individuelles ou familiales dans l'espace d'accueil, et enfin le temps des successions de générations, qui construisent et stabilisent tout au long des parcours migratoires une culture source de nouveaux savoir-être. Ces trois rapports espace/temps sont indissociables. Conjuguer l'ensemble de ces dimensions de la mobilité permet de saisir l'être réel du migrant dans ses productions sociales et spatiales les plus immédiates comme d'identifier les logiques les plus structurantes des flux migratoires[125].

---

[124] "Além disso, as formas que descrevemos não são fixas, elas não escapam aos desenvolvimentos devidos às próprias iniciativas dos indivíduos que as desenvolvem, mas também às transformações sociais e econômicas gerais. A globalização das trocas anda de mãos dadas com a globalização dos territórios circulatórios e das redes que eles sustentam" (TARRIUS, 1993, p. 56-57; tradução nossa).

[125] "A ordem das temporalidades permite estabelecer continuidades onde vemos apenas descontinuidades e articular as três etapas territoriais. Primeiro, os ritmos sociais da vida cotidiana que inscrevem atividades especificando continuidades identitárias, depois a história de vida, que exprime em termos de projetos ou de fatalidades as trajetórias individuais ou familiares na área de destino e, finalmente, o tempo de sucessões de gerações, que constroem e estabilizam ao longo das rotas

Para chegarem no novo espaço da migração (BAENINGER, 1999) e se estabelecerem nele, foram fundamentais as trajetórias individuais e familiares, que definem as redes migratórias conformadas, sobretudo, por relações de parentesco – mesmo quando financiadas por agenciadores. Finalmente, as trajetórias intergeracionais possibilitaram a consolidação deste novo fluxo vinculado estreitamente ao setor têxtil. A combinação dessas dimensões espaço-tempo da mobilidade – proposta por Tarrius (1993) e aplicada à realidade dos sujeitos da pesquisa – possibilita entender a imigração boliviana na RMBH-MG em suas produções sociais e espaciais.

O fluxo migratório que interliga a Bolívia à RMBH-MG é constituído, desta forma, por sujeitos que constroem novas articulações na sociedade de destino baseadas em resgates de vínculos tanto com a origem – ressignificados –, como com os espaços de passagem que compõem o processo. Todos esses espaços revelam-se fundamentais para a reterritorialização na RMBH-MG.

O estreito vínculo entre os nós dessas redes migratórias de bolivianas e de bolivianos mantém ativo o trânsito entre eles, o que revela a interdependência estabelecida. Em função deste vínculo e do trânsito entre os nós, a maior parte dos sujeitos da pesquisa visitam a Bolívia com relativa frequência. Porém, reterritorializados na RMBH-MG, alegam que não pretendem mais retornar definitivamente para a terra natal e que suas idas a ela se limitarão a visitas a parentes e amigos:

> *Quando eu vim, minha ideia não era ficar aqui. A minha ideia era mais vim, fazer um dinheiro, juntar, voltar pra Bolívia, dar uma vida melhor para meus pais... Mas, acabei ficando.* ***Eu não volto mais pra Bolívia pra morar****. Pra morar não,* ***de férias, ficar um tempinho lá, sim*** (Luna; grifos nossos).

---

migratórias uma fonte cultural de novas habilidades. Essas três relações espaço/tempo são inseparáveis. A combinação de todas essas dimensões da mobilidade possibilita apreender o ser real do migrante em suas produções sociais e espaciais mais imediatas, além de identificar as lógicas mais estruturantes dos fluxos migratórios" (TARRIUS, 1993, p. 52; tradução nossa).

> *Porque é difícil de arrumar servicio [na Bolívia] e os meus meninos já se acostumaram [a morar no Brasil].* ***E sabendo que coisas que eu passei, eu não gostaria que meus meninos passe isso****. [...] Mas eu vou allá. Se tiver uma oportunidade, né? Porque lá é muito legal!* (Álvaro; grifo nosso).

> ***Eu volto [para a Bolívia] só a passear... Mas eu moro é aqui!*** *Acostumei aqui, né? Eu tenho parentes na Bolívia, só que eu sou acostumado aqui mesmo* (Enzo; grifo nosso).

> *Como eu já está acostumado já,* ***eu não consigo voltar*** (Diego; grifo nosso).

> *Da Bolívia, eu sempre assisti as novelas brasileiras. Eu gosto de todo o paisagem, eu gosto de Brasil. Gosto! Gosto da comida, da gastronomia. Gosto das pessoas. Tem as que são ruins, mas nem todas são ruins.* ***Eu gosto do Brasil****. Então, acostumei* (Nina; grifo nosso).

> *[...] agora, hoje em dia,* ***eu não quero mais voltar à Bolívia****.* (Jade; grifos nossos).

Marco, que se casou com uma brasileira, alega ter abandonado, por este motivo, o sonho de retorno:

> *Eu não ouvi direito uma advertência, um conselho de um peruano. Eu fui em La Paz na casa de um cara [...] e o pai dele perguntou pra mim: 'vc vai voltar pra Bolívia [...]?'. E eu: 'claro, vou voltar, vou lutar pela minha pátria!'. Aquele fervoroso nacionalismo, né? E o peruano falou pra mim: 'se quer voltar, não case no Brasil, que se você casar com brasileira você não volta nunca!'. E falou assim: 'olha meu caso, casei com boliviana aqui de La Paz e eu não consigo voltar pro Peru que é aqui do lado! Então não volta se casar.'. Dito e feito! (Risos)* (Marco).

Outros, porém, mesmo estabelecidos e reterritorializados, revelam que sonham em voltar a viver na Bolívia:

> *[...]* ***eu quero voltar pra lá****. [...] As crianças acostumaram. Crianças acostumam bem rápido, né? Mas eu tenho saudade da Bolívia, da minha terra, dos*

> *meus costumes, do estilo de vida. É diferente... Eu gosto daqui pelos meus filhos. Não sei se é correto eu falar que eu gosto... Mas pelos meus filhos eu gosto* (Anita; grifo nosso).
>
> *[...] fui acostumando aqui [na RMBH-MG]. Eu já morando aqui já son sete años. Aí eu gostei, que aqui é muito mais sossegado [em relação à São Paulo-SP]! Respira ar puro! (risos).* ***Eu feliz aqui! Mas tenho vontade de voltar pra Bolívia... Sempre tem... Migrante sempre tem vontade de voltar ao seu país... Eu acho que cada quem es muito más libre em seu país do que no exterior****. Nós vamos a voltar um dia para la Bolivia. Sim, vamos voltar!* (Laura; grifo nosso).
>
> *Não é fácil assim esquecer do nosso país, dos nossos costumes, a nossa comida, os nossos produtos lá. Não é fácil.* ***Eu tenho muita saudade! E muita vontade de morar lá na Bolívia****. Mas [...] também não é fácil deixar aqui e voltar pra lá. Então, eu vou ficar por um tempo [...] aí* ***eu acho que vou me aposentar (risos) e vou voltar pra Bolívia*** (Lorenzo; grifos nossos).
>
> *[...] eu acho que vou ficar uns dos, tres años más. Pero vamos a volver! Eu vou voltar! [...] Porque* ***estoy longe de mi familia****... Mãe, pai, irmãos, tios... Estou longe... é muito triste!* ***Fico muito triste! Por isso eu vou voltar****!* (Lucia; grifos nossos).
>
> *Eu gostaria até de ficar aqui, mas* ***meu marido quer voltar*** (María; grifo nosso).
>
> *Yo tengo formación e* ***quiero voltar****!* (Isabel; grifo nosso).
>
> ***O pensamento é siempre voltar allá****! Sente falta de família, saudade de família, né? Eu siempre falo com eles que vou, mas é difícil porque é longe daqui. Então, tem siempre a vontade de ir, né?* (Hugo; grifo nosso).

Todos eles – os que pretendem e os que não pretendem voltar a viver na Bolívia – emocionam-se ao falar das suas origens, e grifam que as saudades fazem parte do cotidiano migrante. Muitos também chamam atenção para a falta que os

seus entes queridos sentem dos que migraram e estão aqui no Brasil:

> *Nesse último final de año a gente foi lá, né?* ***A família fica sempre perguntando quando que a gente vai voltar****... Aí a gente falou assim: 'daqui a três años'. Se a gente der certo, essas coisas aí, a gente pretende ir lá, né? E se não der certo, a gente volta. Mas a gente sempre tá indo, de três años em três años* (María; grifo nosso).

> *[...]* ***Discurpas chorar****. Lo siento... A gente pensa em sair también porque tem saudade de mãe, pai, allá.* ***Quando a gente conversa allá, eles também falam quando que a gente vai voltar****, né? E a gente vai lutando aqui, para voltar allá* (Paloma; grifos nossos).

Como as visitas à Bolívia não são tão frequentes quanto os envolvidos gostariam, esses sujeitos fazem uso de outros recursos para minimizar a distância. Destacam-se os telefonemas que conectam o Brasil à Bolívia. Ao refletir sobre a experiência de um migrante boliviano nos Estados Unidos, De la Torre Ávila (2004, p. 89) confirma a utilização deste recurso, explicitando a importância do contato a partir de chamadas telefônicas e especulando o porquê da escolha por elas:

> [...] la llamada telefónica parecería satisfacer mejor las necesidades comunicativas del migrante y su sistema familiar. La influencia de la oralidad boliviana ayudó a entender que la tradición de culturas ancestrales eminentemente orales dirige a nuestros paisanos migrantes a buscar la oportunidad de hablar y, sobre todo, oír, antes que escribir o leer noticias de los suyos. Esto también puede argumentarse a partir de un dato demográfico [...]: muchos de los padres y las madres de los migrantes son analfabetos[126].

[126] "[...] o telefonema parece satisfazer melhor as necessidades de comunicação do migrante e de seu sistema familiar. A influência da oralidade boliviana ajudou a entender que a tradição de culturas ancestrais eminentemente orais direciona nossos compatriotas migrantes a procurar a oportunidade de falar e, acima de tudo, ouvir, em vez de escrever ou ler notícias próprias. Isso também pode ser discutido com base em dados demográficos: [...] muitos pais e mães de migrantes são analfabetos" (DE LA TORRE ÁVILA, 2004, p. 89; tradução nossa).

O autor prossegue com sua análise elencando os objetivos deste tipo de vínculo, que nem sempre têm um fim positivo, podendo ser usado como forma de controle entre cônjuges:

> El teléfono permite la continuidad de relaciones familiares básicas de toda índole. Sin la intención de llegar a juicios de valor, puede asegurarse que en la llamada se reproducen el cariño, la nostalgia, la preocupación sincera por el otro y la fraternidad; así como los celos, la intriga, el machismo y otras costumbres propias a las características temperamentales de cada familia transnacional[127] (DE LA TORRE ÁVILA, 2004, p.90).

Acerca deste recurso amplamente utilizado por bolivianas e bolivianos migrantes, Hinojosa Gordonava (2008, p. 102) traz sua contribuição:

> Las familias afectadas por los procesos migratorios se ven obligadas a aceptar su nueva realidad y a recrear los lazos de comunicación constante con sus familiares, lo cual se posibilita o canaliza a partir del consumo tecnológico: llamadas telefónicas, celular e Internet básicamente. La mayor fluidez y diversidad de intercambios entre estos nodos de los actuales procesos migratorios transnacionales requiere de redes que posibiliten todo el proceso al influir en la decisión de migrar, en el destino de la migración y en quién migra, con quién y dónde se quedan los hijos a la vez que "desde una perspectiva más amplia" dan lugar a comunidades transnacionales [128] (HINOJOSA GORDONAVA, 2008, p. 102).

---

[127] "O telefone permite a continuidade de relacionamentos familiares básicos de todos os tipos. Sem a intenção de alcançar julgamentos de valor, pode-se garantir que a chamada reproduza carinho, nostalgia, preocupação sincera pelo outro e fraternidade; bem como ciúmes, intrigas, machismo e outros costumes próprios das características temperamentais de cada família transnacional" (DE LA TORRE ÁVILA, 2004, p.90; tradução nossa).

[128] "As famílias afetadas pelos processos migratórios são forçadas a aceitar sua nova realidade e a recriar laços de comunicação constante com suas famílias, viabilizadas ou canalizadas a partir do consumo tecnológico: ligações telefônicas, telefones celulares e internet basicamente. A maior fluidez e diversidade de trocas entre esses nós dos atuais processos migratórios transnacionais requer redes que possibilitem todo o processo, influenciando a decisão de migrar, o destino da migração e quem migra, com quem e onde os filhos ficam, enquanto, ao mesmo tempo, 'de uma perspectiva mais ampla', dão origem a comunidades transnacionais" (HINOJOSA GORDONAVA, 2008, p.102; tradução nossa).

Hinojosa Gordonava (2008, p. 105) ainda explicita a facilidade de acesso a estes recursos tecnológicos, atribuindo a eles a essência da manutenção de intensos vínculos familiares entre sujeitos na origem e no destino:

> [...] aspecto fundamental para las migraciones transnacionales lo constituye el actual nivel tecnológico de las comunicaciones. El acceso, la disponibilidad y los costos hacen que el hablar por teléfono sea hoy en día una característica central para las migraciones. Si bien la frecuencia y duración de los contactos telefónicos suelen variar según las características de los migrantes, es claro que esta práctica constituye uno de los aspectos más orgánicos de vinculación familiar[129].

A tecnologia viabilizando o vínculo entre origem e destino foi questão amplamente abordada pelos interlocutores da pesquisa, reforçando o caráter transnacional da imigração boliviana na RMBH-MG. Os sujeitos da pesquisa relatam recorrer aos contatos telefônicos – bem como dos contatos viabilizados por outras tecnologias – com os parentes que ficaram na Bolívia:

> ***Agora que é más fácil, né? Mandar foto, internet, falar como que tá***. *Antigamente era difícil! Muy difícil comunicarse... tinha um cartón para comunicarse. Nem cartón existia aqui! Para falar... Comparando 2010 até agora, mucho tiempo, né? Melhorou mucho!* (Hugo; grifo nosso).

> *Minha esposa quer muito voltar.* ***Quando ela liga lá****, pra mãe dela****, é aquela choradeira****, saudade...* (Álvaro; grifo nosso).

[129] "[...] aspecto fundamental para as migrações transnacionais é o atual nível tecnológico das comunicações. O acesso, a disponibilidade e os custos tornam a conversa ao telefone hoje um recurso central para as migrações. Embora a frequência e a duração dos contatos telefônicos geralmente variem de acordo com as características dos migrantes, é claro que essa prática constitui um dos aspectos mais orgânicos do vínculo familiar" (HINOJOSA GORDONAVA, 2008, p.105; tradução nossa).

> *[...] a gente queria sair à Bolívia también. Mas a gente não conseguimos. [...] Discurpas chorar. Lo siento... A gente pensa em sair también porque tem saudade de mãe, pai, allá.* ***Quando a gente conversa allá, eles também falam quando que a gente vai voltar****, né?* (Paloma; grifo nosso).

Ao propiciar o contato e o vínculo entre origem e o novo espaço da migração (BAENINGER, 1999), a tecnologia fortalece os sujeitos migrantes, contribuindo para o processo de reterritorialização. Fortalecidos, os sujeitos da pesquisa seguem redefinindo seus projetos migratórios, reconfigurando suas projeções temporais e suas "expectativas espaciais".

A reflexão acerca das temporalidades e das espacialidades dos sujeitos da pesquisa caracteriza os seus movimentos. Com isso, é possível "[...] objetivar os movimentos pessoais, abrindo a possibilidade de conectar os fenômenos da escala vivida à escala dos grupos demográficos" (MARANDOLA JR., 2006, p. 5).

Espaços acessados a partir da mobilidade desses sujeitos, como já dito, são apropriados por eles. A produção dessas territorialidades se dá, portanto, ao longo da trajetória migratória e das vivências que compõem a construção do cotidiano migrante. Tais vivências, conforme aponta Tarrius (1993), entremeiam gerações de migrantes – passadas, presentes e futuras –, traduzindo-se em trajetórias intergeracionais que consolidam o fluxo migratório e são sustentadas, muitas vezes, pela formação de redes de solidariedade:

> *Fiquei em São Paulo,* ***estudei*** *um año, dois, lá* ***na escola, que o meu tio me colocou****. Aí eu* ***voltei pra Bolívia****. Porque aqui é muito ruim o estudo. A gente não aprende nada! Cresci,* ***voltei de novo pra cá****. Quando eu voltei pra cá,* ***voltei pra minha tia****, e cresci, sou adulto,* ***agora sou independente****. Aí eu moro aqui [na RMBH-MG] agora. E a* ***minha tia continua lá. São Paulo*** (Enzo; grifos nossos).

A identidade cultural ganha relevância nesse processo, fortalecendo os sujeitos da pesquisa e pautando o

estabelecimento das principais redes. É no pertencimento à identidade boliviana que está a essência das principais e mais importantes redes – inclusive das responsáveis pela inserção laboral – que favorecem a vida migrante:

> *Vim passear aqui. E acabei gostando daqui também. As pessoas são mais carinhosas que São Paulo. Eu vim, acostumei, e fiquei aqui. Foram meus* ***amigos que tavam aqui antes que me chamaram pra vim aqui****. [...]* ***É importante alguém que te ajuda pra chegar****, né? É importante****, igual eu já te falei dos meus parentes****. É importante porque ajuda* (Enzo; grifos nossos).

> *Eu cheguei aqui no Ribeirão das Neves, no bairro Metropolitano, depois. Eu não vim direto pra cá. Fui pro São Paulo. Foi assim... Eu entrei pelo Paraguai. Eu entrei por Paraguai, peguei um ônibus e fui pro São Paulo. Lá a gente* ***trabalhava com a irmã*** *dele.* ***Do meu marido****.* ***Ela que ajudava a gente*** (María; grifos nossos).

> ***Los amigos****... Ellos* ***indican los lugares****... Un amigo que me dijo aquí en la quadra. [...] Cuando llegamos, nos assustamos, porque no sabíamos que habría tantos bolivianos aquí en esta cancha, en esta quadra. Pensamos que éramos los únicos. (Risos)* (Eva; grifo nosso).

Bolivianas e bolivianos buscam segurança a partir da reunião entre eles e da apropriação de espaços para viverem em comunidade:

> *[...] como você sabe, a gente não é todo mundo igual, né? A gente boliviano é um povo tímido. Não é assim liberado como o brasileiro. Brasileiro chega aonde ele quiser. A gente é mais tímido, tem mais medo* (Juan).

Esta busca pela reunião e formação de uma comunidade revela importantes redes de solidariedade que sustentam esses sujeitos e a sua reterritorialização, sobretudo quando da sua chegada ao País:

> *Então a gente chegou lá no São Paulo,* ***trabalhou com a irmã dele e com um amigo também****, que é como se fosse irmão dele. Entonces ele ajudou muito! A gente*

> *morou lá na casa dele também. Graças a Deus* ***a gente não passou necessidade*** (María; grifos nossos).

> *Eu vim porque tinha* ***família aqui*** *já* ***em Brasil****. Foram* ***eles que me ajudaram*** (Lucia; grifos nossos).

> *Esses amigos que te falei, que ajudou... Que já estavam aqui. Lá em São Paulo. [...]* ***As pessoas que vêm antes, ajudam quem vem depois. Como os amigos que me ajudaram*** (Iago; grifos nossos).

No principal universo laboral dos sujeitos da pesquisa, o estabelecimento de redes de solidariedade também se revela importante veículo de territorialização:

> *[...] a maioria dos* ***bolivianos****, siempre* ***trabalham juntos****, né? [...] Você sempre acha uma firma [para contratar bolivianas e bolivianos para costurar]. Às vezes eles mesmos que te indica. Você, quando devolve o trabalho, eles te indica. Você vai lá,* ***outro [boliviano] te indica*** *também, vai aparecendo assim... Aí, uma vez sabendo,* ***aí quem chega, um boliviano, a gente comenta com ele****: 'tal lugar é legal, você vai lá... assim...'.* ***Dessa forma, você se tenta ajudar****, não é?* (Diego; grifos nossos).

> ***Quem chegou primeiro e que é seu amigo te indica*** *e aí a gente só tem que fazer o trabalho bom. Não é difícil não* (Enzo; grifo nosso).

Esses migrantes estão em constante luta para sobreviverem e para viverem em um sistema que apenas os incorpora na medida em que sua força de trabalho é necessária – sobretudo quando é passível de ser superexplorada –, e se encontram descobertos de direitos, o que aprofunda suas vulnerabilidades e suas inseguranças. Neste contexto, bolivianas e bolivianos seguem buscando possibilidades de exercer sua cidadania subtraída, o que implica em uma permanente luta pelo acesso aos direitos e, portanto, para terem mais controle sobre a situação migratória em que se encontram e sobre a própria mobilidade espacial que enfrentaram ou que ainda enfrentarão com as mudanças de expectativas. Todos os relatos revelam

ruptura, perda de referência geográfica e identitária, mas também, dialeticamente, busca pela vida e pela sobrevivência, reconfigurações territoriais em contraposição às vulnerabilidades e ao xenorracismo que atacam a dignidade e a cidadania.

O exercício da cidadania por migrantes passa pela construção de um mundo multiétnico e multicultural, pelo aprofundamento da compreensão da migração como evento geográfico de um processo global e histórico de movimento populacional. Balibar (2004, p. 132) sugere o reconhecimento de "comunidades de destino", identificadas em "[...] qualquer lugar a que indivíduos e grupos pertençam, onde quer que eles vivam e consequentemente trabalhem, tenham filhos, apoiem parentes, encontrem parceiros para todo tipo de relação". Essas "comunidades de destino" são construídas no processo de mobilidade, a partir da consolidação da identidade transnacional, viabilizada pela – e viabilizando a – produção de territorialidades nos diversos espaços da migração (BAENINGER, 1999) ao longo do processo de reterritorialização.

Vivendo coletivamente as territorialidades produzidas em terras estrangeiras, sentindo-se – dialeticamente – distantes e vinculados à origem, os sujeitos da pesquisa apresentam-se como sujeitos "entre-lugares": se estão aqui, queriam estar lá; e se estão lá, queriam estar aqui; ou, ainda, queriam estar aqui e lá.

> *Quando eu penso no Brasil, eu penso primeiro na experiência toda que passei e naquele fato que eu tinha que passar por isso tudo.* ***Eu nasci na Bolívia, mas vou morrer no Brasil. Eu brinco que minha mãe é Bolívia, mas meu pai é Brasil. Bolívia me deu a vida! (Choro). E o Brasil me deu a profissão, a família... (Choro).*** *Alguma vez eu voltei na Bolívia, mas tempo, dinheiro, tudo impede. Agora estamos fazendo o possível pra ver se a gente vai lá. Mas* ***o sentimento da Bolívia não perde*** (Marco; grifos nossos).

> ***O pensamento é siempre voltar allá!*** *Sente falta de família, saudade de família, né? [...]* ***Mas a gente también se acostumbrou*** *com bairro que mora, todo mundo me cumprimenta, respeita, ajuda... então, difícil...*

> ***já estou como*** *sente...* ***brasileiro****. Então, é bonito! Morar aqui eu gosto! Gosto mucho!* (Hugo; grifos nossos).

O sentimento ambíguo desta condição de "entre-lugares", de "entre-dois", também se faz presente nas reflexões de migrantes acerca do sucesso ou fracasso do seu processo migratório. Ao relatar experiências de migrantes bolivianas e de bolivianos nos Estados Unidos, De la Torre Ávila (2004, p. 112-113) analisa que:

> Por lo general, las percepciones de los informantes sobre el éxito o fracaso de su aventura migrante terminaron evidenciando un carácter ambiguo. Sin embargo, la forma de ambigüedad de esas percepciones podría describirse, más allá de la paradoja, como muy coherente. Los migrantes evalúan, tras años de experiencia en el fenómeno migratorio, que su decisión de abandonar el país fue buena y mala, y, a la vez, salvo casos excepcionales, todos ellos coinciden en señalar cuáles son los elementos que consideran positivos y cuáles son los que consideran negativos. Esa dicotomía de opiniones tiene que ver con dos áreas muy distintas entre sí, que forman parte de lo que entendemos por calidad de vida: el nivel de ingreso económico, por un lado, y el acceso pleno a oportunidades dignas de realización de las aspiraciones personales en conjunción con la estabilidad de la unidad familiar, por el otro[130].

Eva representa esta condição de sujeito "entre-lugares", com todas as ambiguidades que lhe cabem, inclusive no tocante ao sucesso ou fracasso do seu processo migratório. As experiências da interlocutora demonstram, inclusive, o cuidado

---

[130] "Em geral, as percepções dos informantes sobre o sucesso ou fracasso de sua aventura migratória acabaram mostrando um caráter ambíguo. No entanto, a forma de ambiguidade dessas percepções pode ser descrita, além do paradoxo, como muito coerente. Os migrantes avaliam, após anos de experiência no fenômeno migratório, que sua decisão de deixar o país foi boa e ruim ao mesmo tempo e, exceto em casos excepcionais, todos concordam em indicar quais os elementos que consideram positivos e quais são aqueles que consideram negativos. Essa dicotomia de opiniões tem a ver com duas áreas muito diferentes, que fazem parte do que entendemos por qualidade de vida: o nível de renda econômica, por um lado, e o pleno acesso a oportunidades dignas de realizar aspirações pessoais em conjunto com a estabilidade da unidade familiar, por outro" (DE LA TORRE ÁVILA, 2004, p. 112-113; tradução nossa).

necessário para esta avaliação, uma vez que a análise não pode ser simplista, limitando-se à uma dicotomia – sucesso ou fracasso. Eva relata suas tentativas de retorno à Bolívia, todas sem sucesso, uma vez que optaram por voltar a viver no Brasil. Apesar do amor pelo seu país e apesar da falta que sente de viver em sua terra natal, a interlocutora, em todas as oportunidades, resolveu voltar para o Brasil, ao entender o sonho de retorno permanente como inviável. As saudades das suas origens são tão intensas que ela concretiza a tentativa de retorno, vende todos os seus pertences, e volta para a Bolívia. Por três vezes este foi o plano. Porém, em todas essas tentativas, Eva e seu marido avaliaram que a vida que conseguiram a partir da migração é melhor do que a que tinham antes dela, bem como melhor do que a que teriam a partir do retorno:

> ***Tres veces vendí mis cosas, regresamos a Bolivia y no nos quedamos allí. Regresamos a Brasil***. *Y ya no son dos años. Han pasado siete años aquí... Porque como una persona segura, siempre sabes lo correcto. Cuando llego, no creo estar segura de cuándo puedo volver. Hay muchos momentos de preocupación. No hay paz cuando estamos allí en Bolivia. Porque aquí quizás podamos lograr nuestros objetivos. Y estamos felices aquí. Tenemos salud, nuestros hijos estudian, tenemos trabajo... No nos falta un plato sobre la mesa. No falta nada... Tenemos todo lo que no podemos lograr en nuestro país. Vamos a ver a nuestra familia de vez en cuando. Tenemos que verlos. Para compartir momentos con ellos. Luego volvemos... Para Brasil* (grifo nosso).

Mesmo se voltam, não poderiam viver como antes, pelas transformações pelas quais os lugares de origem passam, mas também pelas transformações que eles próprios encaram. Ademais, todos os demais interlocutores da pesquisa se dizem felizes por terem tomado a decisão de migrar e por terem, segundo avaliação deles próprios, logrado êxito no processo migratório, uma vez que avaliam que ascenderam socialmente e que têm, hoje, melhores condições de vida:

> *Hoje eu posso te falar assim... eu criei o meu menino, ele tem 15 años, tranquilo, sem passar dificuldade, necessidade. Sem poder falar: 'amanhã que pão que eu*

> *vou comprar?'. Sem não ter dinheiro no meu bolso... porque na Bolívia era assim. Você tinha que fazer um almoço pensando amanhã o que você vai fazer... então era muita crise mesmo. Ou você tinha que parar de comer uma coisa pra dar pra seu menino. Então, hoje, desse lado, eu posso te falar assim: eu fiquei assim, bem à vontade, bem contente de pros meus meninos sem pensar no quê amanhã vai comer, o quê que nós vai fazer amanhã, o quê amanhã ele vai tomar de café da manhã. Ou se vai ter leite, vai ter pão... então, acho que* ***dessa parte, eu realizei um sonho! Porque na Bolívia era tanta pobreza!*** (Álvaro; grifo nosso).

> *Eu saí porque lá na Bolívia não tem assim, pra viver, trabalho. E por esse razón que eu saí de allá. E* ***aqui em Brasil minha família está muito bem****, trabalhando* (Lucia; grifos nossos).

As saudades da Bolívia e da família que ficou, porém, são frequentemente abordadas, reforçando que a análise dicotômica não traz as respostas buscadas. As falas emocionadas reafirmam os sujeitos da pesquisa como sujeitos "entre-lugares":

> *E depois eu vi por que que a gente pensa assim. Porque eu acho que é porque* ***o corpo nosso tá aqui, mas nossa mente tá na Bolívia****. Ele pensa que vai guardar dinheiro e vai voltar na Bolívia. Mas quando você vai voltar? Não volta nunca! [...] a única coisa que me satisfaz é ver minha família tranquila. (choro). Ficar perto dos meus meninos, e acompanhar o crescimento deles* (Álvaro; grifo nosso).

> *[...]* ***eu quero voltar pra lá****. [...] A vida aqui é diferente... Eu não estou acostumada... As crianças acostumaram. [...] Mas eu tenho saudade da Bolívia, da minha terra, dos meus costumes, do estilo de vida. [...] Eu gosto daqui pelos meus filhos. Não sei se é correto eu falar que eu gosto... Mas pelos meus filhos eu gosto, porque é tranquilo aqui. Não é perigoso... lá na Bolívia, na minha cidade, é muito perigoso. Para as crianças... Dá medo até mandar eles para a escola porque tem pessoas que roubam crianças, matam crianças, estupram crianças. Nossa! Todos os dias você ouve nas notícias, no jornal...* ***Por isso que eu não gosto de estar lá*** (Anita; grifos nossos).

> *Mas eu acredito que tudo que aconteceu comigo era porque tinha que acontecer! Provavelmente eu vou desencarnar aqui no Brasil. E nisso aí eu* ***criei um vínculo muito grande com o Brasil*** *também, né?* ***Se eu estou lá... (Choro)*** (Marco; grifo nosso).

> ***Estou feliz, no momento****, estou feliz...* ***Hay dias que estoy triste también****. Porque estoy longe de mi familia... Mãe, pai, irmãos, tios... Estou longe... é muito triste! Fico muito triste! Por isso* ***eu vou voltar****!* (Lucia; grifos nossos).

> *Eu cheguei em 2010. Já tem nove años.* ***Estou gostando, mas, de vez em quando, volto pra lá****.* (Daniel; grifo nosso).

Tarrius (1993, p. 52) justifica a ambiguidade de sentimentos como estes pelo vínculo entre a origem – de onde migrantes vieram e para onde retornam sem cessar – e o novo espaço da migração. Mais do que uma dualidade entre o aqui e o lá, a possibilidade de se sentir pertencente ao aqui e ao lá ao mesmo tempo, a partir das identidades produzidas ao longo de todo o processo:

> Nous désirons *prendre au sérieux* les narrations que font les migrants de leurs parcours et qui mêlent à l'ici, où l'on est aujourd'hui, et au là-bas, d'où l'on vient, un entre-deux, qui ne finit pas de joindre ces deux bouts de trajectoire; qui disent *projet* là où nous voyons *exil*[131]. (grifos do autor).

Desta forma, os sujeitos da pesquisa revelam identidades com o aqui, com o lá, e com os espaços da migração (BAENINGER, 1999), ou seja, com os lugares onde viveram suas diversas experiências que fizeram deles sujeitos múltiplos, mais especificamente sujeitos multi-lugares – ou "multi-locais", conforme denominação de Selasi (2013). São identidades construídas ao longo de todo o percurso: o pertencimento em relação à Bolívia, com sua essência na história de bolivianas e de

[131] "Queremos *levar a sério* as narrativas que os migrantes fazem dos seus percursos e que misturam o aqui, onde estão hoje, e o lá, de onde vieram, um entre-dois, que nunca cessa entre as duas extremidades da trajetória; que dizem *projeto* lá onde nós vemos *exílio*" (TARRIUS, 1993, p. 52; grifos do autor; tradução nossa).

bolivianos que valorizam as suas origens; e o pertencimento em relação a espaços da migração (BAENINGER, 1999), oriundo das suas vivências, das suas experiências, da dinâmica migratória.

As entrevistas revelaram esses entrelaçamentos de maneira contundente com presença da comida boliviana durante os encontros na "territorialidade quadra-mundo", a comunicação em espanhol, o desejo profundo por comemorar o dia da independência da Bolívia nesse espaço público e, ao mesmo tempo, a presença do futebol como representante da cultura brasileira e como expressão do desejo de reterritorialização, que é alcançada com essa configuração boliviana-brasileira. É um movimento espacial em que se carrega "[...] uma cultura herdada para se encontrar com uma outra" (SANTOS, 2004, p. 328).

Os sujeitos da pesquisa se revelam ainda orgulhosos das conquistas que fizeram ao longo de todo o percurso migratório e esperançosos com a busca pelas que ainda planejam alcançar, sem perder o vínculo com suas origens e sua história. Tempo, espaço e migrantes se transformam em conjunto, entrelaçados, ao mesmo tempo expressando enraizamento e movimento.

Justificam – para eles mesmos – a migração, defendendo que não tinham outra opção a não ser deixar sua terra natal e construir um novo lar em terras distantes, levando sempre a Bolívia em suas mentes e em seus corações:

> *[...]* ***claro que a gente quer voltar! Como eu disse, o corpo tá aqui, mas a mente tá lá! [...] Mas não dá...*** *É aqui que a gente tem trabalho. E lá também já não é mais a mesma coisa. Lá tá melhor agora. O Evo Morales melhorou muita coisa, mas não dá pra voltar... Às vezes eu penso que se eu não tinha a minha família, não tava aqui. Nós chegou aqui, e ficamos aqui. Porque eu acho que assim, a migração é uma coisa natural. Porque a minha mãe era do interior e migrou pra cidade, a minha avó vem do Peru, começou uma família, tal, e minha mãe já foi pra cidade, meu pai também já saiu do interior pra cidade, e nós já veio pra um país mais grande, né? Brasil. Um país muito grande. Então... (risos e choro)* (Álvaro; grifo nosso).

René vai além, localizando sua justificativa no direito que todas e todos temos de migrar – e de permanecer em movimento, como defende Tarrius (1993, p.51) quando aponta que "Le devenir des populations de migrants renvoie donc moins à des processus de sédentarisation qu'à une capacité de perpétuer un rapport nomadisme-sédentarité"[132]. O interlocutor insinua o dever universal de lutarmos por este direito:

> *Porque* ***você não está lutando solamente pelo imigrante, está lutando pelo ser humano****! Por um ser humano que pode nem ser diretamente boliviano. Nem peruano, nem equatoriano, nem nada. Pero um ser exatamente igual a nós. E dar oportunidade a uma pessoa que precisa, é bom! Porque para você ter felicidade, você tem que fazer feliz a outra pessoa. Não basta você ser feliz sozinho. Então, a felicidade é isso!* (René; grifo nosso).

[132] "O futuro das populações migrantes, portanto, refere-se menos a processos de sedentarização do que à capacidade de perpetuar uma relação nômade-sedentária" (TARRIUS, 1993, p. 51; tradução nossa).

CAPÍTULO 5

A PANDEMIA E A POPULAÇÃO MIGRANTE BOLIVIANA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

A fase inicial da Covid-19, a evolução do número de casos e a imposição do distanciamento social

O ano de 2020 teve a sua história marcada pelos desdobramentos de uma pandemia que transformou, de forma desigual e segundo cada contexto, o cotidiano da humanidade. A doença, provocada a partir da infecção pelo novo coronavírus, recebeu o nome de Covid-19.

Quando o novo coronavírus começou a se espalhar, houve quem argumentasse que a pandemia seria democrática ou que era uma doença desterritorializada. O caminhar dos acontecimentos escancarara o contrário disso. Todos são suscetíveis a se contagiar por este vírus quando ele entra em contato com as vias respiratórias. Nesse sentido, o vírus não deixa de acessar um corpo porque ele é rico ou branco ou europeu ou heterossexual.

A desigualdade se faz presente devido ao processo de preparação da população aos protocolos da OMS, o que significa que depende da política utilizada em um lugar, região ou país especificamente. Os países europeus reagiram à tragédia instalada, enquanto no Brasil o governo federal assumiu o caminho do negacionismo, o que nos levou, por exemplo, a ficarmos muito tempo sem um ministro da saúde. O tipo de moradia, de estrutura do bairro, assim como o tratamento ou não da água e a possibilidade de comprar álcool e desinfetantes são alguns fatores que podem aumentar o contágio em espaços específicos, o que significa que as periferias são mais atingidas. Além da própria necessidade de trabalho para a segurança alimentar, o que impede que alguns grupos sociais possam realizar o isolamento em casa, conforme recomendado por especialistas.

Outro fator que deve ser considerado é o processo de tratamento, ou seja, a desigualdade que se efetiva após a presença do vírus no corpo. Em uma sociedade de circulação de pessoas e mercadorias, a rede urbana e de transporte está muito espalhada pelo território, mas a concentração dos serviços de saúde ainda está nas capitais. A doença chega no interior, mas os doentes seguem para as capitais. O número de leitos e de respiradores disponíveis, a quantidade de exames aplicados, as

pesquisas realizadas, e a qualificação dos profissionais – já que está todo mundo ainda aprendendo sobre o vírus e sobre o tratamento da doença – permitem que se vislumbre quais grupos sociais poderão sair com maior índice de cura e mais bem tratados em sua saúde global. Como migrantes ocupam a margem da sociedade, esses sujeitos revelam-se entre os mais vulneráveis.

Desde o dia 02 de março de 2020, a Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais publica, diariamente[133], boletins epidemiológicos[134] para divulgar a situação do estado perante a pandemia. Em todos eles, é apresentada a distribuição dos casos suspeitos de Covid-19 notificados segundo o município de residência. Além da situação epidemiológica de Minas Gerais, alguns boletins apresentam a situação epidemiológica do Brasil – com dados disponíveis na Plataforma Integrada de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde[135] – e do mundo –a partir de informações do site oficial da Organização Mundial da Saúde (OMS)[136].

A primeira suspeita de infecção humana pelo novo coronavírus em Minas Gerais foi notificada no dia 28 de janeiro de 2020[137]. Segundo o primeiro boletim epidemiológico publicado, no dia 02 de março de 2020[138] o estado apresentava 48 casos suspeitos de um total de 433 no Brasil. Destes, 4 casos em Minas Gerais e 162 casos no Brasil foram descartados, fazendo com que este estado fosse responsável por 16,24% dos casos suspeitos no País. Belo Horizonte, a capital mineira, contava com 19 casos em investigação dos 48 do estado,

---

[133] Raros foram os dias nos quais não houve publicação. Além dos informes epidemiológicos diários, há edições especiais publicadas ao longo de todo este período, com informações mais detalhadas.

[134] Disponíveis em: http://coronavirus.saude.mg.gov.br/boletim-acesso-rapido. Acesso em: 02 jul. 2020.

[135] Disponível no endereço eletrônico http://plataforma.saude.gov.br/.

[136] As informações sobre COVID-19 no mundo estão disponíveis no endereço eletrônico da OMS: https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019.

[137] Disponível em: http://coronavirus.saude.mg.gov.br/images/boletim/03-marco/02032020_Boletim_epidemiologico_COVID-19_MG.pdf. Acesso em: 02 jul. 2020.

[138] Disponível em: http://coronavirus.saude.mg.gov.br/images/boletim/03-marco/02032020_Boletim_epidemiologico_COVID-19_MG.pdf. Acesso em: 02 jul. 2020.

respondendo, desta forma, por 39,58% dos casos suspeitos de Minas Gerais. Nesta ocasião, o Brasil tinha apenas 2 casos confirmados e nenhuma morte causada por Covid-19.

Apenas um mês depois, o boletim epidemiológico do dia 02 de abril de 2020[139] identificava em Minas Gerais 39.084 casos suspeitos, 370 casos confirmados, 55 óbitos em investigação e 4 óbitos confirmados. A maior parte dos casos confirmados no estado acometeram pessoas do sexo masculino – 59,19% – e da faixa etária dos 20 aos 59 anos – 77,03%. Belo Horizonte apresentava 210 dos 370 casos confirmados no estado – 56,76% – e 3 dos 4 óbitos confirmados – 75%. Gráficos de casos notificados de Covid-19 em Minas Gerais já revelavam preocupantes curvas ascendentes. Agravando ainda mais a situação, o número de hospitalizações por síndrome respiratória aguda grave (SRAG) se ampliou de forma exponencial, indicando provável subnotificação para Covid-19.

Em 02 de dezembro de dezembro de 2020, o boletim epidemiológico indicava um total de 424.155 casos confirmados em Minas Gerais, 27.776 casos em acompanhamento, 386.258 casos recuperados e 10.121 óbitos confirmados[140]. Nesta ocasião, foram confirmados, nas suas últimas 24 horas, 4.500 novos casos e 70 óbitos. A letalidade praticamente manteve o percentual registrado no mês anterior, uma vez que baixou apenas 1%, registrando 2,4%. O perfil epidemiológico segundo o sexo dos casos confirmados em Minas Gerais se manteve: registrava 49% dos casos atingindo o sexo masculino e 51% dos casos atingindo o sexo feminino. Quanto aos óbitos confirmados no estado, 56% deles acometeram o sexo masculino, percentual pouco inferior ao do mês anterior. A faixa etária que concentrou a maior parte dos casos confirmados de Covid-19 em Minas Gerais continuou sendo a de 30 a 39 anos – que respondeu por 24,2% dos casos confirmados –, e a média de idade desses casos se manteve em 42 anos. A faixa etária que concentrava a maior parte dos óbitos

---

[139] Disponível em: http://coronavirus.saude.mg.gov.br/images/boletim/04-abril/02042020_Boletim_epidemiologico_COVID-19_MG.pdf. Acesso em: 02 jul. 2020.

[140] Disponível em: https://coronavirus.saude.mg.gov.br/images/boletim/12-dezembro/02.12.2020Boletim_Epidemiologico_COVID-19.pdf. Acesso em: 04 dez. 2020.

permaneceu sendo a de 60 anos ou mais, e o percentual desta faixa perante o total de óbitos manteve-se em 80% dos casos, sendo que a média de idade das pessoas que foram a óbito também se manteve – 71 anos. O percentual dos óbitos no estado que acometeram pessoas com comorbidades se manteve em 75%, e as cardiopatias novamente concentraram a maior parte desses óbitos. Neste contexto, os números referentes a Belo Horizonte em relação ao montante estadual revelaram-se em queda quando comparados aos números do mês anterior: os casos confirmados que não foram à óbito passaram de 13,37% para 12,82% e os óbitos confirmados caíram de 16,49% para 16,40%. O número de hospitalizações por síndrome respiratória aguda grave (SRAG) em Minas Gerais, porém, segue preocupante, uma vez que continua apresentando crescimento, tanto em relação ao mês anterior, quanto em relação ao mesmo período de 2019 – 3.927 internações neste período de 2019 para 89.877 no mesmo período de 2020 – o que continua grifando a subnotificação.

Em 02 de janeiro de 2021[141], o boletim epidemiológico indicava um total de 549.302 casos confirmados em Minas Gerais, 41.268 casos em acompanhamento, 496.011 casos recuperados e 12.023 óbitos confirmados. Nesta ocasião, foram confirmados, nas suas últimas 24 horas, 2.418 novos casos e 22 óbitos. Por se tratar de um boletim reduzido, buscou-se o primeiro boletim completo divulgado após esta data. Assim se chegou à publicação do dia 04 de janeiro de 2021[142], cujo boletim epidemiológico indicava um total de 552.104 casos confirmados em Minas Gerais, 41.978 casos em acompanhamento, 498.063 casos recuperados e 12.063 óbitos confirmados. Nesta ocasião, foram confirmados, nas suas últimas 24 horas, 1.432 novos casos e 26 óbitos. A letalidade obteve uma ligeira redução percentual em relação ao mês anterior, registrando 2,2%. O perfil epidemiológico segundo o sexo dos casos confirmados em Minas Gerais se manteve: registrava 49% dos casos atingindo o sexo

---

[141] Disponível em: https://coronavirus.saude.mg.gov.br/images/2020/12/Boletim_Epidemiologico_Vs_Resumida_02-01-2021_COVID-19.pdf. Acesso em: 03 jan. 2021.

[142] Disponível em: https://coronavirus.saude.mg.gov.br/images/boletim/2020/01/04-01_Boletim_Epidemiologico_COVID-19.pdf. Acesso em: 05 jan. 2021.

masculino e 51% dos casos atingindo o sexo feminino. Quanto aos óbitos confirmados no estado, 57% deles acometeram o sexo masculino, percentual ligeiramente superior ao do mês anterior. A faixa etária que concentrou a maior parte dos casos confirmados de Covid-19 em Minas Gerais continuou sendo a de 30 a 39 anos – que respondeu por 23,9% dos casos confirmados –, e a média de idade desses casos se manteve em 42 anos. A faixa etária que concentrava a maior parte dos óbitos permaneceu sendo a de 60 anos ou mais, e o percentual desta faixa perante o total de óbitos manteve-se em 80% dos casos, sendo que a média de idade das pessoas que foram a óbito também se manteve – 71 anos. O percentual dos óbitos no estado que acometeram pessoas com comorbidades obteve ligeira queda, registrando 74%, e as cardiopatias novamente concentraram a maior parte desses óbitos. Neste contexto, os números referentes a Belo Horizonte em relação ao montante estadual revelaram-se em queda quando comparados aos números do mês anterior: os casos confirmados que não foram à óbito passaram de 12,82% para 11,39% e os óbitos confirmados caíram de 16,40% para 15,69% O número de hospitalizações por síndrome respiratória aguda grave (SRAG) em Minas Gerais, porém, segue preocupante, uma vez que continua apresentando crescimento, tanto em relação ao mês anterior, quanto em relação ao mesmo período de 2020 – 4.107 internações neste período de 2020 para 103.499 no mesmo período de 2021 – o que continua grifando a subnotificação.

A análise dos dados demonstra que a evolução da contaminação pelo novo coronavírus no Brasil é alarmante e isto se deve, em grande medida, à ausência de uma política federal séria de contenção da propagação do vírus. Análises mais detalhadas, para além dos números até aqui expostos, foram possíveis a partir da leitura de edições especiais de boletins epidemiológicos de Covid-19 em Minas Gerais, divulgadas pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais.

Os desdobramentos da pandemia segundo a população migrante boliviana

Ao longo do processo migratório, não há nem mesmo o controle do movimento, condição primeira de *ser migrante*. Vivemos a Era da Mobilidade (CORTÈS; FARET, 2009a) e, ao mesmo tempo – e dialeticamente –, a "Era" em que países e grupos hegemônicos buscam o avesso dessa possível mobilidade quando se trata de migrantes provenientes de países vulneráveis socioeconomicamente ou em guerra. Uma mobilidade seletiva e relativa, portanto. E, nesse contexto de dificuldades para esses grupos migrantes, que já se expressam de diferentes formas, sobretudo pelo xenorracismo e pela superexploração da força de trabalho migrante, a nova condição pandêmica exacerbou ainda mais a condição vulnerável e as dificuldades de sobrevivência e de mobilidade desses grupos de migrantes.

Para compreender os desdobramentos do contexto da pandemia de Covid-19 para os sujeitos da pesquisa foi necessário retomar as entrevistas. Em função da imposição do distanciamento social, elas foram feitas por telefone, com quatro dos interlocutores. A escolha destes quatro participantes se deu pela desenvoltura que eles apresentaram durante nossos encontros em ocasião das pesquisas de campo: por terem apresentado menor timidez, maior facilidade de comunicação e pleno desejo de exposição da sua vida em prol da presente pesquisa.

Diante dessa investigação, torna-se relevante apontar que o cenário não mudou só para os migrantes, mas se destaca aqui o aprofundamento dessa vulnerável condição. Quando o mundo se viu acometido por uma pandemia, o primeiro grande impacto foi a perda de mobilidade, e ela acaba por ser sentida de forma bastante intensa pelos sujeitos migrantes – sobretudo os transnacionais, que mantém fortes vínculos com a origem, como revelam as bolivianas e os bolivianos que vivem na RMBH-MG:

> *E agora a gente no pode más ir al país. Yo fiquei em la Bolivia. Seis meses que fiquei en la Bolivia. Yo estuve noviembre, diciembre, enero, febrero, marzo. Yo fiquei con mi família, curtindo mi familia. Yo estoy aqui hace seis años y fui a la Bolivia seis veces. Voy una vez por ano.*

> *Yo cheguei agora antes de la pandemia. A gente fica muito abalado, porque tem gente que vai pegar el coronavirus, e a gente não pode levar a doença para Bolivia. Entonces, tá complicado* (Isabel).

O isolamento social foi uma das medidas adotadas em quase todo o mundo para frear o contágio da nova doença, a Covid-19. Se à *vida migrante* sempre se impuseram muitas dificuldades, como as já reveladas e trabalhadas nesta pesquisa, esta realidade viu-se agravada perante o isolamento social imposto para contenção da pandemia.

Uma questão extremamente sensível da vivência migrante boliviana é a superexploração da sua força de trabalho. Relatos de interlocutores denunciam que esta realidade se torna ainda mais crítica com o isolamento social imposto. Redes de recrutamento já omitiam informações necessárias para que migrantes pudessem encaminhar sua regularização migratória. No contexto pandêmico, esta prática torna-se mais comum, também pelo fato de órgãos responsáveis pela acolhida de sujeitos migrantes terem sofrido, sobretudo no início da pandemia, mudanças no funcionamento de suas atividades.

Fernandes et al. (2020a, p. 446) trazem como exemplo a suspensão das atividades dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) que:

> [...] fecharam suas portas e iniciaram atendimento remoto, deixando parcela importante da população e imigrantes sem atendimento. O mesmo aconteceu com as entidades que atendem aos imigrantes levando ao aumento das situações de vulnerabilidade que geram casos de insegurança alimentar.

Outro exemplo cabe ao Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), que também adotou uma série de medidas preventivas contra o avanço da Covid-19 no estado para proteger os seus integrantes e a população. Da mesma forma que os CRAS, o MPMG suspendeu as suas atividades presenciais em março de 2020 e elas foram retomadas apenas no mês de agosto de

2020[143]. O mesmo ocorreu em diversos setores da vida social e privada, em função das incertezas impostas pela nova doença.

O Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR) – como já dito, uma das principais referências para acolhida de bolivianas e bolivianos na RMBH-MG –, manteve-se, na medida do possível, em atividade. O contexto pandêmico alterou a sua dinâmica de funcionamento, mas iniciativas de proteção e ações solidárias se mantiveram – não só em Belo Horizonte-MG, como em todo o Brasil. Esta instituição destacou, entre seus principais objetivos, dar apoio e ser presença junto a migrantes, sujeitos que ficaram ainda mais vulneráveis aos efeitos econômicos e de saúde desta nova realidade. Informações e assessoria jurídica, em casos de demissão ou acesso aos benefícios do Governo Federal, foram – e continuam sendo – oferecidas aos sujeitos migrantes pela equipe do SJMR em Belo Horizonte[144], entre outras ações.

Esta instituição, porém, não tem alcance total. Por diversos motivos, ela não consegue atender a todos os migrantes que necessitam de ajuda – seja porque eles são muitos, seja porque os recursos são escassos, ou ainda porque muitos deles sequer têm acesso a informações acerca dos auxílios prestados e reforçados neste momento pandêmico. A maior parte desses sujeitos, dessa forma, veem-se perdidos e mais vulnerabilizados diante dos desdobramentos da pandemia do coronavírus.

Tal como acontece com os que vivem em situações análogas à condição de escravos, as consequências da pandemia para os sujeitos autônomos – aqueles que conseguiram romper o ciclo de superexploração e aqueles poucos que nunca se viram presos nesses ciclos – também se revelam muito preocupantes. A paralização de setores produtivos provocada pelo isolamento social impossibilitou o trabalho desses sujeitos. A maior parte deles se ocupa informalmente no setor têxtil e a inatividade das empresas que contratam seus serviços desestabiliza ainda mais a já fragilizada *vida migrante*.

---

[143] Disponível em: https://www.mpmg.mp.br/comunicacao/campanhas/mpmg-adota-medidas-de-prevencao-contra-novo-coronavirus.htm. Acesso em: 29 ago. 2020.
[144] Mais informações na página do SJMR. Disponível em: https://sjmrbrasil.org/enfrentamento-covid-19/. Acesso em: 09 abr. 2020.

> *Quando começou a pandemia, lamentavelmente, muitas pessoas em minha comunidade ficaram desempregados. E outras pessoas entregaram serviços que não foram pagos. Então, ficou muito ruim para a minha comunidade. Porque nós somos costureiros. Vivimos do dia. Se a gente no trabalha, no tem...* (Jade).

> *Tem muitos imigrantes bolivianos também que mexem con la costura e imagina la situación deles... Eles estão parados!* (Isabel).

> *A pandemia foi muito difícil, pegou de surpresa, e no tava no plano. Você saiu do foco pra otro lado, porque isso aqui no ficou difícil só pra mi, más para muitas otras personas. Porque fechou as empresas, e a gente, como é autônomo, depende de algumas empresas terceirizadas. Então fecharam elas e pra nós foi uma surpresa grande! Porque não tem mais o dinheiro dia-a-dia* (Álvaro).

Fernandes et al. (2020b, p. 298) reafirmam o aprofundamento da fragilidade da *vida migrante* em tempos de Covid-19, apontando que:

> uma das mais avassaladoras consequências da pandemia é o desemprego. Considerando que, de forma geral, os imigrantes se encontram em posição econômica mais vulnerável que aqueles naturais do país, é de se esperar que esses sejam fortemente impactados no que se refere às atividades laborais.

Desta maneira, a repercussão do novo coronavírus – e as ações para enfrentá-lo, buscando reduzir a proliferação da doença – não atingiu apenas os sujeitos migrantes, mas contribuiu para vulnerabilizar ainda mais esses sujeitos, sobretudo no caso dos sujeitos da pesquisa que, em sua grande maioria, ocupam-se no mercado de trabalho informal. Ao citarem pesquisa[145] desenvolvida que contou com 143 migrantes internacionais respondentes, Fernandes et al. (2020b, p. 303) destacam a:

[145] Impactos da Pandemia de Covid-19 nas Migrações Internacionais no Brasil. Grupo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Direitos Sociais e Migração (JIPE-DSM) e do Grupo Distribuição Espacial da Migração (GEDEP)-PUCMINAS/Observatório das Migrações em São Paulo-NEPO/UNICAMP, maio a julho de 2020.

> [...] importância da inserção formal no mercado de trabalho para atravessar períodos de instabilidade econômica. Dois terços dos trabalhadores que não possuíam carteira assinada perderam seu emprego após o início da pandemia e o outro terço mudou de emprego. **Todos os autônomos informais perderam o emprego após o início da pandemia** [...]. Se entre autônomos e informais observou-se maior número de perda de empregos que de manutenção, entre os trabalhadores de carteira assinada a realidade é outra: 65,4% se mantiveram no seu emprego, 30,8% perderam o emprego e 3,8% trocaram de emprego. (grifo nosso).

Voltando a uma análise mais ampla, além dos sujeitos migrantes, diversos outros grupos foram atingidos, bem como diversos setores da vida social. O prefeito de Belo Horizonte-MG[146], mediante decreto – nº 17.297, de 17 de março de 2020 –, declarou situação anormal, caracterizada como "Situação de Emergência em Saúde Pública" no município, em razão da necessidade de ações para conter a propagação de infecção viral, bem como para preservar a saúde da população contra o coronavírus. Diante disso, ele determinou o fechamento do comércio da capital, a partir do Decreto nº 17.304, de 18 de março de 2020, que dispõe:

> [...] a partir de 20/03/2020, a suspensão por tempo indeterminado dos Alvarás de Localização e Funcionamento (ALFs) e autorizações para a realização de atividades com potencial de aglomeração de pessoas para enfrentamento da Situação de Emergência Pública, especialmente para: casas de shows e espetáculos; boates, danceterias, salões de dança; casas de festas e eventos; feiras, exposições, congressos e seminários; **shoppings centers, centros de comércio e galerias de lojas**; cinemas e teatros; clubes de serviço e de lazer; academias e centros de ginástica; clínicas de estética e salões de beleza; parques de diversão e parques temáticos e bares,

[146] Todos os decretos podem ser encontrados publicados no endereço eletrônico da Câmara Municipal de Belo Horizonte. Disponível em: https://www.cmbh.mg.gov.br/covid-19/decretos-municipais. Acesso em: 07 set. 2020.

> restaurantes e lanchonetes[147] (CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2020; grifo nosso).

A quarentena na capital começou a ser flexibilizada apenas no dia 25 de maio de 2020, a partir do decreto – nº 17.361, de 22 de maio de 2020 –, que dispõe:

> [...] sobre a reabertura gradual e segura dos setores que tiveram as atividades suspensas em decorrência das medidas para enfrentamento e prevenção à epidemia causada pelo novo coronavírus, com o objetivo de restabelecer a atividade econômica do Município, fundamentada em parâmetros que assegurem a promoção da saúde pública. Segundo o decreto, a reabertura será baseada em diretrizes gerais estabelecidas pelo Comitê de Enfrentamento à Epidemia da Covid-19, em articulação com o Grupo de Trabalho de Reabertura Gradual, com fundamento em indicadores epidemiológicos e de capacidade assistencial na Capital. A reabertura será implementada de forma gradual, por meio da setorização das atividades comerciais e de serviços em fases distintas, de acordo com o risco sanitário e o potencial de aglomeração e permanência de pessoas. Com o decreto, ficam autorizados a reabrir, a partir do dia 25 de maio de 2020, adotando procedimentos que impeçam aglomeração e observando as medidas sanitárias vigentes devido à pandemia, estabelecimentos comerciais que vendam artigos de bomboniere e semelhantes, utensílios, móveis e equipamentos domésticos, exceto eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo, artigos de papelaria, livraria e fotográficos, veículos automotores e produtos de limpeza e conservação, entre outros. Centros de comércio popular instituídos a qualquer tempo por Operações Urbanas visando a inclusão produtiva de camelôs, desde que localizados no Hipercentro ou em Venda Nova, também estão autorizados a reabrir (CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2020)[148].

Porém, com o aumento dos casos de Covid-19 no mês de junho, a flexibilização na capital mineira foi revista.

---

[147] Disponível em: https://www.cmbh.mg.gov.br/covid-19/decretos-municipais. Acesso em: 07 set. 2020.

[148] Disponível em: https://www.cmbh.mg.gov.br/covid-19/decretos-municipais. Acesso em: 07 set. 2020.

> *Ninguém da minha família pegou a doença. A gente tá se cuidando, todo mundo tá ficando em casa... Meus tios também, que são mais velhos, estão todos em casa. Que também não dá nem pra trabalhar porque tá tudo fechado, né? Abriu um pouco e fechou de novo agora* (Miriam).

A partir de 29 de junho de 2020, somente os serviços considerados essenciais – como supermercados, padarias, farmácias e postos de gasolina – podiam funcionar, segundo o decreto – nº 17.377, de 26 de junho de 2020 – que:

> [...] determina a suspenção do processo de reabertura de atividades que foram suspensas por causa da pandemia de Covid-19. [...] a suspenção é por tempo indeterminado e seguiu as orientações do Comitê de Enfrentamento à Epidemia da Covid-19, instituído pelo art. 2º do Decreto nº 17.298, de 17 de março de 2020, e as propostas do Grupo de Trabalho de Reabertura Gradual, instituído pelo Decreto nº 17.348, de 27 de abril de 2020. Com o decreto, só estão autorizadas a funcionar, seguindo as determinações sanitárias estipuladas pelo Executivo Municipal, as atividades essenciais, nos devidos horários definidos em decreto (CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2020)[149].

Migrantes, ao mesmo tempo em que lamentam o fechamento do comércio, entendem a necessidade desta medida para conter o avanço do contágio pela doença. Miriam revela esta consciência, mas grifa as dificuldades que tal situação acarreta para a vida das famílias migrantes:

> *Essa coisa da pandemia aqui pra gente tá sendo muito difícil, né? A gente precisa do trabalho, a gente precisa que o comércio fique aberto. E agora tá tudo fechado, não pode ficar aberto. E a gente assim, como se diz, vai levando, né? E tá só aumentando os casos, então vai ficar tudo fechado mesmo. E a gente fica sem trabalho. E eu tenho dois filhos, então fica muito difícil!*

[149] Disponível em: https://www.cmbh.mg.gov.br/covid-19/decretos-municipais. Acesso em: 07 set. 2020.

Apenas em 6 de agosto de 2020 o comércio de Belo Horizonte-MG volta a abrir as portas, a partir do decreto – nº 17.406, de 4 de agosto de 2020 –, que dispõe "[...] sobre a reabertura gradual e segura dos setores que tiveram as atividades suspensas em decorrência das medidas para enfrentamento e prevenção à epidemia causada pelo novo coronavírus" (CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2020) [150] . Esta flexibilização – parcial– testou um novo esquema de revezamento – três dias com as lojas abertas, seguidos por quatro dias com as lojas fechadas, e assim sucessivamente –, permitindo que a Secretaria Municipal de Saúde pudesse monitorar os dados sobre a transmissão do coronavírus, bem como a taxa de ocupação dos leitos de UTI.

Neste contexto, as empresas que contratam bolivianas e bolivianos voltaram a funcionar, mas o fizeram sob uma demanda mínima, prejudicando o faturamento de costureiras e costureiros. Como desdobramentos, a já precária qualidade de vida desses sujeitos se deteriora ainda mais, além do importante envio de remessas aos seus familiares na Bolívia ter sido afetado. Álvaro, que reside em Ribeirão das Neves-MG e se ocupa da costura, relatou a dificuldade que sua classe tem enfrentado com o fechamento – ou com a contenção da produção – das empresas que contratam bolivianas e bolivianos autônomos para costurar. Segundo o interlocutor, os serviços que têm surgido, além de serem insuficientes em termos de quantidade, estão subvalorizados – em função da drástica redução da demanda por costura. Esses fatores, juntos, implicam em uma brusca queda da renda gerada por esses sujeitos. Jade corrobora a sua queixa.

> *Porque a maioria das fábricas fechou, e alguns que tá querendo recomeçar, mas... tem um pouco de servicio, mas que paga muito barato também. Então, de um lado, ou você trabalha pelo barato... e nosotros estamos trabalhando pelo barato, porque no tem outro. Piorou muito tudo. Tá bem abaixo da tabela! E nós tá praticamente obrigados a trabalhar assim...* (Álvaro).

[150] Disponível em: https://www.cmbh.mg.gov.br/covid-19/decretos-municipais. Acesso em: 07 set. 2020.

> *As empresas agora que a gente costura voltaram, voltaram a abrir, mas em questão de pagamento, no melhorou. Tudo, tudo, os preços están bastante altos. E de pagamentos continua do jeito que tava antes da pandemia. Pior! E as peças têm que ta num preço baixo. A que a gente costura* (Jade).

Diante disso, os sujeitos da pesquisa mostram-se resilientes e se reinventam, buscando alternativas para geração de renda.

> *A gente vai correndo atrás, né? De um jeito ou do outro, a gente vai fazendo um biquinho de trabalho ali, aqui, mas a gente nunca deixa de correr atrás, né? Eu já fiz faxina, que eu nunca tinha feito faxina na casa dos outros na vida. Eu não tenho vergonha de trabalhar. Vergonha é roubar e matar, trabalhar não. Se for me colocar pra trabalhar na rua, varrendo rua, eu vou, eu não ligo, tenho filho pra criar, sou mãe solteira e preciso muito. Então, eu não ligo mesmo! Eu corro atrás e não tenho vergonha nenhuma de trabalhar* (Miriam).

Máscaras constituem o principal equipamento de segurança nesta pandemia. A partir de 22 de abril de 2020, e por tempo indeterminado, o Decreto nº 17.332[151], de 16 de abril de 2020, tornou obrigatório o uso de máscaras em todos os espaços públicos e estabelecimentos comerciais. Elas são, portanto, muito demandadas, e têm sido encomendadas às costureiras e aos costureiros migrantes, mas o valor pago por cada peça é ínfimo:

> *Nós estamos fazendo algumas coisinhas assim, tipo mascarinhas [máscaras], algumas coisas... Mas no é a mesma coisa. No é a mesma coisa que você trabalhar naquilo que você sabe fazer. E nós tem que levar, assim, numa boa... Porque não adianta chorar, não adianta fazer nada. Eu tenho a visão, pelo menos, que até o ano que vem vai ficar assim* (Álvaro).

Alguns projetos de organizações não-governamentais e da sociedade civil tentam minimizar os problemas financeiros

[151] Disponível em: https://www.cmbh.mg.gov.br/covid-19/decretos-municipais. Acesso em: 07 set. 2020.

causados a migrantes pela imposição do isolamento social. Uma das ações neste sentido foi feita pelo SJMR-BH. Buscando fomentar a geração de renda e estimular a produção de máscaras de proteção durante a pandemia, este órgão distribuiu kits com tecidos e aviamentos a costureiras migrantes da RMBH-MG. Um dos seus projetos – "Projeto Máscaras: Protagonismo Migratório no Combate às Desigualdades Sociais na Pandemia da Covid-19"[152] –, colocado em prática em agosto de 2020,obteve maior repercussão e contou com o financiamento de uma organização alemã – Fundação Eugen Lutter – bem como com a parceria do Coletivo Cio da Terra (Coletivo de Mulheres Migrantes) e do "Projeto Ler" do Núcleo de Extensão do curso de Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas).

A despeito de tais projetos e do importante impacto que eles exerceram e vêm exercendo na vida de migrantes, a situação financeira de muitos desses sujeitos alcançou um estado dramático. Esta situação é ainda pior entre aqueles que não foram alcançados por projetos. Fernandes et al. (2020b, p.305), cintando mais uma vez a pesquisa feita com migrantes internacionais, comentam que esses migrantes:

> [...] impactados por altos índices de desemprego, [...] indicam como principal problema a insuficiência de renda para cobrir os gastos no Brasil. Dos 130 respondentes, 99 (76,2%) apontam que seus rendimentos não cobrem suas despesas, tendo 59 deles afirmado que os rendimentos são muito menores que os gastos. Apenas 10 respondentes (7,7%) afirmaram que o rendimento é maior que o seu gasto.

Há também relatos de interlocutores deste estudo denunciando a vulnerabilidade financeira de bolivianas e de bolivianos na RMBH-MG. Segundo eles, muitos desses sujeitos não têm conseguido sequer comprar comida e muitas famílias já estão passando fome. Álvaro explicou que sustentou a si e à sua família nos primeiros meses da pandemia com suas reservas, atribuindo à cultura boliviana de poupança a sua sobrevivência.

---

[152] Mais informações na página do SJMR. Disponível em: https://sjmrbrasil.org/sjmrbh-renda-pandemia/. Acesso em: 28 ago. 2020.

> *Ainda bem que nós tem a cultura de guardar a nossa economia. Nós tem essa cultura e é isso que ajudou um pouco e que tá ajudando ainda. Porque se não fosse isso nós já tava, tipo assim, ou voltava lá pra Bolívia ou já tava praticamente morrendo de fome. Ainda bem que a gente tem essa cultura de guardar pra mandar pros parente na Bolívia e pra ter uma coisinha. Nos foi forçado tirar daquilo pra pagar aluguel, comprar comida, e as despesas de água e luz, porque as faturas chega todo mês. Não perdoa nada. Então, a gente que tá acostumado a pagar, a gente tá pagando. Tirando daquilo que nos guarda um pouquinho. E vão indo. Agora, não sei como que nós vai enfrentar daqui pra frente. Porque aquilo também já tá acabando. No tá rendido não...* (Álvaro).

Conforme relatou o interlocutor, essas reservas não são extensas e não ajudarão por muito tempo, o que o leva a pensar em ter que se mudar de onde mora pela impossibilidade de continuar pagando o aluguel:

> *Agora, daqui pra frente, vai mudar. Pra mim mesmo já tá mudando... Porque eu tava morando aqui numa boa de aluguel, e eu tô pensando em sair daqui pra favela, entendeu? Aonde no paga nada! Porque tá tudo mudando e eu vou ter que sair por isso. Porque eu pago um aluguel de que... tô pagando agora, 700 reais. É muito! Muito! E más que agora no tem emprego, já era muito! Então, eu pretendo entrar na favela, arrumo um barraco de 5 mil, de 3 mil reais pra comprar e morar lá. Porque vai ser obrigado a fazer isso. Porque, do contrário, você vai colapsar. Porque pedir esmola, no pode, né? Voltar pra Bolivia também no pode. Tem família aqui, tem filho, tem esposa. Esse negócio da pandemia só complicou pra gente! Pra maioria das pessoas, né? Então, eu falo isso porque até eu tô forçado a mudar os planos. Tá ruim pra maioria e pra mim é a mesma coisa. E lá tá igual, lá na Bolivia... Então a única coisa que tem agora é morar dentro da favela. Porque lá eu não pago nem água, nem luz, nem aluguel* (Álvaro).

Outras ocupações para além do setor têxtil também foram atingidas, como é o caso de Isabel, que reside em Belo

Horizonte-MG e vendia seu artesanato na Feira da avenida Afonso Pena[153]:

> *A situação está muy difícil... A família ficou abalada! A gente no tem más a feira. No tem ingresso... La feira ajudava muito! A mim, em especial. Agora, no tem jeito. A gente fica só em casa.*

Com a suspensão do funcionamento da feira pela Prefeitura de Belo Horizonte, a interlocutora precisou se reinventar e passou a trabalhar como cuidadora de idosos. O contato para o trabalho foi feito por uma brasileira – evento importante por possibilitar o surgimento de novas redes para sustentar, junto às antigas, os processos imigratórios bolivianos:

> *Agora después de la pandemia, yo consegui um serviço como cuidador de idoso. Foi una suerte! Como yo trabalhei en la Santa Casa muito tempo, son referencias que yo tinha... Un paciente, su hermana me procurou se yo aceptado, pegar el servicio para la hermana. Y yo acepté. Agora início de marzo. Porque yo precisava. Para pagar las contas. Entonces estoy trabalhando dentro de casa com una persona psiquiátrica. O que eu más gostava de fazer era mi artesanato. El artesanato que a gente faz para vender. Agora no tem más material para comprar, e a gente no tem dinero, nem como vender el artesanato. Con la pandemia, a gente tem que arrumar algum jeito de trabalhar* (Isabel).

Para a *vida migrante*, são muitos os desdobramentos oriundos da paralização de setores produtivos. Destaca-se a dramática vulnerabilidade financeira na qual se encontram. Como já destacado, muitos desses sujeitos relatam que não têm mais dinheiro para pagar o aluguel e demais despesas, como água e energia elétrica. Revelam-se desesperados e se dizem próximos de não terem – ou já sem – condições financeiras para comprar comida.

---

[153] Também conhecida como Feira Hippie de Belo Horizonte, muito tradicional na capital, a feira funcionava – até ser suspensa, em função da pandemia – aos domingos, quando artistas plásticos e artesãos expunham sua arte em barracas ou na calçada do Parque Municipal de Belo Horizonte-MG.

Políticas públicas que deveriam sustentá-los neste momento já não os alcançavam antes da pandemia. Fernandes et al. (2020a, p. 444) destacam a fragilidade e a morosidade, com ênfase em uma análise estadual – refletindo acerca do contexto de Minas Gerais – da promoção de políticas públicas voltadas para migrantes:

> Mesmo a criação, em 2016, do Comitê Estadual de Atenção ao Migrante, Refugiado e Apátrida, Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Erradicação do Trabalho Escravo de Minas Gerais (Comitrate), instituído pelo decreto 46.489/2016, não conseguiu avançar na construção de propostas de políticas públicas para migrantes. Depois de 2018, após um ano e meio de governo, timidamente, busca-se reorganizar o Comitrate para definir uma pauta de discussão da migração internacional no estado.

Em nível federal, esta condição não é diferente, imperando a omissão e o descaso para com estes sujeitos. Em tempos de pandemia, destaca-se, dentre as poucas ações do governo federal para enfrentar seus desdobramentos, o auxílio-emergencial federal. Porém, este benefício, que poderia minimizar a vulnerabilidade financeira de migrantes, não tem os abarcado:

> *Lamentavelmente, a maioria de minha comunidade no conseguiu receber o auxílio-emergencial. Por causa da documentação. Están exigiendo el documento. Eles falam que conseguia tirar o dinero só com documento de país de origem, mas no es así, en la práctica, no es así. No liberam. Entonces, fue muy difícil! Para todos nós imigrantes. Porque temos ainda as crianças. Entonces chegamos no desespero* (Jade).
>
> *Eu moro há dez años aqui e no tô recebendo! É uma coisa assim muito absurdo! Tudo errado! E eu fico assim, com raiva! E já mandaram a mensagem no banco que eu no conto nas pessoas que tem direito. E eu fiquei com muita raiva! E minha esposa, mesma coisa* (Álvaro).

A negação do auxílio-emergencial reafirma a exclusão desses sujeitos. Fernandes et al. (2020a, p. 447) relatam os

esforços da Defensoria Pública da União (DPU) no combate a este tipo de situação:

> Segundo a Defensora Pública da União, Dra. Sabrina Nunes Vieira, [...] as demandas pós pandemia são diferentes das existentes anteriormente. A maioria dos migrantes que procuram a Defensoria o fazem por não conseguirem, ou por terem alguma dificuldade para acessar o auxílio-emergencial concedido pelo governo federal.

De todo modo, este órgão não consegue atender a – e nem é procurado por – todos os sujeitos migrantes. Por inúmeras dificuldades, muitos dos migrantes ficam descobertos deste e de outros benefícios. Fernandes et al. (2020b, p. 307) explicam que o Cadastro Único (CadÚnico) "[...] é essencial para o acesso aos programas e benefícios sociais oferecidos pelo Governo" e apontam que "[...] em relação ao registro do CadÚnico, 94 (65,7%) pessoas [dos 143 respondentes da pesquisa] afirmaram não possuírem registros".

Desta forma, as dificuldades já começam no cadastro para recebimento do auxílio-emergencial federal, que é, muitas vezes, negado por pendências documentais a partir da exigência de apresentação do número do Certificado de Pessoa Física (CPF) para registro no Cadastro Único (CadÚnico), bem como de uma conta bancária. Miriam, depois de enfrentar muitas tribulações, conseguiu se cadastrar:

> *Eu não tinha conseguido o auxílio do governo. O meu saiu agora, há pouco tempo. Porque... eu não tenho conta aqui no Brasil, eu nunca fui fazer conta em banco, minha família toda tem e eu nunca tinha feito. Aí eu não tinha conseguido por causa disso. Aí eu fui tentando, indo nas agências, aí eles ficavam falando que não conseguia abrir conta, muita burocracia, porque tava fechado pra esse atendimento e tal, que era mais só online, que era pra tentar fazer pela internet. Aí eu fui outro dia numa agência do Banco do Brasil e a moça disse: "olha, tenta olhar pelo aplicativo, porque tem um aplicativo agora do Banco do Brasil que é mais fácil, que você só manda as fotos dos documentos e eles aprovam e chega o cartão pra você". Aí eu fiz tudo, não tinha nem dado que tinha dado certo os meus documentos pelo aplicativo e tocaram*

> *campainha aqui em casa. Quando eu vi era o correio com o cartão do banco. Do Banco do Brasil. E sem eu saber. Aí por isso eu consegui. Pra mim tava muito difícil! Eu sou mãe solteira, tenho dois filhos para criar, eu não recebo pensão, então... eu moro de aluguel, eu pago água, luz, as despesas... a gente que é mãe, a gente sofre com isso. De faltar as coisas... comida mesmo, dinheiro pra pagar as contas. Mas aí deu tudo certo e eu consegui.*

Fernandes et al. (2020a, p. 448) mencionam entrevista realizada com a Defensora Pública da União que denuncia a falta de capacitação dos agentes da Caixa Econômica Federal (CEF), banco responsável pelo repasse do benefício:

> [...] como assinalado pela Defensora, a falta de capacitação dos agentes da Caixa Econômica Federal [...] faz com que não se reconheça o CRNM[154] ou o protocolo da Polícia Federal como documentos válidos de identificação, causando a negativa do auxílio. Há desconhecimento por parte dos funcionários da Caixa Econômica Federal (CEF) de que migrantes e refugiados possuem os mesmos direitos que os brasileiros para acederem ao auxílio emergencial.

Desta forma, mais difíceis de resolver são os casos de migrantes que possuem pendências documentais, uma vez que isto inviabiliza o seu registro junto aos necessitados do auxílio-emergencial federal:

> *Lo auxílio emergencial um pouquinho nos ajuda. A pagar las contas. E a gente vai levando. Eu consegui o auxílio, pero teve muita gente que no conseguiu. Porque no tem CPF, tem muitos imigrantes que no tem CPF, então no dá. Tem muitos parentes que no pegaram auxílio emergencial porque no tem documento, no conseguiram pegar segunda via, ser permanente* (Isabel).

A negação do auxílio é, portanto, ilegal – além de ser um ato xenofóbico, desrespeitoso e desumano. A legislação brasileira garante igualdade entre migrantes e nacionais no acesso a serviços públicos e conquistas sociais. Segundo

[154] A Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM), a carteira de identidade brasileira emitida para estrangeiros.

reportagem publicada no portal do G1, a Defensoria Pública da União declarou que:

> Não há qualquer distinção, para o acesso ao benefício, entre brasileiros e não-brasileiros, independentemente de sua situação migratória. O direito à assistência social está previsto em favor de imigrantes pelo art. 5 da Constituição Federal e pela Lei 13445/2017 (Lei de Migração), bem como sua consideração em todas as políticas públicas e ações governamentais[155].

A despeito disso, o auxílio-emergencial, como já mencionado, tem sido negado a muitos migrantes e esses sujeitos encontram-se desprovidos de qualquer recurso para sustentá-los nesse momento pandêmico. Este benefício é problemático já em sua origem, por ser um valor extremamente baixo para sustentar uma família:

> *Tiveram algumas famílias que tiveram ajuda de emergencial, mas ainda así têm dívidas. No están conseguindo pagar así mesmo* (Jade).

Fernandes et al. (2020b, p. 307) comentam que a proposta inicial constituía um valor ainda menor:

> O auxílio emergencial, que após articulação política na câmara dos deputados aprovou o valor de R$600,00 aumentando o seu valor proposto inicialmente de R$200,00 pelo governo, teve a sua promulgação no projeto de Lei nº13,982/2020 se tornando um programa essencial para transferência de renda e proteção social durante o período da pandemia.

Desta forma, dada a vulnerabilidade financeira que permeia a vida de bolivianas e bolivianos migrantes – assim como de muitas brasileiras e de muitos brasileiros – e se revela agravada no contexto da pandemia, a situação é consideravelmente pior para os que não tiveram acesso ao auxílio-emergencial federal.

---

155 Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/05/20/defensoria-publica-da-uniao-repudia-caso-de-xenofobia-em-sp-e-diz-que-auxilio-emergencial-vale-para-todos-residentes-do-brasil.ghtml. Acesso em: 02 jul. 2020.

Um conjunto de fatores, portanto, tem contribuído para ampliar a vulnerabilidade financeira desses sujeitos. Destaca-se a falta de informações acerca de quem tem direito ao benefício e de como se faz o cadastro para recebê-lo – dificuldade que, no seu limite, impede o acesso de muitos migrantes ao auxílio-emergencial. Fernandes et al. (2020b) denunciam que muitos migrantes desconhecem seus direitos. Mais uma vez citando a pesquisa desenvolvida com migrantes internacionais, os autores apontam que:

> [...] em relação ao conhecimento dos direitos sociais como imigrante no momento da pandemia, dos 136 respondentes, 75 (52,4%) deles não têm conhecimento sobre os seus direitos sociais e 61 (42,7%) responderam terem conhecimento, sendo que 7 pessoas (4,9%) não responderam a esta pergunta. (FERNANDES et al., 2020b, p. 307).

Soma-se à falta de informações, as dificuldades tecnológicas e financeiras para acesso à internet, para iniciar todo o processo – de cadastro e recebimento do benefício –, e este recurso, apesar de compor o cotidiano dos sujeitos da pesquisa, impõe, no seu uso, diversas limitações.

Para driblar essas dificuldades, os sujeitos da pesquisa recorrem a instituições sociais e a outros atores da sociedade civil, que têm se mobilizado em um gesto espontâneo de solidariedade para minimizar as carências urgentes desse momento histórico:

> *Só ganhamos algumas cestas da escola lá do meu menino mais velho, que tá dando. A escola estadual do meu menino que tá dando num mês uma cesta básica. Uma por mês que eles ligam pra gente ir buscar lá. Aí é uma ajudinha bom* (Álvaro).

Algumas instituições do terceiro setor – organizações não governamentais (ONGs), também para tentarem suprir a lacuna deixada pelo Estado – que se omite em uma situação na qual deveria ser protagonista –, vêm desenvolvendo ações de assistência e de apoio a migrantes, sobretudo para minimizar a triste realidade de insegurança alimentar:

> *Felizmente tem as ONGs que ajudam a nós neste momento de desespero. E vão distribuindo as cestas. Porque principalmente nos primeiros meses, fue muy duro!* (Jade).

O SJMR em Belo Horizonte, por exemplo, atendeu famílias migrantes que vivem na RMBH-MG e que ficaram sem fonte de renda devido ao distanciamento social, doando cestas básicas e produtos de higiene. Esta ação foi realizada pelo setor de proteção social e a primeira entrega aconteceu no dia 30 de março, com o apoio de voluntários[156], e este auxílio alcançou interlocutores da pesquisa:

> *Quem ajudou a gente muito foi Jesuita [SJMR-BH]. Eles nos ajudam com cestas básicas. Era duas cestas por meses. Agora no más. A gente se cadastrou, tudo. Agora no tem más. No início foi muito más. Agora um pouquinho parou la ajuda. Eu acho que eles pararam de ajudar. Yo no pregunté, no liguei, nada* (Isabel).

A organização dos próprios migrantes para uma cooperação junto aos seus pares também colheu bons resultados, segundo o relato de Jade, que se apresenta como representante de um coletivo de mulheres migrantes. Segundo a interlocutora, o coletivo do qual ela faz parte e é uma das lideranças tem feito campanhas para arrecadação de alimentos, que são distribuídos em cestas básicas para famílias migrantes. Atitudes de solidariedade entre bolivianas e bolivianos reafirmam a existência desses sujeitos como comunidade.

> *[...] tinha muitas bolivianas, muitas mulheres que a gente sabia que precisava de ajuda. Foi assim que a gente tentou fazer una colección de cestas básicas. Pedíamos doação. O que acontece é que não pudimos contar com la prefectura, com nada disso. No tem um CNPJ e eles no ajudam. Foi muito difícil para nós. Quase ninguém ajudou a nós. Até que uma pessoa, particular, uniu forças e conseguiu unas cestas. Até que outras pessoas también contribuíram, ajudando donando dinero e unas cestas* (Jade).

---

[156] Mais informações na página do SJMR. Disponível em: https://sjmrbrasil.org/enfrentamento-covid-19/. Acesso em: 09 abr. 2020.

O contexto de emergência sanitária e humanitária instalado com a pandemia levou ainda à organização de uma campanha internacional pela regularização migratória – "Campanha Regularização Já!" – que propõe urgência no cumprimento das previsões da Resolução 04/19, aprovada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)acercados "Princípios Interamericanos sobre os direitos humanos de todas as pessoas migrantes, refugiadas, apátridas e vítimas de tráfico de pessoas", emitida em dezembro de 2019. A Resolução 04/19 da Comissão Interamericana de Direitos Humanos estabelece que os Estados devem incentivar a regularização migratória a fim de evitar, sobretudo, a precariedade das condições do trabalho migrante, bem como outros desdobramentos da não regularização da situação migratória:

> La Comisión Interamericana de Derechos Humanos, bajo los auspicios de su Relatoría sobre los Derechos de los Migrantes, en virtud de lo dispuesto por el artículo 41.b de la Convención Americana sobre Derechos Humanos; RECONOCIENDO la obligación de los Estados de proteger los derechos de todas las personas, independientemente de su situación migratoria. (Resolución 04/19 aprobada por la Comisión Interamericana de Derechos Humanos el 7 de diciembre de 2019)[157].

No Brasil, representantes do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), pelo nome da deputada Fernanda Melchionna (PSOL/RS) e outros, propõem a regularização de migrantes no Brasil, a partir da apresentação do Projeto de Lei n. 2699/2020 que "institui medidas emergenciais de regularização migratória no contexto da pandemia de COVID-19 e dá outras

[157] "A Comissão Interamericana de Direitos Humanos, sob os auspícios de sua Relatoria de Direitos Humanos de Migrantes, em virtude do disposto no artigo 41.b da Convenção Americana sobre Direitos Humanos; RECONHECENDO a obrigação dos Estados de proteger os direitos de todas as pessoas, independentemente do seu status de imigração" (tradução nossa). Disponível em: https://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/Principios%20DDHH%20migrantes%20-%20ES.pdf. Acesso em: 20 out. 2020.

providências"[158]. O projeto é concordante com recomendações do Banco Mundial. Diversos outros países – tais como Itália, Espanha e Portugal – já tomaram medidas similares, beneficiando dezenas de brasileiros migrantes nesses países[159]. Mais uma vez, a falta de celeridade revela a postura tomada pelo atual governo federal em relação à pandemia.

O incentivo para que os Estados regularizem a situação migratória dos sujeitos que ainda não conseguiram alcançar este direito busca combater a precariedade da *vida migrante*, que se aprofundou neste novo contexto. Reforçando o cerceamento de direitos migrantes, a situação migratória irregular dificulta o acesso à saúde pública, que está entre esses direitos. Fernandes et al. (2020a, p. 448) apontam que:

> Agindo de maneira preventiva, a Defensoria [Pública da União] elaborou também recomendações às Secretarias Municipais de Saúde dos Municípios de Belo Horizonte, Ribeirão das Neves e Betim, para que não fosse negado o atendimento a imigrantes e refugiados pelos aparelhos públicos de saúde.

A despeito disso, a negação é – e já o era antes da pandemia – uma realidade e se torna ainda mais grave em tempos de Covid-19, podendo ser fatal nos casos de infecção pelo novo coronavírus. As vulnerabilidades dos sujeitos migrantes que, em muitos casos, não têm total domínio da língua portuguesa, são majoritariamente trabalhadores informais e têm condições financeiras instáveis e precárias, além de não disporem de informações suficientes sobre como funciona o sistema público de saúde brasileiro (SUS), contribuem para o agravamento da situação. Jade revela conhecer migrantes que

---

[158] Até o dia 21 de outubro de 2020, esta proposição estava aguardando despacho do Presidente da Câmara dos Deputados. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2252827. Acesso em 21 out. 2020.

[159] Para mais informações, acessar também: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2020/06/17/interna_internacional,1157514/italia-pode-regularizar-32-mil-imigrantes-em-duas-semanas.shtml; https://www.migramundo.com/em-meio-ao-covid-19-coletivos-de-imigrantes-no-brasil-lancam-campanha-por-regularizacao-migratoria/; https://redesf.org/campanha-regularizacao-ja-e-oficialmente-aderida-pela-rede-sem-fronteiras/. Acesso em: 21 out. 2020.

foram à óbito em decorrência da infecção pelo novo coronavírus, o que sustenta a gravidade da situação na qual os sujeitos da pesquisa se encontram. A interlocutora ainda chama a atenção para situações de xenorracismo vividas por estes sujeitos:

> *Eu conheço imigrantes que pegaram Covid. Algumas foram internadas. Em hospital de campanha que fizeram. Eu conheço gente que morreu. Imigrantes que perderam la vida graças a este Covid. E tem preconceito aos imigrantes, no só bolivianos. Os imigrantes, acho que todos passamos pela mesma situação* (Jade).

Observa-se, desta forma, a ampliação do xenorracismo, que se revelou mais intenso no contexto da pandemia de Covid-19:

> *Inclusive falando de una menina que estava grávida, ela ganhou bebê quatro dias atrás. E chegou la médica aqui, e mesmo elas son mujeres médicas, trataram de una forma ruim a ela. Ela me comentou que davam risadas por causa dela. Ela no entende nada de português. Por causa da pandemia también tive que brigar con una médica. Porque eu falei con ela. Você és médica, você és mujer. A gente tem que se unir por causa que a gente son feminino. E por que aquele trato con imigrantes? No... No! Você está tratando dela que no sabe falar português e tem una lei que fala que ela pode ter acompanhante. E no permitiram isso daí, por causa de, elas falaram, por causa de Covid. Eu entendi, mas se você me fala con un jeito, con respecto, con aquela humanidade que a gente tem que ter, eu vou entender. Mas se você vai gritar, vai me tratar daquele jeito, eu não vou deixar no, porque a gente ta nesse caminho da luta contra esse preconceito. E eu falei isso e eu acho que elas entenderam, que a gente ta sempre lutando por essa situação* (Jade).

Também buscando enfrentar e combater casos de xenofobia e preconceito, além de confusões com outras doenças, a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) explica a origem do nome escolhido para a doença, alegando que a denominação é importante para este fim. Ventura (2020, p. 103) traz importante contribuição defendendo que:

> A pandemia não pode contribuir como um salvo-conduto para o racismo e para a xenofobia, não apenas por um imperativo ético, mas igualmente porque o estigma reduz a eficiência da resposta à doença. Em termos de saúde pública, a segurança de um território depende, em grande parte, da sua capacidade de compreender, respeitar e acolher. Assim, enquanto o mundo conta milhões e pessoas infectadas e centenas de milhares de mortos pela Covid-19, o uso irresponsável, por ignorância ou malícia, de expressões que personificam o vírus e a doença constitui uma dimensão de infâmia adicional às políticas de extermínio de populações vulneráveis, resultantes de condutas ativas ou omissivas de autoridades públicas que estão em curso durante a pandemia.

A despeito destes e de outros esclarecimentos, têm sido frequentes os relatos de xenorracismo vinculados à Covid-19. Neste contexto, discursos de ódio vêm se ampliando de forma muito preocupante. Um exemplo trágico da exacerbação do xenorracismo pelo contexto pandêmico é o recente assassinato do migrante angolano João Manuel, que trabalhava como frentista e foi esfaqueado em Itaquera, bairro na Zona Leste de São Paulo. O ataque revela cunho xenofóbico, uma vez que foi motivado por uma discussão acerca do pagamento do auxílio-emergencial federal a migrantes. Em entrevista ao G1 publicada no portal deste veículo de comunicação, outro migrante ferido nesta mesma ocasião, que não quis se identificar, relatou:

> Eu queria defender o meu irmão. Foi racista, ele deixou claro que foi racismo, porque ele estava a falar que ia matar meu irmão, mas dando risada, tipo como se fosse matar um animal. [...] Quando a gente falou que era racismo, o brasileiro saiu com a faca e colocou a primeira vez, no peito. A gente foi defender nosso irmão e eu tentei tirar a faca da mão dele. Eu fugi do movimento da faca, mas aí ela entrou na minha barriga, do lado esquerdo. Depois ele fugiu correndo, com a faca ainda na mão[160].

[160] Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/05/19/angolano-morre-esfaqueado-na-zona-leste-de-sp-e-2-ficam-feridos-imigrantes-deixam-suas-casas-em-itaquera-por-medo-de-xenofobia.ghtml. Acesso em: 02 jul. 2020.

Ainda segundo o portal de notícias G1, a Defensoria Pública da União emitiu nota repudiando o caso:

> A Defensoria Pública da União em São Paulo, por sua Coordenação de Migrações e Refúgio, manifesta pesar pela morte de um imigrante noticiada pelo Portal de Notícias G1 em 19/05/2020, com dois outros imigrantes feridos, em ato supostamente praticado por motivação xenofóbica[161].

Conforme já mencionado, estão entre outros desdobramentos destes casos de xenorracismo vinculados à Covid-19 a negação aos direitos migrantes e, mais especificamente, a negação ao acesso à saúde pública. Ambas interferem diretamente na saúde e na vida dos sujeitos da pesquisa.

A distância de parentes e amigos – que ficaram na terra natal – apresenta-se como mais um problema, uma vez que essas ausências também dificultam o enfrentamento à pandemia. A doença requer cuidados e muitos dos sujeitos da pesquisa não têm uma rede de apoio para o caso de serem infectados, pela maior parte da sua família estar na Bolívia.

Outra dificuldade enfrentada por bolivianas e bolivianos na RMBH-MG refere-se à educação formal dos seus filhos. Tal como mencionada acerca da sua necessidade para o cadastro junto ao auxílio-emergencial federal, também para a educação formal a tecnologia e a internet se fazem fundamentais, uma vez que o isolamento social a trouxe para o primeiro plano no cotidiano pandêmico. As escolas suspenderam as aulas presenciais e as crianças e os adolescentes filhos de migrantes, tal como tem acontecido entre nacionais, têm apresentado dificuldades de adaptação às aulas *online*. Isto acaba se revelando mais uma forma de exclusão, já que muitos migrantes não têm recursos para acompanhar esta demanda, concretizando-se obstáculo ao alcance de direitos sociais. As dificuldades vão desde a falta de computadores e internet com velocidade e

---

[161] Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/05/20/defensoria-publica-da-uniao-repudia-caso-de-xenofobia-em-sp-e-diz-que-auxilio-emergencial-vale-para-todos-residentes-do-brasil.ghtml. Acesso em: 02 jul. 2020.

qualidade compatíveis às necessidades desta nova realidade, até questões psicológicas e comportamentais. Interlocutores consultados se queixaram de estresse e desinteresse por parte das crianças e dos adolescentes para acompanhar as atividades escolares *online*, bem como das dificuldades dos próprios pais em oferecer suporte aos seus filhos neste processo:

> *Meu menino tá tendo aula pela internet, mas você sabe, não é a mesma coisa no... É difícil e os meninos, eles também no liga no. Se você no ficar perto deles, eles também no liga no. É difícil, já tá cansados, está ficando muito nervoso, que só fica dentro de casa, todo dia dentro de casa, preso dentro de casa. É complicado. Eles no sei até quando que eles vão aguentar, mas, tipo assim, eles vão ficando já nervoso...* (Álvaro).
> *Eu tenho uma filha de 10 anos e um menino de 4. Eles estão tendo aula de casa. Das escolas do governo mesmo. Eles estão fazendo os trabalhinhos, né? Pra poder contar como presença, na escola. Pra poder contar como ponto... A minha filha tem as aulas que ela assiste, né? Mas é difícil, não adapta bem não, porque é difícil. Tanto pra eles, quanto pra gente, né? Querendo ou não, a gente, pais, a gente não é igual as professoras, né? Elas são preparadas pra isso. Eu vi mãe chorando porque ela não sabe ajudar os filhos porque ela é analfabeta e não tinha recursos pra ensinar a filha. E tem quem não sabe português também. Que as aulas são do português. Não sabe ler, não sabe escrever, tem muitas dificuldades. E não são todos que têm o mesmo recurso, não são todos que podem, não são todos que têm a facilidade de entrar na internet. Infelizmente. E tem prova, tem tudo. A gente tem que acompanhar. Pra estudar, pra fazer trabalhinhos, tudo* (Miriam).

Jade acrescenta às dificuldades de adaptação ao estudo remoto, as implicações para a rotina da família, bem como para os gastos. A demanda por alimentos aumenta, uma vez que as escolas públicas, às quais as crianças migrantes frequentam, fornecem mais de uma refeição. Com a inatividade desses espaços, todas as refeições são feitas em casa, o que contribui para tornar ainda mais difícil as dificuldades financeiras.

> *As escolas não voltam. Está a demorar. As crianças ficam em casa, lamentavelmente. E ainda tem a comida. Porque*

> *quando as crianças están na escola, lá tiene la comida. Mas agora no... E es más comida que precisa. Tem as dificuldades da aula por computador, e comida que tem que ter em casa* (Jade).

Além disso, o universo doméstico no contexto pandêmico apresentou a ampliação da sobrecarga de mulheres com as tarefas cotidianas. De modo geral, há um processo de ressignificação do uso do espaço público e, em decorrência, dos espaços privados da moradia e das interrelações construídas por meio desses espaços. O isolamento social implica em maior presença, dentro de casa, dos membros da família, exigindo uma dedicação ainda maior das mulheres – não só, mas também entre as – bolivianas.

Piorando esta realidade, a violência doméstica se torna mais grave no contexto da pandemia, pelo aumento de convivência no espaço da moradia.

> *E pior ainda son los maridos agredindo sus mujeres na pandemia. Bastante! Aumentou bastante a violência! E era um momento pra gente ta unidos. Mas aumentou muito a violência intrafamiliar* (Jade).

Na cultura boliviana, observa-se frequente submissão da mulher em relação ao homem – sobretudo em relação ao marido –, o que contribui para agravar e tornar mais frequente este tipo de violência. Jade explicita esta questão ao mostrar-se compreensiva para com os maridos, justificando a violência de homens contra suas esposas e filhos:

> *[...] eu entiendo porque o homem procedia assim, né? Desesperado de não poder fazer nada. Eles não tinham... ficavam sem dinheiro. O marido brigava com a mulher, batia nela, nos filhos.*

A pressão social de origem patriarcal sobre os homens que não estão conseguindo ser provedores da família tem como fim, muitas vezes, a violência doméstica – daí um dos motivos do seu agravamento pelo contexto pandêmico. Conforme já discutido, o corpo da mulher – inferiorizado e objeto de posse do marido –, nesses casos, torna-se o ponto de desconto de todas as

dificuldades e, apesar disso, algumas mulheres conseguem fazer esta leitura empática sobre a situação do homem migrante, também seguindo um papel social destinado às mulheres – de compreensão do marido e de harmonização do lar.

Em outros casos, homens bolivianos deixam suas esposas e filhos, abandonando o lar. Há ainda as situações em que as próprias mulheres bolivianas fogem de casa, para não sofrerem mais a violência doméstica. Em todos esses casos, as privações vividas por mulheres e crianças bolivianas se ampliam:

> *Más que todo, o que mais nos preocupa son las mujeres que están sozinhas. Elas têm crianças e ainda están precisando de comida. [...] E tem también o abandono de mujeres por sus maridos. E tem mujeres que têm que deixar sus casas porque aumentou a violência intrafamiliar* (Jade).

Os espaços que eram utilizados por bolivianas e por bolivianos para aliviar as tensões e desfrutar de bons encontros com seus conterrâneos foram fechados para conter a propagação da doença, o que contribuiu para agravar os casos de violência doméstica. Além disso, destaca-se a importância desses momentos para a saúde mental dos sujeitos da pesquisa:

> *Por causa da pandemia, ficou tudo fechado. E as pessoas tiveram que ficar na casa, en sus casas. Más que todo, no tem más aquela diversión para las crianças. Isso tudo dá bastante violência. No tô falando de violência física agora, más psicológica* (Jade).

A quadra Maura Pereira Andrade em Ribeirão das Neves-MG se constitui o principal espaço público apropriado pelos sujeitos da pesquisa. Esta apropriação, feita inicialmente para o lazer, ampliou-se e seu uso foi pluralizado e, neste processo, a quadra foi transformada em um espaço simbólico para bolivianas e bolivianos na RMBH-MG, que fizeram dela o que se chamou nesta pesquisa de "territorialidade quadra-mundo". Porém, com a imposição do isolamento social, a utilização de praças e outros locais públicos para a prática de atividades de esporte e lazer – coletivas ou individuais – que possam gerar aglomeração de pessoas foi suspensa por decreto

– nº 17.328, de 8 de abril de 2020[162] – em Belo Horizonte-MG, e esta conduta foi seguida pelos municípios da região metropolitana. Segundo os interlocutores, o policiamento tornou-se mais ostensivo na quadra Maura Pereira Andrade, buscando evitar qualquer aglomeração:

> *A gente tá jogando ainda nosso futebol, eu com meu menino, a gente joga lá no cantinho, lá escondidinho... Na quadra, no. A quadra lá fechou. Aquela onde bolivianos fazia reunião, fechou tudo. No é mais permitido. E tem muito controle, entendeu? A patrulha, a polícia vai rodar, então no tem jeito no...* (Álvaro).

A dificuldade de acesso ao lazer e, sobretudo, àquele espaço que os reúne como comunidade, também amplia a vulnerabilidade de migrantes, uma vez que agrava a sensação de insegurança, aumenta o estresse e piora a qualidade de vida desses sujeitos:

> *Isso tudo vai demorar um pouquinho, mas vai voltar, né? Eu acho assim... A maior parte de nós tá com medo. E esse negócio de ter medo, vai atrapalhando pra todos* (Álvaro).

À beira de um colapso social, nacionais sofrem com as restrições impostas pelo contexto pandêmico, mas a situação revela-se também muito difícil para bolivianas e bolivianos na RMBH-MG:

> *E tem que se aguentar. Chorar no pode no... Aqui [em Ribeirão das Neves-MG] tem umas 80, 100 famílias pelo menos... Que precisa de ajuda. Toda ajuda é bem-vinda agora. Toda!* (Álvaro).

> *Nessas horas assim que a gente tá passando, a gente tem que procurar um ajudar o outro. Seria tão bom se as pessoas fizessem isso, as coisas, pela outra. O mundo seria melhor. Como se fosse assim... mas, infelizmente, não é muito assim* (Miriam).

---

[162] Disponível em: https://www.cmbh.mg.gov.br/covid-19/decretos-municipais. Acesso em: 07 set. 2020.

> *Então este fue el conflicto de todos da nossa comunidade. No ter documentos atrapalhou demais. Lamentavelmente, contas de aluguel, contas de luz, foram acumulando. E a gente ta precisando ainda. Es difícil e ainda vai ter depois da pandemia. Ta tudo acumulado e a gente tem que pagar las dívidas* (Jade).

A ampliação das vulnerabilidades desses sujeitos fez com que alguns voltassem para o país de origem:

> *Bastantes irmãos, patrícios, voltaram na Bolivia, de qualquer jeito, incluyendo ilegal o no ilegal, eles saíram. O consulado da Bolivia habilitou para eles voltarem. Mas, también, algunas de estas personas, se arrepienten porque en Bolivia esta situación no está uma cosa boa. Acho que alguns también están a pensar em voltar pra aqui, mas teve gente que voltou para mi país. E como en mi país hay cambio de governo, tem conflictos. E a situación la está muy difícil también agora. A gente espera que se passe la possessión do novo presidente e as cosas mejorem* (Jade).

Aos que ficaram, as dificuldades não são menores. Fernandes et al. (2020b, p. 314), citando mais uma vez os números resultantes da pesquisa feita com migrantes internacionais, apontaram que:

> Apesar de todas as dificuldades para se inserirem no mercado de trabalho e dos temores e incertezas do cenário pós-pandemia, a maior parte dos imigrantes residentes em Minas Gerais entrevistados [...] demonstram vontade de permanecer no Brasil. Foi isso que mais de 85% dos 130 respondentes afirmaram ao serem indagados sobre seus planos migratórios.

E, enquanto o cenário pós-pandemia ainda parece distante, a vida compete com o vírus nas mais simples tarefas do cotidiano e esses sujeitos seguem (sobre)vivendo a esta crise sanitária que descortinou graves reflexos sociais, econômicos, financeiros, políticos. Aos poucos, porém, a saturação hospitalar em diversas partes do País responde ao isolamento social imposto, dando espaço para pequenos sopros de esperança. Às restrições, apresentam-se flexibilizações, como a reabertura dos espaços públicos de lazer, possibilitando a volta dos sujeitos da

pesquisa ao seu território-aconchego: a “quadra-mundo” (Figura 44).

FIGURA 44 - **Bolivianas e bolivianos na “quadra-mundo”, após flexibilização das regras de isolamento social, em maio de 2021, em Ribeirão das Neves-MG**

Bolivianos jogando futebol na quadra do bairro Conjunto Henrique Sapori, Ribeirão das Neves-MG

Bolivianas e bolivianos na arquibancada da quadra do bairro Conjunto Henrique Sapori, Ribeirão das Neves-MG

Fonte: Fotos: Ronaldo Silva. Banco de imagens do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP, 2021).

Jade revela-se consciente em relação ao fato de que as muitas dificuldades não abarcam apenas migrantes, mas também nacionais. A interlocutora ainda se mostra grata pela ajuda recebida por brasileiras e por brasileiros, bem como por estudos que os têm como sujeitos de pesquisa:

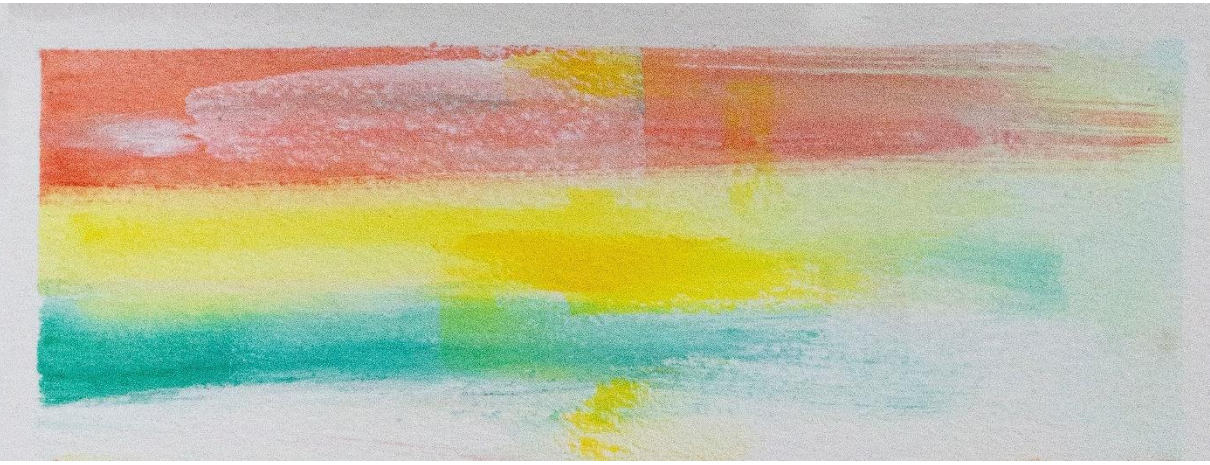
> *Sabemos también que a dificuldade está también con brasileiros. Sabemos también que hay brasileiros que están passando dificuldade con esta situación de pandemia. E nosotros que estamos morando aqui en Brasil, eu fico muy grata con todas as personas que están ajudando, siempre nos dando una mão, una força. Tem muita gente que es ruim e que no es bueno para ter amizade. Muito obrigada a você por tomarem conta porque você vai ser praticamente como nossa porta-voz. Para toda a gente saber como que a comunidade imigrante tem dificuldade para morar* (Jade).

As questões analisadas neste capítulo sugerem ainda a proposição de questionamentos. Quais serão as consequências da pandemia para os sujeitos da pesquisa? Quais recursos – além de alguns dos descritos por eles nas entrevistas – foram utilizados por eles para driblar as dificuldades causadas pela pandemia? Quais estratégias poderão ser desenvolvidas por eles para que se adaptem à nova realidade e para se recuperarem das dificuldades trazidas pela pandemia? A pandemia acarretará mudanças substanciais nos planos migratórios? Isso se traduzirá em mudanças futuras para a migração transnacional boliviana? Quais as expectativas dos sujeitos da pesquisa para o contexto pós-pandemia? Todas essas são perguntas – ainda sem respostas – mas alvos de reflexões por parte dos sujeitos da pesquisa:

> *E agora vamos ver com essa pandemia o que vamos fazer. Porque no tá no plano voltar pra Bolivia no. Voltar agora significa o sacrifício, né? O sacrifício terrível, porque no tá fácil no... As fronteiras eu acho que ainda tá fechada. E voltar lá significa, é a mesma coisa! Porque lá, de qualquer jeito, você vai ficar fechado, porque lá também tá assim. Tá é pior ainda! Mas vai voltar... A pandemia veio pra ficar, ela no vai acabar, a gente que tem que mudar os hábitos. É muita coisa! Mas tem muita gente que tá pensando em voltar pra lá. Muita gente tá*

> *pensando diferente agora, né? O quê que vai fazer daqui pra frente...* (Álvaro).

Apesar de se constituírem especulações, por serem proferidas pelos protagonistas desta história, elas têm boas perspectivas de se concretizarem: "[...] somos *sujeito*, somos quem descreve, somos quem narra, somos autoras/es e autoridade da nossa própria realidade" (KILOMBA, 2019, p. 238).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que as páginas desta pesquisa querem vibrar é a presença da imigração boliviana na RMBH-MG, compreendida à luz das histórias dos interlocutores da pesquisa – analisados como sujeitos coletivos – e das trajetórias migratórias desses sujeitos, que se entrelaçam às escalas globais, regionais e locais. As barreiras da linguagem e das defesas construídas por esses migrantes, como reação ao xenorracismo, foram sendo desmanteladas, aos poucos, nos percursos assumidos pela presente pesquisa. Construímos, com generosidade e com gentileza, relações de confiança necessárias para a horizontalidade que os diálogos demandam e, assim, foi possível presenciar a "territorialização da bolivianidade" no recorte espacial da pesquisa, produzida com tanto afinco para sustentar as raízes – mesmo que estejam tão distantes da terra que as sustentam – e a integração ao novo que a migração os impele.

Essa relação de confiança também permitiu que se retornasse aos interlocutores, remotamente, quando se assolou sobre todo o mundo a inesperada e assombrosa pandemia de Covid-19. Sujeitos que já viviam situações de precariedade e invisibilidade se depararam com uma situação que conseguiu aprofundar ainda mais as desigualdades em uma crise socioeconômica que o Brasil parece abraçar – à deriva – a partir das escolhas políticas no âmbito, sobretudo, do governo federal. A pandemia parece nos tirar os fios de esperança a que nos agarrávamos. No entanto, é também os momentos de crise que nos revelam a necessidade de enfatizar, ainda mais, a luta, a resistência, a força e os sentimentos que permitem alavancar outras possibilidades de conexões, coexistências e vivências. É nesse contexto – que por vezes parece um redemoinho de tantas dúvidas – que esta pesquisa pretende ter contribuído para a visibilidade de migrantes, em especial, bolivianas e bolivianos na RMBH-MG e, portanto, para que suas vozes ecoem e reverberem.

A migração boliviana contemporânea inscreve-se na nova pauta das migrações transnacionais, constituindo o que se tem chamado de "novos fluxos migratórios" (ASSIS; SASSAKI, 2001). Esta migração está inscrita ainda nas migrações Sul-Sul (BAENINGER et al., 2018; 2015; 2014; 2013; PHELPS, 2014), que vêm se intensificando e mobilizando capital e força de trabalho (SASSEN, 1998). Como desdobramento desta nova configuração migratória, percebe-se grande aumento da presença de migrantes nos e entre os Países do Sul, impulsionados pelo capitalismo financeiro, essência da Era da Mobilidade (CORTÈS; FARET, 2009a). Trata-se de uma nova etapa do desenvolvimento do capitalismo e do processo de internacionalização da economia (PORTO-GONÇALVES, 2012). A imigração boliviana no Brasil, portanto, não se caracteriza como migração de vizinhança ou fronteiriça (BAENINGER, 2012c), mas se redesenha sob o conceito dos "periféricos na periferia" (BASSO, 2013).

É neste contexto que o Brasil passa também a compor a rota internacional de bolivianas e de bolivianos, com início nos anos 1980 em São Paulo (SILVA, 2006) e, em anos recentes, se espraiando para diferentes localidades do Brasil vinculadas ao setor da costura. Por ser um fenômeno recente, a produção

científica sobre ele ainda está começando a ser desenvolvida, diferentemente de São Paulo, onde é vasta esta produção, e isso implica na necessidade de conhecermos o agente que se desloca no tempo e no espaço, bem como as suas motivações, o contexto desse movimento, os seus percursos migratórios e os seus desdobramentos e, finalmente, as expectativas desses migrantes.

Tarrius (2009) defende que a intensificação da circulação, a partir das reorganizações econômicas e financeiras contemporâneas, promove a socialização de espaços que sustentam o movimento migratório. Sujeitos constroem vínculos sociais a partir das identidades estabelecidas, e a noção de "territórios circulatórios" faz alusão a espaços que são expressões desses vínculos. Assim, a RMBH-MG apresenta-se como um "território circulatório" por expressar a mobilidade de bolivianas e bolivianos na produção global e regional da costura, impulsionando a produção de territorialidades, conectando o novo "espaço da migração" (BAENINGER, 1999) à origem.

A imigração boliviana para a RMBH-MG pode ser explicada pelos percursos migratórios e experiências anteriores estabelecidas a partir de redes familiares e de redes sociais. A principal porta de entrada no Brasil para migrantes bolivianas e bolivianos é a produção têxtil e é para atender a esta indústria que os sujeitos da pesquisa se dirigem para a RMBH-MG. A sua crescente presença neste recorte espacial é explicada pela migração interna de bolivianas e de bolivianos em São Paulo para a RMBH-MG somada à migração diretamente da Bolívia, ainda que em menor escala.

Os sujeitos da pesquisa, enquanto migrantes transnacionais, permanecem em movimento, a partir dos seus percursos migratórios, para driblar as (im)possibilidades da nova vida. Além do desafio de aprender o novo idioma, migrantes enfrentam, ao longo da travessia, inúmeras outras dificuldades – que se revelam em todos os aspectos da vida: social, laboral, cultural, espacial e temporalmente – e seguem permeando a vida desses sujeitos, expondo e aprofundando as vulnerabilidades que os acompanham desde a origem.

Assim, muitos dos sujeitos da pesquisa optam pela migração para a RMBH-MG como alternativa às amarras que os prendiam à superexploração da sua força de trabalho, mais

consolidadas em São Paulo-SP. Porém, este movimento não garante o rompimento do ciclo, já que ele se mantém nas primeiras semanas da sua chegada no novo espaço da migração (BAENINGER, 1999). A principal convergência que existe entre as pessoas entrevistadas é o fato de a migração para Minas Gerais ser marcada, sobretudo em ocasião da chegada desses migrantes ao estado, por processos de servidão por dívida. Este problema, amplamente denunciado em São Paulo-SP – e, infelizmente, ainda muito praticado –, também foi encontrado na RMBH-MG.

Ao longo da trajetória da Bolívia para São Paulo e de São Paulo para Minas Gerais, ou da Bolívia diretamente para a RMBH-MG, paisagens mudam, relações são descontruídas, novas relações são construídas – o movimento e as dificuldades marcam o processo, que é sempre territorial. Uma vez alcançado o recorte espacial da pesquisa, os desafios da *vida migrante* culminam na produção de territorialidades: a do trabalho e a da moradia, a do acesso à educação e dos cuidados com a saúde, e as produzidas para os momentos de descanso. Tais territorialidades evidenciam a dinâmica migratória, a presença dos sujeitos da pesquisa no recorte espacial e sua (re)configuração territorial e, diante disso, os caminhos deste estudo levaram à construção conceitual da "territorialização da bolivianidade".

Este processo de reterritorialização refletiu o alto custo da terra e o próprio custo de vida em Belo Horizonte-MG – devido ao fato de ambos serem muito elevados, os primeiros migrantes que chegaram não se instalaram nesta metrópole, mas se territorializaram em seu entorno, concentrando-se em áreas pontuais da sua região metropolitana. Desta forma, as redes migratórias se articulam na periferia em função do maior custo de vida. Ribeirão das Neves-MG destaca-se amplamente entre as cidades da RMBH-MG que abrigam migrantes bolivianas e bolivianos com a territorialidade construída a partir das moradias próximas e do elo cotidiano entre eles também se faz presente. Isto ocorre em diversas situações, como quando migrantes bolivianas e bolivianos compartilham entre eles a demanda da produção da costura. Assim, eles fortalecem o grupo e consolidam a presença da imigração boliviana no mercado da costura na RMBH-MG.

Para os interlocutores da pesquisa, o acesso à escola pública, além de oferecer educação e socialização aos seus filhos, garante um espaço para que eles se organizem, territorializando-se. A escola revela-se espaço para reunião entre eles, onde esses sujeitos buscam conhecer mais os seus direitos e organizam a constante luta pelo alcance dos serviços básicos – que lhes são garantidos por lei, mas revelam-se distantes do seu cotidiano.

A produção de territorialidades articula redes migratórias e redes sociais, uma vez que são elas, entre outros fatores, que viabilizam o processo migratório e ajudam a sustentar a permanência de migrantes nos espaços da migração (BAENINGER, 1999). As redes acionadas contribuem, desta forma, para que a produção de territorialidades ocorra – a partir da criação de vínculos com o espaço e entre os sujeitos migrantes, sempre com a manutenção do vínculo com a Bolívia em um espaço transnacional da migração.

No espaço público de Ribeirão das Neves-MG, os sujeitos da pesquisa fazem-se presentes, sobretudo, na apropriação do espaço para o lazer. Os caminhos deste estudo permitiram ainda que construíssemos o conceito "territorialização da bolivianidade", uma proposição inspirada nos "espaços da bolivianidade" de Grimson (2006). De acordo com o autor, esses espaços representam a união de migrantes bolivianas e bolivianos entre eles e com a origem, e a produção deles vincula-se estreitamente à prática laboral na indústria têxtil. Bolivianas e bolivianos na RMBH-MG vivem, nos seus momentos de descanso, o seu mundo na quadra Maura Pereira Andrade, no bairro Conjunto Henrique Sapori, a "territorialidade quadra-mundo", que simboliza a presença boliviana perante a sociedade receptora, concretizando e evidenciando a "territorialização da bolivianidade" na RMBH-MG. Ali, os sujeitos da pesquisa se fazem presentes e são notados pelos nacionais.

A "quadra-mundo" vai além. Ela mantém, sim, os sujeitos da pesquisa conectados à origem e promove a reunião deles em comunidade, mas, para além disso, ela concretiza identidades, transformando aquele espaço em lugar pra eles, em abrigo. Ela significa, também, organização social, ocupação e apropriação do espaço público, imposição de poder e

visibilidade, resistência. Ela é, portanto, a principal expressão da cada vez mais consolidada "territorialização da bolivianidade". Ela não está isenta, claro, de relações conflituosas e contraditórias, sobretudo por abrigar exploradores e explorados, que convivem nesta territorialidade. Isso só reafirma a sua importância para os interlocutores que, apesar disso, continuam a frequentando.

Praticado, inicialmente, para servir de elo entre esses sujeitos – que buscam não só um lazer, mas, sobretudo, segurança – o futebol-resistência serve para os reunir, fortalecendo-os como grupo, e contribuindo para a produção e afirmação desta territorialidade. Na quadra e (também e sobretudo) a partir do futebol-resistência, os sujeitos da pesquisa ganham notoriedade como produtores de lugar e de território – produzindo a "quadra-mundo", que se apresenta como o principal espaço de sociabilidade da imigração boliviana na RMBH-MG.

E esta importância se revela também nas fotos da "quadra-mundo" que povoam esta pesquisa. Ao longo de todo o muro há pichações e grafites, que concretizam disputas de poder (neste e por este). Os interlocutores abordaram essas disputas quando mencionaram a relação entre eles e capoeiristas brasileiros. Nas imagens também é possível ver as tucumanas, comida típica, e o Awayo, este tecido em cores vibrantes usado para se aquecerem e para cobrirem o chão nas arquibancadas. Nesta quadra, há reuniões entre bolivianos, o que revela que este espaço é usado para além da diversão, propiciando discussões interessantes ao grupo migrante. Os campeonatos de futebol organizados por eles têm premiações e troféus que são exibidos, sendo a expressão da alegria e da concretização o profundo desejo de comemorarem o dia da Independência da Bolívia neste espaço, em 6 agosto de 2019. Nesta territorialidade, há a prática linguística pela comunicação em espanhol, entre outras formas de relações simbólicas e materiais estabelecidas com a Bolívia a partir desta territorialidade.

Ao mesmo tempo, observa-se o pertencimento em relação ao novo espaço da migração, oriundo das suas vivências, da própria dinâmica migratória, e ele se revela, principalmente, na forte presença do futebol em suas vidas, que se apresenta

como representante da cultura brasileira e como expressão do desejo de reterritorialização, que é alcançada com essa configuração boliviana-brasileira.

O orgulho oriundo da identidade étnico-cultural é sentimento comum nesta territorialidade. Ele dá significado à "quadra-mundo", que representa o encontro entre bolivianas e bolivianos na RMBH-MG, bem como o encontro entre eles e a territorialidade que produziram, reforçando laços que remetem à origem e estreitando vínculos. Este foi o caminho para a produção da "territorialidade quadra-mundo": a partir do estabelecimento de relações que remetem à nacionalidade boliviana e suas tradições ressignificadas. Neste processo, laços são estabelecidos entre espaços geográficos, socioeconômicos e culturais diferentes e, com esta aproximação, novas relações aprofundam e intensificam identidades, reforçando as territorialidades produzidas e concretizando o processo de "territorialização da bolivianidade" na RMBH-MG. A "territorialidade quadra-mundo" cumpre a função de vincular bolivianas e bolivianos, além de vincular origem e destino a partir de relações simbólicas e materiais estabelecidas nela, podendo ser classificada como principal expressão da cada vez mais consolidada "territorialização da bolivianidade" no recorte espacial desta pesquisa.

O sentimento de pertencimento gera, ainda, outros usos da "territorialidade quadra-mundo" para além da diversão e do descanso. Tal como as escolas públicas, ela serve de espaço para reuniões para discussão de questões diversas, sobretudo questões políticas inerentes ao processo migratório e ao processo de reterritorialização. Desta forma, ela contribui com a reafirmação do coletivo, fortalecendo a resistência desses sujeitos como grupo migrante. A trágica pandemia deixa "suspensa" a "quadra-mundo", mas a territorialidade migrante se fortalece nas práticas sociais, inclusive entre migrantes e nacionais, neste momento de crise sanitária e econômica.

Redes migratórias e redes sociais viabilizam o processo migratório e ajudam a sustentar a permanência de migrantes com a construção de laços que intensificam identidades e reforçam as territorialidades. E são essas territorialidades que, além de iluminar a presença desses

sujeitos, evidenciam a dinâmica migratória e a (re)configuração territorial, concretizando a "territorialização da bolivianidade".

Nós esperamos, com esta pesquisa, contribuir para ampliar a visibilidade de bolivianas e bolivianos na RMBH e, principalmente, o seu acesso aos direitos migrantes. Que o portão da "quadra-mundo", aberto aos interlocutores da pesquisa, represente a abertura de fronteiras.

Agenda de pesquisa

Lefebvre (2008) valoriza a utopia em um mundo onde tudo é realidade, onde tudo é concreto e está posto hegemonicamente. "Hoje, mais que nunca, não existe pensamento sem utopia. Ou então, se nos contentarmos em constatar, em ratificar o que temos sob os olhos, não iremos longe, permaneceremos com os olhos fixados no real" (LEFEBVRE, 2008, p. 15). A utopia é necessária para que o avanço aconteça. A partir dela, a humanidade caminha e vai para além do que é imposto pela lógica hegemônica. Pela utopia, a humanidade busca possibilidades de mudanças. A utopia foi, desta forma, o norte para o desenvolvimento desta tese. Ela insinua caminhos que, por diversos motivos, podem ser de difícil alcance e, assim, passam a compor a agenda de pesquisa.

Enquanto nos dedicávamos à conclusão do presente estudo, o mundo foi acometido pela pandemia de Covid-19. O isolamento social imposto impossibilitou o desenvolvimento de um projeto de curta-metragem planejado para os meses finais da pesquisa. A ousada proposta – que ainda pretendemos colocar em prática com o fim da crise sanitária que estamos vivendo – consiste em convidar uma das interlocutoras desta pesquisa para que ela continue nos contando a sua história, com o fim de aprofundarmos em determinadas questões. Sua entrevista foi uma constante denúncia à superexploração da força de trabalho que marca a vida de bolivianas e de bolivianos migrantes. Segundo ela, desde a sua saída da Bolívia, já contratada para costurar em São Paulo-SP, ela sofreu diversas formas de violência, entre as quais ela grifou a servidão por dívida que levou à superexploração da sua força de trabalho nesta metrópole global, condição que se estendeu à sua chegada na RMBH-MG. A

"quadra-mundo", onde os sujeitos da pesquisa reúnem-se para o "futebol-resistência", seria também amplamente explorada neste micro documentário, por se constituir a principal territorialidade produzida por bolivianas e bolivianos na RMBH-MG e, portanto, ser a referência da resistência desses sujeitos. Este curta-metragem teria ainda a participação de especialistas que falariam acerca da conjuntura atual das migrações internacionais, da superexploração da força de trabalho migrante, e da governança das migrações transnacionais.

A própria pandemia, que adiou este projeto de curta-metragem, abre espaço como agenda de pesquisa, uma vez que esse novo cenário convida a explorar ainda mais as contradições, as disputas e as articulações de bolivianas e bolivianos na RMBH-MG. Muitas são as dúvidas que emergem neste momento que estamos vivendo, e algumas delas foram aqui reunidas, em uma nova proposta de pesquisa. Esta investigação alcançaria, tomando como foco o contexto pós-pandêmico, os desdobramentos da pandemia para migrantes transnacionais, buscando respostas mais específicas voltadas para a realidade dos sujeitos da pesquisa. Nesse sentido, algumas questões podem ser registradas. Fronteiras extremamente seletivas tornar-se-ão o novo panorama do mundo? Quais as implicações da intensificação desta seletividade para migrantes transnacionais? A pandemia levou a restrições ainda mais intensas e duradouras para as migrações transnacionais? Ela contribuiu para ampliar o xenorracismo arraigado nas estruturas sociais, expondo ainda mais a população migrante internacional? Quais os desdobramentos da pandemia para o sistema concorrencial neoliberal? Quais os impactos da pandemia para os processos imigratórios bolivianos na RMBH-MG? Quais recursos – além dos descritos pelos interlocutores durante as entrevistas aplicadas – foram utilizados pelos sujeitos da pesquisa para driblar as dificuldades causadas pela pandemia? Quais estratégias foram desenvolvidas por eles para se adaptarem à nova realidade e para se recuperarem das dificuldades trazidas pela pandemia? A pandemia acarretou em mudanças substanciais nos planos migratórios? Isso se traduzirá em mudanças futuras para a migração transnacional boliviana? Quais as expectativas dos sujeitos da pesquisa para o contexto

pós-pandemia que estaria se iniciando? Aos migrantes que resolveram retornar à Bolívia, quais os desdobramentos desse retorno?

Finalmente, deixando o cenário da pandemia, outra proposta instigante é a investigação da segunda geração de bolivianas e bolivianos na RMBH-MG. Como as crianças – filhas e filhos de migrantes bolivianas e bolivianos – nascidas no Brasil são percebidas e recebidas pelo Estado e pelos nacionais? Podem viver livremente e têm acesso aos seus direitos ou são negadas pelo seu fenótipo? Elas conseguem se livrar do xenorracismo por serem brasileiras? Elas se sentem realmente brasileiras ou se identificam mais com a Bolívia? Muitas vezes, apesar de essas crianças terem nascido no Brasil, elas não são reconhecidas como brasileiras pelos nacionais e, ao mesmo tempo, não são bolivianas. Como este limbo é percebido e trabalhado por essas crianças e adolescentes para a construção de suas identidades, no sentido geográfico e cultural da nacionalidade?

Esses são caminhos que, quando trilhados, poderão contribuir para melhorar a realidade de migrantes bolivianas e bolivianos na RMBH-MG. Lutemos por isso, lutemos pelo direito de migrar, lutemos pelo direito de *ser migrante*, lutemos pelo direito de uma vida digna acessível a todas e a todos.

TECO
TEED
GFA

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia.** São Paulo, SP: Martins Fontes, 2007.

ACOSTA, Alberto. **O bem viver:** uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo, SP: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ALDRICH, Howard; WALDINGER, Roger. Ethnicity and entrepreneurship. **Annual Review of Sociology,** USA, v. 16, n. 1, p. 111-135, 1990.

ALVES, Glória da Anunciação. A mobilidade/imobilidade na produção do espaço metropolitano. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (org.). **A produção do espaço urbano:** agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo, SP: Contexto, 2011.

ALVES, Ubiratan Silva. Imigrantes bolivianos em São Paulo. In: BAENINGER, R. (org.). **Imigração boliviana no Brasil.** Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" – Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; UNFPA, 2012. p. 231-255.

AMARAL, Ana Paula Martins; BAÍS, Mayara da Costa; SILVA, Eduardo Soares. Autorização de residência prevista para vítimas o trabalho escravo na Lei de Migração: um estudo a partir da perspectiva dos imigrantes bolivianos. In: RAMOS, A. C.; VEDOVATO, L. R.; BAENINGER, R. (coord.). **Nova Lei de Migração:** os três primeiros anos. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" – Nepo/Unicamp; Observatório das Migrações em São Paulo/FADISP, 2020. p. 305-323.

ARAÚJO, José Renato de Campos. **Imigração e futebol:** o caso Palestra Itália. 1996. 179f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1996.

ARENDT, Hannah. **¿Qué es la política? Introducción de Fina Birulés.** Barcelona: Paidós, 1997.

ARENDT, Hannah. **A condição humana.** São Paulo, SP: Universitária, 1987.

ARENDT, Hannah. **The origins of totalitarianism.** Londres: André Deutsch, 1986.

ARENDT, Hannah. **O sistema totalitário.** Tradução de Roberto Raposo. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1978.

ARIZA, Marina; VELASCO, Laura (coord.). **Métodos qualitativos y su aplicación empírica:** por los caminhos de la investigación sobre migración internacional. México: INAMY; Colegio de la Frontera Norte, 2012.

ASSIS, Gláucia de Oliveira; SASAKI, Elisa Massae. Novos migrantes do e para o Brasil: um balanço da produção bibliográfica. In: CASTRO, M. G. (coord.). **Migrações internacionais:** contribuições para políticas. Brasília, DF: CNPD, 2001. p. 615-639.

AZEVEDO, Flávio Antônio Gomes. **A presença de trabalho forçado na cidade de São Paulo:** Brasil/Bolívia. 2005. 68f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia e Administração da USP, Universidade de São Paulo, SP, 2005.

BABY-COLLIN, Virginie et al. Territorios bolivianos en las metrópolis españolas: Madrid y Barcelona. In: JOURNÉE D'ETUDE ESPAGNE DE MIGRINTER – TRANSFORMATIONS URBAINES ET MIGRATIONS DANS LES VILLES ESPAGNOLES, 4., 2011, Buenos Aires. **Anais...** [*S. l.*]: Programa IMITMA (CNRS-CONICET): nuevas trayectorias de la migración internacional andina en América Latina y en Europa, 2011.

BABY-COLLIN, Virginie et al. (dir.). **Migrants des Suds.** Paris: IRD Éditions, 2009.

BAENINGER, Rosana; VEDOVATO, Luís Renato; NANDY, Shailen (coord.). **Migrações internacionais e a pandemia de Covid-19.** Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" – Nepo/Unicamp, 2020.

BAENINGER, Rosana et al. (org.). **Migrações Sul-Sul.** 2. ed. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" – Nepo/Unicamp, 2018.

BAENINGER, Rosana; FERNANDES, Duval (coord.). **Atlas Temático:** Observatório das Migrações em São Paulo: migrações internacionais. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" – Nepo/Unicamp, 2017.

BAENINGER, Rosana. Migrações contemporâneas no Brasil: desafio para as políticas sociais. In: PRADO, E. J. P.; COELHO, R. **Migrações e trabalho.** Brasília, DF: Ministério Público do Trabalho, 2015. p. 79-86.

BAENINGER, Rosana. Migrações internacionais no século 21: desafios para uma agenda de pesquisa. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN, 6., 2014, Lima, Perú. **Anais...** Argentina: ALAP, 2014.

BAENINGER, Rosana; OLIVEIRA, Gabriela. A interiorização das migrações internacionais: o caso dos bolivianos no Estado de São

Paulo. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN, 6., 2014, Lima, Perú. **Anais...** Argentina: ALAP, 2014.

BAENINGER, Rosana (org.). **Migração internacional.** Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" – Nepo/Unicamp, 2013.

BAENINGER, Rosana. **Fases e faces da migração em São Paulo.** Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" – Nepo/Unicamp; FAPESP; CNPq, 2012a.

BAENINGER, Rosana. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil. *Revista* **Interdisciplinar da Mobilidade Humana – REMHU,** Brasília, DF, Ano XX, n. 39, p. 77-100, 2012b.

BAENINGER, Rosana (org.). **Imigração boliviana no Brasil.** Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" – Nepo/Unicamp; FAPESP; CNPq; UNFPA, 2012c.

BAENINGER, Rosana. São Paulo e suas migrações no final do século 20. **São Paulo em Perspectiva,** São Paulo, SP, v. 19, n. 3, p. 84-96, 2005.

BAENINGER, Rosana. **Região, metrópole e interior:** espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes no Brasil – 1980/1996. 1999. 234f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1999.

BAILEY, Adrian J. Turning transnational: notes on the theorisation of international migration. **International Journal of Population Geography,** US, v. 7, n. 6, p. 413-428, 2001.

BAILY, Samuel S. La cadena migratoria de los italianos en la Argentina. In: BOUCAULT, C. E. A.; MALATIAN, T. **Políticas migratórias:** fronteiras dos direitos humanos no século XXI. Rio de Janeiro, RJ: Renovar, 2003.

BALÁN, Jorge. Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórico comparativa. **Estudos CEBRAP,** São Paulo, SP, v. 5, p. 5-79, 1973.

BALIBAR, Étienne. **We, the people of Europe? Reflections on transnational citizenship.** Translated by James Swenson. New Jersey, NJ: Princeton University Press, 2004.

BASSEGIO, Luiz. A imigração latino-americana para o Brasil: o caso dos bolivianos em São Paulo. **Cadernos do CEAS,** Salvador, BA, n. 214, p. 51-59, 2004.

BASSO, Pietro. Imigração, racismo e antirracismo na Europa de hoje. Tradução de Patricia Villen. In: TAVARES, M. A.; GOMES, C. (org.). **Intermitências da crise e questão social:** uma interpretação marxista. João Pessoa, PB: UFPB, 2013. p. 83-113.

BASSO, Pietro; PEROCCO, Fabio (org.). **Gli immigrati in Europa:** diseguaglianze, razzismo, lotte. Milano: FrancoAngeli, 2003.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Brancos e negros em São Paulo.** São Paulo, SP: Global Editora, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2001.

BESSE, Jean-Marc. **O gosto do mundo:** exercícios de paisagem. Rio de Janeiro, RJ: UERJ, 2014.

BEYER, Peter. Globalization and glocalization. In: BECKFORD, J.; DEMERATH, J. **The sage handbook of religions.** Londres: SAGE, 2011. p. 98-117.

BOBBIO, Norberto. **O positivismo jurídico:** lições de filosofia do direito. São Paulo, SP: Ícone, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

BOYD, Monica. Family and personal networks in international migration: recent developments and new agenda. **International Migration Review,** New York, NY, v. 23, n. 3, p. 853-876, 1989.

BRANDÃO, Carlos A. **Território e desenvolvimento:** as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sobre a doença.** Brasília, DF, 2020. Disponível em: https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#o-que-e-covid. Acesso em: 02 fev. 2021.

CAMARGOS, Marcia; CARUSO, Carla. **Diálogos de Samira:** por dentro da guerra síria. São Paulo, SP: Moderna Editora, 2015.

CAMPOS, Andrelino. A sociedade do improviso gera intervenções urbanas provisórias: algumas considerações sobre a expansão da cidade do Rio de Janeiro sob a ótica dos grupos segregados. In: SILVA, C. A.; CAMPOS, A (org.). **Metrópoles em mutação:** dinâmicas territoriais, relações de poder e vida coletiva. Rio de Janeiro, RJ: Revan; FAPERJ, 2008. p. 81-104.

CANO, Wilson. **Novas determinações sobre a questão regional e urbana após 1980.** Campinas, SP: IE/UNICAMP, 2011. (Texto para Discussão n. 193).

CARDOSO, Nelson Ari; MOURA, Rosa; CINTRA, Anael Pinheiro de Ulhôa. Mobilidade transfronteiriça. **Cadernos IPARDES,** Curitiba, PR, v. 2, n. 2, p. 32-50, 2012. (Dossiê: população, mobilidade e arranjos espaciais no Censo de 2010).

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da "organização" à "produção" do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (org.). **A produção do espaço urbano:** agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo, SP: Contexto, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A metrópole entre o global e o local. In SILVA, C. A.; CAMPOS, A (org.). **Metrópoles em mutação:** dinâmicas territoriais, relações de poder e vida coletiva. Rio de Janeiro, RJ: Revan; FAPERJ, 2008.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O consumo do espaço. In CARLOS, A. F. A. (org.). **Novos caminhos da geografia.** 5. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2005.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. "Novas" contradições do espaço. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. L. (org.). **O Espaço no fim de século:** a nova raridade. São Paulo, SP: Contexto, 1999.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (Re)produção do espaço urbano.** São Paulo, SP: EdUSP, 1994.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** São Paulo, SP: Paz e Terra, v.1, 1999.

CASTLES, Stephen; MILLER, Mark J. **La era de la migración:** movimientos internacionales de población en el mundo moderno. Traducción: Luis Rodolfo Morán Quiroz. México: Grupo Editorial Miguel Ángel Porrúa, 2004.

CASTRO, Elias; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo Cesar da Costa (org.). **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1995.

CASTRO, Maria da Consolação Gomes; FERNANDES, Duval. A emigração dos haitianos para cidades brasileiras: desafios para políticas públicas de integração. In: SIMPÓSIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 3., 2014, Belo Horizonte, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: PUC Minas, 2014.

CERRUTTI, Marcela. El envío de remesas de migrantes peruanos y paraguayos en el área metropolitana de Buenos Aires: un estudio comparativo. In: MEICHTRY, N.; PELLEGRINO, A.; BOLOGNA, E. **Red movilidad internacional de la población. Migrantes latinoamericanos:** el estado de las investigaciones en la región. Rio de Janeiro, RJ: ALAP Editor, 2008. p. 97-117.

CIASCA, Kaian Nóbrega Maryssael. Memória, identidade e território: mapas afetivos como indicadores de hábitos culturais. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação,** São Paulo, SP, n. 6, p. 207-221, 2018.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (org.). **A produção do espaço urbano:** agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo, SP: Contexto, 2011a.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas.** 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2011b.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** 2. ed. São Paulo, SP: Ática, 1993.

CORTÈS, Geneviève; FARET, Laurent. La circulation migratoire dans l'ordre des mobilités. In: CORTÈS, G.; FARET, L. (org.). **Les circulations transnationales:** lire les turbulences migratoires contemporaines. Paris: Armand Colin, 2009a. p. 7-19.

CORTÈS, Geneviève; FARET, Laurent. Introduction générale. In: BABY-COLLIN, V. et al. (dir.). **Migrants des Suds.** Paris: IRD Éditions, 2009b.

CORTÈS, Geneviève. Una ruralidad de la ausencia. Dinámicas migratórias internacionales en los valles interandinos de Bolivia en un contexto de crisis. In: HINOJOSA GORDONAVA, A. (org.). **Migraciones transfronterizas:** visiones de Norte y Sud América. La Paz: PIEB/Plural, 2004.

CORTÈS, Geneviève. Sistemas de movilidad y circulación migratoria de los campesinos bolivianos: ¿hacia una neo-territorialidad andina? In: SALMAN, T.; ZOOMERS, A. (ed.). **Cuadernos del Cedla the andean exodus:** transnational migration from Bolivia, Ecuador and Peru, Amsterdam. Amsterdam: Centre for Latin American Research and Documentation; Department of Social and Cultural Anthropology of the Vrije Universiteit Amsterdam, 2002. p. 53-76.

CORTÈS, Geneviève. Les Boliviens à Buenos Aires: présence dans la ville, repères de la ville. **Revue Européenne des Migrations Internationales,** Paris, v. 17, n. 3, p. 119-146, 2001.

CORTÈS, Geneviève. **Partir pour rester:** survie et mutations des sociétés paysannes andines (Cochabamba, Bolivie). Paris: IRD Éditions, 2000. (Coll. À Travers Champs).

CORTÈS, Geneviève. Mobilités paysannes et identités territoriales dans les Andes boliviennes. In: BONNEMAISON, J. (coord.). **Les Territoires de l'identité:** le territoire, lien ou frontière? Paris: L'Harmattan, 1999. p. 259-268.

CORTÊZ, Tiago Rangel. Do nacionalismo metodológico ao lugar dos direitos: uma análise da fiscalização de oficinas de costura que produziam para a Zara. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE ANTROPOLOGÍA, 3., 2012, Santiago, Chile. **Anais...** Montevideo: ALA, 2012.

COSTA, Rogério Haesbaert. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. **Geografia cultural:** uma antologia. Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, v. 2, 2013.

COSTA, Rogério Haesbaert. **O mito da desterritorialização:** do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2011.

COSTA, Rogério Haesbaert; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. **Etc..., espaço, tempo e crítica – Revista eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas,** Niterói, RJ, v. 1, n. 2(4), p. 39-52, 2007.

COURGEAU, Daniel. **Methodes de mesure de la mobilité spatiale:** migrations internes, mobilité temporaire, navettes. Paris: Editions de l'Institut National d'Etudes Demographiques, 1988.

CYMBALISTA, Renato; XAVIER, Iara Rolnik. A comunidade boliviana em São Paulo: definindo padrões de territorialidade. **Cadernos Metrópole,** São Paulo, SP, n. 17, p. 119-133, 2007.

DAMIANI, Amélia. A metrópole na dialética entre o território de ação estatista e o espaço de projeto político. In: SILVA, C. A.; CAMPOS, A (org.). **Metrópoles em mutação:** dinâmicas territoriais, relações de poder e vida coletiva. Rio de Janeiro, RJ: Revan; FAPERJ, 2008.

DAMIANI, Amélia. O lugar e a produção do cotidiano. In: CARLOS, A. F. A. (org.). **Novos caminhos da geografia.** 5. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2005.

DAMIANI, Amélia. Urbanização e globalização: a fragmentação do espaço e da personalidade. **Revista GEOUSP: Espaço e Tempo,** São Paulo, SP, v. 3, n. 1, p. 19-25, 1999.

DE HASS, Hein. Migration and development: a theoretical perspective. **International Migration Review,** New York, NY, v. 44, n. 1, p. 227-264, 2010.

DE LA TORRE ÁVILA, Leonardo. **No llores, prenda, pronto volveré:** migración, movilidad social, herida familiar y desarrollo. La Paz: PIEB; IFEA; UCB, 2004.

DOMENACH, Hervé. De la migratologie. **Revue Européene de Migrations Internationales,** Paris, v. 12, n. 2, p. 73-86, 1996.

DOMENECH, Eduardo. La visión estatal sobre las migraciones en la

Argentina reciente. De la retórica de la exclusión a la retórica de la inclusión. In: DOMENECH, E. (comp.). **Migración y política:** el estado interrogado. Procesos actuales en Argentina y Suramérica. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 2009.

DOMENECH, Eduardo. La ciudadanización de la política migratoria en la región sudamericana: vicisitudes de la agenda global. In: NOVICK, S. (org.). **Las migraciones en América Latina.** Buenos Aires: Catálogos, 2008. p. 53-72.

DOMENECH, Eduardo; MAGLIANO, María José. Migraciones internacionales y política en Bolivia: pasado y presente. **Estudios Migratorios Latinoamericanos,** Buenos Aires, v. 21, n. 62, p. 3-41, 2007.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social:** pobreza, emprego Estado e o futuro do capitalismo. 2. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2000.

ECO, Umberto. **Baudolino.** Tradução de Marco Lucchesi. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2001.

ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. Modernização, dinâmica territorial e mudanças ambientais. In: GUEDES, G. R.; OJIMA, R. (org.). **Território, mobilidade populacional e ambiente.** Governador Valadares, MG: Editora Univale, 2012.

FEKETE, L. The emergence of xeno-racism. **Race & Class,** US, v. 43, n. 2, p. 23-40, 2001. Disponível em: https://doi.org/10.1177/0306396801432003.

FERNANDES, Duval et al. Migração internacional no estado de Minas Gerais em tempos de pandemia: omissões e ações no apoio aos migrantes. In: BAENINGER, R.; VEDOVATO, L. R.; NANDY, S. (coord.). **Migrações internacionais e a pandemia de Covid-19.** Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" – Nepo/Unicamp, 2020a. p. 444-452.

FERNANDES, Duval et al. Imigrantes internacionais no estado de Minas Gerais e a pandemia de Covid-19. In: FERNANDES, D.; BAENINGER, R. (coord.). **Impactos da pandemia de Covid-19 nas migrações internacionais no Brasil:** resultados de pesquisa. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" – Nepo/Unicamp, 2020b. p. 288-315.

FERNANDES, Duval. O Brasil e a migração internacional no século XXI: notas introdutórias. In: PRADO, E. J. P.; COELHO, R. **Migrações e trabalho.** Brasília, DF: Ministério Público do Trabalho, 2015. p. 19-40.

FERNANDES, Duval; CASTRO, M. Conceição Aparecida. **Estudo sobre a migração haitiana ao Brasil e diálogo bilateral.** Belo

Horizonte, MG: Pontifícia Universidade Católica, 2014.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil.** São Paulo, SP: Globo, 2008.

FERRETI, Maritza. Direitos humanos e imigrantes. In: SALES, T.; SALLES, M. R. (org.). **Políticas migratórias:** América Latina, Brasil e brasileiros no exterior. São Carlos, SP: EdUFSCar; Editora Sumaré, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1977.

FOUCHER, Michel. **Fronts et fronteires:** un tour du monde géopolitique. 2. éd. Paris: Fayard, 1991.

FREIRE, Carlos. **Trabalho informal e redes de subcontratação:** dinâmicas urbanas da indústria de confecções em São Paulo. 2008. 147f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2008.

FREITAS, Patricia Tavares. **Projeto costura:** percursos sociais de trabalhadores migrantes, entre a Bolívia e a indústria de confecção das cidades de destino. 2014. 413f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2014.

FREITAS, Patricia Tavares. Bolivianos(as) por entre oficinas de costura na cidade de São Paulo: novos aspectos da dinâmica migratória no século 21. In: BAENINGER, R. (org.). **Migração internacional.** Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp, 2013. p. 77-102.

FREITAS, Patricia Tavares. Imigração boliviana para São Paulo e setor de confecção: em busca de um paradigma analítico alternativo. In: BAENINGER, R. (org.). **Imigração boliviana no Brasil.** Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; UNFPA, 2012. p. 155-178.

FREITAS, Patricia Tavares. **Imigração e experiência social:** o circuito de subcontratação transnacional de força de trabalho boliviana para o abastecimento de oficinas de costura na cidade de São Paulo. 2009. 289f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2009.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Fluxos migratórios dos territórios de desenvolvimento de Minas Gerais e grandes regiões do Brasil.** Belo Horizonte, MG: Fundação João Pinheiro, 2018.

FUNDAÇÃO OSVALDO CRUZ. Por que a doença causada pelo novo vírus recebeu o nome de Covid-19? **Covid 19/Perguntas e**

Resposta, Rio de Janeiro, RJ, 17/03/2020. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/pergunta/por-que-doenca-causada-pelo-novo-virus-recebeu-o-nome-de-covid-19. Acesso em: 05 ago. 2020.

GALEANO, Eduardo. **O caçador de história.** Porto Alegre, RS: L&PM Editores, 2014.

GALEANO, Eduardo. **Os filhos dos dias.** Porto Alegre, RS: L&PM, 2012.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina.** 48. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2008.

GANDRA, Rogério Madruga. O imaginário territorial na Antártica. **Boletim Gaúcho de Geografia,** Porto Alegre, RS, v. 30, n. 1, p. 82-93, 2006.

GAUDEMAR, Jean-Paul. **Mobilidade do trabalho e acumulação de capital.** Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GIBNEY, Matthew. **Precarious residents:** migration control, membership and the rights of non-citizens. New York, NY: Human Development Reports Research Paper 2009-10; United Nations Development Programme, 2009.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade pessoal.** Oeiras: Celta Editora, 1994.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade.** São Paulo, SPP: Editora UNESP, 1991.

GLICK-SCHILLER, Nina. The centrality of ethnography in the study of transnational migration: seeing the wetland instead of the swamp. In: SAHOO, A. K.; MAHARAJ, B. **Sociology of Diaspora:** a reader. India: Rawat Publications, 2007. p. 118-155.

GLICK-SCHILLER, Nina; BASH, Linda; BLANC-SZANTON, Cristina. From immigrant to transmigrant: theorizing transnational migration. **Anthropological Quarterly,** US, v. 68, n. 1, p. 48-63, 1995.

GLICK-SCHILLER, Nina; BASCH, Linda; BLAN-SZANTON, Cristina. **Towards a transnational perspective on migration.** New York, NY: New York Academy of Sciences, 1991.

GOMES, Paulo César da Costa. **O lugar para o olhar:** elementos para uma geografia da visibilidade. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2013.

GRIMSON, Alejandro. Etnicidad y clase en barrios populares de Buenos Aires. **Estudios Migratorios Latinoamericanos,** Argentina, v. 20, n. 60, p. 343-361, 2006.

GRIMSON, Alejandro. **Relatos de la diferencia y la igualdad:** los

bolivianos en Buenos Aires. 2. ed. Buenos Aires: Eudeba, 2005.

GRIMSON, Alejandro. Relatos de la diferencia y la igualdad: los bolivianos en Buenos Aires. **Nueva Sociedad,** Argentina, n. 147, p. 96-107, 1997.

GUARNIZO, Luis Eduardo. Migración, globalización y sociedad: teorías y tendencias en el siglo XX. In: ARDILA, Gerardo (ed.). **Colombia:** migraciones, transnacionalismo y desplazamiento. Bogotá: Cátedra Manuel Ancízar, Colección CEES; Universidad Nacional de Colombia, 2006.

GUARNIZO, Luis Eduardo; PORTES, Alejandro; HALLER, William. Assimilation and transnationalism: determinants of transnational political action among contemporary migrants. **American Journal of Sociology,** US, v. 108, n. 6, p. 1211-1248, 2003.

GUARNIZO, Luis Eduardo; SMITH, Michael Peter. The locations of transnationalism. In: SMITH, M. P.; GUARNIZO, L. E. (ed.). **Transnationalism from below:** comparative urban and community research. New Brunswick: Transaction Publishers, 1998.

GUATTARI, Felix. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. **Espaço e Debates – Revista de Estudos Regionais e Urbanos,** São Paulo, SP, Ano V, n. 16, p. 109-120, 1985.

HARVEY, David. **O enigma do capital:** e as crises do capitalismo. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna.** 17. ed. São Paulo, SP: Loyola, 2008.

HINOJOSA GORDONAVA, Alfonso R. **Buscando la vida:** familias bolivianas transnacionales en España. La Paz: PIEB; CLACSO, 2009.

HINOJOSA GORDONAVA, Alfonso R. España en el itinerario de Bolivia: migración transnational, género y familia en Cochabamba. In: NOVICK, S. (org.). **Las migraciones en América Latina.** Buenos Aires: Catálogos, 2008. p. 93-112.

HINOJOSA GORDONAVA, Alfonso R. (coord.). **Migraciones transnacionales:** visiones de Norte y Sudamérica. La Paz: CEPLAG/UMSS, 2004.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. Cidade e ambiente: dicotomias e transversalidades. In: HISSA, C. E. V. (org.). **Saberes ambientais:** desafios para o conhecimento disciplinar. Belo Horizonte, MG: Editora da UFMG, 2008a. p. 259-282.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. Mobilidades, adensamentos e rarefações. In: HISSA, C. E. V. (org.). **Saberes ambientais:** desafios

para o conhecimento disciplinar. Belo Horizonte, MG: Editora da UFMG, 2008b. p. 159-180.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras:** inserções da Geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte, MG: Editora da UFMG, 2002.

HOBSBAWN, Eric. **A era dos extremos.** São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1995.

HOOKS, Bell. **Erguer a voz:** pensar como feminista, pensar como negra. Tradução Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo, SP: Elefante, 2019.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo [recurso eletrônico]:** políticas arrebatadoras. Tradução de Ana Luiza Libânio. Rio de Janeiro, RJ: Rosa dos Tempos, 2018.

HOOKS, Bell. **Yearning:** race, gender, and cultural politics. Boston: South end Press, 1990.

KADLUBA, Ruth Camacho. **A imigração na cidade de São Paulo:** integração dos imigrantes na cidade como forma de combate à pobreza. São Paulo, SP: Secretaria Especial para Participação e Parceria, Instituto Uniemp – Fórum Permanente das Relações Universidade/Empresa e Comunidade Européia, 2007.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação:** episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro, RJ: Cobogó, 2019.

KONDER, Leandro. **O que é dialética.** São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1981.

KONESKI, Anita Prado. A "outreidade" no êxodo: fotografias de Sebastião Salgado. **Poiésis**, Niterói, RJ, v. 9, n. 11, p. 61-70, 2008.

LA BLACHE, Paul Vidal. **Princípios de geografia humana.** Lisboa: Cosmos, 1954.

LACLAU, Ernesto. **Tresensayos sobre América Latina:** feudalismo e capitalismo en América Latina. Barcelona: Anagrama, 1973. (Cuadernos Anagrama).

LEFEBVRE, Henry. **Espaço e política.** Tradução de Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte, MG: Editora da UFMG, 2008a.

LEFEBVRE, Henry. **A revolução urbana.** 3ª reimpressão. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte, MG: Editora da UFMG, 2008b.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade.** Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo, SP: Centauro, 2006a.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço.** Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início – fev. 2006b. Disponível em: http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf. Acesso em: 31 jul. 2016.

LEFEBVRE, Henri. **Marx.** Madri: Guadarrama, 1974.

LEVITT, Peggy; GLICK-SCHILLER, Nina. Conceptualizing simultaneity: a transnational social field perspective on society. In: SAHOO, A. K.; MAHARAJ, B. **Sociology of Diaspora:** a reader. Índia: Rawat Publications, 2007. p. 156-193.

LÉVY, Jacques. **L'espace legitime.** París: Presses de la Fondation de Sciences Politiques, 1994.

LIBERATO, Rita de Cássia. **Segregação espacial de atividade marginal:** a localização da zona boêmia belo-horizontina em 1940/50. 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia – Tratamento da Informação Espacial) – Pontifícia Universidade Católica, Belo Horizonte, MG, 2000.

LOBO, Carlos; MATOS, Ralfo. A migração para Minas Gerais: o retorno de mineiros e a imigração paulista nas últimas décadas. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 10., 2017, Natal, RN. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2017.

MA MUNG, Emmanuel. Le point de vue de l' autonomie dans l'étude des migrations internationales: penser de l' intérieur lês phenomènes de mobilité. In: DUREAU, F.; HILY, M. A. **Les mondes de la mobilité.** Rennes: Presses Univertiaire de Rennes, 2009. p. 25-38.

MA MUNG, Emmanuel. **Autonomie, migrations et altérité.** Poitiers: Université de Poitiers,1999. (HDR de Géographie).

MA MUNG, Emmanuel. Territorialisation marchande et négociation des identités: les Chinois à Paris. **Espaces et Sociétés,** Paris, n. 95, p. 145-162, 1998.

MA MUNG, Emmanuel. Entreprise économique et appartenance ethnique. **Revue Européenne des Migrations Internationales,** Paris, v. 12, n. 2, 1996. p. 211-233.

MA MUNG, Emmanuel. Dispositif économique et ressources espatiales: éléments d'une économie de diaspora. **Revue Européenne des Migrations Internationales,** Paris, v. 8, n. 3, p. 175-193, 1992.

MACDONALD, Leatrice D.; MACDONALD, John S. Chain migration, ethnic Neighborhood formation and social networks. **The Milbank Memorial Fund Quarterly,** New York, NY, v. 42, n. 1, p. 82-96,

1964.

MACHADO, Lia Osório. Limites, fronteiras, redes. In: STROHAECKER, T. M. et al. (org.). **Fronteiras e espaço global.** Porto Alegre, RS: AGB-Seção Porto Alegre, 1998.

MAGUID, Alicia. Desafios metodológicos e sistemas de informação no Mercosul. In: PATARRA, N. L. (coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo.** Campinas, SP: FNUAP, v. 1, 1995.

MARANDOLA JR., Eduardo José. Mobilidade e vulnerabilidade nos espaços de vida de Campinas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2006.

MÁRMORA, Lélio. Modelos de governabilidad migratoria. La perspectiva política en América del Sur. Revist*a* **Interdisciplinar da Mobilidade Humana – REMHU,** Brasília, DF, v. 18, n. 35, p. 71-92, 2010.

MÁRMORA, Lélio. Políticas migratorias consensuadas en América Latina. **Estudios Migratorios Latinoamericanos,** Buenos Aires, v. 17, n. 50, p. 111-142, 2003.

MÁRMORA, Lélio. **Las políticas de migraciones internacionales.** Buenos Aires: OIM, Alianza Editorial, 1997.

MARTINE, George. **A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80.** Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 1994. (Texto para Discussão).

MARTINS, Sérgio. A neutralização do direito à cidade na (re)produção da metrópole antiurbana. In: SILVA, C. A.; CAMPOS, A (org.). **Metrópoles em mutação:** dinâmicas territoriais, relações de poder e vida coletiva. Rio de Janeiro, RJ: Revan; FAPERJ, 2008.

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, A. (Org.). **O espaço da diferença.** São Paulo, SP: Papirus, 2002. p. 178-185.

MASSEY, Douglas et al. **Worlds in motion:** understanding International Migration at the end of the millennium. Oxford: Oxford University Press, 1998.

MASSEY, Douglas et al. An evaluation of international migration theory: the North-American case. **Population and Development Review,** New York, NY, v. 20, n. 4, 1994. p. 699-751.

MASSEY, Douglas et al. Theories of international migration: a review and appraisal. **Population and Development Review,** New York, NY, v. 19, n. 3, 1993. p. 431-466.

MASSEY. Douglas. **Return to Aztlan:** the social process of international migration from Western Mexico. Los Angeles: University of California Press, 1990.

MASSEY, Douglas. Economic development and international migration in comparative perspective. **Population and Development Review,** New York, NY, v. 14, n. 3, p. 383-413, 1988.

MATTOS, Hebe; BESSONE, Tânia; MAMIGONIAN, Beatriz (org.). **Historiadores pela democracia:** o golpe de 2016: a força do passado. São Paulo, SP: Alameda Editorial, 2016.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In: MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia.** São Paulo, SP: Cosac Naify, 2003.

MEICHTRY, Norma; PELLEGRINO, Adela; BOLOGNA, Eduardo. **Red movilidad internacional de la población. Migrantes Latinoamericanos:** el estado de las investigaciones en la región. Rio de Janeiro, RJ: ALAP Editor, 2008.

MINAS GERAIS (Estado). Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais. **Boletim Epidemiológico e Assistencial Covid-19,** Belo Horizonte, MG, n. 22, edição especial, 2020a. Disponível em: http://coronavirus.saude.mg.gov.br/images/Boletim_Especial_n%C2%BA22_Atlz.pdf. Acesso em: 23 set. 2020.

MINAS GERAIS (Estado). Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais. **Boletim Epidemiológico e Assistencial Covid-19,** Belo Horizonte, MG, n. 21, edição especial, 2020b. Disponível em: http://coronavirus.saude.mg.gov.br/images/boletim/09-setembro/1409/Boletim_Especial_N%C2%BA_21.pdf. Acesso em: 10 set. 2020.

MINAS GERAIS (Estado). Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais. **Boletim Epidemiológico e Assistencial Covid-19,** Belo Horizonte, MG, n. 19, edição especial, 2020c. Disponível em: http://coronavirus.saude.mg.gov.br/images/boletim/08-agosto/28-08_Boletim_Especial-N19.pdf. Acesso em: 29 ago. 2020.

MINAS GERAIS (Estado). Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais. **Boletim Epidemiológico e Assistencial Covid-19,** Belo Horizonte, MG, n. 16, edição especial, 2020d Disponível em: https://coronavirus.saude.mg.gov.br/images/boletim/08-agosto/13-08_Boletim-Especial-N16.pdf. Acesso em: 23 set. 2020.

MINAS GERAIS (Estado). Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais. **Boletim Epidemiológico e Assistencial Covid-19,** Belo Horizonte, MG, n. 15, edição especial, 2020e. Disponível em: http://coronavirus.saude.mg.gov.br/images/boletim/10-08_Boletim_Especial-N15.pdf. Acesso em: 16 ago. 2020.

MINAS GERAIS (Estado). Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais. **Boletim Especial Covid-19,** Belo Horizonte, MG, n. 14, edição especial, 2020f. Disponível em: http://coronavirus.saude.mg.gov.br/images/boletim/07-julho/21-07_Boletim_Edicao_Especial-N14.pdf. Acesso em: 15 ago. 2020.

MINAS GERAIS (Estado). Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais. **Boletim de dados Suplementares,** Belo Horizonte, MG, n. 5, 2020g.

MONASTERIO, Leonardo; LOPES, Daniel. **Brasil sem imigrantes:** estimativas de longo prazo baseadas em microdados. Brasília, DF: IPEA, 2018. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2435.pdf. Acesso em: 09 set. 2019.

MONASTERIO, Leonardo. **Sobrenomes e ancestralidade no Brasil.** Brasília, DF: IPEA, 2016. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2229.pdf. Acesso em: 09 set. 2019.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia:** ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. 2. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2013.

MOROKVASIC, Mirjana; EREL, Umut; SHINOZAKI, Kyoko (ed.). **Crossing Borders and shifting boundaries.** New York, NY: Springer, v. I, 2003.

MOURA, Hélio (coord.). **Migração interna:** textos selecionados. Fortaleza, CE: Banco do Nordeste do Brasil, 1980.

NOBREGA, Ricardo. Migraciones y modernidad brasileña: italianos, nordestinos y bolivianos em San Pablo. In: NOVICK, S. (org.). **Las migraciones en América Latina.** Buenos Aires: Catálogos, 2008. p.113-130.

NOVICK, Susana. Mercosur y migraciones: la experiencia argentina. In: MEICHTRY, N.; PELLEGRINO, A.; BOLOGNA, E. **Red movilidad internacional de la población. Migrantes Latinoamericanos:** el estado de las investigaciones en la región. Rio de Janeiro, RJ: ALAP Editor, 2008a. p. 75-95.

NOVICK, Susana. Migración y políticas en Argentina: tres leyes para un país extenso (1876-2004). In: NOVICK, S. (org.). **Las migraciones en América Latina.** Buenos Aires: Catálogos, 2008b. p. 131-151.

NUGENT, Walter. **Crossings:** the great transatlantic migrations, 1870-1914. Bloomington: Indiana University Press, 1995.

OECD – ORGANISATION POUR LA COOPÉRATION ET LE DÉVELOPPEMENT ÉCONOMIQUE. **International migration outlook 2010.** Paris, 2010.

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Políticas y leyes de migración laboral:** el panorama en 5 países de América Latina y el Caribe. Genebra, 2017. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_563942.pdf. Acesso em: 26 dez. 2019.

OLIVEIRA, Gabriela Camargo. **Imigração boliviana no interior de São Paulo:** o setor têxtil em Americana-SP. 2017. 202f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2017.

OLIVEIRA, Gabriela Camargo; BAENINGER, Rosana. A segunda geração de bolivianos na cidade de São Paulo. In: BAENINGER, R. (org.). **Imigração boliviana no Brasil.** Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" – Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; UNFPA, 2012. p. 179-194.

OLIVEIRA, Leila Maria. **Imigrantes, xenofobia e racismo:** uma análise de conflitos em escolas municipais de São Paulo. 2019. 228f. Tese (Doutorado) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Currículo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2019.

PATARRA, Neide Lopes. Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. **Estudos Avançados,** São Paulo, SP, v. 20, n. 57, p. 7-24, 2006.

PATARRA, Neide Lopes; BAENINGER, Rosana. Mobilidade espacial da população no Mercosul: metrópoles e fronteiras. **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** São Paulo, SP, v. 21, n. 60, p. 83-102, 2006.

PATARRA, Neide Lopes; BAENINGER, Rosana. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo volumes, fluxos, significados e políticas. **São Paulo em Perspectiva,** São Paulo, SP, v. 19, n. 3, p. 23-33, 2005.

PATARRA, Neide Lopes; BAENINGER, Rosana. Migrações Internacionais recentes – o caso do Brasil. In: PATARRA, Neide Lopes (coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil Contemporâneo.** Campinas, SP: FNUAP, v. 1, 1996. p. 78-87.

PEIXOTO, João. **As teorias explicativas das migrações:** teorias micro e macro-sociológicas. Lisboa: SOCIUS, 2004. (SOCIUS: Working Papers, n. 11).

PELLEGRINO, Adela. **Las migración internacional en América Latina y el Caribe:** tendencias y perfiles de los migrantes. Santiago do Chile: CELADE, 2003. (Serie Población y Desarrollo, n. 35).

PELLEGRINO, Adela. **Migrantes Latinoamericanos**: síntesis histórica y tendencias recientes, Montevideo: Universidad de la República; CEPAL; CELAD, 2000.

PÉRALDI, Michel; FOUGHALI, Nouara; SPINOSA, Nancy. Le marché des pauvres, espace commercial et espace public. **Revue Européenne de Migrations Internationales,** Paris, v. 11, n. 1, p. 77-97, 1999.

PERES, Roberta Guimarães. O que importa é o que acontece com a sua família: um diálogo entre família e migração. **Revista PerCursos,** Florianópolis, SC, v. 15, n. 28, p. 146-165, 2014.

PERES, Roberta Guimarães. **Mulheres na fronteira:** a migração de bolivianas para Corumbá-MS. 2009. 211f. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciencias Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2009.

PHELPS, Erin. South-South migration: why it's bigger than we think, and why we should care. **The Migrationist: A Collaborative International Migration Blog,** [*S. l.*], 2014. Disponível em: https://themigrationist.net/2014/02/06/south-south-migration-why-its-bigger-than-we-think-and-why-we-should-care/. Acesso em: 29 ago. 2018.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, RJ, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTES, Alejandro. Convergências teóricas e dados empíricos no estudo do transnacionalismo imigrante. **Revista Crítica de Ciências Sociais,** Coimbra, n. 69, p. 73-93, 2004.

PORTES, Alejandro. **Migrações Internacionais:** teorias, tipos e modos de incorporação. Oeiras: Celta, 1999.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2012.

POTOT, Swanie. **Circulation et reseaux de migrants roumains:** une contribution a l'etude des nouvelles mobilites en Europe. 2003. 387f. Tese (Doutorado) – Université de Nice – Sophia Antipolis, 2003.

QUIJANO, Magali Martín. La migración irregular en latinoamérica: un asunto a debate. In: MEICHTRY, N.; PELLEGRINO, A.; BOLOGNA, E. **Red movilidad internacional de la población. Migrantes Latinoamericanos:** el estado de las investigaciones en la región. Rio de Janeiro, RJ: ALAP Editor, 2008. p. 149-161.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo, SP: Ática, 1993.

RAMOS, André de Carvalho; VEDOVATO, Luís Renato; BAENINGER, Rosana (coord.). **Nova Lei de Migração:** os três primeiros anos. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" – Nepo/Unicamp; Observatório das Migrações em São Paulo/FADISP, 2020.

RAVENSTEIN, Ernst Georg. The laws of migrations. In: MOURA, H. (coord.). **Migração interna:** textos selecionados. Fortaleza, CE: Banco do Nordeste do Brasil, 1980. (Journal of the Royal Statistical Society, 1889. p. 241-301).

REYES, Evelyn Ríos. **Antecedentes de la revolución del 16 de julio de 1809 en La Paz.** LA Paz: Plural editores, 2002.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista.** São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2019.

ROBERTSON, Roland. Glocalización: tiempo-espacio y homogeneidad heterogeneidad. **Zona Abierta,** Espanha, n. 92-93, p. 213-242, 2000.

SACK, Robert. **Human territoriality:** its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SALES, Teresa; SALLES, Maria do Rosário (org.). **Políticas migratórias:** América Latina, Brasil e brasileiros no exterior. São Carlos, SP: EdUFSCar; Editora Sumaré, 2002.

SALGADO, Sebastião. **Êxodos.** São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2000.

SALGADO, Sebastião. **Trabalhadores:** uma arqueologia da era industrial. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1996.

SÁNCHEZ, Liliana Rivera. Las trayectorias en los estudios de migración. In: ARIZA, M.; VELASCO, L. (coord.). **Métodos cualitativos y su aplicación empírica:** por los caminos de la investigación internacional. México: Instituto de Investigaciones Sociales – UNAM, 2012. p. 455-494.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Esquerdas do mundo, uni-vos!** São Paulo, SP: Boitempo, 2018.

SANTOS, Milton. **Pobreza urbana.** São Paulo, SP: EdUSP, 2013.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 20. ed. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2011.

SANTOS, Milton. **A Urbanização brasileira.** São Paulo, SP: EdUSP, 2008.

SANTOS, Milton. A metrópole e o urbano: entrevista concedida a Anderson Kazuo Nakano, Guilherme Wisnik, Marcos Eduardo Hoshino e Mariana Fix. In: LEITE, M. A. F. P. (org.). **Milton Santos.** Rio de Janeiro, RJ: Azougue Editorial, 2007a. p. 86-105. (Coleção Encontros).

SANTOS, Milton. A globalização e o não lugar: entrevista concedida a Florência Ferrari, Rose Satiko Hikiji e Valéria Macedo. In: LEITE, M. A. F. P. (org.). **Milton Santos.** Rio de Janeiro, RJ: Azougue Editorial, 2007b. p. 154-171. (Coleção Encontros).

SANTOS, Milton. Globalitarismo: entrevista concedida a José Corrêa Leite. In: LEITE, M. A. F. P. (org.). **Milton Santos.** Rio de Janeiro, RJ: Azougue Editorial, 2007c. p. 172-193. (Coleção Encontros).

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão.** 7. ed. São Paulo, SP: Nobel, 2007d.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed., 1ª reimp. São Paulo, SP: EdUSP, 2004.

SANTOS, Milton et al. **Território e sociedade:** entrevista com Milton Santos. São Paulo, SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2003.

SANTOS, Milton et al. O papel ativo da geografia, um manifesto. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 12., 2000, Florianópolis, SC. **Anais...** São Paulo, SP: AGB, 2000.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves, 1979.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território.** 2. ed. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2010.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana:** o desenvolvimento econômico na Colônia Silveira Martins (RS). Porto Alegre, RS: Edições EST, 2003.

SASSEN, Saskia. A criação de migrações internacionais. In: SASSEN, S. **Sociologia da Globalização.** Porto Alegre, RS: Artmed, 2010. p. 113-138.

SASSEN, Saskia. **Contrageografías de la globalización:** género y ciudadanía en los circuitos transfronterizos. Madrid: Traficantes de Sueños, 2003.

SASSEN, Saskia. **As cidades na economia mundial.** São Paulo, SP: Studio Nobel, 1998.

SASSEN, Saskia. **The global city.** New Jersey, NJ: Princeton University Press, 1990.

SASSEN, Saskia. **The mobiliry of labor and capital:** a study in international investment and labor flow. New York, NY: Cambridge University Press, 1988.

SASSONE, Susana; CORTÉS, Geneviève. Inmigración boliviana en la Argentina: lógicas geográficas de difusión territorial y metropolización. In: PUIG, C. S. (ed.). **Migración boliviana y prácticas transnacionales.** Barcelona: Editorial Anthropos, s.d. (Prelo). (Paper apresentado na 4 Journée d'Etude Espagne de Migrinter – Transformations urbaines et migrations dans les villes espagnoles, dezembro de 2011).

SASSONE, Susana. Migration bolivienne en Argentine et religiosité populaire Pratiques culturelles, réseaux et cohésion sociale. In: BABY-COLLIN, V. et al. (dir.). **Migrants des Suds.** Paris: IRD Éditions, 2009. p. 413-430. (Collection Objectifs Suds Marseille).

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração:** ou os paradoxos da alteridade. São Paulo, SP: EdUSP, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1993.

SELASI, Taiye. **Taiye Selasi; Colum McCann:** we are all multi-local. Vídeo do Louisiana Channel, 2013. Disponível em: https://channel.louisiana.dk/video/tayie-selasi-colum-mccann-we-are-all-multi-local. Acesso em: 08 jul. 2020.

SENADO FEDERAL. **Direitos humanos.** 4. ed. Brasília, DF: Senado Federal; Coordenação de Edições Técnicas, 2013.

SERPA, Ângelo. Lugar e centralidade em um contexto metropolitano. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (org.). **A produção do espaço urbano:** agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo, SP: Contexto, 2011.

SEYFERTH, Giralda. Assimilação dos imigrantes no Brasil: inconstâncias de um conceito problemático. **Travessia – Revista do Migrante,** n. 36, p. 45-50, 2000.

SEYFERTH, Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. **Mana,** Rio de Janeiro, RJ, v. 3, n. 1, p. 95-131, 1997.

SILVA, Paulo Celso. A teoria dos dois circuitos da economia urbana e a mídia na contemporaneidade. **Lumina,** Juiz de Fora, MG, v. 9, n. 2, p. 1-24, 2015.

SILVA, Sidney Antônio. Bolivianos em São Paulo: dinâmica cultural e processos identitários. In: BAENINGER, R. (org.). **Imigração boliviana no Brasil.** Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" – Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; UNFPA, 2012. p. 19-34,

SILVA, Sidney Antônio. **Faces da latinidade hispano-americano em São Paulo.** Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" – Nepo/Unicamp, 2008.

SILVA, Sidney Antônio. Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade. **Estudos Avançados,** São Paulo, SP, v. 20, n. 57, p. 157-170, 2006.

SILVA, Sidney Antônio. Os imigrantes e os direitos humanos no Brasil. In: SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES (org.). **Travessias na desordem global – Fórum Social das Migrações.** São Paulo, SP: Paulinas, 2005. p. 225-230.

SILVA, Sidney Antônio. **Virgem/Mãe/Terra:** festas e tradições bolivianas na metrópole. São Paulo, SP: Hucitec, 2003.

SILVA, Sidney Antônio. **Costurando sonhos:** trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo. São Paulo, SP: Paulinas, 1997.

SILVA, Silvana Cristina. **Circuito espacial produtivo das confecções e exploração do trabalho na metrópole de São Paulo:** os dois circuitos da economia urbana nos bairros do Brás e Bom Retiro (SP). 2012. 327f. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2012.

SIMON, Gildas. Migrations, la spatialisation du regard. **Revue Européenne des Migrations Internationales,** Paris, v. 22, n. 2, p. 9-21, 2006. Disponível em: file:///C:/Users/ferna/Downloads/remi-2815.pdf. Acesso em: 17 set. 2018.

SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. In: MOURA, H. (coord.). **Migração interna:** textos selecionados. Fortaleza, CE: Banco do Nordeste do Brasil, 1980. p. 211-244. (Elaborado inicialmente em espanhol, para o Grupo de Trabalho sobre Migrações Internas da Comissão de População e Desenvolvimento do CLACSO – Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais. Divulgado, posteriormente, em português, na coletânea de ensaios: SINGER, P. I. Economia política e urbanização. 3. ed. São Paulo, SP: CEBRAP; Brasiliense, 1976).

SIVANANDAN, Ambalavaner. Refugees from globalism. **Race & Class,** US, v. 42, n. 3, p. 87-100, 2001.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas:** a reafirmação do

espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1993.

SOUCHAUD, Sylvain; BAENINGER, Rosana. A confecção: nicho étnico ou nicho econômico para a imigração latino-americana em São Paulo? In: BAENINGER, R (org.). **Imigração boliviana no Brasil.** Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" – Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; UNFPA, 2012. p. 75-92.

SOUCHAUD, Sylvain. A imigração boliviana em São Paulo. In: FERREIRA, A. P. et al. **A experiência migrante:** entre deslocamentos e reconstruções. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2010. p. 267-290.

SOUCHAUD, Sylvain; BAENINGER, Rosana. Collas y cambas do outro lado da fronteira: aspectos da distribuição diferenciada da imigração boliviana em Corumbá, Mato Grosso do Sul. **Revista Brasileira de Estudos de População,** São Paulo, SP, v. 25, n. 2, p. 271-286, 2008.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso:** da escravidão à Lava Jato. São Paulo, SP: Leya Casa da Palavra, 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Geografia:** conceitos e temas. 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2005.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (org.). **A produção do espaço urbano:** agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo, SP: Contexto, 2011.

SPRANDEL Marcia Anita; DIAS, Guilherme Mansur. Estratégias locais e escalas globais: uma articulação necessária. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana – REMHU,** Brasília, DF, v. 17, n. 32, p. 165-176, 2009.

STANDING, Guy. **O precariado:** a nova classe perigosa. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2017.

SCHWARCS, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1993.

TAPIA, Luis Fernando. **La producción del conocimiento local:** historia e política en la obra de Zavaleta. La Paz: Muela del Diablo Editores, 2002.

TARRIUS, Alain. Intérêt et faisabilité de l'approche des territoires des

circulations transnationales. In: CORTES, G.; FARET, L. (dirs). **Les circulations transnationales:** lire les turbulences migratoires contemporaines. Paris: Aarmand Colin, 2009. p. 43-51.

TARRIUS, Alain. Le lien social fort comme préalable à la reussite économique: initiatives des migrants entrepreneurs des économies souterraines internationales – parcours, étapes, transactions comerciales. In: MULLER, L.; TAPIA, S. **Un dynamisme venu d'ailleurs:** la création d'entreprises par les immigrés. Paris: L' Harmattan, 2005. p. 21-51.

TARRIUS, Alain. **La mondialisation par le bas:** les nouveaux nomades de l'économie souterraine. Paris. Éditions Balland, 2002.

TARRIUS, Alain. Territoires circulatoires et espaces urbains: différenciation des groupes migrants. **Annales de la Recherche Urbana,** Paris, n. 59-60, p. 51-60, 1993. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/aru_0180-930x_1993_num_59_1_1727.

TARRIUS, Alain. Perspectives phénoménologiques dans l'étude de la mobilité. In: BARJONET, P. E. (dir). **Transports et sciences sociales:** questions de méthode. Caen: Paradigme, 1989. p. 47-81.

TILLY, Charles. Transplanted networks. In: YANS-MCLAUGHLIN, V. (org.). **Immigration reconsidered:** history, sociology and politics. Oxford: Oxford University Press, 1990. p. 79-95.

TILLY, Charles. Migration in modern european history. In: MCNEILL, W. H.; ADAMS, R. S. (org.). **Human migration, patterns and policies.** Bloomington: Indiana University Press, 1978. p. 48-72.

TRUZZI, Oswaldo. Assimilação ressignificada: novas interpretações de um velho conceito. **Dados,** Rio de Janeiro, RJ, v. 55, n. 2, p. 517-553, 2012.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP,** São Paulo, SP, v. 20, n. 1, p. 199-218, 2008.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo, SP: Difel, 1980.

UCHINAKA, Fabiana. Imigrantes ilegais no Brasil podem chegar a 300 mil. **UOL Notícias,** São Paulo, SP, 02/07/2009. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/ultnot/internacional/2009/07/02/ult1859u1169.jhtm. Acesso em: 20 dez. 2018.

VACCOTTI, Luciana. La construcción de un sujeto político: migrantes y lucha por la vivienda en Buenos Aires. In: **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana – REMHU,** Brasília, DF, v. 26, n. 52, p. 37-54, 2018.

VAINER, Carlos. Lugar, região, nação, mundo: explorações históricas do debate acerca das escalas da ação política. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais,** São Paulo, SP, v. 8, n. 2, 2006.

VAINER, Carlos. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? **Cadernos IPPUR,** Rio de Janeiro, RJ, Ano XVI, n. 1, 2002.

VEDOVATO, Luís Renato. **O direito de ingresso do estrangeiro:** a circulação das pessoas pelo mundo do cenário globalizado. São Paulo, SP: Atlas, 2013.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima. Pandemia e estigma: notas sobre as expressões "Vírus Chinês" e "Vírus de Wuhan". In: BAENINGER, R.; VEDOVATO, L. R.; NANDY, S. (coord.). **Migrações internacionais e a pandemia de Covid-19.** Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" – Nepo/Unicamp, 2020. p. 95-103,

VIDAL, Dominique. Convivência, alteridade e identificações: brasileiros e bolivianos nos bairros centrais de São Paulo. In: BAENINGER, R. (org.). **Imigração boliviana no Brasil.** Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" – Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; UNFPA, 2012. p. 93-108.

VIEIRA, Luciane Klein; COSTA, Vitória Volcato. As contribuições técnicas do Instituto de Políticas Públicas em direitos humanos do Mercosul para a implementação da Lei de Migração, no Brasil. In: RAMOS, A. C.; VEDOVATO, L. R.; BAENINGER, R. (coord.). **Nova Lei de Migração:** os três primeiros anos. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" – Nepo/Unicamp; Observatório das Migrações em São Paulo/FADISP, 2020. p. 457-483.

WALDINGER, Roger. The making of an immigrant niche. **International Migration Review,** New York, NY, v. 28, n. 1, p.3-30, 1994.

WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi. A Lei 13.445/2017 e a ruptura paradigmática rumo à proteção dos direitos humanos dos migrantes no Brasil: avanços e retrocessos. In: RAMOS, A. C; VEDOVATO, L. R.; BAENINGER, R. (coord.). **Nova Lei de Migração:** os três primeiros anos. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" – Nepo/Unicamp; Observatório das Migrações em São Paulo/FADISP, 2020. p. 101-115.

WIMMER, Andreas; GLICK-SCHILLER, Nina. Methodological nationalism, the social sciences and the study of migration: an essay in historical epistemology. **International Migration Review,** New York, NY, v. 37, n. 3, p. 576-610, 2003.

XAVIER, Iara Rolnik. **Projeto migratório e espaço:** os migrantes bolivianos na Região Metropolitana de São Paulo. 2010. 263f.

Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2010.

ZAMBERLAM, Jurandir et al. **Os novos rostos da imigração no Brasil:** Haitianos no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS: Solidus, 2014.

ZANOLLI, Carlos E. Los chichas como mitimaes del inca. **Relaciones de la Sociedad Argentina de Antropología,** Buenos Aires, tomo 28, p. 45-60, 2003.

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES EM SÃO PAULO

P U B L I C A Ç Õ E S

ATLAS TEMÁTICOS

.Migrações Internas e Internacionais, 2014
.Migrações Internacionais, 2017
.Migração Refugiada, 2018
.Migrações Internacionais –Região Nordeste, 2019
.Migrações Internacionais – Macrometrópole Paulista e Regiões de São Paulo, 2020
.Migrações Venezuelanas, 2020
.Migrações Internacionais – Região Sul, 2020
.Migrações Internacionais – Mulheres, 2021

SÉRIE MIGRAÇÕES

.Imigração Boliviana no Brasil, 2010
.Fases e Faces das Migrações, 2014
.Imigração Haitiana no Brasil, 2016
.Migrações Sul-Sul, 2017
.Migrações Fronteiriças, 2018
.Migrações Venezuelanas, 2018
.Migrações Colombianas, 2019
.Migrações Internacionais e a Pandemia de Covid-19, 2020
.Impactos da Pandemia de Covid-19 nas Migrações Internacionais no Brasil, 2020
.Migrações Angolanas, 2020
.A Nova Lei de Migração: Os Três Primeiros Anos, 2020
.Coleção Vamos Juntos! Português como Língua de Acolhimento,2020 (Fascículo 4-Trabalho e Educação)
.Migrações Bolivianas, 2021
.Migrações Qualificadas, 2021

SÉRIE POPULAÇÃO E CIDADES

.Subsídios para o Planejamento e Políticas, 2010
.O Rural Paulista no Século XXI, 2018
.Subsídios para o Planejamento Local, 2019
.Espaços Regionais da Agricultura Globalizada, 2020

www.nepo.unicamp.br

Seta Empresarial Ltda
maio/2021